



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM
DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

MARINEIDE CAVALCANTI ARRUDA

***Do Campus ao campo: uma análise etnográfica e crítico-discursiva do Curso Superior de
Tecnologia em Agroecologia do IFPE-Campus Barreiros***

Recife – PE

2025

MARINEIDE CAVALCANTI ARRUDA

Do *Campus* ao campo: uma análise etnográfica e crítico-discursiva do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia do IFPE-*Campus* Barreiros

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação Stricto Sensu em Ciências da Linguagem do Curso de Doutorado como requisito parcial para o título de Doutora em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).

Área de Concentração: Teoria e análise da organização Linguística.

Linha de Pesquisa: Processos de Organização Linguística e Identidade Social.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Henrique Coutelo de Moraes

Coorientadora: Dr^a Alexcina Oliveira Cirne

Recife-PE

2025

Ficha catalográfica elaborada por

Pollyanna Alves - CRB/4-1002

Biblioteca Central da Universidade Católica de Pernambuco/UNICAP

A779d Arruda, Marineide Cavalcanti.

Do Campus ao campo: uma análise etnográfica e crítico-discursiva do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia do IFPE-Campos Barreiros / Marineide Cavalcanti Arruda, 2025.
499 f.: il.

Orientador: Antonio Henrique Coutelo de Moraes.

Coorientadora: Alexcina Oliveira Cirne.

Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Pernambuco.

Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem.

Doutorado em Ciências da Linguagem, 2025.

1. Linguística. 2. Análise crítica do discurso.
3. Agricultura familiar. 4. Assentamento agrário.
5. Sustentabilidade. 6. Ecologia agrícola. I. Título.

CDU 801

MARINEIDE CAVALCANTI ARRUDA

DO CAMPUS AO CAMPO: UMA ANÁLISE ETNOGRÁFICA E CRÍTICO-DISCURSIVA DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA DO IFPE-CAMPUS BARREIROS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências da Linguagem do Curso de Doutorado da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciências da Linguagem, defendida em 28 de março de 2025 e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

 Documento assinado digitalmente
ANTONIO HENRIQUE COUTELO DE MORAES
Data: 30/04/2025 15:13:21-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Orientador: Prof. Dr. Antônio Henrique Coutelo de Moraes
(Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem
(PPGCL/UNICAP))

 Documento assinado digitalmente
ALEXCINA OLIVEIRA CIRNE
Data: 05/05/2025 11:55:29-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Coorientadora: Prof.^a Dra. Alexcina Oliveira Cirne (UNICAP)

 Documento assinado digitalmente
KARL HEINZ EFKEN
Data: 06/05/2025 17:38:15-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Karl Heinz Efken – Interno
Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Católica de
Pernambuco (UNICAP)

 Documento assinado digitalmente
ROSSANA REGINA GUIMARÃES RAMOS HENZ
Data: 05/05/2025 10:53:32-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Rossana Regina Guimarães Henz - Interna
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade
Católica de Pernambuco (PPGCL/UNICAP)

 Documento assinado digitalmente
MARCO ANTONIO LIMA DO BONFIM
Data: 05/05/2025 13:48:27-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Prof. Dr. Marco Antonio Lima do Bonfim - Externo
Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) - Universidade Federal de
Pernambuco (UFPE)

 Documento assinado digitalmente
ROMULO VINÍCIUS CORDEIRO CONCEIÇÃO DE S
Data: 07/05/2025 16:02:39-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Rômulo Vinícius Conceição de Souza - Externo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)

Dedicatória

Ao meu esposo, Adalberto Arruda, companheiro, amigo e um dos maiores incentivadores para o meu progresso acadêmico. Aos nossos filhos: André Arruda e Alexandre Arruda, e às norinhas: Ana Clara e Mylena Cunha, o amor e apoio de vocês, no decorrer desse processo, foram essenciais. Dedico também a toda a minha família, em especial, aos meus pais: Maria Cavalcanti dos Santos e Vicente Gomes da Silva.

A todos os colaboradores que juntos comigo construíram e deram vida ao *corpus* desta Tese. Cresci e aprendi muito com este partilhar. Meu carinho e respeito a todos vocês, especialmente aos agricultores familiares, agentes sociais que lutam e resistem para que tenhamos um alimento mais saudável e para adiar o “fim do mundo”, cuidando e zelando pela nossa “Casa Comum”.

Dedico também este trabalho de modo muito carinhoso e saudosamente à egressa Elizabete Silva, nossa querida Dona Bete (*in memoriam*), que fez sua Páscoa durante o trilhar desta pesquisa, exemplo de agricultora familiar, agroecóloga e liderança comunitária da Mata Sul-PE. À senhora, Dona Bete, uma das minhas principais inspirações pela escolha da temática desta tese, minha eterna gratidão por compartilhar o seu saber e semear esperanças para um mundo melhor.

Epígrafe

O Cântico das Criaturas (São Francisco de Assis)

Altíssimo, onipotente, bom Senhor,
Teus são o louvor, a glória, a honra
E toda a benção

[...]

Louvado sejas, meu Senhor,
Com todas as tuas criaturas,
Especialmente o Senhor Irmão Sol,
Que clareia o dia
E com sua luz nos alumia.

[...]

Louvado sejas, meu Senhor,
Pela irmã Lua e as Estrelas,
Que no céu formaste claras
E preciosas e belas.

Louvado sejas, meu Senhor,
Pelo irmão Vento,
Pelo ar, ou nublado
Ou sereno, e todo o tempo
Pela qual às tuas criaturas dás sustento.

Louvado sejas, meu Senhor,
Pela irmã Água,
Que é muito útil e humilde
E preciosa e casta.

Louvado sejas, meu Senhor,
Pelo irmão Fogo
Pelo qual iluminas a noite
E ele é belo e jucundo
E vigoroso e forte.

Louvado sejas, meu Senhor,
Por nossa irmã a mãe Terra
Que nos sustenta e governa,
E produz frutos diversos
E coloridas flores e ervas.

[...]

AGRADECIMENTOS

A **Deus** por me conceder a saúde do corpo e da alma, por não permitir que eu caminhasse sozinha nesta trilha acadêmica e por me agraciar com a culminância deste trabalho, um projeto tão almejado.

Aos **meus pais**, principais torcedores por meu progresso profissional e acadêmico. Obrigada papai e mamãe por compreender a minha ausência no decorrer desta trilha. À **minha sogra** Maria Leonilda de Souza por sua incansável preocupação com os meus estudos. Aos meus **queridos irmãos** pelo carinho, paciência e compreensão no decorrer deste processo de escrita. Aos **meus cunhados e sobrinhos** por sempre torcer por meu progresso. Vocês são a minha base.

Aos Coordenadores e professores do **PPGCL da UNICAP** por compartilharem seus conhecimentos e por abrir portas para a Análise Crítica do Discurso e da Linguística Sistêmico-Funcional.

Externalizo a minha gratidão ao Professor Dr. **Karl Efken Henz** que generosamente me acolheu como orientanda e caminhamos juntos ao longo de três anos, obrigada por sua práxis engajada, suas experiências partilhadas que tanto me fortaleceram a cada encontro de orientação. Ao meu atual orientador, Professor Dr. **Antônio Henrique Coutelo Moraes**, gratidão por sua disponibilidade em acompanhar a finalização da minha pesquisa.

Dr^a Alexcina Cirne, a você um muitíssimo obrigada carinhoso e verdadeiro. Uma profissional, pesquisadora, amiga dedicada, preocupada não só com a caminhada acadêmica, mas com o emocional. Meu grande exemplo de pesquisadora engajada com as questões sociais a quem tenho o privilégio de chamar de **Coorientadora**. Minha eterna gratidão!

Ao colegiado do **Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia**, em especial, ao Professor **Dr. Rômulo Vinícius**, o então Coordenador do Curso, por não ter medido esforços em me fornecer informações acerca do Curso e dos egressos. Não poderia também deixar de agradecer à secretária do curso, **Micheline Brito**, por sua presteza em me atender.

À **banca de defesa**, composta pela Prof^a Dr^a Rossana Henz, pelo Prof. Dr. Marco Antonio Bonfim, pelo Prof. Dr. Rômulo Vinícius Conceição de Souza e pelo Prof. Dr. Karl Heinz Efken. Muito obrigada pela disponibilidade de cada um de vocês em ler, refletir, discutir, corrigir e dar significativas sugestões para que este trabalho fosse aprimorado. Gratidão imensa pela partilha!

Agradeço ao **IFPE-Campus Barreiros** por me conceder autorização para a realização desta pesquisa, em nome do então Diretor Geral Prof. Dr. Adalberto de Souza Arruda e ao então Diretor de Ensino Prof. Dr. Caetano Cláudio Pereira Júnior pelo apoio. Aos Coordenadores: Professor Me. Renaldo Fernandes e ao então Coordenador de Curso Professor Dr. Wagner Souza pela atenção e compreensão nesse processo de afastamento das atividades acadêmicas. Agradeço também aos colegas de Departamento e Coordenações: Ubirajara Pereira, Iverton Galdino, Paulo Carlos e Diego Neves. Aos meus colegas docentes do *Campus*, que torceram pelo sucesso desta pesquisa, principalmente aos docentes colaboradores, entrevistados, meu muitíssimo obrigada!

Aos meus colegas e amigos da área de Linguagem do *Campus* Barreiros: **Cristiane Conde e Severino Rodrigues** por nossos encontros de leituras e debates que desencadearam a coragem para enfrentar a seleção para o doutoramento. Aos colegas docentes que torceram pelo sucesso desta pesquisa, principalmente aos docentes colaboradores, entrevistados, minha gratidão!

Aos meus amigos constituídos durante o doutorado, especialmente àqueles com quem frequentemente compartilhei os momentos de escrita, angústia, dor, superação, crescimento e resistência diante dos obstáculos. Muito obrigada, **Aline Simplicio, Ana Paula Torres, Nádia Barros e Clebson Andrade**, pelos inúmeros momentos de partilha tão fortalecedores, pela escuta, pelas produções em conjunto. Meu carinho por vocês!

Ao meu Conselheiro Espiritual **Padre Antônio Guilherme** pelas palavras de esperança e fé que me mantiveram firmes nesta trilha acadêmica.

À equipe de casais **Nossa Senhora de Lourdes** pelas orações e pela compreensão nos momentos em que precisei me ausentar.

Agradeço infinitamente aos colaboradores da pesquisa: **docentes, egressos, ONG Centro Sabiá e agricultores familiares não egressos**, sem a pluralidade dessas vozes, a minha tese não teria se materializado com a mesma dimensão.

Não poderia de deixar de agradecer a duas mulheres que me ajudaram a organizar as atividades do lar, cuidando e zelando por mim e por minha família, a vocês: **Ninha e Zuleide**, minha gratidão.

Essas expressões de agradecimento revelam que, apesar de uma tese ter formalmente oficialmente um único autor, ela depende da orientação e do apoio de muitos outros agentes sociais no percurso do processo de leitura e escrita. Reconhecer que sozinho não construímos a nossa história é uma virtude de humildade.

Gratidão a todos os que caminharam juntos comigo!

RESUMO

Esta Tese tem como objetivo geral investigar criticamente, no “chão das comunidades”, se o discurso agroecológico do Ensino Superior de Tecnologia em Agroecologia do IFPE-*Campus* Barreiros tornou-se uma prática social relevante para a formação profissional e para o desenvolvimento social e sustentável dos assentamentos da Mata Sul de Pernambuco. Tem-se como objetivos específicos: a) analisar se os participantes da pesquisa compreendem a Agroecologia como prática social que busca construir outras bases ideológicas do uso da terra e como um movimento social que se contrapõe à hegemonia do agronegócio; b) analisar como as escolhas lexicais, mobilizadas no discurso dos egressos e dos docentes, revelam as representações sociais e identitárias dos egressos a partir da formação profissional em Agroecologia; c) identificar, no discurso dos egressos, redes intertextuais que constituem as dimensões da Agroecologia; d) analisar se o discurso dos docentes estimula questionamento das estruturas históricas de dominação advindas do Agronegócio. O curso Superior de Tecnologia em Agroecologia foi implementado no IFPE-*Campus* Barreiros em agosto de 2011. O ensino formal de Agroecologia surge como um paradigma contra-hegemônico à agricultura capitalista industrial e para romper com a uniformização de um modelo de produção agrícola. A pesquisa se pauta na necessidade de entender, por meio do discurso, se as práticas profissionais do curso se traduzem em prática social para a autoemancipação e mudança social de agentes que ainda lutam contra a cultura colonial e hegemônica da monocultura enraizada nessa região. A fundamentação teórica da pesquisa é de abordagem transdisciplinar da Análise Crítica do Discurso (ACD), com ênfase nos postulados de Fairclough (2003) e nos estudos da linguagem da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), de Halliday (1994) e Halliday & Matthiessen (2004, 2014). A metodologia foi uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa e de cunho etnográfico, em uma perspectiva crítica interpretativista do discurso. A amostra foi composta por cinco docentes, dois membros da ONG Centro Sabiá, dez egressos e onze agricultores familiares não egressos. O *corpus* foi constituído a partir de entrevistas semidiretivas e questionários estruturados. A etapa da coleta de dados foi realizada por meio desses dois instrumentos, as entrevistas foram gravadas, posteriormente, transcritas e analisadas sob a perspectiva da ACD e da LSF, a partir do entendimento de que a linguagem, como ação humana, constitui a realidade social por meio de lutas pelo poder e por mudanças na sociedade contemporânea e compreende o discurso uma prática que envolve diversos agentes, instituições e organizações no exercício do poder e na luta do poder. A ACD e a LSF integram a análise do texto à análise dos fenômenos sociais. Os principais resultados desta investigação sinalizam que o curso tem sido, de certa forma, um recurso estratégico para a transformação socioeconômica e para a autonomia dos agricultores familiares da região diante o contexto sócio-histórico da Mata Sul-PE. De modo geral, os discursos revelaram uma série de fatores que impedem o desenvolvimento integral da Agroecologia como prática social neste território, dentre elas: a persistência da monocultura, a falta de conhecimento acerca da Agroecologia, o distanciamento do IFPE-*Campus* Barreiros das comunidades rurais, a ausência de políticas públicas e de incentivos dos gestores municipais, a deficiência de infraestrutura e a falta de editais públicos para contratação dos egressos. Os dados apontam para a necessidade de o IFPE-*Campus* Barreiros, enquanto agência do curso, repensar as práticas de intervenção para fortalecer a população minorizada, a fim de que consigam autonomia na produção agrícola e permaneçam vivendo com dignidade em suas propriedades rurais.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso; assentamentos rurais; agricultura familiar; sustentabilidade.

ABSTRACT

This thesis has the general objective of critically investigating, on the “community floor”, whether the agroecological discourse of Higher Education in Technology in Agroecology at IFPE-*Campus* Barreiros has become a relevant social practice for professional training and social and sustainable development of the settlements of Mata Sul-PE. The specific objectives are: a) to analyze whether research participants understand Agroecology as a social practice that seeks to build other ideological bases for land use and as a social movement that opposes the hegemony of agribusiness; b) analyze how the lexical choices mobilized in the discourse of graduates and teachers reveal the social and identity representations of graduates from their professional training in Agroecology; c) identify intertextual networks in the graduates’ discourse that reflect the dimensions of Agroecology; d) analyze whether the teachers’ discourse encourages questioning of the historical structures of domination arising from Agribusiness. The Higher Technology course in Agroecology was implemented at the IFPE-*Campus* Barreiros in August 2011. The formal teaching of Agroecology emerges as a counter-hegemonic paradigm to industrial capitalist agriculture and to break with the standardization of an agricultural production model. The research is based on the need to understand through discourse whether the professional practices of the course translate into social practice for the self-emancipation and social change of agents who still fight against the colonial and hegemonic culture of monoculture rooted in this region. The theoretical foundation of the research is a transdisciplinary approach of Critical Discourse Analysis (CDA) with an emphasis on the postulates of Fairclough (1992 [2016], 1989, 1999, 2003) and language studies of Systemic-Functional Linguistics (LSF), of Halliday (1994) and Halliday & Matthiessen (2004, 2014). The methodology was field research with a qualitative and ethnographic approach, from a critical interpretive perspective of the discourse. The sample was made up of five teachers, two members of the ONG Centro Sabiá, ten graduates and eleven non-graduate family farmers. The corpus was constituted from semi-directive interviews and structured questionnaires. The data collection stage was carried out using these two instruments, the interviews were recorded, later transcribed and analyzed from the perspective of ACD and LSF, based on the understanding that language, as a human action, constitutes social reality through struggles for power and changes in contemporary society and discourse comprises a practice that involves various agents, institutions and organizations in the exercise of power and the struggle for power. ACD and LSF integrate text analysis with the analysis of social phenomena. The main results of this investigation indicate that the course has been a strategic resource for the socioeconomic transformation and autonomy of family farmers in the region given the socio-historical context of Mata Sul-PE. However, the speeches reveal a series of factors that impede the integral development of agroecological practices, among them: the persistence of monoculture, the lack of knowledge about Agroecology, the distance between the IFPE-*Campus* Barreiros and rural communities, the absence of public policies and incentives from municipal managers, infrastructure deficiency and lack of public notices for hiring graduates. The data point to the need for IFPE-*Campus* Barreiros, as the course agency, to rethink intervention practices to strengthen the minority population so that they can achieve autonomy in agricultural.

Keywords: Critical Discourse Analysis; Agroecology; rural settlements; family farming; sustainability.

LISTA DE SIGLAS

ABA - Associação Brasileira de Agroecologia
ABAG - Associação Brasileira do Agronegócio
ACD - Análise Crítica do Discurso
ADTO - Análise de Discurso Textualmente Orientada
ADTO - Análise do Discurso Textualmente Orientada
ALEPE - Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
ANA - Articulação Nacional de Agroecologia
ANMRT - Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos de Tecnologias Alternativas
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
BDE-PE - Base de Dados do Estado de Pernambuco
CAPES - Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBA - Congresso Brasileiro de Agroecologia
CEA - Centro de Estudos Agrários
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica
CEFETRP - Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba
CGAA - Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins dos Ministério da Agricultura
CNCST - Catálogos Nacionais de Cursos Superiores e Tecnologia
CNDRS - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNPCT - Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COVID 19 - (co)rona (vi)rus (d)isease (doença do coronavírus)
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CSC - Ciência Social Crítica
CST - Curso Superior em Tecnologia
CTA - Centro de Tecnologia Alternativa
CTA -ZM - Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
EAFB - Escola Agrotécnica Federal de Barreiros
EBAAS - Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa
EBTT - Educação Profissional, Técnica e Tecnológica
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENA - Encontro Nacional de Agroecologia
ENEM - Exame Nacional do Ensino médio
EPTT - Educação Profissional Técnica e Tecnológica
FAEAB - Federação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil
FAO- Organização das Nações unidas para a Alimentação e a Agricultura
FEAB - Federação dos Estudantes do Brasil
FETAPE - Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares do Estado de Pernambuco
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPE - Instituto Federal de Pernambuco
IFs – Institutos Federais
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LC - Linguística Crítica
LSF - Linguística Sistemico Funcional
MCT - Ministério de Ciência e Tecnologia
NEADS - Núcleo de Estudos em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável
ONG - Organização Não-Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAIS - Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PIB - Projeto Interno Bruto
PIBEX - Programa Institucional de Bolsas de Extensão
PIBIC - Programa de Iniciação Científica
PLANAPO - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE - Programa Nacional de Alimento Escolar
PNAPO - Política Nacional da Agroecologia e Produção Orgânica
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
POLOP - Política Operária
PPC- Projeto Político de Curso
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e emprego
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PTA - Projeto de Tecnologias Alternativas
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
RC - Realismo Crítico
REBIO - Reserva Biológica
SAFs - Sistemas Agroflorestais
SAPPP - Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco
SASOP - Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais
SORPE - Serviço de Orientação Rural de Pernambuco
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
UCB - Usina Central Barreiros

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Charge.....	18
Figura 2 - Municípios do território da Mata Sul-PE	83
Figura 3 - Influências e temáticas no debate da Agroecologia no Brasil	117
Figura 4 - Principais categorias propostas pelo paradigma da racionalidade ambiental	128
Figura 5 - Triade norteadora da sustentabilidade centralizada no poder	136
Figura 6 - Multidimensões da Agroecologia	138
Figura 7 - Pauta dos movimentos agroecológicos no Brasil	147
Figura 8 - Atores sociais que construíram o movimento agroecológico em Pernambuco	151
Figura 9 - Compreensão tridimensional do discurso	184
Figura 10 - Momentos no mapa cognitivo do processo social	191
Figura 11 - Representação dos momentos da prática social	192
Figura 12 - Níveis da vida social	194
Figura 13 - Elementos dos eventos sociais	203
Figura 14 - A linguagem como figura de estratos	213
Figura 15 - Significados do discurso	232
Figura 16 - IFPE <i>Campus</i> Barreiros	285
Figura 17 - Acesso aos assentamentos rurais	287
Figura 18 - Acesso aos assentamentos rurais	287
Figura 19 - Acesso aos assentamentos rurais	287
Figura 20 - Produtos da agricultura familiar	287
Figura 21 - Visita dos orientadores nos assentamentos	288
Figura 22 - Mapa atuação da ONG Centro Sabiá	289

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Identidades sociais que mais tem sofrido por conflitos no campo.....	28
Tabela 2 - Concentração propriedades rurais por hectare.....	103

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Conflito por terra, água e trabalho no campo.....	29
Gráfico 2 - Conflito por terra – dados 2023.....	29
Gráfico 3 - Identidades sociais que mais sofrem com os conflitos.....	53
Gráfico 4 - Agentes causadores dos conflitos por terra.....	53
Gráfico 5 - Índice de Gini – estabelecimentos rurais.....	76
Gráfico 6 - Famílias assentadas entre 1995-2022.....	79
Gráfico 7 - Panorama da fome no Brasil 2022.....	107
Gráfico 8 - Cultura que contém maior concentração de agrotóxico.....	109
Gráfico 9 - Liberação de agrotóxico no Brasil.....	110

Gráfico 10 - Autorização de novos agrotóxicos nos governos de Bolsonaro e Lula.....	111
Gráfico 11 - Infração por trabalho escravo.....	321

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Conflitos no campo entre 2019 e 2021.....	28
Quadro 2 - Estado da arte	45
Quadro 3 - Marcos do processo da evolução da Agroecologia no Brasil.....	115
Quadro 4 - Concepções epistemológicas antirreducionista da ciência moderna.....	129
Quadro 5 - Síntese das dimensões da Agroecologia.....	138
Quadro 6 - Arcabouço teórico-metodológico da ACD	182
Quadro 7 - Variáveis do contexto situacional e as metafunções da linguagem.....	217
Quadro 8 - Componentes da oração	219
Quadro 9 - Principais tipos de processos conforme a LSF.....	219
Quadro 10 - Processos secundários conforme a LSF	220
Quadro 11- Ampliação do diálogo entre ACD e LSF.....	232
Quadro 12 - Síntese dos procedimentos usados para análise e descrição do problema	261
Quadro 13- Perguntas dos questionários	204
Quadro 14 - Questões norteadoras para a entrevistas dos docentes	266
Quadro 15 - Questões norteadoras para a entrevistas dos egressos.....	267
Quadro 16 - Questões norteadoras para a entrevistas da ONG	267
Quadro 17 - Questões norteadoras para a entrevistas dos agricultores não egressos	267
Quadro 18 - Relação dos assentamentos	268
Quadro 19 - Concepção dos docentes acerca de Agroecologia como prática social.....	291
Quadro 20 - Concepção da ONG acerca de Agroecologia como prática social	305
Quadro 21- Concepção dos egressos acerca de Agroecologia como prática social	314
Quadro 22 - Concepção dos agricultores familiares não egressos acerca de Agroecologia...	328
Quadro 23 - Síntese da análise do bloco temático 1	338
Quadro 24 - Repertório linguístico dos colaboradores acerca da concepção acerca da Agroecologia no contexto da Mata Sul-PE	339
Quadro 25 - O que revelam os docentes acerca da contribuição do CST em Agroecologia para a Mata Sul-PE.....	341
Quadro 26 - O que pensa a ONG Centro Sabiá acerca da contribuição do CST em Agroecologia na Mata Sul-PE Estado da arte	350
Quadro 27 - O que dizem os egressos acerca da contribuição do CST em Agroecologia para a Mata Sul-PE.....	354
Quadro 28 - O que dizem os agricultores familiares não egressos acerca do CST em Agroecologia	382
Quadro 29 – Síntese da análise do bloco temático 2	402
Quadro 30 - Construção identitária dos egressos a partir de suas próprias vozes	390
Quadro 31 - Identidade e representação social dos egressos do CST na concepção dos docentes	415
Quadro 32 - Síntese da análise do bloco temático 3.....	424

Quadro 33 - Relações intertextuais nos discursos dos egressos	425
Quadro 34 - Síntese da análise do bloco temático 4.....	439
Quadro 35 - Representações discursivas dos docentes acerca das estruturas histórica dominantes oriundas do Agronegócio na Mata Sul-PE	441
Quadro 36 - Síntese da análise do bloco temático 5.....	450

SUMÁRIO

Capítulo 1 - Por que trilhar este caminho?	18
1.1 Agenda da pesquisa.....	38
1.2 Justificativa.....	39
1.3 Por que a ACD e a LSF como abordagens para análise do corpus?.....	42
1.4 Objetivo Geral	44
1.5 Objetivos Específicos	44
1.6 Hipótese	44
1.7 Organização da Tese	47
 Capítulo 2 - Da Travessia além-mar à dominação da terra firme	50
2.1 Raízes dos problemas fundiários no Brasil e a constituição da nossa história	50
2.2 A Lei de Terras de 1850 e suas consequências sociais	56
2.3 Terra, poder e luta: o protagonismo dos movimentos sociais - As ligas Camponesas	60
2.4 O Estatuto da Terra e a tentativa da materialização da Reforma Agrária	68
2.5 A Reforma Agrária no cenário brasileiro: avanços e retrocessos	75
2.6 A Reforma Agrária e os assentamentos da Mata Sul de Pernambuco: Desafios e resistência	81
2.7 A promoção da Reforma Agrária e a constituição dos assentamentos da Mata Sul de Pernambuco: luta, resiliência e desafios	85
2.8 Características da Mata Sul de Pernambuco.....	93
2.8.1 Caracterização dos municípios de Barreiros, Rio Formoso, Tamandaré e dos seus respectivos assentamentos	93
 Capítulo 3 - O discurso do Agronegócio e o discurso da Agroecologia no contexto do desenvolvimento socioeconômico e ambiental: Uma construção discursiva antagônica	100
3.1 O agronegócio no Brasil e seu discurso político-estratégico.....	100
3.2 Agroecologia: paradigma para enfrentamento e promoção da inclusão social e do desenvolvimento rural	114
3.2.1 Trilha histórica da Agroecologia e seu marco teórico	116
3.2.2 Agroecologia e sua dimensão conceitual.....	124
3.3 Agroecologia: uma ciência situada no campo da complexidade associada a diferentes saberes	126
3.3.1 O discurso da sustentabilidade na perspectiva do paradigma da Agroecologia	136
 Capítulo 4 - Agroecologia: Movimento social e prática - políticas públicas para Agroecologia e formação profissional em Agroecologia	143
4.1 Agroecologia na perspectiva de movimento social e prática.....	143
4.2 Políticas e programas nacional para Agroecologia: lutas, conquistas, desafios	156
4.2.1 Agroecologia na perspectiva das políticas públicas	158

4.3 Agroecologia e Universidade: a implementação dos Cursos superiores em Agroecologia no Brasil	163
4.4 Um breve histórico do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia do IFPE-Campus Barreiros	164
4.4.1 Estruturação do CST em Agroecologia	167
Capítulo 5 - Bases teóricas para o caminhar da pesquisa	170
5.1 Análise Crítica do Discurso: campo de estudos para pesquisas sociais e seu marco teórico	170
5.2 Ancoragem da ACD em outras teorias	174
5.3 Análise Crítica do Discurso: uma abordagem teórico-metodológica para pesquisas sociais	179
5.3.1 A teoria social do discurso faircloughiana: um enfoque no conceito de discurso e no termo “crítica” nos estudos da Análise Crítica do Discurso	185
5.4 Linguagem e prática social: o texto como elemento basilar para a análise Crítica do Discurso	191
5.4.1 O texto em ação - significado acional	201
5.4.2 O texto em representação - significado representacional	203
5.4.3 O texto e a construção de identidades - significado identificacional	205
5.5 A Linguística Sistêmico-Funcional: Base Linguística da Análise Crítica do Discurso....	211
5.5.1 As metafunções da linguagem	218
5.5.2 Metafunção ideacional	219
5.5.3 Metafunção interpessoal	222
5.5.4 Metafunção textual	226
5.6 A Linguística Sistêmico-Funcional como principal literatura para a análise textual na perspectiva da ACD faircloughiana.....	237
5.7 Categorias analítico-textuais na perspectiva da ACD e da LSF	234
5.7.1 Categorias linguístico-discursivas elencadas com base no <i>corpus</i> da nossa pesquisa ..	235
6. Poder, hegemonia e ideologia na produção do discurso	235
Capítulo 6 - Percurso metodológico da Pesquisa	260
6.1 A Constituição do <i>corpus</i> e a natureza da pesquisa	261
6.1.1 Os alicerces éticos da pesquisa	264
6.2 A geração e coleta de dados	266
6.2.1 Questionário.....	266
6.2.2 Entrevistas semiestruturadas.....	268
6.2.3 Diário de campo.....	271
6.3 Colaboradores da pesquisa	272
6.3.1 Critérios de escolha dos colaboradores	272
6.3.2 Como chegamos aos colaboradores da pesquisa	274
6.4 Perfil dos participantes	274
6.5 <i>Corpus</i> da pesquisa.....	285
6.5.1 Procedimentos de análise e interpretação dos dados	285

6.6. Universo da pesquisa	287
6.6.1 O <i>Campus</i> Barreiros	287
6.6.2 Os assentamentos rurais.....	289
6.6.3 ONG Centro sabiá	291
Capítulo 7- Análise do <i>corpus</i>	294
7.1 Construção discursiva da compreensão de Agroecologia como prática social	295
7.1.1 Análise crítico-discursiva da compreensão de Agroecologia na concepção dos docentes	297
7.1.2 Análise crítico-discursiva acerca da compreensão de Agroecologia na concepção da ONG Centro Sabiá	311
7.1.3 Análise crítico-discursiva acerca da compreensão de Agroecologia na concepção dos egressos.....	321
7.1.4 Análise crítico-discursiva acerca da Agroecologia na concepção dos agricultores familiares não egressos.....	335
7.2 Análise linguístico-discursiva da função social e das possibilidades de contribuição do CST em Agroecologia na formação dos egressos e no desenvolvimento dos assentamentos rurais	346
7.2.1 Análise acerca da contribuição do CST em Agroecologia na concepção dos docentes....	347
7.2.2 Análise linguístico-discursiva acerca do entendimento da ONG Centro Sabiá em relação à contribuição do CST em Agroecologia para a Mata Sul-PE.....	355
7.2.3 Análise linguístico-discursiva sobre a contribuição do curso para a inserção profissional e para o desenvolvimento do território da Mata Sul-PE na concepção dos egressos.....	362
7.2.4 Análise linguístico-discursiva acerca do discurso dos agricultores familiares não egressos sobre a contribuição do curso para o desenvolvimento do território da Mata Sul-PE	389
7.3 Análise discursiva das identidades dos egressos a partir de suas vozes e das vozes dos docentes	409
7.3.1 Análise das construções identitárias a partir dos discursos dos egressos	411
7.3.2 Análise das construções identitárias dos egressos a partir dos discursos dos docentes.	422
7.4 Análise de redes intertextuais nos discursos dos egressos a partir das dimensões da Agroecologia	431
7.5 Análise linguístico-discursiva da concepção dos docentes acerca das estruturas de dominação histórico-cultural na Mata Sul-PE.....	446
CONSIDERAÇÕES FINAIS	458
REFERÊNCIAS	466
APÊNDICES	487

CAPÍTULO 1

POR QUE TRILHAR ESTE CAMINHO?

Figura 1- Charge



Fonte: (<http://www.leg.uefs.br/modules/> Acesso em 13 de março de 2023).

Trazer, inicialmente, esta charge para a apresentação da nossa Tese não significa apenas focar em um recorte ilustrativo para a introdução, mas é entender a linguagem como prática que tanto constitui a realidade como também a transforma. Partimos¹ do pressuposto de que é por meio do discurso que os agentes sociais agem na sociedade com vistas a diferentes finalidades. Na charge, evidenciamos que os interlocutores produzem um discurso que traduz intencionalidades específicas dentro de uma temporalidade e de contexto sócio-histórico; nesse sentido, tomamos o termo discurso como um modo de representar alguma parte específica do mundo, em uma relação dialética entre linguagem e sociedade (Fairclough, 2003).

Os atores sociais representados socialmente na charge como agricultores fazem do seu discurso um ato persuasivo para legitimar a importância da sua atividade, bem como tornar visível o seu papel no mundo social, o seu existir e resistir. Nas palavras de Bourdieu (1989, p.118), “o mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto.” O efeito constitutivo desse discurso está associado à resistência, à luta por relações de igualdade e de promoção de direitos, especificamente, ao concernente à terra, soberania alimentar e à Agroecologia².

As vozes presentes nesse discurso representam tantas outras, como também são constituídas a partir de outros dizeres que têm as mesmas pretensões dentro desse contexto

¹ Na escrita da Tese, optei pela primeira pessoa do plural, pois entendemos que o trabalho de pesquisa é um processo coletivo entre pesquisador, orientador e coorientador. Ressalto que usei também a primeira pessoa do singular em colocações de cunho pessoal, como por exemplo, quando fiz referência a minha experiência pessoal e profissional.

² No decorrer da Tese, ao nos referirmos à Agroecologia e ao Agronegócio, utilizamos letra maiúscula para destacar o seu significado político e social

social. Isso porque as nossas escolhas lexicais são perpassadas por outras vozes, não é possível definir nossa posição acerca de algo sem correlacioná-la com outras posições, essa afirmação está em consonância com o pensamento de Bakhtin (2003, p. 379), ao afirmar que “todas as palavras, além das minhas próprias, são palavras do outro. Eu vivo em um mundo de palavras do outro.”

Posto isso, entendemos que é impossível, enquanto pesquisadora, no desenvolver desta pesquisa, manter a total imparcialidade a partir das crenças, emoções e de várias outras redes de valores que nos constituem enquanto seres humanos, ao produzir e ao analisar as escolhas linguísticas e o discurso do outro. Convém afirmar que as inquietações que me moveram para a realização desta Tese não foram apenas escolhas acadêmicas, mas também inclinações pessoais, que buscaram compreender as relações interpessoais a partir do contexto de estudo da temática da Agroecologia, assentamentos, saber popular e acadêmico.

Essa motivação tem um estreito vínculo com o início de minha atuação docente, em julho 2005, na Educação Profissional, Técnica e Tecnológica (EBTT), na antiga Escola Agrotécnica Federal de Barreiros (EAFB), hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) *Campus* Barreiros - localizado na Mata Sul-PE. Desse modo, as razões pelas quais trilhei esta pesquisa têm uma relação direta com o meu fazer docente, com a minha vivência, com as questões sociais e os desafios do mundo rural, em particular com o trabalho dos pequenos agricultores face às adversidades que perpassam no seu cotidiano.

Na condição de pesquisadora e de docente de Língua Portuguesa, estou inserida em diversos contextos culturais, ambientais, sociais, históricos, políticos, pedagógicos, e em constante relação e construção discursiva com os dizeres de outros agentes. Optar por um tema de pesquisa para o doutoramento não é algo simples, pois requer do(a) pesquisador(a) um olhar minucioso sobre certa afinidade com o tema. Isso não quer dizer que, como pesquisadora, eu tenha total conhecimento sobre o assunto que abordei nesta Tese, visto que, como elucida Santos (2007, p. 52), “uma coisa clara para nós é que não há conhecimento geral; tampouco há ignorância geral”.

Reiterando as palavras do autor, ousar dizer que o conhecimento se dá pelo entrelaçar de diferentes discursos a partir de práticas sociais. Tomo como base o conceito de práticas sociais trazido por Chouliaraki e Fairclough, (1999, p. 21[tradução minha])³, que as definem como “maneiras habituais, em tempos e espaços particulares, pelas quais as pessoas aplicam recursos

³ Destacamos que todas as traduções feitas nesta Tese foram realizadas pela pesquisadora.

– materiais ou simbólicos para agirem juntos ao mundo”. Desse modo, as práticas se configuram como ações no cotidiano, são constituídas na vida social, construindo diversas maneiras particulares de agir.

Embasada na concepção de práticas sociais como ações rotineiras para viver em sociedade com diferentes agentes, entendo, de modo prático, como fui me constituindo como um ser social e o porquê da inclinação por algumas questões de estudo, como é o caso específico do tema dessa pesquisa. Apresento razões da minha relação e interesse em analisar os discursos de atores sociais que vivem e resistem no mundo rural. A minha vivência com a realidade do campo rural teve início desde a minha infância, não um contato a passeios a este universo, romantizado ou idealizado como um “*locus amoenus*” conforme trazido pelos poetas árcades em suas construções poéticas.

Sou de origem simples, nascida e criada no interior do agreste pernambucano, filha de agricultores. Somos oito irmãos, crescemos na zona rural ajudando nossos pais na plantação e na colheita da lavoura. Isso me permite entender como sobreviver da agricultura é árduo. Meus pais, por questões históricas, só tiveram acesso à formação escolar primária, mesmo assim foram extremamente atentos e cuidadosos para com a nossa formação educacional, pois entendiam a educação como forma de garantir direitos e ascensão na vida social. Eles compreendiam que a sociedade categoriza as pessoas por classes, refiro-me, aqui, às questões de desigualdades que invisibilizam os menos favorecidos socialmente. Para eles, a educação era prioridade, havia um tempo determinado para as atividades rurais e outro para o nosso estudo.

Entendo que esse espaço social e epistêmico onde cresci reporta-me a pensar o conhecimento acadêmico e popular não como uma simples troca de experiências, mas como uma perspectiva de diálogos socialmente construídos, pois como defende Freire (2018), não há saber mais ou saber menos, há saberes diferentes. Isso na prática acadêmica gera tensões, pois ainda prevalece nas universidades uma ideia de superioridade do saber científico em detrimento do saber popular. É preciso descolonizar o pensamento de que esse é o único espaço de produção de conhecimento de excelência. A persistência dessa prática produz o que Santos (2007) chama de epistemicídio dos saberes alternativos, destrói outros conhecimentos pré-existentes.

Essa minha dupla experiência – atividade rural e escolar - foi muito significativa para mim, pois, enquanto docente de um *Campus* com grande contingente de estudantes oriundos da zona rural, consigo entender, parcialmente, a dinâmica do cotidiano deles. Apesar do contexto histórico-geográfico em que eles estão situados apresentarem outras características históricas e

sociais, visto que, além de eles conviverem com a dificuldade e limitações da zona rural, ainda enfrentam conflitos fundiários e o cultivo persistente da monocultura. Nesse diferente contexto, as identidades e as representações sociodiscursivas desses atores são marcadas por problemas sócio-históricos e culturais de outras dimensões.

Nas palavras de Andrade (2005, p. 49), “as formas de luta mais agudas no meio rural nordestino apresentam características diferentes, conforme as áreas onde se dão: áreas da grande produção capitalista, ou mais tradicionais, ou em ocupação”. Assim, cada área tem suas especificidades de lutas e de resistências para garantir seus direitos e tentar transformar uma realidade que lhe foi imposta. Na Análise Crítica do Discurso (doravante ACD), a noção de contexto histórico é imprescindível para a redução da ambivalência na interpretação textual e na identificação dos efeitos sociais causados pelos textos, pois, para Fairclough (2003), os efeitos causais dos textos dependem do contexto.

Desse modo, na ACD, é importante abordar a conjuntura a fim de visualizar de perto em que contexto os discursos pesquisados estão inseridos, no concernente às instâncias políticas, históricas e socioculturais, analisar as práticas maiores, as práticas particulares e os discursos em si (Fairclough, 2003), em contexto específico, como no caso deste trabalho. De acordo com Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 22), “a vantagem de focar na conjuntura é que ela nos permite traçar através do tempo o efeito não só de eventos individuais, mas de uma série de eventos ligados estruturalmente às práticas de sustentação e transformação – rearticulação.”

Para esses autores, a conjuntura é uma rede de práticas que constituem as estruturas sociais sustentadas por relações sociais de poder. Assim, investigar a conjuntura dentro da pesquisa é essencial para analisar criticamente as relações de desigualdades sociais presentes neste contexto e sinalizar possibilidades de mudança a partir das perspectivas sob as quais queremos intervir socialmente. A conjuntura é, portanto, um estágio particular da pesquisa para analisar a rede de práticas sociais que interconectam as estruturas sociais, culturais, econômicas e os eventos concretos (Chouliaraki e Fairclough, 1999). A análise da conjuntura é ainda “uma especificação da configuração de práticas dentro das quais o discurso em foco está localizado” (Chouliaraki e Fairclough, 1999).

É com base na proposta de mudança social, de um olhar minucioso de contextos vividos, que tomei como tema de estudo para a escrita dessa Tese a Agroecologia e a agricultura familiar como práticas sociais em assentamentos rurais no contexto da Mata Sul-PE, a partir da inserção do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia (doravante CST em Agroecologia). O *corpus* da pesquisa engloba o discurso de docentes, de egressos do CST em Agroecologia do

IFPE- *Campus* Barreiros, da ONG Centro Sabiá e de agricultores familiares não egressos. A escolha desses colaboradores se justifica por seu contato direto com a temática da Agroecologia e com a realidade social a que nós nos propomos investigar por meio das construções linguístico-discursivas - entender como se dá essa interação entre as instituições formais com os assentamentos e se o compromisso social dessas instituições, a partir da Agroecologia, têm se tornado prática social.

Visto que, quando tomamos consciência do que nos afeta, nos domina, temos mais possibilidade de lutar pela mudança; nesses termos, Bourdieu (1989) elucida que, para romper com o estado de dominação, os agentes dominados devem tomar consciência do poder de imposição ao qual estão submetidos. Para esta mudança e tomada de consciência dos agentes sociais de assentamentos rurais que vêm sendo dominados por um modelo agrícola - o Agronegócio - como campo homogeneizador, é necessária a intervenção de instituições de ensino junto às comunidades no desenvolvimento de alternativas inovadoras para outros modelos de produção agrícola.

É nessa perspectiva que o IFPE-*Campus* Barreiros vem ofertando cursos de orientação profissional voltados para a produção agrícola nos moldes de agriculturas mais sustentáveis, nos quais grande parte dos estudantes é oriundo de comunidades rurais e assentamentos. Lotada nesse *Campus*, intensifiquei meu contato com essas comunidades, não só com as atividades internas em sala de aula, como também por meio de Programas Sociais ofertados pelo Governo Federal via IFPE, como, por exemplo, ministrando aulas no PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) em assentamentos rurais. Esses encontros com as comunidades possibilitaram conhecer um pouco as suas práticas cotidianas, necessidades, bem como entender a importância da participação efetiva do *Campus* com vistas a reduzir as desigualdades sociais.

A partir da Lei nº11.892⁴, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a criação dos IFs, o *Campus* Barreiros (Antiga Escola Agrotécnica Federal) passou a ofertar, a partir de agosto de 2011, o CST em Agroecologia. O curso visa formar profissional de nível superior responsável pelo planejamento, análise, execução e monitoramento de sistemas de produção agropecuária, com atuação pautada pela promoção da sustentabilidade ambiental, sociocultural e econômica,

⁴ Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características: I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

de modo integrado (PPC, 2015). O enfoque do curso é na formação voltada para atender comunidades rurais locais, assentamentos e para estudantes que desejam trabalhar com a temática de sustentabilidade e autonomia na produção alimentícia agroecológica.

A opção para a criação do CST em Agroecologia além de ter sido uma resposta à nova estrutura dos Institutos Federais (IFs) na questão de implantar cursos superiores para a atender à demanda local, justifica-se, também, por ter estreita relação com a história educacional e a localização geográfica do *Campus*. A instituição é de origem agrícola, referência na formação agropecuária e da inserção de mão de obra especializada na cadeia produtiva da cana-de-açúcar na Mata Sul-PE.

No entanto, as mudanças no cenário econômico da região, com o encerramento das atividades de grandes usinas, que concentravam a mão de obra, trouxe como consequência um alto nível de desemprego e o aumento da pobreza local (PPC, 2015). Nesse contexto, intensifica-se uma luta mais expressiva pela política da reforma agrária, os “movimentos populares reivindicam a propriedade da terra para os agricultores, incentivando-os a cultivar sobretudo lavouras de subsistência” (Andrade, 2005, p. 275).

Emerge, assim, novos territórios, os assentamentos rurais, e nova categoria social, os agricultores assentados⁵, modificando, parcialmente, o espaço da monocultura da região da Mata Sul-PE. Esses agricultores passam, a partir desse momento, a ter outra relação com a terra, com o trabalho rural, constituem outros significados simbólicos e materiais, constroem nova identidade e representação social. Constitui-se, assim, um novo “*locus*” de construção, partilha e busca de saberes. Com essa transição, os novos agentes precisam lutar para se manterem no território, usarei este termo território apoiada em Santos (1999, p. 8) para quem

O território é o chão mais a população, isto é, uma identidade, o fato de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando de um território usado, utilizado por uma dada população, um faz o outro.

Nas palavras do autor, o conceito de território não se limita à ideia de espaço físico e geográfico, está também delimitado pela forma em que se dão as relações sociais, interpessoais, produtivas e econômicas dos atores sociais rurais com outros agentes sociais para fortalecer o desenvolvimento desse espaço. Nessa mudança, os agricultores familiares assentados para se

⁵ Agentes sociais beneficiários da política pública do programa de reforma agrária.

fixarem nesse território necessitam de outros conhecimentos, carecem de formação e assessoria técnica para desenvolver atividades agrícolas mais sustentáveis. Isso porque, parte desses atores sociais trabalhavam na monocultura da cana-de-açúcar, outras como empregadas domésticas, conforme mostram os estudos realizados por Kato e Hamasaki (2008), que antes do assentamento 68% estavam ocupados na agricultura e 32% em outras atividades.

Diante desse quadro, o *Campus* Barreiros entendeu que era necessário a implantação de um curso tecnológico de nível superior que visasse à formação profissional e assessoramento aos pequenos agricultores familiares rurais com possibilidades de inclusão social. Essa inclusão social engloba não só os cuidados com a regeneração da terra como extensão de pertencimento desses agentes sociais na busca de um equilíbrio socioambiental, mas também uma formação que possibilite condições de esses agentes se fixarem no campo rural e enfrentarem as adversidades da região.

É incontestável, como argumentam Chouliaraki e Fairclough (1999), que as universidades desempenham responsabilidades econômicas com a esfera econômica. Entretanto, é inaceitável a redução da sua função a serviço daqueles que controlam a economia, visando seus interesses particulares. Diante desse questionamento, entendemos que, no contexto da Educação Profissional Técnica e Tecnológica (EPTT), investigar como os saberes se integram é essencial para verificar se o conhecimento acadêmico-científico aliado ao saber popular apresenta possibilidade de integração da Academia com as comunidades e com outras instituições, como, por exemplo, ONGs, que desenvolvem atividades de apoio técnico às comunidades rurais e assentamentos.

Além disso, é importante questionar se há inserção profissional dos egressos nessas comunidades, com vistas ao desenvolvimento local. Os Institutos Federais foram criados para assumir compromisso de intervenção nas regiões em que estão inseridos “identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social” (Pacheco, 2023, p. 61). Ressaltamos que utilizamos o termo sustentabilidade, conforme Gervazio *et al.*, (2022), que concebem a sustentabilidade a partir de diversas dimensões (cultural, ética, alimentar, política, administrativa, entre outras). O termo sustentabilidade tem ampla abrangência, e não se esgota no discurso de degradação ambiental no sentido restrito.

Vale salientar que a concepção de sustentabilidade teve origem em meados da década de 1970, na primeira Conferência de Estocolmo sobre meio ambiente, realizada pela ONU. Essa concepção se tornou mais evidente através do Relatório Brundtland, que fixou metas e medidas

para implantação de um programa de desenvolvimento sustentável. O termo passou a ser entendido como um desenvolvimento a longo prazo, que preserva os recursos naturais utilizados pela humanidade, evitando sua exaustão.

As práticas sociais que não levam em consideração esse princípio causam problemas socioeconômicos, ambientais e geram relações desiguais de poder. No território da Mata Sul-PE, esse é um problema persistente devido à prática da monocultura, que pouco se preocupa com o desenvolvimento sustentável, pois a ênfase recai sobre o capital, em detrimento da qualidade de vida da população, principalmente, no âmbito rural. Essa população, no Brasil rural, ainda sofre preconceitos e é alvo de estereótipos que a caracteriza como atrasada, pouco desenvolvida, silenciada, entre outros. Ademais, em sua maioria, é constituída por pessoas que, devido à ausência de políticas públicas eficazes, desconhecem até mesmo os seus direitos. Falta-lhe uma verdadeira política de sustentabilidade no sentido macro.

Especificamente, na Mata Sul-PE, a população rural é composta por trabalhadores que, por questões sócio-históricas, permaneceram à margem de investimentos em formação intensiva para aprender a lidar com culturas distintas da cana-de-açúcar. Como consequência, o território ainda enfrenta a precarização do trabalho, tanto na monocultura quanto nas áreas de assentamento no desenvolvimento da agricultura familiar, atividade necessária para a sobrevivência dessa população. Parte dos desafios decorre por falta de investimento das políticas públicas. Além disso, outro obstáculo é a deficiente planificação física dos assentamentos rurais, que inviabiliza a plantação e, conseqüentemente, compromete o sustento da família e a rentabilidade socioeconômica.

Conforme dados da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), a Mata Sul-PE

possui uma base econômica agrária latifundiária o que a torna dependente da renda gerada pelo cultivo da cana-de-açúcar. Por demandar mão de obra numerosa e pouco qualificada, sem uma maior preocupação no desenvolvimento da tecnologia e nos investimentos em educação, fator esse que somente contribuiu para consolidar a concentração de renda e os baixos indicadores sociais presentes na região (2021, grifo nosso).

Essa realidade sustenta a continuidade de um discurso dominador e alienador que intenta persuadir o imaginário de grande parte da população de que a monocultura é um modelo bem-sucedido de agricultura para o desenvolvimento econômico e o meio mais eficaz. Nesse contexto, a Mata Sul-PE apresenta, conforme dados da EMBRAPA, um dos piores indicadores sociais do Estado, IDH = 0,616. A persistência das atividades de monocultura no território da Mata Sul-PE é um dos fatores preponderantes para o elevado índice de desigualdades sociais.

A região continua marcada pela alta concentração de terras nas mãos dos grandes latifundiários, mantendo um modelo econômico de caráter capitalista e colonizador.

Esses marcos sócio-histórico e culturais refletem diretamente na falta de perspectivas para a região, enfraquecendo o desenvolvimento socioeconômico das classes minorizadas. O déficit educacional faz com que as populações rurais desse território ocupem setores da economia pouco atrativos e de baixa remuneração, além de implicar subordinação à classe dominante por falta de perspectivas. Podemos, assim, elucidar que a dominação em sociedades diferenciadas deve ser pensada no plural, uma vez que resulta não apenas de um tipo de investimento (o econômico), mas de um conjunto de estratégias de diferentes naturezas, entre as quais a formação educacional e as práticas culturais desempenham funções essenciais para o desenvolvimento social.

Vale ressaltar que a nossa crítica à monocultura, ao Agronegócio, na escrita desta Tese, não se limita apenas ao modelo de agricultura com ênfase na exportação e na produção em larga escala. Ela se dirige, sobretudo, à forma como este modelo econômico é imposto, desordenando e tolhendo os direitos de tantos outros agentes sociais. Sob esse viés discursivo, tomamos como argumento as palavras de Fairclough (2003, p. 5):

Não é o ímpeto para aumentar a integração econômica mundial que é o problema, mas a forma particular com que isso tem sido imposto e as consequências particulares (por exemplo, em termos de distribuição desigual de riqueza) que inevitavelmente a acompanham.

A nossa crítica baseia-se nessa realidade desigual de recursos que impede o desenvolvimento socioeconômico de grande parte da população, principalmente das que tentam sobreviver nas comunidades rurais em meio a grandes latifundiários que ditam a forma de produção. Atualmente, como docente do CST em Agroecologia, tive a oportunidade de, por meio de visita a alguns assentamentos durante as aulas de campo com atividades integradas a outros componentes curriculares, observar essa realidade “*in loco*” e entender o quanto é necessária a aplicabilidade de tecnologias sociais⁶ para o desenvolvimento da agricultura familiar, a fim de atenuar as desigualdades socioeconômicas, de promover a segurança

⁶ Projeto particular de desenvolvimento tecnológico, intenta fomentar o processo de desenvolvimento econômico, político, cultural e social. Entre os elementos constitutivos desse projeto destacam-se: elaboração de processos produtivos adequados a formas autogestionárias de organização do trabalho (e que superam a desigualdade de gênero e racial); elaboração de tecnologias e produtos ajustados ao contexto sociocultural e à lógica sistêmica do meio ambiente [...] com incorporação de conhecimentos tradicionais e científicos, apropriação das tecnologias pelos setores mais vulneráveis da classe trabalhadora de forma a estimular um processo de desenvolvimento com desconcentração de renda, fundamental aos países periféricos (Serafim, *et al.*, 2013).

alimentar e para a autonomia e a permanência dos agricultores familiares em suas comunidades, com melhor qualidade de vida e respeito aos seus saberes convencionais.

Inserida, portanto, nesse contexto acadêmico com um novo público discente e com as pesquisas se a formação profissional com enfoque na Agroecologia, enquanto ciência, possibilita mudança de perspectiva social, educacional, emancipatória e econômica na vida dos diferentes atores sociais envolvidos nesse curso. Desse modo, interpele de que forma as práticas discursivas da universidade, por meio da formação profissional do Curso de Agroecologia estão mobilizando e impulsionando os assentamentos locais. Como integrante também da Academia sinto-me provocada em investigar criticamente, nos discursos de egressos, docentes, assentados e ONG, especificamente a ONG Centro Sabiá, o papel social da universidade como esfera pública, sua contribuição na perspectiva de transformação, como ela possibilita alargamento para discussões e intervenções contra as práticas de dominação colonizadora ainda recorrentes na Mata Sul-PE.

Práticas essas que são, como afirma Stédile (2011), consequências advindas da concentração da propriedade da terra, uma das principais fontes de injustiças sociais no Brasil. A disputa por terra é um dos vetores que provocam violência, dominação e segregação. Esse indicador demonstra que a população não está tendo acesso aos direitos assegurados pela Constituição Federal Brasileira, no capítulo I, Art. 5º “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.”

Há um certo paradoxo em relação a algumas características do território da Mata Sul-PE, visto que ele desempenha um papel estratégico na economia do Estado, tendo, em sua história, um desenvolvimento com raízes culturais ligadas à agroindústria canavieira, possui solos aptos para as mais diversas atividades agropecuárias, alta pluviosidade e destaca-se também pelo turismo por possuir as praias mais bonitas do Estado. Por outro lado, é uma região marcada por histórias de resistências, (re) existências e de lutas para a sobrevivência.

Conforme dados da EMBRAPA (2021), nesta região está localizada a força de trabalho dos menos privilegiados na indústria canavieira e onde também está a maior concentração de assentamentos da reforma agrária do Estado. A região possui um número significativo de assentamentos rurais, o que reforça a importância de políticas públicas para o fortalecimento e fixação dessa população nas comunidades rurais. O território da Mata Sul-PE, conforme a EMBRAPA (2021), possui cerca de 4.951 agricultores familiares, 10.053 famílias assentadas e uma comunidade quilombola, o engenho Siqueira, localizado no município de Rio Formoso.

Historicamente, este território constituiu-se como uma região marcada por lutas trabalhistas no campo, conduzidas por operários da atividade canavieira e outros assalariados, junto a usineiros e latifundiários. Um dos marcos dessas lutas foi o movimento intitulado Ligas Camponesas impulsionadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), tendo como principal incentivador o deputado Francisco Julião. Esse movimento contribuiu para a criação de outros meios de reivindicação, dando um caráter mais político às lutas e, posteriormente, foi implementado o Estatuto da Terra, em 1964, compreendida como a própria Constituição Federal em relação ao acesso à terra.

No entanto, o problema de concentração de terras é ainda um agravante para as comunidades rurais da Mata Sul-PE, visto que a maior parte dos conflitos ocorre por causa da falta de acesso à terra para o plantio de alimentos básicos para a subsistência em detrimento de grandes áreas para a monocultura. O campesinato brasileiro ainda vem produzindo sob ameaça das mais variadas. A tabela abaixo traz dados levantados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) que reitera essa afirmação.

Tabela 1 - Identidades que mais têm sofrido violências por terra em 2022

Povos originários	28%
Posseiros	19%
Quilombolas	16%
Sem terras	12%
Assentados	9%

Elaborada pela pesquisadora – **Fonte** <https://ssb.org.br/noticias/cpt> (acesso em 05 de maio de 2023).

Conforme o relatório da CPT, em 2022 foram registradas 2.050 ocorrências de conflitos no campo no país. O número representa um aumento de 16,70% em relação a 2021. Os dados de 2022 revelaram que 181.304 famílias viveram diante da mira desse tipo de conflito, um aumento de 4,61% a mais que o ano anterior. Resgatando os dados da última gestão do executivo federal, de 2019 a 2021 temos os seguintes números de conflitos no campo.

Quadro 1 – Conflitos no campo entre 2019 e 2021

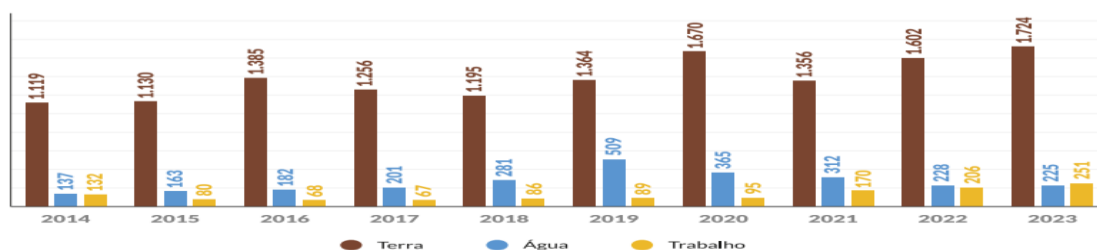
Ocorrências (números)	Aumento em relação ao ano anterior
2019 – 1.963 casos	396 casos a mais em relação a 2018.

2020 – 2.130 casos	167 casos a mais em relação a 2019.
2021 - 1.838 casos	Há uma redução de 292 casos em relação ao ano anterior.

Elaborada pela autora. **Fonte:** CPT 2023.

Percebemos que há um significativo aumento de casos de conflitos durante o Governo de Bolsonaro entre os anos de 2019 e 2020. Mas os números de embates nesse campo ainda são assustadores, observamos que, mesmo em gestão de governo executivo progressista, como é o do Governo Lula, esses dados não têm cessados, como revelam os dados da CPT realizados com base nos últimos dez anos. Vemos que, em 2023, os números continuam elevados.

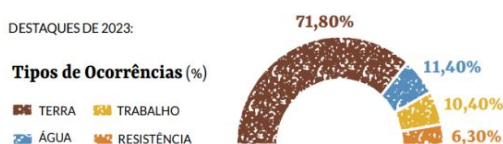
Gráfico 1 - conflitos por terra, água e trabalho no campo



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT. Elaboração: LEMTO-UFF, 2024.

Os dados revelam que os conflitos por terra são superiores aos conflitos por água, trabalho e resistência, chegando o conflito por terra a 71,80%, conforme podemos observar na figura abaixo.

Gráfico 2 - Conflito por terra – dados 2023



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT. Elaboração: LEMTO-UFF, 2024.

É um percentual que sinaliza o quanto o problema por concentração de terras é um dos principais fatores econômicos e sociais que segregam e afetam a sociedade, provocando desigualdade social. Em se tratando da temática Agroecologia, podemos afirmar que, sem a desconcentração de terras, é impossível a consolidação dessa prática agrícola. Registros levantados pela CPT (2020) revelam que o Estado de Pernambuco registrou 103 ocorrências de

conflitos no campo envolvendo 37.136 pessoas. A média equivale a um conflito a cada 3 dias e meio e 70% dos conflitos ocorreram na Zona da Mata Sul-PE.

Essas ocorrências envolveram comunidades posseiras, seguidas de populações pesqueiras, indígenas, quilombolas e sem-terra. É importante ressaltar que não se trata, aqui, de dados numéricos apenas, mas de vidas que não são respeitadas pela lógica capitalista, cujo cerne é a manutenção do poder manipulador que naturaliza as atitudes cruéis de injustiça, favorecendo os opressores e culpabilizando as vítimas. Sob esse olhar, Chagas (2021, p. 115) argumenta que o maldito “monopólio da violência estatal” cumpre uma função de dar guarida ao latifúndio e à grilagem, às espoliações, aos saques e toda sorte de violência perpetrada contra camponesas e camponeses, povos e comunidades tradicionais, bem como à própria natureza”.

Tendo em vista este duro cenário do Brasil e, especificamente, na região em que a nossa Instituição de Ensino está localizada, devemos, portanto, como educadores, envidar esforços para apoiar, potencializar e formar essa população para que melhore a sua qualidade de vida, o seu bem-estar social e amplie a sua visibilidade a partir das atividades cotidianas com práticas agrícolas diversificadas e mais sustentáveis. Posto isso, indagamos como o CST em Agroecologia, ofertado pelo IFPE-*Campus* Barreiros, vem atuando nesses espaços de lutas e resistências pela sobrevivência e produção agroalimentar em um contexto de oposição a um discurso que defende o modelo de agricultura capitalista.

Refletindo acerca da inserção do curso, nessa região, como marco na área da Agroecologia, emergem as problemáticas da pesquisa que tentam compreender o papel da Universidade, o compromisso social e científico no combate aos grilhões históricos de exclusão e invisibilidades sociais, herança da lógica capitalista e colonizadora de dominação da cultura agrícola hegemônica nesse espaço. Historicamente, a região da Mata Sul-PE foi se constituindo a partir de problemas sociais colonizadores, onde prevaleceu o discurso da produção da monocultura como um dos meios majoritários de renda e empregabilidade da região. Atualmente, apesar do encerramento das atividades das grandes usinas na Mata Sul-PE, como por exemplo, a UCB⁷, ainda é visível a predominância de grandes áreas de monocultura.

Aqui, vale ressaltar as críticas realizadas por Andrade (2005) em relação à hegemonia da monocultura neste território. O autor elucida que, ainda no século XXI, o capitalismo rural

⁷ Em 1997, a Usina Central Barreiros encerrou suas atividades, porque na década anterior a empresa acumulou mais dívidas do que o seu ativo e foi perdendo competitividade, era um das que mais produziam no Nordeste (Andrade, 2005).

domina na área canavieira, visto que a cana continua como lavoura principal, em contraste com o que acontece em outras regiões onde se formam assentamentos sob a supervisão de movimentos sociais, da pastoral da terra ou do próprio INCRA. A ausência de movimentos sociais e de instituições acadêmicas nessas comunidades enfraquece e desmotiva a luta por mudança no modelo de produção agrícola e na organização da própria comunidade. Isso acaba fortalecendo a monocultura, uma vez que não tem antagonista a esta cultura de larga escala que tem fins meramente lucrativos, visando a grupos específicos.

No Brasil, houve uma predominância dos moldes da agricultura industrial que se alargou em grande proporção, de modo que as alternativas a um estilo agricultável, que primavam pela longevidade dos recursos naturais, não foram suficientes para o enfrentamento de um discurso hegemônico antagônico. Conforme Caporal e Costabeber (2004), o modelo da agricultura industrial e os problemas socioambientais foram se agravando particularmente, após a II Guerra Mundial. Reacende a lógica do colonialismo em relação a quem têm acesso às novas tecnologias industriais e quem decide o que e como plantar sob a lógica do neoliberalismo, utilizando-se de um discurso argumentativo de que a forma crível de produção é o Agronegócio.

Sob esse viés discursivo, Silva (1982) elucida que a industrialização tardia nos países periféricos submeteu a agricultura a uma modernização conservadora, na qual o capital se aliou à égide do Estado. A forma como o capital adentrou na agricultura foi denominada por esse autor de “modernização conservadora” ou “modernização dolorosa”. Nesse contexto, emerge o discurso da agricultura alternativa em oposição aos referenciais do discurso da agricultura industrial moderna a “Revolução Verde”, cuja proposição visava à agricultura de grande escala com implementos agrícolas de alto custo, impossibilitando o acesso ao pequeno produtor rural.

O processo de modernização da agricultura brasileira de grande escala foi responsável por consequências sociais e ecológicas, afetando os recursos naturais e excluindo os pequenos produtores rurais de suas propriedades e de suas atividades agrícolas, provocando o êxodo rural, o desemprego e, conseqüentemente, a crescente desigualdade socioeconômica no meio rural. A construção acerca do debate da Agroecologia, no Brasil, deu-se a partir de diferentes categorias e eventos sociais em oposição aos impactos sociais e culturais da modernização da agricultura, dentre eles: a CPT, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), movimentos ecologistas constituídos por estudantes, agrônomos e ONGs em prol da criação de modelos alternativos (Luzzi, 2007; Paulino, 2017).

As críticas ao processo de modernização da agricultura começaram a ganhar forças, no Brasil, por volta das décadas de 1970 e 1980, tecidas por intelectuais – que, através de suas

publicações, passam a denunciar os impactos da agricultura moderna e contribuíram significativamente para o avanço da agricultura alternativa no país (Luzzi, 2007). Os estudos dessa autora apontam que a articulação sobre a agricultura alternativa foi se ampliando por meio dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAAs), organizados por estudantes, agrônomos e agricultores. A partir da década de 1990, houve um maior fortalecimento do debate sobre a Agroecologia, crescimento do número de ONGs e de consolidação de experiências nessa temática. As discussões ganharam forças a partir do I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) realizado em 2002.

A Agroecologia eclode como um enfoque científico para dar suporte à transição de estilos de agriculturas mais sustentáveis e para contribuir com o estabelecimento de processos de desenvolvimento rural sustentável (Caporal e Costabeber, 2004). Buscou-se, portanto, um novo paradigma de produção para os pequenos agricultores rurais, embasado no desenvolvimento sustentável e na soberania alimentar. A Agroecologia surge como alternativa para minimizar os malefícios da agricultura industrial, cuja política era a manutenção dos extensos monocultivos destinados, principalmente, à exportação de matérias-primas, produzidas com o uso intensivo de fertilizantes químicos e agrotóxicos, sementes híbridas, mecanização agrícola e sistemas de irrigação, um modelo dominante de produção de grande escala, distante das condições socioeconômicas dos pequenos produtores.

Os discursos de transformação social que envolvem o campo científico da Agroecologia adquirem sua funcionalidade em uma associação de acadêmicos e cientistas que possuem o dever de intervir na realidade, pondo em prática um projeto social e político de dupla natureza: a busca articulada do conhecimento e transformação social (Paulino, 2017, p. 28). Em outras palavras, o discurso acadêmico-científico da Agroecologia deve ser comprometido com um projeto de desenvolvimento social/local.

Desse modo, em nossa Tese, procuramos defender que a construção do conhecimento de base agroecológica, necessariamente, tem que articular os diferentes saberes científicos *versus* os saberes tradicionais. Sob esse olhar, a Agroecologia não pode simplesmente ser caracterizada como um modelo de agricultura ou enquanto um conjunto de práticas agrícolas sustentáveis, mas deve ser entendida como uma ciência, uma prática social produtiva e um movimento social e político de enfrentamento de problemáticas socioeconômicas e ambientais (Caporal e Costabeber, 2002). Nas palavras desses autores, fica evidente que a agenda da Agroecologia deve estar voltada para práticas sociais que contribuam na promoção das

transformações sociais de uma determinada realidade, em que os agentes nela inseridos possam agir conjuntamente.

Assim, buscaremos, nesta Tese, analisar os discursos dos colaboradores da pesquisa, levando em consideração o tripé da Agroecologia enquanto ciência, prática e movimento. A Agroecologia, conforme Hecht (1989), configura-se uma ciência interdisciplinar, que dialoga com diversas esferas do conhecimento acadêmico e popular. Na concepção de Caporal e Costabeber (2000), a Agroecologia é entendida como um movimento social e político de enfrentamento de problemáticas sociais, econômicas e ambientais. Esses autores entendem que, como prática, a Agroecologia se desenvolve com a experimentação e a proposição de alternativas concretas dos diversos sujeitos que manejam a terra e produzem alimentos desde o seu saber ao fazer.

Além desse tripé, ousamos afirmar que a Agroecologia também se classifica como política governamental e modalidade de educação formal com a institucionalização dos cursos nessa área. O primeiro curso técnico em Agroecologia foi criado em 2003, no âmbito do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, sendo esta a primeira instituição a formalizar a criação de cursos técnicos em Agroecologia. A implementação desses novos cursos vem levantando discussões acerca do exercício da nova categoria profissional – os agroecólogos – como, por exemplo, onde e como atuar, respeitando eticamente a sua formação e os diferentes saberes. Inclusive, a regulamentação do exercício dessa profissão ainda está em tramitação conforme o Projeto de Lei nº 3.710/2019.

Essa falta de regulamentação do profissional em Agroecologia acaba deslocando o egresso para áreas de atuação diferente, deixando lacunas na assessoria aos agricultores familiares. O reconhecimento dos agroecólogos, oriundos das instituições reconhecidas pelo MEC, é uma maneira de garantir uma agricultura mais sustentável sob a ótica ambiental e social. Nestes termos, Norder *et al.*, (2015, p. 12) argumentam que

Uma formação em Agroecologia com perfil crítico, ético e humanista inclui considerações sobre o respeito às escolhas políticas e profissionais e às liberdades individuais, inclusive, evidentemente, a dos educandos e egressos dos cursos de Agroecologia oferecidos na rede pública de educação formal no Brasil.

Outro aspecto fundamental na agenda da Agroecologia é o princípio do diálogo com os povos do campo, com ONGs e diversas instituições, em consonância com o respeito ao saber popular e à dimensão histórico-ontológica das comunidades rurais. Para Caporal *et al.*, (2009, p. 267):

A Agroecologia adota, como orientação básica, enfoques pedagógicos construtivistas e de comunicação horizontal, por entender que estratégias de desenvolvimento rural sustentável e estilos de agriculturas sustentáveis requerem que se parta de uma problematização sobre o real e em cujo processo os atores envolvidos possam encontrar-se em condições de igualdade para o diálogo.

Percebemos, nesta passagem, que o viés emancipador da Agroecologia se aproxima do pensamento freiriano, ao que se refere à educação libertadora, de luta por igualdade e justiça social. As proposições tecnológicas da Agroecologia, enquanto ciência, prática e movimento, são construídas discursivamente e visam romper com o modelo difusionista de extensão. Desse modo, é imperativo que as práticas sociais inerentes à formação do acadêmico (ensino, pesquisa e extensão) respeitem os saberes e as experiências culturais dos agricultores.

As práticas de assistência técnica, se embasada na concepção de mudança social, devem ser incluídas em uma perspectiva comunicativa, superando a perspectiva difusionista da simples transferência de tecnologias em detrimento dos conhecimentos tradicionais. A valorização do conhecimento do agricultor, com um fértil diálogo entre este e a orientação técnica proporciona melhor conhecimento da realidade e contribui para transformá-la (Freire, 1983). Essa articulação e respeito aos diferentes saberes na formação profissional e orientação técnica pode fortalecer a participação das comunidades nas formulações e discussões das mudanças no entorno local.

Posto isso, pesquisar o CST em Agroecologia do IFPE-*Campus* Barreiros, a partir dos discursos dos agentes sociais: docentes, egressos, ONG, agricultores familiares não egressos, é um meio de analisar se a Universidade está acolhendo a pluralidade de saberes das comunidades rurais em seu entorno, ou se é mais um espaço de reprodução do *ethos* dominante. Visto que o contexto sociocultural em que as pluralidades de saberes circulam na comunidade local reverberam, ou devem reverberar, no espaço acadêmico, principalmente, em se tratando de um curso de formação em Agroecologia.

A interação das práticas discursivas das comunidades rurais com as práticas da Universidade pode possibilitar o desenvolvimento de ações para lidar com os desafios locais e para fortalecer o compromisso da Academia na construção de uma sociedade local mais justa, contribuindo para uma formação cidadã digna. Visto que as diretrizes do Projeto Político Pedagógico dos Institutos Federais partem da premissa de que “atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania constitui uma das finalidades dos Institutos Federais” (Pacheco, 2023, p.15).

Nesse sentido, pensando no papel da Universidade em prol das comunidades, Castro-Gomez (2007) argumenta que devemos desnaturalizar, descolonizar a universidade para construir uma sociedade outra em que todos os grupos sociais sejam contemplados. É nessa perspectiva que esta Tese parte de um diálogo entre o IFPE-*Campus* Barreiros e os assentamentos rurais, visto que grande parte dos estudantes do CST em Agroecologia advêm dessas comunidades.

Diante da contextualização da temática, surgem as seguintes perguntas de pesquisa: a) O CST em Agroecologia do IFPE-*Campus* Barreiros atua para o fortalecimento das comunidades rurais e assentamentos, na redução da desigualdade social e no estímulo ao desenvolvimento socioeconômico de modo sustentável?; b) Como os atores sociais (docentes, egressos, ONG e agricultores familiares não egressos) manifestam, em seu discurso, o posicionamento ideológico em relação às práticas discursivas hegemônicas do Agronegócio?; c) O agroecólogo é aceito no contexto sociopolítico e histórico do território da Mata Sul-PE, há interesses em contratá-lo?

A partir desses questionamentos, buscamos, como aporte científico a Análise Crítica do Discurso (ACD), tendo em vista que esta abordagem dialético-relacional melhor se adequa à proposta investigativa da pesquisa social crítica. Por meio da ACD, podemos analisar, interpretar e explicar como as questões sociais são problematizadas, questionadas ou naturalizadas nos discursos. A ACD parte da premissa de que linguagem envolve o discurso, sendo este uma forma de ação e intervenção no mundo, pois é através dele que os indivíduos constroem sua realidade social, agem no mundo em condições histórico-sociais e nas relações de poder nas quais operam (Fairclough [1992], 2016).

Focamos na ACD, abordagem teórico-metodológica transdisciplinar que se situa na interface entre a Ciência Social Crítica (CSC) e na Linguística Sistêmico-Funcional. A nossa pesquisa ancorou-se em Fairclough ([1992], 2016, 1989, 2003), Chouliaraki e Fairclough (1999), Vieira e Resende (2016), Magalhães (2017), Barros (2015) e demais autores que dialogam com essa abordagem foram citados ao longo da tessitura desta Tese. A ACD é uma abordagem de caráter teórico-metodológica para a descrição, interpretação e explicação das interações e práticas sociais, sistemas culturais de (re)produção, (re)significação e contestação dos discursos, permeadas por poderes que se manifestam linguisticamente na sociedade (Fairclough, 2003).

A ACD é uma “forma de ciência social crítica, [...] destinada a lançar luz sobre os problemas que as pessoas enfrentam [...] destinada igualmente a fornecer recursos, com os quais

as pessoas se valem para abordar e superar esses problemas” (Fairclough, 2003, p.185). No entendimento de Fairclough (2003), a ACD é capaz de identificar questões de ordem social pelas quais as pessoas são posicionadas, discriminadas, excluídas, invisibilizadas, entre outras formas que as segregam. Por outro lado, esse aporte científico fornece meios para os agentes sociais reverterem condições impositoras que os causam prejuízo e desigualdades, possibilitando outras experiências sociais que marcam processos de emancipação e transformação social (Fairclough, 2003).

Na abordagem da ACD, há a compreensão de que a mudança é possível e, para isso, é preciso refletir, descrever, criticar, interpretar e analisar aquilo que é posto no discurso, pois, para Fairclough (1989), as convenções existentes no discurso não são naturais, envolvem relações de poder e luta de poder. Entendemos que a LSF é um recurso adequado tanto para análise social quanto para análise linguística, ela potencializa a investigação linguístico-discursiva com foco na linguagem em uso. Na perspectiva da LSF, as escolhas linguísticas são políticas e não aleatórias. Desse modo, ela possibilita identificar os reais efeitos de sentidos e significados do discurso a partir das escolhas léxico-gramaticais realizadas pelos participantes do discurso, situadas no contexto social e no contexto de situação. Visto que o significado do discurso é “uma construção discursiva intersubjetiva, portanto resultado de interações linguísticas e de contextos sociais” (Cirne, Efken e Barros, 2020, p. 25).

Destacamos que, na abordagem da ACD, a análise linguística e a crítica social devem, necessariamente, estar interrelacionadas, visto que a análise linguística alimenta a crítica social, e a crítica social justifica a análise linguística (Vieira e Resende, 2016). Acreditamos que, para analisar, descrever e interpretar a relação dialética formação acadêmica/mobilização social, a ACD e a LSF são abordagens extremamente pertinentes para nossa investigação, visto que elas se preocupam com as mudanças sociais, com a transformação das pessoas e, conseqüentemente, com o papel que a linguagem desempenha nesse processo. Nesse sentido, corroboramos com Vieira (2002), ao afirmar que a ACD se tornou um dos meios mais importantes para se investigar a linguagem em uso, privilegiando, para além da forma, sua função nas interações sociais. Os estudos críticos do discurso eclodem como proposições que visam à interferência ativa de um(a) pesquisador(a) na tentativa de mudança social, por meio de um posicionamento crítico indo além de uma análise objetiva dos fenômenos sociais.

A abordagem crítica “implica mostrar conexões e causas que estão ocultas; implica também intervenção - por exemplo - fornecendo recursos por meio da mudança para aqueles que possam encontrar-se em desvantagem” (Fairclough ([1992], 2016, p. 28). Nesse sentido,

compete ao pesquisador em ACD explicitar os fenômenos sociais a partir das escolhas linguísticas para revelar o modo como o discurso - a linguagem em uso - constrói as relações de poder. Sob a ótica da ACD, o olhar do pesquisador não deve apresentar neutralidade, o seu papel além de analisar é investigar, questionar as desigualdades e as injustiças, a fim de contribuir para a transformação de comunidades minorizadas.

A ACD e a LSF nos deram subsídios para analisar diferentes discursos e identificar percepções e crenças acerca dos problemas sociais que ainda afetam as comunidades assentadas histórico-socialmente silenciadas. Esses discursos analisados criticamente, associados à análise linguística, revelaram questões que a Academia por si só não consegue dar conta. Questões estas que, na pesquisa social, podem ser introduzidas, na concepção Fairclough (2003, p. 202), por tais perguntas:

Como as sociedades existentes proporcionam às pessoas as possibilidades e os recursos para uma vida rica e plena como, por outro lado, elas negam às pessoas estas possibilidades e recursos? “O que há nas sociedades existentes que produz pobreza, privação, miséria e insegurança na vida das pessoas? Quais as possibilidades existentes para a mudança social que reduziria estes problemas e melhoraria a qualidade de vida dos seres humanos?”

Com estes questionamentos, Fairclough se refere aos problemas sociais que são gerados a partir das desigualdades e da má distribuição de recursos nos diferentes segmentos da sociedade, ele acredita que a pesquisa social crítica pode ajudar a compreender melhor estes fatores sociais e contribuir para questionar e problematizar o senso comum naturalizado diante dessas questões.

Assim, ancorados nessas abordagens teórico-metodológicas, investigamos se a Academia a partir do processo formativo profissionalizante, está intervindo efetivamente nas comunidades rurais, contribuindo ou não para a verticalização dessas comunidades que lutam contra o discurso predominante do Agronegócio, do sistema neoliberal capitalista, pela resistência e re(existência) em seus espaços de produção agrícola. Fundamentados nessas abordagens teórico-metodológicas foi possível identificar, a partir do *corpus* - textos dos colaboradores – efeitos causais que apontam alternativas para a manutenção ou transformação do quadro social desse território.

Ainda em relação aos aportes teóricos, levando em consideração a natureza da pesquisa, acionamos o diálogo com outras teorias, uma vez que o CST em Agroecologia tem uma característica de formação profissional mais voltada para o campo rural, fizemos incursões nas obras de: Freire; Caldart; Santos; Bourdieu e, para abordar o tema da Agroecologia, recorremos a Caporal e Costabeber; Altieri; Leff; Luzzi; Paulino; Jacob Silva e Faria. Em relação às

questões fundiárias e ao contexto histórico da Mata Sul-PE, apoiamo-nos nas obras de Andrade e Stédile. Visto que o trabalho também abordou questões relacionadas à identidade e representação social, tomemos como base os estudos de Hall e Van Leeuwen, referenciado por Fairclough (2003).

Diante do exposto, portanto, a pesquisa tratou das discussões acerca da formação profissional em Agroecologia e da inserção dos egressos nas comunidades assentadas que ainda enfrentam as adversidades da monocultura na região, as desigualdades sociais causadas pela persistência desse modo de produção, o desemprego, a falta de oportunidade dos egressos se inserirem no mercado de trabalho, a insegurança alimentar, a falta de política pública, a escassez de assistência técnica para orientar as práticas agroecológicas e o acesso às políticas públicas.

1.1 Agenda da pesquisa

A Tese tem como agenda de pesquisa o CST em Agroecologia do IFPE- *Campus Barreiros*, com foco na temática da Agroecologia, enquanto ciência de mobilização social para a formação profissional dos egressos e na busca de superação de problemas sociais, econômicos e ambientais das comunidades rurais locais. Conforme já mencionado, o curso foi implantado visando à formação do agroecólogo para assessorar agricultores familiares assentados, com um olhar mais direcionado para os assentamentos do entorno, com vistas ao desenvolvimento local.

O público-alvo do curso é, especificamente, assentados da reforma agrária, agricultores e filhos de agricultores, deixando claro que o curso é aberto para a ampla concorrência. De acordo com o PPC (2015), o curso objetiva

Formar profissionais com uma base ampla de conhecimentos científicos e tecnológicos na Área de Agroecologia, com capacidade de manter, criar, estimular e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, oferecendo alternativas que dinamizem os arranjos produtivos locais da agricultura familiar e atividades relacionadas à concepção do desenvolvimento local sustentável.

Na abertura dessa seção inicial, trouxemos uma charge em que o diálogo entre os interlocutores revela um discurso de resistência a um modelo de produção agrícola industrial capitalista – o Agronegócio. O que está em evidência no discurso da charge é a prática da Agroecologia como atividade agrícola que visa produzir para, de fato, alimentar, sem agressão, a terra, mas que ainda é preciso resistir contra as forças sociais hegemônicas da sociedade capitalista para garantir a permanência dos agricultores familiares no campo rural. A base agroecológica é antissistema, é a autonomia do produtor, é luta, disputa de poder, isso ficou

evidenciado no período da COVID-19, pelas práticas de redes de solidariedade da agricultura familiar.

Iniciamos a pesquisa com o propósito de investigar se o curso de Agroecologia vem contribuindo em termos discursivos, identitários e em práticas de resistência para a redução das desigualdades sociais das comunidades assentadas, além de ampliar a efetivação dos egressos no mercado de trabalho, como proposto em sua estrutura curricular. A partir desses pontos, destacamos que o problema social que nos levou a enveredar por esse caminho está centrado na desigualdade socioeconômica da Mata Sul-PE. Região marcada pelo desemprego, instabilidade econômica, exploração de mão de obra, violência no campo rural, acesso precário à renda, interconectados a outros fatores sociais e ambientais.

Nesse sentido, o âmago da pesquisa foi analisar se a linguagem da universidade, a partir da formação agroecológica, imprimiu mudanças discursivas identitárias, representativas e socioeconômicas na trajetória dos egressos e das comunidades rurais.

1.2 Justificativa

É importante ressaltar que o ânimo para pesquisar as contribuições do CST em Agroecologia surgiu também a partir das interações em sala de aula. Ao assumir as disciplinas de Metodologia da Pesquisa I e Leitura e Produção Textual neste curso, a partir de 2017, aproximei-me das narrativas de vida e do contexto sócio-histórico dos discentes, das suas atividades cotidianas em seus respectivos campos de atuação. Conhecer o contexto da vivência do outro por meio do discurso não é apenas conhecer superficialmente a realidade externa de outros atores sociais, é também estar inserido nele socialmente, como ser que se constitui por relações discursivas mediados pela linguagem. Tal afirmação sustenta-se na ACD, que assevera que a relação constitutiva e dialética do discurso e sociedade teoriza a linguagem e a sociedade como universos que só possuem existência na relação biunívoca que mantém entre si (Melo, 2011).

Desse modo, além das motivações já postas nesta apresentação, esses momentos de interação foram determinantes para aguçar o interesse em investigar como esse espaço de poder - a Universidade - articula-se com as comunidades e assentamentos rurais para minorar os efeitos deletérios da colonização ainda enfrentados neste território. Nas experiências partilhadas discursivamente com os discentes em apresentações de seminário e em aulas de campo, foram evidenciados, em seus discursos, elementos que revelavam desafios para a produção sustentável

em uma região que ainda convive com a prática da monocultura, impedindo o desenvolvimento sustentável e social das comunidades rurais deste território.

É importante frisar que, quando falamos em persistência da monocultura, não estamos nos referindo apenas à técnica da plantação da cultura em si, seja ela a cana-de-açúcar, a bovinocultura, mas também nos referimos às consequências de como a linguagem é utilizada na construção desse discurso para representar as demais atividades agrícolas e para representar os atores sociais que resistem contra a prática hegemônica da monocultura. Na relação dialética discurso e sociedade, o discurso de determinado grupo, dependendo dos seus interesses, segrega e exclui outros grupos sociais.

Sob esse viés, Chouliaraki e Fairclough (1999) pontuam que as questões sociais, como por exemplo, a questão de poder nas relações de classe social, é em parte uma questão de discurso. Nessa perspectiva dialética, os autores afirmam que a linguística e a semiótica de textos são responsáveis para desempenhar a análise social de discursos com ênfase na linguagem. Essa visão crítica da vida social, dos problemas do cotidiano trazidas pela ACD conjugado com a LSF se adequa ao nosso estudo, uma vez que se trata de um tema que aborda não somente as contribuições da formação agroecológica para os assentamentos rurais da Mata Sul-PE, mas também as questões fundiárias e ambientais presentes no contexto histórico do Brasil.

Ademais, o tema nos levará a analisar, nos textos dos colaboradores da pesquisa, crenças e pressupostos que sustentam a identidade acerca dos povos das comunidades rurais que vêm lutando para resistir às imposições da classe dominante do Agronegócio. A pesquisa também se justifica pelo interesse em analisar até que ponto o discurso da Agroecologia impulsiona os discentes oriundos de comunidades rurais e os agricultores familiares não egressos a moldarem as suas concepções para práticas agrícolas mais sustentáveis. Outrossim, questionamos se as alternativas metodológicas e a prática discursiva do curso são pautadas no reconhecimento dos diferentes saberes, alinhados à perspectiva da ecologia de saberes defendido por Souza (2007).

Para o autor, a ecologia de saberes é fundamental para a construção de um diálogo multicultural em que a população tenha, efetivamente, acesso aos conhecimentos científicos, que possam entrar no diálogo com outros conhecimentos, além do acadêmico, o saber científico se torna parte de um plano de relações entre diversos saberes. Corroboramos com Santos (2007), ao defender que necessitamos de um compromisso político da Universidade com a sociedade que a envolve. Deve, portanto, ser papel da Universidade abrir espaço para os agentes

minorizados que lutam contra as repressões e perseguições do modelo capitalista de produção e intervir junto a essa população por mudanças sociais.

Outro ponto que julgamos relevante para esta Tese é o fato de a institucionalização do ensino formal de Agroecologia, enquanto formação superior, ser relativamente recente no Brasil. Isso permite pesquisar a partir de diferentes vozes a efetividade desse curso para o fortalecimento dos projetos agrícolas dos agricultores familiares, para transformação social local e para empregabilidade. Conforme o Ministério da Educação (2014), o primeiro curso em Agroecologia foi implantado no Brasil em 2006, sob a forma de Bacharelado, oferecido pelo Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais-Rio Pomba. As universidades e os IFs vêm formando agroecólogos no decorrer destes anos para atuar nas comunidades rurais, mas essa nova categoria ainda vem lutando pela regulamentação do exercício da sua profissão.

Apontamos, também, como justificativa para este estudo crítico do discurso o interesse em analisar como os colaboradores da pesquisa constroem suas identidades e quais suas representações sociais diante do discurso legitimador da Agroecologia, em face ao contexto hegemônico da monocultura e do Agronegócio. Trata-se, portanto, de uma prática social que carece ser investigada e analisada a fim de identificar seus desdobramentos e contribuições para a sociedade em particular a do território da Mata Sul-PE com suas peculiaridades.

Outrossim, é pertinente pontuar quais aspectos desse curso e, conseqüentemente, da Instituição Federal de Ensino como agência precisam ser modificados, (re)significados, ou inseridos para atingir os objetivos propostos pelo curso. Desse modo, analisamos, nos discursos dos colaboradores da pesquisa, se a universidade em parceria com outras instituições governamentais ou não governamentais problematizam e buscam amenizar as questões relacionadas a poder, identidade, desemprego, preconceito, às dificuldades de comercialização dos produtos agroecológicos, à persistência de uso de insumos químicos nas comunidades assentadas; entre vários outros, que perpassam de forma direta ou indireta a vida dos egressos e dos agricultores familiares.

Assim, acreditamos que a evidência desse estudo será importante, tanto para a Instituição ofertante, quanto para a sociedade em geral – pela necessidade da articulação de diálogos horizontais e menos opressores no contexto dos agentes sociais envolvidos na pesquisa. Outrossim, é importante prestar contas à comunidade, apresentar o retorno dos investimentos públicos em benefício de uma coletividade e, concomitantemente, elencar lacunas que a Universidade ainda não atendeu em relação à inserção dos egressos no entorno da Instituição.

Desse modo, realizamos escuta ativa dos docentes, egressos, ONG e agricultores familiares não egressos, analisando os discursos desses atores sociais e suas implicações para a operacionalização de mudanças possíveis para a melhoria e fortalecimento das comunidades assentadas e para a inserção dos egressos no mercado de trabalho. Ressaltamos que fortalecer a Agroecologia não é apenas consumir os produtos de base agroecológica, mas também difundir a importância dessa prática, é lutar juntos pela inserção de agentes locais nas decisões e implantações das políticas públicas para a Agroecologia.

Academicamente, estudar e pesquisar este tema se justifica pelo interesse em conhecer com mais profundidade o discurso da Agroecologia enquanto ciência, movimento social e prática agroecológica, a partir dos discursos acadêmico e popular, bem como compreender a dinâmica da produção dos assentamentos, do trabalho do agroecólogo “*in loco*”. Outrossim, ampliar os meus conhecimentos na área das Ciências da Linguagem, com ênfase na abordagem teórico-metodológica em Análise Crítica do Discurso e na Linguística Sistêmico-funcional (LSF), visando contribuir melhor para a formação profissional dos discentes e para a comunidade acadêmica na qual estou lotada.

1.3 Por que a ACD e LSF como abordagens potencializadoras para a análise do *corpus* da presente pesquisa?

A ACD e a LSF são abordagens teórico-metodológicas que trazem significativas contribuições para a análise de questões sociais, na tentativa de desnaturalizar ideologias que servem de aporte para manutenção das estruturas de dominação. Assim, a aplicabilidade dessas abordagens nesta Tese se justifica por serem vertentes de estudos críticos que propõem a questionar e interpretar fenômenos sociais nos aspectos políticos, educacionais, econômicos e sociais. A abordagem da ACD é importante e necessária para a análise do nosso *corpus*, por ser teoria e método investigativo-interpretativo com foco na mudança social. A proposta da ACD tem um caráter emancipatório e isso se articula bem com o nosso questionamento referente às possíveis mudanças e contribuições provocadas pela prática do CST em Agroecologia para a realidade social dos assentamentos rurais bem como com a realidade dos egressos.

Outro aspecto fundamental é que a ACD está vinculada ao posicionamento crítico do pesquisador na investigação, na análise de questões sociais e no mapeamento das relações de poder, manipulação e discriminação presentes nos discursos. Essa vertente propõe intervenção para a mudança social e superação das desigualdades existentes na realidade investigada. Nas

palavras de Kress (1990 *apud* Melo, 2018, p. 31): “os analistas do discurso ao dar visibilidade ao que antes pode ter sido invisível e aparentemente naturalizado, revelam o modo como as práticas linguístico-discursivas se imbricam nas estruturas sociopolíticas do poder e dominação.”

Entendemos que a Academia deve ser um dos espaços para desenvolver a múltipla conscientização política dos agentes sociais dos assentamentos rurais para o processo descolonizador. Nesse contexto, é necessário refletir criticamente sobre a nossa atuação acadêmica, se estamos agindo em prol da emancipação das classes minorizadas ou há omissões em relação aos problemas sociais do nosso tempo. Em se tratando, especificamente, do nosso objeto de pesquisa, acreditamos que a ACD e a LSF fornecem categorias analíticas potenciais para investigar o papel social da Universidade para ascensão dos assentamentos da Mata Sul-PE e para a formação de profissionais na perspectiva agroecológica.

Para o nosso estudo, a ACD nos permitiu investigar e refletir, criticamente, por meio do discurso de diferentes agentes sociais, como a prática político-educacional está dialogando e buscando superar outras práticas dominantes no contexto político, socioeconômico que interferem na autoemancipação dos participantes desta Tese. De acordo com Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 66), “a pesquisa social crítica deve ser reflexiva, de modo que parte de qualquer análise deve ser uma reflexão sobre a posição a partir do que é realizado”. A análise da linguagem embasada na LSF e na ACD amplia a análise sociodiscursiva, destacando a importância de pesquisas em estudos da linguagem e no enfoque social. Na nossa pesquisa, a LSF se justifica por sua abordagem teórica estar orientada para o caráter social dos textos, nessa perspectiva, Halliday (2004) argumenta que todo e qualquer uso que fazemos do sistema linguístico é funcional às nossas necessidades de convivência em sociedade.

Articulada à ACD, a Linguística-Sistêmico-Funcional (LSF), de Halliday e Matthiessen (1994, 2004, 2014) subsidiou o nosso estudo na análise de aspectos linguístico-textuais e discursivos em relação aos efeitos, interações e mudanças sociais na vida dos egressos e das comunidades assentadas da Mata Sul-PE, especificamente, nos municípios de Barreiros, Tamandaré e Rio Formoso, a partir da inserção do CST em Agroecologia nesse território. A LSF contribuiu para analisar as marcas linguísticas nos discursos dos interactantes da pesquisa por meio de suas escolhas léxico-gramaticais, suas intencionalidades sociocomunicativas e relacionar a análise social à análise linguística.

1.4 Objetivo geral desta Tese:

Investigar criticamente, no “chão das comunidades”, se o discurso agroecológico do Ensino Superior de Tecnologia em Agroecologia do IFPE-*Campus* Barreiros tem se transformado uma prática social relevante para a formação profissional e para o desenvolvimento social e sustentável dos assentamentos da Mata Sul de Pernambuco.

1.5 Objetivos específicos:

- I) Analisar se os participantes da pesquisa compreendem a Agroecologia como prática social que busca construir outras bases ideológicas do uso da terra e como um movimento social que se contrapõe à hegemonia do agronegócio;
- II) Analisar como as escolhas lexicais, mobilizadas no discurso dos egressos e dos docentes, revelam as representações sociais e identitárias dos egressos a partir da formação profissional em Agroecologia;
- III) Identificar, no discurso dos egressos, redes intertextuais que constituem as dimensões da Agroecologia.
- IV) Analisar se o discurso dos docentes estimula questionamento das estruturas históricas de dominação advindas do Agronegócio.

1.6 Hipótese

O impacto da formação dos egressos e o uso dos conhecimentos por eles adquiridos no Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia promove um desenvolvimento sustentável dos assentamentos rurais da Mata Sul de Pernambuco.

As reflexões para a proposição dessa Tese se guiaram pela necessidade de identificar como a Agroecologia, enquanto ciência articulada às práticas agroecológicas dos agricultores familiares assentados na Mata Sul-PE, impulsiona esses agentes na construção e no fortalecimento de suas estratégias para produção agrícola e para incentivá-los a permanecerem nos assentamentos, com dignidade e respeito aos seus saberes e culturas. Esse estudo também teve sua relevância em difundir desafios e potencialidades da educação formal em Agroecologia.

No Brasil, há muitos trabalhos referentes a estudos e práticas agroecológicas. Apesar dessa boa demanda de estudos, há lacunas importantes, como, por exemplo estudos sobre o CST em Agroecologia na Mata Sul-PE. Especificamente, são escassos os estudos que abordam o

trabalho realizado pela nova categoria profissional: os agroecólogos. Os egressos do curso têm suas práticas vinculadas à inserção da Instituição de Ensino no chão das comunidades rurais. Essa atuação é analisada a partir de uma perspectiva de análise crítica da linguagem, considerando não apenas os dizeres da Academia, mas também dos agentes externos que estão inseridos no entorno dela. Esses agentes lutam pela construção de uma racionalidade social e ambiental, na tentativa de superar a ordem imperante da sociedade capitalista. Uma racionalidade ambiental que, conforme Leff (2001), é configurada por comportamentos, valores e saberes, como também por novos potenciais produtivos.

A investigação do desenvolvimento agroecológico local é importante, pois, conforme afirmam Rosset e Altieri (2018), os princípios agroecológicos são de aplicabilidade universal, entretanto as práticas que permitem aplicá-los dependem do contexto local e das condições socioeconômicas de cada lugar. O nosso estudo intenta dar continuidade a diversidades de estudos já existentes sobre essa temática, possibilitando maior visibilidade e engajamento nos âmbitos político e acadêmico. Durante nossas leituras iniciais, observamos estudos desenvolvidos nos últimos cinco anos e elencamos algumas teses para investigar como esta temática vem sendo desenvolvida no âmbito acadêmico e quais as possíveis lacunas para o desenvolvimento de novas pesquisas.

Destacamos sete teses que abordam a temática em diferentes áreas do conhecimento, pois tendo em vista que a Agroecologia pressupõe interdisciplinaridade, seu estudo e análise podem ser conduzidos a partir de diversas áreas e abordagens teórico-metodológicas. Embora não tenhamos identificado trabalhos diretamente relacionados às Ciências da Linguagem, dois desses estudos foram analisados sob a perspectiva da ACD. Destacamos teses em Educação, Geografia e Ciências Sociais, conforme o quadro abaixo:

Quadro 2 - Estado da arte

Autor/a – Ano	Objetivo	Resultados
Teses na área de Educação		
1- SILVA, M. G da (2020) Pedagogia do Movimento Agroecológico: Fundamentos teórico-metodológicos	O objetivo da tese foi analisar os fundamentos teórico-metodológicos da Pedagogia do Movimento Agroecológico, tendo em conta as contradições capital/trabalho e as mediações entre trabalho e educação nas experiências educativas desenvolvidas na Zona da Mata de Minas	Constatou-se que há tensões e contradições presentes no processo criativo, envolvendo essa pedagogia do Movimento Agroecológico. Os processos pedagógicos, envolvendo diferentes formas de conhecimento (científico e populares), e sujeitos posicionados em lugares

	Gerais.	distintos da divisão técnica e social do trabalho (cientistas e camponeses) são permeados por tensões e conflitos.
2-FARIA , Andréa Alice da Cunha (2017) A Educação que constrói a Agroecologia no Brasil: trajetória de um vínculo histórico	Analisar a vinculação pedagógica político-pedagógica entre Agroecologia e educação popular.	Os resultados revelam que a existência de vínculo orgânico entre agroecologia e educação popular, de natureza político-pedagógica.
Tese na área de Geografia		
1-Morais , H. A. de (2017) “Territórios, territorialidades e discursos em torno dos projetos de assentamentos rurais em Passira-PE: uma análise discursiva do processo de inclusão socioterritorial das famílias assentadas”	Compreender de que forma acontece o processo de inclusão socioterritorial das famílias assentadas na construção dos Projetos de Assentamentos Rurais em Passira-PE, a partir de seus discursos.	A análise geral dos discursos dos assentados dos Projetos de assentamentos mostrou que não há uma inclusão socioterritorial ativa e/ou participativa das famílias assentadas. Apesar de alguns avanços em termos da possibilidade de construção de uma nova condição de vida.
2-Engelmann , A. S. (2020) “A territorialização da educação agroecológica profissionalizante: uma análise crítica das narrativas e discursos de alunos e professores do IFPR.”	Analisar, a partir da criação do curso em 2010, como a educação profissional agroecológica de nível médio integrado e superior vem se territorializando no IFPR.	O estudo mostrou que, apesar dos desafios enfrentados, os cursos de agroecologia do IFPR contribuem para o desenvolvimento local e regional com ações relacionadas à organização coletiva dos agricultores, organização de espaços de comercialização, certificação e capacitação.
3-Silva , V. R da (2021) “A complexidade da agroecologia no caminhar para agroecossistemas e sociedades sustentáveis: uma mirada desde o semiárido de Pernambuco”	Compreender a contribuição da agroecologia, em suas múltiplas dimensões, para a sustentabilidade dos agroecossistemas camponeses e para a convivência com o Semiárido de Pernambuco	Há a necessidade da indissociabilidade entre as dimensões ciência, movimento e prática, visto que cada uma dessas dimensões tem papéis e funções diferenciadas, porém, somente juntas constituem o que se chama de agroecologia: um processo em construção, uma “utopia concreta” tecida a muitas mãos.
Teses na área de Ciências Sociais		

1-Paulino, J. S. (2017) “O campo científico e a agroecologia no Brasil: atores, discursos e políticas públicas.”	Analisar o cenário científico agroecológico nacional, enxergando as redes tecidas para a construção deste campo, seus discursos de transformação social, atores e suas implicações na construção de políticas para o mundo rural.	Mostrou que a institucionalização da agroecologia se faz a partir de uma rede internacional de humanos e não-humanos, conformando grupos de cientistas que procuram acumular capitais ao longo de suas trajetórias profissionais – imbuídos de discursos ecológicos, ambientais e de empoderamento de minorias – para adentrar no Estado em contextos políticos favoráveis e fortalecer iniciativas voltadas para a agroecologia.
2- Sousa, I. F. (2018) “As experiências agroecológicas no Brasil e a construção de um novo paradigma de desenvolvimento rural.”	Analisar a relação das atuais experiências agroecológicas com a orientação para uma transição paradigmática de desenvolvimento rural.	Concluiu-se que, nas instituições públicas de ATER como nas de pesquisa e desenvolvimento, prevalecem atuações ancoradas sob o viés difusionista.

Elaborado pela autora.

O estado da arte nos permitiu identificar como a temática desta pesquisa vem sendo amplamente desenvolvida e quais as possibilidades de novas investigações. No percurso desse levantamento, percebemos que há lacuna para a investigação discursiva das práticas sociais dos agricultores familiares, conjuntamente com o trabalho do agroecólogo sobre as atividades de base agroecológica, os avanços e os desafios em seus respectivos espaços sociais. Dessa forma, o nosso trabalho contribuiu para enriquecer a área de pesquisa que carece de estudos sobre desenvolvimento das práticas agroecológicas em uma perspectiva integrada - conhecimento técnico-científico e saber popular a partir da formação do agroecólogo.

A seguir, apresentamos como os capítulos da Tese estão organizados e suas respectivas temáticas.

1.7 Organização da Tese

Além deste primeiro capítulo inicial da apresentação, a Tese está dividida em seis capítulos. O segundo capítulo intitulado ‘*Da travessia além-mar à dominação da terra firme*’ tem como objetivo apresentar o percurso histórico sobre as raízes matriciais das questões fundiárias na Mata Sul-PE. Apresentamos o contexto sociopolítico e histórico da pesquisa, por

se tratar de uma pesquisa de cunho social, tendo o arcabouço teórico, metodológico e analítico na ACD, tomamos as orientações propostas por Chouliaraki e Fairclough (1999) e por Fairclough ([1992] 2016; 2003) de que contexto é uma das partes necessárias para o caminhar da pesquisa. Desse modo, este capítulo contemplou a construção de um panorama descritivo em uma perspectiva crítica acerca de acontecimentos relacionados à questão da dominação e da posse da terra no Brasil oriunda do processo de colonização, a questão da terra no Brasil a partir de um marco temporário.

No capítulo três, intitulado *‘O discurso do Agronegócio e o discurso da Agroecologia no contexto do desenvolvimento socioeconômico e ambiental: uma construção discursiva antagônica’*, lançamos um olhar crítico acerca do que versa o discurso da produção agrícola industrial em grande escala - a agroexportação - baseada na monocultura, projeto do empresariado rural. Como oposição a este meio de produção, fizemos uma leitura a partir do discurso da Agroecologia, do saber empírico ao científico. Para a construção desta esteira discursiva, organizamos o capítulo em três seções. A primeira seção discorre sobre o surgimento do Agronegócio no Brasil, sua narrativa hegemônica e ideológica. Na segunda, abordamos o tema da Agroecologia, suas origens, movimentos disseminadores da prática agroecológica e evolução histórica do pensamento agroecológico. Na terceira seção, ressaltamos as principais concepções teóricas e suas bases epistemológicas e metodológicas, construídas acerca da crítica ao modelo capitalista do desenvolvimento da agricultura.

No capítulo quatro, intitulado *‘Agroecologia: movimento social e prática - políticas públicas e formação profissional em Agroecologia’*, trouxemos a temática da Agroecologia como movimento social e prática, abordamos as leis voltadas para agricultura familiar e a implantação dos cursos Superiores em Agroecologia no Brasil, enfatizando o CST em Agroecologia no IFPE-Campus Barreiros. O capítulo está dividido em três seções: Na primeira seção, fizemos um recorte sobre as mobilizações de coletivos e movimentos populares que introduziram a Agroecologia como movimento agroecológico. Discorremos também acerca de concepções de autores que, além de reconhecer que a Agroecologia é uma ciência contestadora do modelo de produção agroalimentar intensivo-capitalista, classificam-na, também, como movimento e prática. Na segunda seção, fizemos um levantamento acerca da implementação das políticas nacionais que institucionalizaram a Agroecologia, no Brasil. As suas diretrizes, bases conceituais e desafios na aplicabilidade dessas políticas nos territórios e nas práticas dos agricultores familiares. Na terceira e última seção, abordamos a inserção da ciência

agroecológica na Academia, com ênfase no CST em Agroecologia no âmbito do IFPE-*Campus Barreiros* na Zona da Mata Sul-PE.

No quinto capítulo, intitulado *‘Bases teóricas para o caminhar da pesquisa’*, discorreremos sobre aspectos constitutivos da Análise Crítica do Discurso (ACD) e da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), principais aportes teóricos que fundamentam a nossa pesquisa, os quais também serão alicerces metodológicos para a análise do *corpus*. O capítulo está organizado em seis seções. Na primeira seção, discorreremos acerca da ACD como um campo de estudos para pesquisas sociais e o marco teórico da ACD. Na segunda, apresentamos um recorte sobre as bases filosóficas nas quais a ACD se ancorou como abordagem transdisciplinar. Na terceira seção, discutimos acerca da ACD como uma abordagem teórico-metodológica, o conceito de discurso e o termo “crítica” na ACD. Na quarta seção, discorreremos acerca de linguagem e prática social, do texto como elemento basilar para ACD e dos significados do discurso. Na quinta seção, apresentamos a Linguística Sistêmico-Funcional como base linguística para análise da interioridade da linguagem na ACD - de acordo com Halliday (1994) e Halliday & Matthiessen (2004, 2014), as metafunções da linguagem e as categorias analíticas advindas da LSF e da ACD. Na sexta seção, discutimos acerca de poder, hegemonia e ideologia na produção do discurso.

No capítulo seis, intitulado *‘Percurso metodológico’*, dissertamos acerca da classificação e natureza da pesquisa, constituição do *corpus*, procedimentos para a análise dos dados, as bases éticas da pesquisa, a geração de dados, a descrição dos perfis dos participantes da pesquisa e do cenário da pesquisa. No capítulo sete, intitulado *‘Análise do corpus: análise dos discursos dos atores sociais colaboradores da pesquisa’*, tratamos da análise e discussão do *corpus*. Posteriormente a este capítulo, apresentamos as conclusões, as referências e os apêndices. A seguir, apresentaremos o primeiro capítulo que retoma aspectos históricos que contribuem para compreender a constituição do contexto sócio-histórico e discursivo da Mata Sul-PE, uma vez que como argumenta Fairclough (2003), os discursos são históricos e, conseqüentemente, para serem compreendidos é necessário conhecer o seu contexto.

CAPÍTULO 2

DA TRAVESSIA ALÉM-MAR À DOMINAÇÃO DA TERRA FIRME

*Eu atraquei num porto muito seguro...
Me acordei com a surpresa:
Uma esquadra portuguesa
Veio na praia atracar...
Um branco de barba escura...
Me apontou pra me pegar...
Pressenti a fome, a sede,
Eu pensei: "vou me acabar"...
Aí senti no coração,
O Brasil vai começar". (Antônio Nóbrega)*

O cerne deste capítulo é a construção de um panorama descritivo em uma perspectiva crítica acerca de acontecimentos relacionados à questão da dominação e da posse da terra no Brasil oriunda do processo de colonização. O capítulo é constituído em três seções. A primeira seção intenta contextualizar a questão da terra no Brasil, a partir de um marco temporal, perpassando pela implantação do sistema das capitanias hereditárias, das sesmarias e da Lei de Terras. Na segunda, fizemos um breve apontamento sobre a Lei de Terras e suas consequências sociais. Na terceira, realizamos uma leitura acerca dos movimentos sociais de luta pela terra - as Ligas Camponesas - e sobre o Estatuto da Terra (1964). Na quarta, fizemos uma leitura sobre a reforma agrária no Estado de Pernambuco e uma discussão sobre a constituição dos projetos de assentamentos neste território.

2.1 Raízes dos problemas fundiários no Brasil e a constituição da nossa história

A epígrafe deste capítulo retirada da canção "Chegança" do compositor e cantor pernambucano Antônio Nóbrega é coerente com a discussão que abordamos nesta seção acerca de questões fundiárias que envolvem injustiça social, dominação, lutas, resistências, entre outros fatores que ainda impedem o exercício da cidadania daqueles que dependem da terra para sua subsistência. A letra faz referência a ações aniquiladoras contra os primeiros habitantes do Brasil, que causaram desestabilização, medo, opressão, dominação e perda de autonomia no modo de produção. Esse texto remete-nos a Freyre (2003, p.157), ao afirmar que com “a intrusão europeia desorganiza-se entre os indígenas da América a vida social e econômica; desfaz o equilíbrio nas relações do homem com o meio físico”.

Historicamente, é sabido que a nação do novo continente não emergiu do avanço de formas anteriores de sociabilidade, nas quais os grupos se aglutinam para atender as necessidades de sobrevivência e desenvolvimento. Eclodiu, no entanto, de concentração de uma

força de trabalho escrava, recrutada para servir a propósitos mercantis alheios a ela, por meio de processos de ordem e repressão (Ribeiro, 1995). Acerca desse olhar crítico da constituição da nossa formação, o autor afirma que “surgimos da confluência, do entrelaçamento e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos” (Ribeiro, 1995, p. 19). Os nativos foram ignorados, dizimados de forma gradual, fisicamente e culturalmente, tolhendo-os a sua liberdade de produção e de viver conforme os seus costumes. Nas palavras de Holanda (1995, p. 47), “aos índios tomaram ainda instrumentos de caça e pesca, embarcações de casca ou tronco escavado, que singravam os rios e águas do litoral, o modo de cultivar a terra ateando primeiramente fogo aos matos”.

É sob essa estruturação societária de conflito, dominação e exploração que se constitui a formação socioeconômica, histórica e política do Brasil, com luta e disputa pela posse e concentração da propriedade da terra. O novo protagonista, o europeu recém-chegado do além-mar, agia com muita agressividade, desencadeando uma série de conflitos no novo território, conforme Ribeiro (1995, p. 30)

Esse conflito se dá em todos os níveis, predominantemente no biótico, como uma guerra bacteriológica travada pelas pestes que o branco trazia no corpo...No ecológico, pela disputa pelo território, de suas matas e riquezas para outros usos. No econômico e social pela escravização do índio, pela mercantilização das relações de produção [...]. No plano étnico-cultural, essa transfiguração se dá pela gestação de uma etnia nova, que foi unificando na língua e nos costumes...

Essas ações colonizadoras desencadearam os conflitos pela posse da terra no Brasil. Desde então, foi se constituindo um discurso centralizador assegurando o domínio da principal riqueza do novo mundo desbravado: suas terras a um grupo seletivo. Esse processo colonizador desconsiderou literalmente a cultura, a permanência e o acesso à terra dos primitivos que a cultivavam coletivamente. Nas palavras de Stédile (2011), até a chegada dos europeus, não havia a propriedade privada da terra, os primitivos do território tratavam-na como um bem comunal.

Abordamos este assunto do ponto de vista histórico, a partir de uma visão crítica para a compreensão e análise de questões agrárias presentes no atual cenário que ainda persistem em expulsar e dizimar aqueles que lutam por seus direitos fundiários e sua dignidade, impossibilitando-os a permanecerem em seus territórios. Nesse percurso, é essencial conhecer

o passado para estabelecer pontes entre os enfoques de micronível e macronível⁸ da linguagem na análise da construção discursiva dos agentes sociais, colaboradores, da nossa pesquisa.

Acreditamos que não conseguimos identificar as raízes das mazelas sociais e apontar propostas para amenizá-las sem conhecer o cerne da questão fundante. Nesse sentido, Ferlini (1998, p. 7) afirma que “é impossível entender o Brasil sem mergulharmos em nossa história, buscando no período colonial a gênese dessas estruturas, as motivações que nortearam nossa formação, da ocupação do nosso território.” Voltar ao passado não apenas a critério de curiosidade intelectual, tampouco para acusar fatos passados, mas no intuito de que o passado lance luz acerca dos conflitos, das desigualdades, da falta de coesão entre os diversos agentes sociais, questões atuais provenientes de ações de outrora. Consideramos ser necessário navegar pelos “mares” da história para compreender o discurso dos diferentes agentes sociais acerca da questão agrária no Brasil, entender as diversas dimensões estruturantes do país, a luta dos pequenos agricultores para permanecer nos espaços rurais em meio à monocultura.

A partir do contexto histórico da formação do Brasil, é possível inferir que os problemas fundiários e os entraves de acesso à terra têm suas raízes provenientes da dinâmica da colônia e das leis vigentes nesse período, as quais introduziram as disparidades na distribuição de terras e, posteriormente, na concepção mercadológica da terra (Furtado 1989). No Brasil Colônia, o tripé constitutivo da organização agrária foram: o latifúndio, a monocultura de exportação e trabalho escravo (Prado Junior, 1965). É possível afirmar que esse tripé, que constituiu a nossa história, desencadeou a gênese da desigualdade social, da restrição ao acesso à terra e do trabalho escravo que eclodiu, inicialmente, com a exploração da mão de obra dos indígenas e, em sequência, com a transposição de africanos (classe dominada) e do monopólio dos europeus (classe dominante).

Nesse sentido, Holanda (1995) aduz que a presença do negro sempre representou obrigatoriedade no desenvolvimento dos latifúndios trabalho. O escravismo foi, sem dúvida, um pilar de sustentação para o desenvolvimento econômico, acumulação e manutenção da sociedade colonial nas terras “recém-conquistadas”. Sob esse viés, Furtado (1998) elucida que o escravo demonstrou ser, desde o primeiro momento, uma condição de sobrevivência para o colono europeu na nova terra. Os colonizadores, diante da vasta terra, necessitavam resolver o problema do trabalho, entendendo que o recurso mais fácil estaria na introdução de escravos

⁸ Termos utilizados por Van Dijk (2018), para ele, o uso da linguagem, o discurso, a interação verbal, pertencem ao micronível da ordem social, enquanto o poder, a dominação e a desigualdade entre grupos pertencem a um macronível de análise.

africanos (Holanda, 1995). Constituiu-se, assim, um modo de estruturação de trabalho na propriedade fundiária no Brasil.

Essa estruturação contribuiu negativamente para as relações sociais e para o desenvolvimento econômico, uma vez que impôs e controlou qual o tipo de atividade agrícola a ser cultivada e explorada, associado a essa prática determinou o tipo de organização social, o modo de comercialização e do trabalho. Sob esse olhar de dominação, Prado Júnior (1961) pontua a falta de coesão social entre a aglomeração heterogênea de raça que a colônia reuniu, não havia outro objetivo a não ser a realização de uma vasta empresa comercial. Discursivamente, é possível inferir que o controle proveniente dos colonos em detrimento aos colonizados remete a uma prática social histórica, cultural e política ancorada em uma relação abusiva de poder, considerando aqui a concepção de poder trazida por Van Dijk (2018) para quem o poder é abusivo quando o controle se concentra no interesse dos que exercem tal poder, indo de encontro aos interesses daqueles que são controlados.

Esse poder controlador reproduziu a desigualdade social. Formou-se em terras brasileiras coloniais uma sociedade dicotômica entre duas classes sociais: dominantes e dominados, com grandes disparidades sociais. A concentração de terras proveniente dessa estrutura é um traço marcante na formação social fundiária brasileira que ainda estimula amplas discussões e conflitos fundiários recorrentes no atual contexto brasileiro. Ao referirmos a conflito no campo por questões agrárias, partimos da compreensão da CPT (2021, p.12) que define esses conflitos como “ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção”.

Dados levantados pela CPT em 2022, acerca dos conflitos fundiários, revelam que entre os diversos causadores de conflitos na categoria terra, o Governo Federal mantém-se como principal agente causador de ações violentas desse eixo. Os números evidenciam que a identidade social que mais sofre com essas ações ainda continuam sendo os indígenas.

Gráfico 3 - Atores sociais que mais sofrem

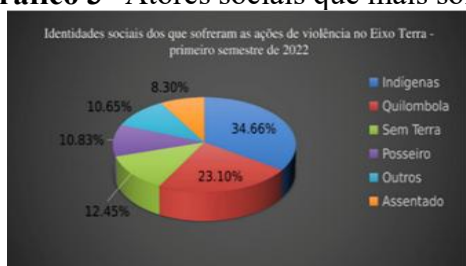


Gráfico 4 – Atores causadores dos conflitos



Fonte: www.cptnacional.org.br

Esses números reiteram que as ações para apropriação de terras no país, do período colonial aos dias atuais, correspondem com realidades não dissociadas da dinâmica do funcionamento do pensamento manipulador e dizimador herdado da colonização portuguesa. O sentimento eurocêntrico de superioridade ainda é constante em diversos discursos atuais de dirigentes da nação. Acerca desse questionamento, ressaltamos as palavras de Darcy Ribeiro (1995), que as elites dirigentes desde as lusitanas até as brasileiras atuais viveram e vivem sob o “pânico pavor” do alçamento das classes oprimidas. Não aceitam quaisquer mudanças que contrariem a ordem vigente, isso reafirma que a estratificação social enfraquece, ignora e explora os mais vulneráveis.

É possível entender que problemas derivados da colonização foram perpassados pela relação de poder das estruturas sociais dominantes no Brasil atual, que tendem a acentuar as desigualdades sociais. Historicamente, o período das ocupações das terras e dominação do território colonizado iniciou-se a partir de 1500, tendo como base o processo da constituição das capitanias hereditárias e concessões das Sesmarias. As terras da Colônia foram fracionadas de forma exorbitante em 14 faixas a apenas 12 proprietários. A criação das capitanias hereditárias e do sistema de Sesmarias, conforme Furtado (1998), foram os principais responsáveis pela constituição de latifúndios e pela ineficiente distribuição de terras. Isso porque, como defende Virgínia Rau (1982), a lei de Sesmarias apresentou-se como instrumento coercitivo para consolidar o poder e a influência direta da Coroa subordinando os súditos, agraciados pelas terras cuja titularidade Portugal assenhoreou-se como sua, a uma gama de obrigações e tributações.

Por meio desse sistema, a Coroa destinava grandes extensões de terras a donatários que eram membros constituintes da nobreza ou que lhe prestavam serviços (Stédile, 2011). Os donatários tinham autoridade para distribuir parcelas de sua capitania àqueles que, além de interesse, apresentasse recursos para explorá-las. A troca dessa doação implicava a necessidade de produzir produtos comercializáveis que gerassem lucros para a Coroa. É, portanto, o sistema das Sesmarias que dá origem ao processo de formação da propriedade privada, isto é, a destinação de grandes extensões de terras a donatários. Aliado à política adotada de transferência de propriedade do domínio público para o privado, o Período Sesmarial (1530 a 1850) caracterizou-se pela concessão de grandes extensões de terras aos pleiteadores de propriedades no novo território de colonização português (Silva, 1996).

A extinção do Período Sesmarial ocorreu em 1822, sem que fosse substituído por outro, inaugurando-se, daí, o chamado período da ocupação ou das posses, marcado pela

desregulamentação, que vigorou até 1850 (Brandão, 2008). A partir desse período, surge a Lei de Terras, que dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmária sem preenchimento das condições legais. A constituição das propriedades, no Brasil, começa ocorrer de fato a partir de 1530, quando é instituída a colonização de exploração baseada na monocultura de cana-de-açúcar, denominada *plantation* (Filho; Fontes, 2009).

Esse modo de produção era uma combinação entre monocultivos, latifúndios (grandes extensões de terras) e mercado exportador (Morissawa, 2001). A destinação da produção do monocultivo tinha como prioridade a venda para o mercado externo europeu por meio da mão de obra escrava (Stédile, 2011). Isso tornou a colônia economicamente subordinada ao centro europeu e, conseqüentemente, impossibilitando que, no Brasil Colônia, fosse constituída uma sociedade autônoma. O poder ao qual a colônia estava subordinada era, internamente, traduzido na prática por exploração da mão de obra escrava, pelo impedimento do policultivo, entre outras relações de dominação tanto no âmbito econômico, sociocultural e ambiental.

Em se tratando da dimensão ambiental terras recém-descobertas, tiveram o solo bastante explorado para corresponder à intencionalidade econômica da metrópole, isto é, ao acúmulo de riquezas. Os colonizadores muito exigiam da terra e pouco lhe davam em retribuição, não havia um cuidado em aplicar técnicas naturais para proteger o solo, fazia uso de métodos maus, rudimentares, visando apenas ao proveito imediato, todos queriam extrair do solo excessivos benefícios sem sacrifícios (Holanda, 1995). Conforme já mencionamos, as terras da colônia eram distribuídas seguindo às ordens da Coroa, como contrapartida, os privilegiados por recebê-las teriam que produzir de acordo com o tipo de comercialização requerida pela metrópole, isto é, tornarem-se latifúndio monocultor.

Essa política de consentimento de doação de extensão das terras foi reduzindo com a instalação da Corte Portuguesa no Brasil. No entanto, como frisa Stédile (2011), mantém-se ainda proporções gigantescas na distribuição de terras, se levarmos em consideração os problemas atuais referentes à posse de terra no país. Como vimos discutindo no percurso dessa seção, as questões referentes à concentração da terra têm suas raízes fundadas no âmago da constituição da nossa história. Após o término do regime das sesmarias, o Brasil ficou por mais de duas décadas sem regulamentação de acesso à terra. Esse intervalo temporal favoreceu aqueles que aspiravam ao monopólio da terra. A partir de 1850, Dom Pedro II promulgou a “Primeira Lei de Terras”, que determinou como seria constituída a propriedade privada no Brasil.

A seguir, abordaremos aspectos dessa lei apontando as suas conseqüências sociais.

2.2 A Lei de Terras de 1850 e suas consequências sociais

*E era grande sua lavoura, irmãos das almas...?
Tinha somente dez quadras, irmão das almas,
todas nos ombros da serra, nenhuma várzea.*
(João Cabral de Melo Neto)

A formação territorial brasileira é negativamente marcada pela distribuição da terra em benefício das elites e em detrimento da população rural menos favorecida. Como consequência desse sistema, os problemas sociais referentes à regularização da estrutura fundiária no Brasil são reincidentes, isso tem sido um dos principais fatores que afetam a vida da população rural. Para analisar criticamente esses problemas, é condição indispensável apreender o substrato social sobre os quais eles foram desenvolvidos. O passado é uma referência para entender o presente de forma reflexiva e responsiva, pois as escolhas feitas outrora trazem consequências para as questões sociais da sociedade atual.

Apesar de estarmos inseridos em um sistema de governo democrático, o poder político ainda se encontra ligado a modos capitalistas de propriedade da terra, as relações de poder, dominação social e econômica estão historicamente fundamentadas na sua hegemonia. Desde o processo de colonização do Brasil, as formas de acesso à terra, a natureza de seu uso e a relação homem e campo rural têm sido marcadas por hierarquias sociais e relações de poder. É sabido que entre o período de 1500 até 1822 o acesso a terras era restrito a colonos, a distribuição era realizada conforme indicação da Coroa portuguesa, uma vez que os portugueses aplicaram o direito do monopólio da terra à Coroa.

Em 1823, logo após a Independência, Dom Pedro II proibiu a doação de novas sesmarias, mas não pôs no lugar uma regra para a apropriação das terras rurais. No vácuo legal, as pessoas começaram a invadir as terras públicas desocupadas (Agência Senado, 2020). A colônia ficou por mais de duas décadas sem regulamentação jurídica fundiária para a questão administrativa da terra, isso intensificou ainda mais a posse desenfreada de grandes áreas de terras. Isso provocou uma ocupação de terras ainda mais injusta e violenta. Esse intervalo põe em evidência um processo amplo de apossamento de terras, isso caracterizou, no país, a formação do latifúndio na sua forma mais acabada.

A partir da anulação do sistema das sesmarias, as terras deixaram de ser cedidas com base exclusivo nos prestígios políticos. A partir de então, o requerente, seguindo as regulamentações da Lei de Terras, tinha como pré-requisito possuir capital para comprar e explorar a terra consoante os critérios da época. Para abordarmos a dinâmica da política da Lei

de Terras de 1850, faz-se necessário entender o que estava acontecendo no contexto global, as relações que a Inglaterra estabelecia com o Brasil, por quem era comandado.

A Lei de Terras vem antecedida de outras duas Leis: a Bill Aberdeen ou Lei Inglesa (1845) e a Lei Eusébio de Queirós (1850). A Inglaterra havia assumido um compromisso com a Corte Portuguesa para pôr fim ao tráfico de escravos, no entanto, essa não cumpriu. Portanto, a Inglaterra autorizou a marinha capturar e apreender toda e qualquer embarcação que estivesse traficando escravos. Nesse contexto, o Brasil, sendo pressionado pela Inglaterra, institui a Lei Eusébio de Queirós em 1850, na qual estabelece o fim do tráfico Internacional de escravos no Brasil. A partir dessa medida, a elite brasileira passa a se preocupar com outra questão interna, com o abolicionismo dos escravos, teriam alforriados imigrantes que passariam a ser trabalhadores assalariados. Assim, deveria ter uma legalização para ter acesso e controle às terras devolutas, a única forma seria mediante o registro da terra.

Sob esse aspecto, Stédile (2011) argumenta que a Coroa, pressionada e reconhecendo a inevitável libertação dos escravos, tratou de legislar o processo de posse, para que o acesso fosse mais restrito, assegurando a disponibilidade de mão de obra, visto que os escravos libertos deveriam permanecer nas fazendas como trabalhadores assalariados. Antes da Lei de 1850 chegar às mãos de Dom Pedro II, percorreu um lento e tortuoso caminho dentro do Senado e da Câmara. Após sete anos de debates, negociações, impasses e reviravoltas, os senadores e deputados, enfim, deram ao projeto de lei a versão definitiva (Senado, 2020). Houve diversos discursos de imposição que visavam apenas aos interesses daqueles que já possuíam poderes aquisitivos, como era o caso dos próprios senadores, visto que a maioria era senhores de terras. Discursos estes que negligenciavam as necessidades de grande parcela da sociedade.

Documentos da época guardados no Arquivo do Senado revelam, por meio de discursos de autoridades, como a composição do campo brasileiro foi planejada, traz como a fala do Senador Costa Ferreira (MA) “repartir terras em pequenos bocados não é exequível...Ninguém vai para o interior do país. Existem nas províncias muitas terras, mas algumas não se acham demarcadas nem são beneficiadas, pois estão infestadas de indígenas”. Nessa esteira discursiva, compreendemos que o poder dominador dos latifundiários intenta sobrepor-se a ordens jurídicas, recorrendo a argumentos que naturalizem a posse de terras para os grandes senhores em detrimento da expulsão dos menos favorecidos.

Outro argumento denuncia discursivamente a vantagem que os latifundiários teriam com as terras públicas comercializadas a preços exorbitantes a ponto de deixar fora do páreo os mais pobres e os escravos libertos. Isso está evidente no discurso do Senador Vergueiro relatado

na Agência Senado, 2020: “É impossível vender terras por esse preço. Quem quer adquirir terras[...] há de comprá-las, sobe o valor das propriedades. É um benefício aos atuais proprietários. Os donos de sesmarias vêm a ganhar com esta lei”. Em meio a essas discussões, instaura-se a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, a qual estabelecia que a propriedade da terra só era legítima por meio da compra.

Na prática, essa lei mercantilizava o acesso a terras devolutas, para acessá-la como propriedade seria necessário alguém disposto a vendê-la e, por outro lado, capital para a aquisição. A decisão para instituir uma Lei que definisse as normas de distribuição das terras no Brasil Império se deu por causa de uma série de transformações e pressões ocorridas no início do século XIX. Algumas dessas tensões foram: o aumento da luta pela libertação dos escravos negros, a formação de quilombos e a pressão internacional para eliminar a escravidão no Brasil (Stédile, 2011).

Essa legislação, de certa forma, beneficia socialmente os privilegiados e, por outro lado, mantém em uma situação de empobrecimento e subordinação os que já são explorados economicamente, socialmente e culturalmente diante uma sociedade escravista, na qual os recém-libertados continuariam sob os ditames dos seus senhores. O diferencial é que, a partir da Lei de Terras, as bases jurídicas foram lançadas para proporcionar as condições necessárias a fim de que os “ex-escravos” se transformassem na mão de obra requisitada e assalariada para a substituição do trabalho escravo, visto que as possibilidades de acesso às terras devolutas foram legalmente restritas.

De certa, forma, corroboramos com Silva (2015) ao argumentar que a Lei de Terras acabou por dar base jurídica e administrativa para a realização da lógica histórica de apropriação territorial no Brasil. A partir desta Lei, toda e qualquer propriedade, no Brasil, deveria ter como marco inicial a regulamentação da propriedade expedida em 1850 ou comprada da Coroa portuguesa, caso contrário é terra devoluta, ou seja, passível de desapropriação (Silva, 1996). A Lei de Terras determinava que somente poderia ser considerado proprietário da terra quem legalizasse sua propriedade nos cartórios, pagando certa quantidade em dinheiro à Coroa” (Stédile, 2011). Isso está evidenciado no Art. 11 da lei de Terras⁹.

Essas exigências excluía os que não possuíam condições, pois o valor da compra do

⁹ Art. 11. Os posseiros serão obrigados a tirar títulos dos terrenos que lhes ficarem pertencendo por efeito desta Lei, e sem elles não poderão hypothecar os mesmos terrenos, nem alienar os por qualquer modo. Esses títulos serão passados pelas Repartições provinciaes que o Governo designar, pagando-se 5\$ de direitos de Chancellaria pelo terreno que não exceder de um quadrado de 500 braças por lado, e outrotanto por cada [...] (Planalto. gov).

registro da terra era inconsistente aos pequenos proprietários. Como afirma Martins (2010), enquanto às elites era garantido os estoques de terras, os camponeses tiveram esse acesso bloqueado pelos diminutos recursos de que dispunham para aplicar na compra de terra. Nessa disputa em que envolviam os donos de grandes extensões de terras e os subalternos, indubitavelmente, os primeiros tinham mais possibilidades de atender os requisitos.

Levando em consideração que parte da população de origem africana era escravizada ou havia conquistado a liberdade de maneira precária (Chalhoub, 2010), já que a abolição formal foi instituída apenas em 1888, o acesso à terra a essa população era praticamente inviável. Assim, é possível compreender que as proposições da Lei de 1850 contribuíram para uma maior segregação. Nesse contexto, Martins (1997) argumenta que o objetivo era criar “por meios falsos” uma massa real e verdadeira de “despossuídos” [...] que não tivesse nenhuma alternativa senão trabalhar para os grandes proprietários de terra. Desse modo, a Lei de Terras foi um artifício para criar um problema e, ao mesmo tempo, uma solução social em benefício exclusivo dos que tinham e têm terra e poder.

Sob essa ótica, Stédile (2011) reitera que o acesso às terras públicas à classe camponesa a quem de fato dela precisasse para trabalhar e sobreviver. Essa forma de restrição de acesso à terra é uma continuidade dos ideais colonizadores, de fazer da terra uma mercadoria, com disputas travadas, competição e conflitos alicerçados no discurso de poder. De certo modo, é importante reconhecer a Lei de Terras como um marco jurídico para as questões administrativas para o acesso às terras do Estado. Entretanto, é possível inferir que a referida Lei não tinha como predisposição atenuar os problemas sociais, as desigualdades que se desencadearam a partir do Brasil Colônia. Entendemos que regulamentar juridicamente o acesso às terras brasileiras era necessário, mas faltou ao Estado um olhar mais holístico, levando em consideração o contexto histórico e as especificidades para a formulação e efetividade da Lei.

Nesses termos, corroboramos com Stédile ao afirmar que a Lei de 1850 “discriminou os pobres e impediu que os escravos libertos se tornassem proprietários, pois nem uns nem outros possuíam recursos para adquirir parcelas de terra da Coroa ou para legalizar as que possuíam” (Stédile, 2011, p. 16). O texto da Lei de Terras, de certa forma, impõe um determinado grupo a agir e viver economicamente e socialmente, conforme as convenções da época propostas pelo Estado, mantendo e reproduzindo as discrepâncias sociais. O Estado é o *locus* que “dispõe de meios de impor e inculcar princípios duráveis de visão e de divisão de acordo com suas próprias estruturas é o lugar por excelência de concentração e do exercício do poder simbólico” (Bourdieu, 1989, p. 108). Por vezes, o Estado usa do poder para instituir as regras para nomear

e classificar a realidade social conforme determinadas convenções.

Após diferentes regulamentações jurídicas que orientam o acesso à terra, há, ainda, recorrentes entraves para que os pequenos agricultores rurais tenham acesso a melhorias para o desenvolvimento de suas atividades agrícolas e até mesmo para permanecer em suas terras. Isso provoca outros problemas sociais, tais quais: desemprego, subserviência, falta de moradia, escassez de alimentos, entre outros. Como afirma o Professor Jorge Terra (2023), “as desigualdades acumulam de um domínio para o outro, de geração para geração”. A compreensão de terra como construção social continua sendo uma luta em meio às disputas entre pequenos e grandes proprietários, envolvendo relações de poder econômico antagônico.

Entendemos que problematizar o discurso da Lei de Terras, a partir de uma leitura crítica, nessa Tese, é importante para compreender que a concepção do uso da terra, mediante os atuais conflitos agrários, ainda é vista como produto mercadológico que categoriza quem melhor pode explorá-la, seguindo ainda uma lógica discriminatória. Na visão de Stédile (2011, p. 17), “em razão da Lei de Terras ser tão discriminatória, surgiram no início do século XIX os movimentos camponeses que tinham como principal bandeira o acesso mais fácil à terra, o que significaria melhora nas condições de vida daquelas pessoas”.

Na próxima seção, trouxemos um recorte sobre os primeiros movimentos camponeses que surgiram no final do século XIX e início do século XX como reação à discriminatória Lei de Terras. Movimentos que objetivavam o acesso à terra de forma menos excludente. Paralelo à tensão e pressão social dessa época pelos movimentos, surge o Estatuto da Terra de 1964.

2.3 Terra, poder e luta: o protagonismo dos movimentos sociais – as Ligas Camponesas e o Estatuto da terra de 1964

“O nordestino é, antes de tudo, um forte.” (Euclides da Cunha)

A sociedade é um organismo vivo, está sempre em transformação, em movimento, as lutas, dominações e conquistas acontecem na e pela linguagem, que tanto serve para denunciar o cerceamento de direitos a grupos minorizados. A linguagem permite que esses grupos tomem consciência das atrocidades a eles cometidas e, a partir disso, por meio de movimentos sociais, lutem pelos direitos que lhes foram cerceados. É impossível, como bem afirma Julião (2013, p. 51), “agitar a vida sem agitação. É agitando que se transforma a vida, o homem, a sociedade, o mundo.”

No percurso da constituição da história, as transformações sociais aconteceram por impulso de movimentos sociais como reação a imposições históricas macroestruturais que

tolheram os direitos dos menos favorecidos. O ponto que abordaremos nesta seção, por meio de um recorte, é a gênese dos movimentos sociais pela terra, a luta dos trabalhadores rurais no final de século XIX e início do século XX. Partimos do conceito de movimentos sociais apresentado por Gohn (1997), que os define como ações sociais coletivas, de caráter sociopolítico e cultural, que viabilizam modos distintos da população se organizar e expressar suas demandas.

Partindo dessa concepção, entendemos que os movimentos sociais traduzem as inconformidades, necessidades e demandas de um grupo, eles são, de acordo com (Bem, 2006), os indicadores mais expressivos para a análise do funcionamento das sociedades. Os movimentos sociais serviram, ao longo da nossa história, e continuam servindo de termômetro para denunciar as injustiças e buscar romper com estruturas de dominação, pressionando os órgãos governamentais e sociedade civil a uma tomada de decisão visando a transformações do *status quo* vigente.

Historicamente, as primeiras revoltas contra a imposição do modo de trabalho surgiram com os indígenas e escravos ao se rebelarem, fugir e formar os quilombos. As lutas emergiram informalmente, visto que ainda não havia uma organização social e uma roupagem ideológica proveniente desses agentes, pois eles agiam mais do que falavam - usavam da linguagem mais familiar e acessível oriunda das florestas, das estepes e dos desertos africanos (Prado Junior, 1965). Esse foi um dos primeiros marcadores de denúncia às estruturas de dominação nas terras brasileiras. Considerando que essas ações eram esparsas e não havia um coletivo coeso e uma representação jurídica para maior enfrentamento, trata-se, portanto, conforme (Medeiros, 1989), de um percurso com poucos registros, dispersos e fragmentados, implica na dificuldade de preservação de sua memória social.

Elencamos alguns conflitos violentos, como atos de reivindicação pelo acesso à terra e aos direitos humanos, dentre eles: o Quilombo dos Palmares, espaços de resistência e de defesa dos escravos. Outro marco foi a Guerra dos Bárbaros - série de conflitos que ocorreu entre 1651 e 1704 entre os colonos luso-portugueses e os povos indígenas. Destacamos, também, as revoltas populares como a Guerra dos Cabanos e a Balaiada, que aconteceram no Período Regencial (1831-1840), surgiram devido à ausência de mudanças estruturais com a manutenção da monarquia no processo da Independência do Brasil (Andrade, 2005).

Convém, também, ressaltar os registros populares e camponeses, revoltas associadas ao messianismo e ao banditismo (Andrade, 2005); dentre eles, a Guerra de Canudos, por exemplo, movimento messiânico que se opunha à ordem da submissão, estabelecida pelos coronéis, e foi

declarado inimigo de guerra. Historicamente, podemos afirmar que esse foi o maior exemplo da organização informal de resistência camponesa do Brasil, comunidade onde habitavam cerca de 10 mil habitantes na extrema pobreza.

Vale destacar que nosso intento, nesta seção, não é analisar minuciosamente as distintas revoltas ocorridas nos diferentes períodos da história, nem exaltar nomes de agentes sociais que marcaram as lutas. No entanto, acreditamos que, a partir da análise do passado, podemos (des)construir nossa maneira de compreender e agir no presente e de lutar sobre os projetos futuros para a mudança social. Detemo-nos, aqui, no percurso das ligas camponesas em Pernambuco, esse recorte histórico e geográfico justifica-se por estar relacionado com o nosso campo e universo de pesquisa.

Demos ênfase ao movimento das Ligas Camponesas que emergiram no processo de lutas por terras no Brasil no início do século XX. O movimento surgiu como resposta à difícil situação em que se encontravam os trabalhadores agricultores sem-terra do Nordeste, que vinha se agravando, sobretudo, a partir de 1950. Essa circunstância despertou a classe camponesa a procurar por si só uma solução para o problema agrário regional (Andrade, 2005). As Ligas Camponesas, conforme Stédile (2011, p. 17), “tinham como principal bandeira o acesso mais fácil à terra, o que significaria melhora nas condições daquelas pessoas.” Aos camponeses faltavam-lhes, desde outrora, amparo nas condições trabalhistas, eles eram vítimas de exclusão e de direitos sociais. Conforme Medeiros (1989, p. 12), “na década de 50, a emergência de ligas camponesas, de “associações”, de uniões trouxeram à cena política a luta dos trabalhadores rurais, que impuseram seu reconhecimento à sociedade.”

A historiografia compreende as Ligas como a principal organização que atuou no mundo rural brasileiro antes do golpe de 1964. Elas surgem no cenário nordestino descortinando os problemas que afligiam as classes subalternas. Segundo o manifesto de convocatória do grande Congresso de Salvação do Nordeste¹⁰, as Ligas Camponesas surgem no Nordeste por ser uma das regiões mais desamparadas do país, com inúmeros problemas que afetam o seu desenvolvimento, como o fenômeno da seca, o analfabetismo, a pobreza, o desemprego, entre outros (Morais, 1997). Pernambuco foi o pioneiro nessa luta por se apresentar como o maior potencial da região e, paradoxalmente, por evidenciar os maiores índices dos problemas sociais nordestino, com um exacerbado número de mortalidade infantil e grande parte da população de

¹⁰ Teve importância decisiva para o movimento camponês, realizado em Recife, onde conseguiu reunir os mais amplos setores sociais dos nove estados que compõem o Nordeste. Este congresso abriu portas para o I Congresso de camponeses de Pernambuco sob o comando do Professor Josué de Castro, o que possibilitou as Ligas a mobilizarem outros municípios do Estado (Morais, 1997).

vivendo de biscates e pequenos furtos.

Esses problemas sociais eram o reflexo do avassalador capitalismo e, consequentemente, das ações dominantes da oligarquia agrária, privando os camponeses de seus direitos. Problemas esses que ainda são visíveis em nosso Estado, principalmente, no mundo rural que convive com as disputas pelo poder. Apesar de luta pela terra ter tido origem desde a Colonização, segregando os habitantes em “duas facções, a dos proprietários de terra e a dos trabalhadores, ela vem se exacerbando nos séculos XX e XXI, quando os trabalhadores passaram a se organizar de forma mais aguerrida” (Andrade, 2005, p. 272).

A Liga Camponesa é definida por Julião (2013), como a expressão de todo esse passado histórico, com a vantagem, entretanto, de surgir em um momento histórico mais propício para o movimento. A estrutura fundiária, mesmo com a abolição e a Proclamação da República em nada alterou, prevalece, no Nordeste, uma numerosa população que vive em condições de exploração pelos latifundiários. Sobre esse contexto, destaca Julião (2013, p. 125): “o material que compõe esse movimento é o mesmo: o camponês sem-terra. E o inimigo que busca derrotar também é o mesmo: o latifúndio.”

As Ligas Camponesas foram associações organizadas e criadas pela massa camponesa trabalhadores rurais. Inicialmente, elas emergem sem interferência de autores externos, como esclarece Julião (1962), originam-se no Estado de Pernambuco, em 1954. Compreende um movimento social que ampara os camponeses desprovidos dos direitos trabalhistas nas décadas de 1950 e 1960. A Liga de maior notoriedade foi a fundada no Engenho Galileia, engenho de “fogo morto”, localizado no município de Vitória de Santo Antão-PE. No qual residia 140 famílias, foreiros que pagavam um aluguel anual, chamado de “foro”¹¹.

Na década de 1950, com o agravamento da crise econômica, da opressão que recai sobre o arrendatário, devido à alta renda cobrada e aos baixos salários, levaram os trabalhadores rurais a atitudes de revolta e desespero. Enquanto se pagava à época, 70 e 80 cruzeiros o dia de condição, o litro de farinha atingiria o elevado preço de 170 cruzeiros, essa situação era insustentável para o trabalhador rural (Andrade, 2005). Diante dessa situação, os camponeses tomaram a iniciativa de buscar uma saída. A Liga Camponesa foi criada com “o nome de Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP), eclode quando o proprietário do engenho Galileia quis expulsar os foreiros que aí trabalhavam, há vários decênios (Andrade, 2005).

¹¹ O foro era a principal condição para aquelas famílias morarem e plantarem nas terras do engenho.

Em meio a esse conflito, puseram fim às plantações dos camponeses e as substituíram por gado, ameaçando-os represálias, aumento do foro e exigindo a imediata dissolução da SAPP. Assim, deu-se início ao movimento (Azevêdo, 1982), mediante esse conflito, visando proteção, o movimento liderado por Zezé da Galileia procurou um advogado que os defendessem, contaram, então, com o apoio do advogado e Parlamentar Francisco Julião do PCB. Nesse contexto, a sociedade fundada pelos “galileus” e que existia só de fato, foi legalizada no dia 1º de janeiro de 1955. A partir da legalização e exercendo o seu mandato, Julião passou a combater na Câmara e na imprensa, o “cambão”¹² e o “foro”, acreditando que o seu papel era, conforme elucida Andrade (2005), despertar a massa para a luta, para a tomada de consciência de sua força e de suas necessidades, evitando que as tentativas de solução do problema agrário fossem elaboradas por intelectuais políticos que quase sempre desconhecem a realidade camponesa.

Na visão de Andrade (2005), o movimento de organização camponesa, em termos de reivindicações e objetivos definidos por melhores condições de vida e trabalho, surgiu muito tardiamente, só após a obtenção do reconhecimento do sindicato dos trabalhadores rurais. O surgimento dos primeiros sindicatos rurais aconteceu em 1954, em Itabuna (BA), Campos (RJ), Barreiros (PE) e no interior de São Paulo. Os sindicatos enfrentaram repressão dos proprietários de terra e as restrições feitas pelo Ministério do Trabalho que, de acordo com Andrade (2005), não viam com bons olhos a organização dos trabalhadores do campo. A fim de contornar essa situação, os sindicalistas e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), em sua fase de legalidade, organizaram associações, registradas em cartório, a que denominavam ligas camponesas.

A objeção não era apenas à organização dos trabalhadores do campo, houve também contestação até ao termo camponês, chegando a sugerir a substituição deste termo pelo vocábulo rurícola (Andrade, 2005). O termo “camponês” e “campesinato”, até então, eram palavras recentes no vocabulário brasileiro (Julião, 2013); elas chegaram, no Brasil, por meio da importação política, introduzidas pela esquerda, a partir da década de 1950. Os termos “camponês” e “latifundiário” são “palavras políticas”, introduzidas para explicitar a existência de duas classes sociais no campo e para “dar unidade às lutas camponesas” (Pereira, 2008).

Assim, entendemos que o emprego dessas palavras dentro de um contexto histórico,

¹² Expressa o dia de trabalho que o dono da terra exige do camponês sem contraprestação em dinheiro, ou seja, trabalho gratuito, não dava sequer pão e água, tinha que pagar cada semana pelo sítio que ocupa, um miserável sítio de um ou dois hectares, isso além da renda paga em dinheiro ou em produto ao patrão sem receber nada em troca (Julião, 2013).

político e geográfico não é aleatório, como afirma Martins (1990, p. 21), estão “enraizadas numa concepção da história, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais”. Essa concepção coaduna com o pensamento de Halliday (2004), para quem as escolhas léxico-gramaticais que mobilizamos são frutos de uma sucessão de fatores extralinguísticos inerentes do contexto de cultura e situação em que estamos inseridos. Isso nos permite afirmar que a língua é política, ideológica, não é neutra. O termo camponês ganhou significado político e ideológico, de modo que os próprios camponeses introduziram nova acepção ao termo (Julião, 2013). Os camponeses para defini-los como companheiro “leal e corajoso” diante de outro, “vacilante”, chamava o primeiro de camponês e o segundo de latifundiário. Nesse contexto, o termo latifundiário adquiriu um novo substrato semanticamente ideológico.

Os camponeses, até então, eram compreendidos como ignorantes e inaptos aos problemas políticos, subordinado às classes latifundiárias, não tinham objetivos definidos para reivindicações. Na visão de Julião (2013), a Constituição das Ligas tinha um programa definido: o de despertar a consciência política nas massas camponesas, unificando-as para que tomem parte ativa na luta pela reforma agrária. A fim de evitar “a contínua tragédia humana pela causa da terra, é preciso criar um homem novo, mudando o sistema, partindo do princípio de que a terra é um bem que deve pertencer à humanidade. O camponês é a humanidade” (Julião, 2013, p. 72).

Sendo o camponês um ser social em constante desenvolvimento e mudança, ele tem a possibilidade de buscar superar a alienação e a dominação imposta pelo capitalismo. Partindo dessa premissa, Medeiros (1989) elucida que os trabalhadores podem ser sujeitos de sua história, criar caminhos próprios de luta, através delas pesar politicamente, interferir na dinâmica da sociedade. Podemos inferir que isso se dá por meio de um processo de ação e representação da consciência do que é vivido. Nessa perspectiva, Marx e Engels (1986, p. 36-37, *apud* Frigotto, 2015) argumentam que “a produção das ideias, de representações da consciência, está de início diretamente entrelaçada à atividade material e ao intercâmbio material; (...) os homens são produtores de suas representações, de suas ideias etc., mas os homens reais e ativos (...)”.

Posto isso, podemos afirmar que, com a participação real dos camponeses nos movimentos sociais, a sua subserviência vai perdendo espaço, pois, eles passam a se posicionar, expor suas ideias, desobedecem ao patriarcalismo, porque eles têm conhecimento da lei que os protege. Como um dos marcos dessa evolução e engajamento social dos camponeses, em 1959, houve a desapropriação do engenho Galileia, por meio de um projeto de lei apresentado à

Câmara Estadual pelo Deputado Francisco Julião, evitando o despejo dos foreiros da Galileia. Consolidando, assim, a primeira vitória do movimento dos foreiros da Liga Camponesa.

Na historiografia brasileira, a SAPPP é reconhecida como a gênese das Ligas Camponesas que se difundiram em diversos estados do Brasil. Andrade (2005) diz ser o exemplo de Galileia um “estopim”, pois, em 1960, já existiam Ligas em 26 municípios pernambucanos. E, no Nordeste, elas se alastravam no Acre, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. Apresentam como lema aglutinador dos camponeses: a “reforma agrária na lei ou na marra” e a implantação do socialismo, as Ligas mantiveram contato e apoio de diferentes organizações políticas: a nível nacional, com o PCB, PC do B e a POLOP – Política Operária (Azevêdo, 1982), e a nível internacional com a Associação Nacional de Agricultores de Cuba (Sales, 2005).

Os camponeses, mesmo sendo defendidos pela justiça, enfrentaram a ira dos latifundiários, que usavam a violência para burlar qualquer Código Civil (Alves, 2014). Os camponeses filiados a núcleos de ligas sofreram perseguições, represálias e acusações oriundas dos grandes proprietários de terra, que os acusavam por incêndios em canaviais. Nem todos os agricultores rurais eram filiados a núcleos de ligas, pois, como analisa Andrade (2005), alguns apresentavam maiores dificuldades a filiar-se, como, por exemplo, os assalariados eram vistos como nômades, alojavam-se em lugares análogos a senzalas, viviam se mudando entre usinas, não tinham moradia fixa. Outros não se filiavam por ter receio do proprietário e do seu preposto, que quase sempre agem violentamente. Andrade cita dois casos de violência, um no Estado de Pernambuco, onde o camponês foi ferrado a “ferro em brasa”, como animal.

Isso demonstra uma forma de violência e desigualdade extrema, uma verdadeira escravidão, na qual alguns indivíduos são possuídos por outros como sua propriedade (Giddens, 2001). O outro caso de violência associado à presença das ações do movimento camponês foi o assassinato do líder das Ligas Camponesas na Paraíba, João Pedro Teixeira, dizem ter sido a mando de proprietários rurais (Andrade, 2005). O registro dessas reações de tamanha brutalidade evidencia a inexistência de uma política governamental advinda do Estado para a questão agrária que valorizasse e respeitasse o trabalhador rural em sua essência humana.

Nessa conjuntura, mesmo com perseguições, as Ligas ainda eram a esperança, nos municípios onde não havia núcleos ressoavam a sua influência, pois é comum um camponês injustiçado dizer para o capataz e para o patrão: “Graças a Jesus Cristo, a Liga vai chegar. Será nossa liberdade” (Andrade, 2005, p. 309). Francisco Julião, como líder, era alvo de ataques, acusavam-no de que ele não objetivava resolver os problemas agrários, que era um demagogo

a fazer agitação e garantir a sua cadeira de deputado (Andrade, 2005). Isso reforça a disputa e as relações de poder existentes no campo, um poderio que vem atravessando diversos regimes políticos e se faz presente ainda no século atual, tentando criminalizar movimentos sociais que envidam esforços para atenuar as discrepâncias entre grupos sociais.

O então deputado, Francisco Julião, apresenta suas ideias gerais sobre as questões agrárias em 1961 num documento intitulado por Andrade (2005) como os dez mandamentos do deputado Julião¹³. São itens que destacam a urgência da distribuição da terra aos camponeses destacando que “o pedaço de terra dado ao trabalhador rural é como o galho de embaúba que joga a quem está se afogando em um rio”. O movimento agregou apoio de vários núcleos e diferentes lideranças políticas e religiosas do Nordeste.

No final da década de 1950, diferentes forças políticas disputavam o destino das lutas dos trabalhadores rurais, entre elas, a Igreja, as Ligas, o PCB. A Igreja, mobiliza-se e se torna mais sensível para os problemas sociais, preocupa-se com o avanço das forças de esquerda. A base eclesial passa a dar maior importância à reforma agrária como medida essencial para o desenvolvimento econômico e para atenuar as tensões sociais. A partir dessa nova configuração, surgem apoio de diferentes partidos políticos, entre eles o PTB e PCB, do governo João Goulart e de representantes de federações estaduais de trabalhadores agrícolas na criação de movimentos em prol dos trabalhadores rurais.

A partir deles são criados: a União de Lavradores Agrícolas do Brasil (ULTAB), Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), Regulamentação do funcionamento dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) - até então proibidos -; Movimentos de Educação de Base (MEB), Juventude Agrária Católica (JAC), Frentes Agrárias Católicas (FAC), Serviço de Pastoral de Pernambuco (SORPE), Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), Criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) (Stédile, 2011). Mediante essa nova organização e efervescência no cenário brasileiro em defesa aos direitos dos povos do campo, as reivindicações das Ligas foram fortalecidas.

Esse debate avança com o apoio, iniciativas e medidas destinadas à ampliação da cidadania social e à defesa dos interesses econômicos nacionais advindos do governo João

¹³ Ver na íntegra Andrade (2005, p. 310-311) na obra *A terra e o homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*.

Goulart a partir das Reformas de Base, em 1963, que traziam, como principal pilar para o desenvolvimento do Brasil, a reforma agrária. Essa preocupação tornou-se pública em março de 1964, quando o então presidente anunciou publicamente que enviaria ao Congresso uma Lei de Reforma Agrária, cujo objetivo era desapropriar as grandes propriedades mal utilizadas (Stédile, 2011).

Essa declaração foi crucial para a deposição do poder de João Goulart e a execução do golpe militar. Com a deposição do presidente e a instauração do governo militar, intensificou-se a repressão aos movimentos camponeses, as sedes de Ligas foram cerradas, reprimidas e julgadas como ilegais, e seus principais líderes foram presos, torturados e outros tiveram até a sua identidade ocultada. Diante desse contexto, os despejos retomaram terras que já tinham sido desapropriadas, voltaram para seus antigos proprietários; os trabalhadores outra vez ficaram sem posse de suas áreas de terra, provocando um amplo êxodo rural; nesse contexto, os trabalhadores não podiam fazer nenhuma ação de resistência (Medeiros, 1989).

A seguir, discorreremos acerca das proposições do Estatuto da Terra, Lei nº 4.504 de 1964, promulgada pelo primeiro governo militar. Parece paradoxal a criação de uma Lei que trata da reforma agrária no início de um marco inaugural de uma conjuntura política marcada por crescente autoritarismo, coibições e repressões aos movimentos camponeses. Veremos que a ênfase dada à questão da reforma agrária, no novo momento político, visa criar uma classe média rural com perfil empresarial e a implantação do projeto de desenvolvimento capitalista no campo.

2.4 O Estatuto da terra e a tentativa da materialização da reforma agrária

“O homem antes de tudo é a terra...O ponto de apoio, o centro e o eixo de toda a humanidade.” (Julião, 2013)

Pensar na produção rural, no homem do campo, é pensar no acesso à terra e, consequentemente, no seu uso social, no produzir socialmente e economicamente visando à soberania alimentar, com base na produção, consumo e distribuição. Para alcançar esse objetivo, é vital a operacionalização de normas que regem a propriedade da terra, uma vez que é impossível a produção de base rural sem acesso à terra. Como bem argumenta Julião (2013), na epígrafe dessa seção, a terra é o alicerce da humanidade, ela antecede a nossa existência. A terra é, como reitera Marés (2010), a grande provedora das necessidades humanas.

Para que se faça cumprir o direito à terra como princípio básico para a sobrevivência humana, é necessário um conjunto de normas e instituições para orientar a questão agrária no

condizente à distribuição das propriedades ociosas e o cumprimento da função social prevista no Estatuto da Terra e na Constituição de 1988 e, conseqüentemente, para que os investimentos sejam efetivados e a produção se realize (Schmitz e Bittencourt, 2014). No Brasil, a questão agrária é regulamentada pelo Estatuto da Terra, sob a Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, promulgada pelo então Presidente Marechal Castello Branco. Esse foi o primeiro regimento¹⁴ que se constitui efetivamente como a primeira lei brasileira a tratar da reforma agrária, da política fundiária, as políticas agrícolas a partir desse regimento ficam sob a égide desse documento.

Nesse contexto, criam-se o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (INDA), incumbidos do cadastro das propriedades, dos processos de colonização de terras públicas e desapropriação de terras. A criação desses dois organismos, conforme Mendonça (2010), representaria uma conquista para os que acreditavam ser possível uma reforma agrária. No entanto, segundo a autora, a indicação de seus titulares demonstrava a impossibilidade de qualquer ação conjunta e integrada entre eles.

A elaboração e promulgação do Estatuto da Terra se dá no período em que fazendeiros, usineiros e grande parte dos políticos apoiam o golpe militar, destitui o governo de João Goulart e põe fim ao debate agrário anunciado por Goulart em mensagem ao Congresso Nacional, na qual ele propôs uma série de providências consideradas indispensáveis e inadiáveis para atender às velhas e justas aspirações da população: a primeira delas, a reforma agrária (Reis, 2008). Com o golpe de 1964, esse debate foi interrompido abruptamente, o país passou a modernizar sua Agricultura com base na então chamada Revolução Verde e no clássico tripé: extensão, pesquisa e crédito.

Nesse ano, foi lançado o Estatuto da Terra, que definiu a estrutura governamental para a execução do projeto, ao mesmo tempo em que garantiu em seu arcabouço a possibilidade da reforma agrária (Mello, 2016). Desse modo, não puseram fim ao debate da reforma agrária, o assunto emergiu na agenda como meta governamental. Essa iniciativa pareceu um tanto contraditória, visto que o tema da reforma agrária foi “classificado como inconveniente para os

¹⁴ Houve diversas tentativas de legislação para tratar da reforma em períodos anteriores, mas não tiveram êxito, entre eles: na Constituinte de 1946, o Senador Luiz Carlos Prestes apresentou em nome da bancada do PCB a primeira Lei de Reforma ampla, devido a cassação dos parlamentares, a proposta foi arquivada. Em 1954, a bancada do PTB apresentou uma proposta de lei de reforma agrária, mas não prosperou. Em 1936, foi apresentado o Projeto de Lei de reforma agrária pelo Deputado Leonel Brizola, considerada muito radical, não foi consolidada.

setores que apoiaram o golpe. A “Revolução de Março”, teoricamente, teria garantido sua superação juntamente com o "perigo comunista" representado pelo governo João Goulart” (De Salis, 2014, p. 494). Custa, portanto, compreender como uma lei progressista é promulgada por um governo que desencadeou grandes perseguições aos que defendiam a reforma agrária, destituiu os movimentos camponeses.

O Estatuto da Terra, nas palavras de Jhanel (1987), poderia ser capaz de acalmar os camponeses impacientes e de tranquilizar os proprietários temerosos diante dos conflitos da época. Mas há controvérsias em relação às proposições do Estatuto da Terra, gestado nesse período, se de fato havia uma efetiva e sensível preocupação com as demandas apresentadas pelos movimentos sociais da época. Sob esse viés, Baldez (2003) elucida que essa proposta não se deu visando a sua efetiva concretização, ao contrário, tinha o intuito de imobilizar e desestruturar a luta, transformando-se, ainda, em um simples instrumento de remoção de eventuais conflitos no campo.

Havia a intenção de neutralizar a participação dos movimentos sociais que se agravaram na década de 1950 e que trouxeram, sob o ponto de vista do governo, a desorganização do setor produtivo (De Salis, 2014). É crível supor que, diante da conjuntura sociopolítica da época, o Estatuto da Terra surge, de certa forma, para dar resposta às reivindicações dos novos agentes sociais que emergiram na década de 1950, os trabalhadores rurais. Tendo em vista que as leis, geralmente, são propostas e elaboradas para responder direta ou indiretamente as demandas de alguma categoria da sociedade advindas de movimentos sociais. Essas surgem, muitas vezes, com o objetivo de trazer e propor alterações a um assunto público, tal como expandir os direitos civis a um segmento da população (Giddens, 2008).

Isso não significa afirmar que as proposições do Estatuto da Terra foram efetivadas, visto que não houve impacto significativo na estruturação da concentração fundiária. Na concepção de alguns críticos acerca da Lei de 1964, como Schmitz e Bittencourt (2014), o Estatuto representou, na verdade, uma tentativa de esvaziamento da luta pela reforma agrária, pois não se tocou no latifúndio e colocar as mãos neste tipo de propriedade significava enfraquecer as bases políticas do clientelismo rural e das oligarquias políticas. Extrai-se, portanto, que o discurso governamental construído nessa conjuntura político-social do golpe militar provocou expectativas de realização de um projeto de reforma agrária. Sob um olhar crítico, pode-se inferir que esse discurso se utilizou de poder simbólico nos termos apontados por Bourdieu (1989, p. 14-15)

[...] poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. [...] O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.

Ademais, a aprovação do Estatuto da Terra foi produto de uma acirrada discussão em meio aos embates de partidos políticos, da classe patronal agrícola e dos movimentos antirreformistas, que refutavam a ideia da necessidade de reforma agrária no campo, temendo o fim da propriedade privada e do poder que ela representava. As divergências entre esses grupos e o governo configuraram “uma luta pelo controle político da reforma agrária [...], pelo controle dos procedimentos relativos a ela, por seu resultado e formato final [...]” (Martins, 2004, p. 40).

As divergências dos antirreformistas revelam a disputa pelo poderio e monopolização da propriedade da terra. Seus discursos apontavam o êxodo como solução para os problemas do campo, não se tratava mais de discutir reforma agrária, mas a modernização do campo, sendo a liberação de mão de obra um processo “natural”, a ser resolvido com a migração da população rural para os centros urbanos (De Salis, 2008). O Estatuto estabeleceu os objetivos e os termos de uma reforma agrária, e uma emenda constitucional que permitia que as indenizações das terras desapropriadas por interesse social fossem pagas em títulos da dívida pública após a desapropriação.

Com essa nova legislação, a terra deixa de ser tratada como produto mercadológico e tem como princípio a função social da propriedade. Um marco, pois, pela primeira vez uma lei brasileira adotava a função social como paradigma para a qualificação da propriedade, Marés (2003). Essa concepção está posta no art. 2º § 1º do Estatuto da Terra¹⁵, na qual, a justiça social é discursivamente traduzida pela função social da terra. A lei reza que a função social da terra se justifica quando a propriedade é coerentemente utilizada para a execução da atividade agrícola ou habitação, não podendo estar ociosa. O artigo dispõe que isso dar-se-á conectado com os princípios das relações trabalhistas, da produção, da preservação do meio ambiente, concomitantemente, sem que um desses aspectos tenham maior ou menor relevância.

¹⁵ a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.

O não cumprimento desses requisitos, portanto, delega ao Estado o direito de desapropriação por interesse social, conforme o previsto em Lei, levando em consideração as classificações das propriedades denominadas pelo Estatuto¹⁶, de acordo com a sua condição e natureza. A função social da terra depende de uma ação conjunta de proprietários, trabalhadores e do Estado como órgão fiscalizador. Assim, cabe ao Estado, conforme o exposto no Estatuto, impedir que seja dado o reconhecimento do direito de propriedade sobre uma terra que não usa sua função social, sendo isso inconstitucional. Apesar de essa decisão legislativa defender o uso social da terra, o bem-estar entre os que labutam e os proprietários da terra, na prática, ela impede o trabalhador produzir nessa terra para a sua subsistência. Restringe o trabalho do operário aos anseios do proprietário, este, mesmo estando ausente da propriedade, não perde o bem, cabendo apenas a desapropriação sendo remunerado por uma indenização.

Sendo assim, o Estatuto não modificou a concepção do conceito de propriedade privada, mantém-se o pensamento de que, para assegurar a função social da terra, poucos podem produzir em grandes quantidades de terra desde que produzam. Indubitavelmente, o Estatuto constitui um conjunto de normas que regula os direitos e as obrigações referentes aos bens imóveis rurais, suas principais coordenadas são: necessidade de modernização da agricultura; a noção de latifúndio como obstáculo estrutural ao desenvolvimento e à industrialização; e implementação de uma classe média rural no campo (Bruno, 1995).

É indiscutível, como aponta (Marés, 2003), que a Lei da Terra modernizou os termos, humanizou os contratos, impediu velhas práticas semifeudais e pós-escravistas, mas, na essência, manteve intacta a ideologia da supremacia da propriedade privada sobre qualquer benefício social. Conforme o art. 1º, §1º do Estatuto da Terra, a Reforma Agrária é, de maneira geral, o conjunto de medidas que visa promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso. Fica evidente, tanto neste artigo quanto no art. 2º, a preocupação com o termo produtividade como critério principal para o uso da terra; no entanto, há inexistência de item que oriente como se dará a desapropriação com a finalidade da reforma agrária.

O Estatuto abre possibilidade para que a desapropriação das terras, que configuram inoperância em seu uso, fique sob a responsabilidade do Estado e da interpretação jurídica. No

¹⁶ Minifúndio (Parcelas insuficientes para o agricultor progredir); empresa rural (suficiente para o progresso do agricultor); latifúndio por exploração (extensas propriedades mal utilizadas, não produzem o potencial da área); latifúndio por extensão (propriedades que, pelo seu tamanho exorbitante, independentemente do que produziam, classificavam-se como latifúndios).

entanto, diante do contexto histórico em que os movimentos sociais foram reprimidos, lideranças perseguidas e sindicatos sob intervenção, a lei acabou por significar muito pouco em termos de medidas efetivas em prol das demandas por terra dos trabalhadores rurais (Mendonça, 2010). De acordo com Bergamasco (1997), o fato de o Estatuto ter propiciado uma modernização da agricultura sem uma relevante melhoria na concentração fundiária trouxe consequências desastrosas para a área rural. Propiciou a formação de uma classe de assalariados rurais com baixo poder de compra, além do desemprego, precariedade das condições de trabalho e exclusão social, fazendo com que mais de 28 milhões de pessoas deixassem o campo em direção aos centros urbanos no período de 1960 a 1980. O Estatuto não alterou a essência da política fundiária brasileira.

Nesse sentido, Martins (1983, p. 96) argumenta:

O Estatuto faz, portanto, da reforma agrária brasileira, uma reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema da terra se tornar tenso, oferecendo riscos políticos. O Estatuto procura impedir que a questão agrária se transforme numa questão nacional, política e de classe.

Essa restrição beneficiou, de certa forma, os proprietários de terra que não cumpriam a função social prevista em lei e continuou com o domínio de posse. As cláusulas que previam a desapropriação das áreas de conflito e regulamentavam os arrendamentos e as parcerias foram tratadas como letra morta pelo próprio Estado. O não cumprimento dessa legislação foi responsável pelo precário nível de vida da população rural. Face a essas discrepâncias, na década de 1970 institui-se o INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) a partir do Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, cuja missão prioritária foi executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Nessa época, o projeto geopolítico do governo era a expansão populacional e de ocupação da Amazônia; para isso, utiliza o Estatuto como instrumento jurídico-institucional, tanto para a venda de terras públicas a grandes empresas como para a ampliação de projetos oficiais de colonização dirigidos aos camponeses sem-terra do Sul e do Nordeste (Stédile, 2011).

Foi levado um grande contingente de migrantes sem-terra de vários estados para a construção de rodovias e, ao mesmo tempo, para a exploração de minérios e demais recursos naturais da Amazônia. Assim, a legislação que foi promulgada em uma época de inúmeras pressões, visando atendê-las como uma política de justiça social, limita-se à privatização de terras públicas. O Estatuto da Terra é direcionado por vertentes diferentes do que se está previsto em lei, uma vez que a colonização é feita, em regra, em terras públicas e a reforma agrária tem

por premissa a função social da terra, relativa à propriedade privada, devendo implicar em redistribuição e não na distribuição, como foi promovido no período (Brandão, 2009).

Posto isso, podemos afirmar que o não cumprimento do disposto na legislação agrária, instituída pelo Estado, acabou beneficiando os grandes latifundiários em detrimento dos trabalhadores rurais e dos pequenos produtores. Esses fatores desencadearam novos conflitos fundiários, dando origem, nas décadas de 1970 e início de 1980, ao Movimento dos Agricultores Rurais Sem Terra (MASTER) que, posteriormente, transformou-se no Movimento dos Sem Terra (MST). A crise da ditadura militar se inicia a partir de 1976, durante o governo do general Geisel e, posteriormente, no governo de Figueiredo, este invoca o Estatuto para executar desapropriações em áreas de conflito social.

Nesse contexto, inaugura-se a *reforma agrária pontual*, com o objetivo de amainar os conflitos e evitar reações mais vigorosas dos camponeses, no entanto, essa tentativa não funcionou (Stédile, 2011). Entre o período de 1979 a 1983, houve ressurgimento da luta massiva pela terra, praticamente em todo o território nacional. Esses acontecimentos impulsionaram o surgimento do movimento de redemocratização política do Brasil na década de 1980 e, com ele, o tema da reforma agrária foi retomado em 1984. Para tratar das questões fundiárias, foi instituído, por meio do Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985, o novo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), com a meta utópica de destinar 43 milhões de hectares para o assentamento de 1,4 milhão de famílias até 1989 (INCRA, 2023).

Instituiu-se, também, nessa época, o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e Reforma Agrária (MIRAD), mas, quatro anos depois, os números alcançados eram muito limitados diante do que fora previsto. Esses números refletiram o intenso debate político e ideológico em torno da reforma agrária na Assembleia Nacional Constituinte. A partir de questionamentos acerca do pouco avanço, houve a extinção do INCRA em 1987 e do próprio MIRAD em 1989. Ficando a reforma agrária sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura.

O marco do fim da ditadura e o advento de governo civis se deu em 1985, com o governo de José Sarney que se comprometera em priorizar e ampliar a reforma agrária, uma das suas primeiras ações foi lançar o PNRA, cuja meta era assentar um milhão de famílias em cinco anos de governo em terras a serem desapropriadas (Mattei, 2012). O PNRA alcançou número modesto cerca de 140 mil famílias de agricultores foram assentadas ao final do seu governo, não foi o previsto. Para Carter (2010), as democracias políticas têm poucas chances de instituir uma alteração revolucionária da estrutura agrária, uma vez que as garantias constitucionais e os

mecanismos do Estado de Direito diminuem a possibilidade de realizar extensas transformações.

Na história do Brasil, já perpassaram diferentes leis que abordaram(am) o direito à terra, como a Lei de Terra, o Estatuto da Terra, a Constituinte de 1997, a Constituição de 1988, a lei complementar de 1993, conhecida como a Lei Agrária, mas não conseguiram, na prática, solucionar os imbróglios das questões agrárias em nosso país. Esse problema se perpetua, é ubíquo e perene em todo o Brasil, isso é evidenciado por meio das constantes reivindicações dos trabalhadores rurais, impulsionadas pelos movimentos sociais. Em 1985, com a redemocratização do país, como afirma (Mello, 2016), tornou-se possível um recrudescimento consistente da luta pela terra, cujo agente social mais importante foi, e ainda é, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Esses movimentos eclodem como uma continuação da bandeira das Ligas Camponesas reprimidas pelo governo militar. Na próxima seção, fizemos um breve recorte sobre questão da reforma agrária, assunto instigante e tão urgente para o contexto fundiário, dando ênfase à reforma agrária e à formação dos assentamentos na Mata Sul-PE.

2.5 A Reforma Agrária no cenário brasileiro: avanços e retrocessos

*“É de bom tamanho nem largo nem fundo,
é a parte que te cabe deste latifúndio”.* (João Cabral de Melo Neto)

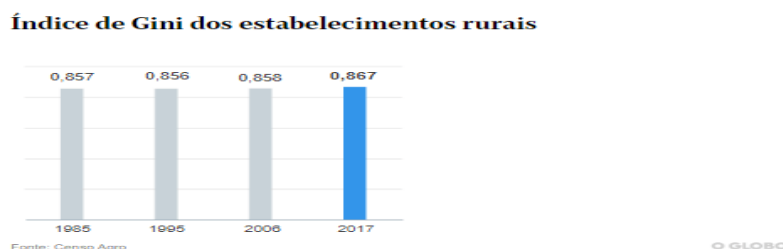
A elaboração deste tópico parte de um recorte acerca das discussões da política da reforma agrária no Brasil, especificamente, no Estado de Pernambuco. Antes de fazermos o recorte do tema da reforma agrária na Mata Sul-PE, é pertinente contextualizá-lo no cenário brasileiro. A reforma agrária é uma questão político-social que parece não ter êxito nas ações estratégicas governamentais para reduzir as disparidades no quesito da questão fundiária no país que permeiam há cinco séculos.

É cientificamente comprovado que o Brasil é um dos países que possui a maior concentração da propriedade de terras sob o domínio de grandes latifundiários e, consequentemente, é um dos mais desiguais do mundo nesse quesito. Dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017 corroboram essa assertiva, revelam que 10% da elite rural brasileira detém 73% das terras, enquanto os outros 90% detêm apenas 27%. Essa disparidade está associada ao vínculo existente entre a propriedade da terra e a tessitura de poder e dominação dos latifundiários em detrimento dos sem-terra, que precisam dela para produzir e sobreviver.

Há muito se tem discutido acerca dessa questão, como já vimos abordando ao longo desse capítulo, analisando respectivamente a divisão da constituição da nossa história entre Colônia-Império-República. É notório que, nos três períodos, permanece presente uma política de concentração de terras, seja na forma em que foi implantado, no Brasil, o regime das sesmarias, seja pela edição da Lei de Terras – Lei n. 601/1850, seja pela não realização de uma ampla reforma agrária (Carvalho e Siqueira, 2020). É possível afirmar que a desigualdade social é um marco estrutural da política da formação brasileira que pouco avançou ao longo da redemocratização do país.

Nesse contexto de discussão, trazemos indicadores revelados pelo coeficiente Gini¹⁷ sobre a distribuição dos estabelecimentos rurais no Brasil a partir do censo agropecuário 2017. Levando em consideração que os valores do coeficiente de Gini variam entre 0 e 1, e, quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade na distribuição de renda entre a população. Os dados do gráfico abaixo denunciam o avanço da desigualdade socioeconômica no campo rural nas regiões do Brasil.

Gráfico 5



Fonte: <https://oglobo.globo.com/>

Observamos, no gráfico, que, desde a redemocratização da política brasileira em 1985 até 2017, não houve redução no âmbito da organização fundiária para atenuar as disparidades nesse campo. Dados do Censo Agropecuário (2017) mostram que 1% das propriedades agrícolas do país ocupa 47% do território agrícola, quase metade da área rural brasileira e, por outro lado, pequenos proprietários, donos de terras, com até 10 hectares, ocupam somente 2,3% do total de áreas usadas para a produção agropecuária. Esses índices elevados de concentração fundiária nos permitem argumentar que o planejamento de políticas agrárias ainda é muito limitado no país e essa realidade vem se perpetuando por diferentes governos.

¹⁷ O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (<https://www.ipea.gov.br>).

O questionamento sobre a reflexão da questão agrária é estrutural como aduz Stédile (2011), ao analisar a evolução da questão agrária no Brasil, estamos, na verdade, procurando verificar o momento em que o problema da propriedade da terra apareceu no país, como esse problema evoluiu e como a sociedade brasileira, por meio de suas diferentes classes e forças sociais, comportou-se diante dele. No Brasil, a constatação da evolução do problema fundiário foi visualizada há séculos.

Nesse percurso, diferentes legislações foram promulgadas, no entanto, falta ação responsiva, a partir dos discursos oficiais, por parte dos agentes sociais, fiscalizadores, legisladores e partidos políticos. Compete a esses atores aplicarem a lei embasada nos princípios de justiça social, e não nos interesses de partidos políticos que discordam da lei simplesmente para atender as suas conveniências. Nessa perspectiva, (Giddens, 2001, p. 288) define partido político como “um grupo de indivíduos que unem os seus esforços na medida em que têm objetivos ou interesses comuns [...] trabalha de forma organizada com vista a alcançar um objetivo específico que é do interesse dos seus membros”.

Como consequência da ausência do Estado para garantir os direitos constitucionais e defender os trabalhadores rurais, extrai-se que a luta pela reforma agrária, no Brasil, ganhou dimensão nacional com as Ligas Camponesas nas décadas de 1940 e 1950. Entretanto, convém ressaltar que a luta pela terra surge com o latifúndio, gestacionada historicamente e não cessada. Sob esse viés discursivo, é essencial distinguir a luta pela terra, da luta pela reforma agrária, como bem defende Mendonça (2010), primeiro porque a luta pela terra sempre aconteceu, com ou sem projetos de reforma agrária. Segundo, porque a luta pela terra é feita pelos trabalhadores e na luta pela reforma agrária participam diferentes instituições.

Na realidade, a diferenciação de sentido da expressão semântica da luta pela terra da luta pela reforma agrária é fundamental, porque a primeira acontece independentemente da segunda (Fernandes, 2005). A luta pela terra precede a luta pela reforma agrária, o problema social sobrepõe à ação política e a discursos oficiais que intentam, em sua maioria, apontar as atitudes dos movimentos sociais como ilegais e não compreendem, de fato, qual é o legítimo problema social de fundo. No entanto, restringir-se a discursos oficiais e midiáticos sobre a reforma agrária não é o suficiente para solucionar os problemas deletérios da questão da terra no país, porque esses discursos tanto apoiam os movimentos sociais como induzem a sociedade a se posicionar contra e naturalizar a condição dos que estão à frente da luta.

Nessa vertente de discussão, Mendonça (2010, p. 80) argumenta:

investir todo o esforço de dominação simbólica sobre a categoria “reforma agrária” – como o têm feito as falas oficiais – significa jogar para baixo do tapete o papel historicamente fundamental e iniludível de todos os agentes em luta pela terra neste país há 500 anos, neutralizando e naturalizando o conflito social, uma vez aprisionados, uma vez mais, nas cercas – não só dos latifúndios, mas também do discurso oficial tido como “legítimo”.

O processo de materialização da reforma agrária está ancorado em dois pilares, em duas políticas fundamentais, conforme descreve Oliveira (2007): a política fundiária e a política agrícola. A primeira refere-se ao conjunto de princípios que as diferentes sociedades definiram como aceitável e/ou justo para o processo de apropriação privada da terra. A política agrícola por sua vez, refere-se ao conjunto de ações de governo que visam implantar nos assentamentos de reforma agrária, a assistência social, técnica, de fomento e de estímulo à produção, comercialização, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários.

No contexto brasileiro, a política de reforma agrária está assegurada no título VII, Capítulo III da Constituição Federal, regida pela Lei nº 4.504/1964 (Estatuto da Terra) e pela Lei nº 8.629/1993, que regulamenta os dispositivos constitucionais referentes à questão agrária. Compete à Lei agrária/93, conforme disposto no Art. 2º § 1º, desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social. Item previsto pelo Estatuto da Terra e recepcionado pela Constituição de 1988, no art¹⁸. 186.

Não obstante, a política da reforma agrária ser um direito garantido pela constituição brasileira, há muitos impedimentos para a sua efetividade, uma vez que ela é influenciada pela relação de poder do empresariado agrícola, dos ruralistas do Agronegócio que, para garantir a elevada produção e produtividade, usam de política de barganha, de concessões de favores e interferem nas decisões dos projetos políticos do Estado no quesito da reforma agrária. Essa interferência e controle sempre existiu ao longo da história fundiária, prevalecendo os interesses dos que dispõem de maior poder aquisitivo em detrimento dos pequenos produtores.

Os grandes latifundiários necessitam concentrar a terra em grande extensão para a produção de commodities. Dados da EMBRAPA (2023) revelam que somente para a produção de soja foram utilizados, na safra de 2022/2023, 44.062,6 milhões de hectares, para a produção de milho, a estimativa é de 17 milhões de hectares, 35% a mais do que a safra 2021/2022. Esses dados reiteram que a concentração de terras destinadas à economia extrativista neoliberal das

¹⁸ Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei (Constituição Brasileira, 1988).

commodities é prioridade no país.

Em consequência da inoperância da legislação agrária como política permanente, vivemos o acirramento do enfrentamento dos movimentos sociais, dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, assentados e acampados em defesa dos seus direitos, conforme os números apresentados no capítulo 1 dessa Tese. A reforma agrária, no Brasil, parece não compreender as emergências do campo rural. Partindo dessa premissa, Cabral (2017) argumenta que as iniciativas, visando à intervenção na questão agrária, não chegaram a se transformar em políticas públicas permanentes. Os avanços ocorridos sugerem tratar-se de solução paliativa como resposta a pressões mais fortes dos movimentos sociais em defesa dos trabalhadores rurais.

Desse modo, reduzida a pressão, as políticas agrárias são abandonadas ou esvaziadas. As estratégias político-governamentais referentes à implementação concreta da reforma agrária ainda necessitam de ações populares, de manifestações sociais para que a lei, conforme preconizada na Constituição Federal, seja exercida. O país não é órfão de lei, como elucida Stédile (2011, p. 63) “a legislação vigente é suficiente para implementar a reforma agrária. Não é por falta de lei que não se distribuem terras”.

O problema é que a reforma agrária é uma política voltada para os menos favorecidos e, quando se pensa em materializá-la, sempre causa uma reação aos grandes latifundiários e à bancada ruralista, que, na sua maioria, a ignora como uma política capaz de reduzir as desigualdades do país. Esses opositores apresentam, na sua maioria, um discurso adverso ao que propõe a legislação. O discurso antagônico à reforma se estende desde a elaboração do I PNRA (Plano Nacional De Reforma Agrária), durante o governo de José Sarney, quando o então presidente no intento de atenuar as desigualdades no campo e reestruturar a questão fundiária elaborou o I PNRA, mas foi imediatamente impedido pela União Democrática Ruralista (UDR).

Críticos antirreformistas da política agrária continuam ignorando a legislação, veem a desigualdade e a distribuição de renda e terra no Brasil como um assunto periférico (Carter, 2010). Por outro lado, há um movimento pró-reforma que compreende essas disparidades como um dilema nacional, defende a relevância da reforma agrária, em função dos elevados índices de concentração de terra e dos problemas socioeconômicos existentes no meio rural, que estimulam a ocorrência de graves conflitos agrários no país (Mattei, 2012). Com a Lei maior de 1988, a expectativa era de que a reforma agrária efetivamente se cumprisse, mas os primeiros anos da década de 1990 mostraram que o projeto de reforma agrária não aconteceria, uma vez que as intervenções de partidos políticos e da classe latifundiária, com base no Agronegócio, influenciaram diretamente nas decisões governamentais.

Isso continua sendo recorrente com governos que têm inclinação conservadora e visão neoliberalista, como foi a conjuntura política do governo Jair Bolsonaro que, durante o seu governo, ignorou a política agrária. A primeira atuação desse governo foi suspender a política de reforma agrária, consoante documento enviado às superintendências regionais do INCRA, no dia 27 de março de 2019, justificando que a paralisação das atividades se dá por conta da redução de gastos públicos (MST, 2019). Tal atitude configuraria o rompimento com a política de reforma agrária, o presidente publicou o Decreto nº 10.252, em 20 de fevereiro de 2020, extinguindo cargos e funções do INCRA, exonerando e dispensando funcionários (Brasil, 2020).

Esse foi o governo que menos implantou novos assentamentos agrários, os dados abaixo confirmam essa assertiva, revelam números de ações governamentais pautadas na agenda da reforma agrária entre os anos de 1995 e 2022.

Gráfico 6 – Famílias assentadas entre 1995 e 2022



Fonte: INCRA – Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br> (acesso em nov. 17 de 2023).

Convém ressaltar que a partir do gráfico, há evidência de que FHC assentou mais famílias do que os seus precursores. Até 1994, apenas 23 mil famílias foram assentadas pela política da reforma agrária, já no governo de FHC foram assentadas via Projetos de Assentamentos (PAs) 510.302 famílias. No entanto, o governo que mais avançou foi Lula, assentando 640.860 famílias entre 2003 e 2010; já Dilma retrocedeu os números de projetos de assentamento, seguida do governo de Michel Temer e de Bolsonaro, este teve o pior registro de descaso com a política de reforma agrária. Em 2003, Lula aprova o II PNRA, estabelecendo metas e estratégias de enfrentamento da questão agrária brasileira.

Esse plano, todavia, foi pouco implementado ao longo dos oito anos de governo, sendo efetivamente realizadas ações tradicionais de assentamentos rurais, especialmente naquelas regiões de conflitos agrários (Mattei, 2012). Esses conflitos ainda se mantêm como um

problema não resolvido, isso é recorrente no Brasil, mesmo quando se trata de um governo popular. Como exemplo dessas recorrências, o início da atual gestão do governo Lula (2023) já foi marcado por reivindicações manifestas pelo MST, pressionando o governo pela reforma agrária em busca de mais espaço no governo.

Nesse contexto, o governo se vê diante de uma crise política dentro da sua própria base de apoio, visto que a bancada ruralista tem pressionado o governo para barrar essas manifestações. No contexto atual, medidas concretas da pauta da reforma agrária continuam sendo obstaculizadas, devido à manutenção estrutural da classe dominante ruralista que possuiu/possui significativo poder político no Congresso Nacional; uma vez que as elites agrárias, conforme argumenta Makino (2022), sempre fizeram parte do Estado Brasileiro, ocupando cargos públicos, sempre tiveram (têm) um peso nas decisões do governo.

A reforma agrária tem sido, no geral, conforme Carter (2010, p. 60), “reativa, restrita e de execução morosa”. O que nos parece é que a política da reforma agrária ainda atende aos moldes de gestões anteriores, satisfazendo exigências imediatas, no intuito de neutralizar conflitos locais. De certa forma, isso nos permite inferir que o governo tenta não se indispor com os grandes empresários rurais que insistem em dominar e imprimir um discurso imperativo arraigado no produtivismo da industrialização da agricultura de grande escala como sistema homogêneo para o desenvolvimento da produção rural. Vale reforçar que, para realizar a reforma agrária, conforme a Constituição Federal, faz necessário que, além da desapropriação, seja executada ação contínua de assistência e fomento para o desenvolvimento da produção agrícola dos novos agentes sociais beneficiários.

Na próxima seção, discorreremos sobre a política da reforma agrária, a constituição e a manutenção dos assentamentos rurais na Mata Sul-PE e os seus desafios nesse território.

2.6 A Reforma Agrária e os assentamentos da Mata Sul de Pernambuco: desafios e resistência

Para compreender a constituição dos assentamentos e do processo de reforma agrária na Mata Sul-PE, é pertinente lançar um amplo olhar a partir de características sócio-históricas desse território e as reivindicações da população por seus direitos cerceados. Não pretendemos, aqui, esgotar este debate histórico, visto que não é o foco da presente pesquisa, outrossim, por ser uma abordagem bastante explorada e conhecida ao longo da nossa formação acadêmica. Destacamos que os movimentos sócio-políticos e históricos influenciaram diretamente na

formação social dos assentamentos, em especial, os situados em áreas de concentração do monocultivo da cana-de-açúcar da Mata Sul-PE.

2.6.1 Características da Mata Sul-PE

Essa região foi historicamente denominada de Zona da Mata ou Zona Canavieira, em razão das grandes matas que a recobriam, por estar em área da mata atlântica, a região compreendia a extensão dos 170 km da linha costeira da Província. Denominada de zona canavieira por seu espaço físico, econômico e social ter sido estruturado pela cana-de-açúcar implantada desde a ocupação e a exploração da colônia.

O Nordeste, especificamente o litoral, foi elencado como centro da inserção da lavoura canavieira devido às riquezas naturais de que essa terra dispunha, como também a facilidade de comunicação com a metrópole, a aproximação do porto para o escoamento dos produtos (Ferlini, 1998, Andrade, 2005). Outro fator era a existência de uma numerosa população indígena, que, forçadamente, passaria a trabalhar como mão de obra escrava. As condições naturais proporcionaram o desenvolvimento de uma civilização eminentemente agrária; para isso, foi preciso ações de desmatamento de grandes áreas para instalação dos engenhos, das casas grandes, das senzalas e plantação dos canaviais (Andrade, 2005). Para o funcionamento e domínio dessa infraestrutura física, econômica e social, constituiu-se, nesse território, a “civilização do açúcar”, onde a cana-de-açúcar predominasse, criaria, assim, uma civilização e emanava o poder daquele que tinha o domínio da posse.

Essa moldura ilustrada pela concentração fundiária e pela monocultura determinaram inúmeros aspectos da vida dos habitantes dessa região, sendo esses os verdadeiros alicerces da civilização do açúcar. Sob esse viés, Ferlini (1998) argumenta que foi a cultura do açúcar, no Nordeste, que abriu o caminho para a constituição da sociedade brasileira e para moldar a nossa cultura, a autora (1998, p. 8) elucida que

O Nordeste açucareiro deu luz ao Brasil. Era uma nova sociedade, sonhada pela ambição europeia, moldada em massapê e açúcar. As articulações sociais, a composição étnica, os padrões culturais, as relações de trabalho e de poder forjaram-se em torno dos engenhos e das lavouras de cana... as linhas gerais, marcadas pela produção açucareira permaneceram como motriz da nossa sociedade.

Surgem, estrategicamente, os territórios da Zona da Mata por apresentarem condições naturais pertinentes para a expansão da produção e a instalação dos engenhos. Nas palavras de Andrade (1981), para que esses engenhos funcionassem, foi necessário selecionar áreas que, por suas condições mesológicas, possibilitassem a cultura da cana-de-açúcar e por sua posição

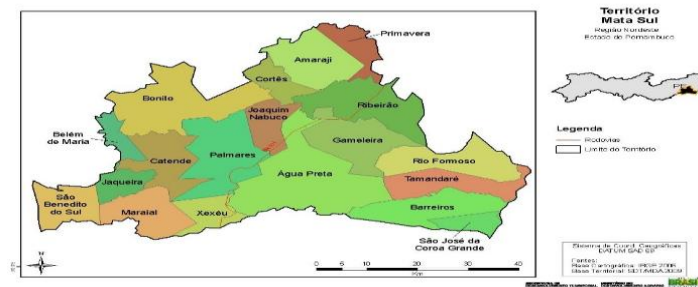
geográfica permitissem, em condições econômicas, a exportação do açúcar. Entretanto, conforme pontuam Medeiros e Gomes (2019), esse modelo de economia, no Estado, não conseguiu estabelecer um desenvolvimento dinâmico favorável como em algumas partes do país, visto que, por razões históricas de sua formação, o poder continuou nas mãos das oligarquias latifundiárias. Esse monopólio inibia o surgimento de outras atividades econômicas, obrigando a camada mais pobre aceitar as suas imposições, uma vez que inexistiam outras fontes de trabalho, além do escravo. Nas palavras de Barbalho (1984), o escravizado, trabalhando de sol a sol nos canaviais e/ou dia e noite na parte industrial dos engenhos, representava mão-de-obra de custo relativamente barato, acumulando lucros não para si, mas para o senhor de engenho. A lógica dessa produção era a de abastecer o amplo mercado consumidor externo.

A hegemonia dessa produção trouxe muitos resquícios negativos para a região, tanto no que diz respeito ao desemprego, à exploração, à degradação ambiental com o uso desenfreado de agrotóxicos, ao desmatamento de reservas, como também para o desenvolvimento humano. O canavial, que eclodiu na Zona da Mata outrora, ainda é, atualmente, uma paisagem persistente que esconde a vida real dos habitantes da região, como bem foi retratado por Freyre (2004, p. 79):

O canavial hoje tão nosso, tão da paisagem desta sub-região do Nordeste que um tanto ironicamente se chama “a Zona da Mata”, entrou aqui como um conquistador em terra inimiga: matando as árvores, secando o mato, afugentando e destruindo os animais e até os índios, querendo pra si toda a força da terra. Só a cana devia rebentar gorda e triunfante no meio de toda essa ruína de vegetação virgem e de vida nativa esmagada pelo monocultor.

Na Mata Sul-PE, a monocultura foi introduzida e imposta como único modelo agricultável, cujo poderio estava sob os senhores de engenho (unidade produtiva da cana-de-açúcar) e, posteriormente, com a decadência dos engenhos, esses senhores passaram a ser denominados de usineiros. No atual cenário, esses correspondem a empresários rurais, que ainda mantêm o poder, a influência e a dominação do latifúndio, visto que, nesse território, a concentração fundiária ainda é uma realidade, o que tem mudado é o ramo de atividade econômica, com a inserção da bovinocultura em grande escala, que é também uma monocultura, que causa muitos danos socioambientais para a região. Este território, conforme a divisão do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), compreende 19 municípios, conforme o mapa.

Figura 2 – Municípios do território da Mata Sul-PE.



Fonte: SDT-MDA (Disponível em www.embrapa.br).

Atualmente, a zona canavieira é composta por um considerável número de assentamentos rurais que surgiram como forma de protesto e luta a um território socialmente construído a partir da expansão colonial, assinalado pelo monopólio econômico e por forte exploração de mão de obra e concentração de terras. Segundo dados do INCRA e do ITERPE (Instituto de Terras de Pernambuco), existem, no território da Mata Sul, 327 assentamentos rurais, envolvendo 23.354 famílias. Desses assentamentos, 92 estão localizados na Mata Sul-PE, e abrigam um total de 10.809 famílias assentadas e 1(uma) comunidade quilombola do engenho Siqueira (EMBRAPA, 2021).

A Mata Sul-PE tem como base econômica a atividade agropecuária e agroindustrial da cana-de-açúcar e seus derivados, no entanto, há outras que merecem destaque, como os cultivos de banana, mandioca, hortaliças, inhame e coco; a bovinocultura, a pesca artesanal. Nessa região, outra atividade que se destaca é o turismo, visto que o território é favorecido por recursos naturais (praias), pela cultura (gastronomia, artesanato) e pela história (usinas, engenhos, igrejas, batalhas etc.). Este território tem um dos piores IDH = 0,616; menor do que o do Estado que é 0,719. Grande parte de sua população é de classe pobre – 63% dos chefes de família ganham até um salário-mínimo (EMBRAPA, 2021). Essa região é marcada por diversas patologias sociais, entre elas: pobreza, desigualdade, desemprego sazonal, baixa escolaridade, violência e trabalho em condições degradantes.

Pelo contexto sociopolítico e histórico da organização desse território, podemos inferir que esses aspectos sociais são consequências de um monopólio econômico e político, construído a partir de um discurso opressor, por práticas sociais mantenedoras do poder de poucos sobre muitos, perdurando por séculos. Esses fatores (re)produzem um mundo conforme as conveniências das práticas sociais dos detentores do controle da estrutura fundiária em detrimento da população mais vulnerável. Desse modo, corroboramos com Fairclough (1998, p. 37) ao argumentar que “o mundo onde os seres humanos vivem é massivamente um mundo criado pelo homem, um mundo criado no curso da prática social”, conforme os seus interesses.

As marcas negativas deixadas por esse modelo de produção social podem até ser imutáveis, mas as lutas organizadas pelas classes sociais são dinâmicas e constantes em busca de transformação e de libertação desse mundo construído a partir de violência e de poder. Ao usarmos classes sociais, nesse contexto, recorremos a Bourdieu (1989, p. 136) para quem classes sociais configuram os agentes que se comportam de maneiras semelhantes e expressam valores e linguagem idênticas e, conseqüentemente, buscam propósitos semelhantes “com base no conhecimento do espaço das posições [...] conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes colocados em condições semelhantes ... têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes”.

Desse modo, a classe, tomando consciência das injustiças sociais, organizam-se como forma de resistência em oposição à estrutura e aos agentes estruturantes. Na Mata Sul-PE, esse despertar das classes se deu de maneira incisiva por volta da década de 1990, com o encerramento das atividades das usinas da região. A partir desse cenário, os trabalhadores lutaram junto aos movimentos sociais: MST, CPT, FETAPE por seus direitos trabalhistas, pelo acesso à terra e em prol da formação dos assentamentos rurais.

Discorremos, a seguir, acerca da formação dos assentamentos da Mata Sul-PE, especificamente, os assentamentos localizados nos municípios de Barreiros, Tamandaré e Rio Formoso, por eles serem base para na nossa pesquisa, é a partir deles que ouvimos colaboradores acerca da temática Agroecologia tanto no âmbito acadêmico como no empírico.

2.7 A promoção da reforma agrária e a constituição dos assentamentos da Mata Sul de Pernambuco: Luta, resiliência e desafios

*“Mas também não foi assim fácil, foi luta... a usina botou até
rendeiro pra mandar a gente correr; só que a gente resistimos, se
juntamos e lutamos pela nossa terra.” (agricultora - entrevistada)*

O discurso da agricultora, neste excerto, por meio do vocabulário utilizado em sua construção textual, dá indícios para a análise de relações sociais balizadas no poder e na violência oriunda de agentes opressores em confronto com os socialmente mais fragilizados no contexto de busca por direitos a esses cerceados. Abrimos aqui um parêntese para destacar que o vocabulário nas práticas discursivas, conforme Fairclough ([1992], 2016) é uma categoria analítica que se refere às escolhas individuais que combinados em frases e orações revelam diferentes aspectos do mundo.

O texto da entrevistada, em uma perspectiva de análise social, também reitera o argumento defendido por Fernandes (2010), que é por meio da luta pela terra, que a reforma agrária tem se mantido na pauta da política do Estado nos diferentes governos. Nessas lutas, os agricultores têm a oportunidade de garantir a sua existência e buscar espaço para produzir, onde “o acesso à terra é condição essencial para o campesinato, pois é nesta que os camponeses asseguram seu meio de existência, constroem sua identidade e reproduzem seu trabalho familiar” (Fernandes, 2010, p. 173). Embora não seja nosso objetivo construir um panorama linear da questão canavieira de Pernambuco, nesta Tese, consideramos, no entanto, ser importante abordar diferentes momentos dessa atividade para melhor compreensão das relações sociais de lutas e de emancipação dos trabalhadores que há séculos foram (são) subservientes a um modelo de agricultura e trabalho escravizador e injusto.

Outrossim, como a nossa análise do *corpus* está ancorada na ACD, cuja abordagem elaborada por Chouliaraki e Fairclough (1999) parte de cinco estágios para análise do discurso, sendo o primeiro deles - enfatizar uma injustiça causada por um problema social. Desse modo, apontaremos aspectos da atividade canavieira que implicou/implica desigualdades sociais no território da Mata Sul-PE. O setor sucroalcooleiro teve, por muitas décadas, o aparato estatal no fomento da produção e exportação. Conforme elucida Albuquerque *et al.*, (2004), o Estado interveio nesta atividade econômica por longos anos, com vistas a remediar as finanças do setor e promover-lhe sustentabilidade, essa intervenção estatal revela que o ente político exerceu a função de “tutor” desse setor. Isso assegura o poder, a hegemonia e a dominação da classe empresarial rural auxiliado pelo Estado, que deveria estar a serviço da sociedade civil garantindo-lhe os direitos previstos por lei.

Isso reitera o que vimos discutindo no decorrer desse capítulo, a monocultura da cana-de-açúcar instalada na Mata Sul-PE foi/é um dispositivo para enriquecer os grandes empresários do setor agroindustrial em detrimento dos assalariados e daqueles que ainda não conseguem descolonizar a mente para outro modelo de produção agrícola. A monocultura, nesse território, foi um agente causador de concentração fundiária, uma vez que as usinas cada vez mais tratavam de adquirir terras para atender à excessiva fome de canas de suas moendas (Andrade, 2005). Isso agravou as desigualdades socioeconômicas, submetendo trabalhadores a se evadirem da zona rural e a viverem de um mísero salário.

Além desse nefasto cenário social, há que se registrar as implicações ao meio ambiente, com o uso de agrotóxicos e destruição das matas de forma intensiva. É inegável que, nas últimas décadas do século passado, houve mudanças nesse cenário, haja vista o declínio das principais

usinas sucroalcooleiras na região. No entanto, mesmo com a agravante crise nesse setor, a monocultura ainda é uma atividade econômica predominante na zona canavieira de Pernambuco. Dados do IBGE (2023) comprovam essa assertiva, conforme levantamento realizado em 2022

Pernambuco teve 807 mil hectares de área plantada ou destinada à colheita, exatamente a mesma superfície de 2021. A área colhida, por sua vez, foi de aproximadamente 683 mil hectares, 2,3% a mais. **A cultura com mais área colhida foi a cana-de-açúcar, com 273 mil hectares.** (grifo nosso)

No âmbito nacional, essa cultura ocupa a terceira posição no ranking da agricultura no valor da produção, conforme os dados do IBGE (2023). A monocultura tem contribuído pouco para o desenvolvimento socioeconômico dos agentes sociais que dela dependem para sobreviver na Mata Sul-PE, porque é uma cultura sazonal, não promove estabilidade profissional, nem segurança alimentar. Isso interfere de forma direta na vida dos trabalhadores, principalmente, daqueles que manifestam menor politização e resistência para romper com os paradigmas impostos pela colonização. Para contextualizar o surgimento dos assentamentos rurais neste território e, conseqüentemente, de novos atores sociais, retomamos à década de 1990, período em que desencadeou uma grave crise no setor agroindustrial canavieiro da Mata Sul-PE, conforme Galindo (2009, p. 3), nessa década

O setor sucroalcooleiro [...] passou por um profundo processo de reestruturação produtiva que culminou com a redução da área plantada e no fechamento de várias usinas, especialmente as mais endividadas, menos eficientes no cultivo e no processamento da cana e com plantas industriais obsoletas.

Com a ausência direta da intervenção do Estado, o setor sucroalcooleiro enfrenta uma grave crise, proveniente de diversos fatores. Andrade (2000) elenca as principais causas para o declínio desse setor, dentre elas: normalização dos preços do petróleo e desaceleração do Proálcool; Extinção do Instituto do Alcool e do Açúcar (IAA); queda do preço no mercado externo; disputa das cotas de exportação com o Sudeste; crescimento da produção de açúcar no Sudeste; transferências de algumas indústrias de Pernambuco para o Centro Sul; falta de crédito no mercado financeiro para continuar produzindo; falta de política pública para o setor enfrentar a seca. Esses motivos de cunho político, econômico e natural, desestruturaram a agroindústria canavieira na Mata Sul-PE.

Inserida nesse novo cenário, o setor sucroalcooleiro apresenta um quadro de endividamento, desencadeando elevado número de desempregados, assolando ainda mais a miséria, a pobreza e a fome neste território. Esse período de instabilidade estrutural do setor agroindustrial canavieiro se intensificou ao ponto de as maiores usinas declararem falência, dentre elas, a Usina Central Barreiros (UCB)¹⁹, na época liderada pelo grupo Othon Bezerra de Melo, cujo encerramento das atividades se deu em 1999, tinha cerca de 5.000 trabalhadores, era a principal fonte de empregabilidade da região, considerada a usina mais moderna e eficiente da época (Andrade, 1989). Outra usina de grande porte que também abriu falência foi a Usina Santo André, localizada no município de Tamandaré, encerrando suas atividades em 1998, a usina pertencia à família Bezerra de Melo.

O declínio dessa atividade econômica ocasionou diversos problemas para a população da região, além dos já enfrentados por ela, intensificou-se o desemprego em massa, fome e o êxodo rural. Na tentativa de busca por direitos sociais e humanos, houve o avanço dos movimentos sociais de trabalhadores rurais, entre eles: o MST, a FETAPE e a CPT, que se aglutinaram à população para reivindicar os seus direitos. Esse período marca de forma mais incisiva a integração e a participação do trabalhador rural junto aos movimentos sociais no processo de luta pelo direito à propriedade da terra, de transformação social e da promoção da reforma agrária na Mata Sul-PE.

Diante desse contexto, os trabalhadores ficaram sem receber os seus salários devido à falência das usinas, seria o momento propício de o governo realizar uma reforma agrária autêntica, concentrando a cultura da cana em áreas ecologicamente mais favoráveis, como as várzeas e tabuleiros (Andrade, 2001). Nessa circunstância, competiria ao Estado a aplicabilidade da lei fundiária a partir do que reza o Art. 186 da Constituição Federal “a função social da terra é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, critérios e graus de exigência estabelecidos em lei,” aqui destacamos o item III do referido artigo “é necessária a observância das disposições que regulam as relações de trabalho”.

Esse entendimento não foi materializado de forma pacífica nos discursos, nem nas práticas sociais dos agentes envolvidos nas negociações. Houve, portanto, muitos conflitos

¹⁹ A UCB originária da antiga Usina Carassú, foi instalada na sede do município em 1930. De propriedade de Estácio Coimbra, prefeito em Barreiros em 1985 e governador do Estado de 1926 a 1930. O superintendente geral, na época, era Armando de Queiroz Monteiro (Andrade, Y, 2007). A Carassú era proprietária de cerca de vinte propriedades agrícolas, quatro locomotivas, cinquenta vagões e vinte e oito quilômetros de ferrovia; transportava cana e lenha pela via férrea e por meio de caminhões, e açúcar e álcool por via marítima (Gaspar, 2009).

entre trabalhadores e empregadores para receber os seus direitos trabalhistas. Esses conflitos, de certa forma, refletiram as violentas relações existentes entre “uma sociedade rural em que um pequeno grupo detinha o controle da terra e explorava a grande maioria da população, exercendo sobre a mesma um forte controle” (Andrade, 1989, p. 18).

Isso justifica a base das desigualdades socioeconômicas e ambientais e a razão para as disputas pelo poder e controle do latifúndio. É, portanto, nesse contexto, que as ocupações de terras na Mata Sul-PE se intensificam e, conseqüentemente, suscitam novos agentes sociais, isto é, os acampados, ex-assalariados das usinas e se constitui novo espaço geográfico e social - os assentamentos rurais da política da reforma agrária que se deu por meio de um processo histórico, distribuído ao longo das últimas décadas do século passado. Os agentes sociais que emergiram desse contexto histórico, ao tomarem consciência dos seus direitos, constroem identidades coletivas em torno de interesses comuns, amparados por um direito socialmente legitimado de acesso aos instrumentos básicos de produção e moradia – a terra - para a consolidação de uma cidadania mais equalitária se unem em busca de melhores condições de vida e trabalho.

Esse entendimento de luta despertada pelos trabalhadores ocorre à medida em que eles reconhecem as injustiças praticadas ao coletivo oprimido e veem o acampamento como um potencial sinalizador para a emancipação. Nesse contexto, Sigaud (2004) argumenta que o fechamento das usinas levou muitos trabalhadores que residiam e trabalhavam nos engenhos a enxergar como solução a ocupação das terras onde trabalhavam, assim solicitaram aos movimentos sociais MST, sindicatos e tantas outras organizações envolvidas com luta pelas causas sociais fundiárias – a organização de acampamentos e pedidos de desapropriação.

A massa trabalhadora, com o apoio dessas organizações, usa do seu poder e dos seus direitos garantidos por lei para resistir e permanecer ocupando os sítios onde habitavam enquanto operários das usinas. Nesse contexto histórico, Stédile e Gorgen (1993) afirmam que a ocupação de terra é uma das maneiras mais fortes de luta, pois, dessa forma, o governo se sente pressionado a negociar as reivindicações dos trabalhadores sem-terra. Sob essa análise social, (Sigaud, 2005, p. 255) também reitera que “ocupar terras e nelas montar acampamentos tornou-se, nos últimos vinte anos, a forma apropriada para reivindicar a reforma agrária no Brasil”.

Além de ocupar os espaços nos quais residiam, como ato de resistência, os trabalhadores acamparam também as vias públicas e sede de órgãos federais, como INCRA, com mobilizações por meio de marchas pressionando o Estado a agilizar o processo judiciário. As

ocupações foram/são meios de os grupos sociais sinalizarem que há um problema socialmente construído por outrem, afetando o seu desenvolvimento/envolvimento; sendo assim, há necessidade de uma tomada de decisão. Nessa perspectiva, Sigaud (2005) argumenta que, quando o movimento social promove uma ocupação e um acampamento, ele diz ao INCRA que pretende a desapropriação das terras; ao proprietário que quer suas terras e, aos outros movimentos que aquela ocupação tem um dono. Desse modo, o INCRA entende que há um pedido de desapropriação e desencadeia o processo, o proprietário percebe a possibilidade de ficar sem suas terras e age na defesa de seus interesses, solicitando a reintegração de posse.

Vale destacar que, para se inserir nas ocupações, como destaca Sigaud (2005), havia uma seleção feita pelos movimentos a fim de criar a demanda por terra, convidava, assim, os trabalhadores sem-terra, identificados dessa maneira por essa ser a modalidade mais adequada de representação nos espaços internos de acampamentos e para ser vistos pela sociedade. Não se convidavam aqueles que sobreviviam de trabalhos eventuais e os contratados pelos engenhos, por não estarem envolvidos nas ocupações, condição indispensável para serem identificados como sem-terra e, conseqüentemente, serem contemplados pela política de reforma agrária.

As ocupações ganharam expressão significativa nas últimas décadas do século passado, não só em Pernambuco, mas em todo o Brasil. Os movimentos sociais retomaram a luta pela reforma agrária, essa já iniciada pelas Ligas Camponesas, voltam a agir de forma mais sistematizada em meados da década de 1980, isso se deu, conforme Sigaud (2005), graças a uma política de expansão das organizações sociais. As ocupações de terras, por meio de acampamentos, constituem uma linguagem simbólica (Sigaud, 2005), uma afirmação por meio de atos, e um ato fundador de pretensões à legitimidade.

A atuação e a pressão das diversas organizações resultaram na implementação da Lei Complementar da reforma agrária, Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, na qual o Congresso Nacional estabeleceu que a improdutividade das terras caracterizava o não-cumprimento da função social da propriedade, caso previsto pela Constituição de 1988 para proceder à desapropriação. Tendo em vista a implementação dessa nova Lei, o INCRA, que até então vinha atuando timidamente, passou a operacionalizar de forma mais profícua no quesito de desapropriação e reordenamento das terras improdutivas.

Desse modo, o órgão reconheceu o movimento de ocupação como legítimo, iniciou a desapropriação de terras ocupadas. Conforme Sigaud (2005), a partir daí, a crença ganhou força

e solidez – as pessoas passaram a ter menos medo e menos dúvidas a respeito da pertinência de entrar nas terras. Nesse período, como pontua Sigaud (2005, p. 256)

O Incra começou a desapropriar as terras ocupadas e a redistribuí-las entre os acampados, tornando-os parceiros, isto é, titulares de uma parcela de terra. As ocupações, os acampamentos e as desapropriações a eles associadas indicam, portanto, uma inflexão no modo de proceder das diversas organizações no mundo rural e do Estado. Daí poder-se falar de um fato novo.

No entanto, ressaltamos que, para a efetivação desse “fato novo” - a criação de assentamentos - no território da Mata Sul-PE, fez-se necessário ações reivindicativas envolvendo diferentes atores no intuito de publicizar o problema social e na expectativa de adquirir respostas para a constituição de novo espaço social. Nesse percurso, surgiram disputas, questionamentos e enfrentamentos da classe operária com o latifundiário e com o Estado. Essas ações provenientes de diferentes agentes sociais caracterizam o que Bourdieu (1989) denominou de “lutas pelo poder de divisão”, um poder capaz de estabelecer territórios, delimitar regiões, criar fronteiras, estabelecer limites geográficos, reconhecidos por outros agentes (Sauer, 2022).

Nessa conjuntura, a criação de fronteiras como artefato legítimo da luta pelo poder de sobreviver, de produzir e fazer valer reivindicações é, nos termos de Bourdieu (1989, p. 114), “[...] produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na realidade”. Para Bourdieu (1989), essa fronteira, como produto de delimitação, produz diferenças como também é resultado de diferenças culturais. Ousamos acrescentar às palavras do autor que essa divisão está associada também às distinções políticas e socioeconômicas, tais diferenças caracterizaram e embasaram a constituição dos acampamentos e assentamentos no território da Mata Sul-PE.

No processo de formação dos assentamentos, emergem novas identidades e representações sociais tensionadas por diferentes interesses e posições em relação aos aspectos econômicos, sociais, políticos e ambientais. Isso dá configuração ao novo espaço social, pois, como afirma Bourdieu (1989), o que configura o campo - espaço social - são as posições, as lutas concorrenciais e os interesses entre os sujeitos. Um campo social pode ser marcado historicamente por um poder, estrutura hierarquizada, mas ele não é passivo de desconstrução e de mudança.

A transformação da estrutura do campo social é suscetível de mudança, quando o grupo “ignorado, negado se torna visível, manifesto para os outros e para ele próprio, atestando assim a sua existência como grupo conhecido e reconhecido que aspira à institucionalização”

(Bourdieu, 1989, p. 118). No contexto histórico da formação dos assentamentos da Mata Sul-PE, é possível inferir que o reconhecimento dos direitos da população afetada, nesse território, foi atendido, porque houve a atuação efetiva desses atores nos movimentos reivindicatórios. Assim, como afirma Sigaud (2005, p. 277), “não fosse essa “luta”, muitos permaneceriam ignorados, como boa parte da população, ou apenas seriam alvo de programas pontuais e emergenciais”.

Ao longo da luta pelo reconhecimento dos seus direitos, os ex-assalariados receberam várias denominações provenientes da sociedade, entre elas: “os lona preta”, “invasores”, “acampados”, “sem-terra”, e, por fim, institucionalmente denominados de “assentados” da reforma agrária. O termo assentado remete a um novo ator social, após a desapropriação da terra, beneficiário da política pública de assentamentos rurais, esses atores se fixam no assentamento com vistas à produção agrícola e ao desenvolvimento socioeconômico da família.

O assentamento é um espaço geograficamente delimitado, que abarca um grupo de famílias beneficiadas pelos programas governamentais de reforma agrária (Fernandes e Welch, 2019). A formação desse novo espaço é produto de conflitos, lutas e demandas sociais pelo direito de acesso à terra (Sauer, 2008). Desse modo, assentamento pode ser compreendido como o espaço físico, geográfico e social que se materializa por meio da reforma agrária, da luta pelo acesso à terra e permanência nela para produção e sobrevivência. Conforme Medeiros *et al.*, (2004, p. 28), assentamentos é visto “como ponto de chegada, ou seja, como uma entre outras possibilidades de mobilidade e integração social na qual se empenham os diversos movimentos sociais rurais, no processo de luta pela posse da terra.” Nesse amplo setor, ocorre uma transformação de agentes, até então sem visibilidade, “excluídos”, em novos sujeitos políticos em busca não só da terra, mas de uma série de fatores dos quais necessitam para que a terra cumpra a sua função social – a produção.

Nessa mesma esteira discursiva, Fernandes (2000) pontua que a aquisição da terra não é o término da luta, é, no entanto, sempre um ponto de partida. Após conquistar a terra, os assentados precisam assumir um conjunto de lutas específicas: crédito agrícola, estradas, energia elétrica, saneamento, segurança etc., que são lutas essenciais para esses novos atores sociais. Posto isso, a reforma agrária deve estar voltada tanto para a democratização do acesso à terra, como o da orientação do que produzir, de como produzir e do destino que deve ser dada à produção. Nesse sentido, Sigaud (2005) argumenta que a reivindicação dos trabalhadores perpassa a luta pela terra, pois, só adquirir a terra não é/era o suficiente, faz-se necessário o

alcance de outros fatores, dentre eles: a criação e o fortalecimento de movimentos, o acesso a políticas de crédito e assistência técnica contínua.

2.8 Caracterização dos municípios de Barreiros, Rio Formoso, Tamandaré e de seus respectivos assentamentos

Nesse tópico, fizemos um breve recorte sobre os municípios de Barreiros, Tamandaré e Rio Formoso, nos quais estão alocados os assentamentos e os colaboradores que nortearam as nossas entrevistas nessa Tese.

2.8.1 O Município de Barreiros e suas características

O território de Barreiros situa-se na Mesorregião da Mata Sul-PE, na Microrregião da Mata Meridional (IBGE, 2022). O município teve como marco de criação o ano de 1853, quando foi desmembrado do território de Rio Formoso e instalado, em 1860; a altitude da sede é de 22 metros, distância à capital 107,7 km (CONDEPE/FIDEM, 2014). Barreiros foi elevado à categoria de vila, com a denominação de São Miguel de Barreiros, em 1786 e, em 19 de julho de 1860, reconhecida oficialmente como cidade pela Lei estadual nº 38, de 3 de julho de 1860, sancionada pelo Governador Barbosa Lima, tornando-o local autônomo (IBGE).

De acordo com Bello (1984), a ocupação das terras que constituiu o município se deu por meio dos índios Caetés. Para catequese dos indígenas, o donatário Duarte Coelho designou uma missão franciscana composta de quatro padres capuchinhos, tendo como padroeiro São Miguel Arcanjo. A missão foi fundada aproximadamente entre 1590 e 1593, era destinada à aldeia de São Miguel. Após a guerra contra os holandeses, os indígenas, sem recursos para cultivar, aforaram boa parte das terras aos senhores de engenho. Em 1872, a Aldeia de São Miguel foi extinta (distribuída em lotes), estabelecendo-se os engenhos (Andrade, Y. 2007).

O nome da cidade, conforme Carvalho (2009), foi dado pelos índios nativos a partir da observação da prática de escavação dos porcos-do-mato, chamados pelos integrantes da tribo Caetés de *caititus*, “esses animais fuçavam as margens dos rios e assim formavam barreiros entre os lamaçais” (Carvalho 2009, p. 69). A cidade de Barreiros emerge, como tantas outras cidades, ainda na colonização, seu processo de ocupação se deu por meio da exploração da monocultura da cana-de-açúcar. O centro urbano do município instalou-se a alguns quilômetros de sua faixa costeira, às margens dos rios Una, principal rio que banha a cidade, e o seu afluente o rio Carimã.

Conforme a APAC (Agência Pernambucana de Águas e Clima), o município possui elevadas taxas pluviométricas anuais, uma precipitação acumulada anual média de 2.102 mm, com maiores índices concentrados entre março e julho/agosto. Com consequência deste índice pluviométrico, o município vem sendo afetado pelas enchentes, as mais recentes foram as de 2010 e 2017. Em 2017, o impacto foi menos agravante, devido à construção de uma das barragens construídas pelo Estado, a de Serro Azul, uma das cinco barragens prometidas pelo Estado, desde as enchentes de 2010, apenas uma foi construída ao longo desses anos. A população aguarda e apela a construção das outras quatro barragens para amenizar as perdas, pois os agricultores continuam tendo perdas significativas nas suas lavouras ainda devido às chuvas na região. O município possui uma área territorial de 233, 433km², a população residente no município corresponde a 40.121 pessoas, sua densidade demográfica é de 171,87 habitantes por km², seu IDH é 0,586 (IBGE 2023).

Conforme dados da CONDEPE/FIDEM (2014), o clima é quente e úmido, vegetação composta por floresta remanescente da Mata Atlântica, relevo caracterizado por planícies e tabuleiros costeiros e solo argiloso quase todo enquadrado por massapê, elemento fundamental para a instalação da monocultura canavieira. Nas palavras de Bello (1984), essas terras, em um passado não muito distante, eram quase todas cobertas por uma densa mataria, aos poucos foram devastadas para dar espaço à plantação da cana-de-açúcar.

No tocante à economia, é importante salientar a importância da antiga UCB como principal meio para o desenvolvimento econômico dessa região. Nesse sentido, Andrade, Y. (2007) defende que qualquer citação concernente ao aspecto econômico não pode dissociar-se da UCB, ela foi durante mais de seis décadas o maior polo gerador de empregos e de impostos para a região. Com a decretação de “massa falida” da UCB, vários engenhos pertencentes à usina se transformaram em assentamentos rurais da reforma agrária.

O município de Barreiros possui atualmente 16 (dezesesseis) assentamentos, conforme dados da Secretaria de Agricultura do município. De acordo com a EMBRAPA (2021), estes assentamentos, na maioria dos casos, são caracterizados por um relevo topográfico relativamente acidentado, fator que dificulta a implantação da infraestrutura produtiva, isso sinaliza a necessidade de planos de atuação e políticas públicas adequados a cada realidade, com critérios de sustentabilidade econômica e ambiental. Além do aspecto relacionado à topografia, os agricultores enfrentam outros tantos desafios, como: a ausência de assistência técnica, de crédito rural e de formação para desenvolver com efetividade a agricultura familiar para a sua subsistência e comercialização. Esses fatores interferem negativamente no

desenvolvimento socioeconômico e no processo de ruptura da cultura capitalista hegemônica imposta verticalmente nesse território.

É possível afirmar que, com a formação dos assentamentos, houve alteração da estrutura fundiária na região, mas, as relações de poder da indústria canavieira ainda se mantêm, muitos agricultores assentados produzem e trabalham subordinadas à lógica do capital das usinas da região²⁰. Sob essa análise social, Júnior e Machado (2009) pontuam que, com o processo da instituição dos assentamentos, acreditou-se que este seria um meio de redução do poder de exploração dos usineiros pelos trabalhadores rurais. No entanto, esses novos atores sociais ainda são manipulados. Sob esse viés discursivo, Júnior e Machado (2009, p. 9) aclaram

esse novo perfil é funcional à lógica do capital do campo. Uma vez que esses trabalhadores assentados deixam de ser um encargo aos seus antigos empregadores, mas continuam submetendo a sua força de trabalho aos usineiros a partir da produção da cana dentro da sua própria parcela [...] Apesar de “donos” de sua própria terra, parte dos assentados [...] continua numa parcial dependência das usinas, pois, estas a fim de atraírem novos fornecedores de cana oferecem, inicialmente, preços elevados para a compra do produto. Porém, com o decorrer das safras o preço tem uma diminuição significativa...

Diante do exposto, inferimos que a reforma agrária, nesse contexto, tem sido de certa forma incompleta, pois garante o acesso à terra, mas não contribui efetivamente para a consolidação de alternativas e metodologias de desenvolvimento socioeconômico e cultural das famílias assentadas possibilitando a sua autoemancipação e protagonismo nas suas atividades agrícolas. A ausência dessas medidas acaba subordinando os agricultores a serviço dos grandes empreendimentos capitalistas. Essa condição é um indicador para elevar a pobreza, a fome, a exploração do trabalho e do meio ambiente.

2.8.2 O Município de Rio Formoso e suas características

O território de Rio Formoso está situado na Mata Sul-PE, fica aproximadamente a 92 km de Recife. Conforme dados do IBGE (2023), a população atual é de 20.009 habitantes e a densidade demográfica de 87,97 habitantes por quilômetro quadrado. O IDHM do município, conforme dados do IBGE, é 0,613, o território de Rio Formoso faz limite ao Norte com Sirinhaém, ao Sul com Tamandaré, a Leste com Tamandaré e a Oeste com Gameleira.

²⁰ Essa não é uma realidade apenas vivenciada pelos agricultores assentados do município de Barreiros, mas também pelos municípios de Tamandaré e Rio Formoso, conforme identificamos no discurso dos colaboradores dessa pesquisa no *corpus* analisado.

O clima da região é caracterizado como quente e úmido, com chuvas de outono/inverno, com verão seco. A precipitação pluviométrica anual é em média de 2.000 mm e temperatura média anual de 24° C (CONDEPE,1992), está inserido nas bacias hidrográficas dos rios Sirinhaém e Una, e em grupos de pequenos rios litorâneos. Nesse complexo fluvial, destaca-se o estuário do Rio Formoso, que é formado pelos rios dos Passos, Lamenho, Ariquindá e Formoso (CONDEPE, 1992). A colonização das terras onde está localizado o município data da segunda metade do século XVI, em 1637, já havia no local o Engenho Rio Formoso.

O povoado passou à categoria de vila e sede da comarca em 1833, desmembrado da capital pernambucana, por Ato do Conselho Geral da Província. O rio que deu origem ao nome do município era chamado de Iobuguaçu (grande rio verde) pelos índios tupis. A cidade teve considerável evolução, devido à notoriedade de seu porto fluvial, a 9 quilômetros da foz, no oceano Atlântico, essa localização favorecia o embarque do açúcar produzido na região (Cf. *site* do município). Rio Formoso é, historicamente, conhecida como terra dos homens destemidos, por fazer-se presente na história do país participando da resistência à invasão holandesa, o município foi palco da conhecida Batalha do Reduto, século XVII (ALEPE, 2009).

Com o regime republicano, o município do Rio Formoso foi constituído no dia 31 de dezembro de 1892, adquirindo autonomia legislativa. Em maio de 1905, foram criados os distritos de Propriedade e Tamandaré, anexados a Rio Formoso. Posteriormente, por Lei Estadual em 1919, o distrito de Cucaú foi anexado a Rio Formoso, desmembrado de Sirinhaém, em 05 de janeiro de 1927, por lei municipal criou-se mais um distrito em Rio Formoso, o de Santo André. Sendo assim, o município ficou constituído de quatro distritos: Rio Formoso, Cucaú, Santo André e Tamandaré. Por meio da Lei Estadual nº 11.257, de 28 de setembro de 1995, Rio Formoso perde o distrito de Tamandaré, o qual foi elevado à categoria de município (CONDEP/FIDEM, 2006).

Quanto ao aspecto econômico, o município vive da agroindústria da cana-de-açúcar, da industrialização do látex, da atividade pesqueira e da agricultura familiar. Uma fonte de renda para os agricultores(as) do município tem sido a feira da agricultura familiar que funciona há mais de dez anos, onde agricultores(as) de assentamentos comercializam sua produção agroecológica, criando laços de amizade e confiança entre consumidores(as) e agricultores(as). A feira gera renda para as famílias e é um incentivo para quem deseja diversificar e aumentar sua produção agrícola (Fonte: Agroecologia em Rede, 2011). Esses agricultores(as) são os que decidiram se libertar da subordinação do ciclo da cana-de-açúcar para ser dono da sua produção a partir de práticas de agriculturas mais sustentáveis.

O território foi palco de luta pelo acesso à terra, junto aos movimentos sociais nas últimas décadas do século passado. O município tem cinco (05) assentamentos de reforma agrária e uma comunidade quilombola, o Engenho Siqueira, constituído por agricultores familiares e pescadores artesanais. Os assentamentos rurais deste território, apesar de serem reconhecidos pelo INCRA no projeto de reforma agrária destinado para a plantação da policultura, ainda continuam desenvolvendo a produção de cana-de-açúcar.

2.8.3 O município de Tamandaré e suas características

O município de Tamandaré situa-se na Mesorregião da Mata Sul-PE, no Litoral Sul. Foi fundado em 1995. Está a 104,9 km da capital (CONDEPE/FIDEM, 2013). O município limita-se ao norte com Rio Formoso e Sirinhaém, ao sul com Barreiros, ao leste com o Oceano Atlântico, e a oeste com Água Preta. Conforme o IBGE (2022), a área territorial equivale a 213.750 km², tem 23.561 habitantes residentes, seu IDHM é 0,593. Cronologicamente, a fundação do município é relativamente recente, no entanto, como pontua Gomes (2013), o contexto histórico do seu povoamento não é tão novo, remonta ao século XVI. Desenvolveu-se por meio da atividade canavieira, tendo em vista que as características naturais, isto é, o solo, o clima e os índices pluviométricos da localidade são apropriados para o cultivo da cana-de-açúcar. O topônimo Tamandaré (Tamanduar-é) caracteriza o que se assemelha ao tamanduá, (Firmino, 2006, *apud* Gomes, 2013), há outra versão que a denominação do nome do município se deu por causa do acidente geográfico, isto é, a baía de Tamandaré.

Quanto ao perfil econômico, o município se baseia na produção da cana-de-açúcar, na agricultura familiar (sendo essa oriunda dos assentamentos da reforma agrária) e no setor de prestação de serviços, influenciado principalmente pela prática do turismo, tendo em vista que em Tamandaré tem uma das praias mais famosas do país - a Praia dos Carneiros. Apesar de o turismo ser um potencializador para a economia do município, este tem sido um modelo desenvolvimentista que visa ao lucro dos grandes empreendimentos, conforme pontua Gomes (2013), o turismo tem se caracterizado apenas como gerador de renda concentrada. Distancia-se, assim, da possibilidade de gerar benefícios sociais e ecológicos. Outrossim, a atividade turística tem o seu período de sazonalidade, isso causa desemprego e desestabilidade financeira à população local, principalmente, à urbana.

A população rural sobrevive da atividade agrícola canavieira e da agricultura familiar de base agroecológica. O município de Tamandaré tem 11 áreas de assentamentos rurais de reforma agrária, conforme dados do INCRA (2013). Quanto à topografia, os assentamentos da

Zona da Mata Sul, na sua maioria, são caracterizados pelo domínio de “mares de morro”, o seu terreno é acidentado, com declividade acima dos 45 graus, não sendo ambientalmente adequado e legalizado a plantação em morros e encostas conforme versa o capítulo II²¹, art. 4º do código florestal ambiental (2012). Esse, além desse impedimento legal, há também dificuldade de se cultivar nessas áreas devido à falta de recursos para irrigação e de mecanismos para colheita.

Os agricultores dessas áreas de assentamentos enfrentam inúmeras dificuldades para permanência neles e fazer a Agroecologia acontecer, tanto em relação às questões de acesso à política pública, à estrutura física, à carência de recursos essenciais como: segurança, água, saneamento e às questões fundiárias de dominação que ainda afetam essa população. Conforme dados levantados pela EMBRAPA (2021), os assentamentos da Mata Sul-PE, na maioria dos casos, são caracterizados por um relevo topográfico relativamente acidentado, que dificulta ainda mais a implantação da infraestrutura produtiva, provando a necessidade de planos de atuação adequados a cada realidade, com critérios de sustentabilidade econômica e ambiental.

O padrão de assentamento prevalecente também está acompanhado pela insuficiente infraestrutura de moradia, serviços residenciais e serviços instrumentais para viabilização do desenvolvimento com inserção social. Isso gera a migração dos camponeses, sobretudo dos jovens e o desinteresse desses pelas atividades agrícolas, agravando mais a crítica realidade das cidades. Os assentamentos rurais são politicamente e historicamente constituídos por atores sociais que passam a construir um novo modo de vida. Esses atores sociais, na concepção de Machado (2011), formam uma nova categoria sociológica, pois, ao participarem da luta pela terra, sofrem uma reconstrução cultural, que vai ser marcada por rupturas das identidades e pela desarticulação cultural. Como vimos abordando ao longo desse capítulo, a população dessa região teve, em sua história, o poderio do colonizador como elemento determinante para o que e como produzir, mas, a partir da conquista pela terra, houve uma certa liberdade e superação, apesar das limitações e ausência das políticas públicas.

Nesse contexto, ressaltamos as palavras de Freire (1987, p. 58) “o importante é que a luta dos oprimidos se faça para superar a contradição em que se acham. Que esta superação seja o surgimento do homem novo”. A luta do camponês é anticapitalista, porque a subordinação, uma das principais características do modo de produção capitalista, entra em conflito com a autonomia camponesa (Martins, 1980). Na Mata Sul-PE, os beneficiários da reforma agrária

²¹ Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei: V- as encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive (Lei12651 planalto.gov.br) Acesso em: 02 jan. 2024.

vêm desenvolvendo a agricultura de base agroecológica como forma de obter autonomia, tentando recuperar o solo exaurido pela prática predatória da monocultura.

No próximo capítulo, abordamos a temática do Agronegócio e da Agroecologia, esta como oposição ao modelo da monocultura em grande escala difundido pelo Agronegócio que provoca, de certa maneira, rastros de marginalidade no campo rural e no meio ambiente.

CAPÍTULO 3

O DISCURSO DO AGRONEGÓCIO E O DISCURSO DA AGROECOLOGIA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL: UMA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA ANTAGÔNICA

“A Agroecologia muda a forma das relações umas com as outras, com a natureza, como seres integrados à natureza. O agronegócio não reconhece isso, não respeita.” (Egressa- entrevistada)

Neste capítulo, lançamos um olhar crítico acerca do que versa o discurso da produção agrícola industrial em grande escala - a agroexportação - projeto do empresariado rural. Como oposição a este meio de produção, fizemos uma leitura a partir do discurso da Agroecologia, do saber empírico ao científico. Para a construção desta esteira discursiva, organizamos o capítulo em duas seções. A primeira seção discorre sobre o surgimento do agronegócio no Brasil, sua narrativa hegemônica e ideológica. Na segunda, abordamos o tema da Agroecologia, suas origens, movimentos disseminadores da prática agroecológica e evolução histórica do pensamento agroecológico. Na terceira seção, discorremos sobre as principais concepções teóricas e suas bases epistemológicas e metodológicas, construídas acerca da crítica ao modelo capitalista.

3.1 O Agronegócio no Brasil e seu discurso político-estratégico

A agricultura brasileira está ancorada em duas narrativas discursivas: a do capitalismo monopolista, da industrialização da agricultura e pecuária, isto é, o Agronegócio como passou a ser denominado; e a da agricultura familiar. Esses setores de produção agropecuários surgem e se consolidam a partir de diferentes perspectivas socioeconômica e política no Brasil. A abordagem desses termos sempre gera controvérsias, pois são dois movimentos políticos antagônicos, conflitantes e inconciliáveis, de um lado; os investidores do setor do Agronegócio utilizam de uma narrativa argumentativa de que esse modelo de produção é superior ao modelo agrário, gera mais empregos e lucro para o desenvolvimento econômico do país.

Por outro lado, os agricultores familiares, movimentos sociais, ambientalistas e ecologistas apontam que o Agronegócio, por visar à produtividade em grande escala, afeta negativamente o meio ambiente e contribui com a desigualdade social. A agricultura familiar visa à soberania alimentar, tem maior comprometimento com a preservação do ecossistema e com a função social da terra. O Agronegócio é associado a um sistema de referências ideológicas positivas para o desenvolvimento do país, no entanto, por trás desta ideia de

modernidade científica da produção industrial, camufla-se um modelo de desenvolvimento rural predatório, de elevado custo social e ambiental (Petersen, 2008).

Neste capítulo, versamos acerca dessas duas vertentes, visto que essas duas narrativas discursivas de modo de produção agrícola e industrial dialogam com a temática da pesquisa da presente Tese. Na primeira seção, abordamos o tema da agricultura industrial, que consolida novo modelo de crescimento econômico sob a alcunha de Agronegócio, um dos setores políticos e econômicos empresariais dominantes no Brasil.

É sabido que o modelo predatório de agricultura, no Brasil, originou-se na colonização, os europeus, ao visualizarem a abundância ecológica existente na colônia, iniciaram a exploração sem limites para a monocultura. Essa prática atravessou vários regimes e, apesar das mudanças políticas e tecnológicas e da diversificação produtiva ocorrida no século XX, a herança predatória ainda tem sido uma forte influência sobre as mentalidades e as práticas de produção no campo rural brasileiro (Pádua, 2003). É indiscutível que a agricultura, no país, sempre teve/tem função essencial tanto para a alimentação quanto para a economia do país. Essa cultura foi marcada por disputas, como já abordado no capítulo anterior, a agricultura perpassa por questões ideológicas, políticas e econômicas, uma vez que sua principal matéria-prima é a terra – recurso natural que tem sido marco de embates sociopolíticos que envolve diferentes segmentos no país.

O Agronegócio tem um marco, uma historicidade original concreta da construção dessa estratégia econômica de produção agroindustrial - o regime político militar. O Agronegócio é um paradigma de agricultura balizado na modernização conservadora do campo rural, que passou a adquirir força a partir dos anos de 1970 – com a política de “modernização da agricultura” promovida pela política militar –, período em que se propagou mais explicitamente a existência de uma “agricultura moderna” ou de uma “agricultura capitalista”, no Brasil, de “empresas” e de “empresários rurais” (Heredia, *et al.*, 2010).

Durante o governo militar, diante das questões sociais, econômicas e das políticas externa e interna, havia dois caminhos como possibilidades de intervenção do Estado na agricultura: a reforma agrária e a modernização da agricultura. Tentando contornar essas duas questões, a opção política dos governos da Ditadura Militar caminhou com passos mais firmes em relação à segunda. Conforme pontuamos no capítulo anterior, a configuração das forças sociopolíticas hegemônicas, no espaço institucional do Estado, nesse contexto, ajuda a compreender as prioridades dadas à modernização e à orientação das políticas estatais em relação às demandas sociopolíticas da agricultura brasileira.

Nesse contexto, como argumenta Silva (1996), consolidou-se uma política denominada criticamente de “modernização conservadora dos anos 1965 a 1975”, teve como base o pacote tecnológico da Revolução Verde, que inclui: insumos químicos, sementes modificadas (de laboratórios), mecanização, irrigação, grandes extensões de terra (concentração fundiária), o difusionismo tecnológico e valorização do progresso.

No início dos anos 1960, produziu-se um discurso de que havia a necessidade de elevar a produção de alimentos para erradicar a fome, para isso, seria necessária a intensificação do uso de máquinas pesadas e agroquímicos no campo. Essas exigências eram características do ramo do agro que ganhou força no governo FHC, identificado com as demandas do desenvolvimento capitalista no campo, e que se manteve e se mantém nos governos posteriores com expansão e hegemonia. Esse foi o pano de fundo para a introdução e consolidação da política do Agronegócio no país. O discurso acerca da inserção de novas tecnologias para a produção agrícola surge como justificativa advinda da elite agrária de que a agricultura, até então, era uma área de produção atrasada, arcaica.

Diante dessa nova concepção de produtividade, há uma crescente demanda por subsídios e sistemas estatais de crédito para cobrir o aumento dos custos da produção agrícola (Mendonça, 2015). É possível afirmar que a modernização agroindustrial introduzida nesse período político, como argumenta Graziano Silva (1982), estava concentrada nas grandes fazendas que ficavam com a maior parte do crédito rural subsidiado pelo Estado do período. Desse modo, a modernização, conforme Bosetti (2013), apoiava-se em um processo de concentração fundiária cada vez maior, diminuindo a distribuição de renda no setor agrícola e aumentando as desigualdades sociais já existentes no meio rural.

Isso reitera que o processo do monopólio fundiário desenvolvido pelas unidades de produção de monocultivo - *as plantations* – base social, política e econômica sobre a qual se desenvolveu a desigualdade no campo e a concentração de terras, no Brasil Colônia, persiste ao longo da História. Há mudanças nas nomenclaturas linguísticas, mas o discurso conservador e as práticas sociais colonizadoras, monopolistas e dominantes se mantêm atuantes com a política da modernização agrícola, do Agronegócio até os nossos dias. O monopólio da terra e da cadeia produtiva do Brasil, com vistas à exportação, não são historicamente recentes, a constituição da nossa história econômica foi ancorada em uma economia exportadora para a Europa.

Retomamos, aqui, as palavras de Caio Prado Júnior (1970, p. 23), ao elucidar o papel fornecedor do Brasil como um país-empresa “... na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio

européu [...] cujo caráter manter-se-á dominante através dos séculos [...] E prolongar-se-á até nossos dias.” De acordo com o discurso de Caio Prado Júnior (1970), as raízes econômicas do país vieram de uma estrutura política capitalista de exportação com base nos nossos recursos naturais e continuam na mesma direção, apesar das transformações ocorridas com o advento da modernização, da tecnologia e das mudanças globais no Brasil. Nesse sentido, recorremos a Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 3) ao afirmarem que “as mudanças sociais da modernidade tardia²² dão novas possibilidades e oportunidades para muitas pessoas. No entanto, elas também causam transtornos e sofrimentos consideráveis para as sociedades, comunidades e indivíduos.”

Sob esse viés analítico, é possível pontuar que as mudanças na política do setor agropecuária no Brasil, com ênfase na modernização e no mercado de exportação, provocaram(am) consequências negativas à classe minorizada, as mudanças não se efetivaram(m) conforme as aspirações dos movimentos sociais e dos camponeses. Nesse sentido, podemos afirmar que a formação socioeconômica do Brasil sempre esteve centralizada a partir da coalizão do domínio das elites agrárias e políticas, isso é perceptível na constituição da política do Agronegócio, conforme pontuam Bittencourt *et al.*, (2022, p. 187):

esta coalizão tem base em entidades de representação cujas origens remontam à tradicional dominação das elites rurais no Brasil, tais como a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e as representações por cadeias agroindustriais. Todas elas compõem a base do que hoje se denomina “agronegócio”, encontrando espaço de representação privilegiado na Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG).

Além dessas entidades, o Agronegócio tem forte influência das grandes mídias, que difundem campanhas como a do “Agro é Pop”, “Agro é Tech”, “Agro de gente pra gente”, “Agro, a indústria-riqueza do Brasil”. Tais publicidades tentam convencer o público de que esse

²² Modernidade tardia na concepção de Chouliaraki e Fairclough apoiados em Giddens (1991) refere-se à nova fase social marcada por mudanças econômicas, sociais e culturais. Para Giddens (1991, p. 26-27), o termo “modernidade” pode ser considerado aproximadamente equivalente à expressão ‘mundo industrializado’. Conforme Giddens, uma importante característica da modernidade tardia é o seu dinamismo, derivado de três fontes dominantes: a separação entre tempo espaço, o desenvolvimento de mecanismos de desencaixe e a apropriação reflexiva do conhecimento. No que concerne à separação entre tempo e espaço, pode-se afirmar que esta provoca as relações entre indivíduos, grupos ou instituições ausentes, em que “[...] os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles” (Giddens, 1991, p. 22). A separação entre tempo e espaço é a principal condição para o processo de desencaixe das instituições sociais; com efeito, desencaixe, para ele, é “[...] o deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço” (Giddens, 1991, p. 24).

modelo de produção agrícola é popular, acessível, ocultando aos telespectadores as reais consequências e intenções dos investidores desse setor. O discurso da mídia, como defende

Fairclough (1989), constrói uma posição de sujeito ideal para um assunto ideal, há nele uma intencionalidade de manutenção de poder, um jogo de interesse, por isso, o discurso de mídia tem suscitado “debates sobre questões de manipulação, dominação cultural, imperialismo (especialmente onde a lacuna entre produtor e público é grande) e ideologia” (Fairclough, 1995, p. 40). Essas práticas discursivas midiáticas são disseminadas para fortalecer e transmitir a ideia de que esse setor é o que mais gera renda para o país. O poder exercido pelo setor do agro pode ser compreendido, nos termos de Bourdieu (1989, p. 7-8), como poder simbólico, definido como “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Esse poder dispõe dos meios de afirmar o sentido imediato do mundo, institui valores, categorias classificatórias e conceitos que se apresentam à sociedade como espontâneos, naturais e desinteressados.

Sob este viés discursivo, a relação de poder no setor do agro é, aqui, compreendida como a capacidade de um dado grupo impor seus interesses e legitimidade a outros para manter sua hierarquia de forma injusta, privilegiando um grupo em detrimento de outro. De certa forma, é um poder segregador, categoriza outros atores sociais em posições hierarquizadas, desencadeando, assim, acessos desiguais a recursos econômicos, e, conseqüentemente, estabelece divisões do mundo e gera exclusão social. Isso reflete, por exemplo, na restrição de acesso às áreas de produção agrícola para os pequenos agricultores, que continua sendo um indicador de desigualdades socioeconômico com o avanço do complexo agroindustrial, das isenções de impostos para a agroexportação e, por outro lado, a ausência de recursos para os pequenos produtores ampliarem a sua produção.

Dados do censo agropecuário (2017) revelam a recorrência na concentração de terras no campo agrícola sob o domínio da classe empresarial rural do Agronegócio. Um dado crítico levantado pelo censo diz respeito ao tamanho das propriedades rurais sob o domínio de poucos, conforme tabela abaixo.

Tabela 2 – Concentração propriedades rurais por hectares.

Cerca de 70% dos estabelecimentos têm área entre 1 e 50 hectares.	Menos que 1	12,0%
	De 1 a 10	38,2%
	De 10 a 50	31,3%
	De 50 a 100	7,8%
	De 100 a 500	7,2%
	De 500 a 10.000	2,0%
	Produtor sem área	1,5%

Fonte: Censo agropecuário: 2017. Elaborada pela autora.

Como podemos observar, a concentração fundiária é elevada, principalmente, se levarmos em consideração dois estratos de área que são compostos por sujeitos distintos: o latifúndio e o campesinato. Enquanto os estabelecimentos rurais com mais de 1.000 hectares são apenas 2,0% do total dos estabelecimentos e ocupam uma área de 47,60% das terras, os estabelecimentos com menos de 10 hectares (camponeses) são 38,2% do número total, embora correspondam a apenas 2,28% da área dos estabelecimentos rurais (IBGE, 2017).

O termo Agronegócio foi incorporado, no Brasil, com base no conceito de *agribusiness*, formulado pela Universidade de Harvard, em 1957, com a publicação da obra “*A concept of agribusiness*”, de autoria de John Davis e Ray Goldberg (Mendonça, 2015). Vocábulo importado pela burguesia, surge como outra denominação dada para o latifúndio, visto que as disputas pelos ativos fundiários persistem com o novo estilo de produção agroindustrial que exigem ampla extensão de terra para a prática do monocultivo, altos investimentos tecnológicos, apoio do Estado para viabilizar acesso a créditos.

A tradução de “agribusiness” para “Agronegócio”, ocorre, conforme Alentejano (2020, p. 253) intencionalmente, ele argumenta que “a mudança fez parte de uma estratégia de marketing para popularizar a noção de agronegócio”, e assim ofuscar os verdadeiros interesses dos investidores desse ramo e as consequências negativas advindas desse modelo de produção. O período em que o Agronegócio se institui, no Brasil, foi marcado por uma intensa crise da agricultura brasileira, com a falência generalizada de agricultores e agroindústrias, no rastro das medidas neoliberais que retiraram subsídios, reduziram créditos e expuseram a agricultura à competição de outros países, com a redução de taxas alfandegárias (Alentejano, 2020).

Essa estratégia política, associada ao setor privado, fortaleceu a agroexportação, que envolve não só a produção agrícola e pecuária como também as grandes empresas multinacionais de fertilizantes químicos, elemento fundamental para a produtividade na concepção ideológica do Agronegócio. Não podemos discutir o Agronegócio sem apontar o caráter ideológico que esse termo denota, uma vez que ele emerge, no Brasil, com o intento político e ideológico de representação da modernização da agricultura, de elevar a produtividade, disseminando a ideia de que o combate à fome se dava por meio do avanço da tecnologia, como se esta fosse a grande e única via para possibilitar o abastecimento de alimentos no planeta e solucionar os problemas sociais de atraso da agricultura.

Podemos afirmar que esses objetivos tiveram um viés meramente ideológico, no sentido de construir estratégias para atingir os fins lucrativos para um grupo específico, visto que o conservadorismo, a desigualdade e a exploração no campo rural se mantiveram (mantêm). O

Agronegócio absorveu as práticas conservadoras de outrora, no entanto, reveste-se de moderno em suas proposições ideológicas ao longo do seu discurso, defendendo a aplicação de uma série de tecnologias – as *high techs* - como único meio para o desenvolvimento da produção rural. Entretanto, as tecnologias são muito mais concentradas e utilizadas na monocultura das grandes propriedades em detrimento dos pequenos imóveis rurais, por falta de fomento e pela extensão da área.

Conforme o CEA (Centro de Estudos Agrários), a definição de Agronegócio ganhou uma especificidade ideológica, sendo utilizada por fazendeiros, intelectuais e, sobretudo, pela imprensa, para designar alta produção no espaço rural. Ademais, o pacto do Agronegócio foi introduzido com a conquista de mentes e corações pela mídia, pela Academia e pela política com representação no Congresso (bancada ruralista), como salvação da pátria – um modo mais ardiloso e, portanto, mais difícil de combater (Delgado, 2010).

Partimos da premissa que o discurso do Agronegócio é ideológico à medida que ele oculta, intencionalmente, os seus reais interesses e as consequências que esse modelo pode causar ao meio ambiente, concentra-se na parte sem levar em consideração o todo, isto é, a razão metonímica²³ prevalece em seus discursos. Atribui a esse setor um caráter universal, transmite a ideia de que é o único meio viável de produção. Sob esse viés, tomamos ideologia sob a perspectiva de Fairclough ([1992], 2016), para quem ideologia é compreendida como representação de aspectos do mundo que podem contribuir para estabilizar, manter e/ou mudar relações de poder, dominação e exploração.

No discurso do Agronegócio, inferimos que a ideologia reside, justamente, na sua capacidade construtiva e descritiva das práticas sociais de dominação, assim, os processos ideológicos formam-se na contradição e na luta de classes (Perrussi, 2015). A ideologia reproduz o discurso e tal reprodução pode transformar ou constranger a estrutura social, sendo esta uma unidade resultante de concepção de mundo dos seres humanos que se manifestam em ações e se articulam diretamente com a política e as práticas sociais. Associando esse conceito à abordagem do Agronegócio como prática ideológica, reiteramos que ele constitui, naturaliza e mantém os significados do mundo socioeconômico e político conforme as suas próprias convenções.

²³ Razão metonímica é a que se reivindica como a única forma de racionalidade, e, por conseguinte, não se aplica a descobrir outros tipos de racionalidade ou, se faz, fá-lo apenas para as tornar em matéria-prima (Souza Santos, 2010, p. 95-96).

A elite agrária do Agronegócio constrói seus discursos fundados em uma concepção de elevada produtividade de lucro e geração de renda para o país, no intuito de se manter no controle da produção agropecuária hegemônica e travar uma constante luta no poder contra o discurso e as reivindicações das classes rurais minorizadas. Essa postura contribui para fortalecer as assimetrias sociais, assim a ideologia consiste em formas de significação que legitimam assimetrias de dominação, atendendo a interesses de grupos específicos em detrimento de outros (Giddens, 2009).

Esse modelo agroindustrial tem como principais antagonistas os indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária, ambientalistas, ativistas que discordam não só da produção em si, mas contestam a forma como a agropecuária em grande escala vem sendo desenvolvida, contestam contra a apropriação privada da terra por parte do empresariado rural. Opõem-se à ideologia dominante desse grupo patronal ruralista, que usa do poderio para denominar esse setor e ignora a agricultura tradicional, menospreza os direitos dos pequenos produtores rurais, dos povos tradicionais. Desse modo, como elucida Bruno (2017, p. 167), o cerne do Agronegócio está “no conservadorismo, na valorização dos clãs familiares, na recusa aos direitos civis, na visão de propriedade como direito absoluto”.

A ideologia conservadora do setor do Agronegócio está ancorada em um pensamento conservador, patriarcal, na colonialidade, no acúmulo de bens em detrimento do direito dos grupos subalternos. No Brasil, a violência no campo não tem trégua, cujos motivos, em sua maioria, estão associados a questões referentes ao acúmulo de terra, água, entre outros recursos para a ampliação da prática do Agronegócio. O direito à propriedade é garantido pela Constituição Federal, previsto no capítulo 1, Art. 5º “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

O Brasil é, conforme relatório da ONG Britânica Global Witness (2022), um dos países do mundo mais perigosos para os que defendem as questões agrárias, o terceiro em maior número de assassinatos de ativistas ambientalistas, perde apenas para o México e a Colômbia. A exemplo dessas lutas e disputas, estamos presenciando a discussão pelos direitos à terra e à preservação ambiental, envolvendo diretamente os povos indígenas que lutam pela demarcação do território indígena e por sua permanência nele. Estão vivendo a insegurança com a aprovação do PL 490/2007²⁴ que trata do Marco Temporal.

²⁴ PL 490/2007, transformada na Lei Ordinária 14701/2023, restringe a demarcação de terras indígenas àquelas já tradicionalmente ocupadas por esses povos em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da nova Constituição

No Brasil, as classes dominantes sempre tiveram/têm o apoio do Estado. Nesse sentido, Reinach e Fabrin (2020, p. 97) aduzem que “o aparelho de Estado, enquanto estrutura, protege os interesses da classe dominante e suas frações através da garantia da propriedade privada e da manutenção da ordem heterônoma por meio de seus aparatos de controle e repressão”. Deixamos claro, aqui, que não é nossa pretensão, tampouco nosso objetivo nessa Tese generalizar o setor do Agronegócio como uma atividade extremamente negativa. É sabido que o Agronegócio produz alimentos básicos suficiente, sim; no entanto, são produtos com ênfase na exportação e na riqueza de uma minoria.

Esse setor também contribui para a economia do país, estatística realizada pelo IBGE (2023) revelou que o Produto Interno Bruto (PIB) da agropecuária registrou alta de 21,6% no primeiro trimestre de 2023. Mas, em contrapartida, esse setor é beneficiado pelo Estado com facilidade a acesso a crédito, com isenção de ICMS, com o não pagamento de dívidas ao Estado. Essa assertiva pode ser justificada por números apresentados em estudo realizado pela OXFAM (2016), no qual aponta que cerca de 4 mil pessoas físicas e jurídicas detentoras de terras devem R\$ 906 bilhões ao governo em impostos. O relatório aponta também outro benefício a esse setor, a isenção que foi prevista pela Lei Kandir que, desde 1996 - no governo de FHC - isentou o pagamento de ICMS aos produtos primários e produtos industrializados e semielaborados destinados à exportação.

O setor do Agronegócio é produtor de uma elevada quantidade de alimentos, mas há uma questão social: a falta de recursos financeiros impede as pessoas a terem acesso aos alimentos, consequência da má distribuição de renda, podemos dizer que causada pelo próprio setor do agro. O modelo agrícola moderno foi incapaz de cumprir determinadas promessas, como resolver problemas cruciais como a pobreza rural, a fome e a desnutrição endêmica (González de Molina et al., 2019, *apud* Marques e Lascefski, 2022).

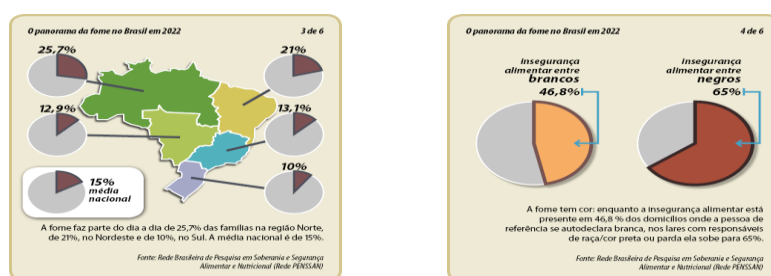
Podemos inferir que a fome, no contexto brasileiro, não está associada à falta de alimentos, mas sim, à desigualdade social. Dados levantados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan, 2022, publicado no *site* agenciabrasil.ebc.com.br) apontam que 33,1 milhões de pessoas não têm o que comer no país. O número de brasileiros em situação de fome aumentou em 14 milhões em pouco mais de um ano. Mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar.

Federal. Dessa forma, se a comunidade indígena não ocupava determinado território antes desse marco temporal, independentemente da causa, a terra não poderá ser reconhecida como tradicionalmente ocupada. Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Segundo a pesquisa, o país retornou a um patamar equivalente ao da década de 1990, isso é mais agravante nas regiões Norte e o Nordeste (conforme ilustra o mapa abaixo) onde os índices atingem 71,6% e 68%, respectivamente, acima da média nacional de 58,7%, quem mais vive esse quadro são as áreas rurais.

Outro fator que merece destaque é que a população preta, que tanto foi escravizada em todo o processo de colonização, continua sendo a que mais sofre com a fome, conforme revelam os números apresentados nos gráficos a seguir.

Gráfico 7 – Panorama da fome no Brasil – 2022



Fonte:(<https://www12.senado.leg.br>).

Por meio destes dados, é possível afirmar que, no Brasil, a fome é um dos indicadores de desigualdade social. Em contraposição ao argumento do agro, no concernente ao abastecimento alimentar por ele fornecido ao Brasil, dados do Censo Agropecuário (2017) calculam que cerca de 70% dos alimentos que chegam às casas brasileiras, como feijão, arroz, milho, leite, batata, mandioca vêm de produções da agricultura familiar. Esses dados têm gerado certas divergências no setor do Agronegócio, não iremos, aqui, adentrar com afincos nesses discursos controversos, porque esse não é o nosso objeto maior de estudo. A temática do Agronegócio se articula com a nossa pesquisa no aspecto de que esse setor causa impactos socioeconômicos e ambientais para as comunidades de assentamentos rurais.

Outrossim, ressaltamos que nossa posição não é contrária ao desenvolvimento econômico, nos posicionamos criticamente contra um modelo embasado intencionalmente em ações antrópicas, autodestrutivo, fomentador da desigualdade social. Nesses termos, Fairclough (2003) defende que o problema não está no impulso do desenvolvimento econômico, mas sim, no modo e na imposição como esse é mantido, trazendo consequências em termos de distribuição desigual de riqueza. É indiscutível que o Brasil se configura e se destaca como grande potência agrícola mundial. No entanto, vale frisar que essa representatividade se

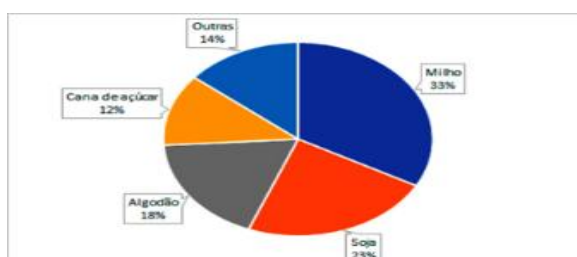
concentra em grandes lavouras monoculturas, cujo objetivo é a agroexportação e elevados lucros, não há engajamento social, preocupação com a inclusão da classe minorizada.

Para atingir altos lucros, o setor do Agronegócio acumula vultosa extensão de terras, devastando os recursos naturais, é um dos setores, no Brasil, responsáveis pelo desordenado desmatamento. A partir de um posicionamento crítico acerca das ações provenientes desse modo de produção, Canuto (2004, p. 7) elucida que “o agronegócio provoca consequências desastrosas ao meio ambiente. Carrega na sua esteira o mais surpreendente e rápido desmatamento de que se tem conhecimento na história brasileira. Este desmatamento atinge dois biomas em especial, o Cerrado e a Floresta Amazônica”.

Estudo recente realizado pelo Mapbioma (2023) revela que, em 2022, o desmatamento cresceu 22%, sendo o setor da agropecuária o principal responsável por esse número. A pesquisa também mostra que entre 1985 e 2022 a área ocupada pela agropecuária no Brasil cresceu 50% nesse período, em 1985, a atividade ocupava 187,3 milhões de hectares, em quase quatro décadas essa área saltou para 282,5 milhões de hectares. Desse total, 58% são de pastagens, que tiveram um crescimento de mais de 60% entre 1985 e 2022. Os dados reiteram o crescente aumento do Agronegócio, associado a essa atividade econômica a dilaceração dos recursos naturais, ações extremamente prejudiciais ao meio ambiente contribuem para o desequilíbrio ambiental, climático.

Além dessas ações, há outro dano proveniente do Agronegócio: o excessivo uso de agrotóxico, cuja utilização é prejudicial tanto à saúde da população quanto ao solo e a todo o ecossistema. A utilização de herbicida para acelerar a produção vem aumentando no Brasil, Moraes (2019, p.19) embasado em dados da FAO destaca que “o Brasil consumia em 1991 cerca de sete vezes menos agrotóxicos que os Estados Unidos, enquanto em 2015 as quantidades no Brasil e nos Estados Unidos foram próximas, cada um respondendo por cerca de 10% do consumo mundial”. O gráfico abaixo mostra que, no Brasil, a maior quantidade de agrotóxicos é utilizada na produção das *commodities*, concentra-se principalmente no milho e na soja.

Gráfico 8 – Culturas que tem maior concentração de agrotóxicos



Fonte: SINDIVEG (2022).

À proporção que o consumo desses produtos se expande no Brasil, ampliam-se os interesses de grupos de produtores rurais e de produtores de agrotóxicos para evitar que as regulações se tornem mais restritivas (Campagnolla e Macêdo, 2022). Nesse sentido, fica implícito que há, ou melhor, sempre houve, no Brasil, um jogo de poderes e convergências entre diferentes atores e as indústrias do ramo de insumos químicos, visando a uma troca de favores de cunho político e empresarial. As campeãs do mercado de fertilizantes são Mosaic (EUA) e Yara (Noruega) e as dos agrotóxicos que se destacam são a BASF (Alemanha), Syngenta (China), Bayer (Alemanha), Adama (Holanda), DowDupont (EUA), entre outras. Essas empresas são beneficiadas, no Brasil, com uma generosa política de incentivo a isenções de impostos. Nos últimos anos em que o país estava sob o domínio do Presidente Bolsonaro, um governo que ignorou a agricultura familiar; de outro lado, privilegiou o empresariado do Agronegócio, facilitou a aprovação e o aumento de liberação de agrotóxicos, conforme demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico 9 – Liberação de agrotóxico no Brasil



Fonte: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios> (acesso em 25 jan. 2024).

Nos últimos quatro anos, 2.182 agrotóxicos foram autorizados durante o governo de Jair Bolsonaro, foi o governo que mais registrou a liberação de agrotóxicos desde o início da contagem do MAPA, que começou há 23 anos. Evidencia-se que houve, em 2022, um aumento de 16% em relação a 2017, a Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins do Ministério da Agricultura (CGAA, 2023) aponta que este é o maior número já registrado no Brasil. Os dados revelam que a política brasileira segue incompatível com o desenvolvimento sustentável, uma vez que o uso de agrotóxicos não leva em consideração a tríade da sustentabilidade: o fator econômico, social e ambiental.

Estudos recentes da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2024) divulgou resultados do Para (Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos) referentes a 2023, no qual foram avaliadas 3.294 amostras de alimentos de origem vegetal, coletadas em 76 cidades brasileiras, dessas 26,1% apresentaram irregularidades, incluindo resíduos de agrotóxicos acima do limite seguro estabelecido pela agência. Mesmo diante de um governo progressista que se posiciona contra o uso indiscriminado de agrotóxicos e defende a preservação ambiental, os números de liberação de agroquímicos continuam em um nível elevado no atual Governo Lula, conforme dados revelados pelo O Globo.

Gráfico 10 - Autorização de novos agrotóxicos nos governos Bolsonaro e Lula



Fonte: <https://oglobo.globo.com/brasil/>.

Entidades ambientalistas, comunidade científica, ativistas e movimentos sociais vinham, recentemente, lutando contra a aprovação do PL 1459/2022 – o PL dos agrotóxicos, projeto que facilita o registro e liberação de agrotóxico. Apesar de argumentos e posicionamentos contra esse PL, denominado pelos críticos como o “pacote do veneno”, esse teve aprovação no Senado com o apoio da bancada ruralista, em outubro de 2023 e sancionado com vetos pelo Presidente Lula. Vale ressaltar que esse PL já havia sido levado à votação no governo de Jair Bolsonaro, mas não foi apreciado pelo Senado. No atual contexto político, em que se tem um Presidente estadista, de esquerda que se põe sempre em defesa da sustentabilidade da proteção ambiental e da população minorizada, esperava-se que o projeto não teria a aprovação. Isso revela a capacidade de grupos usarem o poder para fazer valer os seus interesses, mesmo quando outros se opõem (Giddens, 2008).

Isso evidencia que há uma ambivalência entre discurso e prática social no cenário político brasileiro e, consequentemente, por questões socioeconômicas um grupo é mais afetado negativamente do que o outro. O discurso governamental se distancia da prática social por essa estar associada a uma estrutura da classe dominante que detém de muito poder político,

concentração de terras e recurso monetário. Nesse contexto, referimo-nos a poder no sentido de controle, pautado no pensamento de Fairclough ([1992], 2016, p. 78) “o poder nas sociedades modernas está ligado aos problemas de controle das populações”.

No discurso do Agronegócio, há uma costura política, uma prática discursiva que limita as ações do governo (legislativo, judiciário e executivo) e o faz adequá-las às imposições de interesse do empresariado rural e industrial para que essa estrutura social se mantenha em detrimento das populações minorizadas. Esses discursos se dão em troca de acordos e vantagens políticos e econômicos como se vêm desenvolvendo há séculos no contexto da história brasileira. O Agronegócio é constituído, especificamente, por estratos sociais empresariais e aristocratas que continuam no domínio do poder, mantêm estreitas relações políticas tanto no âmbito legislativo como no executivo. Na verdade, temos um cenário político nacional, como o Congresso e o Executivo dominados por interesses ruralistas e que são os mesmos que determinam o que é proibido ou não e, associado a isso, há os órgãos de controle também sob a determinação desse grupo.

Desse modo, é possível afirmar que o Agronegócio está conseguindo transformar um discurso privado das elites agrárias e da nova financeirização da agricultura em discurso público de interesse cada vez mais geral Bittencourt, *et al.*, (2022). Isso revela que a prática política vem se tornando uma questão de alianças ao invés de uma unidade em torno de um interesse ou identidade universalmente compartilhado (Chouliaraki e Fairclough, 1999). Nessa perspectiva crítico-discursiva, pautamo-nos em Fairclough (1992, 1999, 2003) para quem o discurso é o elemento semiótico responsável por manter relações de poder, hegemonia e construções ideológicas nas sociedades. Nesse contexto político econômico sob o domínio do grande empresariado industrial e rural, a transformação social é um processo árduo de acontecer nesse campo de lutas.

No entanto, apoiamo-nos no pensamento de Chouliaraki e Fairclough (1999), para quem os agentes, por meio da linguagem, são capazes de desvelar as formas de dominação imbricadas no discurso e desenvolver práticas sociais emancipatórias, utilizando o conhecimento seja o acadêmico e/ou o empírico como um fator preponderante para a construção e para a transformação de relações sociais mais simétricas. Esse é um processo que, nos termos de Bourdieu (1989), ocorre pelo *habitus*, isto é, a mobilização dos agentes sociais se dá por meio da vivência e da dor proveniente das questões sociais concretas da vida. *O habitus* é, na concepção de Bourdieu (1989), a base geradora de comportamentos e de percepções de mundo,

ele forma e transforma as ações construídas e adquiridas dentro de um contexto social, dele surge a possibilidade da luta pela transformação social nos campos de força.

Em oposição à política do Agronegócio, uma parcela da população rural com apoio de ONGs, Academia, movimentos sociais, pesquisadores, entre outros vêm lutando contra a hegemonia do setor do agronegócio. Esses agentes constatarem que a política do Agronegócio, associada ao latifúndio, monocultura e trabalho escravo, domina não só a forma de produção agrícola como também tenta colonizar o comportamento referente às suas escolhas de vida no campo rural. Assim, na perspectiva de romper a dominação dessa estrutura capitalista desenfreada para a qual a natureza é infundável, agentes sociais afetados pelo discurso do agronegócio se mobilizam e buscam, nos princípios da Agroecologia, modelos de desenvolvimento alternativos uma solução para amenizar as desigualdades sociais e os efeitos deletérios (re)produzidos pelos impactos da expansão do Agronegócio.

Entendemos, pois, ser necessário um olhar e um pensar crítico sobre o monopólio do Agronegócio no Brasil, para identificar como essa estrutura dominante interfere nas decisões e na conjuntura política do Estado brasileiro e contribui para a manutenção das desigualdades sociais nas diversas regiões do país.

Na próxima seção, abordamos a temática da Agroecologia - um paradigma de cujos princípios e bases epistemológicas surge a convicção de que é possível reorientar o curso alterado dos processos de uso e manejo dos recursos naturais, de forma a ampliar a inclusão social, reduzir os danos ambientais e fortalecer a segurança alimentar e nutricional.

3.2 Agroecologia: paradigma para o enfrentamento e promoção da inclusão social e do desenvolvimento rural

“A Agroecologia que eu vejo e que eu pratico é uma coisa muito importante não só na minha vida, mas no planeta ...A gente cuida da nossa saúde, sem limites...” (Agricultora familiar - entrevistada)

Nessa seção, trazemos uma abordagem sobre o surgimento do paradigma da Agroecologia e como vem se desenvolvendo na contemporaneidade. Abordamos as diferentes acepções e aplicabilidade, enquanto ciência transdisciplinar, movimento e prática na superação das colonialidades do poder imposto pela lógica dominante da monocultura do Agronegócio. A Agroecologia é compreendida como um paradigma emergente para superar as entropias causadas à natureza e a todos os seus elementos constitutivos pela ação humana.

Acreditamos que a vida em sociedade é marcada pela atividade humana que age, constrói e transforma o mundo a partir das ações dos atores sociais, conforme suas crenças e interesses, limitados pelas condições reais existentes. Ao mesmo tempo em que ações provocadas por determinada prática social destroem o planeta, há por outro lado, agentes sociais afetados que confrontam essa estrutura por meio de lutas e discursos, visando a um novo modo de vida. Eles resistem e recriam condições discursivas para agir mediados por questionamentos reais oriundos do mundo da vida²⁵, isto é, de um ambiente mais amplo no qual eles passam a ser autores e/ou coautores das ações coletivas e reorientam o modo de viver.

Como bem defende Leff (2006), é nos mundos da vida das comunidades que os princípios de racionalidade cultural do ambientalismo tomam todo seu sentido em termos de diversidade e de participação, e onde se pode conceber a construção dessa nova racionalidade produtiva. A luta por mudanças acontece quando os agentes se deparam com problemas reais e se veem diante de impasses, a partir disso, articulam-se e tentam resolver esses dilemas sendo inovadores ou criativos (Fairclough, 2016). As novas condições discursivas construídas no contexto do surgimento da Agroecologia tiveram o intuito de mudar a ordem do discurso existente, como também publicizar as assimetrias contidas nas relações de produção agrícola no modelo tradicional.

A epígrafe desta sessão traz o discurso de uma agricultora familiar, no qual ressoa um agir responsivo diante à natureza, de quem vive, pratica e dissemina o bem-viver no qual o compromisso seja a vida (Acosta, 2016). A postura do discurso da agricultora é de quem se opõe a um modelo colonizador que desconsidera os saberes e as práticas ambientais mais sustentáveis. Para assumir essa postura de bem-viver em uma sociedade em que o discurso colonizador europeu, acerca dos ditames de modelo de produção agroindustrial, ainda reverbera na sociedade, requer resiliência e apoio de outros atores sociais. Sob esse viés, Acosta (2016, p. 82) afirma que: “o Bem Viver é eminentemente subversivo. Propõe saídas descolonizadoras em todos os âmbitos da vida humana. O Bem Viver não é um simples conceito. É uma vivência”.

A Agroecologia possibilita a ruptura de um modelo europeu homogêneo que persiste em cultivar um cenário agrário pautado na monocultura e no trabalho escravo. Feitas estas considerações iniciais, traremos, a seguir, elementos que possibilitam o entendimento do

²⁵ Habermas compreende que os componentes do mundo da vida são os modelos culturais, as ordens legítimas e as estruturas de personalidade, como se fossem condensações e sedimentações dos processos de entendimento, da coordenação da ação e da socialização, os quais passam através do agir comunicativo (Habermas, 1990).

processo evolutivo do discurso da Agroecologia no âmbito nacional. Inicialmente, fizemos um recorte sobre os primeiros movimentos fundantes acerca do discurso agroecológico a fim de compreender como este paradigma foi evoluindo como ciência, movimento e prática na perspectiva de transformação social.

3.2.1 Trilha histórica da Agroecologia: Marco teórico e trajetória

Nesse tópico, não é objetivo principal fazer uma análise acurada da trilha histórica dos debates iniciais da Agroecologia, no cenário nacional, uma vez que vários trabalhos já abordaram essa temática como por exemplo Luzzi (2007), Jacob (2016), Paulino (2017), entre outros. Pretendemos, aqui, realizar uma leitura acerca desse paradigma no sentido de articular com o nosso *corpus* da pesquisa e identificar se a Agroecologia de fato tem sido uma prática social no universo pesquisado. O surgimento e a evolução da Agroecologia têm como marco os períodos destacados no quadro abaixo.

Quadro 3 – Marcos do processo da evolução da Agroecologia no Brasil

1930 a 1969	Período conceitual da Agroecologia com forte influência dos movimentos ambientalistas contra a Revolução verde. Os trabalhos em agroecologia, nesse período, eram quase que exclusivamente da Alemanha e dos Estados Unidos da América (EUA) e, apesar da expansão de publicações em escala mundial, os EUA ainda dominam o número global graças, dentre outros motivos, à força dos nomes de Altieri, Francis e Gliessman (Paulino, 2017).
1960	Década marcada por questionamento dos esquemas democráticos, a natureza se transforma em referencial político, não apenas como política conservacionista do Estado, mas como objeto de disputa e apropriação social, atravessado por estratégias de poder (Paulino, 2017).
1970 a 1999	Período em que houve a expansão e popularização da Agroecologia, passa a ser considerada uma disciplina científica, respeitando os aspectos sociais e a dimensão do movimento social.
De 2000 até os dias atuais	Fortaleceram-se as definições para novas dimensões da Agroecologia. Constrói-se uma ampla matriz disciplinar, integrando vários modos de conhecimento, habilidades e experiências de diferentes sujeitos sociais.

Fonte: Elaborado pela autora.

A gênese da palavra Agroecologia, segundo Wezel, *et al.*, (2014), emergiu no início do século XX, empregado pela primeira vez pelo agrônomo russo Bensin (1928, 1930, 1935), para descrever o uso de métodos ecológicos em pesquisas sobre cultivares agrícolas comerciais. Ele definiu a Agroecologia como a aplicação da ecologia à agricultura, ao mesmo tempo em que defendia a necessidade de cooperação internacional em investigação agroecológica. Essa

compreensão do termo Agroecologia é também trazida por Gliessman (2000), na década de 1920, para designar a ecologia aplicada à agricultura.

Wezel *et al.*, (2014) acreditam que a disseminação do termo pode estar relacionada principalmente com a evolução das duas disciplinas das quais deriva a Agroecologia: a Agronomia e a Ecologia, mas também com outras disciplinas como a Zoologia e a Botânica/Fisiologia Vegetal, e suas aplicações em questões agrícolas e ambientais. Para esses autores, a Agroecologia seria, inicialmente, compreendida como “a aplicação da ecologia na agricultura – um significado que ainda é usado” (Wezel, 2014. p. 2). Desse modo, compreendemos que a Agroecologia surge para aproximar a agronomia da ecologia, no entanto, esse esforço, conforme Caporal (2009), deixou de ser teórico e prático a partir do momento em que passou a incorporar um conjunto de conhecimentos de outras ciências, do conhecimento popular e de outras dimensões.

A trajetória histórica da Agroecologia é dividida por Wezel *et. al* (2014) em dois períodos: o de difusão conceitual das décadas de 1930 a 1960, que reúne disciplinas específicas, como Agronomia, Ecologia, Geografia, Zoologia e Fisiologia Vegetal; e outro momento de expansão, desde os anos 1970, em que a Agroecologia continua sendo defendida como disciplina científica, mas eclode também como movimento e, conseqüentemente, passa a considerar não apenas os aspectos técnicos da agricultura, mas também as relações com a sociedade.

A literatura agronômica²⁶ se expandiu a partir da década de 1970 com uma perspectiva ecológica em ecossistemas tropicais. Nessa época, um aspecto começou a chamar a atenção dos pesquisadores, o fato de que muitos dos princípios de manejo apropriados a uma abordagem agroecológica já eram praticados por diversas populações rurais dos trópicos (Reinach e Fabrin, 2020). Podemos, então, compreender que o termo Agroecologia se consolida a partir do reconhecimento dessas práticas.

Com base nesse entendimento, nos anos 1970 e 1980, principalmente na América Latina, a palavra “Agroecologia” começou a ser utilizada para descrever práticas agrícolas desenvolvidas por populações rurais do continente. Autores como Miguel Altieri (2015) e

²⁶ Pesquisadores que foram destaques na disseminação da agroecologia enquanto ciência, mas também movimento social, autores como José Lutzenberger, Adilson Paschoal, Ana Primavesi, Luiz Carlos Pinheiro Machado, Maria José Guazzelli, Angela Escosteguy Aurvalle e Sebastião Pinheiro. Outro destaque é a clássica obra de Miguel Altieri, *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*, a qual passava a ser usado como importante referência científica pelas diversas organizações que mantinham o Movimento de Agriculturas Alternativas.

Sevilla Guzmán (2011) acreditam que o que estava começando a desenvolver-se nos marcos da ciência ocidental moderna, por meio da união da Agronomia e a Ecologia, já havia sido desenvolvido por povos e comunidades rurais da América Latina e de outras regiões tropicais do mundo há tempo.

Nesses termos, entendemos que a Agroecologia vai além da simples aproximação entre as disciplinas científicas. Os saberes populares passam a ser fundamentais associados aos conhecimentos metodológicos científicos oferecidos por diferentes disciplinas para o desenho de agroecossistemas e inovação de tecnologias adequadas a agriculturas mais sustentáveis. Isso sinalizou que a Agroecologia se beneficiaria da adoção de um enfoque pluriépistemológico e de um “diálogo de saberes” que unisse o conhecimento científico e acadêmico ao conhecimento popular (Reinach; Fabrin, 2020).

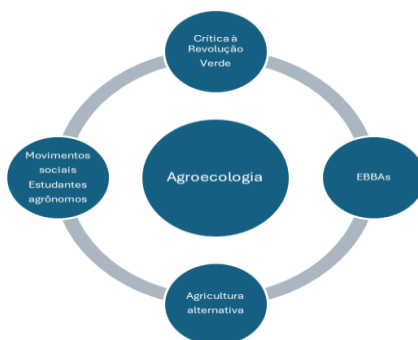
O termo “Agroecologia” passou a ser conhecido na década de 1970, tendo como seus pioneiros e divulgadores Miguel Altieri e Stephen Gliessman. Na concepção de Susana Hecht (1989) em seu texto sobre *a evolução do pensamento agroecológico*, o termo Agroecologia é bastante contemporâneo, porém, a ciência e a prática de base agroecológica são tão antigas quanto a própria agricultura (Sousa e Martins, 2013, p. 83). É sabido que a agricultura é uma prática humana bastante antiga, sua origem está associada à formação das primeiras civilizações,

O desenvolvimento da agricultura com inserção de tecnologias modernas teve início com a Revolução Industrial e foi se modernizando a ponto de causar danos físicos e sociais não só ao meio ambiente como aos seres humanos, conforme discutimos na seção anterior. Diante desse contexto, as discussões sobre Agroecologia se intensificaram. Surgem discursos de oposição à modernização da agricultura. Com o debate da “Revolução Verde”, muitos países sofreram transformações estruturais significativas na busca restrita da produção e da produtividade.

Este período foi marcado pela disseminação de discursos ambientais que apoiaram instituições e ações em torno de um projeto alternativo de desenvolvimento, dando início à fomentação de redes, conectando diversas esferas do social e passando adiante os ideais de uma nova forma de relacionamento entre homem e natureza (Paulino, 2017). As críticas ao processo de modernização da agricultura começaram a ganhar forças no Brasil a partir dessas transformações. Em sua tese de doutorado, Luzzi (2007) analisa a história do debate e a evolução da Agroecologia no Brasil na perspectiva de diferentes atores sociais. Alguns desses atores sociais, de acordo com a pesquisadora, já haviam tido contato com movimentos críticos

ao modelo hegemônico de agricultura fora do país, isso influenciou o debate da Agroecologia no cenário brasileiro.

Figura 3 - Influências e temáticas no debate e consolidação da Agroecologia no Brasil.



Fonte: Elaborada pela própria autora.

No Brasil, o movimento agroecológico surge em um período histórico de denúncia e resistência às estruturas impostas pela agricultura moderna e a seus impactos ambientais e sociais. Trata-se, portanto, de uma resposta à crescente preocupação com a deterioração ambiental e a exclusão social de agricultores familiares face à modernização agrícola (Norgaard, 1984). Nesse contexto em que a ideia de Agroecologia no Brasil foi disseminada, suscitou a abertura de processos dialógicos entre intelectuais, ativistas, camponeses, ONGs, entre outros sujeitos (Jacob, 2016). A introdução desse paradigma pelos movimentos ambientalistas na década de 1960 e 1970, atrelada historicamente aos movimentos sociais, faz enfrentamento ao modelo capitalista agrário (Monteiro e Londres, 2017).

As críticas foram tecidas por intelectuais, dentre eles: engenheiros agrônomos, pesquisadores e estudantes que contribuíram significativamente na luta contra os agrotóxicos e para o avanço da agricultura alternativa no país (Luzzi, 2007). Esse movimento deu início ao desenvolvimento da agricultura alternativa²⁷ – um dos marcos fundantes de contracultura do Agronegócio. Esses protagonistas passaram a questionar as problemáticas da exclusão social, do discurso de geração de progresso da política da agricultura moderna, que ofuscava os objetivos da dominação capitalista. A temática da Agroecologia foi inserida nas universidades, contando com o engajamento da sociedade civil para o desenvolvimento de alternativas para o

²⁷ O termo agricultura alternativa é um discurso social e remonta à década de 1970, conformado na agricultura de base ecológica e impulsionada por organizações comprometidas com um projeto político. Tal movimento ganha força no país, principalmente em 1976, graças ao manifesto ecológico brasileiro “*Fim do futuro?*”, de José Lutzenberger, que servirá de inspiração para pesquisadores, ecologistas e a sociedade no geral (Paulino, 2017)

campo rural; houve uma grande adesão dos militantes de esquerda à agricultura alternativa, por considerá-la um modelo anticapitalista (Paulino e gomes, 2019).

Nesse contexto, suscitou a abertura de processos dialógicos entre intelectuais, ativistas, camponeses, ONGs, entre outros sujeitos (Jacob, 2016). Esses agentes sociais adotaram uma postura contrária ao modelo hegemônico que estava se estabelecendo no campo rural a fim de defender os povos e comunidades indígenas e camponeses e suas respectivas práticas agrícolas e modos de vida (Reinach e Fabrin, 2020). Era perceptível, conforme (Jacob, 2016), que, naquele período, o ensino, a pesquisa e a extensão superior tinham uma certa inclinação elitista, repetitivo, autoritário, com uma ideologia controladora e repressora das reivindicações e dos interesses dos segmentos majoritários, reduzindo-se ao já controlado repeticionismo dos protótipos que interessavam ao colonizador.

As discussões acerca dessas ideias tiveram como importante espaço os EBAAs²⁸, cujo objetivo era elaborar propostas e estabelecer alternativas para minimizar os impactos ambientais oriundos da agricultura industrial e criar metodologias sustentáveis. Esses encontros eram organizados por estudantes, agrônomos e pequenos agricultores. Nesse processo, os agricultores deveriam ser protagonistas e multiplicadores das propostas de agriculturas alternativas em suas comunidades. A partir desses encontros, elaborou-se o conceito de agricultura alternativa, restringindo-se a um conjunto de técnicas que deveriam ser utilizadas para a promoção de um equilíbrio com o meio ambiente, pensando nos pequenos agricultores. Um discurso social conformado na agricultura de base ecológica e impulsionado por organizações comprometidas com um novo projeto político.

Esse discurso ganha força, principalmente em 1976, graças ao manifesto ecológico brasileiro “*O fim do futuro?*”, de José Lutzenberger, que serviu de inspiração para pesquisadores, ecologistas e a sociedade no geral (Paulino, 2017). Apesar do avanço nas discussões acerca de estratégias para repensar a agricultura brasileira, com ênfase nos pequenos agricultores, houve, no IV encontro da EBAA, um conflito interno a ponto da Rede PTA sair da organização dos encontros. Essa ruptura ocorreu porque um grupo de congressistas não aceitou a participação dos agricultores nos encontros, esse grupo pretendia manter os encontros no nível mais acadêmico/científico (Paulino e Gomes, 2019). Isso é um reflexo de práticas sociais

²⁸ Foram realizados quatro EBAAs, na década de 1980. O I EBAA, em Curitiba (1981). O II EBAA, em Petrópolis (1984); o III EBAA, em Cuiabá (1987) e o IV EBAA, em Porto Alegre (1989) (Luzzi, 2007).

embasadas na disputa de poder presente no espaço acadêmico que enfraquece projetos políticos sociais em prol de formação humanística e de transformações sociais.

Os EBAA's terminam nos anos 1990, ao mesmo tempo, em que se vive também um período político desfavorável de recuo e perda de espaços dos movimentos sociais após a eleição de Fernando Collor de Mello. Nesse governo, houve pouca ênfase à agricultura alternativa, ficando mais restrita aos Grupos de Agricultura Ecológica de certas universidades (Luzzi, 2007), que ainda, conforme a autora, essas instituições difundiam a ideia de que o uso de agroquímicos era necessário para a produção de alimentos, caso contrário, a humanidade não teria o que comer. Este argumento, segundo Luzzi (2007), passa a ser quase aceito sem questionamento pela ampla maioria dos profissionais das ciências agrárias e até mesmo pelos agricultores.

As discussões acerca da Agroecologia tiveram forte participação da CPT, das CEBs, do MST, dos movimentos ecologistas em prol da criação de modelos alternativos para o desenvolvimento da agricultura (Luzzi, 2007, Paulino, 2017). Os eventos sobre Agroecologia acontecem, no Brasil, em uma perspectiva de mudança social e contraposição a um modelo opressor de produção, podemos entender que a consolidação da Agroecologia foi um processo revolucionário e transformador contra as amarras das estruturas sociais, de uma ordem do discurso destinada à reprodução e à manutenção do poder.

Assim, essa prática discursiva do paradigma agroecológico ao mesmo tempo em que denuncia a hegemonia de uma instituição, pretende firmar uma nova ordem do discurso e hegemonia para se consolidar enquanto projeto político de transformação e prática social. Nas palavras de Paulino (2017, p. 96), “a agroecologia é uma ciência vanguardista que se pretende dominante enquanto o único paradigma no quesito de desenvolvimento rural”. Nesse sentido, o discurso de mudança surge de cruzamento de fronteiras, contradições e lutas estruturais no âmbito institucional e societário (Fairclough [1992], 2016).

Essas lutas serão inovadoras e contribuirão para a mudança quando os agentes sociais, como argumenta Fairclough ([1992], 2016, p. 134):

combinam convenções discursivas, códigos e elementos de maneira nova em eventos discursivos inovadores estão, sem dúvida, produzindo cumulativamente mudanças estruturais nas ordens de discurso: estão desarticulando ordens de discurso existentes e rearticulando novas ordens de discurso, novas hegemonias discursivas.

As lutas e as resistências reivindicatórias além de romper com estruturas sociais dominantes, criando nova ordem do discurso, consistem também em construção de cidadania, visto que os agentes sociais passam a ser protagonistas de sua história (Giddens, 1991), atores das transformações políticas de novas leis para a classe subalterna. Os eventos discursivos que

preanunciaram a consolidação da Agroecologia alargaram perspectivas de nova ordem do discurso, alterando a relação de poder hegemônico do campo do Agronegócio. Proporcionaram visibilidade ao campesinato que, conforme o discurso da agricultura moderna, era uma classe incapaz de produzir nos moldes das novas tecnologias de produção.

O engajamento de diferentes atores deu ao debate agroecológico maior fortalecimento a partir da década de 1990, com o crescimento do número de ONGs e de consolidação de experiências nessa temática. As discussões ganharam forças a partir do I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), realizado em 2002, espaço de onde surgiu a ANA (Articulação Nacional de Agroecologia). O objetivo desse encontro era afirmar a Agroecologia como modelo alternativo ao modelo agroquímico dominante, articular as iniciativas do campo da Agroecologia que se encontravam espalhadas por todo o Brasil. O intuito era ampliar sua ação e expressão política, difundir as experiências agroecológicas, estimular a articulação e cooperação entre setores, bem como formular propostas de políticas públicas que favorecessem a Agroecologia e submetê-las aos atuais candidatos da Presidência da República (Boletim ENA, 2002).

Nesse evento, um fator importante foi colocar no centro das discussões o agricultor familiar e suas experiências concretas advindas da Agroecologia, suas ações foram fundamentais para consolidar, posteriormente, a implementação das políticas públicas para a Agroecologia. O compartilhamento das experiências agroecológicas exitosas vivenciadas no país sem apoio nenhum de políticas públicas mostravam que os resultados provenientes da agricultura familiar eram positivos e se constituíam como enfrentamento à ideologia do modelo predador da agricultura moderna conservadora (ENA, 2003).

O ENA foi, de certa forma, a vanguarda em preanunciar as ações iniciais da agricultura familiar de base agroecológica no contexto histórico de resistência. O evento reuniu 1.120 pessoas, sendo 70% agricultoras/es, além de pesquisadoras/es, estudantes, técnicas/os de organizações e 171 entidades da sociedade civil que desenvolviam trabalhos no meio rural brasileiro e representantes de vários movimentos sociais, entre eles: a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), ONGs e organização vinculada à Igreja Católica – CPT). Esta estrutura foi a base para criação da ANA²⁹, trazendo a noção de “unidade

²⁹ A articulação se identifica como espaço de integração de experiências para promoção da agroecologia e do desenvolvimento rural: ...espaço de articulação e convergência entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil brasileira [...] (ANA, 2015).

na diversidade” (Bensadon, 2016, p. 69). Essa assertiva nos leva a compreender que a ANA é uma organização complexa, uma vez que é constituída no intento de promover a unidade na polarização, essa unidade, nos termos de Edgar Morin (2008), é denominada de *unitas multiplex*, isto é, uma unidade complexa que associa em si, por um lado, a ideia de unidade, e, por outro, a ideia de diversidade ou multiplicidade.

A ANA se configurou, conforme Bensadon (2019), como uma rede social, ao mobilizar relações, recursos e significados, buscando a “interconexão entre diferentes mundos e formas de conhecimento, transcendendo domínios institucionais específicos e interligando uma grande diversidade de arenas” (Schmitt, 2011, p. 92). A ANA se distribui em três frentes, respectivamente: articulação e troca das experiências locais/territoriais realizadas por organizações que fazem parte da ANA; incentivo à reflexão na incidência de políticas públicas, identificando desafios para o desenvolvimento da Agroecologia, elaboração de propostas para criação e aprimoramento das políticas públicas; estabelecer comunicação com a sociedade, dando visibilidade à realidade da agricultura familiar e da Agroecologia (ANA, 2015).

A importância da Agroecologia se intensificou, a ponto de nos anos 2000, a Via Campesina adotar a Agroecologia como um pilar fundamental para a proposta alimentar, e para a produção e segurança alimentar³⁰ e de reforma agrária integral impulsionando os mais diversos movimentos agroecológicos em países da América Latina, Ásia e África (Reinach e Fabrin, 2020). Esse paradigma configura-se como alternativa para minimizar os malefícios da agricultura industrial, modelo dominante de produção de grande escala que não consegue solucionar o problema da fome no Brasil, ainda que sejamos um dos maiores produtores de grãos, fibras e outras matérias primas (Caporal, 2009). Isso porque cada vez mais, os sistemas agroalimentares são dominados por um número menor e mais poderoso de grandes empresas transnacionais, para as quais os alimentos são, nada mais e nada menos, que mais uma oportunidade de negócio, de geração de lucro e acumulação de riquezas.

A perspectiva crítica da inacessibilidade de alimentos de qualidade proporcionada pelo modelo capitalista agropecuária emerge a dimensão tecnológica da revolução agroecológica, posicionando-se contrária às abordagens da Revolução Verde (Altieri e Toledo, 2011). Posto isso, a Agroecologia não pode simplesmente ser caracterizada como um modelo de agricultura ou enquanto um conjunto de práticas agrícolas sustentáveis, deve, no entanto, ser compreendida

³⁰ Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o conceito de segurança alimentar significa assegurar o acesso aos alimentos para todos e a todo o momento, em quantidade e qualidade suficientes para garantir uma vida saudável e ativa (Caporal, 2009, p. 18).

como uma ciência e uma prática produtiva, ser reconhecida como um movimento social e político de enfrentamento de problemáticas sociais, econômicas e ambientais (Caporal e Costabeber, 2002).

Entendemos, a partir das palavras dos autores, a Agroecologia como enfoque científico norteador de princípios conceituais e metodológicos para o redesenho de agroecossistema, que tem como ponto de partida o saber local leva à prática social contribuindo para a promoção das transformações sociais de uma realidade afetada pelo modelo de desenvolvimento rural baseado na lógica da produção-industrial-capitalista do espaço ambiental (Lefébvre, 2003). Desse modo, a Agroecologia permite que os agentes sociais, engajados no processo de enfrentamento da heteronomia hierárquica e vertical do modelo capitalista da produção agropecuária, possam agir conjuntamente em prol de uma mudança socioespacial rural.

3.2.2 Agroecologia e sua dimensão conceitual

Diante desse processo sócio-histórico de mobilização e estruturação, o conceito de Agroecologia é comumente definido a partir do tripé ciência-prática-movimento (Wezel *et al.*, 2009). Outros autores como Gliessman e Van Der Ploeg também entendem Agroecologia a partir desse tripé. Na concepção de Gliessman (2018), apesar de cada um desses elementos ter o seu potencial crítico, eles são indissociáveis, pois é a integração entre eles que permitirá construir a estrutura para impulsionar e alcançar a transformação do sistema alimentar.

Para Van der Ploeg (2011, p. 47-48), o tripé ciência-prática e movimento constitui “uma unidade que produz sinergia: fortalece cada nível, assim como cada nível ajuda a fortalecer o todo. Esta unidade pressupõe evidentemente crítica, debate e contradições”. A Agroecologia como teoria, na concepção de Van Der Ploeg (2011, p. 47), tem uma dimensão crítica, mas para ela avançar como tal necessita das práticas agroecológicas dos movimentos sociais envolvendo diferentes atores.

Agroecologia é uma teoria crítica. Ela compõe uma crítica radical sobre as dimensões ecológica, agronômica, social e econômica relacionadas ao crescimento dos sistemas agrícolas industrializados no mundo e dos impactos dramáticos destes sistemas. [...] Agroecologia é uma prática. É a prática daqueles que estão aplicando [...] Agroecologia é um movimento social [...] não somente daqueles que estão diretamente envolvidos nas práticas e/ou nas teorias sobre agroecologia; ela deve envolver diversos atores, isto é, todos os interessados em um alimento bom e seguro, em um ambiente limpo, na justiça social e em relações bem equilibradas entre cidade e campo.

Além desse tripé, a Agroecologia também se constitui como diretriz de “política governamental, de modalidade de educação formal, nova profissão e, para alguns, como modo de vida, ideologia e utopia” (Norder *et al.*, 2015). Discorreremos, a seguir, acerca da compreensão de Agroecologia, a partir da multiplicidade conceitual, na perspectiva de entender no nosso *corpus* de análise como esses conceitos se reverberam nos discursos dos atores sociais da pesquisa.

A base conceitual da Agroecologia parte de diversas acepções, não há um único e determinado conceito, é um paradigma que provém de diferentes bases epistemológicas, com diferentes vieses conceituais. Assim, não é fácil conceituá-lo, aqui, vale destacar as palavras de Deleuze e Guatari (1992, p. 21), ao afirmarem que “não há conceito simples. Todo conceito tem componentes, e se define por eles. Tem, portanto, uma cifra. É uma multiplicidade...”. E acrescentam: “...cada conceito opera um novo corte, assume novos contornos...”. Partindo desse apontamento, compreendemos que, para além de conceituar esse paradigma, é preciso se ater à sua operacionalização em contextos específicos.

Nessa direção, Caporal e Costabeber (2004) apontam que há certa confusão e equívocos gnosiológicos em relação à definição do termo Agroecologia. Os autores argumentam que Agroecologia não deve ser definida a partir de assertivas do tipo: “existe mercado para a Agroecologia”; “a Agroecologia produz tanto quanto a agricultura convencional”; “a Agroecologia é menos rentável que a agricultura convencional”. Esses conceitos são intencionalmente positivos, no entanto, não são coerentes se tomarmos Agroecologia em uma perspectiva científica para a operacionalização e reparação de problemas históricos e socioambientais (Caporal e Costabeber, 2004). Nas palavras de Jacob (2016), a constituição do conceito de Agroecologia não isenta de conflitos de perspectivas e abordagens, visto que ela tem se delineado a partir de um processo de saberes plurais.

Nessa perspectiva, Santos (2010, p. 157) entende que a Agroecologia se alinha à ecologia de saberes, uma vez que “[...] procura dar consistência ao saber propositivo. Trata-se de uma ecologia porque assenta no reconhecimento da pluralidade de saberes heterogêneos, da autonomia de cada um deles e da articulação sistêmica”. Desse modo, a Agroecologia híbrida diversos saberes, reconhece a autonomia de cada um que é ao mesmo tempo singular e plural, quando se pensa na integração desses saberes no desenvolvimento e nas dimensões do ecossistema, em que os seres são naturalmente indissociáveis.

3.3 Agroecologia: uma ciência situada no campo da complexidade associada a diferentes saberes

Conforme Caporal e Costabeber (2004), a Agroecologia é entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas mais sustentáveis, é uma ciência para o futuro sustentável. Esse paradigma propõe recursos para a superação de um modelo agroquímico e de monoculturas, que já se mostrou excludente e socioambientalmente inadequado (Caporal, 2009). Nessa esteira discursiva, (Caporal *et al.*, 2011, p. 50-51) defendem que a Agroecologia é um enfoque científico que, diferente das formas categorizadas de ver e estudar a realidade fundamentadas nos paradigmas cartesianos, busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, possibilitando a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento da agricultura.

A Agroecologia proporciona novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis, a partir de uma abordagem transdisciplinar, holística. Entendemos que esses marcos conceituais, metodológicos e estratégicos proporcionam meios não apenas para orientar o redesenho e manejo de agroecossistemas³¹ mais sustentáveis, mas também processos de desenvolvimento rural mais humanizados (Caporal, 2009). Em outros termos, Caporal (2009) argumenta que o paradigma da Agroecologia vem se fortalecendo através das redes de relações que formam tanto na sociedade civil como nos meios acadêmicos e técnico-científicos e cujos membros compartilham elementos epistemológicos que são chave na ciência agroecológica.

Nesses moldes, a inovação e a aplicabilidade de estratégias metodológicas partem da integração de diferentes saberes, de um processo dialógico entre profissionais, agricultores e sociedade civil destinado à construção de novos conhecimentos, considerando os ecossistemas como sistema produtivo, priorizando a conservação dos recursos naturais, fazendo uso de técnicas socialmente justas, culturalmente sensíveis e economicamente viáveis (Altieri, 2009).

A Agroecologia, na concepção de autores clássicos que tratam do tema, entre eles: Altieri (1989), Guzmán (2000) e Gliessman (2000), é compreendida como uma disciplina científica

³¹ Agroecossistema é a unidade de desenvolvimento das práticas agroecológicas (Altieri e Gliessman, 1989).

que transcende os limites da ciência por incorporar questões não tratadas pela ciência clássica. Como enfoque científico, a Agroecologia é inovadora, visto que alerta para a necessidade urgente de reverter o modelo de agricultura hegemônica, como resposta a essa oposição propõe unir duas fontes de conhecimento: o acadêmico e o popular, sendo este último “o ponto de largada e não o ponto de chegada” de um processo e transição agroecológica³².

No entendimento de Leff (2002, p. 42), o conceito de Agroecologia parte de um conjunto de conhecimentos sistematizados, baseados em técnicas e saberes dos povos originários e camponeses “[...] que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura”. Trata-se, então, de um campo científico e inovador que aborda temáticas sociais negligenciadas até então, principalmente, referente à complexidade do campo rural.

Na concepção de Caporal (2009), a Agroecologia constitui-se em um campo do conhecimento científico, de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica que pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas múltiplas inter-relações e mútua influência. A Agroecologia, nessa perspectiva, contém um potencial transformador na relação entre sociedade e natureza e nos valores éticos que fundamentam essa relação, luta por justiça ambiental e social, tem um papel questionador acerca da ciência tradicional que fragmenta os conhecimentos e ignora o saber popular. O termo Agroecologia é conceituado por Gliessman (2018, p. 599) como:

a integração de pesquisas, educação, ação e mudanças que propiciam sustentabilidade para todas as partes do sistema alimentar: ecológica, econômica e social [...]. Ela é participativa, pois requer envolvimento de todos os sujeitos, de agricultores até consumidores. Ela é orientada por ações, pois confronta estruturas econômicas e políticas do atual sistema alimentar através de estruturas sociais e ações políticas alternativas.

Essa definição, a partir de uma visão multidimensional, reitera que a Agroecologia é uma prática social que, além da ciência, da educação e da pesquisa, engloba a participação de uma rede de atores sociais. Nesse sentido, entendemos que a Agroecologia, como teoria crítica em uma perspectiva macro, tem possibilidade de romper com as amarras das propostas de um modelo predador de produção agroindustrial e das consequências por ele desencadeadas. O

³² É um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que, na agricultura, tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica. Por ser um processo social, depender da intervenção humana, a transição agroecológica implica também em uma mudança nas atitudes e valores dos atores sociais (Caporal, 2009).

discurso da ciência agroecológica está a favor da transformação social, da construção de um discurso contra-hegemônico às dominações de um sistema capitalista fundamentado na lógica da ciência moderna clássica eurocêntrica que, historicamente, tem reforçado a fragmentação do conhecimento, a dominação da natureza e o processo de colonialidade (Santos, 2018).

Agroecologia, enquanto ciência, tem um viés de intervenção inovador e transdisciplinar, busca articulação com diversas áreas do saber para potencializar a construção de conhecimento de estratégias favoráveis ao desenvolvimento sustentável (Caporal, 2009). O paradigma científico da Agroecologia é de natureza dialógica, integradora, tenta romper as barreiras de cada uma das áreas do conhecimento que a compõem e com o isolacionismo das ciências convencionais, diferentemente da lógica da ciência moderna clássica, cujas técnicas são tidas como únicas, absolutas. É com esse propósito que a Agroecologia surge nos espaços acadêmicos; no entanto, se as academias não mudarem os seus discursos centrados na racionalidade instrumental, característica comum do método científico, atingir apenas suas metas de produtividade, esses espaços permanecerão na visão cartesiana.

Tendo em vista que o paradigma hegemônico tanto produtivo quanto científico massacra epistemologicamente e, por vezes, materialmente os que se arvoram à diferença (Jacob, 2016, p. 27). Na racionalidade da ciência moderna, a agricultura foi desenvolvida por meio de seus valores, seus códigos de conduta e sua lógica produtiva (Leff, 2008). Nesses moldes, a ciência moderna desenvolveu o conceito de agricultura com ênfase na produção e na exploração dos recursos naturais como um sistema meramente mecânico a ser manipulado sem limites. Os sistemas produtivos foram sendo artificializados pelo discurso científico de que a produção agrícola pode ser entendida objetivamente, sem levar em consideração os sujeitos do campo e sua maneira de pensar, os sistemas sociais e o contexto do agroecossistema (Norgaard; Sikor, 1999, *apud* Silva, 2021).

Esse distanciamento da ciência moderna com os agentes sociais do campo impossibilitou, por décadas, a evolução das comunidades rurais, o conhecimento científico moderno pouco foi aplicado para fins humanitários. Em contrapartida a esses paradigmas científicos reducionistas, observamos que, na contemporaneidade, emergiram paradigmas mais flexíveis, mais holísticos como veremos no quadro 4. Referimo-nos a paradigma nos termos de Thomas Kuhn (2011, p. 219), para quem “[...] um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham”. São, portanto, padrões que guiam o fazer científico, cujos fundamentos são crenças, valores e técnicas construídos por grupos seletos, isso, no entanto, provoca em

alguns casos, questionamentos e resistência por outros atores sociais ao seguir determinado modelo como única fonte da verdade.

Na concepção de Kuhn (2011), o surgimento de novos paradigmas surge a partir de inconsistências e problemas não resolvidos por paradigmas anteriores que acabam gerando anomalias na sociedade. Eclode outro paradigma quando se percebe que os antigos paradigmas não atendem às emergências sociais e outros pensadores intelectuais descobrem que há diversas respostas possíveis para os problemas no contexto de uma dada realidade. Paradigmas científicos que não visualizam a complexidade do real dicotomizam natureza e sociedade, não provocam mobilização para amenizar as entropias causadas pela dominação da estrutura social. Os cânones epistemológicos tradicionais empoderam-se de discursos fundados em uma racionalidade econômico-instrumental.

Essas ciências, na visão crítica de Leff (2006, p. 17), “se transformaram em instrumentos de domínio de poder que se apropria da potência da natureza”, sendo utilizado “por alguns homens contra outros homens”. É um paradigma que não atende às perspectivas de um mundo sustentável, não preza pelas interações biológicas e sociais. Partindo dessa crítica, Leff (2006) propõe o paradigma da racionalidade ambiental, arraigado na ontologia da diferença cultural, capaz de contestar a racionalidade econômica tanto na ordem social, jurídica quanto no poder do Estado, visto que a racionalidade ambiental engloba todos esses aspectos a fim de superar os conflitos de interesse inseridos em uma lógica de degradação entrópica do ecossistema.

A racionalidade ambiental não impõe princípios, mas propõe uma ideia de convivência pacífica entre os povos e, sobretudo, uma ética de alteridade, isto é, projeta o princípio da não dominação, da não imposição de um princípio supremo sobre o outro (Leff, 2006). Nesse sentido, entendemos que para reverter a crise ambiental, desconstruir o capital exige reconhecimento dos limites da ciência, considerando outras categorias de pensamento de vida, é um processo de auto-organização de um devir de construção de um novo modo de ver o mundo. Em síntese, inferimos que a racionalidade ambiental se apoia nas categorias elencadas na figura abaixo:

Figura 4 - Principais categorias propostas pelo paradigma da racionalidade ambiental



Fonte: Elaborada pela autora.

A crítica de Leff (2006) parte da premissa de que as proposições do discurso desses paradigmas vigentes não abrangem a complexidade do campo social, tampouco propõe alternativas para enfrentar a crise socioambiental. Nesse sentido, ele defende o surgimento de paradigma epistemológico que conteste as práticas discursivas contraditórias dos paradigmas vigentes, que tome a palavra e faça crer uma linguagem própria e estratégica para valorizar a diversidade ecológica e cultural de diferentes povos e comunidades, ressignificando a função da natureza.

O significado das crises de paradigmas consiste exatamente no fato de que indicam que é chegada a ocasião para renovar os instrumentos para uma nova racionalização. Kunh (2000) argumenta que, quando os paradigmas mudam, usualmente há deslocamentos significantes nos critérios que determinam a legitimidade tanto dos problemas como das soluções propostas. Nessa esteira discursiva, Morin (1996) defende que é preciso um paradigma da complexidade, que, ao mesmo tempo, separe e associe, que conceba os níveis de emergência da realidade sem os reduzir às unidades elementares e às leis gerais. Os novos paradigmas que surgem em oposição a outros de base reducionista consideram dimensões sociais, contestam métodos científicos e propõem abordagem colaborativa, irrestrita na intervenção de problemas sociais, visando à transformação, reconhecem que não há preponderância de uma forma de conhecimento sobre outra.

O surgimento de novas concepções conceituais alarga a possibilidade de discursos com visões de mundo em uma perspectiva mais holística, ecológica e emancipadora. Sob esse nascedouro de conceitos holísticos, baseado na ontologia, Morin (2005, p. 16) argumenta “a espessura das evidências foi destruída, a tranquilidade das ignorâncias, as alternativas ordinárias perderam seu caráter absoluto [...] o que a autoridade ocultou, ignorou sai da sombra, o que parecia o pedestal do conhecimento se quebra”. Algumas dessas novas mudanças conceituais serviram como base epistemológica para a ciência agroecológica, por sua essência transdisciplinar e complexidade, em entender que o ser humano e a natureza são indissociáveis e trazem consigo conhecimentos além do que a ciência moderna impõe.

A tese de doutorado de Silva (2021, p. 187-191), baseada nas discussões de Gomes (1999), elenca alguns desses novos conceitos que ultrapassam o pensamento da ciência moderna e se aproxima de um debate mais dialógico com a ciência contemporânea em uma perspectiva de descolonizar a cultura eurocêntrica, de respeitar e valorizar os diversos saberes.

Quadro 4 - Concepções epistemológicas antirreducionista e mecanicista da ciência moderna

Paulo Freire e Orlando Fals Borda - Favorável à participação popular na produção e circulação do conhecimento Asseguram que os conhecimentos empíricos, práticos e de senso comum foram silenciados, ignorados e desprezados sob a ótica da ciência moderna. Freire defende uma ciência integradora, na qual o homem é partícipe da construção do conhecimento. As classes populares configuram sujeitos da história, da educação e da investigação, o saber do povo tem de ser ouvido, reconhecido e respeitado. Fals Borda defende uma ciência decolonial, popular, comprometida com a inserção da sabedoria popular na construção do conhecimento científico e na construção de uma sociedade emancipada, para superar o colonialismo epistemológico da ciência cartesiana (Silva, 2021).
Françoise D'Euabonne, Carolyn Merchant, Vandana Shiva e Maria Mies - Discurso ecofeminismo O discurso do ecofeminismo é abordado sob uma visão holística que reconhece as pessoas como partes integrantes da natureza. A relação entre ciência, mulher e natureza estaria entre as primeiras preocupações do movimento ecofeminista. Na concepção de Carolyn Merchant, a ciência moderna e os valores científicos estabelecidos excluíram as mulheres do meio científico, foram responsáveis por constituir uma visão de mundo que autoriza o domínio e a exploração da mulher e da natureza. As autoras Maria Mies e Vandana Shiva, segundo (Silva, 2021), realizam também uma interconexão entre a dominação da natureza e da mulher. Para essas autoras, ecofeminismo é um meio de luta na superação da dominação patriarcal nas relações entre os gêneros.
Edgar Morin - Epistemologia da complexidade Edgar Morin (1991) denomina essa epistemologia de “reforma do pensamento”, a ciência moderna se pauta em um pensamento reducionista e simplificador, fragmentado que separa o objeto de seu ambiente, separa o físico do biológico, separa o biológico do humano, fragmenta as disciplinas, reduz o complexo ao simples. Anulando, assim, o complexo, as diversidades e ocultando os conflitos.
Fritjof Capra e Francisco Garrido-Peña - Paradigma ecológico Esse paradigma, na concepção de Capra, pode ser chamado de uma visão de mundo holística, que concebe o mundo como um todo integrado e não como uma coleção de partes dissociadas. Garrido-Peña compreende esse paradigma como antitotalitário e essencialmente pluralista, não pretende substituir o paradigma moderno, mas "seu imperialismo epistemológico". Vê o diálogo como fonte de reconhecimento das diferenças (Silva, 2021).
Humberto Maturana e Francisco Varela e Enrique Leff - Epistemologia ambiental Essa abordagem busca uma nova base epistemológica para tratar, de maneira holística e interdisciplinar, os problemas ambientais em toda a sua complexidade social. Maturana e Varela sugerem um novo diálogo, destacando que a observação da realidade não pretende ser objetiva, mas permite ver toda a diversidade dos domínios da compreensão e do conhecimento.

Leff constrói uma crítica à racionalidade antinatureza da ciência moderna e da economia do mundo globalizado. Defende um processo de emancipação que implica a descolonização do saber submetido ao domínio do conhecimento globalizante e único, para fertilizar saberes locais.

Richard Norgaard - Epistemologia evolutiva e conhecimento tradicional
Norgaard entende a agricultura a partir de uma perspectiva holística e sistêmica na busca de entender as relações dos homens entre os homens, dos homens com a natureza e como a natureza se porta nessa relação com a sociedade. A epistemologia evolutiva parte da premissa de que os sistemas biológicos são moldados pela cultura humana. Propõe a articulação do conhecimento moderno e empírico, enquanto o acadêmico pode conceber múltiplas formas de conhecimento e suporte para sistemas de crenças, o pluralismo pode contribuir para a superação do mito do cientificismo (Silva, 2021).

Quijano, Escobar, Mignolo, González-Casanova, Sílvia rivera-cusicanqui, Lander, Santos, Acosta, Sílvia Rivera- Cusicanqui - **Epistemologias do Sul (epistemologia indígena, teorias descoloniais, bem-viver)**

Proposta epistemológica insurgente, resistente, alternativa contra um projeto de dominação capitalista, colonialista e patriarcal. Esses autores sugerem uma meta de criação de relações não hierárquicas entre saberes (científicos, leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, indígenas, entre muitos outros). Sílvia Rivera defende que o pensamento descolonial não pode ser entendido só como uma teoria ou um discurso despolitizado, mas como uma prática descolonizadora (Silva, 2021).

Boa Ventura de Souza Santos e Martínez- Miguélez - Paradigma Emergente
Sousa Santos acredita que esse novo paradigma, além de científico, deve ser também social, isto é, uma ciência enquanto forma de conhecimento e prática social. Um paradigma emergente, conforme o autor, precisa respeitar quatro aspectos: a) todo conhecimento científico-natural é científico-social; b) todo conhecimento é local, é total; c) todo conhecimento é autoconhecimento; d) todo conhecimento científico deve constituir-se em senso comum (Souza Santos, 2010, p. 50).

Martínez propõe uma ciência mais universal e integradora, interdisciplinar.

Antônio Bispo dos Santos - Epistemologia quilombola (biointeração e contra colonização)

Nego Bispo, assim popularmente conhecido, inserido no movimento contracolonial refuta o atual modelo desumano de desenvolvimento econômico ao qual o Brasil juntamente com os demais países da América Latina se revelou. Em oposição a esse modelo autodestrutivo, o autor fundamentado em um amplo conceito de colonização articula uma alternativa civilizatória. Propõe sua cosmopercepção ancorado na biointeração, modelo usual aos quilombolas, às religiões de matriz africana, à capoeira e aos povos tradicionais. Esse modelo parte do conhecimento fragmentado para o integrado, em uma perspectiva politeísta que vê o mundo e suas relações de uma forma integrada, que preza pelo compartilhamento, pelo pensamento plural, pelo ser e não pelo ter.

Elaborado e adaptado pela autora com base nos estudos de Silva (2021).

Essa diversidade de abordagens teóricas de base conceitual dialógica e contracolonial são epistemologias conciliáveis com a Agroecologia, enquanto ciência, justamente por apresentar um diferencial das demais ciências, isto é, por “adotar”, como orientação básica,

enfoques pedagógicos construtivistas e de comunicação horizontal. Visto que estratégias de desenvolvimento rural sustentável e estilos de agriculturas sustentáveis devem partir de uma problematização sobre o real e em cujo processo os atores envolvidos possam encontrar-se em condições de igualdade para o diálogo (Caporal *et al.*, 2011).

Para esses autores, a Agroecologia tem um caráter essencialmente integrador, propicia a integração dos atores sociais, prima pela participação colaborativa e equânime. Essas características, entre tantas outras contidas nesse paradigma, assemelham-se às proposições do quadro conceitual das epistemologias descoloniais. Ressaltamos que não temos pretensão de direcionar o discurso da ciência agroecológica a um ou outro desses pensamentos e conceitos epistemológicos abordados no quadro acima. A dimensão e a complexidade da Agroecologia não “permite” ser conduzida por um paradigma específico em oposição aos demais, o que seria uma incongruência com o que essa ciência inovadora defende - uma abordagem transdisciplinar - opondo-se à fragmentação dos conhecimentos.

Vale frisar que a Agroecologia requer a superação dos pressupostos da ciência moderna (Silva, 2021). Isso não significa excluir ou renegar a ciência moderna, mas ultrapassá-la, isto é, resgatar e integrar à ciência emergente ou à ciência nova. Cabe, aqui, citar Morin (2005, p. 47), ao elucidar que epistemologia não “é pontifical nem judiciária: ela é o lugar ao mesmo tempo da incerteza e da dialógica”. Podemos, assim, inferir que a epistemologia não está para punir, nem julgar o que é certo e errado, compete a ela, portanto, lançar um olhar inquiridor acerca dos diferentes fenômenos que constituem a realidade, compreender as incertezas e as adversidades, sem excluir e eliminar as diferenças.

Diante o exposto, entendemos que a operacionalização do paradigma da Agroecologia, como uma ciência e prática social, requer mudança nas propostas curriculares para romper as estratégias discursivas anteriores. Com base nesse questionamento, Paulino (2017) pontua que a linguagem de ruptura com o passado é ressignificada pelos agroecologistas, no âmbito da ciência agroecológica, ao se criticar a estratégia discursiva anterior, está se referindo à prática agrônoma convencional, dos pacotes tecnológicos, da antiga extensão rural, para que, posteriormente a essa desconstrução, possa-se estabelecer um novo fazer.

Para isso, é necessário o despontar de um novo perfil profissional para lidar com os principais protagonistas a que essa ciência se propõe atender – os agricultores familiares - é necessária uma postura não impositiva das Instituições de Ensino, que seja não linear, que compreenda o pensamento plural, do saber pelo ser e não pelo ter, como argumenta (Nego Bispo, 2020). Para esse autor, a academia diz que o saber das populações tradicionais e dos

camponeses é um saber popular, mas ela continua embasada no saber sintético³³, o saber do ter enquanto o saber das populações tradicionais é o saber do ser, de pensamento circular, não há limites, ao contrário do pensamento linear no qual a Academia ainda se fundamenta.

No campo da Agroecologia, o pensamento linear cede espaço para o pensar mais holístico, o que não quer dizer que não tenha contradições entre os acadêmicos. Conforme Norgaard e Sikor (2002, *apud* Caporal, 2009), os cientistas agroecólogos são mais “pluralistas”, buscam construir uma nova utopia de vida para as comunidades rurais, ao contrário dos agrônomos, técnicos e extensionistas convencionais que, na maioria das vezes, nas práticas extensionistas, não conferem legitimidade aos conhecimentos dos agricultores. Esse pensamento nos remete a Freire, na sua obra *Comunicação ou Extensão* (1983), na qual ele defende que uma capacitação técnica jamais pode estar dissociada das condições existenciais dos camponeses, de sua visão cultural, de suas crenças, deve, portanto, envolver o conhecimento de um sujeito a outro.

Nessa perspectiva, a Agroecologia vai ao encontro do pensamento de Santos (2009), nos termos de que o conhecimento não deve ser dicotômico, deve ultrapassar a linha abissal, uma vez que esta separa o conhecimento e classifica-o como legítimo e ilegítimo; elimina qualquer conhecimento que está do outro lado da linha, desse lado uma vasta dimensão de experiências são desperdiçadas invisíveis, relegadas a espaços de subalternidade. Para confrontar essa segregação, Santos (2009) propõe uma epistemologia designada “epistemologias do Sul”, um conjunto de intervenções epistemológicas que confronta a supressão de saberes, confronta a monocultura da ciência com uma ecologia de saberes³⁴, defendendo o reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos e interligados.

Sob essa ótica, Caporal (2009) elucida que a Agroecologia não oferece uma teoria sobre desenvolvimento rural, sobre metodologias participativas, bem como sobre métodos para a construção e validação do conhecimento técnico. Busca, entretanto, nos conhecimentos e experiências já acumuladas em investigação-ação participativa, um método de intervenção que contribua na promoção das transformações sociais necessárias para gerar padrões de produção e consumo mais sustentáveis. Sem dúvida, a participação efetiva na construção desse processo

³³ O pensamento sintético é um saber voltado para a produção de coisas, desconectado da vida. Já o pensamento movimentado pela oralidade é um pensamento orgânico. O saber do ser tem pouco valor no saber sintético, apesar de ser o criador do ter. As pessoas atuam sempre em função do ter (Bispo, 2020).

³⁴ Ecologia de saberes, equivale ao diálogo com os diferentes saberes, capacita-nos para uma visão mais abrangente daquilo que conhecemos, bem como do que desconhecemos, e também nos previne para aquilo que não sabemos, que é ignorância nossa, não ignorância em geral (Santos, 2009).

é extremamente necessária, pois, além de compartilhar os saberes, as famílias passam a construir laços de interação com a natureza ao invés de destruição (Pacheco e Santos, 2023).

Os conhecimentos empíricos são um elo importante, uma vez que os atores sociais dos territórios rurais são partícipes de forma direta ou indireta na elaboração de estratégias para a execução da Agroecologia, enquanto enfoque científico, que orienta para a prática social. Desse modo, compete às Universidades revisitarem suas práticas discursivas com vistas à equidade do diálogo e ao respeito às diversidades no campo rural. Assim, como argumentam Silva Neto e Basso (2010), uma mudança significativa na postura paradigmática dos detentores do conhecimento científico diante dos demais grupos sociais é necessária para que a complexidade dos processos de desenvolvimento sustentável seja considerada adequadamente. Processos esses que perpassam as orientações instrumentais sobre os sistemas de práticas de produção agrícola.

A formação científica, de base agroecológica, trata-se, como argumenta (Paulino, 2017) e com quem corroboramos, de formar atores sociais para mobilizar humanos e não-humanos através de uma cruzada política, em uma luta entre grupos e movimentos através da ressignificação do mundo a partir do desenvolvimento sustentável. Entendemos que, como disciplina, ou como ciência, a Agroecologia tem uma interação direta com as comunidades rurais, pois é nelas e com elas, por meio das práticas e experiências desenvolvidas no cotidiano dos agricultores, do seu etnoconhecimento que a ciência se materializa. Esse tipo de conhecimento, na concepção da Agroecologia, é princípio fundante para a construção dos saberes necessários à transformação da racionalidade ambiental no atual contexto, em vistas à urgência de novos padrões de produção agrícola, consumo e preservação ambiental.

O respeito a esse conhecimento pode contribuir para a redução das desigualdades sociais provenientes da influência antrópica de exploração da natureza sem limites, que ignora a diversidade biológica e a regeneração do meio ambiente. Compete a essa nova ciência, portanto, reorientar os produtores rurais e/ou agricultores familiares a fazer e a viver a agricultura a partir de um discurso crítico a um modelo capitalista, hegemônico e colonial de produção agrícola, na tentativa de superar os entraves atuais do discurso da agricultura moderna dominante. Na concepção de Altieri (2004), o foco da Agroecologia é nos agricultores com poucos recursos, naqueles que têm o menor acesso aos insumos tecnológicos e poucas relações com o mercado. A Agroecologia vê esses agricultores como o ponto de partida para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável.

Esses atores sociais são a pedra angular para os enfoques científicos que contestam o capitalismo desenfreado, defendem e trabalham em prol da diversidade, da integração, valorização da participação comunitária e transformação social. Visto que são os anseios, as necessidades desses agentes e as características territoriais, nas quais estão inseridos, que norteiam a elaboração das matrizes curriculares, de projetos de pesquisa e extensão e de políticas a eles destinadas. A ciência agroecológica incide no enfrentamento de questões sociais emergentes no campo da agricultura e das questões fundiárias, levando em consideração os atores sociais que há anos ficaram silenciados e ausentes de projetos de ensino, pesquisa e extensão voltados para as suas reais necessidades.

A Agroecologia, conforme Rosseti e Altieri (2018, p. 83), é “altamente intensiva no uso de conhecimento e baseia-se em técnicas que não podem vir de cima para baixo, mas devem ser desenvolvidas a partir da base utilizando os conhecimentos e a experiência do campesinato”. É indiscutível que a ciência é uma atividade prática de intervenção social, precisa da participação de diversos atores sociais na criação de estratégias prático-discursivas no intento de traçar metas intervencionistas para o melhoramento do bem viver das comunidades. Para isso, faz-se valorização dos diferentes saberes, a participação comunidade acadêmica/científica e comunidade rural - nos debates e nas práticas, sem imposição e sem indiferença sociocultural, do contrário, estar-se-á repetindo uma postura imperialista e manipuladora, sem abertura para a construção de meios viáveis para o desenvolvimento sustentável.

Esse último termo é conceito imprescindível para a construção e a efetividade do conhecimento agroecológico, uma vez que a Agroecologia é comumente considerada como a promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura (Altieri, 2004). Discutimos, na próxima seção, como surgiu o termo sustentabilidade e se expandiu nas sociedades.

3.3.1 O discurso da sustentabilidade na perspectiva do paradigma da Agroecologia

O termo desenvolvimento sustentável se refere a um processo evolutivo, perene com vistas não só ao tempo presente. Esse conceito surgiu, primeiramente, durante a Comissão de Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento presidida por Brundtland³⁵, na década de

³⁵ Gro Brundtland foi a primeira mulher a chefiar o governo da Noruega, exercendo o cargo de primeira-ministra em três ocasiões, a primeira delas em 1981. Médica, política e diplomata, também foi ministra de Assuntos Ambientais do país europeu.

1980. O termo surge no relatório *Our Common Future (Nosso futuro Comum)*, quando Brundtland apresentou o seguinte conceito: “Sustentabilidade é a forma como as atuais gerações satisfazem as suas necessidades sem, no entanto, comprometer a capacidade de gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (Brundtland 1991, p. 46). O relatório argumenta ainda que “as necessidades e as aspirações humanas são o principal objetivo do desenvolvimento sustentável” (Brundtland, 1991), e conclui que em num mundo em que a pobreza e a injustiça são endêmicas, poderão emergir crises ecológicas e de outros tipos. Para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham atendidas as suas necessidades básicas.

O texto final do relatório argumenta linguisticamente qual o fundamento da sustentabilidade, sem dar muitos detalhes de como esse discurso se materializa na prática social, são apenas palavras propostas por meio de um argumento. Desse modo, é fundamental analisar de que maneira as palavras contribuem para a concretização dos fatos sociais, uma vez que a linguagem e as representações possuem uma eficácia na construção da realidade. Nesse sentido, Bourdieu (1989, p. 81) elucida que a palavra por si só não tem poder, as palavras revelam o poder nos processos sociais, assim “A questão ingênua do poder das palavras está logicamente implicada na supressão inicial da questão acerca dos usos da linguagem e, por conseguinte, das condições sociais de utilização das palavras”.

O poder da palavra é designado a um determinado grupo, representantes de classes que serão os interlocutores dessa palavra, que age em prol dos atores da classe na qual ele está inserido, sendo que a eficácia simbólica das palavras acontece quando há reconhecimento dessa interlocução (Sauer, 2008, p.36). Nesses termos, o conceito só se tornará uma prática social efetiva se a sociedade civil e a representação política deem legitimidade praticando ações condizentes com as proposições de sustentabilidade no sentido amplo.

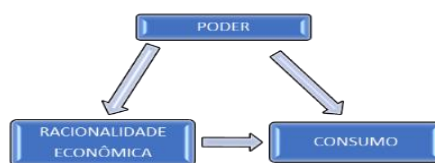
O discurso sobre sustentabilidade partiu da premissa do bem-viver, de elevar a condição de vida das classes minorizadas e garantir que as futuras gerações gozem dos benefícios da natureza integralmente como princípio básico da sobrevivência humana. Ultimamente, o discurso acerca desse termo vem sendo difundido de forma indiscriminada e acrítica, afastando-se cada vez mais do conceito e das propostas iniciais do desenvolvimento sustentável. Esse termo tem diversos conceitos, provenientes tanto das ciências naturais, como das ciências sociais (Jacob, 2016), entre eles, podemos citar: a governança corporativa, produção mais limpa, a filantropia empresarial, a energia verde. Essas múltiplas definições e interpretações do termo

podem fortalecê-lo politicamente, mas, por outro lado, enfraquecer do seu conteúdo científico (Jacob, 2016).

Há, no entanto, nessa proposição, um jogo de interesse, de disputas teórico-políticas (Jacob, 2016), bem como das responsabilidades dos atores sociais que poderiam conduzir o desenvolvimento sustentável. Há de convir que muitos projetos em prol da sustentabilidade como os de energia eólica *offshore*, energia solar térmica, a utilização dos biocombustíveis, créditos de carbono são iniciativas menos agressivos à natureza. Por outro lado, como argumenta Leff (2022), são projetos que têm pretensão econômica, esses processos ecológicos de sustentabilidade estão sendo capitalizados, não descontrolam o discurso do capitalismo. Nesse sentido, Silva *et al.*, (2014) argumentam que não passa de “um simples atributo retórico ou linguístico para dissimular a defesa de interesses particulares, não guardam relação com a noção de sustentabilidade proposta na Biologia, dificultam discussões que atribuam a esse conceito significados mais profundos”.

Transitar para a sustentabilidade exige como defende Leff (2022), mudança comportamental, ética, ressignificando as formas de compreender e interagir com o meio ambiente, a partir de suas ideias, de seus *habitus* e das formas de viver. Para que a sustentabilidade seja efetiva, é necessária uma visão das necessidades e do bem-estar humano, que incorpore variáveis não só questão econômica, mas também social, uma vez que o desenvolvimento social e o econômico devem apoiar-se mutuamente (Brundtland, 1991). É preciso levar em consideração aspectos como saúde, educação, saneamento, entre outros elementos essenciais à vida humana. A Sustentabilidade centralizada no domínio do poder econômico não passará de mero discurso de publicidade, sem efeitos socioambientais e políticos. O discurso que trata a sustentabilidade ainda é norteado pela tríade:

Figura 5 – Tríade norteadora da sustentabilidade centralizada no domínio do poder



Fonte: Elaborada pela autora.

Desse modo, enquanto o poder permanecer no topo das decisões políticas e econômicas como fator determinante e o consumo permanecer como fio condutor do uso desmedido dos

recursos da biosfera baseado no discurso da racionalidade econômica e não na racionalidade ambiental, a sustentabilidade não passará de discursos estratégicos para fins específicos. Não se pode definir sustentabilidade visando apenas a interesses particulares, sem uma visão macro para os problemas ambientais que são advindos das ações antrópicas.

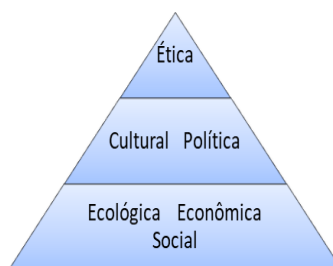
Nesse sentido, o paradigma da Agroecologia propõe uma nova consciência social, respeito das relações homem *versus* natureza para a promoção da sustentabilidade. A sustentabilidade deve encarar o desafio da construção social, a partir de uma ética da outridade (alteridade) e do diálogo de saberes (Boff, 2010). Apoiados em Boff e nas premissas da ciência agroecológica, podemos argumentar que a sustentabilidade é um processo que implica capacidade evolutiva de a sociedade entender as diferenças como ponto importante para construir relações de respeito a todos os seres integradores do ecossistema, pois quanto menos individualismo, menos conflitos ambientais. Nessa perspectiva, Rihani (2002) destaca a importância dos processos de aprendizado coletivo como um dos elementos centrais para o entendimento do desenvolvimento sustentável, como um processo evolutivo, aberto, sem fim e sem atalhos.

Assim, a atitude e o comportamento humano são responsáveis ou não pela sustentabilidade, pelo bem viver, uma vez que a sustentabilidade aborda a questão do cuidado, respeito, manutenção do meio ambiente em um sentido amplo. O conceito de sustentabilidade é instigante, complexo e desafiador, nas palavras de Loureiro (2012, p. 57), este termo “faz-nos pensar sobre múltiplas dimensões e suas relações [...], mas também pensar em um desenvolvimento duradouro e atribuir responsabilidade pela vida das pessoas no futuro a partir do que o cidadão realiza no presente”. O contexto em que o ser humano está inserido, de certa forma, é influenciado pelo imediatismo do capitalismo que tenta controlar as decisões políticas nacionais, impedindo a efetividade de ações pertinentes à preservação, equilíbrio e cuidado com a “casa comum”, o direito e dever previstos na Constituição Federal, conforme o Art. 225 – “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado [...] à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

A sustentabilidade perpassa a ideia de cuidado com o espaço físico, engloba outras dimensões, como apontadas por Caporal e Costabeber (2002). A sustentabilidade só poderá ser alcançada no contexto de uma organização social se houver a interação harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o ambiente (Altieri, 1989). A Agroecologia traz consigo

abordagens teóricas e metodológicas que consideram de forma holística seis dimensões da sustentabilidade (Caporal e Costabeber, 2002). Conforme ilustrado abaixo:

Figura 6 – Multidimensões da Agroecologia.



Fonte: Caporal e Costabeber 2002. Adaptada pela autora.

Essas dimensões estão relacionadas entre si, não há uma hierarquização entre essas dimensões, entrecruzam-se, influem uma à outra na busca constante da sustentabilidade. No quadro abaixo, embasados em Caporal, faremos uma síntese de cada uma dessas dimensões.

Quadro 5 – Síntese das dimensões da Agroecologia

Ecológica	Esta dimensão constitui o alicerce para alcançar a sustentabilidade, está diretamente relacionada com o processo de produção e da interação do homem com a natureza. Nas palavras de Caporal e Costabeber (2002, p. 76), esta dimensão consiste na “manutenção e recuperação da base de recursos naturais – na qual se sustentam e estruturam a vida e a reprodução das comunidades humanas e demais seres vivos”. Portanto, “cuidar da casa” é uma premissa essencial para ações sustentáveis...” (Caporal e Costabeber, 2002, p. 76).
Social	Esta dimensão “representa precisamente um dos pilares básicos da sustentabilidade, uma vez que a preservação ambiental e a conservação dos recursos naturais somente adquirem significado e relevância quando o produto gerado nos agroecossistemas, em bases renováveis, também possa ser equitativamente apropriado e usufruído pelos diversos segmentos da sociedade” (Caporal e Costabeber, 2002, p. 77). Desse modo, entendemos que as estratégias político-discursivas sobre sustentabilidade só fazem sentido se houver um tratamento equânime às populações em toda a sua totalidade, proporcionando uma crescente e equilibrada qualidade de vida, principalmente, às comunidades rurais.
Econômica	Está associada ao levantamento entre ganhos e perdas econômicas no processo produtivo, como também está relacionada às estratégias que os agricultores encontram para se inserir no mercado, seja local, regional ou global para escoar seus produtos. Caporal e Costabeber (2002) apontam que os resultados econômicos obtidos pelos agricultores é um dos elementos-chave para fortalecer estratégias de desenvolvimento rural sustentável. Não se trata de buscar apenas aumentos de produção e produtividade de cultivos e criações a qualquer custo, pois eles podem ocasionar reduções de renda e dependências crescentes em relação a fatores externos, além de danos ambientais que podem resultar em perdas econômicas no curto ou médio prazos. Para os autores, bons resultados econômicos, para serem satisfatórios e benéficos, devem ser almejados juntamente com equidade social, estilos sustentáveis de produção agrícola.
	Consiste nos processos participativos e democráticos desenvolvidos no contexto da produção agrícola e do desenvolvimento rural, com as redes de organização social e de representações dos diversos segmentos da população rural.

Política	Esta dimensão se refere “aos métodos e estratégias participativas capazes de assegurar o resgate da autoestima e o pleno exercício da cidadania. Os aspectos que podem auxiliar nos indicadores de sustentabilidade referentes à dimensão política são: a) presença de formas associativas e de ação coletiva; b) ambiente de relações sociais adequado à participação; c) existência de espaços próprios à construção coletiva de alternativas de desenvolvimento; d) marco institucional favorável à intervenção e participação dos atores sociais locais; e) existência de representação local em defesa de seus interesses no âmbito da sociedade maior.” Caporal e Costabeber (2004, p. 115). Consiste, portanto, na participação dos agricultores em debates, conselhos, entre outros eventos, a fim de que eles possam intervir, representar seu território e lutar acerca de políticas públicas.
Cultural	Parte da premissa de que as intervenções tecnológicas e científicas sejam respeitosas com a cultura local. Para Caporal e Costabeber (2002, p. 78), “Os saberes, os conhecimentos e os valores locais das populações rurais precisam ser analisados, compreendidos e utilizados como ponto de partida nos processos de desenvolvimento rural que, por sua vez, devem espelhar a “identidade cultural” das pessoas que vivem e trabalham em um dado agroecossistema.” Os autores pontuam que a agricultura carece ser vista como uma prática econômica e sociocultural - uma prática social desenvolvida por agentes que se caracterizam por uma forma particular de relacionar-se com a natureza. Mas as práticas culturais agricultáveis obsoletas que são prejudiciais ao meio ambiente ou técnicas que não se mostrem adequadas nos processos de construção de novas estratégias na relação homem-natureza devem problematizadas e não estimuladas.
Ética	Refere-se ao modo como o ser humano estabelece relação com o outro e como a sua ação interfere no meio ambiente e pode afetar de forma positiva ou negativa os outros. Na dimensão ética, “os outros” incluem necessariamente, “as futuras gerações humanas, significa que a ética ambiental tem que haver uma solidariedade inter e intrageracional [...]. Assim, a dimensão ética, nas nossas relações com outros seres e coisas, exige a concretização do cuidado (com o planeta, com o próprio nicho ecológico, com a sociedade, com o outro)” (Caporal e Azevedo, 2009, p. 48-50).

Fonte: Caporal e Costabeber (2002, 2004). Elaborado pela autora.

O conceito de sustentabilidade inclui, portanto, a noção de preservação e conservação da base dos recursos naturais como condição essencial para a continuidade dos processos de reprodução socioeconômica e cultural da sociedade, em particular, uma perspectiva que considere tanto as atuais como as futuras gerações. Podemos afirmar, a partir do que foi discutido, nesta seção, que a sustentabilidade é muito mais do que o discurso sobre economia verde, sobre fontes renováveis de energia, entre outros fatores de interesse do capitalismo para fazer da matéria-prima sua fonte de renda.

Neste capítulo, foi possível entender que a Agroecologia nos coloca frente à possibilidade de reorientar os processos de uso e manejo dos recursos naturais, ampliando a inclusão social, reduzindo os danos ambientais, fortalecendo a segurança alimentar e nutricional a partir da oferta de alimentos saudáveis e de qualidade para todos os brasileiros (Caporal, 2009). A Agroecologia não se restringe aos aspectos da produção, mas tem uma abrangência que envolve as relações sociais, mesclando ciência, conhecimento popular, preservação ambiental e inclusão social.

No próximo capítulo, discorreremos acerca da Agroecologia na perspectiva de movimento, prática social e das políticas públicas que asseguram a Agroecologia para que as práticas de base agroecológica sejam concretizadas. Abordamos, também, nesse capítulo, a inserção da Agroecologia nas Universidades Superiores de Ensino com ênfase no IFPE-*Campus Barreiros*.

CAPÍTULO 4

AGROECOLOGIA: MOVIMENTO SOCIAL E PRÁTICA; POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGROECOLOGIA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL SUPERIOR EM AGROECOLOGIA

Neste capítulo, discorreremos sobre a concepção de Agroecologia, na perspectiva de movimento social e prática, atentando-nos para o fato de que a Agroecologia, para alguns estudiosos da área, é conceituada, prioritariamente, como um paradigma científico, crítico e inovador em prol da sustentabilidade, da soberania alimentar e do desenvolvimento social. Na primeira seção deste capítulo, fizemos um recorte sobre as mobilizações de coletivos e movimentos populares que introduziram a Agroecologia como movimento agroecológico.

Discorreremos, também, acerca de concepções de autores que, além de reconhecer que a Agroecologia é uma ciência contestadora do modelo de produção agroalimentar intensivo-capitalista, classificam-na também como movimento e prática, por entender a importância da organização e mobilização dos movimentos sociais e sua incidência em todo o processo de construção das políticas públicas e das ações no campo da Agroecologia. Na segunda seção, fizemos um levantamento acerca da implementação das políticas nacionais que institucionalizaram a Agroecologia, no Brasil, as suas diretrizes, bases conceituais e desafios na aplicabilidade dessas políticas. Na terceira e última seção, abordamos a inserção da ciência agroecológica na Academia, com ênfase no CST em Agroecologia no âmbito do IFPE-Campus Barreiros. Analisamos como o curso foi implementado e quais as suas proposições para esse território.

4.1 Agroecologia na perspectiva de movimento social e prática

“Se você quer saber os problemas que uma sociedade tem, olhe para seus movimentos sociais” (Gohn, 2015)

No cenário brasileiro, a expressão movimento social tem sido muito reportada, não só pelo sentido etimológico do termo, mas pela diversidade de demandas pautadas pelos movimentos sociais, principalmente, nos últimos anos, diante das atrocidades no âmbito político-social. Etimologicamente, a palavra movimento apresenta uma pluralidade de sentido, entre elas: Série de atividades realizadas por organizações que possuem um mesmo objetivo; alteração no aspecto de alguém ou de alguma coisa; desencadeamento de ações que revelam

pressa; evolução do pensamento artístico, histórico, filosófico etc.; deslocamento dos corpos celestes; tudo o que contribui para que o mundo esteja em constante modificação.

É notável que a definição linguística do verbete movimento abrange diversas áreas: social, filosófica, física, entre outras. Isso significa que abordar o tema movimento social requer da sociedade a compreensão de que os ideais dos movimentos partem de uma agenda propositiva em busca de soluções viáveis para determinado grupo que está à margem da sociedade, mas que não está isento de divergências e conflitos tanto no campo interno, quanto externo.

Parafraseando Gohn (2015), os movimentos sociais são o coração da sociedade, diríamos que é a lamparina que acende a chama da denúncia de injustiças sociais. Após este preâmbulo, focaremos nos termos movimentos sociais e práticas a partir da temática da Agroecologia. No Brasil, a disseminação do termo Agroecologia progride com a participação dos movimentos sociais, ONGs, estudantes, ecologistas, agrônomos, dentre outros. A gênese desses movimentos fundamenta-se em uma nova ordem do discurso, no enfrentamento à crise socioambiental gestado pelos efeitos deletérios do Agronegócio e da ausência de políticas públicas aos pequenos agricultores.

Tomamos o conceito de movimentos sociais fundamentados em Gohn (2011, p. 335), “como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”. No capítulo anterior, tratamos a Agroecologia enquanto paradigma científico transdisciplinar, nesta seção, discutiremos Agroecologia não só como prática social agrícola, mas como um movimento social. Os movimentos sociais foram marco fundamental na luta por direitos ao acesso à terra e à fixação do homem no campo. No campo da Agroecologia, os movimentos sociais, liderados por diversos atores sociais e entidades, travaram uma luta na tentativa de legitimar a Agroecologia com a participação de cientistas, pesquisadores, estudantes, agricultores – como alternativa de um novo modelo de produção agrícola. O movimento agroecológico além de emergir como discurso emergente para denunciar um modelo predador e excludente da agricultura, surge também para pressionar o Estado a instituir políticas públicas para a Agroecologia.

O movimento agroecológico não surge instituído oficialmente, ele vem se constituindo ao longo do tempo, como afirma Faria (2017), tem intensificado suas ações conforme as demandas das populações rurais, levando em consideração a epistemologia dos agricultores(as) familiares, camponeses, indígenas, extrativistas, comunidades tradicionais e atores sociais que constituem a sua base. O movimento agroecológico surgiu a partir de ativistas sociais e pesquisadores que atuavam em diferentes locais do Brasil. Dentre estes podemos destacar:

Adilson Paschoal, da ESALQ; Ana Primavesi, da Universidade Federal de Santa Maria; Luís Carlos Pinheiro Machado, da UFRGS; e o engenheiro agrônomo José Lutezemberg, um dos primeiros ativistas do Brasil (Ehrels, 1996). Os principais agentes sociais e entidades que germinaram, estruturaram e expandiram, respectivamente, o movimento agroecológico no Brasil, conforme estudo realizado por Faria (2017), foram: a Academia, a igreja católica (MEB/CEBs); EBAA's (PTA); MSTTR, ANA, ABA.

A igreja católica tem um marco importante no apoio aos movimentos sociais, desde o movimento das ligas camponesas (conforme abordamos no capítulo II desta Tese) entre as décadas de 1950 e 1960. A igreja, por meio do MEB, CEBs, CPT, “escapava” aos controles repressivos do regime militar e promovia espaços de apoio e guarida para que as famílias camponesas refletissem sobre sua realidade e buscassem formas de sair da situação de opressão a que estavam submetidas (Monteiro e Londres, 2017). Na obra *Rincões transformadores*, Petersen e Almeida (2006) destacam a relevância das CEBs e a criação da CPT, em 1975, tornou sistemático o processo de mobilização junto ao campesinato em vários estados.

No final da década de 1970, segundo Frei Betto (1985), já se estimavam cerca de 80 mil CEBs. Existem diversas alternativas técnicas notáveis na Agroecologia que foram promovidas pelas CEBs, entre elas: o uso da adubação orgânica, de práticas de conservação dos solos, a valorização das plantas medicinais e os métodos naturais de controle de insetos e doenças (Monteiro e Londres, 2017). As CEBs valorizam, respeitam os conhecimentos dos camponeses, ao mesmo tempo em que orientam tanto no âmbito econômico como social, incentivam o camponês a otimizar o uso dos recursos locais para a construção de crescentes níveis de autonomia material e de conhecimentos nas comunidades rurais (Petersen e Almeida, 2006).

Assim, o que o movimento agroecológico desenvolve hoje nas comunidades é, de certa forma, continuidade das ações que iniciaram com esses movimentos populares. O outro espaço de disseminação do movimento agroecológico apresentado por Andrea Faria (2017) é a Universidade. Não iremos nos adentrar com afincos nesse universo, pois já abordamos esta questão na seção 2.1 no capítulo 3 desta Tese. De forma geral, as denúncias e a contestação ao modelo padrão tecnológico da agricultura moderna começaram a ganhar força como processos de lutas sociais, na Universidade, a partir de críticas tecidas por intelectuais e categorias profissionais no final da década de 1970 e durante a década de 1980. Esse campo social de discussão e mobilização foi constituído pela FAEAB, a FEAB e pelas ideias de pesquisadores (alguns já citados no capítulo III), que contestavam os pressupostos da Revolução Verde.

Esses grupos impulsionaram a potencialização de um novo quadro de lutas a partir da negação do pacote tecnológico modernizante e dos conflitos fundiários. O Projeto de Agricultura Alternativa (PTA/Rede FASE) procurava trabalhar com os movimentos sociais rurais, representantes de ONGs, disseminando os princípios da agricultura alternativa estimulando os agricultores a incorporarem propostas alternativas (Luzzi, 2007). Esses atores sociais criaram os EBAAS para articulação e discussão. Os encontros tiveram a participação de diferentes atores e que, por tensões político-sociais internas, os EBAAs não tiveram vida longa, pois, com incorporação de uma diversidade de atores com perspectivas críticas e formas de ação social distintas, gerou divergências nos modos de agir e interpretar as questões sociais e os seus encaminhamentos.

Os EBAAS contavam com a colaboração do PTA, cuja proposição era promover espaço para os agricultores relatarem suas experiências, suas práticas e dificuldades. A partir de divergências internas, o PTA se desvinculou institucionalmente e as equipes vinculadas à coordenação nacional constituíram-se em ONGs autônomas. Outro fator que levou à divergência foi o relacionamento dos técnicos em seus trabalhos de assessoria - na sua maioria – ignorava as condições materiais dos camponeses para a realização das práticas, algo comum ainda hoje (Luzzi, 2007). Isso demonstra que “as heranças coloniais de poder estão presentes em todos os espaços, inclusive nos movimentos sociais” (Silva, 2021, p. 109). Os EBAAS, sem dúvida, foram “uma expressão dos primeiros esforços de constituição de um grande movimento de amplitude nacional reunindo os diferentes grupos e setores da sociedade envolvidos com a construção da agricultura alternativa no país” (Monteiro e Londres, 2017, p. 57).

O Objetivo original do PTA era apoiar as lutas dos trabalhadores rurais e sua permanência no campo. Para tal, era necessário sair da superficialidade do discurso e lançar-se à prática efetiva para responder as demandas dos agricultores, do contrário, a agricultura dominante continuaria assistindo os agricultores com o pacote tecnológico. Com o fim dos EBAAs, integrantes, que atuavam na perspectiva da agricultura alternativa, procuraram espaço nas ONGs para dar continuidade às atividades e articulação em torno da Agricultura Alternativa (Costa, 2017).

A Rede PTA chega à compreensão de que a tecnologia alternativa precisaria envolver, além das questões produtivas, as dimensões sociais e políticas da produção; as tecnologias alternativas deveriam observar a complexidade dos agroecossistemas camponeses; entendia que o Brasil, por ser um país muito diverso, deveria rejeitar a difusão de um “pacote tecnológico alternativo” e não impor um modelo, mas apresentar princípios que pudessem ser aplicados de

acordo com a realidade dos camponeses (Luzzi, 2007). Embasada nessas reflexões, a Rede PTA muda a forma de atuação e insere os conteúdos e os princípios da Agroecologia, tomando como referência a obra de Miguel Altieri, *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa* (1989). Entendendo, assim, a importância de introduzir as bases científicas no trabalho de orientação e assistência técnica aos agricultores. A Rede PTA, compreendendo essa necessidade promoveu, no mesmo ano, um curso de Agroecologia com o autor, dirigido a diversas ONGs (Luzzi, 2007).

As ONGs se expandiram, a partir da década de 1990, dando origem a ONGs autônomas, elemento de grande relevância para a compreensão da evolução do movimento agroecológico no Brasil. O crescente dinamismo das ONGs e do PTA, de forma mais amadurecida na construção de alternativas para o desenvolvimento rural e para a Agroecologia no âmbito nacional e local, desperta a necessidade de ultrapassar as questões técnicas operacionais que - de certa forma, também são sociais - para a busca de “processos de intencionalidade política no sentido de se formar um movimento social agroecológico” (Bensadon, 2016, p. 56).

Requisita-se, desse modo, uma articulação, uma entidade em nível nacional, com competência de representar e expandir o movimento agroecológico construído ao longo dos anos por agricultores e profissionais “integrados na construção da Agroecologia, na busca por um modelo alternativo de desenvolvimento rural para o Brasil” (Faria, 2017, p. 177). A partir desse contexto, surge a criação da ANA, em 2002, articulada às redes regionais e estaduais já existentes. A ANA é criada em um novo cenário político - no primeiro mandato do Presidente Lula - emerge como uma articulação composta por várias organizações, conforme elencamos no capítulo III, **seção 2.1**. Vale destacar que a ANA não é uma associação e sim uma articulação, cujos objetivos são: articular iniciativas, promover intercâmbios, debates e comunicação com a comunidade; um dos fatores importantes é que ela incide diretamente representando o movimento agroecológico, em políticas públicas.

A ANA tem uma extensa pauta de trabalho, entre elas: a construção do conhecimento agroecológico, especificamente nos campos da ATER, da Educação e da Pesquisa. Ela atua nas discussões da conservação e no uso sustentável da biodiversidade, com a questão do protagonismo das mulheres, o abastecimento e a construção social de mercados, a soberania e a segurança alimentar. Também é pauta da ANA a reforma agrária, os direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais, a questão dos agrotóxicos e dos transgênicos, as normas sanitárias para produtos da agricultura familiar, o crédito para financiamento da agricultura familiar e a comunicação.

Além da ANA, foi criada, em 2004, a ABA (Associação Brasileira de Agroecologia), também um segmento que vem expandindo o movimento agroecológico. Sendo que a ABA tem um caráter mais pedagógico, reúne profissionais e estudantes das mais diversas áreas do conhecimento, realizando e apoiando ações dedicadas à construção do conhecimento agroecológico. Os esforços da ABA têm sido o de apoiar e organizar eventos de socialização de conhecimentos; estimular a participação de profissionais que se dedicam a este enfoque; manter publicações para a divulgação científica e técnica; dialogar com a sociedade para despertar o interesse por questões de caráter socioambiental (<https://aba-agroecologia.org.br>).

Diante do exposto, é importante ressaltar que a gênese dos princípios e da prática agroecológica não têm a Academia como o seu nascedouro, o potencial dessa prática agricultável foi descoberto pelos camponeses em seus espaços rurais, nos quais o conhecimento, a cultura e os valores de apropriação da natureza coevoluíram com esses grupos. Desse modo, os camponeses são os agentes construtores da agricultura de base agroecológica, mesmo sem conhecer o termo científico. Nesse contexto, Altieri (2012) elucida que, ao longo dos séculos, gerações de agricultores desenvolveram sistemas agrícolas complexos, diversificados e localmente adaptados.

Essas práticas foram desenvolvidas e adaptadas por meio dos saberes intergeracionais, coube, no entanto, à Academia sistematizar teoricamente os princípios da Agroecologia a partir desses saberes. Esses princípios práticos surgem da racionalidade dos agricultores que, historicamente, desenvolveram a agricultura através de métodos convencionais na tentativa de erros e acertos. Desse modo, Rosset e Altieri (2018) afirmam que: “as raízes autênticas da Agroecologia são encontradas na racionalidade da agricultura indígena e camponesa que continuam sendo majoritárias em muitos lugares do mundo”. Pontuamos esses fatos para reforçar a importância de compreender a Agroecologia como prática social e agrícola oriunda dos trabalhadores rurais, extremamente necessária à humanidade.

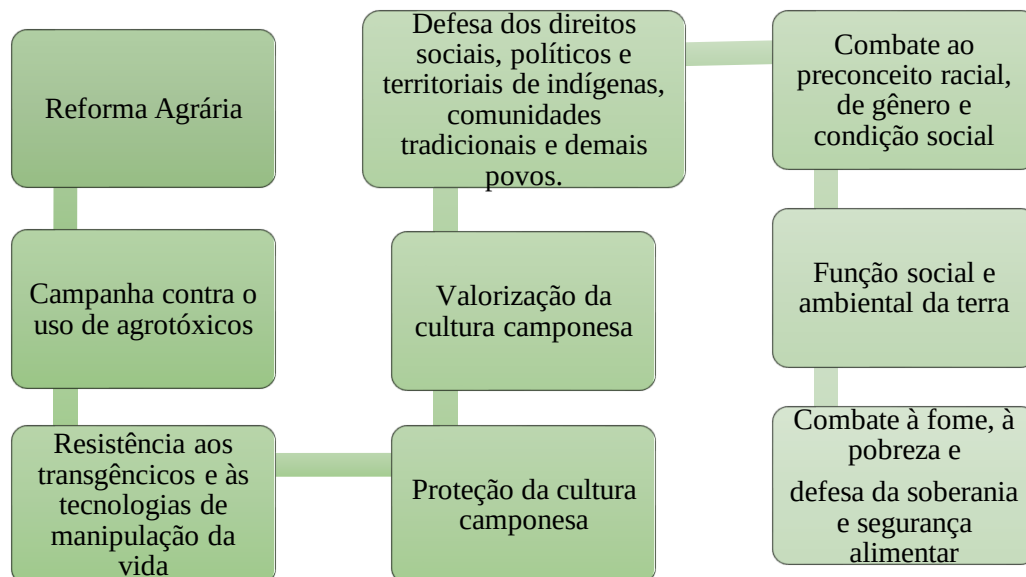
A inserção dos movimentos sociais, no âmbito da Agroecologia, foi/é relevante para junto aos agricultores lutar por melhorias para a produção e para a qualidade de vida em todas as dimensões propostas pela ciência agroecológica, conforme descritas no capítulo anterior. Os movimentos sociais têm um papel fundamental nos territórios rurais, foram marco fundamental na instituição da Agroecologia no Brasil. A Agroecologia foi incluída na luta dos movimentos populares do campo, em especial pelo Movimento Via Campesina, como estratégia política na busca do desenvolvimento, baseada na teoria de um novo paradigma, mais justo, solidário e sustentável.

O termo “Agroecologia” não era usado para descrever claramente um movimento, essa acepção só passou a ser aplicada com maior expressão a partir de 1990, especialmente nos Estados Unidos e na América Latina. Essa nova acepção atribuída ao termo Agroecologia, como movimento e prática, vai ao encontro da abordagem dos autores Guzmán Casado *et al.*, (2000, p. 97), para quem a Agroecologia “não consiste só como uma abordagem diferente para estudar os ecossistemas agrários, mas também objetiva constituir uma estratégia alternativa para oferecer soluções para os problemas sociais e ambientais”. Os autores elucidam que o papel da Agroecologia, além de estudar, entender e pesquisar as especificidades dos ecossistemas, deve buscar meios de reverter problemas socioambientais e, para isso, é necessário reconhecer os limites da ciência e considerar outras categorias de pensamento de vida por meio de práticas sociais que revelem a carência de inovação.

Nesse contexto, os estudos de Altieri (2012, p. 15) apontam que a “agroecologia é tanto uma ciência quanto um conjunto de práticas”. Assim, como Altieri, Gliessman (2000) compreende a Agroecologia como ciência, uma prática e um movimento social, e, na sua concepção, se esses três componentes não estiverem acontecendo conjuntamente, não se está aplicando Agroecologia. A Agroecologia, como enfatiza Caldart (2016) e com quem corroboramos, precisa ser estudada na forma em que é produzida, ou seja, a relação entre teoria e prática, é indissociável, não podendo ficar apenas no plano da informação científica. No atual contexto para que a Agroecologia se efetive como prática social, ainda é preciso a intervenção dos movimentos sociais para que o poder público priorize e faça valer as políticas públicas destinadas aos agricultores familiares.

O movimento político-social agroecológico busca contribuir com a mediação entre o Estado e sociedade para garantir direitos, melhorias e justiça social para a transformação da qualidade de vida das populações rurais, por meio da articulação e definições de identidades coletivas, como os camponeses, feministas, ecologistas, entre outros. A principal pauta reivindicatória dos movimentos rurais, até o início da década de 1990, era a busca pela inclusão produtiva com apoio do Estado, criticando o alto custo das tecnologias modernas e sua inadequação à realidade dos pequenos produtores (Bensadon, 2016). Com o fortalecimento do movimento agroecológico e com a criação da ANA, outras pautas reivindicativas foram surgindo como estrutura para as diretrizes do movimento. As principais pautas da agenda dos movimentos agroecológicos no Brasil são:

Figura 7 – Pauta dos movimentos agroecológicos no Brasil



Elaboração: A autora.

Essa agenda do movimento agroecológico apresenta convergência com a pauta de organizações e movimentos sociais em diferentes campos de atuação na sociedade, com vistas não só no âmbito econômico, mas também no pensar social. A pauta dos movimentos sociais mobiliza e impulsiona os atores sociais a lutar pela transformação da estrutura hegemônica de poder, de criar propostas discursivas inovadoras para mudança social. Essa agenda propõe organização e articulação como formas de resistência à dominação e garante a troca de experiências em nível nacional, fomentando, assim, o movimento em redes no espaço rural.

As proposições e as reivindicações dos movimentos sociais têm maior probabilidade de serem atendidas quando se tem o apoio de governo progressista, que defende as pautas sociais destinadas às populações minorizadas. O líder político que não tem o olhar para as questões sociais, comumente, faz vistas grossas, ignora as interpelações dos movimentos a ponto até mesmo de extinguir políticas públicas vigentes. No contexto político do Brasil, tivemos, nos últimos anos, um governo que, em se tratando da agricultura familiar, tratou as pautas da agricultura familiar com total descaso, ao ponto de destituir comitês, programas nacionais³⁶, criados anteriormente por outros governos, vetando leis que beneficiavam e fomentavam principalmente a população do campo rural.

³⁶ O Presidente Jair Bolsonaro, à época, extinguiu a CPN (Comissão Nacional do PRONERA). Vetou o PL 735/2020 de fomento à agricultura familiar, que foi construído a partir das urgências e demandas levantadas pelas confederações de trabalhadores rurais e movimentos populares do campo e da cidade e organizações sociais que defendem a soberania alimentar e nutricional. Extinguiu o CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) <https://agroecologia.org.br/>

Posicionamento político de descontinuidade a políticas públicas legitimadas em gestões governamentais anteriores é uma realidade constante e perene no Brasil, tanto no âmbito nacional, estadual como municipal que trava a pauta dos movimentos sociais. Na ótica da ACD, isso é compreendida como luta hegemônica entre forças políticas que pode ser vista, em parte, como disputa pela sustentação de um *status* universal para representações particulares do mundo (Fairclough, 2003) daqueles que governam por um determinado período. Essas disputas políticas conflituosas e intolerantes, em oposição a políticas públicas já legitimadas, são desrespeitosas, dificultam e impossibilitam, principalmente, o progresso das populações minorizadas.

Os agentes dominantes do campo político detêm dos meios de funcionamento a seu favor, mas contam também com a resistência da classe dominada, aqui, representada pelos movimentos sociais, que, apesar de ter direitos coibidos, não têm suas forças anuladas pela estrutura social; divergem de posturas ideológicas segregadoras e lutam discursivamente por novos direitos e por aqueles que lhes foram dizimados. Nessa esteira crítico-discursiva, entendemos que os movimentos sociais são promotores de discurso reivindicatório em defesa de um coletivo pouco visível aos olhos do poder público, os movimentos sociais representam e mediam essa população.

Um aspecto importante, na dinâmica dos movimentos sociais, é que eles têm sua própria identidade e representação, a partir desses aspectos, definem o campo de ação, interesses, fins e meios. Assim, para que os movimentos tenham sucesso, devem enquadrar estas questões de maneira que reverbere com as ideologias, identidades e entendimentos culturais dos apoiantes (Otto e Böhm, 2006). Os movimentos sociais são espaços de construção de conhecimentos e de novos discursos, têm um potencial para interpelar abusos de poder e transformar aspectos pontuais que afetam negativamente a sociedade. São “agentes construtores de uma nova ordem social e não agentes de perturbação da ordem, como as antigas análises conservadoras escritas nos manuais antigos, ou como ainda são tratados na atualidade por políticos tradicionais” (Gohn, 2010, p. 65). Isso porque as bandeiras de lutas dos movimentos sociais não eram reconhecidas como lutas políticas, mas, como atos de baderna ou fanatismo religioso (Faria, 2017).

O não reconhecimento das lutas dos movimentos sociais, por uma parcela da sociedade, é reflexo das colonialidades do poder e do ser, que tende a ocultar, invisibilizar os agentes sociais e as suas reivindicações. Na história do campo rural, o contexto de luta e resistência sempre foi uma estratégia para os camponeses. Assim, podemos afirmar que o movimento

agroecológico é sequência da história de mobilizações dos movimentos populares. O discurso de articulação dos movimentos agroecológicos continuam sendo um discurso de combate às opressões e às negligências articuladas por grupos dominadores que continuam manipulando propositalmente as populações minorizadas em seus territórios, usando do poder para manipular até mesmo políticas públicas do Estado.

É importante ressaltar, aqui, que a agenda dos movimentos sociais traz à tona essas questões, apresenta à sociedade um letramento discursivo em suas pautas, problematiza as questões abordadas, a partir da leitura da realidade, de modo que mobilizam ideias, valores, identidades e representações (Gonh, 2015). O movimento agroecológico é constituído por agentes que detêm conhecimentos científicos e empíricos sobre o que se está reivindicando, isso fortalece não só o movimento em termos de credibilidade, como, também, de certa maneira, tenta persuadir a sociedade civil da importância de apoiar as pautas reivindicativas com vistas à mudança social, força-motriz da ACD faircloughiana, pois não se promove transformação sem um olhar atento aos problemas sociais.

Nessa perspectiva, podemos inferir que o letramento discursivo acerca das pautas dos movimentos sociais pode contribuir para a sociedade entender por que o Brasil continua, ao longo de sua história, ainda caracterizado com o atributo de país mais 'desigual' do globo, conforme dados revelados pelo Laboratório das Desigualdades Mundiais (World Inequality Lab)³⁷. Nesse contexto, a Agroecologia, como movimento social oposto a discursos hegemônicos, que usam o poder como forma de manipulação, coerção e ofuscam os motivos reais das desigualdades do país, problematiza questões sociais, na tentativa de fazer emergir novas forças e relações hegemônicas como estratégia de resistência a um sistema socialmente insustentável.

A Agroecologia, como movimento social, tem permitido trazer para o debate público a questão do poder da ciência sobre o desenvolvimento da sociedade, realçando o caráter eminentemente político que há por trás das opções entre diferentes modelos tecnológicos empregados na agricultura (EMBRAPA, 2006). Desse modo, a Agroecologia, como uma ciência inovadora e como movimento social, questiona relações de poder que permeiam a produção de alimentos, por suas ações propositivas cujo objetivo é concretizar um processo de transformação social, por meio de ação política de agricultores, pesquisadores, movimentos

³⁷ De acordo com o estudo divulgado pela BBC News Brasil, o país continua como "um dos países mais desiguais do mundo" e diz que a discrepância de renda no país "é marcada por níveis extremos há muito tempo". Estudo na íntegra em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59557761>. Acesso em 07 de abril de 2024.

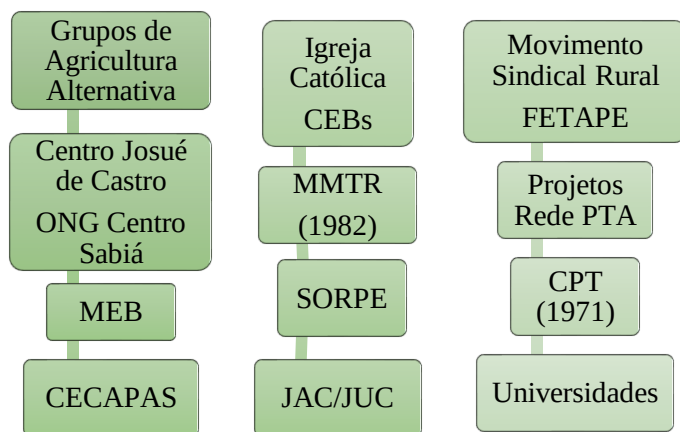
sociais e outros atores comprometidos com o ideário da Agroecologia.

A partir da tríade: ciência, movimento e prática, a Agroecologia proporciona possibilidades para converter os recursos naturais para o desenvolvimento socioeconômico e bem-estar das comunidades rurais, como um meio para a proteção efetiva da natureza, da biodiversidade e do equilíbrio ecológico do planeta. Para tal, depende do fortalecimento e da capacidade organizativa das próprias comunidades para desenvolver alternativas produtivas que permitam melhorar suas condições de vida e aproveitar seus recursos de forma sustentável (Leff, 2002).

Conhecendo o contexto local da nossa pesquisa, julgamos ser extremamente necessária a presença dos movimentos sociais, de instituições governamentais e ONGs, de uma rede de atores para junto à Instituição de Ensino apoiar as comunidades rurais do território da Mata Sul-PE, no que se refere à organização social, uma vez que elas carecem de informação e metodologias para otimizar os recursos naturais e transitar para um modelo de agricultura mais sustentável. Ademais, “uma massa humana não se distingue e não se torna independente “por si” sem organizar-se, e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes” (Gramsci, 1978, p. 21).

No início dessa seção, elencamos as principais entidades que disseminaram, estruturaram e expandiram o movimento agroecológico no Brasil, aqui, pensamos ser pertinente pontuar os principais atores sociais e entidades que constituíram o movimento agroecológico em Pernambuco.

Figura 8 – Atores sociais e entidades que construíram o movimento agroecológico em PE



Fonte: Silva (2021). Adaptado pela autora.

Esses atores sociais tiveram e têm importante participação na construção e transformação social das comunidades rurais e periféricas do Estado, nas diferentes regiões: Mata, Agreste e Sertão. O movimento agroecológico passou a reivindicar uma nova política para os agricultores familiares, envolvendo questões ambientais, socioeconômicas e culturais, construindo proposições opostas aos discursos hegemônicos do Agronegócio, que usam do poder para inculcar esse modelo como o ideal. Corroboramos com Rosa (2023), ao argumentar que a Agroecologia é a negação da negação, ou seja, ela nega o Agronegócio, este nega a natureza. Portanto, a Agroecologia, enquanto movimento social, problematiza questões sociais, na tentativa de fazer emergir novas forças e relações hegemônicas como estratégia de resistência e construção de autonomia. Nesse sentido, Reinach e Fabrin (2020, p. 101) mencionam que

os movimentos agroecológicos podem realmente ter um papel fundamental no processo de enfrentamento da heteronomia e de construção da autonomia, desde que esteja vinculado a um projeto emancipatório e precisamente autonomista e anticapitalista, atrelado a demandas estruturais como aquelas por terra e território, e processos de autodeterminação, desconcentração e descentralização do poder.

Em um contexto em que o discurso do capitalismo tende a controlar e deslegitimar o saber e a produção agrícola de pequena escala, a humanidade precisa, como argumenta Caldart (2016), de pessoas instruídas que pensam e sabem agir a favor da vida. É dessa ciência que os agricultores e agriculturas familiares necessitam, de “uma ciência que responda aos desafios de um mundo em crise, uma ciência que efetivamente se dedique a questões ecológicas e sociais críticas e emergenciais” (Toledo, 2016, p. 45). O pequeno agricultor espera, dessa ciência, tecnologias sociais que contribuam para amenizar problemas socioambientais que vêm afetando negativamente as suas práticas sociais. Ademais, os camponeses carecem de profissionais que, em unidade com os seus saberes, conheçam a realidade físico-geográfica e social afetada pelo domínio de poder da classe latifundiária.

Em se tratando de processo de unidade, deve, portanto, existir coerência entre teoria e prática, isto é, os intelectuais devem participar da vida prática do grupo social que representam e do qual fazem parte, tornando coerentes os problemas levantados pelo grupo em sua atividade prática e formando um bloco social e cultural, constituindo o que Gramsci (1978) chama de intelectual orgânico. Esse processo de construção dos intelectuais orgânicos, na concepção gramsciana, é algo complexo, não se realiza a curto prazo, é uma criação cheia de contradições, de avanços e retrocessos. Esse intelectual orgânico deve estar comprometido em lutar contra as ações que causam desigualdades e agir como crítico da superestrutura. Isso se assemelha ao

fazer agroecológico que também requer muito trabalho, dedicação e orientação tecnicocientífico diferente das práticas tradicionais da monocultura.

Esse é um árduo processo, pois muitos agricultores resistem a mudanças e inovações. Essa reação, no entanto, na concepção de Caporal, *et al.*, (2011), não pode ser entendida, simplesmente, como resistência, o fato de alguns não adotarem certa mudança é porque, na maioria, eles pensam estar indo contra os elementos de cultura daquele grupo social, contra ações que aprenderam e desenvolveram ao longo do seu processo histórico. Por outro lado, a Agroecologia, na sua dimensão de sustentabilidade, tem o papel de conduzir e orientar novas estratégias combatendo aquelas que têm sido maléficas ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

Nesta Tese, entendemos que os movimentos sociais em defesa da Agroecologia e das políticas públicas são indispensáveis para a concretização desse enfoque científico na prática das comunidades rurais. Destacamos, nesta Tese, a importância da inserção dos movimentos sociais nos espaços acadêmicos e tivemos o nosso olhar para a Agroecologia, enquanto ciência que, por meio de seu discurso emancipatório, conduz à prática social. Entendemos que essa tríade é indissociável na Agroecologia enquanto proposta de transformação social. Podemos afirmar que, em se tratando de Agroecologia, não há movimento político-social fora do contexto da ciência, como também não há prática social sem ações direcionadas pelo saber científico ou pelo saber empírico.

Desse modo, nossa compreensão acerca da Agroecologia parte da concepção elaborada pela ABA no documento “*Estatuto da Associação Brasileira de Agroecologia*”, no qual a ABA (2015) compreende a Agroecologia como ciência, movimento político e prática social, portadora de um enfoque científico, teórico, prático e metodológico, que articula diferentes áreas do conhecimento de forma transdisciplinar e sistêmica, orientada a desenvolver sistemas agroalimentares sustentáveis em todas as suas dimensões.

A Agroecologia, enquanto ciência, não está dissociada da prática social, pois, é no mundo da vida dos agricultores familiares, dos conhecimentos tradicionais, da simbologia, da observação empírica que surge grande parte dos conhecimentos sistematizados no âmbito da ciência agroecológica e que sustentam a produção científica e retroalimenta a produção do conhecimento agroecológico. Como pontua Leff (2006, p. 465), “é nos mundos de vida das comunidades que os princípios de racionalidade cultural do ambientalismo tomam todo seu sentido em termos de diversidade e de participação”. Não se trata, portanto, de uma inovação

tecnológica que surge, exclusivamente, nos centros de pesquisa e depois é repassada para os agricultores.

Quanto à compreensão de Agroecologia, como movimento político apresentada pela ABA, essa tem sido uma dimensão conceitual mais recente, antes era comum falar-se em movimento social. Como movimento sociopolítico, a Agroecologia continua ganhando espaço nos CBAs (Congressos Brasileiro da Agroecologia), nos ENAs promovidos pela ANA, nos Fóruns Territoriais, dentre outros eventos e espaços acadêmicos, nas discussões e reivindicações acerca da efetivação das políticas da Agroecologia nos territórios.

Compreendemos, portanto, que a concepção de Agroecologia não se deve ficar restrita à dimensão científica, uma vez que, como uma nova ciência política, crítica e, socialmente comprometida, norteia princípios conceituais e metodológicos provenientes de campos de saberes diferentes para serem efetivados em práticas sociais. Indubitavelmente que esses saberes científicos fortalecem as discussões dos movimentos tanto no aspecto das incidências políticas como nos discursos enquanto prática social, pois a construção de um novo paradigma hegemônico não se esgota em mudança na forma de pensar, é parte de um projeto político a ser concretizado por agentes sociais em suas práticas (Loureiro, 2012).

Assim como a Agroecologia não avança sem a pesquisa científica, por sua vez, também não avança sem as práticas dos agricultores e os conhecimentos tradicionais nelas contidos (Caldart, 2016). As práticas agroecológicas são, em sua maioria, motivadas pelos movimentos sociais em interação com os agricultores familiares, sejam em seus territórios ou em congressos. Esses eventos, como pontua Toledo (2016), consistem em oportunidades para reunir acadêmicos, gestores públicos e representantes de organizações de agricultores, movimentos sociais, sindicatos em busca de alternativas para a aplicabilidade do que propõe a ciência agroecológica.

Veremos, no próximo tópico, que a Agroecologia, como movimento social a partir da criação de uma entidade de articulação nacional (ANA), manteve e mantém importante participação social e protagonismo nas proposições e elaboração dos princípios norteadores das diretrizes da Política Nacional da Agroecologia por apresentarem perfis organizativos e articulações representativos.

4.2 Política e programas nacional para a Agroecologia: lutas, conquistas e desafios

*“...não pode esquecer... a gente precisa de assistência técnica, de crédito e de ajuda pra poder produzir”
(Agricultora-entrevistada)*

As políticas para as questões sociais agrárias, no Brasil, especificamente para os agricultores familiares, não têm sido efetivamente priorizadas, mesmo em tempos de tantas pesquisas, de inovações científicas e tecnológicas, saberes construídos e direitos adquiridos após tantas lutas. Ousamos fazer esta assertiva, visto que, se essas pautas fossem tidas como prioridades, não ouviríamos apelos discursivos tipo este da epígrafe. Vale frisar que não estamos nos referindo a apenas uma fala transcrita, um texto, mas é a revelação da própria prática social do cotidiano dessa agricultora, como de tantas outras, de limitações causadas por uma estrutura social que, por falta de planejamento e ações discursivas efetivas, acabam, de certa maneira, não cumprindo os direitos já conquistados, travando, assim, o desenvolvimento social de uma população.

Nesta seção, vimos que reivindicações, na perspectiva da Agroecologia, têm sido uma luta contínua na proposição de novas diretrizes políticas e, de fortalecimento daquelas já existentes para o desenvolvimento e organização das comunidades rurais, com ênfase na categoria da agricultura familiar. No contexto político brasileiro, as expectativas de avanço para o ideário da Agroecologia tiveram maior amplitude a partir de 2003, com o advento do PT na presidência, governo progressista cuja pauta defendia, à época, as questões sociais, o combate à fome e à pobreza.

Pauta esta que se diferencia da agenda das políticas de governos neoliberais que mantinham um envergamento político mais voltado para o empresariado rural, visando ao crescimento da produção de *commodities* e produção em grande escala impulsionado pelos fortes subsídios governamentais. Houve, nesses governos, pouco incentivo para os pequenos agricultores, no entanto, vale aqui destacar que o início das políticas voltadas para a agricultura familiar surgiu na década de 1990, no governo de FHC, como respostas às reivindicações populares.

Foi durante o governo de FHC que se implantou o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em 1995, iniciado como linha de crédito e instituído como programa governamental pelo Decreto 1.946, de 28 de junho de 1996. Esse programa é reconhecido como a política pública para a agricultura familiar de maior relevância, supervisionado, atualmente, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar. Trazemos esta reflexão por entendermos que avanços, retrocessos e entraves no campo rural não estão dissociados dos contextos políticos, da capacidade do Estado em promover estratégias políticas para transformação ou manutenção de um contexto social.

Nesse sentido, retomamos o pensamento de Rosa e Svartman (2018), ao defenderem que é impossível tratar de políticas públicas desconsiderando o contexto político em que elas são implementadas, dada a relação recíproca existente entre essas duas esferas. Na concepção das autoras, tanto a política quanto as políticas públicas têm poder social de transformação, sendo que a política consiste em um conceito amplo, ao passo que as políticas públicas correspondem a soluções específicas para o manejo de assuntos públicos. As políticas públicas são, portanto, um fator comum da política, ao passo que a política tem o poder dual tanto para instituir políticas públicas, como dependendo do seu interesse bloqueá-las, impedindo a sua aplicabilidade.

4.2.1 Agroecologia e agricultura familiar na perspectiva das políticas públicas

Historicamente, é sabido que a proposição e discussão por políticas públicas para atenuar os problemas sociais do campo agrário brasileiro teve ampliação com a abertura democrática, na década de 1980. Nesse período, intensifica-se o debate dando início a um momento de contestação à forma como a modernização da agricultura vinha sendo conduzida no Brasil. As principais pautas trazidas, nessa conjuntura, conforme elencam Delgado (2010), foram: a reforma agrária, o combate à fome e à miséria, o aumento (real) dos salários e do mercado interno, as políticas de preços e crédito rural para pequenos agricultores e os projetos de agricultura alternativo ao modelo hegemônico do Agronegócio.

Nesse âmbito, destaca-se a criação do CONSEA, no governo Itamar Franco, e o CNDRS (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável), no primeiro governo de FHC, iniciativas políticas voltadas para as populações mais vulneráveis. Esses conselhos foram retomados e ampliados pelo governo Lula. A partir de 2003, com o governo Lula, as redes estaduais e locais de inovação agroecológica passaram a contar com apoio mais sistemático de diversas políticas e programas públicos. Houve, nesse período, um maior amadurecimento no movimento agroecológico, com a criação da ANA, que tem potencial para apresentar propostas às instâncias políticas a partir das demandas, principalmente, da agricultura familiar.

Consideramos pertinente abrir, aqui, um parêntese para fazer algumas considerações acerca da categoria “agricultura familiar”, uma vez que a Agroecologia e a agricultura familiar têm uma forte confluência. A agricultura familiar emerge, conforme Sauer (2008, p. 25), com o objetivo de “construir uma representação para esse segmento social capaz de distanciá-lo da visão de atraso e ineficiência.” É importante ressaltar que essa categoria social tem sua

identidade fundamentada em seus saberes, lutas e resistências, conforme vimos discutindo nessa Tese.

O termo classificatório “agricultura familiar”, no Brasil, apresenta diversas acepções, de forma sucinta, tomaremos como referência a definição adotada por Wanderley (1996, p. 2), para quem a “agricultura familiar é aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Apesar de não haver um conceito preciso para o termo agricultura familiar, é importante insistir que o termo familiar não é um simples detalhe descritivo. Podemos conceituar a agricultura familiar como uma estrutura produtiva que associa família-produção-trabalho, que, certamente, tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente (Wanderley, 1996).

No Brasil, a agricultura familiar tem especificidades múltiplas, conforme as regiões, tendo em vista a diversidade de ecossistemas e dos diferentes contextos de formação sócio-histórica em que está instalada. Por essas e outras questões de natureza normativa, foi aprovada, em 2006, no governo do Presidente Lula, a Lei nº 11.326, de 24 de julho que estabelece diretrizes de ordem prática e objetiva para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. A referida lei no Art. 3º preconiza que é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II-utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar advinda de atividades econômicas do seu estabelecimento.

Para a obtenção dos objetivos dessa lei, será promovido pela política nacional, conforme reza o artigo 5º uma série de políticas para esse setor de produção, como, por exemplo, o crédito rural garantido pelo PRONAF; a assistência técnica e extensão rural (PNATER, Lei n. 12.188, de 11 de janeiro de 2010), dentre outras. Vale ressaltar que foi a partir da Lei da Agricultura Familiar que o IBGE passou a apresentar dados estatísticos por meio do Censo Agropecuário para classificar “Agricultura Familiar” e “Agricultura não Familiar”. Esta é uma política de grande amplitude para a agricultura familiar, a ANA, como ator político do campo agroecológico, participou da elaboração dessa política. Assim, é importante entender que a Agroecologia não se trata apenas de proposição técnica para operacionalização da produção agrícola, mas também parte de proposição política, uma vez que transcende aspectos

operacionais, que afeta e questiona a atual lógica produtiva, a hegemonia e o poder do meio rural (Santos *et al.*, 2014).

A criação da Lei da Agricultura Familiar foi uma das primeiras iniciativas do governo Lula voltadas para essa categoria que, como pontuam Grisa *et al.* (2017), foi historicamente marginalizada das ações do Estado por um longo tempo até as décadas 1980/1990, não raro, essa categoria social era compreendida como um setor de subsistência, arcaico e marginal destinado a desaparecer. A partir de 2003, esse setor teve maior fortalecimento com a criação dos conselhos e das comissões de participação social, como: o CONSEA, o CONDRAF (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável) e a CNPCT (Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais).

Houve, assim, ampliação dos espaços de discussão, os agentes sociais puderam apresentar as suas propostas e participar na construção das políticas públicas (Caporal e Pettersen, 2012). Ademais, essa permeabilidade possibilitou que atores sociais ligados a movimentos sociais participassem mais fortemente do governo, ocupando cargos estratégicos e trazendo para dentro da estrutura do Estado seus conceitos e suas ideias (Sambuichi *et al.*, 2017). Era o momento político de iniciar políticas públicas para a promoção da Agroecologia se firmar oficialmente como uma alternativa de sustentabilidade e desenvolvimento para uma nova categoria rural.

Apesar de o governo Lula ter uma agenda voltada para as questões sociais, o setor do Agronegócio continuou/continua tendo representação significativa tanto no Poder Executivo quanto no Poder Legislativo, inclusive com cargos importantes nos altos escalões dos principais ministérios do governo e influenciando fortemente a sua política Sambuichi *et al.* (2017). Ações que continuam acontecendo nessa atual conjuntura política do governo Lula, em seu terceiro mandato, no qual a bancada ruralista mantém o seu domínio sob os pequenos agricultores. No entanto, é inegável que a partir da agenda de um governo de centro-esquerda se instalou, no país, um espaço político-institucional mais favorável à construção de novos discursos acerca de políticas destinadas às populações rurais.

O diálogo com os movimentos se intensificou, oportunizando a participação daqueles na elaboração de propostas políticas para o setor da agricultura familiar. Foram estabelecidas relações de interação entre Estado e sociedade civil, criaram-se regras e instrumentos de política pública, que foram institucionalizados, e novos referenciais globais e setoriais orientaram as ações do Estado e permitiram redefinir regras que vinham afetando as condições socioeconômicas da população, especialmente a do meio rural.

Um dos primeiros passos do governo Lula foi sancionar a política de regulamentação da agricultura orgânica a partir da Lei no 10.831/2003, que definiu e estabeleceu condições obrigatórias para a produção e a comercialização de produtos da agricultura orgânica. A lei foi aprovada após tramitar no Congresso Nacional, desde 1996; a fase final do processo se deu a partir de 2002, com a participação de representantes do setor, membros de organizações públicas e privadas.

A elaboração e aprovação de uma política mais ampla e precisamente voltada para a Agroecologia se deu através do Decreto de n.º 7.794, de 20 de agosto de 2012, que institui a PNAPO (Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica), já no governo da Presidenta Dilma Rousseff. O processo de elaboração dessa tem como marco o compromisso assumido pela Presidenta Dilma Rousseff em relação à construção de um Programa de Agroecologia com a participação das mulheres e dos movimentos sociais. Esse compromisso foi firmado publicamente na ocasião da Marcha das Margaridas em março de 2011.

O movimento reivindicava uma política que respaldasse a produção de base agroecológica, pois, mesmo tendo sido amplamente demandada por fóruns e segmentos diferentes, principalmente por meio da ANA, da ABA e das Comissões da Produção Orgânica (CPOrgs), ainda não havia uma política específica. A pauta solicitava maior importância ao desenvolvimento de um plano nacional para apoiar ações no campo da Agroecologia, conforme as experiências bem-sucedidas que foram desenvolvidas pelos trabalhadores rurais e pelas ONGs e centros de pesquisa, que já o requeriam há pelo menos trinta anos (ANA, 2011).

O PNAPO prevê ações de pesquisa, assistência técnica, gestão ambiental, formação profissional, financiamento para o setor e estímulos à produção agrícola. Conforme o Art. 4º da Lei nº 7.794, são instrumentos da PNAPO: o PLANAPO (Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica); crédito rural e demais mecanismos de financiamento; seguro agrícola e de renda; compras governamentais; pesquisa e inovação científica e tecnológica; assistência técnica e extensão rural, dentre outros. O PLANAPO foi instituído como o principal instrumento de execução da política da Agroecologia, composto por objetivos, metas, programas e iniciativas a serem desenvolvidos pelos diversos órgãos federais parceiros.

A elaboração do PLANAPO foi iniciada um mês após o lançamento da PNAPO, em setembro de 2012, contando com a colaboração e a participação dos diferentes órgãos de governo e de ampla e representativa participação de segmentos da sociedade civil (Trovatto *et al.*, 2017). A gestão da PNAPO é feita de forma paritária, envolvendo governo e representantes da sociedade civil, como, por exemplo, a CNAPO. O PLANAPO, conforme previsto no Art. 5º,

parágrafo único da PNAPO, deve ser atualizado de acordo com a Lei Orçamentária Anual e revisado quando do Plano Plurianual. Parágrafo único. “O PLANAPO será implementado por meio das dotações consignadas nos orçamentos dos órgãos e entidades que dele participem com programas e ações”. Inclusive, ressaltamos que o Presidente Lula lançou recentemente o PLANAPO 2024-2027 reafirmando o compromisso do Governo Federal com a Agroecologia, seus princípios e práticas. Entre as prioridades estão o foco na produção sustentável, a conservação da agrobiodiversidade, a justiça climática, a geração de trabalho, a equidade de gênero e o fortalecimento das juventudes rurais.

Dentre as diversas políticas voltadas para a promoção do desenvolvimento da agricultura familiar que mais merecerem destaque conforme, Weid (2022), são as de Crédito (PRONAF), a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), as de Mercado Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)³⁸ e o Programa Nacional de Alimento Escolar (PNAE)³⁹. Corroboramos com o autor, sem, portanto, negar a importância das demais, visto que, elas são, de certo modo, interdependentes. Essas políticas se destacam das demais, pois se operacionalizadas efetivamente são as que melhor respondem às necessidades do agricultor familiar, uma vez que o desenvolvimento e a continuidade da produção carecem desses instrumentos de política pública.

Sem crédito rural, o pequeno agricultor não consegue desenvolver a sua produção, esta necessita de assistência técnica para que tenha êxito e, conseqüentemente, o produtor necessita de políticas públicas para escoar a sua produção, dentre elas está a importância do PAA e PNAE. Estes programas têm uma função social e econômica, ao mesmo tempo em que está combatendo a fome, está agregando valores ao produto do agricultor e motivando-o a continuar produzindo, sendo administrador da sua própria produção, lutando por respeito e dignidade enquanto agricultor familiar no campo rural.

No próximo item, discorreremos acerca do ensino formal de Agroecologia, no âmbito das universidades, com ênfase na disseminação da Agroecologia a partir dos cursos superiores.

³⁸ O PAA surge a partir de proposta do CONSEA, através da Lei 10.696 de 2003 – Art. 19º, com o objetivo de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos (BRASIL, 2017).

³⁹ O PNAE, conhecido como merenda escolar, é gerenciado pelo FNDE, visa suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos. Considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo, originou-se no início da década de 1940, quando, o então, Instituto de Nutrição defendia a proposta de o Governo Federal oferecer alimentação ao escolar. A aquisição de alimentos para o PNAE é regida pela Lei nº 11.947/2009 e pela Resolução CD/FNDE 7/2024, estabelece que 30% dos recursos do PNAE devem ser destinados à compra de produtos da agricultura familiar, podendo ser feita por meio de chamada pública (<https://www.gov.br/fnde>)

4.3 Agroecologia e Universidade: A implantação dos cursos Superiores de Agroecologia no Brasil

Os cursos formais de Agroecologia, conforme Sousa (2017), tiveram seu crescimento ligado a três grandes aspectos: a demanda social e as pressões dos movimentos sociais junto ao Estado; atendimento ao nicho de mercado dos orgânicos; e a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. As pressões dos movimentos sociais junto ao Estado foram muito relevantes, de modo que obtiveram êxito na criação dos primeiros cursos com ênfase em Agroecologia, inicialmente, por meio do PRONERA.

Inferimos que a demanda pela formação em Agroecologia tem aumentado devido às pautas dos movimentos sociais, que vêm lutando por uma educação que atenda às necessidades dos camponeses (Sousa, 2017). A Agroecologia, como um paradigma científico formal, é, consideravelmente, uma área de ciência nova a ocupar os espaços acadêmicos formais no tripé: ensino, pesquisa, extensão, nas universidades brasileiras, visando à formação de profissionais em uma área de conhecimento que intenta atuar junto à realidade dos agricultores familiares.

É importante frisar que a criação dos cursos superiores em Agroecologia, no Brasil, e sua legitimação, enquanto ciência acadêmica, não foi um acontecimento isolado. Isso tem sido resultado de um processo histórico de luta de atores sociais do campo e de profissionais já ineridos nas universidades, que vêm lutando contra um modelo de agricultura contra-hegemônico. Esse processo envolveu associação de acadêmicos e cientistas visando intervir na realidade para pôr prática um projeto social e político de dupla natureza: a busca articulada do conhecimento e transformação social (Paulino, 2017).

Foram criados, no Brasil, a partir de 2003, mais de cem cursos de Agroecologia ou com enfoque em Agroecologia nos níveis Médio e Superior. Tal tendência levou o MEC a incluir a formação em Agroecologia em seus catálogos de cursos de nível médio e superior, consagrando a profissionalização na área. No âmbito da educação formal, os cursos superiores de Agroecologia tiveram início a partir de 2005. O primeiro curso superior específico em Agroecologia foi criado em 2006, no âmbito do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba (CEFETRP), em Minas Gerais.

Normalmente, estes cursos têm duração de três anos, são reconhecidos pelo MEC a partir de seus sistemas de avaliação e dos Catálogos de Nacionais de Cursos Superiores e Tecnologia (CNCST). Atualmente, são reconhecidos pelo MEC 43 cursos de Agroecologia em nível superior (33 Tecnólogos e 10 Bacharelados), com uma oferta autorizada de 3.172 (três mil

cento e setenta e duas) vagas anuais (Cf. Projeto de lei n.º 3.710, de 2019). As regiões que mais ofertam cursos superiores em Agroecologia são a região Norte e Nordeste, conforme dados revelados em pesquisa realizada por Engelman e Floriani (2018), essas regiões juntas concentram 72,7% do total dos cursos. O Nordeste lidera nos números de cursos e teve aumento percentual de 30% nos últimos quatro anos. O Estado que oferta mais cursos é a Paraíba, cinco no total, em várias instituições. Os dados apontam que, na região Norte, houve aumento de 83% em sua oferta entre 2013 e 2017, o Estado que mais ampliou a oferta é o Amazonas, com sete cursos atualmente.

Em Pernambuco, atualmente, há dois cursos de nível superior: um Tecnólogo em Agroecologia ofertado pelo IFPE *Campus* Barreiros desde 2011, e um curso Superior na modalidade Bacharelado em Agroecologia ofertado pela UFRPE desde 2019. Este curso possui uma estrutura curricular diferenciada e destinada a um público específico, priorizando agricultores familiares e camponeses assentados da reforma agrária, aquicultores e pescadores de base familiar, comunidades tradicionais em geral.

A seguir, apresentamos características específicas acerca do CST em Agroecologia do IFPE *Campus* Barreiros.

4.4 Um breve histórico do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia do IFPE

Nesta seção, apresentamos aspectos acerca da implementação do CST em Agroecologia no IFPE-*Campus* Barreiros. Conforme já mencionado na apresentação desta Tese, o CST em Agroecologia foi implementado no IFPE-*Campus* Barreiros em agosto de 2011. A criação do curso surge a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - os IFs. Os Institutos Federais são instituições pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em todos os seus níveis e formas de articulação com os demais níveis e modalidades da Educação Nacional, oferta os diferentes tipos de cursos de EPT, além de licenciaturas, bacharelados e pós-graduação *stricto sensu*.

A partir desse novo formato, o IFPE passou a ser constituído por um total de nove *Campi*, formados pelas antigas Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs): Barreiros, Belo Jardim e Vitória de Santo Antão e pelas antigas unidades do CEFET-PE (Centros Federais de Pernambuco): Recife, Ipojuca e Pesqueira. A partir desta lei, foram criados mais três *Campi*: Afogados da Ingazeira, Caruaru e Garanhuns. Assim, a Rede Federal de Educação Profissional

e Tecnológica constituiu-se em um marco na expansão, interiorização e diversificação da educação profissional e tecnológica no país. Ressaltamos que, atualmente, o IFPE expandiu e conta com dezessete *Campi* em todo o Estado, sendo um deles, polo de EAD (Educação a Distância).

Com essa nova configuração, a Rede de Educação Profissional e Tecnológica passa a exigir novas demandas, entre elas: a obrigatoriedade legal de garantir um mínimo de 50% de suas vagas para a oferta de cursos técnicos de nível médio, na forma integrada. Destaca-se também sua atribuição no desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas por meio de pesquisas aplicadas e as ações de extensão junto à comunidade com vistas ao avanço socioeconômico local e regional, conforme rezam os Art. VII e VIII da lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Nesse contexto, O IFPE- *Campus* Barreiros atento às novas demandas e reconhecendo a sua importância para a formação profissional e para o desenvolvimento da região na qual está inserido, implementa os cursos superiores de Licenciatura em Química e de Tecnólogo em Agroecologia. A opção para a criação do CST em Agroecologia tem uma estreita relação com a história educacional e localização histórica e geográfica do *Campus*. O *Campus* Barreiros tem sua origem nos cursos de vocação agrícola, ele sempre foi referência na formação de Técnico em Agropecuária e da inserção de mão de obra especializada na cadeia produtiva da cana-de-açúcar na Mata Sul-PE.

No entanto, nas últimas décadas, o cenário econômico da região sofreu alterações com o encerramento das atividades de grandes usinas que concentravam a mão de obra (conforme abordamos capítulo II desta Tese), trazendo, como consequência, um alto nível de desemprego e o aumento da pobreza local (PPC, 2015). Nesse contexto, intensifica-se a luta pela reforma agrária e, com ela, surge uma nova categoria social, os assentados rurais, modificando, assim, o espaço da monocultura da região. Esses agentes sociais, apesar de serem oriundos do meio rural, necessitavam/necessitam de formação para desenvolver as atividades agrícolas. Isso porque, parte desses agricultores trabalhavam na monocultura da cana-de-açúcar, outros como empregados domésticos, conforme estudos realizados por Kato e Hamasaki (2008), antes da implantação dos assentamentos rurais, 68% estavam ocupados na monocultura e 32% em outras atividades.

Diante desse quadro, o IFPE - *Campus* Barreiros entendeu que era extremamente importante a implantação de um curso tecnológico de nível superior na área voltada para a sustentabilidade, que visasse à formação profissional para atender aos pequenos produtores

rurais, com possibilidades de inclusão socioeconômica da região e para o equilíbrio ambiental. O CST em Agroecologia intenta formar agentes sociais que possam atuar junto às comunidades rurais, construindo tecnologias sociais para que os agricultores familiares desenvolvam sua produção com melhor êxito, visando à sustentabilidade e a segurança alimentar.

Outrossim, o CST em Agroecologia visa oportunizar condições para os agricultores familiares superarem os desafios no campo, visto que, eles estão se inserindo em nova atividade agrícola, que proporcionem a sustentabilidade e a segurança alimentar. Vale ressaltar que a Educação Superior Tecnológica, no Brasil, surgiu a partir do Plano de Expansão da Rede Federal de Ensino em 2005, e seus cursos foram apresentados por meio do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST), elaborado pelo Ministério da Educação, cuja finalidade é guiar as instituições na escolha de cursos, conforme a demanda local e elaboração de seu PPC.

O discurso proposto no CNCST é que os cursos superiores em Agroecologia devem atender “às populações do campo que possuem demandas diferenciadas do ponto de vista tecnológico, principalmente adaptado à realidade dos agricultores familiares” (CNCST, 2022, p. 264). Conforme o CNCST, o Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia pertence à categoria de cursos da área de recursos naturais, possui uma carga horária mínima recomendada de 2.400. O CST em Agroecologia forma tecnólogo em Agroecologia - profissional que planeja, analisa, executa e monitora sistemas de produção agropecuária, considerando os aspectos de sustentabilidade econômica, ambiental, social e cultural de modo integrado, atuando em propriedades rurais, cooperativas, associações, órgãos governamentais e não governamentais (Brasil, 2010).

O curso tem como objetivo geral: Formar profissionais com uma base ampla de conhecimentos científicos e tecnológicos na área de Agroecologia, com capacidade de manter, criar, estimular e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, oferecendo alternativas que dinamizem os arranjos produtivos locais da agricultura familiar e atividades relacionadas à concepção do desenvolvimento local sustentável (PPC, 2015). Dentre os objetivos específicos, o CST busca:

1-Propiciar ao educando uma formação em Agroecologia sob a percepção de ferramenta intelectual necessária para solução de problemas relacionados ao cotidiano dos agricultores; Formar profissionais aptos ao exercício pleno de todas as atividades concernentes às funções realizadas no segmento; 2- Proporcionar uma formação com ênfase na sustentabilidade dos remanescentes de Mata Atlântica, sem perder de vista a capacidade de atuação em qualquer

outro ecossistema; 3- Proporcionar ao educando vivências agroecológicas e outras atividades que antecipem o seu exercício profissional, engajando-o em atividades presentes na rotina dos profissionais da área, como a vivência em projetos e consultorias, participação em feiras agroecológicas, visita a propriedades rurais, instituições de pesquisa, empresas, congressos, *workshops* e outros (Cf. PPC, 2015).

Podemos observar, por meio dos objetivos específicos, que o processo de aprendizagem em Agroecologia deve estabelecer diálogo com a comunidade externa para experienciar e desenvolver atividades práticas. Visto que a formação profissional em Agroecologia deve ter uma visão ampla e crítica sobre a realidade agrícola, social e ambiental. Espera-se uma formação e atuação de profissionais atentos às relações humanas, porque esta é uma demanda dos que almejam a libertação do homem do campo (PPC, 2015).

4.4.1 Estruturação do CST em Agroecologia do IFPE-Campus Barreiros

O curso é estruturado em seis períodos, que correspondem a três anos e o máximo permitido de tempo no curso é seis anos. A carga horária do curso, em conformidade com o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores é de 2.400 h/r de conteúdos curriculares de natureza científico-cultural, mais 166h/r para o estágio supervisionado, contendo carga horária total de 2.573 h/r (PPC, 2015). São oferecidas, anualmente, 40 vagas, o curso está organizado em períodos semestrais, ofertado no turno matutino.

O público-alvo do curso: concluintes do Ensino Médio residentes na região da Mata Sul ou em cidades circunvizinhas. A forma de ingresso no Curso dar-se mediante: exame Vestibular aberto aos candidatos egressos do Ensino Médio ou similar; aproveitamento da nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), conforme determinação do Conselho Superior; ingresso extravestibular, conforme Edital específico da Reitoria ou *Campus*; d) outras formas previstas na Lei. A prática profissional do curso é desenvolvida a partir dos seguintes elementos:

- Projetos integradores- consiste na jornada de integração com diversos setores do poder público, representantes das comunidades rurais e quilombolas do entorno, discentes e egressos do curso.
- Projetos de extensão - consiste em incentivar docentes e discentes para a elaboração e execução de projetos extensionistas, auxiliando na inserção, como também na inter-relação entre estudantes, comunidades e ou/assentamentos rurais.
- Estágio Curricular Supervisionado - Esta prática pode ser realizada nos laboratórios do *Campus*, ou em outros espaços (cooperativas, centros de pesquisas, empresas de assistência

técnica, fazendas, assentamentos, INCRA, ONGs), dentre outros, desde que apresentem atividades relacionadas ao campo da Agroecologia.

O curso tem treze anos de existência e resistência na Mata Sul-PE, sendo um curso que apresenta um discurso contra-hegemônico à prática do monocultivo, esta que ainda é tão forte na região, termina sendo um entrave para a formação profissional em Agroecologia, visto que o setor da monocultura, geralmente, não tem interesse na contratação desse profissional. Durante estes treze anos de existência, o curso teve dez turmas, dessas, apenas 87 estudantes concluíram o curso, há alguns que ainda constam como concludentes, não finalizaram os seus TCCs. Vale ressaltar que, apesar de o *Campus* ofertar 40 vagas anualmente, dificilmente, essas vagas são preenchidas. No contexto sócio-histórico e cultural em que o *Campus* está localizado, é possível inferir que esse contexto pode ter interferência nessa lacuna, ou seja, na baixa adesão ao CST em Agroecologia.

Outro problema que, certamente, interferiu negativamente para a redução do ingresso do estudante, como também na evasão foi o período da Pandemia da COVID-19. Outro fator que, possivelmente, interferiu para a evasão foram os cortes de verbas para a educação superior advindos do Governo Federal entre os anos 2019 e 2022. Nesses últimos quatro anos, o MEC teve 20% de suas verbas cortadas e o Ministério de Ciência e Tecnologia. Estas questões causaram impactos no avanço do CST em Agroecologia, uma vez a dinâmica deste curso é bastante peculiar, necessita da articulação do *Campus* com a comunidade e vice-versa, para desenvolver os projetos de extensão, sem recursos não há esta possibilidade de movência.

Vale ressaltar que o curso tem se mantido firme nesses seus treze anos. Em 2013, o curso conquistou um espaço específico dentro do *Campus*, por meio da implantação do Núcleo de Estudos em Agroecologia, Agricultura orgânica e Desenvolvimento Sustentável (NEADS). Após a implantação desse núcleo, com recursos oriundos da Chamada CNPq – MAPA 81/2013 e sua manutenção através da Chamada CNPq - MAPA 02/2016, foi possível a organização de um espaço físico equipado. Essa conquista se deu através de edital do CNPQ, do qual um grupo de docentes do colegiado do curso concorreu. Este espaço exerce um papel de discussão para o fortalecimento da Agroecologia, de apoio para o estudante, um espaço de integração entre professores, estudantes e agricultores.

A partir do NEADS, foi possível a realização de diversas atividades interna e externa ao *Campus*, tais quais: Jornadas de Agroecologia e Agricultura Familiar; Ciclos de Seminários, Palestras; Cursos de Capacitação; Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC); Excursão e visitas técnicas para estudantes e docentes; participação em edições do Congresso Brasileiro de

Agroecologia (CBA); Roda de diálogos com mulheres da Mata Sul-PE; atividades de campo como manutenção do Sistema PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável); implantação de SAFs (Sistemas Agroflorestais); experimentos com adubação orgânica; projetos de pesquisa e de extensão com bolsas CNPq e também do IFPE e parcerias com ONGs.

Conforme discurso dos docentes durante a nossa entrevista, na época áurea de governo que fomentava a formação profissionalizante e que dispunha de recursos, havia um agroecólogo no espaço do NEADS. Esse profissional fazia a comunicação com estudantes e comunidades elencando as demandas. Foi um período que fortaleceu o curso, os estudantes se sentiam, de fato, pertencentes a esse espaço. Com o corte de verbas, sem recursos, não foi possível o NEADS manter este profissional, mas espaço é aberto todos os dias por bolsistas do PIBIC e PIBEX. O NEADS foi institucionalizado dentro do IFPE, dentro da Pró-Reitoria de Extensão, ele está interligado com as redes de Agroecologia em outras regiões do Brasil. O NEADS foi o divisor de águas, o propulsor para fortalecer o curso. Tem sido para os estudantes do CST em Agroecologia um espaço de pertencimento.

Convém esclarecer que estes elementos, acerca do CST em Agroecologia trazidos nesta seção, fizeram-se necessários para a nossa pesquisa, pois, por se tratar de um estudo fundamentado na abordagem crítica do discurso, conhecer os diferentes contextos do objeto em estudo é indispensável. O PPC foi para a nossa pesquisa uma “bússola”, isto é, ele nos orientou no percurso da elaboração dos nossos instrumentos de coleta de dados, do questionário e das entrevistas, foi fundamental para a análise etnográfica.

No próximo capítulo, discorreremos acerca do arcabouço teórico-metodológico que ancorou a nossa pesquisa.

CAPÍTULO 5

BASES TEÓRICAS PARA O CAMINHAR DA PESQUISA

Da conscientização e da crítica surgem possibilidades de empoderamento e mudança (Fairclough, 1989).

Neste capítulo, discorreremos sobre aspectos constitutivos da Análise Crítica do Discurso (ACD) e da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), principais aportes teórico-metodológicos que fundamentaram a nossa pesquisa. O capítulo está organizado em seis seções e subseções. Na primeira seção, discorreremos acerca da ACD como um campo de estudos para pesquisas sociais e o marco teórico da ACD. Na segunda, apresentamos um recorte sobre as bases filosóficas nas quais a ACD se ancorou como abordagem transdisciplinar. Na terceira seção, discutimos acerca da ACD como uma abordagem teórico-metodológica, o conceito de discurso e o termo “crítica” na ACD. Na quarta seção, discorreremos acerca de linguagem e prática social, do texto como elemento basilar para ACD e dos significados do discurso. Na quinta seção, apresentamos a Linguística Sistêmico-Funcional como base linguística para análise da interioridade da linguagem na ACD - de acordo com Halliday (1994) e Halliday & Matthiessen (2004, 2014), as metafunções da linguagem e as categorias analíticas advindas da LSF e da ACD. Na sexta seção, discutimos acerca de poder, hegemonia e ideologia na produção do discurso.

5.1 Análise Crítica do Discurso: campo de estudos para pesquisas sociais e seu marco teórico

A ACD é um campo de estudos transdisciplinar que defende que a linguagem mantém um tipo especial de relação com outros elementos sociais (Fairclough, [1992], 2016). Esse paradigma sustenta-se como aparato para analisar e explicar a influência das relações de poder em textos e compreender momentos de mudança discursiva e de problemas sociais vigentes que geram dominação, opressão, manipulação, discriminação, abuso de poder, enfim, questões geradoras de desigualdade social. A ACD visa trabalhar na luta contra essa desigualdade com vistas a promover mudança social. Destaca-se como um dos pioneiros e representantes desse campo de estudo o linguista e professor britânico da universidade de Lancaster, Norman Fairclough.

Consideramos pertinente esclarecer, no início deste capítulo, que adotaremos o termo “Análise Crítica do Discurso” usando a sigla ACD em tradução à “*Critical Discourse Analysis*”. Ao nosso ver, este esclarecimento se faz importante, porque, no Brasil, há pesquisadores, tais

quais Izabel Magalhães (pioneira da introdução da ACD no Brasil), Solange Barros, Viviane Vieira, Viviane Resende, entre outros que adotam a tradução Análise de Discurso Crítica (sob a sigla ADC). Já as pesquisadoras: Viviane Herbele, Célia Magalhães, Alexcina Cirne, Karl Efken, entre outros, utilizam a tradução Análise Crítica do Discurso (ACD).

Entendemos que tal procedimento é apenas uma questão de opção de tradução, Magalhães (2004, p. 119) acredita que a tradução ‘Análise Crítica do Discurso’ tenha influência do termo espanhol “análisis crítico del discurso”. Ainda conforme Magalhães (2004), a classificação “Análise de Discurso Crítica” seria uma forma de diferenciá-la da Análise de Discurso de vertente francesa, diferenciando, assim, uma abordagem da outra. Há outro aspecto em relação à escrita da denominação dessa abordagem teórico-metodológica que julgamos ser importante mencionar, trata-se da distinção entre maiúscula e minúscula nas iniciais da expressão “Critical Discourse Analysis” (ADC) - com as iniciais das palavras em maiúsculo - de “critical discourse analysis” - escrita em letras minúsculas.

Essa observação provém do argumento de Paul Gee (2004), que argumenta que ADC/ACD se refere à marca de análise informada pelo grupo composto por Norman Fairclough e seus seguidores, assim, devendo ser grafada com as iniciais em maiúsculo. Em contrapartida, a expressão em minúsculas inclui uma série mais ampla de abordagens. Vale salientar que, ao longo da escrita da Tese, faremos referência à terminologia ACD, como nomeação genérica sem distinção ao termo Teoria Social do Discurso (TSD) para aporte teórico e ACD para metodológico, visto que a teoria e o método caminham paralelamente juntos (Fairclough [1992], 2016, 2003).

Compreende-se que a ACD tem sua origem na abordagem de estudo da linguagem denominada de Linguística Crítica (doravante LC), na década de 1970, teoria decisiva para o surgimento da ACD. A LC emerge em oposição às vertentes linguísticas vigentes que tinham os estudos da língua pautadas nela mesma. Pesquisas de investigação sociolinguística, nesse período, dava primazia à descrição, explicação da variação linguística e às estruturas de interação comunicativa, questões de hierarquia social e poder tinham pouca atenção nas pesquisas de caráter linguísticas (Wodak, 2004).

Em 1979, em meio a essas insatisfações no âmbito acadêmico, os linguistas Roger Fowler Robert, Hodge, Gunther Kress e Tony Trew iniciaram os estudos sobre a linguística crítica e publicaram o livro *Language and Control (Linguagem e Controle)*. Esta obra despertou a atenção de linguistas e pesquisadores da linguagem que demonstravam interesse pela relação entre o estudo do texto e os conceitos de poder e ideologia. A LC recebeu influências de

trabalhos no âmbito da Teoria Social, relacionada aos membros da chamada Escola de Frankfurt e de trabalhos dos filósofos Michel Foucault e Antonio Gramsci (Souza, *et al.*, 2022). A LC introduziu “teorias e métodos de análise textual e da Linguística Sistêmico-Funcional com teorias sobre ideologia” (Barros, 2015, p. 59). Desse modo, a LC passa a compreender a função da linguagem na estruturação das relações sociais, conforme Fowler *et al.* ([1979], 2019, p. 12) mencionam no prefácio da obra *Language and Control*:

Nós demonstramos como as estruturas linguísticas são usadas para explorar, sistematizar, transformar e muitas vezes ocultar questões da realidade; para regular as ideias e o comportamento dos outros; classificar e categorizar pessoas, eventos e objetos; para afirmar status institucional ou pessoal.

A tarefa da LC, conforme o argumento de Fowler *et al.* (1979), é investigar a organização linguística do texto levando em consideração as relações de poder que estão implícitas no contexto e desvendar as intenções dos falantes nas relações sociais. Assim, a LC ao contrário da linguística formalista, não se limita apenas aos aspectos formais concernentes à competência linguística dos falantes, mas compreende a relação dialética entre a linguagem e o controle social. É nesse sentido, portanto, que a abordagem da ACD, proposta por Fairclough (1985) e seus seguidores, dialoga com a LC, compreendendo que a linguagem é indissociável da estrutura social e vice-versa. Em virtude dessa aproximação, os dois campos teóricos, em alguns momentos, são classificados como sinônimos, isto é, para alguns autores, a ADC é considerada uma continuação da LC (Wodak, 2001). No entanto, Magalhães (2004, p. 120) argumenta que essas interpretações reduzem o papel da ACD nas teorizações sobre o discurso

não se deve reduzir a ADC à LC, pois há questões teóricas e práticas que foram explicitadas pela ADC, contribuindo para o avanço dos debates. A ADC tem se dedicado à análise de textos, eventos discursivos e práticas sociais no contexto sociohistórico, principalmente no contexto das transformações sociais, propondo uma teoria e um método para o estudo do discurso. Enquanto a LC desenvolveu um método para analisar um pequeno corpus textual [...].

Nas palavras da autora, não é coerente limitar as contribuições da ACD para os estudos da linguagem, tendo como base apenas os ideais da LC, visto que a ACD ampliou as discussões acerca da funcionalidade da linguagem e criou um programa da aplicabilidade de métodos de estudos e análise social e linguístico com ênfase em diferentes problemas sociais visando à sua transformação. Na concepção de Fairclough ([1992], 2016), a LC enfatizou mais o texto como produto e acabou esquecendo os processos de produção e de interpretação de textos, apresenta algumas limitações, confere um olhar unilateral para os efeitos do discurso nas estruturas sociais

e, conseqüentemente, “negligencia tanto o discurso como domínio em que se realizam as lutas quanto a mudança no discurso” Fairclough ([1992], 2016, p. 52). Para o autor, isso compromete a análise e acaba desconsiderando a relação dialética entre sociedade e linguagem.

No entanto, não podemos desconsiderar que tanto a LC quanto a ACD reúnem pesquisadores que problematizam os discursos no intento de investigar criticamente as desigualdades postas e legitimadas pela linguagem em uso, isto é, pelo discurso (Wodak, 2001). A relação de proximidade entre a LC e a ACD reforça a presença de elementos conceituais da primeira na segunda, como também a LC traz para a ACD a noção da linguagem sob a ótica de prática social, compreendida como campo de lutas hegemônicas. Sob essa perspectiva, Magalhães (2005) pontua que a LC pode ser considerada base geradora da ACD, pois ela representou o passo inicial em direção a uma abordagem que tentava promover a análise linguística textual associada a uma teoria social, com ênfase aos processos linguísticos em usos políticos e ideológicos, como relembra Fairclough ([1992], 2016).

Vale ressaltar que foi com a LC que surgiu o “atual interesse pela linguagem e pelo discurso (Van Dijk, 2018, p. 113). Desse modo, entendemos que a LC representa um marco teórico importante para a construção de um projeto crítico sociolinguístico capaz de desvendar as assimetrias de poder presentes no discurso. Posto isso, entendemos que a ACD e a LC se preocupam com as relações entre linguagem, poder e ideologia, porém a ACD conseguiu ampliar os estudos da LC em termos de teoria, de aplicação e de metodologia.

O termo “Análise Crítica do Discurso” foi usado pela primeira vez pelo linguista britânico Norman Fairclough, da Universidade de Lancaster em 1985, com a publicação de um artigo intitulado “*Critical and descriptive goal in discourse analysis*” no periódico *Journal of Pragmatics*. A partir desse artigo e, posteriormente, da obra *Language and power*, do mesmo autor, em 1989, desencadearam uma série de debates na Universidade de Lancaster, acerca da linguagem como prática social.

A ACD surgiu após um simpósio em Amsterdã, Holanda, em janeiro de 1991 com diversos linguistas. Entre estes linguistas estavam Teun van Dijk, Norman Fairclough, Gunther Kress, Theo van Leeuwen e Ruth Wodak. Eles pretendiam criar um método dinâmico para analisar a linguagem que abrangesse, de forma crítica, desde as teorias linguísticas às ciências sociais e humanas, conferindo ao discurso uma investigação amparada por reflexões socioculturais e históricas (Fairclough [1992], 2016; Wodak, 2001). A partir desse evento, publicações de Fairclough (1989, 1992), Van Dijk (1984, 1987, 1988, 1991, 1993), Kress (1985, 1990), Wodak (1990), Van Leeuwen (1993), entre outros, no cenário internacional, vêm

contribuindo para os estudos críticos do discurso e vem sendo ampliado em todo o mundo. A ACD entende que se faz necessário desvendar o papel da linguagem a partir de práticas contextualizadas com ênfase na análise do discurso voltada para a mudança social.

Os estudos críticos do discurso foram introduzidos no Brasil pela precursora professora Maria Izabel dos Santos Magalhães (UNB), uma das autoras brasileiras responsável por difundir a ACD no país e possibilitou a expansão de vários estudos em torno desse campo teórico. A primeira publicação que marca a inserção da ACD no Brasil foi o artigo: *“Por uma abordagem crítica e explanatória do discurso”*, de autoria de Izabel Magalhães (1986), publicado na revista D.E.L.T.A. Além de Magalhães, outros autores se filiaram a essa abordagem e têm possibilitado muitas discussões que vem ganhando notoriedade na América Latina, com os trabalhos de María Laura Pardo; Neyla Graciela Pardo Abril; Viviane Resende; Viviane Vieira; Solange Barros; Viviane Herbele; Maria Aparecida Ottoni; Alexcina Cirne, Karl Efken. Esses estudos têm sido bastante relevantes para a difusão da ACD em diversas áreas do conhecimento das Ciências Sociais e na explanação de problemas sociais que afetam as classes minorizadas.

Após essa exposição, trataremos, nos itens subsequentes, acerca de outras bases filosóficas que influenciaram a ACD, dos conceitos constitutivos dessa abordagem dialético-relacional, entendida como teoria/método que tem como objeto de estudo a relação discurso, sociedade e poder a partir da linguagem em uso em suas múltiplas dimensões e funções.

5.2 A ancoragem da ACD em outras teorias

A ACD foi impulsionada por diferentes bases filosóficas para aperfeiçoar a investigação analítica discursiva com ênfase na dialética linguagem e sociedade. A ACD defende um diálogo transdisciplinar que possibilita uma relação dialética entre linguagem e sociedade e conta com um amplo suporte teórico das ciências sociais dentre elas: o Marxismo, o Realismo Crítico, o Dialogismo de Bakhtin, as ideias de Michel Foucault, de Michel Pêcheux, Jürgen Habermas, do sociólogo Anthony Giddens, David Harvey, entre outros. A influência desses teóricos para ACD se justifica, uma vez que esses autores entendem de forma crítica os fenômenos estruturais da sociedade.

Do pensador marxista italiano Antônio Gramsci, provém o conceito de hegemonia, para quem a hegemonia se relaciona a uma série de aspectos políticos, culturais, ideológicos e morais. Nesses termos, a hegemonia é definida como “um contínuo processo de formação e

suplantação de um equilíbrio instável” (Gramsci, 1988, p. 423). Fundamentado nesse pensamento, Fairclough ([1992], 2016, p. 127) afirma que hegemonia é “liderança tanto quanto dominação”, o autor acredita na possibilidade de mudança dentro do próprio sistema, na ampliação de espaço social para os agentes em desvantagem. No pensamento gramsciano, a natureza humana se define como um conjunto das relações sociais, pois se transforma continuamente. As relações sociais são expressas por diversos grupos de homens que se pressupõem uns aos outros, cuja unidade é dialética e não unilateral.

A ACD, em seus estudos mais recentes, como, por exemplo, em Chouliaraki e Fairclough (1999), têm demonstrado aproximação com o pensamento dos teóricos sociais contemporâneos, a partir do conceito de mundo social como um sistema aberto em constante transformação trazido por Bhaskar, na vertente denominada de Realismo Crítico (RC). Essa vertente filosófica, de caráter emancipatório, “tem servido de base para uma reflexão teórica e metodológica de muitos cientistas sociais, que buscam compreender as inter-relações entre indivíduos e sociedades” (Barros, 2015, p. 23). Assim como a ACD, o RC possui inclinação emancipatória, considera que as estruturas sociais resultam da ação humana ao mesmo tempo em que a constroem e tornam possível de mudança.

O RC considera a vida social e natural como um sistema aberto que está em constante transformação e a realidade é constituída pela existência de diferentes domínios: o potencial, realizado e empírico, como também por diferentes estratos: físico, biológico, social, semiótico, social, econômico, dentre outros (Vieira e Resende, 2016). Podemos inferir que todos esses estratos têm efeitos na análise de práticas sociais, visto que, na construção da vida social ou natural, a operação de qualquer mecanismo (potencial, realizado, empírico) ou estrato é mediada pelos outros estratos sem que sejam reduzidos ou excluídos.

A ACD faircloughiana também foi influenciada por Mikhail Bakhtin, pelo fato de esse autor ser o pioneiro na explanação filosófica da linguagem e ideologia, tema tão caro para a ACD. Para Bakhtin (2002), a linguagem é um fenômeno sócio-histórico e ideológico, “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia” (2002, p. 29). O signo, nessa perspectiva, pode ser compreendido como representação do mundo e de luta de classes, isso se dá por meio do dialogismo, das interações de diversas vozes.

Essa interação de vozes é entendida e empregada por Bakhtin como intertextualidade, termo este cunhado por Kristeva na década de 1960, este é um dos principais temas utilizados por Bakhtin para análise de textos. Essa abordagem intertextual oriunda de Bakhtin é inserida

na ACD faircloughiana como uma das principais categorias de análise do discurso, outra abordagem bakhtiniana que contribuiu para os estudos do discurso foi a teoria de gêneros discursivos. Fundamentado em Bakhtin, Fairclough ([1992], 2016, 2003) entende que a intertextualidade isoladamente não pode explicar as limitações sociais, precisa ser conjugada a uma teoria de relações de poder.

Outros teóricos sociais também influenciaram os estudos da ACD, em particular, Harvey e Giddens, teóricos que têm procurado compreender como transformações da modernidade tardia estão influenciando elementos como relações de poder, identidade, discursos e práticas sociais. O pensamento de Harvey tem sido utilizado na ACD para possibilitar uma maior compreensão de “mudanças econômicas” ocorridas no capitalismo que vêm causando impactos no “campo da cultura” em várias sociedades, no contexto da globalização, na qual se desenvolve uma efemeridade que pode ser aplicável tanto às mercadorias, como a valores, estilos de vida e outras coisas (Magalhães, Martins e Resende, 2017). Harvey também tem contribuído para a ACD, por valorizar uma dialética do discurso, possibilitando que os agentes sociais reconheçam que a mudança no âmbito da modernidade tardia é também uma mudança na linguagem.

A escolha por essa abordagem materialista dialética histórico-geográfica é justificada por Chouliaraki e Fairclough (1999) por essa formulação teórica vê a mudança em direção à modernidade tardia como constituída pela linguagem. Do teórico Anthony Giddens, Chouliaraki e Fairclough (1999) recorrem à noção de estrutura social e seguem a concepção trazida pelo sociólogo de que a globalização está relacionada a uma nova modalidade de poder marcado pelo desenvolvimento mais intenso da tecnologia e das comunicações que vem reduzindo as limitações entre espaço e tempo, influenciando comportamentos das sociedades pelo mundo e provocando uma sensação de “deslocamento” nos indivíduos.

São retomadas também, por Chouliaraki e Fairclough (1999), as ideias de Giddens (1991), no referente à autoidentidade e à reflexividade nas relações ao aceitar agência individual e coletiva atrelada à reflexividade crítica, aspecto potencial para mudança, na qual os sujeitos, a partir do acesso aos bens intelectuais gerados pela modernidade, são capazes de pensar criticamente no desempenho de suas práticas. Desse modo, as lutas por transformações das práticas discursivas e sociais serão desempenhadas nos domínios do conhecimento, da ideologia e do discurso.

Outra teoria que fundamentou a agenda de pesquisa da ACD foi a Teoria Crítica desenvolvida por Jürgen Habermas (1984), na qual a comunicação é compreendida como

processo fundamental da intersecção entre o simbólico e o material na constituição da organização social. Para Habermas, é por meio do agir comunicativo que as pessoas podem obter sua emancipação, visto que a comunicação é entendida como um processo de negociação de significados e elemento constituidor da organização social. Partindo desse pensamento, a comunicação tem um poder emancipatório na concepção de Fairclough ([1992], 2016). Habermas traz uma discussão acerca de contradições entre a racionalidade comunicativa e a racionalidade instrumental, e a suplantação da primeira pela modernidade. Habermas reconhece “um potencial emancipatório não realizado” na vida social.

Nas palavras de Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 84), Habermas “localiza esse potencial em formas de comunicação, em linguagem”. Os potenciais não realizados na vida social são apontados por Habermas como um recurso de mudança social e os portadores para estes potenciais são os movimentos sociais que são resistentes aos efeitos da colonização do mundo da vida, tentam defender o mundo da vida contra a colonização (Chouliaraki e Fairclough, 1999). Fundamentado em Habermas, Fairclough trabalha a ideia de colonização dos discursos pelos discursos, pois para a ACD é no discurso que está inserido o poder que tanto pode manipular como transformar os agentes sociais.

A ACD busca, nos estudos de Foucault, as bases constitutivas do discurso e do poder e toma como principais conceitos para desenvolver os temas apresentados por Michel Foucault – enunciado e ordem discursiva –, ideias fundamentais à apreensão dessa abordagem teórico-metodológica. Na obra *A ordem do discurso*, Foucault (2003, p.10) argumenta que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder de que queremos nos apoderar”, ou seja, o discurso é compreendido como um campo de lutas pode proporcionar mudanças sociais oriundas do dispositivo de poder.

Vale destacar que Fairclough ([1992], 2016) reconhece os estudos de Foucault como contribuições relevantes para a teoria social do discurso, no concernente aos temas discurso e poder, à construção discursiva de sujeitos sociais, para o conhecimento do funcionamento do discurso para o processo de mudança social. Dentre as principais discussões foucaultianas, importam para ACD, sobretudo, “o aspecto constitutivo do discurso, a interdependência das práticas discursivas, a natureza discursiva do poder, a natureza política do discurso e a natureza discursiva da mudança social” (Resende e Vieira, 2021, p. 18). Apesar de Fairclough [1992], 2016) reconhecer aspectos importantes da obra de Foucault para os estudos da linguagem, como por exemplo, a concepção da linguagem como algo irreduzível da vida social, o linguista

identifica, entretanto, duas lacunas em Foucault: a visão determinista e relativista do aspecto constitutivo do discurso proposto por Foucault e a negligência para com a análise textual.

Sob esse viés, Fairclough ([1992], 2016, p. 85) elucida que há “um contraste entre a teoria de Foucault e a ACD, não inclui análise discursiva e linguística dos textos reais”. Foucault, conforme Fairclough (2003), não se deteve à materialidade do texto, deu pouca atenção às características linguísticas. Na concepção de Fairclough ([1992], 2016), a análise do discurso não se restringe em falar só na perspectiva de poder, faz-se necessário explorar a materialidade linguística para desvelar o que está implícito nas relações de dominação discursiva. Assim, a análise textual é incorporada à análise do discurso e a estrutura social determinista dá lugar ao enfoque dialético que considera o discurso como um elemento essencial na constituição do social, que também o constitui.

Na visão faircloughiana, faltou, em Foucault, uma tomada de posição explícita nas questões relacionadas à luta política, pois, para Foucault, o sujeito é manipulado pelas estruturas sociais de tal forma que ele se vê incapaz de contestar as práticas sociais. Ao passo que na perspectiva da ACD, os sujeitos são posicionados ideologicamente, mas também são capazes de agir criativamente no sentido de realizar suas próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias a que são expostos e capazes de reestruturar as práticas e as estruturas posicionadoras (Fairclough, [1992], 2016). Nessa perspectiva, o sujeito tanto pode ser moldado pelas estruturas, como também ele, conscientemente, pode transformá-las; o sujeito não é apolítico, mas um ator social ativo.

Quanto à similitude do pensamento de Michel Pêcheux ao pensamento de Fairclough, eles se aproximam no entendimento de linguagem como prática social imbricada nas relações de poder e ideologia na teoria social do discurso. Pêcheux, na concepção de Fairclough ([1992], 2016), traz uma contribuição fundamentalmente importante para a teoria social – desenvolvendo a ideia de linguagem como forma material da ideologia. O trabalho de Pêcheux influenciou os estudos críticos do discurso nos moldes de Fairclough, na maneira como ambos estudam as relações entre linguagem, poder e sociedade, esse é um ponto em comum, tanto em Pêcheux quanto em Fairclough, a linguagem é vista como prática social. No entanto, esses teóricos divergem em alguns aspectos: Pêcheux (1988) analisa a reprodução social no discurso, dando ênfase ao modo como os discursos são atravessados por ideologia. Fairclough ([1992], 2016) propõe uma abordagem voltada para o estudo de transformações sociais (Magalhães, 2019).

Outro ponto divergente é que Pêcheux é o fato de seguir uma metodologia mais estruturalista, foca nas formações discursivas. Enquanto, em Fairclough, o cerne é o discurso como prática social, que pode ser transformador de um dado contexto sócio-histórico-cultural, adotando uma perspectiva mais crítica para investigar os discursos em contextos específicos. Conforme Fairclough ([1992], 2016), o motivo que leva a teoria de Pêcheux ser considerada crítica é o fato de aglutinar uma teoria marxista do discurso com métodos linguísticos de análise textual. Entretanto, Fairclough ([1992], 2016) considera que o modo como é dada a análise na abordagem de Pêcheux não é satisfatória, uma vez que a aplicação dos procedimentos de análise possibilita um foco seletivo sobre partes dos textos, a análise é fragmentada, “não leva em consideração o texto na íntegra, os processos discursivos de produção e interpretação têm pouca atenção” (Fairclough [1992], 2016, p. 58).

Podemos inferir que essas diferentes teorias, que orientam os estudos críticos do discurso, são relevantes para a explicação e a interpretação do discurso em seus usos autênticos e nos seus diversos contextos e complexidades. No próximo tópico, discorreremos sobre aspectos que traduzem a ACD como teoria e método para os estudos críticos da linguagem como prática social.

5.3 Análise Crítica do Discurso: uma abordagem teórico-metodológica para pesquisas sociais

A ACD é um campo de estudos das ciências sociais que articula a história e a sociedade à linguagem em toda sua dinamicidade, proporciona recursos para análise minuciosa dos discursos, situa-se na tradição da Ciência Social Crítica, cuja motivação é oferecer suportes para questionamentos de problemas sociais relacionados a poder e à justiça presentes nas práticas sociais (Fairclough e Chouliaraki, 1999). A proposta da ACD constitui uma perspectiva teórico-metodológica que estabelece um diálogo entre a Ciência Social Crítica e a Linguística, especificamente a Linguística Sistêmico-Funcional. Trata-se de um diálogo ‘transdisciplinar’ (Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 16), mediada pela teoria linguística e teoria social, o que a ACD “teoriza em particular é a mediação entre o social e o linguístico – a 'ordem do discurso', a estruturação social do hibridismo semiótico (interdiscursividade)”.

Esta abordagem “não somente aplica outras teorias, como também, por meio do rompimento de fronteiras epistemológicas, operacionaliza e transforma tais teorias em favor da abordagem sociodiscursiva” (Resende e Vieira, 2006, p. 14). Ela propõe uma reflexão teórica acerca do funcionamento da linguagem e do seu papel nas articulações das práticas sociais.

Partimos da premissa de que essa abordagem conduz o analista a esmiuçar os sentidos visíveis e invisíveis que constituem os discursos, abrindo um leque de possibilidades interpretativas críticas para intervir socialmente e desvelar, por meio da linguagem, atitudes humanas que causam incongruências e afetam principalmente as populações minorizadas.

No intento de conceituar a ACD, Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 16) argumentam que ela

tanto é teoria como método, um método para analisar práticas sociais com atenção particular aos seus momentos discursivos na articulação das preocupações teórico-práticas da esfera pública [...] A ACD traz uma variedade de teorias para o diálogo, especialmente teorias sociais, por um lado teoria linguística; do outro, a teoria social de modo que ela é uma síntese mutante de outras teorias, embora ela mesma teorize em particular a mediação entre o social e o linguístico - a 'ordem do discurso', a estruturação social do hibridismo semiótico (interdiscursividade).

Frente às palavras dos autores, depreendemos que a ACD é, simultaneamente, teoria e método que objetiva interpretar, descrever e intervir criticamente em problemas sociais a partir de um entendimento de que as relações de poder são reveladas por meio de práticas sociais. Na abordagem da ACD, não se deve focar a análise discursiva tomando como base apenas o aporte teórico, ele deve estar conjugado à metodologia como um meio para alcançar resultados. O objeto de análise desta abordagem ocorre entre o aspecto linguístico e o social, uma vez que as práticas sociais são construídas pela linguagem dentro de um contexto social com suas complexidades. Na ACD, os analistas críticos do discurso pretendem mostrar o modo como “as práticas linguístico-discursivas estão imbricadas com as estruturas sociopolíticas mais abrangentes de poder e dominação” (Kress, 1990, p. 85).

Na proposta da ACD, não é aceitável a operacionalização da análise do discurso priorizando uma disciplina em detrimento de outra, visto que as questões sociais emergem no/do discurso são de diversas naturezas epistemológicas. Ademais, o conceito de operacionalização, conforme Chouliaraki e Fairclough (1999), implica trabalhar de uma forma transdisciplinar, onde a lógica de uma disciplina dever ser inserida na análise do trabalho. A natureza transdisciplinar da ACD tem como objetivo dialogar com diferentes conhecimentos teóricos e exercer uma reflexão acerca de problemáticas sociais nas sociedades contemporâneas que determinam a sua (re) produção e circulação.

Destarte, a ACD investiga a linguagem em seu pleno funcionamento, articula análise linguística e análise social, difere dos estudos de caráter mais estruturalista, cujo objetivo é analisar a linguagem apenas como sistema semiótico, “desprezando de alguma forma os atores que dela fazem uso” (Resende e Vieira, 2016, p. 15). Desse modo, a análise dos aspectos sociais

e linguísticos, articulados aos fenômenos sociais presentes nos textos, pode desvelar como o discurso participa da construção de ideologias e dominação nas relações sociais e como ele pode construir novas relações sociais. Nesses termos, a abordagem teórico-metodológica da ACD, conforme pontuam Resende e Vieira (2016, p. 107),

oferece ferramentas analíticas para o/a pesquisador(a) mapear conexões entre aspectos semióticos e não-semióticos do social, tendo em vista dois objetivos principais. Primeiro, investigar mecanismos causais discursivos e seus efeitos potencialmente ideológicos. Segundo refletir sobre **possíveis maneiras de superar relações assimétricas de poder** parcialmente sustentadas por sentidos de textos. (grifo nosso)

Essa abordagem atua na investigação das relações estruturais e sociais de poder e controle, que se manifestam nos processos de articulação do sujeito no uso da língua, por meio da linguagem verbal e não-verbal. Nesse sentido, a proposta da ACD, apresentada por Norman Fairclough, parte da premissa de que a “linguagem é parte irredutível da vida social, dialeticamente interconectada a outros elementos da vida social, de modo que a análise social e a pesquisa têm que levar em consideração a linguagem” (Fairclough, 2003, p. 2).

Nos pressupostos da ACD, a relação entre linguagem e sociedade é compreendida como ponto de partida para os estudos críticos do discurso (Fairclough, 1989, Chouliaraki e Fairclough, 1999). Nesses termos, ressaltamos as palavras de Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 138), ao afirmarem que “as práticas são pensadas, organizadas e realizadas por meio da linguagem”, ou seja, a linguagem está presente em todo o movimento da prática social. Podemos, assim, entender que no plano discursivo nada acontece fora da linguagem, esta tanto pode (re) produzir e transformar as práticas sociais.

Desse modo, o analista crítico do discurso precisa enfatizar primeiro o uso social da linguagem, uma vez que ela é “um elemento de todos os níveis sociais” (Fairclough, 2003, p. 24). Na proposta faircloughiana, deve-se problematizar a linguagem, no sentido de dar ênfase à função da linguagem na identificação de certas características da vida social como problemas que afetam determinado grupo e se perpetuam na sociedade. Nesse sentido, a ACD concede à linguagem o potencial de transformação social e cultural. Para tal, o estudo crítico da linguagem deve recusar uma “visão estática das relações de poder com ênfase exagerada no papel desempenhado pelo amoldamento ideológico dos textos linguísticos na reprodução das relações de poder existentes” (Fairclough, [1992], 2016, p. 20). A ACD é, assim, compreendida como uma abordagem teórico-metodológica que visa investigar a maneira como as formas linguísticas funcionam na reprodução, manutenção e transformação social (Melo, 2011).

Nesses termos, a análise social crítica, nas palavras de Fairclough (2012), pode ser entendida como normativa e explicativa, uma vez que ela critica a realidade em bases normativas - embasada no fato de que as necessidades de bem-estar para um determinado grupo não são realmente satisfeitas e justas. Sendo, portanto, necessário explicá-las e interpretá-las em termos dos efeitos das estruturas sociais e de outros mecanismos. Nas palavras de Vieira e Resende (2016, p. 22), “pesquisas em ACD só se justificam se enquadradas na perspectiva crítica”. Sob esse viés, podemos entender que a análise social crítica não se restringe à mera descrição metalinguística, ao contrário, tem a função de avaliar e interpretar as ações humanas e suas consequências na constituição da sociedade.

Assim, as desigualdades sociais e suas respectivas causas devem ficar evidentes no trabalho que o analista postula e cuja realidade procura investigar, por exemplo, desigualdades de riqueza podem ser explicadas como efeitos do capitalismo (Fairclough, 2012). Na ACD, a explicação dos efeitos causais das estruturas sociais e de seus mecanismos ocorre em uma relação dialética entre o material e o semiótico. Esses objetos de análise são necessários tanto para a crítica normativa quanto para a explicativa (Fairclough, 2012).

Enquanto método investigativo, a ACD dá suporte para o analista explicar por que, por quem e como essas anomalias sociais se perpetuam na sociedade afetando a população menos informada e com menos recursos financeiros. Nessa perspectiva, compete ao analista crítico do discurso investigar e realizar uma explanação sobre como e por que as realidades sociais restritas de desenvolvimento, que convivem sob constrangimentos e opressões, emergiram e quais as possibilidades de transformação dessas realidades. A análise do discurso é descrita, nas palavras de Fairclough ([1992], 2016, p. 33), como “uma análise que visa a explorar sistematicamente relações frequentemente opacas de causalidade”.

Desse modo, o objetivo da ACD, enquanto abordagem teórico-metodológica, é analisar e revelar o papel que o discurso opera na reprodução da dominação que grupos sociais privilegiados exercem na sociedade, criando e reproduzindo desigualdades sociais (Pedro, 1997). Em *Analysing Discourse*, Fairclough (2003) aclara que a ACD é “um recurso para a análise e pesquisas sociais”, e um modo produtivo para essa concretização se dá por meio da linguagem, levando em consideração a vida social. Na análise do discurso, é preciso entender que a linguagem constitui uma relação dialética com as estruturas sociais, ambas são constituintes e constituídas em um entrelaçar que constroem as práticas sociais. Assim, a ciência social crítica constrói, como objeto de pesquisa científica, a relação dialética entre

relações e estruturas objetivas, por um lado, e as disposições práticas dos sujeitos envolvidos em práticas no outro (Chouliaraki e Fairclough, 1999).

Partindo desse entendimento, a abordagem crítica proposta pela ACD é extremamente necessária para investigar os efeitos de sentido da linguagem na construção discursiva, “as anomalias”, as incongruências, as discriminações, as imposições, esses e outros fatores presentes nos textos e nos eventos discursivos, que nos remetem a discursos manipuladores, excludentes, dentre outros. Desse modo, a visão científica de crítica social justifica-se pelo fato de a ACD ser motivada pelo objetivo de prover base científica “para um questionamento crítico da vida social em termos políticos e morais, ou seja, em termos de justiça social e poder” (Fairclough, 2003, p. 15).

Posto isso, o objetivo da proposta faircloughiana é desnaturalizar discursos, crenças, ideologias presentes nas práticas sociais que servem de suporte a estruturas de poder que insistem em manipular e controlar as escolhas e o modo de viver de determinada população. Assim, a ACD é um estudo crítico da linguagem em oposição às estruturas e às estratégias do discurso de grupos dominantes. Seus analistas são, normalmente, militantes sociais, intelectuais orgânicos que formulam propostas para exercerem ações de contrapoder e contraideologia a situações de opressão (Melo, 2009). A abordagem da ACD, conforme Magalhães, Martins e Resende (2017), tem o propósito de investigar criticamente a desigualdade social, porque ela se manifesta, constitui-se e legitima-se por meio do uso linguístico.

Após discorrer acerca desses aspectos fundantes da ACD, julgamos pertinente trazer as diretrizes analítico-metodológicas propostas por Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003), para desenvolver pesquisa em ACD. Esse quadro esquemático é uma versão da crítica explanatória desenvolvida por Roy Bhaskar (1986), na qual Chouliaraki e Fairclough (1999) se fundamentaram.

Quadro 6 - Arcabouço teórico-metodológico da ACD

1-Ênfase em um problema social que tenha um aspecto semiótico.
2- Identificação de obstáculos para que esse problema seja resolvido. a. Análise da conjuntura. b. análise das práticas particulares em questão. c. análise de discurso. i. Estrutura analítica: a ordem de discurso; ii. Análise interacional/textual; iii. Análise interdiscursiva; iv. Análise linguística e semiótica.
3. Investigação da função do problema na prática.

4. Identificação de possíveis formas para superar os obstáculos.
5. Reflexão crítica sobre a análise.

Fonte: Chouliaraki e Fairclough (1999), com adaptações pela autora.

Este arcabouço dá uma visão do que realmente está envolvido em uma pesquisa nos termos da Análise Crítica do Discurso (Chouliaraki e Fairclough, 1999). Os autores reconhecem esta estrutura como complexa, no entanto, necessária para a operacionalização da proposta da ACD enquanto teoria e método. Estas diretrizes oferecem, de certo modo, à ACD um sentido de método, Fairclough (2003), que pode apropriar outros métodos para a análise linguístico-discursiva de textos, visto que para a análise de discursos não há um esquema rígido, “pois não há procedimento fixo para se fazer análise de discurso; as pessoas abordam-na de diferentes maneiras, de acordo com a natureza específica do projeto e conforme suas respectivas visões do discurso” (Fairclough, [1992], 2016, p. 288).

Esse método de análise é a conjugação de elementos relacionais com elementos dialéticos, combinando uma apreciação negativa, na investigação do problema, com uma apreciação positiva, na identificação das possibilidades até então inexistentes para a sua superação (Chouliaraki e Fairclough, 1999). O estágio 1 pontua que a abordagem da ACD parte da percepção de um problema relacionado ao discurso na prática social e que se faz necessário identificar quem são os afetados por esse problema. Ao passo que o estágio 2 faz alusão ao diagnóstico do problema, indagando quais são os obstáculos a serem superados, levando em consideração a análise de conjuntura, isto é, a especificação da configuração de práticas nas quais o discurso em foco está localizado. No qual, analisa o poder e a luta pelo poder.

O estágio 3, na descrição de Fairclough (2012), diz respeito ao modo de conectar as coisas como realmente são e com o que elas devem ser. Para exemplificar esse estágio, o linguista traz o problema da ideologia e pontua que o discurso é ideológico, na medida em que contribui para a manutenção de relações particulares de poder e dominação. Nesse estágio, questiona-se até onde e para quem o problema é negativo. No estágio 4, espera-se que haja a mudança do aspecto negativo identificado nas práticas sociais para positivo, isso se dá por meio da identificação das possibilidades de transformação ainda não concebidas, ou concebidas parcialmente (Fairclough, 2012). Este estágio pode identificar práticas sociais de contradições e resistências dentro dos aspectos considerados dominantes da ordem social. O estágio 5 é considerado como o momento de intervenção, em que “a análise se torna reflexiva, questionando sua eficácia como apreciação crítica, sua contribuição para aprofundamentos teórico-metodológicos de trabalhos acadêmicos e mudança social” (Fairclough, 2012, p. 314).

Com base nesses fundamentos, acreditamos que a ACD é uma alternativa teórico-metodológica para investigar e analisar o problema social da nossa pesquisa, no intuito de desvelar questões coloniais que ainda oprimem a população da Mata Sul-PE. Por outro lado, ela possibilita recurso teórico-metodológico para que o pesquisador intervenha socialmente por meio da análise linguístico-discursiva de práticas sociais, apontando meios para atenuar os problemas que afetam o grupo pesquisado.

5.3.1 A teoria social do discurso faircloughiana: um enfoque no conceito de discurso e no termo “crítica” nos estudos da análise do discurso

Conforme pontuamos no item anterior, a abordagem da ACD faircloughiana busca pesquisar e analisar a linguagem a partir do discurso em determinado contexto, não discursos como textos fragmentados, mas como construção linguístico-discursiva. A teoria social do discurso (TSD) propõe estudar a linguagem como prática social no intento de investigar e interpretar a função dos discursos se este é um meio de fortalecimento ou de ruptura das estruturas sociais desiguais de poder, para isso, Fairclough apresenta uma abordagem tanto de cunho metodológico como teórico para o estudo da língua.

Nas palavras de Fairclough [1992], 2016, p. 89), a proposta da TSD é “[...] reunir a análise de discurso orientada linguisticamente e o pensamento social e político relevante para o discurso e a linguagem, na forma de um quadro teórico que será adequado para uso na pesquisa científica social e, especificamente, no estudo da mudança social”. Desse modo, na perspectiva da ACD, não é possível identificar o papel sociopolítico do discurso nas práticas sociais como dado, o discurso deve ser questionado a partir da análise sociolinguística para identificar as diversas facetas ocultas na construção discursiva e seus efeitos causais. Por se tratar de uma abordagem investigativa pautada na análise discursiva e linguística de textos, de processos discursivos de produção e de interpretação textual (Fairclough ([1992], 2016, p. 63), enquadra como Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO). A ADTO, proposta por Fairclough, reforça a importância do texto como recurso específico e necessário para a análise linguística e social de construções linguístico-discursivas que (re) produzem os aspectos do mundo, utilizando categorias como ideologias, hegemonia e relações de poder para desvelar estratégias discursivas.

Vale destacar que discurso é um conceito-chave da ACD e adquiriu concepções diversas na obra faircloughiana. Na obra *Discourse and social change*, Fairclough (1992) entende o discurso como uma forma de ação e intervenção no mundo, pois, é através dele, que os

indivíduos constroem sua realidade social e agem no mundo em condições histórico-sociais, não desmerecendo as relações de poder presentes. Nesta obra, é apresentado o modelo analítico tridimensional. Para a realização de pesquisa social e linguística com base nessa perspectiva de discurso como linguagem, Fairclough ([1992], 2016) aprimora um enquadre teórico já introduzido na obra *Language and power* (1989). Esse enquadre é embasado em um ⁴¹modelo tridimensional do discurso que apresenta um aparato de categorias metodológicas para a análise linguístico-social, conforme apresentado na figura abaixo:

Figura 9 - Compreensão tridimensional do discurso



Fonte: Fairclough ([1992], 2016). Elaborada pela autora.

Na obra *Discourse in Late Modernity*, de autoria de Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 37), discurso é compreendido como uma forma particular da atividade produtiva das práticas sociais “dialeticamente relacionada a estruturas discursivas e linguísticas”. Partindo dessa premissa, os autores aclaram que é preciso que se discuta a visão da vida social como 'práticas sociais', e do discurso como um dos vários elementos de práticas sociais que estão em uma relação dialética. Isso permite compreender e pesquisar a vida social de ambas as formas, tanto restrita por estruturas sociais, como um processo potencializador e ativo de produção que transforma as estruturas sociais. No entanto, não se pode reduzir a vida social ao discurso, pois há outras facetas extras discursivas da vida social com as quais a ACD estabeleceu uma visão dialética (Chouliaraki e Fairclough, 1999).

Nessa perspectiva dialética, os autores utilizam a proposição de Harvey (1996, *apud* Chouliaraki e Fairclough, 1999), para quem o discurso é um 'momento' entre seis: discurso/linguagem, poder, relações sociais, práticas materiais, instituições/rituais e crenças/valores/desejos. Na concepção de Chouliaraki e Fairclough (1999), o discurso figura de duas maneiras: 1) dentro das práticas que são parcialmente discursivas no plano representacional, no qual a linguagem está inclusa, seja ela escrita e falada e em combinação com outras semioses ou comunicação não-verbal (imagéticas, gestuais etc.); 2) são ideológicos,

à medida em que as representações discursivas sustentam relações de dominação dentro da prática social. A relação entre linguagem/discurso e sociedade é teorizada como interna e dialética em que a ação discursiva é indissociável da organização social.

A obra *Discourse in late modernity* é um referencial teórico transdisciplinar importante para os estudos críticos da linguagem, pois ela acrescentou, aos estudos linguísticos, um interesse na investigação dos aspectos discursivos de práticas problemáticas na vida social contemporânea. Nas palavras dos autores, a obra intenta estabelecer a necessidade de uma análise crítica da sociedade moderna tardia, investigar a função da linguagem que vem sendo colonizada, principalmente pela mídia. Sob esse viés, os autores argumentam que a mudança, no âmbito da modernidade tardia, é, em grande parte, uma mudança na linguagem. Assim, acredita-se que a consciência crítica aprimorada da linguagem é, pelo menos em parte, uma resposta às colonizações da linguagem.

É, portanto, nesse sentido que a versão transdisciplinar da obra *Discourse in late modernity* proporciona uma crítica da sociedade na modernidade tardia e suas transformações, apontando-se na direção de uma complementação entre a pesquisa social crítica e a ACD. Outro ponto de destaque, nesta obra, é que a ACD é apontada tanto como teoria quanto como método de análise das práticas sociais, isso por ela ter a tradição da análise textual, apresentada como diferencial em relação às pesquisas sociais críticas, que, apesar de abrir espaços para a análise crítica do discurso, não tem como orientação a linguagem (Chouliaraki e Fairclough, 1999).

Discorrendo ainda acerca da concepção do termo discurso, destacamos que, na obra *Discourse analysing: Textual analysis for social research*, Fairclough (2003), discurso é apresentado como um elemento da vida social que é fortemente conectado a outros elementos que tanto pode ser usado em um sentido particular como em sentido geral. Tal compreensão segue o mesmo conceito atribuído ao discurso por Chouliaraki e Fairclough (1999) de que discurso inclui aspectos semióticos e é uma extensão da prática social. Em outras palavras, ousamos dizer que o discurso, em ambas as obras, é definido como um dos recursos que mediam as práticas sociais articulados a outros recursos relativamente estáveis, sendo o discurso imprescindível para a mudança social.

Entretanto, há um diferencial em *Analysing Discourse*, obra em que Fairclough revisa o conceito de discurso. Uma das revisões é em relação à interpretação das macrofunções da linguagem apresentadas na obra *Discourse and social change*⁴⁰. As macrofunções passam a ser

⁴⁰ Em *Discourse and social change*, a abordagem constitutiva do discurso é baseada na LSF de Halliday (1985), segundo as três macrofunções da linguagem: ideacional, interpessoal e textual. No entanto, Fairclough ([1992]

denominadas na obra de 2003 como significados do discurso, atribuindo-lhes significados sociais. Discorreremos acerca dos significados do discurso com mais detalhes no item 5.7 deste capítulo. Fairclough (2003) teoriza que o discurso é utilizado dialeticamente na produção das práticas sociais, essas figuram como gênero (modos de agir e interagir); como discursos (refere-se a modos de representar) e como estilos (modos de identificar a si e a outrem nas relações éticas em que nos constituímos como sujeitos).

Nessa perspectiva, Fairclough (2003, p. 26) argumenta que “o discurso figura primeiramente como parte da ação” por meio dos diferentes gêneros. O segundo modo da descrição das representações é que elas são parte de práticas sociais, do mundo material e de suas próprias reflexões. E, por último, o discurso figura como modos particulares de ser, de revelar identidades sociais ou particulares. É importante ressaltar que o termo discurso, nesse sentido, é apresentado por Fairclough (2003) com duas acepções: como substantivo mais abstrato, que significa o momento irreduzível da prática social conectado à linguagem ou outros tipos de semiose; e como substantivo mais concreto, contável, podendo ser mencionado como discursos no plural, que significa maneiras particulares de representar a vivência de mundo.

Desse modo, as maneiras particulares de usar o discurso para representar o mundo pode significar também modos particulares de interpretar, ver e entender o mundo, as lutas de poder, as pessoas e as relações pessoais a partir de uma percepção crítica. Nesse sentido, o termo “crítica”, na ACD, é geralmente associado ao estudo das relações de poder à linguagem. Este conceito de crítica está enraizado na Escola de Teoria Crítica de Frankfurt (Adorno, 1973; Adorno & Horkheimer, 1972; Habermas, 1976). Sendo que a expressão análise crítica do discurso, nos estudos do funcionamento da linguagem, foi usada pela primeira vez pelo linguista britânico Norman Fairclough no artigo *Journal of Pragmatics* em 1985.

Neste artigo, Fairclough (1995, p. 28) faz uma distinção preliminar entre dois tipos de análise do discurso: “os objetivos descritivos e os objetivos críticos”, destacando que dados descritivos na análise do discurso em abordagens não-críticas se preocupam com a interação social, com as estratégias individuais dos falantes, mas se ausentam de questionar as relações de poder presentes nas relações produzidas pela linguagem, naturalizando-as como senso comum e não ideológicas. Na concepção de Fairclough (1985), essas abordagens se diferem

2016. p. 96) subdivide a macrofunção interpessoal em identitária e relacional. Na ideacional, o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença (ideologias), na identitária, o discurso contribui para a constituição ativa de autoidentidades e de identidades coletivas; na relacional, o discurso contribui para a constituição de relações sociais. A textual diz respeito à maneira como as informações são organizadas.

quanto à maneira como os analistas identificam a relação entre discurso, poder e os efeitos constitutivos que a linguagem exerce sobre os sujeitos.

O termo crítico, na abordagem da ACD, nas palavras de Fairclough (1995, p. 36),

está ligado, por um lado, a um compromisso com uma teoria e um método dialético “que apreende as coisas [...] essencialmente em sua interconexão, em seu movimento” e, por outro lado, à visão de que, nas questões humanas, as interconexões e cadeias de causa e efeito podem ser distorcidas e ocultadas da visão. Portanto, “crítica” é essencialmente tornar visível a interligação das coisas. Ao utilizar o termo “crítico”, estou também assinalando uma ligação entre os meus objectivos neste artigo e a “linguística crítica” de um grupo de linguistas e sociólogos associados a Roger Fowler (Fowler et al. al. (1979), Kress e Hodge (1979).

Entendemos por meio das palavras de Fairclough que o termo crítica é oriundo da LC, desenvolvida na década de 1970, a partir de pesquisadores como Gunther Kress, Roger Fowler, Robert Hodge, Tony Trew, cujas propostas eram estabelecer um novo paradigma de análise linguística, considerando uma abordagem crítica da linguagem em oposição ao estruturalismo. A abordagem crítica ao contrário da não-crítica se fundamenta no propósito de desnaturalizar sistemas de conhecimento (Fairclough, 1995), visto estes são absorvidos por ideologias e revelam efeitos sociais nas práticas discursivas.

Nesse sentido, Fairclough (1995, p. 28) argumenta que "adotar objetivos críticos significa tentar elucidar tais naturalizações e, de modo mais geral, tornar claras as determinações e os efeitos do discurso que são caracteristicamente opacos para os participantes." Isso implica afirmar que o termo “crítica”, na análise do discurso, emerge para questionar o papel da linguagem como um dos momentos da prática social e como esta é envolvida em poder e em luta por poder incorporada por ideologias. Desse modo, o termo crítica, nos estudos críticos da linguagem, é usado no intento de revelar as conexões que podem estar ocultas no texto (discurso como elemento semiótico), sem que os agentes sociais as identifiquem, como, por exemplo, as conexões entre linguagem, poder e ideologia (Fairclough, 1989).

Acerca do questionamento das distinções entre as abordagens não críticas e críticas em análise de discurso, Gee (2004) defende que as não-críticas visam a tratar a análise das práticas sociais em termos de padrões de interação social, apenas, não levam em consideração como os significados dos enunciados estão associados às práticas sociais situadas. Ao fazer a análise comparativa entre as duas perspectivas de análise de discurso, Gee (2004) elucida que a linguagem em uso é sempre parte integrante e parcialmente constitutiva de práticas sociais

específicas, e que as práticas sociais sempre têm implicações para coisas inerentemente políticas. As práticas sociais são políticas pela sua própria natureza, pois “envolvem papéis ou posições sociais que têm implicações para bens sociais potenciais, tais como quem está dentro e quem não está na prática (e seus grupos sociais associados) (Gee, 2004, p. 33).

Nas abordagens não-críticas, há, de certa forma, limitações de um ponto de vista crítico para o estudo do funcionamento da linguagem em uma perspectiva de não questionar as ideologias naturalizadas nas interações sociais e de intervir socialmente para a mudança. Nesses termos, Fairclough (1995) defende que desnaturalizar essas ideologias é objetivo de uma análise do discurso que adota objetivos críticos. A desnaturalização, nas palavras de Fairclough (1995, p. 27), consiste em “mostrar como as estruturas sociais determinam as propriedades do discurso e como o discurso, por sua vez, determina as estruturas sociais”.

A perspectiva crítica da análise de discurso considera que as estruturas sociais dominantes se legitimam por meio de ideologias de agentes sociais que ostentam o poder, isso se dá por meio do uso da linguagem situado nas práticas sociais. A dimensão crítica conforme Magalhães (2005, p. 6), relaciona a ACD “com uma preocupação explícita com o exercício do poder nas relações sociais, o que inclui as relações de gênero e classe social, raças e etnias”. Dentro deste quadro de “crítica”, a intenção do analista é “descobrir relações de poder e demonstrar desigualdades enraizadas na sociedade, o analista pode acreditar que a descoberta de relações de poder na sua análise pode levar à ruptura das relações de poder nos contextos sociais” (Roger, 2004, p. 4).

Na ACD, a postura crítica do analista, ao considerar as dimensões de poder no interior dos discursos, permite trazer à análise a sua competência crítica. Nesses termos, podemos inferir que um dos pontos teóricos inovadores relevantes trazidos pela abordagem crítica da linguagem, foi o direcionamento que essa abordagem deu à análise crítica de instituições sociais, propondo analisar a instituição como autoridade que tanto faculta como constrange ações sociais de seus membros (em termos de interação verbal) (Fairclough, 1989).

Assim sendo, A ACD foca não só em questões teórico-acadêmicos, mas em problemas sociais predominantes e latentes, adotando uma postura política explícita sobre eles e analisando meios pelos quais ocorrem, quem são os responsáveis e como resolvê-los (Wodak, 2005, *apud* Melo, 2018). Portanto, o termo crítica, na ACD, justifica-se por esta abordagem ser engajada com a tradição da Ciência Social Crítica, viabilizando mecanismo científico para a análise crítica de questões sociais não aparentes, associados ao poder como elemento social de controle.

No próximo tópico, abordamos como linguagem e práticas sociais são conceituados na abordagem teórico-metodológica no funcionamento social da linguagem sob a ótica da ACD e como se dá a articulação discurso e linguagem nas práticas sociais.

5.4 Linguagem e prática social: o texto como elemento basilar para a ACD

Nos termos da ACD, a linguagem é compreendida como parte irreduzível da vida social, dialeticamente interconectada a outros elementos sociais, de modo que é impossível considerar a linguagem sem levar em consideração a vida social (Fairclough, 2003). Com base nesse entendimento, inferimos que a linguagem não existe fora da vida social, como argumentam (Chouliaraki e Fairclough, 1999), a linguagem é o objeto de estudo da Ciência Social Crítica, na qual se assenta a ACD.

A linguagem e sociedade é o ponto de partida para os estudos críticos do discurso que se propõem analisar a relação existente entre a linguagem e o poder nos diferentes contextos institucionais e organizacionais. A ACD parte da premissa que é na linguagem e pela linguagem que a sociedade se (re)produz e se institui, isto é, a prática social. A linguagem é o elemento responsável por tornar a prática social potencialmente discursiva (Fairclough [1992], 2016). Nessa concepção de linguagem, o discurso é entendido como elemento semiótico, partindo de uma compreensão mais abstrata, tal compreensão de linguagem tomada por Fairclough provém da LSF hallidayana.

Para investigar e identificar, de maneira satisfatória a relação dialética entre linguagem e sociedade, Fairclough (2003) argumenta que a análise textual precisa ser articulada à análise social, visto que os diversos elementos linguísticos que constituem o texto são capazes de revelar aspectos sociais relacionados a poder, hegemonia e ideologia, que podem estar contribuindo para alterar a estrutura social ou para reproduzi-la. A linguagem, na concepção de Fairclough (1989, p. 22), parte de uma visão discursiva de linguagem como uma forma de prática social, conforme o linguista “Em primeiro lugar, a linguagem faz parte da sociedade e não de alguma forma externa a ela. A linguagem é um processo social. A linguagem é socialmente condicionada por outras partes não linguísticas da sociedade”.

Depreende-se que o linguista defende a ideia de que linguagem e sociedade são indissociáveis. Com base nesse entendimento, Fairclough (1989) pontua que linguagem é uma parte da sociedade e que fenômenos linguísticos são fenômenos sociais e vice-versa. Isso significa que a linguagem é considerada um fenômeno social, porque ela é uma forma de

manifestação linguística (falada, escrita, ouvida ou lida), por meio da qual os agentes sociais configuram diferentes modos de representar, agir e identificar aspectos do mundo em suas práticas sociais.

O uso da linguagem, enquanto discurso, não se refere apenas a uma questão de executar tarefas, mas também de expressar, constituir e reproduzir identidades e relações sociais, incluindo crucialmente relações de poder (Fairclough, 1989). Assim, podemos inferir que os poderes se inscrevem na linguagem (discurso) como um dos elementos da prática social. A linguagem tem uso sempre ativo, ela nos conduz a realizar algo relacionado a um determinado contexto, uma vez que “para cada situação, um determinado uso da linguagem será mais apropriado e desejado que outros” (Magalhães, Martins e Resende, 2017, p. 139).

Assim, a linguagem exerce papel determinante nas relações sociais, não é um constructo independente, muito menos um sistema de sentenças, ao contrário, a linguagem é considerada, nos termos da ACD, como ação que constitui a realidade social por meio de lutas pelo poder e por mudanças na sociedade contemporânea. Há esse entendimento nas Ciências Sociais do papel que a linguagem exerce nas práticas sociais contemporâneas, mas a discussão acerca da função social do discurso como prática social ainda se encontra no plano teórico, havendo, assim, carência de um enquadre metodológico para investigar a linguagem como um dos momentos da prática social.

Diante dessa ausência metodológica, a ACD buscou superar essa lacuna, ao operacionalizar o estudo crítico do discurso, para tal utilizou de teorias da linguagem e teorias críticas sociais, por meio de um intenso modelo teórico no qual a noção de práticas sociais é fundamental. A compreensão de práticas sociais, apresentada por Chouliaraki e Fairclough (1999), tem procedência no materialismo histórico-geográfico de David Harvey (1996), essa aproximação se justifica, porque, segundo Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 28), Harvey reconhece a importância social do discurso, para quem

o discurso internaliza de algum modo tudo o que acontece em outros momentos das práticas sociais tanto como parte da ação quanto na construção reflexiva ('significação') da vida social, e o trabalho socialmente transformador do discurso ('discursos contra-hegemônicos e discursos dissidentes irrompem para desafiar formas hegemônicas e é dessa contestação que a mudança social pode fluir'), também reconhece que esse processo envolve a rearticulação de discursos [...] e a 'intertextualidade.

Na concepção de Harvey (1996), o discurso como um dos momentos da prática social, é uma manifestação de poder que se dá por meio da articulação de outros

discursos(interdiscursividade) e tem o potencial tanto para a construção como para a transformação da vida social. Buscando analisar o termo discurso e as suas operações discursivas e não discursivas, Harvey (1996, p. 77-78) declara: “minha preocupação é examinar o termo “discurso” e tentar posicionar o seu papel, capacidades e poderes em relação aos aspectos não discursivos da vida social”. Assim, no intuito de explicar o fluxo do processo social, Harvey (1996) construiu um mapa cognitivo dialético da operacionalização desse processo a partir de seis momentos distintos que constituem a prática social, conforme representado na figura abaixo:

Figura 10 - Momentos no mapa cognitivo do processo social



Fonte: Harvey (1996, p. 78) Elaboração: a autora.

Apesar desses seis momentos estarem reduzidos didaticamente e de serem distintos, são indissociáveis na prática social. Cada um desses momentos, como elucida o autor, interioriza os outros sem ser redutível a nenhum deles, “o processo social, como eu o concebo, flui através e ao redor de todos esses momentos e as atividades de cada indivíduo abrangem todos os momentos simultaneamente” (Harvey,1996, p.78). As práticas são, nessa perspectiva, ações sociais contínuas parcialmente estáveis constituídas por diferentes elementos.

A partir do mapa cognitivo de Harvey (1996), Chouliaraki e Fairclough (1999) propuseram que a prática social fosse composta por quatro elementos distintos, a saber: discurso (ou semiose), atividade material, relações sociais (consiste em relações de poder e luta hegemônica pelo estabelecimento, manutenção e transformação dessas relações), fenômeno mental (referente a crenças, valores e desejos – ideologia). Esses momentos estão internalizados e articulados conjuntamente na produção, manutenção ou transformação de uma prática social. A figura abaixo ilustra os momentos da prática social propostos por Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 29), dentre os quais, o discurso tem maior evidência.

Figura 11 - Representação dos momentos da prática social.



Fonte: Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 29). Elaborada pela autora.

A prática social envolve configurações de distintos elementos da vida social, denominados momentos da prática, dentre eles, ação social, a ação linguística, contexto sócio-histórico situado e os sujeitos que estão inseridos nesse contexto (Magalhães, 2000). Esses diferentes momentos são articulados e internalizados entre si, isto é, “cada um contém ou internaliza o outro” (Fairclough, 2003, p. 25). Os distintos momentos da prática social “estabelecem relações mais ou menos permanentes, podendo ser transformados quando há recombinação entre os elementos” (Resende e Vieira, 2021, p. 39). Isso reitera que a prática social, apesar de ser constituída por diferentes elementos, eles se articulam conforme os elementos da ordem do discurso: gênero, estilo e discurso.

A prática social é uma atividade meramente humana, resulta da articulação de recursos simbólicos/discursivos e não-discursivos que revela o que os agentes sociais executam/pensam, é sinalizadora de interesses, necessidades, reflexão, mudanças ou manutenção de perspectiva social. São, portanto, os próprios agentes sociais por meio das práticas que contribuem para a transformação e/ou para a continuidade da realidade da vida social constituída de práticas sociais de natureza política, cultural ou ideológica.

Nessa perspectiva, Chouliaraki e Fairclough (1999) consideram que as práticas têm três características principais, primeiro, são formas de produção da vida social, nos âmbitos da produção econômica, nos domínios cultural e político. Segundo, cada prática está localizada dentro de uma rede de relacionamentos com outras práticas, isto é, internalizam outros momentos. Terceiro, as práticas têm uma dimensão reflexiva, as pessoas sempre geram representações do que fazem como parte do que fazem.

As práticas sociais são constituídas rotineiramente ao longo da vida social, vinculadas a espaços e tempos particulares, por meio dos quais as pessoas agem conjuntamente na vida cotidiana. Assim, práticas sociais perpassam âmbitos diversos, as ações e interações expressas a partir de um contexto perfazem uma lógica reflexiva por meio dos próprios indivíduos que ponderam sobre suas práticas. Isso reitera que o fluxo de nossa vida cotidiana, constantemente,

envolve os seguintes elementos da prática social: ação e interação, relações sociais, pessoas (com crenças, valores, atitudes, histórias etc.), mundo material e discurso (Fairclough, 2003). Todos esses componentes são indispensáveis para a investigação das relações entre linguagem e sociedade na perspectiva da realidade social pesquisada.

Desse modo, práticas sociais “não partem de uma construção individual, mas são resultados de demandas sociais com as quais negociamos e pelas quais somos afetados. Sendo assim, práticas sociais, de um modo geral, são orientadas/conduzidas/influenciadas por relações de poder” (Goméz *et al.*, 2020, p. 160). Nesses termos, Chouliaraki e Fairclough (1999) argumentam que práticas sociais são mudanças articuladas em conjunto para constituir redes das quais elas mesmas se tornam momentos potencializadores de transformação.

Podemos acrescentar às palavras dos autores que a transformação proveniente das práticas sociais coletivas e/ou individuais pode ser conveniente para um grupo em detrimento de outro, dependendo das relações de poder externalizados no discurso determinadas pelas estruturas sociais. Nos pressupostos da ACD, “as estruturas sociais não só determinam práticas, elas também são um produto da prática social e não somente determinam discursos, elas são também um produto do discurso” (Fairclough, 1989, p. 37-38). Essa dialética é assim representada pelo linguista: estrutura social  prática/discurso. Assim, a prática social é o ponto que exerce conexão entre a estrutura social e eventos. Podemos entender que discurso e prática tanto podem operar para a mobilização social e autoemancipação como para controlar e constranger.

Nessa perspectiva, Fairclough (2003, p. 23) aclara que “práticas sociais podem ser tidas como meios de controlar a seleção de certas possibilidades estruturais, a exclusão de outras e a retenção dessas seleções no decurso do tempo em áreas particulares da vida social”. Nas palavras de Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 134), prática social é “toda atividade potencial, individual ou coletiva, que tem fundamento nas instituições sociais, envolve procedimentos rotineiros e de conhecimento dos participantes e tem implicações para o público em geral ou para um pequeno grupo social, especificamente.

Conforme Fairclough (2003), as práticas estão entre as estruturas sociais, a ordem do discurso e os eventos, nos quais a linguagem se manifesta como textos particulares. As práticas constituem, portanto, “o ponto de conexão entre estruturas abstratas, com seus mecanismos, eventos concretos”, isto é, entre “sociedade e pessoas vivendo suas vidas.” (Chouliaraki e Fairclough, 1999, p. 21). O conceito desses níveis da vida social pode ser representado da seguinte maneira:

Figura 12 – Níveis da Vida Social.



Fonte: Vieira e Resende, 2016, p. 17. Elaborada pela autora.

É importante ressaltar que a linguagem, como um dos elementos da prática social, perpassa por todos esses níveis, desde os mais fixos (estruturas sociais) aos mais flexíveis (eventos sociais), passando pelo nível intermediário (práticas sociais) (Vieira e Resende, 2016). Há, portanto, vários elementos nas práticas sociais passíveis de investigação que perpassam uma simples análise estrutural da língua, possibilitando uma interpretação crítico-discursiva dos diversos efeitos causais explícitos/implícitos nas práticas sociais. Na perspectiva da ACD, a prática social é analisada por meio de texto (discurso/semiose), materialização do discurso.

A ACD, como vimos discutindo ao longo desta Tese, visa investigar o funcionamento da linguagem em uma relação dialético-relacional linguagem/ sociedade e seus efeitos nas práticas sociais. Para tanto, a ACD aborda o estudo do texto e a corrente funcionalista da linguagem, tomando por base a LSF de Halliday, por entender que a LSF fornece subsídios para uma compreensão mais clara da organização do texto e da funcionalidade da linguagem.

Apesar da ACD não se limitar apenas à análise textual, Fairclough ([1992], 2016, 2003) enfatiza que o texto é o mecanismo basilar para a investigação do funcionamento da linguagem, um meio indispensável no método de análise dos estudos críticos da linguagem. A análise do texto é, para a ACD, “uma análise de forma-e-significado – formulo isto dessa maneira para enfatizar sua interdependência necessária” (Fairclough [1992], 2016, p. 36). Este é um diferencial na abordagem da ACD em relação a outras teorias sociais que dão pouca atenção à análise de texto, como aclara Fairclough (2003, p. 4-5):

Minha própria abordagem da análise do discurso se baseia em tentar transcender a divisão entre os trabalhos inspirados por teorias sociais que não cuidam de análise de textos e os trabalhos que buscam focar os textos e que não tendem a ficar presos em assuntos teóricos sociais. Por um lado, qualquer análise de textos se mostra relevante em situações nas quais as ciências sociais têm de se conectar com perguntas teóricas sobre discurso.

Esse posicionamento reforça o argumento de que é no texto que a linguagem se materializa em discurso, é nele e por ele que os atores sociais constroem a sua visão de mundo

e suas relações sociais. Na visão de Fairclough (2003), é impossível entender os efeitos sociais do discurso se não observarmos de perto como são esses efeitos quando as pessoas falam ou escrevem. Desse modo, o linguista disserta sobre a relevância que se deve dar às particularidades contextuais no processo de produção textual. Isso implica destacar que textos produzem e revelam significados do mundo resultantes das práticas sociais. É nessa perspectiva que a abordagem teórico-metodológica da ADC utiliza as análises de textos vistos como produções sociais historicamente situadas, os quais dizem muito a respeito de nossas crenças, práticas, ideologias, atividades, relações interpessoais e identidades (Resende e Vieira, 2006).

A abordagem crítica faircloughiana se fundamenta no conceito de texto nos termos de Michael Halliday e Matthiessen (2014, p. 3), ambos afirmam que “quando as pessoas falam ou escrevem, produzem texto; é o meio pelo qual ouvintes e leitores se envolvem e produzem sentido [...] “texto” refere-se a qualquer instância da língua [...] podemos caracterizar texto como a língua funcionando em contexto.” Para estes linguistas, o texto resulta de um processo de interação humana, é um recurso por meio do qual os agentes sociais revelam seus propósitos e interesses comunicativos, conforme o contexto no qual eles se encontram.

Isso implica dizer, nas palavras de Fairclough (1989), que os textos sinalizam os recursos que as pessoas têm em suas cabeças e os utilizam quando produzem ou interpretam textos - incluindo seu conhecimento da linguagem, representações do mundo natural e social nos quais habitam. Com base no pensamento de Halliday acerca do termo texto, Fairclough (1989, p. 24) aclara:

Eu farei um uso extensivo do termo texto, e usarei o termo como o linguista Michael Halliday usa, tanto para os textos escritos como para os ‘textos falados’ um texto falado é apenas o que é dito num discurso falado, mas geralmente, usarei o termo para uma transcrição escrita do que é dito. Um texto é um produto, em vez de um processo – um produto do processo de produção textual. Mas utilizo o termo discurso para me referir a todo o processo de interação social do qual um texto é apenas uma parte.

O linguista, em suas palavras, evidencia que o texto é um dos recursos por meio do qual os atores sociais fazem uso da linguagem para interagir socialmente, sendo o texto um artefato do processo de produção textual, um dos elementos que constitui o discurso e, conseqüentemente, a interação social. O texto, para os estudos críticos das questões sociais contemporâneas, possui um potencial relevante, pois eles “têm efeitos sociais que precisam ser compreendidos e qualificados” (Magalhães, Martins e Resende, 2017, p. 23). Os textos, na concepção de Fairclough (2003, p. 8), são vistos como “elementos dos eventos sociais [...] os

textos causam mudanças em nosso conhecimento [...] Eles causam também efeitos de longa duração”.

Tomando as palavras do linguista, é possível compreender que toda forma de externalizar a representação de ser, agir e interagir é um recurso textual combinado com outros elementos, sejam por meio da linguagem verbal ou não. A análise textual está intimamente associada ao caráter social do texto, isto é, aos seus recursos linguísticos e extralinguísticos de acordo com as escolhas lexicais, essas são carregadas de significados, não são opções aleatórias, visto que as escolhas do falante/escritor operam em todos os níveis do discurso: lexical, sintático e modal (Halliday, 2004). Nos termos da LSF, a seleção das palavras, para a construção textual, tem uma intencionalidade, uma direção e finalidade de externalizar a intenção enunciativa no contexto sociocomunicativo.

O texto é, portanto, na concepção hallidayna o principal artefato que dispõe de mecanismos linguísticos para a análise de aspectos sociais nos discursos. Nesses termos, Halliday (2004) defende que uma análise do discurso não resguardada por evidências textuais é apenas uma opinião, ou seja, o texto é a evidência empírica da análise que confere rigor e cientificidade às argumentações da/o analista/o. No entanto, a proposta de análise textual na ACD necessita ser contextualizada, reconhecer a dialogicidade que há no processo de construção do texto e não ser reduzida à descrição textual.

Convém destacar que “o texto é um constructo semântico de significados e, ao mesmo tempo, uma troca social de significados” (Fuzer e Cabral, 2014, p. 22). No entanto, os significados produzidos pelos textos, como argumenta Fairclough (2003), depende não só do que é explícito em um texto, mas também do que está implícito – aquilo que é suposto. Nessa perspectiva, a abordagem da ACD entende que as questões sociais que afetam principalmente os minorizados não devem ser investigadas apenas por meio da análise textual, ela sozinha não dá condições suficientes para identificar os efeitos causais e seu motriz ideológico presentes no texto (Fairclough, 2003). A análise textual é um meio para investigar questões sociais, mas deve ser conjugada a outros métodos de análise. Por si só, a análise textual é limitada.

Partindo dessa premissa, Fairclough (2003) argumenta que, para se ter acesso a efeitos causais e ideológicos dos textos, é preciso relacionar a “microanálise” de textos à “macroanálise” de forma que se possa realmente ler um texto criticamente e investigar seus efeitos constitutivos e analisar como as relações de poder operam por meio de redes de práticas e estruturas. Dessa forma, a análise dos fenômenos linguísticos (a micro) articulada aos fenômenos sociais (a macro), presentes nos textos, pode desvelar como o discurso participa da

construção de ideologias e dominação nas relações sociais e como ele pode ser recurso de mudança social.

Este é um dos pontos que levam a ACD a questionar a LSF e não coincidirem integralmente, visto que a LSF, conforme Chouliaraki e Fairclough (1999), inclina-se fortemente para o semiótico em oposição a outros momentos do social, bem como não reconhece a estruturação do hibridismo semiótico - “ordem do discurso” (Chouliaraki e Fairclough, 1999). Não reconhecendo os textos como híbridos fragmenta-os, classificando-os como texto principal e subtexto. Essa inclinação disciplinar normal pode-se tornar, conforme Chouliaraki e Fairclough (1999), uma problemática para uma teoria que intenta ser dialética.

Nesse sentido, para uma investigação profícua dos efeitos sociais do texto e das consequências que os sentidos do texto podem impactar na vida social, faz-se necessário, conforme argumenta Fairclough (2003, p. 6), desenvolver abordagens de análise textual fazendo uso “do diálogo transdisciplinar com perspectivas sobre linguagem e discurso imersos na teoria e pesquisa social”. Isso daria ao analista do discurso subsídios para analisar textos a partir de categorias oriundas de teorias sociais, para melhor identificar as incongruências e as desigualdades sociais e, por outro lado, utilizar-se de recursos linguísticos para analisar os textos, levando em consideração o uso da linguagem no processo de construção textual.

Sob esse viés discursivo, Fairclough (2003) aduz que os efeitos sociais investidos nas entrelinhas do texto não podem ser desvelados apenas por meio da análise social, é necessária a análise linguística para compreender os contextos de produção e de situação. Desse modo, existe uma indissociabilidade entre o texto e o social, uma vez que o texto revela questões sociais que, de certa forma, impactam na vida social. Esse estreitamento do textual com o social permite compreender o processo social e a sua faceta linguística e como ambos se correlacionam, uma vez que estrutura social e estrutura linguística mantêm uma interdependência.

Desse modo, os analistas estariam desenvolvendo a capacidade de investigar “textos como processo social” (Fairclough, 2003, p. 6), visto que o texto, como parte do processo de interação social, inclui fala, escrita, imagem e o contexto de comunicação, esses elementos textuais são entendidos como recursos para interpretação e explanação da prática social. Os textos, como artefatos para o estudo do processo social, podem ter sua análise expandida na relação com categorias sociais, como é o caso das identidades (Magalhães, Martins, Resende, 2017).

De modo geral, o “texto é a unidade mínima de análise em ACD. São os textos em seus diferentes gêneros que possibilitam as interações e as relações sociais, com suas crenças, seus valores, seus contextos e suas ideologias” (Vieira e Macedo, 2018, p. 49). Ainda acerca dos efeitos causais de textos, Fairclough (2003) argumenta que textos, como elementos de eventos sociais, têm efeitos causais diversos, na sociedade, tanto efeitos positivos, como negativos, podem produzir conflitos, guerras, como também podem contribuir para mudanças na sociedade.

A análise de texto, na concepção de Fairclough (2003), dá-se a partir dos três principais aspectos dos significados do discurso: ação, representação e identificação, e como estes são realizados nas diversas características dos textos (seu vocabulário, sua gramática e assim por diante). Buscando, assim, conexão entre o evento social concreto e eventos sociais mais abstratos, por meio da investigação de quais gêneros, discursos e estilos são utilizados e articulados no processo de construção do texto.

Estes três momentos do discurso, denominados por Fairclough (2003) como ordens do discurso – conceito-chave no estudo detalhado do texto, é a estruturação social da linguagem – são indissociáveis, cada um internaliza aspectos de outros. O dinamismo da ordem do discurso é capaz de gerar novas articulações de discurso e gênero que mantêm o sistema linguístico aberto para construção de diferentes significados (Chouliaraki e Fairclough, 1999). Assim, ordens de discurso podem ser vistas como organização e controle social da variação linguística.

Nesse sentido, Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 151) afirmam que a ordem do discurso tanto é capaz de “gerar novas articulações de discursos e gêneros o que mantém a linguagem como um sistema aberto (...) como por outro lado, é a fixidez da ordem do discurso que limita o poder gerativo da linguagem impedindo certas conexões”. Portanto, foi reconhecendo a rede de discursos como um sistema que possibilita identificar as formas de ação, de representação e de identificação que Fairclough (2003) propõe que o discurso opera a partir de três significados que podem estar presentes simultaneamente em textos na íntegra ou em pequenos trechos.

Abordaremos os três significados do discurso no próximo tópico.

5.4.1 O texto em ação - significado acional do discurso

As relações sociais na contemporaneidade envolvem sistemas sociais complexos que construídas, projetadas, estabelecidas e transformadas pelo uso da linguagem, tendo os agentes sociais como seres capazes de operar mudanças sociais no e pelo discurso. Para isso, os agentes

tecem estrategicamente textos, produzem ação por meio da fala ou da escrita para atingir efeitos, objetivos sociais, individuais ou coletivos desejados. Quando os sujeitos agem discursivamente por meio de textos, estes se materializam em gêneros discursivos⁴¹.

Nessa perspectiva, Fairclough (2003) aclara que uma das maneiras de ação e interação é por meio da fala ou da escrita, assim discurso figura primeiramente como parte da ação. Este destaque dado ao significado acional reforça que o texto e(m) ação, como gênero, revela as interações sociais e o caráter da relação estabelecida entre as pessoas, se simétrica ou assimétrica; de poder ou subordinação; cooperativa ou competitiva; próxima ou distante etc. (Salles e Dellagnelo, 2019). O significado acional do discurso nos termos da ACD focaliza o texto (gênero) como modo de interagir em eventos sociais, representando, legitimando ou questionando as relações sociais.

Na abordagem da ACD, gêneros discursivos são “uma estruturação ou ordenação especificamente discursiva de uma prática social, um dispositivo regulador por meio do qual as relações de poder são realizadas como formas de controle” (Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 143). Há, portanto, nesse conceito, evidência da contribuição dos gêneros discursivos na manutenção da estrutura social, visto que eles comandam as práticas sociais. Ao analisarmos texto como ação (gênero), temos a possibilidade de identificar como os agentes agem e interagem por meio da linguagem, podendo assim revelar as suas posições e intenções sociocomunicativas para com os outros e sobre os outros.

Nesse aspecto, Fairclough (2003, p. 75) pontua que “gêneros como formas de interação constituem tipos particulares de relações sociais entre pessoas que interagem [...] os agentes podem ser de diferentes tipos: organizações, grupos ou indivíduos.” Partindo desse conceito, depreende-se que os gêneros, na abordagem da ACD, não são fixos, são plurais, determinam as práticas sociais às quais estão relacionados e o modo como são articulados. Apesar da heterogeneidade dos gêneros, há alguns que se mantêm estáveis conforme pressão da ordem social.

Acerca desse questionamento, Fairclough (2003, p. 66) pontua que “neste período de rápida e profunda transformação social, há uma tensão entre pressão para a estabilização, parte da consolidação da nova ordem social, e pressões pela fluidez e pela mudança”. Esta pressão, conforme Ottoni (2014), pode acabar gerando a mudança genérica, o que já vem ocorrendo com

⁴¹ Usamos o termo gênero discursivo ao invés de gênero textual não por uma questão de conceitos terminológicos, mas por este termo está filiado à concepção de gênero em Fairclough ([1992], 2016, 2003) e em Chouliaraki e Fairclough (1999).

o advento da *internet* alterando a nomenclatura de alguns gêneros já existentes, como por exemplo, os gêneros de humor. Fairclough (2003) distingue os gêneros em: Pré-gêneros⁴²: categorias com nível alto de abstração; gêneros fragmentados (desencaixados): aqueles menos abstratos que os pré-gêneros, que não estão encaixados em uma prática social específica, como a jornalística, a de entretenimento etc. (as entrevistas são exemplos desta categoria); e gêneros situados: são aqueles considerados mais concretos, situados em práticas sociais específicas, como o relatório acadêmico, relatório médico, a entrevista etnográfica etc.

Na análise do texto como significado acional do discurso, Fairclough (2003) sugere que deve ser analisado o contexto de práticas sociais associado à relação entre gênero, propósitos sociais ou metas. O linguista destaca que é comum os gêneros apresentarem propósitos estratégicos, que visam à produção e privilégio de um grupo em detrimento de outro. No entanto, distinguir esses propósitos no interior dos gêneros não é, conforme Fairclough (2003), uma tarefa fácil, visto que o propósito estratégico pode ser usado como simulação do propósito comunicativo.

É importante analisar os propósitos presentes nos gêneros discursivos nas práticas sociais que envolvem grandes empreendimentos, como, por exemplo, no ramo do Agronegócio, no qual os empresários rurais se utilizam de recursos linguísticos para persuadir os menos favorecidos. Assim, “em termos menos tendenciosos que os gêneros variam em termos da natureza da atividade que constituem ou fazem parte e que algumas atividades, mas não outras, são estratégicas e orientadas para um propósito” (Fairclough, 2003, p.72).

Ressaltamos que o *corpus* da nossa Tese teve como gênero situado a entrevista etnográfica. A análise deste gênero, no âmbito das questões socioeconômicas e ambientais, no contexto da Mata Sul-PE, sob a ótica de atores sociais que vivenciam esses problemas, pode corroborar para o entendimento de relações sociais em um contexto sócio-histórico, político e cultural que convive com a desigualdade social advindo da persistência da monocultura.

No próximo item, versamos acerca dos aspectos teóricos do significado representacional. Este significado tem relevante importância nesta Tese, já que nos interessa investigar no discurso dos participantes da pesquisa como estes compreendem a inserção da Agroecologia no contexto da Mata Sul-PE.

5.4.2 O texto em representação - significado representacional do discurso

⁴² Termo utilizado por Swales (1990) e adotado por Fairclough (2003) para designar os diferentes níveis do texto narrativo.

O significado representacional é compreendido por Fairclough (2003, p. 225) como o “tipo de significado que pertence à representação em textos”. A ênfase deste significado está no discurso como modo de representação de aspectos do mundo, refere-se à concepção de discurso como modo de representar o mundo – mental, social, material. Está associado ao modo como a linguagem é utilizada para representar pessoas, eventos e objetos, ou seja, consiste em analisar como os diversos elementos do discurso - vocabulário, orações, estruturas gramaticais constroem imagem mentais, descrevem realidade social e transmitem informações.

A representação é construída por meio da linguagem para significar ou representar para outros indivíduos nossos conceitos, ideias e sentimentos (Hall, 2016). O processo da representação do discurso, em qualquer texto, ocorre de forma particular, visto que os discursos são construídos de maneiras diferentes pelos falantes/escritores, pois estes têm concepções e relações diferentes no mundo, isso depende das posições que eles ocupam no mundo, nos espaços sociais, das “suas identidades sociais e pessoais e das relações sociais com as outras pessoas” (Fairclough (2003, p. 124).

Assim, na concepção deste linguista, distintas relações e concepções representadas no e pelo discurso têm a possibilidade de complementariedade, cooperação, competição ou domínio de uns agentes sob os outros. Isso significa que as representações não são apenas meios dos atores sociais demonstrarem o pensamento acerca dos diferentes modos de interpretar os aspectos dos mundos, mas um modo de questionamento em busca de mudança e ruptura com uma realidade social que os afetam.

Discursos, como forma de diferentes modos de representação, são questionáveis, discutíveis, podem produzir muitas representações específicas, também podem variar em estabilidade e escala, eles podem colonizar diversas práticas na vida social (Resende e Vieira, 2021). Nesse sentido, no processo de representação um mesmo texto pode envolver diferentes discursos acerca de um determinado aspecto do mundo e a articulação da diferença entre eles pode se realizar de muitas maneiras, variando entre cooperação e competição. Quando os discursos entram em competição é comum haver um discurso protagonista e um antagonista, havendo, assim, a negação de um discurso e a afirmação de outro (Resende e Vieira, 2021).

No processo de representação do discurso, um fator determinante são as escolhas linguísticas feitas pelos falantes/escritores. Elas definem o que incluir e o que excluir, o que tornar explícito e o que deixar implícito, o que deve vir em primeiro/segundo plano, quais tipos de processo (verbos) e quais categorias usar, uma vez que, nessa situação única e específica,

uma representação particular de algum aspecto do mundo está sendo organizada e construída nas proposições do texto (Fairclough, 2003).

As escolhas linguístico-discursivas são, de certa forma, fomentadas por contextos socioculturais, histórico e políticos. Assim, um recurso linguístico pode ser utilizado na representação do discurso no lugar de outro, mas que, por alguma questão, foi substituído ou ficou implícito/subentendido no discurso. As escolhas para a representação de aspectos do mundo são constituídas basicamente pela seleção vocabular e, em parte, pela gramática como pontua Fairclough (2001). Vale ressaltar o potencial de significados que a língua é capaz de fornecer no processo de representação do discurso, o qual se baseia tanto na ausência como na presença de escolhas léxico-gramaticais até mesmo nas que poderiam estar presentes no texto.

Isso ocorre no processo de representação, pois “parte do que está implícito em abordar textos como elementos de eventos sociais é que não estamos apenas preocupados com os textos como tais, mas também com os processos interativos de construção de significados (Fairclough, 2003, p. 10). Ao representar algum aspecto do mundo, os atores ativam a análise de diferentes questões e práticas sociais do cotidiano, estes direcionam o modo de representação envolvendo vários fatores, tais quais valores, crenças, ideologias, visto que a construção discursiva de textos é compreendida “como elementos em eventos sociais” Fairclough (2003, p. 6).

Nesse sentido, a linguagem, como forma de revelação das nossas impressões de significado do mundo, “é estruturada pelos nossos sistemas de valores e sua inserção no contexto político e histórico” (Cirne, Efken, Barros, 2022, p. 19). No processo representacional do discurso, os atores sociais não produzem só representações das suas práticas (representações reflexivas), mas de outras representações, recontextualizando-as e incorporando às suas próprias (Bernstein, 1990, *apud* Chouliaraki e Fairclough, 1999).

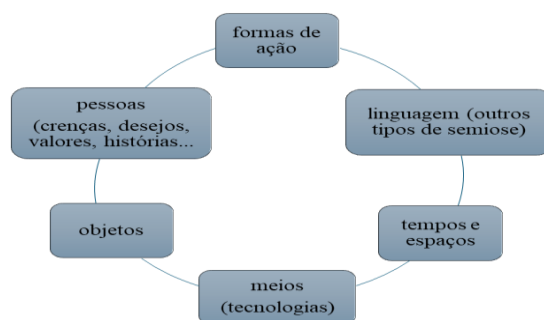
Isso implica dizer que o significado representacional resulta de articulações internas e externas ao meio em que os participantes convivem e à sua criticidade diante das diferentes circunstâncias sociais a que estão expostos. Estas articulações discursivas podem ser particularizadas por meio de traços linguísticos na construção do discurso. Na ACD, o mais inteligível desses recursos linguísticos é o vocabulário, pois, conforme Fairclough (2003), os diferentes discursos “lexicalizam” o mundo de maneiras diferentes. Além do vocabulário, vale destacar as relações semânticas como recursos significativos no processo de representação do discurso, as diferentes expressões ou as relexicalizações usadas para representar determinado aspecto de eventos sociais podem revelar interesses particulares.

Os significados por meio da relexicalização, conforme Fairclough (2003), podem representar uma relação antagonista de um discurso em relação a outro, causando polêmica e contestação, pode moldar o discurso do agente social ou dos outros construindo visões particulares da realidade social, favorecendo um grupo em detrimento de outro. Nessa esteira discursiva, Fairclough (2003) traz, como exemplo, o discurso neoliberal da mudança econômica que, por um lado representa “globalização” como um fato de que demanda “ajustes” para alcançar eficiência para competir. É um tipo de representação discursiva que possui um alto grau de com partilhamento e repetição, conferindo ao discurso ambivalência que tanto pode servir de prática ideológica quanto de prática emancipatória e mudança na sociedade (Moraes, 2022).

A título de ilustração, podemos aqui pensar no discurso do Agronegócio e da Agroecologia, temas em estudo nesta Tese, que são representados de maneiras diferentes e por grupos sociais distintos. O primeiro representa o poder econômico do empresariado rural, ao passo que o segundo é antagônico à proposta do primeiro, havendo, assim, articulação de poder no ato da representação. É importante destacar que, para análise dos significados representacionais, deve-se levar em consideração, como aponta Fairclough (2003, p.135), com base na LSF, que as orações têm três principais elementos: os processos (verbos) os participantes (sujeitos, objetos) e as circunstâncias (diferentes tipos de elementos adverbiais). Fairclough utiliza estes elementos com fundamento nos pressupostos da LSF.

As representações de eventos sociais, conforme Fairclough (2003), diferem-se na estrutura organizacional das orações, conforme as intenções dos falantes/escritores e da ordem do discurso e inclui os seguintes elementos:

Figura 13 – Elementos dos eventos sociais



Fonte: Fairclough, 2003, p. 135-136. Elaborada pela autora.

Estes elementos podem ser representados, de acordo com Fairclough (2003), por meio “exclusão, inclusão ou proeminência”; nesses termos, Fairclough atenta para o fato de que, ao

analisar um gênero discursivo, deve-se observar quais desses elementos dos eventos sociais estão incluídos na representação discursiva, quais foram excluídos e quais tiveram maior importância. O aspecto que remeterá ou evidenciará a análise nesses termos são as formas léxico-gramaticais, o contexto social e as características das questões da contemporaneidade.

Quanto aos aspectos gramaticais que norteiam a análise do significado representacional, Fairclough (2003) destaca: os processos, os pronomes, a nominalização, as metáforas, a voz passiva/ativa, os advérbios. Desse modo, Fairclough (2003) compreende as orações no funcionamento da linguagem como um recurso que direciona a forma como as pessoas representam a realidade na qual está inserida e usam a gramática para representar suas experiências de mundo.

No processo de representação do significado do discurso, Fairclough (2003) argumenta que, assim como há escolhas linguísticas para representar objetos, ações, tempo/espaço, há também escolhas na representação dos atores sociais, denominados nos fundamentos da LSF como “dizentes, comportantes, experienciadores”. Para analisar como os atores sociais são representados nos discursos, Fairclough (2003) segue a vertente de Van Leeuwen (1996), para quem o discurso tanto é uma forma de ação como uma forma de representação das práticas sociais. Na categoria de análise do significado representacional de atores sociais, o propósito é acessar como os agentes sociais são representados em textos.

As principais categorias para representação dos agentes sociais trazidas por Van Leeuwen (1996, *apud* Fairclough, 2003, p. 145) são: “inclusão ou exclusão; pronome ou substantivo, função gramatical, modo de representação ativo (ator em um processo verbal), ou passivo (afetado ou beneficiário), pessoal ou impessoal, nomeado ou classificado, específico ou genérico”. A representação está associada a uma série de escolhas que tem, de certa forma, um significado social que possibilita identificar a posição ideológica dos interlocutores do texto, bem como apreciação de comportamento acerca do que esses atores executam ou são conforme a representação que lhes é atribuída.

Diante do exposto, vimos que os elementos dos eventos sociais podem ser representados de maneiras diferentes e por diferentes discursos, conforme a posição assumida pelos falantes/escritores, bem como pela ordem do discurso e pela estrutura social. Portanto, a análise do significado representacional implica investigar quais os elementos dos eventos sociais são incluídos/excluídos na representação e quais apresentaram maior proeminência e, conseqüentemente, o porquê.

No próximo tópico, apresentaremos os aspectos teóricos do significado identificacional na perspectiva de Fairclough (2003). O significado identificacional nos dará suporte nesta Tese para identificar como as pessoas se identificam e como estas identificam os outros em um contexto de lutas e engajamento social.

5.4.3 O texto e a construção de identidades sociais - o significado identificacional do discurso

A linguagem, como discurso, na perspectiva da ACD, além de nos possibilitar representar o mundo e de interagir nele, ela também nos permite construir identidades de si mesmo e das outras pessoas. O significado identificacional constrói o que a ACD denomina de “modos particulares de ser”, uma atividade relacionada ao aspecto discursivo da formação das identidades sociais ou pessoais particulares (Fairclough, 2003). Este tipo de significado do discurso está atrelado ao conceito de estilos e ao eixo da ética, compreendido como “aspectos discursivos do modo de ser, identidades” (Fairclough, 2003, p. 159). Desse modo, o “tipo de linguagem usado por uma categoria particular de pessoas é relacionado com a sua identidade” (Chouliaraki e Fairclough, 1999, p. 69), evidenciam como as pessoas se identificam e como estas identificam os outros, pontuando assim classificação e diferenças entre os seres.

Hall (2000, p. 112) define identidade em seu artigo “*Quem precisa de identidade*” da seguinte maneira:

Utilizo o termo ‘identidade’ para significar o ponto de encontro, o ponto de *sutura*, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos ‘interpelar’, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode falar. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós.

Nessa mesma esteira discursiva, Hall (2006) argumenta que, no processo de identificação, a afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam sempre “o que somos”, significa também dizer “o que não somos”, desse modo, a identidade demarca fronteiras, faz distinções, ao mesmo tempo que inclui também exclui. Essa distinção, segundo Hall (2006), afirma e reafirma relações de poder. Tal processo também resvala para a linguagem e os significados atribuídos por diferentes grupos sociais, pois, segundo Hall (2016, p. 20), “em

toda cultura há sempre uma grande diversidade de significados a respeito de qualquer tema e mais de uma maneira de representá-lo ou interpretá-lo”.

Esses significados terão repercussão em nossas práticas, porque eles não ficam reservados em nossa mente, quietos e estáticos, mas eles “organizam e regulam práticas sociais, influenciam nossa conduta e conseqüentemente geram efeitos reais e práticos” (Hall, 2016, p. 20). De maneira bem didática, Fairclough (2003) esclarece que as nossas identidades/identificações são construídas fundamentadas em quem somos, como falamos, escrevemos, como também as identificações incluem uma questão de incorporação, de como nos vemos, movemo-nos no mundo e assim por diante. Em Hall (2016, p. 32), ele assim afirma: a “representação diz respeito à produção de sentido pela linguagem”.

Desse modo, a linguagem, no processo de construção das identidades, não atua de forma simples e unidirecional, ela opera de modo colaborativo, dialético, visto que “o processo de identificação envolve efeitos constitutivos do discurso, ele deve ser visto como um processo dialético no qual discursos são inculcados em identidades” (Fairclough, 2003, p. 159). Nesses termos, Fairclough (2003) elucida que a identidade não pode ser limitada à identidade social. O processo de identificação não se resume a um processo puramente textual, não se detém exclusivamente à construção discursiva. Assim, efeitos causais do texto na construção de significados são questões que a análise textual sozinha não esclarece, desse modo, não podem ser investigados apenas pelo viés discursivo de práticas sociais (Magalhães, Martins, Resende, 2017). Tendo em vista que há outros elementos além dos aspectos linguísticos.

Sob esse viés, Fairclough (2003, p. 159) argumenta que a “identificação é um processo complexo”, isso se deve ao fato de a identificação ser traçada entre identidade pessoal, social e personalidade. Em outras palavras, é possível inferir que a construção da identificação dos atores sociais não é um processo independente das relações de poder, dos constrangimentos e da opressão social, visto que a identidade é construída por diferentes agentes que ocupam posições sociais que, de certa forma, mantêm grupos sob seu controle. Pessoas são, em sua maioria, conforme Archer (2000, *apud* Fairclough, 2003), posicionadas/identificadas involuntariamente tendo em vista suas condições até mesmo antes de nascer, antes de fazer suas escolhas (como camponês, classe operária, ou classe média). Esses limites de posicionamento podem ser transformados, para tal depende de reflexividade e da capacidade desses agentes “corporativos” e agirem coletivamente para a mudança social (Fairclough, 2003).

Convém ressaltar as palavras de Vieira e Resende (2016, p.70), ao argumentar que a construção de identidades “envolve aspectos não discursivos e, além disso, pode sofrer

interferência de instituições dominantes, mas somente quando e se os atores as interiorizam, construindo o significado da sua identidade com base nessa interiorização”. Assim, é importante analisar como esses aspectos não discursivos interferem na constituição das identidades pessoal e social, se esses são reprodutores da manutenção dos interesses das estruturas sociais ou se são transformadoras de autoidentidades, uma vez que os atores sociais podem constituir suas identidades atuando de forma ativa no mundo.

A linguagem, como recurso de identificação, dá ênfase à negociação e à construção de identidades no discurso. Para Fairclough (2003), a ênfase na construção discursiva das identidades desvela a importância do significado identificacional na linguagem, porque os modos de construção e categorização de identidades individual ou de grupos em uma dada sociedade permite entender o funcionamento da linguagem, no concernente às relações de poder, à reprodução e à mudança social. A construção do significado identificacional, seja individual ou grupal, é também constituída a partir da relação com a ordem do discurso, como ocorre com a constituição dos significados acional e representacional. Há entre o significado representacional e o identificacional um processo dialético, visto que “os textos são políticos no sentido amplo” (Magalhães, 2011, p. 69).

Ademais, isso reforça as palavras de Fairclough (2003), ao elucidar que os três significados do discurso são processos integrados. No entanto, no processo analítico de significados identificacionais, é necessária a utilização de alguns traços linguísticos específicos que notabilizem estilos, isto é, o modo como o falante/ou escritor se identifica, como identifica outros atores e como são identificadas por outras pessoas, constituindo um processo dialético no discurso. Conforme Fairclough (2003, p. 161), “estilos são realizados em uma série de aspectos linguísticos”, dentre as principais categorias analíticas para o significado identificacional, o linguista destaca os recursos fonológicos: pronúncia, entonação, acento tônico; o vocabulário e a metáfora.

Na categoria vocabulário, Fairclough (2003) destaca que a classe que mais varia é o advérbio de intensidade, além dos vocábulos que denotam afrontas. O linguista aclara que estilo também envolve linguagem verbal e linguagem corporal, este último é baseado na materialidade física dos corpos, ainda que seja “semiotizado”, isso é, segundo Fairclough (2003, p. 161), um dos motivos “para reconhecer a natureza dialética da relação entre discurso e mundo não discursivo”. O processo de constituição de identificação está relacionado, em sua maioria, às categorias de modalidade e avaliação (Fairclough, 2003), isso, porque ambas estão

diretamente atreladas à constituição das “formas de ser”, tanto na estruturação das identidades pessoais (personalidades) como nas sociais.

De modo geral, a categoria modalidade se refere ao que os atores sociais consideram em seus enunciados como o que é real, verdadeiro ou necessário e a avaliação manifesta os julgamentos do enunciatador de um texto acerca do que é bom, ou ruim, desejável ou não. A modalidade faz alusão ao modo de envolvimento das pessoas, quando realizam declarações, perguntas, trocas de atividades - ofertas ou procuras (Fairclough, 2003), o linguista argumenta que essas construções discursivas de identidades podem ser feitas com diferentes níveis de envolvimento. Acerca desta categoria, Halliday (1994) elucida:

aquilo com que uma pessoa se envolve é parte significativa do que ela é - logo as escolhas de modalidade nos textos podem ser vistas como parte do processo de estruturação da própria identidade. Isso, no entanto, prossegue no decorrer dos processos sociais, já que o processo de identificação é inevitavelmente transformado pelo processo de relação social.

Inferimos, a partir dessa concepção do linguista, que as escolhas linguísticas e extralinguísticas, utilizadas pelos atores sociais na construção de identidades e de identificações em textos, refletem o que eles são, não como um ser individual, mas traduz as suas relações com o mundo social (profissional, família, organizações sociais, dentre outras). Assim, o grau de envolvimento que os atores sociais exercem nesses âmbitos interferem no processo de construção de identidades e é revelado nos diferentes níveis de modalidade, logo, a modalidade está relacionada a “atitudes”, “julgamentos”, “posturas”, conforme a posição dos atores no mundo.

Quanto à categoria avaliação, Fairclough (2003) elucida que esta categoria alude às afirmações avaliativas e às presunções valorativas. É um tipo de categoria voltada, a princípio, para o significado identificacional, moldada por estilos, concernente ao modo como os atores sociais apreciam aspectos do mundo como negativo ou positivo (Fairclough, 2003). A categoria avaliação é materializada no discurso por meio de traços linguísticos, entre eles, Fairclough (2003) destaca o adjetivo, verbo (processo), advérbio avaliativo, sinal de exclamação.

Diante do exposto, inferimos que os atores sociais constroem identidades e identificações por meio das relações sociais e das posições que estes assumem. É importante ressaltar que, apesar de apresentarmos os significados e os modos que os discursos figuram na prática social separadamente, Fairclough (2003) deixa bem claro que os significados do discurso são intimamente interligados, ao que ele denomina de dialética do discurso.

No próximo tópico, discorreremos acerca das contribuições da LSF para a abordagem teórico-metodológica da ACD. A LSF é apresentada por Fairclough (2003) como principal literatura para a análise linguística dos problemas sociais, por ser uma teoria social cuja preocupação é entender os modos pelos quais a linguagem é usada para diferentes fins e em diferentes contextos e situações.

5.5 A Linguística Sistêmico-funcional: Base linguística para a Análise Crítica do Discurso

A LSF foi introduzida no início do século XX, teve como seu precursor o antropólogo Bronislaw Malinowski (1884-1932), sua teoria dialética entre língua e contexto influenciou o linguista John Rupert Firth [1890-1960], que foi Mestre de Michael Halliday. Na década de 1960, Halliday, dando continuidade às ideias do seu Mestre, desenvolveu as ideias de Firth, em uma abordagem de análise gramatical denominada “Gramática de Escala e Categorias”. Em 1985 publica a obra *An Introduction to Functional Grammar*, revisada em 1994, revista e ampliada com a colaboração de Matthiessen em 2004, (Fuzer e Cabral, 2014). O fundamento da gramática sistêmico-funcional hallidayana centra-se na ideia de que o estudo da língua e da linguagem não podem ser desvinculadas do uso e do contexto.

A gramática funcional desenvolvida por Halliday é uma teoria sistêmica que se desvincula do Estruturalismo e se insere no Funcionalismo motivado a descobrir qual a razão das mudanças linguísticas com inspiração em Malinowski e do Funcionalismo da Escola de Praga. O Funcionalismo emerge em contraposição às ideias do Estruturalismo, que teve como principal representante o grande linguista Saussure, cuja proposição primordial era determinar os limites da disciplina Linguística. Para Saussure, essa disciplina deve ter como objeto de estudo a língua, pois “é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem” (Saussure, 1995, p. 16).

A argumentação saussureana acerca da língua nos possibilita entender que a amplitude da língua é menor do que a linguagem, sendo que a língua está contida na linguagem. Sob esse viés, a língua é “a parte social da linguagem”, exterior ao indivíduo; não pode ser modificada pelo falante e obedece às leis do contrato social estabelecido pelos membros da comunidade, (Fiorin, 2003, p. 10). Isso porque, para os linguistas estruturalistas, a língua não tem relação com fatores externos a ela, uma vez que é compreendida como autônoma, um sistema de signos que se define unicamente por suas relações internas, imanentes. Apesar das disseminações das ideias estruturalistas nos estudos linguísticos, surge, concomitantemente, outra proposição

contrapondo ao argumento de que a língua deve ser analisada como entidade autônoma, uma vez que a língua existe para estabelecer relações comunicativas entre os interlocutores.

Assim, emerge a visão funcionalista da língua, preocupada com a função ou relação que a língua desempenha nas situações reais de uso. Nessa perspectiva, a linguagem passa a ser compreendida, na corrente funcionalista, como parte integrante da natureza humana que constrói a realidade não de forma passiva; ao contrário, constrói ativamente, a língua é o próprio agente de sua construção (Halliday, 2004). Ainda, conforme Halliday, a língua é um sistema de construção de significados, um instrumento de interação social que visa primeiro estabelecer a comunicação entre interlocutores reais.

A LSF teve início com o reconhecimento da língua como uma das mais importantes manifestações da cultura de um povo. Esta abordagem é caracterizada como uma teoria social, porque parte da situação de uso da linguagem, de traços analíticos e interpretativos das práticas sociais e dos contextos nos quais a linguagem opera. O foco da LSF está em entender como se dá a comunicação entre os homens (Bárbara e Macedo, 2009), refere-se ao papel da linguagem na constituição da realidade humana, preocupa-se em explicar como a linguagem funciona na sociedade e qual a sua função na constituição desta.

A linguagem, de acordo com a LSF, deve ser explicada a partir de suas funções na vida social, as quais se refletem nas estruturas internas da língua. A LSF se atém aos usos da língua no contexto social, reconhecendo que a linguagem é entidade viva, presente em eventos variados e, como tal, sofre a influência desses e de outros fatores (Fuzer e Cabral, 2014). Compreende-se, portanto, que a LSF entende a língua na sua inteireza, isto é, língua como função e não como forma e estrutura. A língua é capaz de identificar o porquê das escolhas léxico-gramaticais dos falantes/escritores e suas intenções nos diversos contextos sociais. Nesse sentido, as autoras Bárbara e Macedo (2009, p. 90) argumentam que a LSF é uma teoria social que “procura desvendar como, onde, porque e para que o homem usa a língua, bem como a linguagem em geral, e como a sociedade o faz”.

Assim, compreendemos que a LSF entende que as escolhas linguísticas dos falantes/escritores, em contextos sociais, indicam suas intenções comunicativas, o que dá margem aos interlocutores identificarem marcas contextuais. Em outras palavras, podemos dizer que a gramática funcional é compreendida como um sistema de escolhas que está à disposição do usuário da língua. A LSF é uma teoria que se interessa por todos os aspectos da linguagem, isto é, como os significados são expressos desde um sinal grafológico ao contexto cultural, de forma que tudo o que é dito acerca de qualquer aspecto linguístico deve ser

apreendido com referência à imagem como um todo (Halliday e Matthiessen, 2014). Diferente da abordagem gramatical descritiva, a LSF vai além do dogmático, não fragmenta a língua como sistema e como instituição social, tem, no entanto, um olhar unificador, entende que é por meio da interação que podemos expressar significados.

Assim, para compreender melhor a teoria da LSF, julgamos necessário, inicialmente, discorrer acerca de dois conceitos bases para essa teoria: a noção de *sistema* e de *função*. A LSF é sistêmica, porque vê a língua como redes de sistemas linguísticos interligados e não como um inventário de estruturas (Halliday, 2004). O termo sistema é desenvolvido no paradigma funcionalista como parte de um “constructo formal de uma rede sistêmica, o que configura uma teoria da língua como escolha” (Neves, 2022, p. 73). As opções são realizadas como constructos sintagmáticos ou estruturas (ordenação sintagmática na linguagem) que são “padrões ou regularidades” (Halliday e Matthiessen, 2014, p. 22). A estrutura são padrões ou regularidades que responde “o que vai junto com o quê?”

Assim, sistema é o ordenamento paradigmático da linguagem que responde outro eixo “o que pode figurar em lugar de quê”. Sistema é compreendido como ordenação, organização paradigmática da linguagem, isto é, “padrões no que poderia ser no lugar de” (Halliday e Matthiessen, 2014, p. 22). Podemos, assim, inferir que o termo sistema, na LSF, equivale às condições de escolhas na produção linguística, toda e qualquer seleção de alternativas linguísticas é um recurso para criar significado, “o significado reside em padrões sistêmicos de escolha” (Halliday, 2014, p. 23).

A LSF é funcional, pois trabalha com a língua em uso, no seu funcionamento no contexto real de uso. Partindo dessa premissa, o termo função na LSF advém da ideia de que “toda a arquitetura da língua se organiza em linhas funcionais” (Halliday, 2004, p. 31), isto é, a funcionalidade é algo intrínseco à linguagem. A funcionalidade está baseada no significado da linguagem e a gramática é entendida como a interpretação das formas linguísticas. Desse modo, entendemos que o termo função está relacionado às possibilidades de explicar não só estrutura gramatical que compõe o texto, mas todo o sistema linguístico, desde a construção do texto até a comunicação entre os interlocutores.

Assim, o caráter funcional da linguagem está atrelado à capacidade de explicar as estruturas gramaticais em relação ao significado, às funções que a linguagem desempenha em diferentes contextos e propósitos. É funcional, porque não “separa o sistema linguístico, e suas peças, das funções que têm de preencher, e é dinâmica porque reconhece, na instabilidade da relação entre estrutura e função, a força dinâmica que está por detrás do constante

desenvolvimento da linguagem” (Neves, 2022, p. 18). Para Halliday (1994, p. 12), “uma gramática funcional é essencialmente uma gramática “natural”, no sentido de que nela tudo pode ser explicado, em última instância, com referência a como a língua é usada”. Na concepção do linguista, todas as escolhas utilizadas na produção do texto são passíveis de interpretação, a língua não é neutra, mas carregada de significados que podem revelar o que se perpetua no discurso, evidenciar diferentes mecanismos sociais.

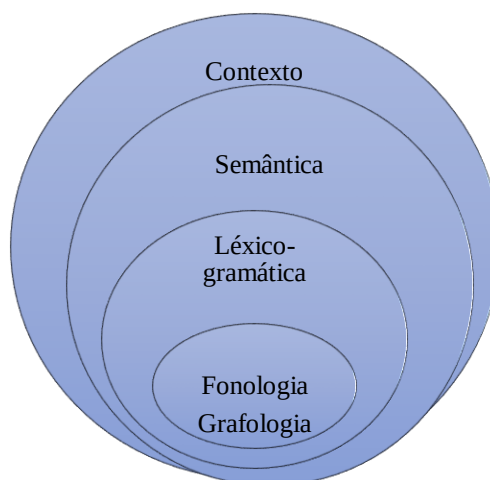
Nesses termos, compreendemos que a LSF também tem um caráter social, porque compreende a língua como um fenômeno proveniente de um contexto social. Por fim, é semiótica, visto que estuda os signos como uma construção social, isto é, a língua é analisada como um sistema de significados. Na perspectiva funcionalista hallidayana, não há nenhuma faceta da experiência humana que não possa ser transformada em significado. Em outras palavras, a linguagem fornece uma teoria da experiência humana, e certos recursos léxico-gramaticais de cada língua são dedicados a esta função (Halliday, 2004, p. 29). Podemos, então, entender que a abordagem teórica da LSF se centra menos na forma, concentra-se no significado e na funcionalidade da língua (Fuzer e Cabral, 2014), interessa-se pela busca das razões e motivações das escolhas linguísticas realizadas pelos interlocutores em condições reais da linguagem.

A partir dessa busca, é possível explicar, por meio da linguagem, as ações, comportamentos e anseios dos agentes sociais e das próprias sociedades ao longo da História, partindo de um determinado contexto. Isso pressupõe que a gramática tem que interagir com o que acontece fora da linguagem, isto é, as condições do mundo e com os processos sociais com os quais nos envolvemos. A linguagem é compreendida como “um potencial de significado compartilhado, tanto uma parte quanto uma interpretação intersubjetiva da experiência” (Halliday, 1982, p. 10). Podemos, assim, inferir que a linguagem resulta das ações que os atores sociais conseguem executar por meio de interações sociais, dando significados ao dizer e ao interpretar.

Nesses termos, Halliday (1982) elucida que o potencial da linguagem é o que ela pode significar (sistema semântico) por meio do que podemos dizer (sistema léxico-gramatical). Dessa forma, para produzir esta interação é preciso organizar a interpretação da experiência e a promulgação de processos sociais, para que possam ser transformados em palavras (Halliday e Matthiessen, 2014). Nesse sentido, os funcionalistas compreendem a linguagem como um sistema semiótico complexo, possuindo vários níveis, ou estratos (Halliday e Matthiessen,

2014). A figura abaixo ilustra como se dá a organização da linguagem como sistema linguístico estratificado e “incorporado” no contexto (Halliday, 1978; Halliday e Hasan, 1985).

Figura 14 – A linguagem como sistema de estratos



Fonte: Halliday e Matthiessen, 2014, p. 46. Adaptado pela autora.

Ao dizer que a linguagem é estratificada, conforme o modelo proposto, Halliday e Matthiessen (2014) defendem que este é o modelo por meio do qual devemos entender a linguagem se quisermos explicá-la em seu funcionamento. Cada passo é, obviamente, planejado pela nossa capacidade de pensamento organizado a partir da relação do nível entre os estratos. Observamos que os sistemas de estratos são subsídios para a materialização do texto, eles não são fragmentados, visto que “o texto não é uma unidade semântica composta de orações; o texto realiza-se em orações” (Fuzer e Cabral, 2014, p. 24).

Um texto é um constructo organizado por todos os sistemas de estratos, partindo dessa premissa, Halliday (1998, p. 128) elucida que o texto é “para o sistema semântico o que uma oração é para o sistema léxico-gramatical e uma sílaba para o sistema fonológico.” Isso significa que o texto é resultado de toda uma estrutura genérica no âmbito do nível de organização estrutural de modo inter-relacionado. Essa organização textual torna o texto uma unidade do processo semântico, isto é, carregado de significados, podendo, assim, configurar padrões de relação com a situação, os quais constituem o registro, isto é, uma variedade funcional de linguagem (Halliday, 1978).

Os registros são, portanto, “variedades linguísticas associadas a contextos particulares de uso da língua, em oposição aos dialetos, que são variedades linguísticas associadas a grupos específicos de usuários da língua” (Chouliaraki e Fairclough, 1999, p. 142). Na concepção de Halliday (1989), a língua não funciona fora de contextos de situação e não se pode desvincular

destes. O linguista aponta que, nessa relação de interdependência, é importante atentar-se na análise que tipos de fator de situação determinam os tipos de seleção do sistema linguístico. Assim, o registro linguístico é, de certa forma, a configuração do significado do texto que acontece conforme o contexto de situação; nesse sentido, o ponto de partida para investigar a organização da semântica é a gramática, tendo uma abordagem sistêmico-funcional para pesquisar como a experiência humana é construída em termos de significado (Fuzer e Cabral, 2014). Na visão funcionalista, todo uso linguístico que se constitui em um texto está imbricado em um determinado contexto, visto que “a linguagem opera em contexto” (Halliday e Matthiessen, 2014, p. 32).

Essa assertiva reitera que texto e contexto são pertencentes a um mesmo processo de construção, isto é, existe um texto e outro texto que o acompanha: um texto que está junto, nomeado de contexto” (Halliday e Matthiessen, 2014). Para o linguista, a compreensão de contexto como ambiente/espço semiótico permite entender por que determinadas coisas são ditas ou escritas de forma particular e o que mais poderia ter sido dito ou escrito, mas não foi (Halliday e Matthiessen, 2014). Essa relação dialética entre o texto e o contexto, na construção do significado, possibilita os interlocutores a fazerem inferência do que está por vir no texto.

Podemos entender que o contexto é um condicionante para a manifestação linguística. Desse modo, os linguistas Halliday e Matthiessen (2014) reconhecem a importância de desenvolver uma abordagem “ecológica” da teoria da linguagem, defendendo que ela é sempre teorizada, descrita e analisada dentro de um ambiente de significados, uma vez a língua é assim interpretada por referência a seu habitat semiótico. Este pensamento de abordagem da linguagem recebeu um considerável impulso empírico do antropólogo Bronislaw Malinowski nas décadas de 1920 e 1930, baseado em seu extenso trabalho de campo nas Ilhas Trobriand, onde, comunicando-se por meio da língua nativa dessas comunidades, analisou textos de diálogos que realizou com esses habitantes a partir de seu contexto.

Este antropólogo, conforme Halliday (1985, p. 6), “precisava de um termo que expressasse o ambiente verbal, mas também incluindo a situação em que o texto foi enunciado [...] Por contexto de situação ele quis dizer o ambiente do texto”. Desse modo, a noção de contexto de situação provém de Malinowski, cuja ideia é explicar e posicionar o texto no seu habitat de uso, levando em consideração as interações entre os participantes como elementos essenciais no desenvolvimento da linguagem. Nesse sentido, Halliday e Matthiessen (2014, p. 54) defendem que “a linguagem é um sistema evoluído e não projetado”.

Essa evolução se dá a partir da tomada de consciência do sujeito e da construção do significado da realidade, traduzida na materialidade linguística, isto é, no texto. Assim, na concepção de Halliday e Matthiessen (2014), se a interpretação da linguagem omitir a situação como elemento constituinte, isso resultará em uma elucidação infértil sobre o texto. Além do conceito de contexto de situação, entra também na base da proposta hallidayana o conceito de contexto de cultura, que é também outro dos conceitos provenientes de Malinowski. Halliday compreende que o potencial contextual de uma comunidade é a sua cultura. É por meio do contexto da cultura que os membros de uma comunidade podem significar em termos culturais; isto é, interpretamos a cultura como um sistema de significados, como um ambiente de significados no qual operam vários sistemas semióticos (Halliday, 2014).

O conceito de cultura associada ao conceito de situação é, na concepção de Halliday (1989), um fator essencial para a compreensão de um texto, visto que qualquer uso linguístico, do ponto de vista da LSF, será sempre envolvido por um contexto, seja ele o contexto de situação (registro), ou o contexto de cultura (gênero). Ainda nas palavras de Halliday e Hassan (1989, p. 47), “ao conhecermos a situação e o contexto social de uso da língua, podemos dizer muito sobre a linguagem que se produzirá”, isso significa que o sistema linguístico se organiza de tal forma que o contexto social serve para antecipar o texto, para situar o interlocutor a ter uma prévia acerca do que o texto apresentará e seu respectivo significado. O contexto de situação pode ser interpretado, conforme Halliday (1978), como o ambiente no qual o texto está funcionando concretamente, representa o real e o seu potencial de significado é o sistema semântico particular, contempla, assim, o ambiente em que o texto está sendo realizado. Ao passo que o contexto de cultura tem como potencial de significado todo o sistema semântico da língua com suas possibilidades de uso.

O contexto de cultura relaciona-se ao ambiente sociocultural mais amplo, que inclui ideologia, convenções sociais e instituições” (Fuzer e Cabral, 2014, p. 28). Em outras palavras, podemos afirmar que o contexto de cultura, de certa forma, determina a produção textual, isto é, a construção dos gêneros discursivos, conforme propósito sociocomunicativo do falante/escritor para atingir um fim específico. Apesar de ambos os contextos estarem embricados, Fuzer e Cabral (2014) aclaram que o contexto de cultura (macrocontexto) é mais estável, visto que este é constituído por práticas, valores e crenças mais recorrentes que perduram ao longo do tempo e são compartilhados no grupo social.

Vale destacar que não há, na abordagem hallidayana, uma teorização densa sobre o conceito de cultura, o funcionalista não amplia essa discussão; o próprio Halliday (1985, p. 47)

pontua “nós não oferecemos, aqui, um modelo linguístico separado para o contexto de cultura; isso ainda não existe, embora haja ideias proveitosas no entorno”. Quanto ao contexto de situação, Halliday (1989) passou a considerar três níveis como características fundamentais para analisar o contexto de situação de um texto, sendo, assim, descrito:

O campo: constitui-se como o cenário no qual um evento de uso da língua ocorre.

As relações: envolvem os participantes, a natureza das funções que estes desempenham, o nível de controle de um participante sobre o outro.

Modo: refere-se à função da linguagem exercida na situação de comunicação de acordo com as expectativas dos participantes e ao veículo utilizado no contexto de situação.

Com base nesses níveis contextuais, observamos que é possível identificar aspectos do contexto de situação por meio de elementos linguísticos e estruturas léxico-gramaticais. Essa possibilidade se deve ao fato de as variáveis contextuais estarem intrinsecamente relacionadas às funções que a linguagem desempenha (Halliday, 1994), denominadas por este linguista de “metafunções da linguagem”, que compreendem a oração como uma unidade plurifuncional.

Discorreremos acerca das metafunções da linguagem no tópico abaixo.

5.5.1 As metafunções da linguagem na concepção da Linguística Sistêmico-Funcional

Os estudos funcionalistas defendem que “o que deve constantemente guiar o linguista é a competência comunicativa, pois toda língua se impõe [...], tanto no seu funcionamento como em sua evolução, como um instrumento de comunicação da experiência” (Martinet, 1994). Isso reforça que a língua é uma atividade social, não se limita à análise de regras gramaticais; tampouco funciona por si própria, mas, em virtude do seu uso e aplicabilidade para fim de interação entre os seres humanos. O aspecto funcional da linguagem é, para Halliday (1985), um traço geral da linguagem, uma vez que este depreende o uso, isto é, a linguagem por si mesma é aplicabilidade, atuação.

Nesse sentido, Halliday (1985, p. 15) pontua “o termo função pode ser entendido como um sinônimo da palavra uso. [...] As pessoas fazem diferentes coisas com a linguagem [...] esperam atingir grande número de diferentes objetivos e propósitos”. Nesses termos, a linguagem é inerentemente funcional, responsável pela produção da enunciação, ao mesmo tempo que produz significado. Segundo Halliday e Matthiessen (2004, p. 31), “[...] toda a arquitetura da linguagem é organizada ao longo de linhas funcionais. A linguagem é como é devido às funções nas quais ela se desenvolveu na espécie humana” em seus variáveis contextos. Conforme Fuzer e Cabral (2014), as variáveis contextuais estão intrinsecamente

relacionadas às funções que a linguagem desempenha, denominada por Halliday (1994) de metafunções. Como ilustrado no quadro abaixo:

Quadro 7 – Variáveis do contexto situacional e metafunções da linguagem

Variáveis do contexto de situação	Metafunções da linguagem
Campo -----	Ideacional (ação social, sobre o que se fala, a natureza da ação)
Relações -----	Interpessoal (estrutura de papéis, relações na situação comunicativa)
Modo -----	Textual (organização simbólica, modo retórico da linguagem)

Fonte: Fuzer e Cabral (2014). Adaptada pela autora.

As metafunções se constituem em manifestações dos propósitos comunicativos que são subjacentes a todos os usos da língua, tais quais: compreender o meio, relacionar-se com os outros e organizar informação. São formas de definir a oração como uma unidade gramatical plurifuncional, desse modo, tratam, portanto, de escolhas linguísticas relativas à construção de sentido que possibilitam analisar a organização da língua no texto como um todo.

5.5.2 Metafunção ideacional: a linguagem como representação da experiência

O ser humano é capaz de expressar suas experiências vividas tanto no mundo físico como no mundo interior, isto é, no plano das ideias (consciência), essa capacidade de construção de experiência é compreendida na LSF como metafunção ideacional/experiencial da linguagem. Halliday e Matthiessen (2014) argumentam que nossa impressão mais poderosa da experiência é que ela consiste em um fluxo de eventos, ou acontecimentos, este fluxo é fragmentado em *quantum* de mudança pela gramática na oração, cada *quantum* é modelado como uma figura de acontecer, fazer, sentir, dizer, ser ou ter.

Os funcionalistas Halliday e Matthiessen (2004) elucidam que há diferença entre o que experienciamos e agimos no universo exterior e no universo da nossa consciência, que inclui percepção, emoção e imaginação. Com isso, os linguistas afirmam que a forma paradigmática da nossa experiência exterior está relacionada a ações ou eventos, isto é, a coisas que acontecem no cotidiano e a agentes sociais que as executam. Ao passo que a experiência interior é constituída por lembranças, reações, reflexões, crenças, sentimentos e estados de espírito que se examinam no plano da consciência. Posto isso, o ser humano é capaz de representar essas experiências e relacioná-las por meio de aspectos léxico-gramaticais da linguagem identificando-as ou caracterizando-as.

A metafunção ideacional corresponde à oração como representação (Halliday, 2014), materializa a variável de registro (campo), no nível do contexto situacional, isto é, refere-se ao que se faz no mundo. Esta metafunção constrói um modelo de representação de mundo, representa a natureza da prática social, expressa as experiências, o conteúdo de uma cultura ou de um ser em relação ao mundo interior ou exterior que o rodeia. Realiza-se por meio de duas funções distintas: experiencial que é responsável pela construção de um modelo de representação de mundo; e a lógica que é responsável pelas combinações de grupos lexicais e oracionais.

Os componentes léxico-gramaticais na metafunção ideacional são: processos, participantes e circunstâncias, elementos integrantes do sistema gramatical denominado por Halliday (1994) de “sistema de transitividade”. Vale destacar que o tratamento da transitividade na LSF difere do que se analisa na gramática tradicional, nesta, a transitividade se refere à relação dos verbos com os seus complementos, ao passo que na LSF o sistema de transitividade se refere à descrição de toda a oração, levando em consideração: os processos, participantes e eventuais circunstâncias (Fuzer e Cabral, 2014). O sistema de transitividade, para Halliday e Matthiessen (2014, p. 213), “fornece os recursos léxico-gramaticais para construir uma quantidade de mudança no fluxo dos acontecimentos [...] centrados num processo. Cada tipo de processo constitui um esquema distinto para construir um domínio particular de experiência.”

A transitividade caracteriza-se pelos traços linguísticos responsáveis pela representação de mundo e experiências de cada sociedade. Podemos analisar, através dos processos, que tipos de ações os interactantes estão executando na prática social e quais as circunstâncias. No sistema de transitividade, os processos são o núcleo da representação e da experienciação; nesse sentido, Halliday e Matthiessen (2014, p. 221) pontuam que “o processo é o elemento mais central na configuração”. Na visão destes funcionalistas, os participantes estão próximo do núcleo, os participantes são inerentes ao processo, cada tipo de oração experiencial tem pelo menos um participante. Enquanto as circunstâncias são quase sempre acréscimos opcionais da oração, em vez de serem componentes obrigatórios.

Os componentes léxico-gramaticais constituintes da metafunção ideacional são categorias semânticas que explicam, de maneira mais geral, como os fenômenos de nossa experiência do mundo são interpretados como estruturas linguísticas (Halliday e Matthiessen, 2014). Estes componentes são definidos da seguinte maneira:

Quadro 8 - Componentes da oração

Componentes	Definição	Categoria gramatical
Processo	É o elemento núcleo da configuração, indicando a experiência se desenrolando ao longo do tempo.	Grupos verbais
Participantes	São as entidades envolvidas – pessoas, seres animados ou inanimados.	Grupos nominais
Circunstância	Indica o modo, o tempo, o lugar, a causa, o âmbito no qual o processo se desdobra.	Grupos adverbiais

Fonte: Halliday e Matthiessen (2014).

Os componentes são organizados em configurações que fornecem os modelos ou esquemas para a construção da nossa experiência. A configuração processo+participantes constitui o “centro experiencial da oração” (Halliday e Matthiessen, 2004, p. 176). Os processos principais, por meio dos quais podemos analisar a construção textual, bem como representar as nossas experiências são três, como exposto no quadro abaixo:

Quadro 9 – Principais tipos de processos conforme a LSF

Materiais	Mentais	Relacionais
São processos de fazer, construir e acontecer. Representam a experiência no mundo exterior. Os participantes são: Ator (aquele que realiza a ação) e Meta – participante (equivale ao objeto da gramática tradicional).	São processos de sentir/experienciar (gostar, lembrar, saber, amar, sentir etc.). Representam a experiência interna (lembranças, sentimentos, reflexões, etc.). Há três classificações: cognição - aparece com os verbos saber, entender, decidir; percepção - aparece com o verbo sentir e afeição - surge com os verbos amar e gostar. Os participantes envolvidos são: o Experienciador (aquele que sente) e o Fenômeno (o que é experienciado pelo experienciador).	São processos de “ser” e “ter” (verbo ser, estar, parecer etc.). Usados para caracterizar e identificar, realizados por meio de atribuição. Os participantes são: o Portador e o Atributo .

Fonte: Halliday e Matthiessen (2014) Elaborada pela autora.

Além desses três principais tipos de processos oracionais, Halliday (2014) apresenta outros três tipos de processos secundários, a saber: comportamentais, verbais e existenciais, que ocupam uma posição intermediária entre os processos mais gerais. Conforme descritos no quadro abaixo:

Quadro 10 – Processos secundários conforme a LSF

Comportamentais	Verbais	Existenciais
Representam ações que manifestam comportamentos físicos ou psicológicos do ser humano. Realizado pelos verbos olhar, assistir, encarar, observar, chorar etc. Situados entre os processos materiais e mentais. Os participantes são: o Comportante e o Comportamento	São processos do dizer, é a representação das atividades linguísticas dos participantes. Realizados pelos verbos dizer, acusar, falar, perguntar etc. Os participantes das orações verbais são, geralmente, o Dizente (o próprio falante ou uma fonte simbólica); Verbiagem (é o que é dito e pode representar, a mensagem); Receptor e Alvo (entidade atingida pelo processo de dizer).	São aqueles que representam algo que existe ou acontece. Tem como seu único participante o Existente .

Fonte: Halliday e Matthiessen (2014). Elaborada pela autora.

Entendemos, portanto, que, ao analisarmos a linguagem por meio da metafunção ideacional, podemos identificar como o mundo é representado em diferentes discursos, como os participantes constroem e percebem o universo que os rodeia e que, de certa forma, este mesmo mundo pretende moldá-los e restringir à sua maneira de viver e de produzir.

5.5.3 Metafunção interpessoal – a linguagem como troca e ação

Vimos, no tópico anterior, que a linguagem, na visão funcionalista, representa o conhecimento e a experiência de mundo interior e exterior. Além dessa atribuição, a linguagem também possibilita interação entre os seres no âmbito social, visto que o uso da linguagem em sua essência é comunicar, expressar o que acontece no mundo, é função primária da linguagem estabelecer comunicação entre os homens e manter as relações humanas (Neves, 2014). Sendo a língua um recurso de interação social, implica, portanto, troca e ação entre os atores sociais, uma vez que, por meio da interação, as pessoas são capazes de construir argumentos, identidades e desempenhar o seu papel social de cidadão na luta por mudança social, pois “a linguagem opera nas práticas sociais” (Magalhães, Martins, Resende, 2017).

Desse modo, a linguagem é o meio pelo qual os atores sociais podem “negociar relações e expressar opiniões e atitudes, produzindo significados em textos” (Fuzer e Cabral, 2014, p. 103). Esses significados, do ponto de vista da LSF, são influenciados pela variável contextual

relações que é materializada na oração como troca (Halliday e Matthiessen, 2014). É na interação social que os participantes trocam entre si os papéis de ouvinte e falante em uma expectativa de participação mútua. O parâmetro desta metafunção é a linguagem como comunicação, assim elucidada por Halliday (Halliday, 1976, p. 136-137):

A linguagem serve para estabelecer e manter relações sociais [...]; para conseguir que coisas sejam feitas, por via de interação [...] pois a linguagem, além de capacitá-lo a interagir com as outras pessoas, serve também para a manifestação e o desenvolvimento de sua própria personalidade.

Nesta perspectiva de proposição interacional da linguagem, Halliday e Matthiessen (2014) elucidam que a oração, como mensagem, organiza-se como um evento interativo envolvendo público diferente. No ato da fala, o falante adota para si um papel de fala particular, ao fazer isso atribui ao ouvinte um papel complementar que ele deseja que ele desempenhe, por exemplo, ao fazer uma pergunta, um orador está assumindo o papel de buscador de informações e exigindo que o ouvinte assume o papel de fornecedor das informações exigidas.

Espera-se, assim, que se estabeleça a comunicação entre os participantes envolvidos discursivamente em um evento social, isto é, o falante espera a inserção do ouvinte no circuito de comunicação, seja esta interação por meio de uma resposta linguística ou não linguística. Essa interação estabelecida pelas relações interpessoais possibilita descortinar as relações de poder existentes na interação entre os interactantes, como também o grau de adesão e aproximação de quem declara em relação ao que declara no processo comunicativo de troca e negociação.

A metafunção interpessoal visa analisar a maneira como os participantes estão envolvidos na interação social, como estes usam a linguagem para interagir socialmente e como esta é constituída pelos participantes em suas construções linguísticas. Visto que, na LSF, o enunciado não é feito a partir de estruturas abstratas, mas por meio das escolhas que o falante faz para compor o propósito específico, construindo significados (Neves, 2014). Nesta metafunção, analisa-se, também, o modo, os recursos gramaticais que indicam a interação entre os participantes, a oração é vista como uma troca. Como pressupostos de análise dessa troca, é necessário investigar as circunstâncias em que esta ocorre e que marcas o emissor utiliza para estabelecer e indicar sua opinião e seu comando a respeito do que é dito, tanto em termos de fornecer informação (dar) quanto no sentido de demandar uma resposta (solicitar).

Os significados interpessoais da linguagem se manifestam através do sistema léxico-gramatical de Modo (Halliday, 2014), sistema que representa a maneira pela qual os escritores

e falantes organizam e estruturam as orações para interagir entre si no evento comunicativo, isto é, na situação de fala. A análise da oração, por meio do sistema Modo, possibilita identificar intenções, relações e reações entre os interactantes no contexto de situação. O estudo do Modo permite também analisar o grau de distância/proximidade, de engajamento, de poder/solidariedade, de comprometimento entre os agentes sociais e os problemas existentes na sociedade e o grau de responsabilidade que assumem quanto à mensagem que transmitem, se o fazem de maneira assertiva/categórica, ou não.

Na LSF, os tipos mais fundamentais de papel de fala, que estão por trás de todos os tipos mais específicos são dois: *dar* e *solicitar*. *Dar* significa “*convidar a receber*” e *solicitar* significa “*convidar a dar*” (Halliday e Matthiessen, 2014, p.135). Isso pressupõe que, no ato da fala/escrita, o escritor/falante desempenha ações voltadas não só para seus próprios fins, ele ao mesmo tempo em que está informando, também está requerendo alguma resposta, reação do seu ouvinte/leitor, assim o falante tanto está dando algo ao ouvinte como exigindo algo dele, ou seja, espera dele uma ação discursiva complementar.

Desse modo, entendemos que as ações de dar e pedir conotam uma relação mútua, uma negociação em que se realiza entre pares. Assim se constrói uma expectativa de troca de informação oriunda dos participantes na situação de fala, nisso consiste as relações sociais e interação verbal, não só receber a informação, mas tomar conhecimento do que está sendo comunicado e dá uma devolução. Na abordagem funcionalista, essas duas variáveis “dar informação ou “solicitar informação” definem as quatro funções primárias da fala: oferta, comando, declaração e pergunta e estas, por sua vez, são acompanhadas por um conjunto de respostas desejadas: aceitar uma oferta, executar um comando, confirmar uma afirmação e responder a uma pergunta (Halliday e Matthiessen, 2014). As orações que materializam a língua como troca de informações são denominadas de proposição, considerada como algo sobre o que o falante/escritor pode argumentar, seja negando, afirmando ou pondo em dúvida.

Assim, nas orações, como trocas de informação, os interlocutores, ao apresentar as suas proposições, elas podem ser questionadas, contrariadas, aceitas ou refutadas. Ao passo que quando a língua é empregada para troca de bens e serviços (ofertas, ordens e pedidos), a oração se apresenta em forma de proposta, ela não pode ser afirmada ou negada (Fuzer e Cabral, 2014). Vale ressaltar que, na metafunção interpessoal, o significado se materializa na estrutura da língua pelas escolhas feitas quanto ao modo e à modalidade, isto é, o sistema de MODO. Ressaltamos aqui que a forma de escrita MODO (toda maiúscula) equivale ao nome do sistema

interpessoal primário, isto é, a gramaticalização do sistema semântico de funções de fala na oração.

Na metafunção interpessoal, há duas principais categorias: polaridade e modalidade, categorias que representam o julgamento e opinião de falante/escritor. Em termos da interação realizada pela oração, a polaridade é uma parte básica do significado. A polaridade, na concepção de Halliday, 1989, p. 88), refere-se à “escolha entre positivo e negativo”, desse modo, na situação de fala. A polaridade, como categoria de significado da linguagem, manifesta-se, comumente, por um elemento finito que pode ser uma forma positiva (é, foi, está, tem etc.); ou negativa (não é, não foi, não está, não tem, etc.), ou por um adjunto modal de polaridade (sim, claro), (Fuzer e Cabral, 2014).

A modalidade que é uma forma intermediária do falante/escritor expressar suas reações e opiniões. Na LSF, a modalidade é compreendida como “um recurso interpessoal utilizado para expressar significados relacionados ao julgamento do falante em diferentes graus (Fuzer e Cabral, 2014, p. 114). Refere-se ao modo como os interlocutores se posicionam frente a diferentes questionamentos e situações reais de fala, construindo suas percepções, ponto de vista, bem como revela o grau de envolvimento, comprometimento e responsabilidade dos interlocutores em relação à validade do que é dito.

A modalidade, como marca linguística, contém dois aspectos: “a) as apreciações do locutor sobre o conteúdo proposicional das orações e b) seus interesses e intenções quanto às tarefas da enunciação” (Azeredo, 2007, p. 122). O entendimento da categoria modalidade está relacionada à diferença entre proposições (informações) e propostas (bens e serviços), denominadas, respectivamente: modalização e modulação que se expressam em diferentes graus. A modalização, também denominada de “modalidade epistêmica”, ocorre em enunciados com função discursiva que visa à validade de troca de informações ou conhecimentos, ocorre em forma de proposições. As modalidades podem ser apresentadas nos enunciados em graus de probabilidade ou usualidade (Fuzer e Cabral, 2014).

A modalidade epistêmica ou modalização, de acordo com Halliday (2014), é expressa por meio dos marcadores linguísticos, entre eles: verbos (pode, deve); adjuntos modais (possivelmente, talvez, certamente, usualmente, sempre etc.); locuções adverbiais (sem dúvida, com certeza, às vezes). Ao passo que a modulação ou “modalidade deôntica”, nos termos de Halliday (2014), está relacionada à função discursiva como troca de serviços e bens, ocorre em forma de propostas, isto é, ofertas e comandos. Essa modalidade, portanto, “situa-se no domínio do dever (obrigação e permissão), pode corresponder, pois, a atos diretivos de fala, ligando-se

ao imperativo [...] nas quais se pode esperar que um locutor leve outro a fazer algo (Neves, 2002, p. 196).

A modalidade deôntica apresenta aspectos de *obrigação e inclinação*. As propostas, por meio de *comando*, referem-se ao grau de *obrigação* para o outro exercê-la: permitido, aceitável, necessário, obrigatório: Ao passo que, em proposta de *oferta*, há grau de *inclinação* do falante: inclinado, desejoso, disposto, determinado. Os operadores léxico-gramaticais utilizados nesta categoria, tanto no grau de obrigação e inclinação, são: verbos modalizadores (deve, deveria); adjuntos modais (necessariamente, obrigatoriamente, voluntariamente, alegremente); expressões como: é necessário, é preciso, é esperado, está inclinado a, está disposto a (Fuzer e Cabral, 2014).

O tipo de modalidade utilizada no texto vai depender da intenção do falante/escritor e, conseqüentemente, do contexto. Nesse sentido, “as escolhas da modalidade podem ser vistas como do processo de textualização da identidade do falante/escritor” (Fuzer e Cabral, 2014, p. 116). Estas autoras destacam, também, que a modalidade pode apresentar o valor do julgamento emitido pelo falante se alto, médio ou baixo, a identificação do grau de valor é importante para identificar o nível de comprometimento do que é dito na situação de fala.

Posto isso, entendemos, portanto, que a análise do discurso, a partir dos componentes léxico-gramaticais que constituem o sistema MODO da metafunção interpessoal, pode contribuir significativamente para compreender os papéis e identidades sociais assumidos pelos participantes no processo de interação verbal, bem como o seu grau de envolvimento e responsabilidade com as informações que são construídas.

5.5.4 Metafunção textual - A linguagem como mensagem

A LSF introduziu a oração como unidade principal de análise nos estudos da linguagem, podendo ser investigada nos aspectos de representação e troca. Além desses dois aspectos, ela também pode ser analisada como mensagem, isto é, unidade funcional de valor textual, exatamente como a oração enquanto representação é uma unidade funcional de valor experiencial e a oração enquanto troca é uma unidade funcional de valor interpessoal (Gouveia, 2009). A metafunção textual é considerada, por Halliday e Matthiessen (2014), como instrumental para as outras duas metafunções: a ideacional e a interpessoal.

A análise da oração, na perspectiva da metafunção textual, possibilita identificar como os interlocutores de uma situação comunicativa configuram e organizam as mensagens. A metafunção textual está relacionada à construção do texto, responsável pela organização da informação e concretiza, assim, o produto das duas outras metafunções, por meio do texto em

um todo coesivo e coerente, possibilitando a realização de trocas de informações entre o falante e o ouvinte (Halliday e Matthiessen, 2014). Desse modo, usamos a linguagem na metafunção textual para organizar os nossos significados ideacionais e interpessoais e um todo linear e coerente.

A análise da oração, como mensagem, permite-nos, portanto, codificar significados de desenvolvimento textual e organização retórica (Gouveia, 2009). Na metafunção textual, a oração é vista como mensagem (Halliday e Matthiessen, 2014), materializa a variável contextual modo e relaciona aspectos semânticos e léxico-gramaticais. O foco se concentra na articulação das unidades linguísticas, visando à tessitura textual, conferindo coesão e coerência ao universo discursivo. Sob a ótica da LSF, “em todas as línguas, a oração tem o caráter de uma mensagem, ou quantidade de informação no fluxo do discurso, tem alguma forma de organização por meio da qual se enquadra e contribui para o fluxo do discurso” (Halliday e Matthiessen, 2014).

Para tal organização discursiva textual, Halliday e Matthiessen (2014) aclaram que existem, no entanto, diferentes maneiras pelas quais isso possa ser alcançado, em inglês, como em muitas outras línguas, a oração é organizada como uma mensagem por ter um *status* distinto atribuído a uma parte dela. Uma parte da oração é enunciada como tema; isso, então, combina com o restante, para que as duas partes juntas constituam uma mensagem carregada de significados. Em outras palavras, a oração, como mensagem, tem um potencial revelador acerca do que o falante/escritor pretende comunicar/informar, ela, de certa forma, apresenta elementos linguísticos que conduzem o leitor/ouvinte a fazer uma inferência da informação que será trazida na mensagem e inferir o significado que esta produzirá no ato comunicativo.

A estrutura que carrega esta linha de significado na oração, enquanto unidade de valor textual, é denominada, na LSF, como estrutura temática, isto é, sistema Tema-Rema. O Tema é assim conceituado por Halliday e Matthiessen (2014, p. 89) “é o elemento que serve como o ponto de partida da mensagem; é o que localiza e orienta a oração dentro de seu contexto. O restante da mensagem, isto é, a parte em que o tema é desenvolvido, é chamado de Rema”. Observamos que estes linguistas propõem os conceitos de Tema e Rema como duas partes que constituem uma oração.

Do ponto de vista da LSF, quando analisamos a estrutura temática de um “texto de oração por oração, podemos observar o que o autor coloca em destaque, além de encontrar pistas sobre o desenvolvimento do texto, ajudando a observar como ocorre a fluência da informação” (Fuzer e Cabral, 2014, p. 130). Ainda segundo estas autoras, o ouvinte/falante

elencar os temas para indicar a progressão de uma informação do particular para o geral e vice-versa. O tema tende a surgir no início da oração, é colocado em posição inicial e pode ser precedido por outros elementos, como conjunções coesivas que também recebem *status* temático. Conforme Fuzer e Cabral (2014, p. 131), na parte que corresponde ao Tema, são colocadas informações cuja função pode ser “fazer a ligação entre a oração que está sendo criada e as orações que vieram antes dela no texto; pela sua reiteração ao longo do texto, revelar o assunto em alguns tipos de texto; estabelecer um contexto para a compreensão do que vem a seguir – o Rema.”. Assim, o Tema apresenta a informação dada, aquela que já é familiar ao ouvinte ou que é recuperável no contexto. Enquanto o Rema, expressa a informação nova, isto é, aquela que o ouvinte não conhece, corresponde, assim, ao assunto que pretendemos que ele passe a conhecer.

Diante do exposto acerca das metafunções da linguagem, podemos compreender que o sistema linguístico constrói, portanto, por meio da oração, uma arena de trocas e negociações entre papéis e identidades sociais, bem como institui dimensões interpessoais que evidenciam níveis de poder, solidariedade, intimidade, julgamentos e atitudes dos falantes um em relação ao outro. Ademais, a oração é simultaneamente uma representação, uma troca e uma mensagem, pois, ela, enquanto estrutura gramatical, é o resultado simultâneo de significados ideacionais, significados interpessoais e significados textuais.

Evidenciamos que, na LSF, a oração tem funções e significados de valor experiencial, de valor interpessoal e de valor textual. O estudo das metafunções separadamente corresponde a questões metodológicas descritivas, mas, funcionalmente, elas estão conjugadas, visto que a oração não é nunca o resultado individual de realização de apenas um desses sistemas, mas exatamente conjugação dos três a partir da sua realização sistêmica em uma unidade integrada: a oração (Gouveia, 2009).

No próximo tópico, discorreremos acerca da LSF e da ACD, veremos que as duas têm pontos em comum com a ACD, ambas são abordagens teóricas metodológicas sobre a linguagem não só como processo linguístico, mas com processo social. Veremos pontos comuns entre estas duas abordagens.

5.6 A LSF como principal literatura para a análise textual na perspectiva da ACD faircloughiana

Neste tópico, teceremos considerações acerca da inserção e influência da LSF no desenvolvimento dos estudos da ACD propostos por Norman Fairclough. Durante a escrita desta seção, retomamos alguns aspectos destas duas abordagens teórico-metodológicas já discutidas nesta Tese. A ACD recorre à gramática funcionalista para analisar as estruturas linguístico-discursivas utilizadas pelos atores sociais para agir sobre o mundo e sobre as pessoas. Inicialmente, vale destacar as palavras do próprio Fairclough (2003, p. 5) sobre a relevância da LSF para a abordagem em análise de texto, próprio linguista declara:

Meu ponto de referência principal dentro da atual literatura sobre análise de texto é a Linguística Sistêmico Funcional (LSF) uma teoria linguística e um conjunto de métodos analíticos particularmente associados a Michael Halliday (1978,1994) [...] está profundamente preocupada com a relação entre a língua e outros elementos e aspectos de vida social, e seu ponto de vista a respeito da análise linguística de textos sempre é orientada ao caráter social dos textos.

Na LSF, o social é constituído no tecido gramatical da linguagem, essa abordagem compreende a linguagem como um sistema semiótico organizada em diferentes níveis: contextual, semântico, léxico-gramatical, que fazem interfaces com o extralinguístico, com a vida social materializado no texto. A LSF, como vertente funcionalista, é bastante significativa nos estudos críticos do discurso, porque ela dá ênfase ao significado dentro de um contexto global do discurso, e não às palavras e sentenças isoladas na construção e interpretação linguístico-discursiva. A ACD concentra a atenção na linguagem como fundamento das práticas sociais e discursivas, visto que ela produz, mantém e, também, altera as relações sociais.

Nesse sentido, Fairclough ([1992], 2016) defende que a linguagem deve ser analisada a partir do texto. Esse posicionamento de Fairclough coaduna com o pensamento de Halliday (2004), ao argumentar que uma análise do discurso não resguardada por evidências textuais é apenas uma opinião. Em outras palavras, o texto é a evidência empírica da análise e confere rigor e cientificidade para as argumentações do analista do discurso. Para operacionalizar sua proposta analítica de discursos, Fairclough (2003) parte dos postulados da LSF, proposta por Halliday, os quais, segundo Fairclough, são apropriados aos objetivos da abordagem da ACD, no que diz respeito à análise dos aspectos materiais dos textos.

A ADC e a LSF têm em comum a concepção de linguagem como um sistema aberto, cujos elementos relacionam-se dialeticamente. No modelo de análise proposto na obra *Discourse and social change* (1992), Fairclough desenvolve uma abordagem analítica do discurso a ser utilizada como um método para investigar mudanças sociais. Para tal, Fairclough ([1992], 2016) pontua algumas condições necessárias, entre elas, destaca ser necessário um

método de análise multifuncional que contemple a análise das práticas sociais, as relações sociais e as identidades sociais. Nesse sentido, Fairclough vê a LSF como ponto de partida, visto que esta teoria entende “a linguagem como multifuncional, e considera que os textos, simultaneamente, representam a realidade, ordenam as relações sociais e estabelecem identidades” (Fairclough, [1992], 2016, p. 28).

A linguagem, na perspectiva multifuncional, como apresentada por Halliday (2004), deve ser explicitada a partir de suas funções na vida social, as quais ecoam nas estruturas internas da língua, vista como um sistema de construção de significados que pode se modificar à medida que é utilizado. Desse modo, o caráter multifuncional da linguagem, contido na LSF, foi o ponto de partida para atender a necessidade de um arcabouço teórico apresentado por Fairclough que possibilitasse condições de analisar na materialidade linguística os efeitos sociais do discurso e as suas possíveis transformações. Assim, a LSF mostrou à Fairclough, como pontua Moraes (2022), a perspectiva sociosemiótica da linguagem, que o auxiliou a explicitar a dialética entre o sistema social e o sistema linguístico com possibilidade para a mudança social.

A partir da obra de 1992, Fairclough apropriou-se da LSF como teoria linguística base para análise textual, propondo expansões na teoria de acordo com os propósitos analíticos da ACD. Inicialmente, em *Discourse and social change* (1992), propôs a primeira mudança, desmembrou a função *interpessoal* de Halliday em duas outras: 1) a função *identitária* e 2) a função *relacional*. A função identitária, conforme Fairclough ([1992], 2016, p. 96), “relaciona-se aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso”; a função relacional, por sua vez, refere-se a “como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas”.

A proposição teórica de Fairclough, para sua abordagem metodológica de análise linguístico-discursiva, constitui-se por quatro funções do discurso ideacional, identitária, relacional e textual, desmembradas das três metafunções de Halliday (1991): a ideacional, a interpessoal e a textual. Nas palavras de Fairclough ([1992], 2016), a razão para essa cisão está relacionada à importância do discurso na constituição, reprodução, contestação e reestruturação de identidades, uma vez que os modos como as sociedades constroem e categorizam as identidades, em uma dada sociedade, dizem respeito a seu funcionamento, no que se refere às relações de poder, à reprodução e à mudança social.

Esta preocupação, portanto, não é captada pelas funções tal como apresentadas por Halliday, uma vez que a função de identidade é marginalizada “como aspecto menor da função

interpessoal” (Fairclough, [1992], 2016, p. 218). A ausência de uma função voltada para investigar a constituição da identidade impede a observância e a constatação de problemas de identidades nas relações de poder na construção do discurso, sendo este um dos intuitos da abordagem da ACD. Ressaltamos que Fairclough, assim como Halliday, compreende a oração como multifuncional e como uma convergência de significados.

No livro *Discourse in Late Modernity* (1999), Chouliaraki e Fairclough introduzem um diálogo com a LSF para fortalecer a análise da linguagem, argumentando que a ACD e a LSF podem ser vistas como complementares entre si. Os autores entendem a LSF como a teoria linguística que tem maior potencial analítico para a ACD e reiteram que a ACD tem usado a LSF como seu principal recurso para análise textual, pois “ela teoriza a linguagem de uma forma que se harmoniza muito mais com a ciência social crítica do que outras teorias da linguagem” (Chouliaraki e Fairclough, 1999, p. 139).

Apesar de o aporte teórico da LSF ser a base para a análise linguística em ACD, Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 139), na obra *Discourse in late modernity*, advertem para a necessidade de alargar sua relação com a LSF, considerada, até então, ainda limitada, tendo em vista o potencial do diálogo que poderiam estabelecer. Nas palavras dos autores:

A ACD com a qual trabalhamos tem muito a ganhar com o estreitamento de sua relação ainda e limitada com a LSF (essa relação até o momento tem sido restrita apenas usando uma gramática sistêmica do inglês como método de análise de textos), não apenas em termos de uso da LSF como um recurso para análise, mas também na direção de um diálogo teórico.

Observamos que os linguistas reconhecem que, apesar de a LSF compreender a linguagem como um sistema aberto, passível de mudança, ela, ao mesmo tempo, associa essa abertura dando maior ênfase no sistema semiótico. Assim, Chouliaraki e Fairclough (1999) defendem ser necessário um diálogo teórico entre ACD e LSF acerca de questões como a relação da semiótica com a mudança social. Conforme esses autores, a LSF precisa reconhecer ordens do discurso como um potencial semiótico, constituinte do sistema, que limita o poder gerativo da linguagem, impedindo determinadas conexões.

A relevância no reconhecimento das ordens do discurso, isto é, dos gêneros discursivos na constituição linguístico-discursiva justifica-se, uma vez que as ordens do discurso “regulam nossas ações discursivas, da mesma forma que as práticas sociais regulam nossas ações sociais” (Barros, 2015, p. 70). Em relação ao não reconhecimento das ordens do discurso na LSF, Chouliaraki e Fairclough (1999) apontam alguns entraves referentes ao uso da LSF para discussão sobre gêneros na ADC, a saber: 1) a operacionalização da dialética do semiótico é

apenas parcialmente bem-sucedida, porque primeiro, ela consistentemente se inclina muito fortemente para o semiótico em oposição a outros momentos do social, 2) inclina-se mais ao sistema em vez da instância, isto é da materialização do texto e 3) não reconhece a estruturação social do hibridismo semiótico como ela própria constituindo um sistema - o que a CDA chama de "ordem do discurso".

Vale ressaltar que estes apontamentos feitos pelos linguistas não negam o potencial dialético da LSF, mas eles alertam que a inclinação disciplinar pode se tornar problemática para uma teoria que pretende ser dialética - outros momentos das práticas sociais (em nossos termos) tendem a ser agrupados dentro e reduzidos ao 'contexto' da linguagem e o foco está em como a linguagem os internaliza. Tendo em vista estes aspectos limitantes da LSF, Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 143) propõem desenvolver o trabalho de análise da linguagem com ênfase nas práticas sociais, uma vez que focar a análise do discurso “em práticas sociais chama atenção para ligações e relações de internalização entre os vários momentos, de tal modo que possibilita analisar o trabalho do momento semiótico em cada prática particular.”

Assim, os aspectos discursivos e sociais estariam presentes na análise das relações de poder e da transformação social materializada na instância do texto, e não fragmentaria o estrato linguístico do estrato social. Outro aspecto discutido pelos autores é a questão da LSF empurrar o analista para o lado do sistema, “a análise de textos é predominantemente uma explicação de quais escolhas o texto faz a partir do potencial do sistema, do texto como uma instanciamento do sistema” (Chouliaraki e Fairclough, 1999, p. 143). Os linguistas questionam que textos, na visão de Halliday (1992), são vistos como fazendo escolhas particulares de significado e potencial de palavras, em um registro particular e 'membros' de um gênero particular. Isso, conforme os estudiosos da ACD, dificulta a análise com textos híbridos, isto é, textos que misturam discursos, gêneros ou registros.

Nesses termos, Chouliaraki e Fairclough (1999) defendem que gênero precisa ser visto como uma estruturação ou ordenação especificamente discursiva de uma prática social, um regulador por meio do qual as relações de poder são realizadas como formas de controle e não simplesmente usado para a estruturação encenada de tipos de discurso relativamente permanentes. Posto isso, observamos alguns apontamentos elencados por Chouliaraki e Fairclough (1999) sobre lacunas da LSF como teoria sistêmica da linguagem - base para análise textual na abordagem da ACD, como também sugestão de maior aproximação entre as duas teorias. É importante ressaltar a importância da LSF para a análise do discurso, essa abordagem

sistêmica fornece categorias extremamente úteis para a ACD desvendar opacidades nas produções textuais.

Sob esse viés discursivo, tomando como referência os estudos de Moraes (2022), trazemos uma reflexão elencada por ela com base em Martin e Rose (2007), que, em resposta aos argumentos de Chouliaraki e Fairclough (1999), aclaram que o entendimento de Halliday acerca da linguística, como uma forma de ação social e ideológica, tem sido um fator importante na construção do diálogo entre a LSF e a ACD, isso tem incentivado “ regulares revisitas da ACD ao repertório teórico funcionalista em busca de ferramentas de análise para leituras sistêmicas de textos” (Martin e Rose, 2007, p. 314, *apud* Moraes, 2022). Em suma, é perceptível que os autores Chouliaraki e Fairclough (1999), no intuito de alargar o diálogo com a LSF e propor uma reorganização para a análise linguística na ACD, passam a dar ênfase às discussões acerca da prática social e da ordem do discurso.

As proposições de diálogos e rearticulações entre a LSF e a ACD são retomadas e evidenciadas na obra *Analysing discourse: textual analysis for a social research*, Fairclough (2003). Nesta obra, o linguista reitera a relevância da LSF como recurso valioso para a ACD, ele próprio afirma: “meu ponto de referência principal dentro da atual literatura sobre análise de texto é a LSF, uma teoria linguística e um conjunto de métodos analíticos particularmente associados a Michael Halliday (1978, 1994). No entanto, o linguista britânico reforça a necessidade de um diálogo transdisciplinar para o desenvolvimento da análise do texto com perspectivas sobre linguagem e discurso como elementos do processo social.

Em sua obra de 2003, Fairclough, conforme seus propósitos teóricos analíticos, reelabora a visão multifuncional da linguagem apresentada por Halliday, como também sua própria sugestão iniciada em 1992, ao fazer a cisão da função interpessoal em identitária e relacional. O linguista britânico sugere uma articulação entre as macrofunções de Halliday a partir dos momentos da ordem do discurso: gênero, discurso e estilo. Fairclough propõe inserir no lugar das macrofunções da linguagem, a inserção do termo significados do discurso associados aos pressupostos da teoria sistêmica funcionalista de Halliday, para reorganizar, digamos assim, a “rota” para o desenvolvimento da análise linguístico-discursiva das questões sociais e de intervenção propondo mudanças sociais.

A ressignificação das funções da linguagem, em significados do discurso, nas palavras de Moraes (2022), revela um importante efeito sobre a perspectiva teórica de Fairclough, este passa a revelar de modo mais objetivo a dialética entre discurso e problemas sociais. As três metafunções da linguagem apresentadas por Halliday (1978, 1994) são renomeadas por

Fairclough (2003), denominadas de significados, cada um desses significados está relacionado as três principais maneiras em que o discurso figura. Desse modo, na ACD, há uma correspondência entre os significados e os três elementos que figuram as ordens do discurso.

Figura 15 - Significados do discurso



Fonte: Fairclough (2003). Elaborada pela autora.

Os significados estão também relacionados às metafunções de Halliday. A proposição da inserção dos significados, ao invés de metafunções da linguagem, tem uma justificativa, na concepção de Fairclough (2003), as abordagens “funcionais” da linguagem enfatizam a “multifuncionalidade” dos textos, a exemplo de (Halliday, 1978, 1994) que entende que os textos simultaneamente representam aspectos do mundo; interpretam as relações sociais entre participantes de eventos sociais de modo coerente e coesivo, conectam textos com seus contextos situacionais.

Na visão de Fairclough (2003, p. 27), “as pessoas realizam tudo isso no processo de construção de significados nos eventos sociais o que inclui produção (tessitura) de textos”. Os significados do discurso, conforme Fairclough (2003), atuam simultaneamente nos enunciados, assim, este linguista mantém a noção de multifuncionalidade, reconhece que o que é falado/escrito tem um propósito cuja base é social. Esta ideia de multifuncionalidade da linguagem, apesar de ter sofrido revisões nas obras de Fairclough, manteve-se como uma noção essencial na ACD. A multifuncionalidade, na perspectiva faircloughiana, opera de maneira distinta da LSF, uma vez que Fairclough (2003) leva em consideração as três principais maneiras em que o discurso figura como parte da prática social: gênero, discurso e estilo.

O próprio Fairclough (2003, p. 27) justifica “prefiro falar sobre três principais tipos de significação textual e não funções”. Para ilustrar essa perspectiva multifuncional da linguagem, apresentamos o quadro abaixo, com base em Resende e Vieira (2021), que auxilia na compreensão das aproximações entre as metafunções e os significados do discurso.

Quadro 11- Ampliação do diálogo entre LSF e ACD

LSF (Halliday, 1991)	ACD (Fairclough, 1992)	ACD Fairclough (2003)
Metafunção Ideacional	→ Função Ideacional	→ Significado Representacional
Metafunção Interpessoal	→ Função identitária	→ Significado Identificacional
		↘ Função Relacional
Metafunção Textual	→ Função Textual	→ Significado Acional

Fonte: Resende e Vieira (2021, p. 61), com adaptações.

Podemos perceber que as funções identitária e a relacional, propostas por Fairclough (1992), são classificadas distintamente em Fairclough (2003), a primeira está no plano da identificação (estilo) e a segunda está no plano de modo de ação (gênero). A distinção entre as metafunções e as macrofunções consiste, basicamente, ousamos dizer, na ênfase que Fairclough (2003) passa a dar no quesito da ordem do discurso e na dimensão discursiva da prática social como determinantes para a análise das questões sociais. Para tal, Fairclough não se limita à LSF, até porque a abordagem da ACD é transdisciplinar, ele busca consolidar uma abordagem analítica de discurso mais socialmente aplicável por meio do diálogo de outras teorias sociais, sem, contudo, permitir um afastamento da base sistêmica e textual que a originou (Moraes, 2020).

Apesar de Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003) apontarem alguns pontos de omissão da LSF para a análise de questões sociais, Fairclough (1992, 2003) aplica diversas categorias analíticas da LSF para a investigação de problemas sociais. Isso diferencia a sua abordagem das demais, pelo fato de não se limitar apenas à estrutura textual e compreender o potencial dos aspectos linguísticos na identificação de desigualdades sociais, entre outros problemas opacos no interior do texto. Vale destacar que, na ACD, as categorias emergem, conforme o desdobramento do problema social que motivou a pesquisa. Nesse sentido, Fairclough (2003, p. 16) aclara que “há um argumento superficialmente plausível de que devemos produzir primeiro as descrições dos textos, e só depois a análise social e a crítica. [...] Isso pressupõe categorias analíticas e estruturas que são adequadas para a descrição do texto”.

Nas palavras do linguista, compete ao analista crítico, inicialmente, identificar o problema/fenômeno social que necessita da análise do texto, antes de selecionar categorias linguísticas para análise de discursos e, conjuntamente, a análise linguística conciliar a análise social. Essa orientação, nos termos da ACD, reitera a necessidade de focar nas práticas sociais,

pois é dela que emergem os significados do discurso, ou seja, a revelação por meio de categorias semióticas do modo de agir, representar e sentir. A ACD vale-se da LSF como recurso para a análise textual, no entanto, vale reiterar que a ACD não visa a desenvolver um aparato teórico para a descrição de sistemas linguísticos propriamente ditos.

De modo geral, entendemos que a ACD, em conjugação com a LSF, “pode ampliar a visão do pesquisador sobre o contexto investigado, objetivando estreitar cada vez mais o elo entre o social e linguístico” (Barros, 2018, p. 46). A confluência dessas duas vertentes teórico-analíticas, para os estudos críticos do discurso, proporciona ao pesquisador um olhar mais amplo sobre elementos extralinguísticos que serviram de argumentos na construção do texto. Estas duas abordagens, portanto, fornecem subsídios para o analista investigar como a linguagem está investida de ideologias e qual o papel da linguagem na luta por transformação social e descortinamento de relações de poder, hegemonia, dominação e resistência presentes nas estruturas sociais.

Posto isso, a LSF tem sido um relevante aporte teórico-metodológico de análise textual, nos estudos críticos da linguagem, um referencial que possibilita a aplicabilidade de categorias analíticas a uma análise crítica do discurso, por meio de traços semânticos, gramaticais e lexicais linguística de textos, sempre orientada para o caráter social dos textos por compreender a natureza da linguagem como uma semiótica social, com foco na produção de sentidos localizada no contexto e por manter a sua atenção voltada à dimensão paradigmática da linguagem (Meurer e Balocco, 2009).

No próximo tópico, discorreremos acerca de categorias analítico-textuais, tanto no âmbito social como linguístico, para os estudos dos problemas sociais apresentados pelos textos. Demos ênfase às categorias que utilizamos com base no *corpus* da nossa pesquisa.

5.7 Categorias analítico-textuais na perspectiva da ACD e da LSF

As categorias analítico-textuais são recursos imprescindíveis na investigação do discurso como prática social. São usadas por analistas críticos do discurso para mapear como a linguagem constrói relações de poder nos discursos por meio de escolhas de itens lexicais que expressam relações hegemônicas e disseminam ideias e modos de representar (discurso), interagir (gênero) e identificar-se (estilo). Retomando que esses três momentos da ordem do discurso produzidos por traços semânticos, gramaticais e lexicais.

As categorias emergem a partir do material linguístico, que norteia a seleção do tipo de categoria a ser utilizada para analisar problemas sociais em um contexto sociodiscursivo. É

possível, por meio das categorias, o analista apropriar-se dos elementos linguístico-discursivos do texto, tendo por foco problemas e questões de pesquisa que não são de caráter propriamente linguístico, mas social. Nesses termos, compreendemos categorias analítico-discursivas como recursos linguísticos utilizados na produção do texto e, conseqüentemente, reveladoras de significados associados aos modos de representar, agir e identificar-se.

5.7.1 Categorias linguístico-discursivas elencadas com base no *corpus* da nossa pesquisa

Nesta seção, desenvolvemos, de modo sucinto, alguns conceitos acerca das categorias linguístico-discursivas que se mostraram mais expressivas para a análise do nosso *corpus*. Tais categorias nos permitiram antecipar representações, identificações, avaliações, opiniões, e questionamentos com base nos conhecimentos apresentados, para o aprofundamento das análises discursivas a partir de dados trazidos da vida social dos colaboradores da pesquisa. Visto que a língua é interconectada à vida social, isto é, vista como parte irreduzível e dialeticamente interrelacionada a outros elementos sociais (Fairclough, 2003, [1992], 2016) e Chouliaraki e Fairclough (1999).

Toda organização de uma produção textual, seja ela escrita ou falada, de longa ou curta extensão, exige do falante/escritor escolhas linguísticas para formular as informações ou as proposições que pretendem enunciar na situação de fala/escrita. Essa organização, conforme Halliday (2014), não emerge aleatoriamente, surge das escolhas do enunciador com base na sua concepção de mundo interior/exterior. Fundamentado nesse pressuposto da LSF, Fairclough ([1992], 2016) argumenta que, enquanto produtores de textos, somos sempre confrontados diante de escolhas sobre como usar uma palavra e como expressar um significado por meio delas.

Enquanto analistas do discurso, na posição de intérpretes, temos tarefa árdua de elencar categorias para interpretar e atribuir sentidos às escolhas realizadas pelos produtores/colaboradores da pesquisa na elaboração do texto. Compete, assim, ao pesquisador, uma análise atenta das escolhas realizadas pelo produtor do texto e identificação de que forma os significados são construídos diante do problema social que demanda a análise do texto. Nesta Tese, as análises são realizadas com o objetivo de articular aspectos discursivos, textuais e sociais. Temos como base para as análises do *corpus* da Tese, categorias do significado representacional associado à metafunção interpessoal e categorias do significado identificacional relacionado à metafunção ideacional. Ressaltamos que, apesar de elencarmos

estas categorias, mantivemo-nos atentos ao surgimento de outras possibilidades de categorias de análise durante as extensas e incansáveis leituras do *corpus*.

5.7.2 Transitividade

Uma entre tantas outras possibilidades que a linguagem faculta aos utentes da língua é a capacidade de transformar suas experiências internas ou externas em significados, isto é, permite ao usuário da língua expressar com palavras a imagem mental que ele tem do mundo que o cerca e do mundo que ele constrói internamente. Desse modo, a categoria léxico-gramatical é um aspecto importante para análise do nosso *corpus*, visto que ela nos permitiu identificar como os participantes da pesquisa traduzem suas experiências, contestações e luta por meio da linguagem.

O sistema léxico-gramatical da transitividade está relacionado à metafunção ideacional da linguagem de Halliday (2014), interpreta maneiras como experienciamos e representamos o mundo, estando, assim, diretamente relacionado ao significado representacional dos textos (Fairclough, 2003). O Sistema de transitividade desempenha diferentes papéis na oração, de acordo com os componentes que o constitui: os participantes, os processos e as circunstâncias. Esses elementos, de acordo com Halliday (2014, p. 222), “revelam quem faz o que, a quem e em quais circunstâncias (quem, o que e como)”. Assim sendo, inferimos que aspectos socioculturais definem o significado do tipo de processo utilizado pelo falante.

Nessa perspectiva, Fairclough ([1992], 2016, p. 232), argumenta “uma motivação social para analisar a transitividade é tentar formular que fatores sociais, culturais, ideológicos, políticos ou teóricos determinam como o processo é significado num tipo particular de discurso”. O fato de identificarmos o Sistema de transitividade, de modo particular, com ênfase nos processos utilizados pelos participantes desta Tese, para representar a percepção de problemas sociais que afetam o desenvolvimento de um determinado grupo não significa que a nossa análise será limitada à LSF. Entendemos, pois, que analisar discursos também é realizar análise textual, nesses termos, Fairclough ([1992], 2016) alerta para o fato de que a análise textual deve ter o seu reconhecimento, uma vez que ela fortalece a análise do discurso, dando suporte para argumentações e conclusões às quais pretendem chegar. É importante destacar que as escolhas léxico-gramaticais, feitas pelos utentes da linguagem, não são, portanto, de forma aleatória, elas revelam, de certa maneira, o engajamento social dos agentes sociais frente aos problemas que os afetam e quais as possíveis proposições para a mudança social.

Assim, por meio das escolhas do tipo de processos utilizados pelos colaboradores desta Tese, podemos identificar os questionamentos, as avaliações que esses atores sociais apresentam como forma de contestação a um modelo hegemônico de produção agrícola que não favorece as classes minorizadas.

Discutiremos, na próxima subseção, acerca da categoria referente às escolhas lexicais, categoria elementar para a produção do texto e, conseqüentemente, para a construção dos significados do discurso.

5.7.3 Escolhas lexicais

Os textos são produções sociolinguísticas construídas a partir de um contexto sócio-histórico e cultural, organizados em uma sequência lógica para revelar experiências dos aspectos do mundo interno e externo, isto é, representar o pensamento social do falante/escritor, são recursos imprescindíveis para a interação social e para a construção e disseminação de conhecimentos. No processo de produção de textos, os produtores, objetivando construir significados a partir do que pretendem representar, fazem uma série de escolhas lexicais e combinações dentre as possibilidades que o sistema linguístico disponibiliza.

Para tal, os processos representacionais são construídos a partir de escolhas linguístico-discursivas que são, de certa forma, motivadas ideologicamente. Assim, ao selecionar as palavras para expressar as experiências e transmitir informações, os utentes da língua fazem uso de diferentes vocábulos, dentre esses, há aqueles que apresentam várias acepções dependendo do contexto, da conjuntura social, o que exige do analista do discurso certo conhecimento para analisar os propósitos discursivos do enunciador.

Nesse sentido, vale ressaltar as palavras de Fairclough ([1992], 2016, p. 239), ao afirmar que “as palavras têm vários significados, e eles são ‘lexicalizados’ tipicamente de várias maneiras. Isso significa dizer que como produtores estamos diante de escolhas sobre como usar as palavras e como expressar seu significado.” O autor também aclara que “discursos nomeiam ou lexicalizam o mundo de maneiras bem particulares” (Fairclough, 2003, p. 129). Desse modo, a seleção lexical define o que incluir e o que excluir, o que tornar explícito e o que deixar implícito, o que deve vir em primeiro/segundo plano, uma vez que, nessa situação única e específica, uma representação particular de algum aspecto do mundo está sendo organizada e construída nas proposições do texto (Fairclough, 2003).

Sob essa ótica, Halliday (1994) argumenta que as escolhas lexicais, utilizadas por um utente da língua na produção de um texto, trazem traços de sua identidade, que podem estar perceptíveis ou não na superfície textual. Os vocábulos selecionados para a produção do texto dão indícios, compete, pois, ao analista desvendar, por meio da análise do texto, o que as palavras revelam ou ocultam acerca das identidades sociais. As escolhas lexicais podem dar indícios sobre as identidades, as representações e o contexto social dos produtores do texto, outro aspecto que auxilia na identificação do significado das escolhas é a recorrência do vocabulário no percurso do texto.

É importante destacar que as escolhas não são unicamente decisões individuais do enunciador no ato da produção do texto, pois, como elucida Fairclough ([1992], 2016), p. 239), “as escolhas e decisões não são de natureza puramente individual: os significados das palavras e a lexicalização de significados são questões variáveis socialmente e socialmente contestadas, e facetas de processo sociais e culturais mais amplos.” Nesses termos, as escolhas não são totalmente livres, mas estão relacionadas ao contexto de produção e aos objetivos do enunciador, seja individual ou coletivo, os propósitos podem ser de concordância, divergência ou contestação acerca de problemas sociais.

Assim, podemos inferir que as escolhas lexicais dos produtores de textos podem revelar o potencial político e contestador de pensar, sentir e representar/se em espaços distintos, por meio da escolha lexical e da produção linguístico-discursiva, bem como pode revelar relações de poder. Posto isso, elencar as escolhas lexicais, como categorias de análise do discurso dos colaboradores da nossa pesquisa, permite-nos investigar como eles traduzem discursivamente o contexto em que está inserido e como se identificam nele e quais as perspectivas para a transformação social.

5.7.4 Representações de atores sociais na linguagem

A categoria “representação dos atores sociais” viabiliza a identificação dos diferentes modos pelos quais atores sociais são representados pela linguagem. Nesses termos, Fairclough (2003), com base na Teoria da Representação (TRS) de Van Leeuwen (1996), elucida que a análise de representação social resulta na identificação de quais elementos dos eventos discursivos estão inclusos e quais estão sendo excluídos no processo de representação. Analisar as representações sociais contribuem para identificar ideologias investidas nas práticas sociais por meio das construções discursivas.

A base teórica de Van Leeuwen (2008) fornece à ACD categorias representativas a serem utilizadas para identificar a representação dos atores sociais nas construções linguísticas a partir das práticas sociais, entre elas: analisar se o ator social é posto como ativo, sendo afetado, beneficiado, nomeado ou classificado. Ademais, possibilita identificar a função gramatical pela qual os atores estão sendo representados e se as representações se referem a um único sujeito ou a um grupo de pessoas. Essas combinações de análise sugeridas por Van Leeuwen (1997) têm relevância sociológica e crítica, pois permite investigar como os atores sociais se posicionam e são posicionados discursivamente situados em um contexto sociocultural.

A TRS se ocupa de identificar como as/os participantes dessas práticas são representadas/os nos textos e quais são as possíveis implicações das escolhas dessas representações (Ottoni, 2022). No processo de representação de ator social, os fatores “inclusão/exclusão” (considerando suas especificidades) indica os posicionamentos ideológicos e as intenções de quem produz o discurso. Os processos de inclusão e exclusão apresentam informações dos atores sociais acerca de graus de generalização, sobre posições de maior ou menor destaque. Neste processo, os atores podem ser ocultados, isto é, postos em posições de passividade, suprimidos, relegados, ou apresentados como agentes ativos.

As representações são realizadas por várias escolhas linguísticas, podem ser em forma de substantivos ou pronomes. Estas escolhas lexicais não são selecionadas aleatoriamente, entretanto, há diversos significados e motivações sociais para tais seleções lexicais, conforme aclara Fairclough (2003), a pretensão do enunciador em estabelecer o apagamento do outro, a indeterminação do ator social pelo uso dos pronomes indefinidos, a exclusão ou a inclusão dos agentes na construção discursiva. A exclusão se dá por supressão ou encobrimento, coloca-se o ator social em segundo plano. A supressão ocorre sem fazer nenhuma menção no texto. Já no encobrimento, a exclusão é parcial, pois os atores, mesmo não sendo mencionados, é possível inferir em algum lugar do texto quem são eles (Van Leeuwen, 1997).

Na representação por inclusão, os atores sociais estão linguisticamente materializados no texto. Os fatores “inclusão/exclusão” indicam os posicionamentos ideológicos e as intenções de quem produz o discurso em um dado contexto. Desse modo, as representações contribuem para a identificação de ideologias investidas nas práticas sociais por meio dos discursos. A inclusão ou exclusão de atores sociais podem estar associadas aos interesses e propósitos em relação aos leitores para os quais os discursos são direcionados (Van Leeuwen, 2008). A TRS auxilia não só na identificação das ideologias, nos aspectos linguísticos, mas também no entendimento social da relevância dada aos atores sociais. Existem várias motivações para

exclusão, como, por exemplo, a redundância ou a irrelevância, mas também pode ter uma conotação política (Fairclough, 2003).

A exclusão de atores sociais pode ocorrer, porque se pressupõe que o que está ausente já é compartilhado pelo interlocutor pretendido ou pode ser interpretada como uma forma de bloquear ou dificultar o acesso a certas informações. Quando os atores sociais são representados impessoalmente, ao invés de serem nomeados, esse modo de representação pode desumanizá-los, representando-os como elementos de estruturas e processos organizacionais (Fairclough, 2003). A inserção da TRS, na investigação de problemas sociais, tem importante relevância, visto que Van Leeuwen (1997) entende o discurso como uma forma de ação e como representação das práticas sociais, assim como também é compreendido pela ACD.

5.7.5 Intertextualidade

O recurso linguístico intertextualidade é uma categoria que contribui para investigar a relação de um determinado texto com outros textos, permite identificar como os elementos de outros textos são incorporados no texto em análise. Os textos são de natureza social, isso quer dizer que o produtor textual, no ato da enunciação, não recorre apenas ao seu repertório sociolinguístico e cultural, ele interage socialmente e dialoga com outras fontes para organizar, estruturar e argumentar a sua produção discursiva.

Sob esse viés, as autoras (Resende e Vieira, 2006) aclaram que a interação discursiva é, antes de qualquer coisa, uma operação polifônica que retoma vozes anteriores e antecipa vozes posteriores. Assim, a fala/escrita sempre acontece em interação com outras vozes enunciativas. As nossas produções discursivas encontram eco nas palavras de outrem (Bakhtin, 1986), mantendo-se um equilíbrio entre o nosso raciocínio com as ideias expostas em textos originais a que recorreremos, incorporando, aos nossos discursos, elementos de outros discursos de modo que atendam as nossas proposições sociocomunicativas. Nesse sentido, retomamos Fairclough (2003), ao afirmar que a intertextualidade é uma categoria inerentemente seletiva, principalmente em relação às vozes que serão ou não incluídas nos textos e ao modo como essas serão representadas.

A intertextualidade abrange a heterogeneidade de discursos contidos em um dado texto, a análise desse recurso visa entender as diferentes maneiras como esses discursos são produzidos por determinados atores sociais, em distintos contextos, e de que modo os discursos intertextuais podem estabelecer relações de cooperação, competição, dominação ou

transformação. O recurso da intertextualidade é uma questão de recontextualização, um movimento de um contexto para outro, onde se forma outro contexto, Fairclough (2003), apontando para o modo como textos podem transformar textos anteriores e reestruturar convenções existentes (Fairclough [1992], 2016).

A intertextualidade é compreendida, a partir de Fairclough ([1992], 2016, p. 114), como a “propriedade que têm os textos de serem cheios de fragmentos de outros que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante”. Outra acepção mais comum de intertextualidade é apresentada por Fairclough (2003), como a presença material de outros textos dentro de um texto. Esse recurso discursivo, conforme o autor, refere-se ao modo como uns textos podem transformar textos anteriores e reestruturar convenções existentes (discursos) para a produção de novos textos.

A análise da intertextualidade é particularmente importante para observar como o texto se relaciona com repertórios socialmente disponíveis (Fairclough, 2003), e como esses repertórios podem fortalecer a mudança social ou reiterar as relações de poder estabelecidas no discurso. Há, conforme Fairclough (2003), uma gama de possibilidades para introduzir a intertextualidade em novos textos. Dentre elas, a citação - forma de intertextualidade mais evidente - sobretudo, na forma direta na qual um texto externo é reportado, conforme expresso e evidenciado por marcadores textuais como aspas ou recuo de texto. Há, também, a citação indireta, na qual um texto é reportado e, embora mantenha o conteúdo, não é uma cópia literal do original.

Ainda em relação à intertextualidade, Fairclough (2003) associa este conceito à noção de pressuposto (assumptions), segundo o autor, os textos, inevitavelmente, fazem pressuposições já que o que é dito em um texto sempre está relacionado àquilo que é tomado como dado pelo autor, que foi lido, pensado e/ou ouvido precedentemente. As pressuposições são vistas como proposições que são tomadas pelo enunciador do texto como já estabelecidas e há, portanto, várias pistas formais na organização de superfície do texto para mostrar isso, por exemplo, em uma oração com o uso da conjunção que “esqueci que sua mãe tinha casado novamente”, o uso dos artigos definidos, que têm significados existenciais, exemplo “a ameaça soviética”, pressupõe que há uma ameaça (Fairclough [1992], 2016).

Dessa maneira, os pressupostos/suposições conectam um texto a outros textos, não a textos específicos, mas ao mundo dos textos. Para Fairclough (2003), a diferença entre a intertextualidade e as suposições é que estas geralmente não são atribuídas ou atribuíveis a

textos específicos, consiste mais em uma questão de relação entre o texto e o que foi dito, escrito ou pensado em outro lugar. Desse modo, compreendemos que as suposições estão relacionadas ao discurso e têm uma relevância em sua análise, pois elas podem exercer relações de poder no texto, desencadeando ideologias. Na abordagem faircloughiana, a intertextualidade se classifica e se diferencia como intertextualidade manifesta e intertextualidade constitutiva ou interdiscursividade.

A intertextualidade manifesta implica a constituição heterogênea de textos que são claramente diferenciáveis entre si, isto é, o discurso posterior está claramente contido dentro (da matriz) de outro texto. Na intertextualidade manifesta, outros textos estão implicitamente presentes no texto objeto de análise, de tal maneira que estão manifestamente marcados ou indicados por marcas, tais como as aspas, por fragmentos diretos de outros textos. Ao passo que a interdiscursividade é configurada de convenções discursivas (por exemplo, ordens de discurso), que entram em sua produção e não estritamente em outros textos explícitos, implica diferentes tipos de discurso que estão envolvidos em práticas sociais ou discursivas.

Nesses termos, depreendemos que a intertextualidade constitutiva ou interdiscursiva é a constituição heterogênea de textos, por meio de elementos de ordens do discurso caracterizados pela relação dialógica estabelecida com outros discursos, o que pode se dar de maneira criativa, gerando novas características, novas configurações. Veremos, na próxima subseção, detalhes acerca da interdiscursividade como recurso linguístico-discursivo para a análise do discurso.

5.7.6 Interdiscursividade

O recurso da interdiscursividade é uma categoria que contribui para identificar a heterogeneidade em termos da articulação e da forma como diferentes discursos se articulam e são “mesclados” com outros discursos, que estão fundidos de forma mais complexa e que são dificilmente separáveis, isso porque eles são constituídos por uma variedade de discursos de outrem. A interdiscursividade, assim como a intertextualidade manifesta, consiste em uma correlação entre os enunciados de outrem, sendo que, na interdiscursividade, a interdependência dos textos nem sempre estão explicitamente grafados. Isso exige do analista uma maior atenção para identificar os discursos articulados ou não nos textos e quais os significados que estes produzem nas práticas sociais.

Os textos, como elemento de representação do pensamento humano, podem se conectar a outros textos em uma relação dialógica harmônica de trocas de conhecimento ou de

forma competitiva e de contestação, perpassados por diferentes discursos. Na perspectiva da ACD, textos podem promover relações dialógicas ou polêmicas entre seus “próprios” discursos e os discursos de outros (Fairclough, 2003), construindo, assim, discursos para contestar ou reafirmar ideias e propósitos, conforme as convenções individuais e/ou coletivas em uma dada situação de fala.

Essa relação dialógica/polêmica, conforme Fairclough (2003), é um modo em que os textos misturam diferentes discursos, mas seus “próprios” discursos são, também, frequentemente mistos ou híbridos, visto que a construção discursiva se dá por meio de diferentes ordens do discurso. Quanto à interdiscursividade, Wodak (2003) a compreende como uma recontextualização de diferentes tipos de linguagem dentro de um mesmo texto, por exemplo a ordem de discurso econômica, dentro de um texto aparentemente político. Isso significa que um mesmo texto está inserido em diferentes contextos, e, portanto, aparece em combinação com tipos diferentes de linguagem, da hibridização ou ordens de discurso.

Quanto ao processo de hibridização, Dias *et al.*, (2021) argumentam que ela pode ocultar questões ideológicas e de poder, ofuscar relações de persuasão, exortação de ações, exclusão, inclusão ou uma série de ambiguidades. Sob esse viés, Vieira e Resende (2016, p. 144) afirmam que “embora a interdiscursividade envolva hibridizações, não só de discursos, mas de gêneros e estilos, frequentemente pela análise da interdiscursividade investigamos discursos articulados em textos e suas conexões com lutas hegemônicas mais amplas”. Isso, porque, os discursos recontextualizados, a partir de diferentes ordens do discurso, traduzem ações de manipulação exercida por um grupo particular de agentes sociais em detrimento de outros.

Assim, um modo de analisar as relações dialógicas e/ou polêmicas potencialmente realizadas e recontextualizadas pelos textos é por meio da categoria da interdiscursividade, esta permite identificar os diferentes discursos articulados e a forma como são articulados, mesclados em um texto (Chouliaraki e Fairclough, 1999). O cerne da interdiscursividade está na combinação (gêneros, discursos, estilos, tipos de atividade), que estão estruturadas juntas e constituem uma ordem do discurso (Fairclough [1992], 2016). Desse modo, a interdiscursividade está relacionada à organização de um enunciado particular de gênero, discursos e estilo, com uma ampla rede de outros enunciados anteriores, contextualizados e utilizados para reivindicar, confrontar, concordar/discordar ou resistir frente a contextos de desigualdades ou exclusão.

Posto isso, as categorias intertextualidade e a interdiscursividade permitem ao produtor do texto ampliar seu discurso, recontextualizar, a partir de outrem, e constituir outros espaços

de ação e novas práticas sociais que poderão ser favoráveis à transformação social ou à manutenção das relações de poder. Por outro lado, essas categorias fornecem ao analista condições de analisar como os agentes sociais constroem significados do mundo interior.

5.7.7 Nominalização

Na análise da representação dos eventos e dos agentes sociais, as nominalizações são incluídas como uma relevante categoria para análise da dimensão representacional, uma vez que, ao se usar o processo de nominalização em representações, pode-se omitir o agente, causando, assim, generalização, como abstração de processos e, conseqüentemente, eliminando ações dos agentes. Da mesma forma, a questão de responsabilidade também é omitida, visto que não existe um ator envolvido em algum tipo de ação (Fairclough, 2003). O autor elucida que, geralmente, ao se usar a nominalização, alguns elementos lexicais, como, por exemplo, questões relativas ao tempo verbal e ao modo são suprimidas pelo enunciador.

A nominalização tem sido estudada, a partir da abordagem da LSF, proposta por Halliday (1985), que a trata como uma metáfora gramatical (isto é, processos sendo representados como coisas e entidades), ao transformar um verbo ou um adjetivo em um nome, dá-se a ele um *status* de entidade, podendo classificá-lo e fazer generalizações a respeito dele. A nominalização é vista por Halliday e Martin (1993) como um recurso para generalização, para uma abstração de eventos específicos e séries ou conjuntos de eventos, assim sendo um recurso irredutível na produção do discurso, seja ele técnico, científico ou governamental.

De certa forma, o uso da nominalização está relacionada à maneira como diferentes significados podem ser expressos, implicando, sobretudo, na transformação de ideias mais concretas em mais abstratas, generalizadas e complexas. Nesse sentido, Fairclough (2003) argumenta que generalização e abstração podem “apagar ou até mesmo suprimir as diferenças e ofuscar a questão da agência e, portanto, a questão de responsabilidade e das divisões sociais. Neste caso, os agentes e suas responsabilidades podem ser ocultados, não havendo assim o responsável direto por determinada consequência.

Quando, na oração, ocorre nominalizações, isso indica que não há ação relacionada a participante algum, isso porque os processos foram representados como coisas, assim, a nominalização é um processo que tem a tendência de nominalizar verbos e ocultar o agente. Em suma, a nominalização está vinculada a uma representação abstrata e genérica de eventos e

a exclusão de elementos dos eventos (Fairclough, 2003), tais representações podem contribuir para a universalização hegemônica de uma representação particular.

Na próxima subseção, abordaremos a categoria modalidade, recurso que possibilita analisar o grau de engajamento do enunciador acerca de um dado contexto sociocomunicativo.

5.7.8 Modalidade

A categoria modalidade permite investigar o posicionamento adotado pelo ator social, ao assumir um compromisso ao proferir o discurso, externalizando diversas atitudes sociodiscursivas. A modalidade refere-se à forma de comprometimento que o enunciador assume frente ao que diz em seu texto e está relacionado ao julgamento em relação ao que é verdadeiro e o que é necessário, ao que é desejável ou indesejável e revelam a forma como a realidade social é representada.

Na concepção de Bárbara e Macedo (2009, p. 91), “modalidade indica a posição do falante a respeito de sua mensagem e de sua relação com seu interlocutor.” O sistema de modalidade interpreta a região de incerteza que se encontra entre o sim e o não, sendo possível identificar o engajamento do falante/escritor com aquilo que é enunciado. De acordo com Halliday (2014), a modalidade significa o julgamento do falante quanto às probabilidades ou às obrigações concernentes ao que ele diz. As escolhas, na modalidade, são significantes não apenas em termos de identificação, mas também em relação à ação (e às relações sociais da ação) e à representação (Fairclough, 2003).

A modalização linguística amplia a possibilidade de desenvolver o discurso de maneira que não afeta o discurso do outro, isto é, permite abrandamento e ênfase nos argumentos que desvendam as intenções comunicativas dos falantes para representar aspectos do mundo. A análise da categoria modalidade refere-se ao modo “como as pessoas se envolvem quando fazem declarações, perguntas, ofertas ou procuras” (Fairclough, 2003, p. 165), uma vez que cada uma dessas situações pode apresentar diferentes formas de comprometimento, do falante com aquilo que ele fala.

A importância da análise da modalidade no significado identificacional refere-se ao fato de que “aquilo com que uma pessoa se envolve é parte significativa do que ela é – logo, as escolhas das modalidades nos textos podem ser vistas como parte do processo de estruturação da própria identidade” (Fairclough, 2003, p. 166). As escolhas da modalidade tanto são significativas para a identificação quanto para a ação (as ações sociais) e para a representação.

A modalidade é compreendida por Fairclough (2003), na perspectiva de dois eixos, a saber: primeiro, a modalidade epistêmica, que se refere ao comprometimento do ator social em termos de “verdade”, em trocas de conhecimento, informações - podendo ocorrer por meio de afirmações e perguntas. O segundo, a modalidade deôntica, que diz respeito ao comprometimento com a obrigatoriedade/necessidade (isso é, isso deve, será, pode ser, não é etc.), ocorre a partir de demandas e ofertas.

Vale destacar que, nas orações modalizadas, sejam epistêmicas ou deônticas, é possível realizar, de um lado, a distinção entre os diferentes níveis ou graus de engajamento com a verdade; de outro, com a necessidade (Halliday, 2014), por meio de traços linguísticos, tais quais: alto nível de engajamento com a verdade (certamente); médio (provavelmente); baixo (possivelmente). Alto nível com a obrigação (necessário); baixo (esperada); baixa (permitida). Além dessas duas classificações, a modalidade pode ainda ser subjetiva, se marcada pela presença do sujeito na frase (eu/nós) e verbalizada em expressões do tipo “eu acho, eu penso, eu suspeito”; ou objetiva, quando o ator social não se coloca diretamente no texto, não se comprometendo diretamente com aquilo que fala e, para isso, utiliza expressões como “quem sabe”, “pode ser” ou “provavelmente”.

Nesses termos, Fairclough (2003, p. 169) argumenta que “marcadores arquetípicos da modalidade são ‘verbos modais’ (poder, querer, dever, seria, deveria etc.), embora haja, de fato, muitas outras maneiras em que a modalidade é marcada”. Outros marcadores que podem indicar necessidades, desejos, apreciações ou depreciações são os modos de intensidade por meio de advérbios nas declarações avaliativas, como veremos na próxima subseção.

5.7.9 Avaliação

A categoria avaliação é discutida por Fairclough (2003, p. 171), no sentido mais geral, incluindo não só os tipos de declarações chamados de “avaliativas”, mas também outras formas, de certo modo mais ou menos implícitas ou explícitas, por meio das quais os atores sociais expressam valoração sobre alguém ou sobre algo no mundo. Na abordagem faircloughiana, a categoria avaliação fundamenta-se nos pressupostos de Martin (2000) e White (2001).

Por intermédio das avaliações, os atores sociais demonstram, na construção discursiva, a sua percepção de como elas se identificam com o mundo, com os outros e eles próprios, dessa forma, eles revelam como os processos identificacionais são estruturados e materializados (Fairclough, 2003). As declarações avaliativas, nos casos mais óbvios, são realizadas sobre a

forma de processos relacionais atributivos (portador/atributo); nestes casos, o elemento de juízo de valor (avaliação) está no atributo, que pode ser um adjetivo, “são declarações que exprimem o que é desejável ou não, o que é bom e o que é ruim” (Fairclough, 2003, p. 172).

As declarações avaliativas, conforme o linguista, podem se apresentar com outros tipos de processos, nos quais o elemento de juízo de valor é o próprio verbo, isto é, a avaliação pode ser formulada em forma de verbo, por exemplo, ao invés de dizer “ele é um covarde”, diz-se “ele se acovardou” (Fairclough, 2003, p. 172). As avaliações podem também ser reveladas, conforme Fairclough, por meio de advérbios e adjetivos que expressam valoração e por exclamações, as quais podem ser vistas como algo à parte ou como algo de menor relevância.

A categoria avaliação é materializada no discurso por meio de traços linguísticos, entre eles, Fairclough (2003) destaca o adjetivo, verbo (processo), advérbio avaliativo, sinal de exclamação. Esses traços são mais presentes em afirmações avaliativas, ou seja, naquelas em que o elemento avaliativo é mais explícito. As declarações avaliativas podem ser distintas, conforme Fairclough (2003, p. 169), da seguinte forma: declarações com juízo de valor (as que exprimem o que se deseja ou não, são formuladas a partir do processo verbal relacional); declarações com modalidades deônticas (as de caráter de obrigação, formuladas a partir dos processos mentais); declarações com verbos de processos mentais afetivos (são geralmente avaliações de caráter pessoal – formuladas a partir de processos mentais de apreço) e pressuposições de valor (aquelas que fazem referência a valores implícitos ou pressupostos – formuladas a partir do processo relacional).

Diante do exposto, a categoria avaliação é bastante profícua para analisar discursivamente, por meio de marcas textuais, o modo como os atores sociais mobilizam os significados por meio das valorações de atitude, engajamento e julgamento frente aos problemas sociais, pessoas ou objetos. As avaliações são tidas como maneira particular de se posicionar diante de aspectos do mundo, são parciais, subjetivas e, por isso, ligadas a processos de identificação particulares (Vieira e Resende, 2016). A categoria avaliação é moldada por estilos, demarca os modos de apreciação dos falantes, seja de modo oculto – indireto ou de forma explícita – direta, no que diz respeito aos aspectos do mundo.

No caso da nossa pesquisa, a categoria avaliação nos dará suporte para investigar as atribuições valorativas, apreciações e perspectivas acerca do contexto da Agroecologia em contraposição à monocultura no território da Mata Sul-PE, tanto no contexto socioeconômico como educacional dos colaboradores da pesquisa. Além dessas categorias elencadas, que são tanto do âmbito textual como social, identificamos também, nos discursos dos colaboradores

(as), categorias poder, hegemonia e ideologia que têm um caráter mais social. Diante da problemática que apresentamos na seção de introdução e, com base nas entrevistas, *corpus* desta Tese, percebemos que as questões de ideologia, hegemonia e poder estão presentes no eixo da discussão da temática.

Na próxima seção, discorreremos como estas categorias se configuram nos discursos como base para a transformação ou manutenção de poder nas relações sociais, por meio da linguagem, nos pressupostos da ACD.

6. Poder, hegemonia e ideologia na produção do discurso

Na perspectiva da ACD, linguagem e sociedade são constituintes do discurso e, conseqüentemente, por meio deste, constroem-se identidades, relações sociais, sistemas de conhecimento, crença, ideologias, conceitos e representações sociais e, assim, estabelecem relações de poder entre grupos, entidades e instituições.

6.1 Poder e hegemonia

Sendo a linguagem uma das dimensões da prática social, ela manifesta, por meio dos significados do discurso, relações de dominação, discriminação, poder e hegemonia. Do ponto de vista da ACD, (Wodak, 2004, p. 10) argumenta que “a linguagem não é poderosa em si mesma. Ela adquire poder pelo uso que os agentes que detêm poder fazem dela.” Ainda, segundo a autora, “o poder não deriva da linguagem, mas a linguagem pode ser usada para desafiar o poder, subvertê-lo, modificar sua distribuição no longo ou curto prazo”. Do contrário, a linguagem pode ser usada para a sustentação das relações de poder.

Essa tem sido uma das razões de a ACD focar na análise do discurso, a partir de temáticas que envolvem diretamente aqueles que sofrem e são afetados pela injustiça social. A ACD analisa criticamente a linguagem daqueles que estão no poder, que são causadores da disseminação de desigualdades e, ao mesmo tempo, dispõem de meios, oportunidades e poder para transformar o cenário social, buscando reverter as desigualdades e as injustiças. O poder não é algo que se desenvolve fora do discurso, nem ausente do contexto sociopolítico e cultural, ele depende de sua relação com as estruturas sociais, sendo essa uma condição para a sua existência, Fairclough (1989). Assim sendo, o poder surge nas estruturas sociais constituídas e

constituintes de práticas discursivas que podem moldar as práticas sociais, pode, assim, ser compreendido como uma série de práticas imersas em todas as esferas da sociedade.

Nesses termos, o exercício do poder é visto por Fairclough (1989 e [1992], 2016) ocorrendo nas relações entre o discurso e o social. Nesse sentido, o poder constitui as estruturas sociais em uma relação dialética, de forma que é capaz de permitir uma mudança social. Ressaltamos que Fairclough (1989 e 1992) discorre acerca da relação entre a linguagem e o poder sob duas vertentes, a saber: o poder do discurso de transformar as estruturas sociais, não se restringindo a um poder expresso por uma linguagem resumida em palavras de ordem; e a assimetria de poderes presentes no discurso, marcado pela atuação das instituições e dos gêneros.

Vale destacar que Fairclough se apropriou do pensamento de Foucault, especificamente do trabalho genealógico, para construir a sua abordagem acerca de discurso e poder. Na perspectiva genealógica levantada por Foucault, o poder não é um objeto em si, ele não existe sozinho, pois o que existe são práticas ou relações de poder. Isso significa dizer o poder é exercido por alguém, nesse sentido, Machado (2000, p. 14) argumenta “o poder é algo que se exerce, se efetua, que funciona [...] como uma maquinaria, que não está situada em um lugar privilegiado, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, mas uma relação”.

Nas palavras do autor, o poder não é algo estático, exclusivo, determinado apenas para ser executado para um grupo específico, ao contrário, ele é estrutural, difundido por meio das relações e das práticas discursivas e sociais, pois, estas são também política. Na sociedade, há uma luta na busca pelo poder que se repercute, inclusive, nas práticas discursivas, essa luta não esbarra somente nas lutas entre classes, tal como sugeriria uma leitura marxista do termo, mas Fairclough ([1992], 2016) vê a luta pelo poder revelando-se tanto na relação entre o Estado e os cidadãos quanto até mesmo no cotidiano em lugares ordinários (família, escola, repartição pública, escritório etc.) e, cada vez que o discurso interfira, seja para manter ou reestruturar relações de poder, está-se diante do seu efeito ideológico (Santos, 2014).

Desse modo, nas práticas sociais, encontram-se agentes sociais atuando como agentes ou pacientes, conforme os esquemas de poder, as hierarquias, os valores associados a aspectos como gênero, classe social, nível de instrução, entre outros (Magalhães, Martins, Resende, 2017). Isso reitera que as práticas sociais não são (re)produzidas independentes, apartadas da estrutura social, ao contrário, esta é suporte para aquelas, que são constituídas de relações sociais, poder, crenças etc., desempenhando, por meio da linguagem, papel crucial para a consolidação do poder ou para a contestação deste.

Na ótica da ACD, poder é compreendido como dimensão política, econômica, social e cultural, uma vez que ele abrange as noções de domínio, ordem, lei, regra, norma, obediência, entre outros aspectos da sociedade, não há um aspecto e lugar específico para a sua atuação. Das ponderações feitas por Fairclough (1989), ele postula que, além de haver o poder no discurso, há também o poder por trás do discurso, como é caso da escolha dos gêneros discursivos que limitam o que deve ser dito, como e para quem. O discurso no poder diz respeito à forma de atuação dos participantes poderosos no exercício do controle, na imposição de restrições às contribuições dos demais atores sociais, principalmente aqueles em desvantagem no que se refere ao poder.

Enquanto o poder por trás do discurso pressupõe o que seria um efeito ofuscado do poder, que leva à produção e à manutenção coesa e funcional de toda a ordem do discurso. Embora Fairclough (1989) identifique esses dois distintos aspectos de poder, isso não quer dizer que eles agem isoladamente, eles só existem se consideradas sua relação com as estruturas sociais. Outrossim, ambos não se constituem como propriedade permanente de qualquer ator ou grupo social, o poder não é algo livre de confronto, ele sempre está sendo “disputado e perseguido seja por quem o detêm ou por aqueles explorados em razão de sua condição social” (Magalhães, Martins, Resende, 2017).

Na concepção faircloughiana, o poder tanto é mantido como perdido nas inúmeras lutas sociais. Desse modo, as tensões pela transformação de práticas sociais em que o poder tenta manipular, silenciar ou intimidar determinado grupo ou agente social são vistas como lutas hegemônicas. A compreensão de Fairclough ([1992], 2016), acerca do poder enquanto força passível de mudança e superação, tem como cerne o conceito gramsciniano de hegemonia. Nos estudos críticos do discurso, o conceito de hegemonia é introduzido com base Gramsci. A ideia de hegemonia, conforme Gramsci, relaciona-se a um conjunto de aspectos políticos, culturais, ideológicos e morais.

A hegemonia é “um contínuo processo de formação e suplantação de um equilíbrio instável” (Gramsci, 1988, p. 423, *apud* Ramalho, 2005). O pensador entende que a hegemonia tem uma dimensão mutável que, por meio de luta de grupos sociais, as relações de dominação podem ser contestadas dando possibilidade à transformação e à emancipação. Nesses termos, a hegemonia tanto é dominação como liderança, visto que o poder deriva de uma estrutura de relações sociais com diferentes interesses e posições sociais, seja desde o âmbito familiar às instituições de ensino, às instâncias médicas, jurídicas, dentre outros.

Para Gramsci, a hegemonia implica uma tomada de poder que possui equilíbrio instável, isto é, nunca é atingido senão parcial ou temporariamente. Assim, o efeito da hegemonia, como dominação ou contestação, depende da mobilização dos grupos sociais, da resistência, do consentimento ou da legitimação “desses poderes hegemônicos”, exercidos, até então, por determinado grupo. A compreensão de hegemonia, em Gramsci, é-nos apresentada na sua amplitude, como lembra Luciano Gruppi (1978), como algo que opera não somente sobre as estruturas econômicas e política da sociedade, mas também sobre o modo de como pensamos, nossas orientações ideológicas e formas de conhecer o mundo.

Isso implica afirmar que a hegemonia constitui um espectro extremamente amplo de significados em um âmbito de contextos que vai da economia até a literatura, da religião até a antropologia, da psicologia até a linguística (Luguori, 2014). Nesse sentido, a hegemonia é um conceito desenvolvido e operacionalizado para pensar a práxis, a constituição dos sujeitos como classe e as suas articulações políticas com outras classes para se constituir como força hegemônica (Bastos, 2022). Assim, a hegemonia do poder não é adquirida simplesmente pela imposição de uma estrutura social hierárquica, antes ela se dá mediante concessões, construção de alianças, a fim de ganhar o consentimento dos indivíduos, induzindo-os a integrarem-se (Fairclough, [1992], 2016). Para o autor, isso é realizado, em parte, pelo discurso, por meio da constituição de ordens discursivas locais, porém, eventualmente, o equilíbrio entre elas pode tornar-se relativamente precário, podendo ser enfraquecido por outros grupos.

As relações de poder são sempre relações de luta social entre grupos/instituições que contêm diferentes interesses. A luta social contra o poder, enquanto manipulação, ocorre entre “agrupamentos de vários tipos - mulheres e homens, negros e brancos, jovens e velhos, dominantes e dominados, agrupamentos em instituições sociais, e assim por diante” (Fairclough 1989, p. 34). As relações de classe são as relações mais fundamentais na sociedade de classes, assim também é a luta de classe como a mais importante forma de luta contra as dominações e as imposições das ordens discursivas que disseminam injustiças sociais. Nas palavras de Fairclough (1989, p. 35), “a luta social pode ser mais ou menos intensa e pode aparecer em mais ou menos de forma explícita, mas todos os desenvolvimentos sociais, e qualquer exercício de poder, ocorrem em condições de luta social”.

Podemos, assim, entender que a hegemonia surge na prática social e discursiva, isto é, as ações, os pensamentos, os valores hegemônicos são atualizados e produzidos cotidianamente nos diferentes modos de agir, o que significa que a hegemonia é inerente às ações humanas, é rearticulada discursivamente. Nesses termos, Fairclough ([1992], 2016) argumenta que o

discurso é capaz de reproduzir a hegemonia e/ou contestar as relações opressoras de dominação. Nas palavras de Fairclough ([1992], 2016, p. 127), o conceito de hegemonia gramsciana “harmoniza-se com a concepção de discurso que defendo e fornece um modo de teorização sobre a mudança discursiva em relação à evolução das relações de poder.”

A hegemonia, conforme Gramsci, caracteriza-se como um meio possível de consentimento para o exercício do poder. Na perspectiva da ACD, ela não deve ser entendida como subordinação, mas como um processo constante de lutas articulatórias nas práticas sociais. Outras ponderações acerca da relação entre hegemonia e discurso são apresentadas em Fairclough (2003), após discutir as ferramentas de legitimação no contexto discursivo de relações de significado entre sentenças e orações. A partir de exemplos genéricos discursivos, Fairclough nos sugere que os processos de construções de cadeias de equivalência e cadeias de diferença são parte do momento discursivo do processo social de classificação o que implica identificar processos hegemônicos instáveis, conforme a tomada de consciências dos atores sociais.

Dessa forma, entendemos que a hegemonia não é estável, no entanto, para consolidar a sua conquista e/ou manutenção do poder hegemônico, é necessário estratégias discursivas e constante luta de determinado grupo que se encontra em desvantagem na busca da emancipação. Conforme Cirne (2020, p. 156), “a provisoriedade do poder dialoga com o principal objetivo da corrente da ACD, que é provocar mudança social para sustentar a sua concepção construtivista.” Nesse contexto, a hegemonia não é uma ação partidária, é uma ação de classe, é o exercício de poder desempenhado por um conjunto de sujeitos.

Assim, práticas discursivas e ordens do discurso possibilitam que a hegemonia, à qual estão relacionadas, torne-se aceita e naturalizada dentro da sociedade, como também podem ser contestadas, provocar mudanças e fazer surgir novas articulações discursivas contra-hegemônicas. Nessa perspectiva, Fairclough ([1992], 2016) nos atenta para o fato de que liderança e dominação são obtidas apenas parcial e temporariamente, estão sempre em conflito e abertas a mudanças que podem acontecer a longo prazo, por meio de lutas, de resistência ideológicas e hegemônicas. Podemos compreender, portanto, que, quando a classe toma consciência de seus direitos, de sua realidade, ela reivindica mudanças e age enquanto vontade coletiva, pressupõe, assim, um novo espaço hegemônico.

No nosso contexto da nossa pesquisa, as comunidades rurais ainda sofrem com a herança cruel e silenciosa do discurso colonial, atenuando-as culturalmente, socialmente e economicamente. Diante disso, é necessário resistência para descolonizar essa postura

hegemônica e luta para adquirir o poder transformador da realidade. Na luta pelo poder, seja para acessá-lo ou mantê-lo, a ideologia tem um papel fundamental nesse processo, visto que o exercício do poder, na sociedade moderna, é cada vez mais alcançado através da ideologia e, mais particularmente, através do funcionamento ideológico da linguagem (Fairclough, 1989). Na próxima subseção, discutiremos acerca da ideologia como categoria de análise linguístico-discursiva para os estudos críticos do discurso.

6.2 Ideologia na perspectiva da ACD

O tema ideologia é teorizada a partir de diversas áreas filiadas às ciências humanas e sociais, apresenta múltiplas acepções conceituais. A noção conceitual de ideologia advém de uma ampla e multifacetada trajetória de vozes de pesquisadores como De Tracy, Bonaparte, Lenin, Marx, Mannheim, Lukács, Gramsci, Bourdieu, Adorno, Althusser, Pêcheux, Bakhtin, Medvedev, Volóchinov, Willians, Hall, Eagleton, Thompson, entre outros. Esses pesquisadores desenvolveram diversas acepções acerca da ideologia que, conforme determinados contextos históricos, apresentaram modificações de interpretação e questionamentos, em termos de visões, percepções, valores e posicionamentos que se materializam em formas de linguagem (línguas, textos, semioses etc.). Vale destacar que nos atentaremos à noção conceitual de ideologia a partir do posicionamento de Fairclough (1989, [1992], 2016 e 2003).

Os conceitos de ideologia não são apenas gerados aleatoriamente, mas eles próprios correspondem a diferentes posições ideológicas; e foram gerados ao longo de luta entre essas posições (Fairclough, 1989). A concepção de ideologia, na ACD, tem como base o pensamento marxista de Gramsci, que define ideologia como “uma concepção do mundo que é implicitamente manifesta na arte, na lei, na atividade econômica e em todas as manifestações da vida individual e coletiva” (Fairclough, 1989, p. 84). É com base nessa tradição conceitual que a ideologia e, conseqüentemente, seus efeitos discursivos continuam sendo enfatizados e despertado interesse nos estudos críticos da linguagem, como categoria analítica.

O conceito de ideologia, tomada por Fairclough ([1992], 2016), sustenta-se na concepção crítica formulada por Thompson (1995), para quem a ideologia é sentida a serviço do poder e defende que estudar ideologia é compreender e explicar o modo pelo qual as formas simbólicas são usadas para a implantação e para a manutenção de relações de dominação. As ponderações, acerca de ideologia apresentadas por Fairclough, foram se modificando no decorrer de suas reflexões publicizadas em suas obras. Na obra *Language and Power* (1989),

Fairclough argumenta que a ideologia deve ser considerada como vinculada a relações de poder, constituindo-se em um senso comum ideológico que procura manter as assimetrias das relações de poder indireta ou diretamente. Com base nessa proposição, posteriormente, Fairclough na obra *Discourse and social change* (1992) compreende que as ideologias são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas. O autor parte da premissa de que as ideologias emergem nas sociedades, caracterizadas por relações de dominação, com base na classe, no gênero social, no grupo cultural, e assim por diante (Fairclough [1992], 2016).

Assim, as ideologias não surgem separadas do contexto sociocultural e das distintas relações constituídas nas práticas discursivas cujos efeitos são revelados nas práticas sociais que podem contribuir de forma negativa ou positiva para determinados grupos sociais. A concepção de ideologia, apresentada por Fairclough ([1992], 2016), tem como cerne os processos de mudança social, buscando ultrapassar a visão reproducionista da ideologia defendida por Louis Althusser (1980), que entende que o funcionamento das instituições sociais, mediado pela repressão e ideologia, obtém o disciplinamento dos sujeitos, de tal modo que sua interpelação os torna agentes da 'reprodução' dessas relações sociais desiguais.

Althusser compreende que é pela instauração dos Aparelhos ideológicos do Estado (AIE) que a ideologia é realizada e se realiza e, conseqüentemente, torna-se dominante (Fairclough [1992], 2016, p. 118). Os AIEs compõem um mecanismo que tem como característica fundamental a manutenção do *status quo*, que garante a dominação de uma classe sobre outra. Apesar de a base teórica de Althusser ter limitações e, de certa forma, não compreender a ideologia como construção discursiva que contribui para a transformação social, Fairclough ([1992], 2016) reconhece que Althusser forneceu as bases teóricas para a discussão acerca de discurso e ideologia. Com base em Althusser, Fairclough retoma alguns princípios conceituais de que se tornaram fundamentais para, posteriormente, o linguista formular seu próprio conceito de ideologia, como destaca Fairclough ([1992], 2016, p. 121-122):

Primeiro, a asserção de que ela tem existência material nas práticas das instituições, abre caminho para investigar as práticas discursivas como formas materiais de ideologia. Segundo a asserção de que a ideologia “interpela os sujeitos”, que conduz à concepção de que um dos mais significativos “efeitos ideológicos” que os linguistas ignoram no discurso é a constituição dos sujeitos. Terceiro, a asserção de que os “aparelhos ideológicos do estado” (instituições tais como a educação ou a mídia) são ambos locais da luta de classe que apontam a luta no discurso subjacente a ele como foco para uma análise do discurso ideologicamente orientada.

Evidenciamos, por meio dessas três assertivas, como o discurso se conecta com a ideologia, observamos que o discurso se materializa ideologicamente; relaciona-se como efeito

e causa da “interpelação ideológica do sujeito” e que com o entendimento de que os aparelhos de Estado com seus mecanismos ideológicos são um espaço para que a luta de classe se estabeleça. A partir dessas assertivas, Fairclough ([1992], 2016, p. 122) formula seu próprio conceito de ideologia, compreendendo-a como modos de “significações/construções da nossa realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que contribuem para a produção, reprodução ou a transformação das relações de dominação”, dando a este conceito um cunho dialético, sendo as construções ideológicas meios de produção e/ou transformação social.

Na obra *Discourse in late modernity*, Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 26) conceituam ideologia como “construções de práticas a partir de perspectivas particulares que resolvem as contradições, dilemas e antagonismos das práticas de modo que estejam de acordo com seus interesses e projetos de dominação”. Nessa perspectiva, a manutenção das ideologias depende de como o discurso se relaciona com outros momentos das práticas sociais e com as intenções de determinado grupo, uma vez que o discurso como um dos elementos da prática social tem orientação bidirecional e, por isso, as transformações sociais são possíveis.

Na concepção de Fairclough ([1992], 2016), a ideologia possui seu papel tanto na produção e reprodução das relações de poder, mas também – e principalmente – na sua transformação. Entretanto, nem sempre estamos “conscientes dos detalhes de significação ideológica” (Fairclough, [1992], 2016, p. 125), assim, o linguista argumenta que, apesar de as ideologias estarem presentes nos textos, é necessário interpretar, ler as ideologias. Para o linguista, “ideologias residem em textos, não é possível ler ideologias fora deles, isso porque significados são produzidos através de interpretação de textos e eles são abertos a várias interpretações” (Fairclough, 1995, p. 71), uma vez que “textos podem ser vistos como desempenhando um trabalho ideológico” (Fairclough, 2003, p. 58).

Desse modo, Fairclough ([1992], 2016) defende a modalidade de uma educação linguística que desvele os mecanismos presentes no discurso e que agem em detrimento da manutenção de ideologias dominantes. A ideologia está contida, principalmente, no não dito, nas entrelinhas intencionalmente silenciadas. Na concepção faircloughiana, a ideologia mesmo tendo existência material nas práticas discursivas de sujeitos e instituições, pode ser reestruturada ou transformada, pois faz parte de relações de poder que podem ser desequilibradas, dependendo do desenvolvimento das disputas e forças sociais existentes.

A visão conceitual dialética de ideologia, atribuída por Fairclough, aproxima-se da perspectiva crítica de ideologia de Thompson (2011), que apresenta uma concepção crítica de

ideologia, compreendendo-a como o uso de ideias, estratégias, formas simbólicas que, em determinados contextos, servem para estabelecer, produzir, criar, instituir e sustentar, manter e reproduzir sistematicamente desigualdades sociais, entendidas como relações de poder ou de dominação. Na concepção de Thompson (2011), as pessoas não são totalmente moldadas pelos processos sociais para inculcar valores e crenças, ideologias a elas conferidas para a manutenção e reprodução de atitudes convenientes para determinada instituição. Apesar de as pessoas serem tratadas, essencialmente, como constituídas pelos processos, Thompson (2011, p. 121) argumenta:

mas as pessoas não são, simplesmente, a soma total desses processos de socialização e inculcação; elas nunca são, simplesmente, atores que desempenham, obedientemente, os papéis que lhes são prescritos. É parte de sua própria natureza [...] que elas sejam capazes, até certo ponto, de distanciar-se dos processos sociais aos quais estão sujeitas, de refletir sobre esses processos, de criticá-los, contestá-los, ridicularizá-los e, em certas circunstâncias, rejeitá-los.

Esse posicionamento de Thompson nos permite analisar que os agentes sociais, apesar de envolvidos nos processos de dominação, podem, como agentes ativos, serem capazes de manter certa distância efetiva e intelectual das ações que os constroem por meio de um pensamento crítico. Mesmo que isso ocorra de modo quase que inconsciente, como pontua Fairclough ([1992], 2016, p. 125), os produtores do discurso, sem consciência absoluta da interpelação que sofrem, ainda podem “tornar-se mais conscientes da sua própria prática” e, conseqüentemente, contribuir para mudança social.

À medida em que os sujeitos transcendem esse tipo de sociedade dominadora, transcendem também a ideologia imposta, isto é, a ideologia deixa de ser naturalizada, de ser senso comum, porque ela não é estável. Isso corrobora com o que elucida Fairclough (1989) sobre o sentido flexível de ideologia, o efeito da ação ideológica não é definitivo, é mutável. Logo, o significado fixo, nesse sentido, seria um efeito de poder - na verdade, o tipo de efeito ideológico que chamei de naturalização” (Fairclough, 1989, p. 95). Assim como a ideologia pode ser usada por quem detém o poder e hegemonia para consolidar e perpetuar determinadas normas, ela pode, também, ser usada como ferramenta de contestação por aqueles que estão em desvantagem, por meio do discurso contra-hegemônico, permitindo novo mundo social.

Convém, aqui, citar Bourdieu (2004, p. 156), ao argumentar que “os grupos - as classes sociais, estão por fazer. Não estão dados na "realidade social". Em Bourdieu, a noção de classe social é empregada de maneira distinta em relação aos marxistas tradicionais, que a compreende como classes reais, homogêneas, universal. Bourdieu (2004) defende que os agentes têm uma

apreensão ativa do mundo, constroem sua visão de mundo, essa construção é operada sob coações estruturais, mas, na concepção de Bourdieu (2004), as estruturas são dinâmicas, não são dogmáticas, assim, permite o agente social despertar para lutar contra a dominação ideológica ao perceber que está sendo discriminado, dominado, desfavorecido. Tal posicionamento coaduna com a concepção de Fairclough (1989, p. 85), ao afirmar que, “os sujeitos são interpelados pela ideologia, mas são capazes de agir e lutar individualmente ou coletivamente contra as práticas ideológicas às quais são expostos”.

Em *Analysing discourse: textual analysis for social research*, Fairclough (2003, p. 9) manteve o princípio de que as ideologias investem em todas as suas dimensões e que são “as representações de aspectos do mundo que podem ser mostradas para contribuir para o estabelecimento, manutenção e mudança das relações sociais de poder, dominação e exploração”. Entendemos que esta categoria nos permite investigar se as ideologias impostas pelas estruturas sociais prevalecem como manutenção do poder subordinando a classe minorizada ou se esses atores sociais agem conscientemente para romper as imposições.

No próximo capítulo, apresentamos os procedimentos e os recursos metodológicos que nortearam a nossa pesquisa.

CAPÍTULO 6

PERCURSO METODOLÓGICO

A ética da pesquisa encontra-se, pois, no centro do debate teórico-metodológico entre os investigadores da linguagem. A preocupação com a ética na pesquisa afeta especialmente os pesquisadores que adotam a metodologia etnográfica, por estabelecerem uma relação com os pesquisados. (Izabel Magalhães, 2000)

A materialização de uma Tese é, indubitavelmente, um trilhar desafiador, que exige do pesquisador várias idas e vindas, tanto no percurso da leitura e da escrita quanto na análise do *corpus* da pesquisa, visto que a pesquisa é um processo permanentemente inacabado. É uma contínua (re)construção, com constantes alterações, um mover-se que requer do pesquisador um olhar atento, observador, para fazer ajustes necessários a fim de que o texto tenha uma coerência com o que está sendo proposto e para que consiga atingir outros leitores a repensar e, quiçá, aprofundar novos olhares acerca do produto que está sendo publicizado por meio da pesquisa científica. O fazer científico é um trabalho denso, árduo, mas prazeroso, pois entendemos que a ação do pesquisador é necessária para, por meio da escrita, tornar pública a realidade que precisa de intervenção sociopolítica. Ademais, ser pesquisador é envolvimento, é doação física, intelectual e emocional (Mason, 2002), é projetar, sonhar, sorrir e chorar junto com os colaboradores da pesquisa a fim de contribuir para um espaço social mais justo.

Assim, neste capítulo, apresentamos o percurso metodológico, isto é, os passos que trilhamos para atingir os objetivos propostos para a investigação do *corpus* desta Tese, bem como para tentar responder às questões que moveram esta pesquisa. Esse estudo se caracteriza como uma pesquisa social inserida no campo de uma Análise Crítica do Discurso, a partir de entrevistas feitas com egressos, docentes do CST em Agroecologia do IFPE- *Campus* Barreiros, de membros da ONG Centro Sabiá e de agricultores familiares não egressos. A pesquisa buscou entender a contribuição social do curso para os assentamentos rurais da Mata Sul pernambucana, que ainda convivem com a desigualdade socioeconômica, resquício da política da era colonial e das questões fundiárias, conforme apresentamos no capítulo I desta Tese. Este capítulo está subdividido em seis seções que especificamos a seguir.

Na primeira seção, abordamos a correlação entre a pesquisa qualitativa e a ACD, visto que ambas são aportes teórico-metodológicos para esta pesquisa e discorreremos sobre a constituição do *corpus* de pesquisa. Na segunda, discutimos acerca das garantias éticas da

pesquisa, pois se trata de pesquisa envolvendo seres humanos. Na terceira, abordaremos questões sobre a trajetória para a coleta e geração de dados, a aproximação com colaboradores e os instrumentos para acessar o discurso dos colaboradores (questionários e entrevistas gravadas em áudio). Na quarta, delineamos o perfil dos colaboradores, dedicando uma seção a esse propósito. No quinto, descrevemos como se deu a transcrição das entrevistas e a interpretação dos dados.

6.1 A Constituição do *corpus* e a natureza da pesquisa

Esta pesquisa busca estabelecer um diálogo entre o método etnográfico de pesquisa qualitativa e os estudos discursivos críticos, especialmente a ACD, visto que a ACD “é uma perspectiva de estudo que se situa na tradição qualitativa interpretativista” (Magalhães, Martins e Resende, 2017, p. 29). De acordo com Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 61), a análise crítica do discurso deve ser trabalhada junto com a pesquisa etnográfica, situando o discurso como um momento das práticas sociais no contexto da pesquisa. Os autores (1999, p. 62) defendem que, “dependendo do desenho e dos métodos da pesquisa (...), a etnografia pode jogar luz a muitos aspectos de uma prática sincrônica e historicamente”, por isso, a etnografia é compreendida como “a arte e a ciência de descrever um grupo humano” (Angrosino, 2009, p. 30).

As análises de caráter qualitativo e interpretativo são realizadas com o intuito de desvelar e identificar significados sociais, ideológicos, entre outros, nos textos, e, conseqüentemente, o impacto dessas significações na vida de agentes sociais. As colocações de Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 62) nos ajudam a entender a complexidade dos estudos no campo etnográfico, pois, “requer a presença sistemática do pesquisador no contexto da prática em estudo” e possibilita acessar o conhecimento “sobre os diferentes momentos de uma prática social em seus aspectos materiais (por exemplo, arranjos locacionais no espaço), suas relações e processos sociais, bem como as crenças, valores e desejos de seus participantes”.

Desse modo, reiteramos que essa pesquisa está ancorada nesses pressupostos metodológicos. Esse modelo ou formato de pesquisa permite ao pesquisador um olhar mais detalhado do contexto social em que os participantes da pesquisa estão inseridos. Essas abordagens se adunam no delineamento metodológico seguido para realização da coleta e geração de dados e construção das categorias analítico-discursivas. Essa abordagem metodológica valoriza a subjetividade e intersubjetividade e a comunicação do pesquisador e dos participantes, preocupando-se, assim, com o processo e o contexto, ao invés de apenas mensurar os resultados. Esse tipo de abordagem se difere de outras de caráter positivistas que

focam apenas no quantitativo e reduz a interação do pesquisador com os colaboradores da pesquisa, além de não ampliar a investigação de suas práticas sociais.

Dessa forma, a pesquisa qualitativa, conforme Denzin e Lincoln (2006, p. 17), envolve o uso de uma “variedade de materiais empíricos [...] história de vida; entrevista; [...] – que descrevem momentos significativos, rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos.” Desse modo, esse conjunto de materiais interpretativos permite ao pesquisador identificar problemas de um determinado grupo social. Essas colocações nos permitem perceber que a pesquisa qualitativa é uma interpretação “guiada por um conjunto de crenças e de sentimento em relação ao mundo e ao modo como este deveria ser compreendido e estudado” (Denzin e Lincoln, 2006, p. 34). Esse olhar minucioso do pesquisador contribuirá para a realização de uma análise interpretativa dos textos coletados.

Nesse sentido, Magalhães, Martins e Resende (2017) defendem que é importante investir na ampliação das interpretações dos significados das ações sociais e das estruturas que as sustentam. Essa ampliação será resultado da familiaridade do pesquisador com problema, as perguntas e os objetivos da pesquisa que estão sendo construídos (Vieira; Resende, 2016). Para o desenvolvimento desse tipo de pesquisa faz-se necessário elencar potenciais fontes de informação para geração de coleta de dados, e suas respectivas categorias, que correspondam aos objetivos propostos na pesquisa. Sob essa ótica, Angrosino (2009) recomenda que o pesquisador, antes de dar início a uma investigação de cunho etnográfico, deve elencar algumas diretrizes, tais quais: escolha do campo, escolha das técnicas de coleta de dados e de interpretação e apresentação dos dados etnográficos.

Na etapa da criação de categorias, Mason (2002) sugere uma lista de categorias mais usadas em pesquisas qualitativas, como, por exemplo, pessoas, organizações, instituições e entidades, textos, configurações e ambientes (materiais, visuais/sensoriais e virtuais), objetos, artefatos, produtos de mídia (materiais, visuais/sensoriais e virtuais; eventos e acontecimentos. Todo esse procedimento coopera para gerar dados por meio do método etnográfico e contribui para que o pesquisador realize uma “imersão” no contexto social da pesquisa, trazendo à tona da discussão as reais condições de vida dos colaboradores. Nesse sentido, Magalhães (2000, p. 48) defende que a vantagem da etnografia “é a relação que se desenvolve entre pesquisadores e informantes, permitindo uma real aproximação à interpretação correta dos dados [...] os informantes são valorizados, merecendo um justo tratamento.”

Nas pesquisas qualitativas, as pessoas são representadas pelo que realmente são, abrangem o contexto no qual as pessoas vivem (social, institucional e ambiental), estudando os

eventos em andamento. Podem revelar conceitos existentes ou emergentes que ajudam a explicar o comportamento social humano, especialmente quando a pesquisa tem base etnográfica. Podemos justificar a escolha da etnografia para a nossa pesquisa por ela, conforme argumenta Mattos e Castro (2011, p. 49):

1) preocupar-se com uma análise holística ou dialética da cultura; 2) introduzir os atores sociais com uma participação ativa e dinâmica e modificadora das estruturas sociais; 3) preocupar-se em revelar as relações e interações significativas de modo a desenvolver a reflexividade sobre a ação de pesquisar, tanto pelo pesquisador quanto pelo pesquisado.

Neste caso, as fontes de dados podem variar e serem bastante inovadoras, conforme o objeto de estudo. Sob a perspectiva da abordagem da ACD, a pesquisa etnográfico-discursiva é compreendida como a combinação da Análise de Discurso Crítica com a etnografia (Magalhães, 2000, 2006; Resende, 2008). Devido a nossa pesquisa ser de natureza etnográfica, adota-se a abordagem qualitativa e interpretativa na análise dos dados, pois o foco são os discursos advindos dos colaboradores desta pesquisa mediados pelo entendimento do discurso da Agroecologia como prática social.

Nesses termos, entendemos que pesquisa etnográfica é um trabalho denso, cuidadoso, requer do pesquisador muito esforço físico e intelectual, necessita ter cautela e zelo tanto pelos colaboradores da pesquisa como para com os dados coletados que devem ser analisados e traduzidos criteriosamente. Não podemos deixar de destacar que “fazer etnografia é como tentar ler [...] um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos” (Geertz, 2008, p. 7). Assim, a etnografia permite ao pesquisador visibilizar essas questões e publicizá-las, e, por meio dessa imersão no campo, pressionar as instituições sociais, conforme suas atribuições, a tomarem decisões que transformem a vida social de determinado grupo.

Tomamos nesta Tese, como já mencionamos, o modelo metodológico proposto Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003), modelo analítico para ACD que se organiza em várias fases. Na nossa pesquisa, tomaremos a versão de 2003, por entender que ela é mais sintética e mais bem explicitada do que a versão de 1999. Por isso, Vale ressaltar que ao optar pelo uso do arcabouço, há possibilidade de mudar a ordem das fases propostas pelo autor, ou, se for pertinente, alterar alguns deles, ou seja, não são estruturas fixas, mas passíveis de adaptações de acordo com cada pesquisa e cada pesquisadora. Demonstraremos no quadro abaixo as fases da nossa pesquisa a partir da proposição de Fairclough (2003).

Quadro 12 - Síntese dos procedimentos usados para análise e descrição do problema

Focalizar um problema social que tem um aspecto semiótico. Começar com um problema social ao invés de questão de pesquisa, que é mais convencional, de acordo com o intento crítico dessa abordagem – produzir conhecimento que possa levar à mudança emancipatória.	A exposição do problema social foi trabalhada nos capítulos 1 e 2.
Identificar obstáculos para a superação do problema pela análise.	A exposição do obstáculo foi realizada no capítulo 3 e 4.
O ponto aqui é perguntar se os que se beneficiam mais com a forma como a vida social é agora organizada têm um interesse na não resolução do problema.	A exposição dos interessados na manutenção e permanência foi descrita nos capítulos 2 e 3.
Refletir criticamente sobre a análise. Isso é uma adição importante, que requer do/a analista refletir sobre o lugar de onde ele/a está falando, sobre com o ele/a próprio/a está socialmente posicionado.	Essa exposição foi feita no capítulo 7 e nas conclusões finais.

Fonte: Adaptação da pesquisadora para a proposta de Fairclough (2003).

6.1.1 Os alicerces éticos da pesquisa

Nesta subseção, ressaltamos que as pesquisas que envolvem a colaboração de seres humanos devem ter suas propostas submetidas às análises e à apreciação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), que, ao analisar e decidir a proposta de pesquisa, torna-se corresponsável por garantir a proteção dos participantes. O CEP foi inspirado na Resolução nº 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde (CNS)/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), para sua regulamentação e estruturação. O CEP é regido pela atual Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 510, de 7 de abril de 2016, publicada no DOU nº 98, de 24 de maio de 2016 – seção 1, páginas 44 a 46. Esses documentos constam em seu site⁴³. Desse modo, submetemos o projeto de doutorado para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco (CEP - PPGCL-UNICAP), localizado na Rua do Príncipe, 526 - Boa Vista - bloco G4 - 6º andar - sala 609.

⁴³ Disponível em: <http://plataformabrasil.saude.gov.br>. Acesso em 06 mar. 2023.

Além do projeto de pesquisa, foram anexados, conforme exigido pelas normas do CEP, diversos formulários necessários para a obtenção da avaliação, a saber: o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE); o Termo de Compromisso e Confidencialidade, os instrumentos de geração de dados; critério de inclusão e exclusão, possíveis riscos e benefícios da pesquisa, cronograma, currículo do pesquisador responsável, da coorientadora e da pesquisadora assistente. Ademais, outros documentos foram anexados: a carta de aceite institucional do PPGCL/Unicap no qual foi realizada a pesquisa e a carta de aceite institucional do Diretor Geral do IFPE-*Campus* Barreiros. Por fim, é importante sinalizar que as identidades dos participantes da pesquisa não foram reveladas. Utilizamos códigos para se referir a eles e garantir a sua não identificação social.

É importante mencionar que a nossa pesquisa de campo foi iniciada apenas após a apreciação do CEP/PPGCL-UNICAP. O projeto foi aprovado pelo Parecer Consubstanciado nº 6.083.113, em 26 de maio de 2023, que validou a pesquisa em questão. O referido parecer é indispensável para realizar a pesquisa, pois assegura o trabalho do pesquisador como também a proteção ética dos agentes sociais colaboradores da pesquisa. Entendemos, pois, que a ética em pesquisa implica o respeito à dignidade da pessoa humana e a proteção para que os procedimentos de geração e coleta de dados não causem prejuízo de nenhuma ordem.

Desse modo, a relação pesquisador-colaboradores se constrói continuamente, em um processo de mão dupla, no qual tanto o pesquisador quanto os colaboradores estão em contínuo processo de formação humana. Vale destacar que, no processo de coleta de dados, respeitamos a disponibilidade e as condições emocionais dos colaboradores. Essa postura de empatia contribuiu para, inclusive, redefinirmos os nossos encontros e entrevistas com os colaboradores quando surgiam imprevistos. Essas condições são extremamente necessárias para respeitar a dignidade, a liberdade, os direitos civis, culturais, sociais e religiosos dos agentes sociais envolvidos no estudo. Ressaltando que essas condições foram expressas nos formulários exigidos pelo CEP, tivemos todo o zelo e cuidado para que todas as exigências emitidas pelo CEP para a apreciação da pesquisa fossem respeitadas. Por exemplo, informar aos colaboradores que sua participação não geraria nenhum tipo de custo financeiro, que seu anonimato seria resguardo bem a possível desistência não haveria prejuízo ou punição de nenhuma ordem. Esses termos constam no Apêndice A.

Para a geração de dados, seção que apresentamos em sequência, uma das principais características se deu pela perspectiva social e pelo contato face a face com os colaboradores. Esses agentes sociais foram entrevistados em seus locais de fala, nos locais onde desenvolvem

as suas atividades cotidianas. Vale destacar que as visitas e os horários foram agendados com antecedência a fim de não interferir na dinâmica dos seus compromissos de trabalho e familiar.

No próximo item, discorreremos acerca da geração dos dados, com procedimentos prévios para chegar até a análise dos dados.

6.2 A geração e coleta de dados

A etapa etnográfica da coleta de dados para a constituição do *corpus* consistiu na aplicação de questionários e entrevistas. Houve a aplicação de questionário exploratório estruturado com perguntas fechadas, entrevistas semiestruturadas e diário de campo. O questionário exploratório nos forneceu um panorama geral do perfil dos colaboradores da pesquisa, como também, foram utilizados para fazer comparação com informações advindas das entrevistas no percurso do tratamento dos dados. As entrevistas contribuíram para uma maior compreensão do espaço rural, suas necessidades de formação profissional e desafios de permanência no campo. O diário de campo foi utilizado para registrar as impressões, observações que poderiam auxiliar no momento das transcrições das entrevistas.

6.2.1 Questionário

O motivo da escolha por esse instrumento de coleta foi por ele permitir um olhar mais específico acerca do perfil dos colaboradores do estudo. Esta técnica de coleta de dados é compreendida como um instrumento que permite acessar “o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e situações vivenciadas” (Gil, 2008, p, 121) pelas pessoas. A elaboração do questionário requer tempo e esforço na sua construção, pois, as perguntas devem estar conjugadas aos objetivos e propostas da pesquisa. Esse instrumento de investigação é um dos mais utilizados em pesquisas, pois é de fácil aplicação na coleta de dados sociais confiáveis, podendo ser aplicado tanto em pesquisas quantitativas quanto qualitativas. Por meio de questionário, é possível ter acesso direto a informações específicas do tema investigado e o pesquisador pode optar também por outros instrumentos de geração de dados quando se trata de uma pesquisa que requer comparar dados com as construções discursivas dos colaboradores.

Foram usadas apenas perguntas fechadas, porque os colaboradores teriam mais opções de escolha, ao responderem questões específicas acerca da temática investigada, conforme a categoria em que os colaboradores se classificavam (egresso, docente, ONG ou agricultor familiar não egresso). Elaboramos questões conforme o quadro abaixo que abordaram os assuntos como gênero, etnia, escolaridade, idade, questões relativas ao objeto de estudo, como

percepções acerca da agricultura de base agroecológica, preocupações com o meio ambiente, acerca da inserção profissional como agroecólogo no contexto da monocultura da Mata Sul/PE, entre outros. Essa escolha e organização seguiu às instruções de Gil (2008) que ressalta que o conteúdo pode ser variado (fatos, atitudes, comportamentos, sentimentos, padrões de ação, comportamento presente ou passado, entre outros).

Quadro 13 - Perguntas questionário

Docentes	Egressos	ONG	Agricultores não egressos
1- Quanto ao gênero 2-Naturalidade 3-Conforme a categoria usada pelo IBGE, quanto à cor da pele 4- Tempo em que trabalha no <i>Campus</i> 5- A sua residência anterior à inserção era rural ou urbana? 6- Há quanto tempo você está ministrando aula no Curso de Agroecologia? 7-Você participou da construção do PPC? 8-Tem formação em Agroecologia? 9- As propostas do PPC contemplam as particularidades do público-alvo do curso, em particular os oriundos de assentamento e de comunidades rurais? 10-Tem desenvolvido projetos de extensão nos assentamentos junto aos estudantes da Agroecologia? 11-Você vê a Agroecologia como uma possibilidade de mobilização socioeconômica para os assentamentos e para os egressos da Mata Sul/PE? 12- O IFPE, especificamente, o colegiado do Curso Superior de Tecnologia em	1-Idade 2-Naturalidade 3-Gênero 4-Categoria usada pelo IBGE, quanto à cor da pele. 5-Estado civil 6-Ano de ingresso no curso 7-Membro de assentamento 8-Tempo de conclusão do curso 9-Atua em assentamento? 10-Desenvolve assessoria técnica? 11-O que o motivou a fazer o curso? 12-Vê a Agroecologia como meio para a mobilização socioeconômica das comunidades rurais?	1-Conforme a categoria usada pelo IBGE, quanto à cor da pele, você se considera... 2- Gênero 3-Função na ONG? 4-Tempo em que atua na ONG? 5- Há quanto tempo a ONG atua na Mata Sul de Pernambuco? 6- Vê a Agroecologia como possibilidade de reduzir as desigualdades sociais nessa região? 7-Ainda encontra resistência por parte dos agricultores assentados na transição para práticas agrícolas mais sustentáveis? 8- O IFPE, especificamente, o colegiado do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia desenvolve atividades de base agroecológica junto à ONG Centro Sabiá? 9- A ONG Centro Sabiá tem contratado agroecólogo, egresso do IFPE-Barreiros para assessorar os agricultores familiares assentados na Mata Sul?	1-Idade 2-Naturalidade 3-Escolaridade 4-Gênero 5-Conforme a categoria usada pelo IBGE, quanto à cor da pele. 6-Tempo em que reside no município 7-Desenvolve práticas agroecológicas 8-Como você aprendeu práticas de produção de base agroecológica. 9-Você conhece o trabalho realizado pelo IFPE- <i>Campus Barreiros na área da Agroecologia</i> ? 10- Como você conheceu o trabalho desenvolvido pelo Curso de Agroecologia do IFPE- <i>Campus Barreiros</i> (caso conheça)? 11-Preocupa-se com as questões ambientais, com a degradação do solo, com a recuperação dos agroecossistemas? 12-Você conhece alguém que sofreu consequências pessoais ou econômicas por causa do uso de insumos químicos na produção agrícola? 13- Todos os agricultores deste

Agroecologia desenvolve atividades de base agroecológica junto à ONG Centro Sabiá?			assentamento desenvolvem atividades de base agroecológica?

Fonte: Elaborada pela autora. Obs.: O formulário completo encontra-se no Apêndice C.

Desse modo, obtivemos de imediato um panorama geral do perfil dos agentes sociais colaboradores da pesquisa. Convém destacar que, como este foi o primeiro instrumento a ser aplicado no encontro com os colaboradores, entregamos uma versão impressa do questionário na qual continha uma introdução resumida apresentando os objetivos e a justificativa do estudo e lemos juntos o TCL (Apêndice B). Os dados coletados foram apresentados em gráficos como ilustrados e discutidos no item 6.1.4.3. O tratamento dos dados coletados nos questionários, isto é, a leitura, a interpretação e a compreensão de alguns elementos foram realizadas de forma sucinta, visto que o nosso maior foco foi nos discursos oriundos das entrevistas. Em relação às informações advindas dos questionários foram usadas para fazer comparações entre os dados, como poderemos ver no capítulo VII desta Tese.

6.2.2 Entrevista semiestruturada

A entrevista de pesquisa é um subgênero situado que tem por finalidade a troca de informações, reflexões e projeções de práticas particulares (Fairclough, 2003). Essa técnica de investigação é uma das mais democrática e apresenta uma série de vantagens, como, por exemplo, não exige que o participante saiba ler e/ou escrever; possibilita a obtenção de maior número de respostas; permite a análise das expressões corporais do entrevistado; o esclarecimento de detalhes das perguntas e a adequação às circunstâncias nas quais se desenvolve (Moreira e Caleffe, 2008).

Neste tipo de investigação, apesar de os colaboradores e o pesquisador ocuparem papéis sociais distintos, é necessário que as diferenças econômicas e sociais não sobreponham ao sucesso da entrevista. Neste caso, é preciso habilidade e proximidade entre os envolvidos na pesquisa com ética e respeito aos dizeres dos colaboradores. Na entrevista, é necessário, como aponta Gaskel (2005), levar em consideração duas questões centrais antes de qualquer entrevista: o que perguntar (tópico-guia) e a quem perguntar (como selecionar os entrevistados). Isso significa que não se inicia uma pesquisa sem planejamento, sem saber o que se quer pesquisar e o que se espera dos colaboradores da pesquisa. Esse planejamento está vinculado ao princípio de que, para pesquisar, precisamos conhecer o que pesquisamos, “ninguém

pesquisa o que, pelo menos em parte, já não conhece” (Tuzzo, 2016, p. 133). Por vezes, o pesquisador qualitativo carece de familiaridade com aquilo que de fato ocorre na esfera da vida que ele se propõe a estudar.

Outro fator importante para a aplicação de entrevistas é que as perguntas introdutórias não devem ser tratadas como imposições. As perguntas iniciais devem dar um direcionamento para o desenvolvimento da questão em estudo, mas as perguntas subsequentes não devem ser engessadas, elas deverão dar surgimento a novas perguntas, pois em um processo dialógico linguístico-discursivo, as indagações podem ser reformuladas, conforme as respostas dos participantes. Esse mesmo cuidado deve ser mantido na entrevista semiestruturada, pois, como a própria designação sugere, esse tipo de entrevista tem como característica um roteiro preestabelecido elaborado pelo pesquisador, conforme os objetivos da pesquisa, e contempla um pequeno número de perguntas abertas. Isso permite maior liberdade ao colaborador, pois ele percebe que não diante de um roteiro fixo e acabado.

As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas *in loco*, isto é, nos respectivos locais de trabalho e residências dos colaboradores e gravadas em áudio. Convém, aqui, relatar, resumidamente, como formulamos as questões preestabelecidas. As questões emergiram, após várias reflexões e leituras históricas, teóricas e metodológicas acerca da temática e dos objetivos da pesquisa e foram pensadas coletivamente com o orientador e a coorientadora. Na elaboração das perguntas da entrevista, com a finalidade de ter uma linguagem fluída e compreensível, atentamos às escolhas lexicais a fim de evitar expressões ou afirmações tendenciosas.

Ademais, é necessária atitude ética a fim de que o pesquisador seja mais imparcial possível e não induza ou intimide os colaboradores em suas escolhas, pois devemos ter o cuidado de reconhecer que nossos dados também são representações (Magalhães, Martins e Resende, 2017). Penso que esta postura foi essencial para moderação ética, sem usar de coação ou obrigar colaboradores a responderem algo que não quisessem em relação à IFPE – *campus* Barreiros. Para a realização das entrevistas, agendamos antecipadamente horários e locais, conforme descrevemos no **item 6.1.2**. As entrevistas foram feitas individualmente com cada colaborador.

Esse modelo de encontro proporcionou melhor interação entre o pesquisador e o colaborador sem intervenção de outrem e deixou o participante mais à vontade, sem se sentir constrangido com a presença de outrem. Para nortear nossa conversa inicial, seguimos alguns tópicos de um roteiro com questões previamente definidas, mas não ficamos limitadas a estas questões. Conduzimos as entrevistas de forma similar a um diálogo/conversa, mas sem se

distanciar dos objetivos do estudo e da abordagem teórico-metodológica. Trazemos abaixo um quadro com as questões norteadoras para a entrevista semiestruturada.

Quadro 14 – Questões norteadoras para a entrevista dos egressos

- 1- Qual foi a sua maior motivação para a formação profissional em Agroecologia?
- 2- Você vê a agroecologia como uma possibilidade de mobilização socioeconômica para os assentamentos e para a inserção profissional dos egressos da Mata Sul de Pernambuco no atual contexto?
- 3- Você consegue aplicar os conhecimentos acadêmicos/científicos no seu cotidiano?
- 4- Quais as dificuldades de inserir-se profissionalmente no território da Mata Sul de Pernambuco como agroecólogo?
- 5- O que o fez você se tornar um agricultor familiar assentado? Como você se identifica, se autorrepresenta? (Para os que forem assentados)
- 6- O que é ser um agricultor familiar assentado na atual sociedade?
- 7- Você presta assistência técnica a assentamentos na Mata Sul de Pernambuco?
- 8- O IFPE- *Campus* Barreiros, como ofertante do Curso Superior de Agroecologia para estudantes oriundos de assentamentos/comunidades rurais está contribuindo para o desenvolvimento e mobilidade social dessas comunidades?

Quadro 15 - Questões norteadoras para entrevista dos docentes

- 1- Você vê a Agroecologia como uma perspectiva positiva para o desenvolvimento dos assentamentos da Mata Sul de Pernambuco? Comente.
- 2- Como você descreve o estudante do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia proveniente de comunidades rurais/assentados?
- 3- Quais os desafios presentes no território da Mata Sul que o curso pode contribuir para transformar a realidade dessa população?
- 4- É notória a persistência da monocultura na Mata Sul de Pernambuco, seja a cana-de-açúcar, ou a mais recente a bovinocultura. Diante desse contexto, quais são os maiores entraves e desafios para formação do agroecólogo na Mata Sul de Pernambuco?
- 5- Ainda há resistência por parte dos discentes ou produtores rurais a se adequar ao modelo agroecológico tendo em vista o paradigma do monocultivo na região?
- 6- O Curso de Agroecologia contribui para expandir a assessoria técnica aos assentamentos rurais na Mata Sul de Pernambuco, atividade ainda tão restrita?
- 7- Você acredita que a inserção profissional dos agroecólogos está satisfatória no âmbito regional da Mata Sul? Comente.
- 8- Você considera a implementação do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia do IFPE como um marco para a Agroecologia na Mata Sul de Pernambuco? Por quê?

Quadro 16 - Questões norteadoras para a entrevista da ONG Centro Sabiá

- 1- Você vê a agroecologia como uma perspectiva positiva para o desenvolvimento dos assentamentos da Mata Sul de Pernambuco? Comente.
- 2- Como o Centro Sabiá, uma ONG que já vem atuando há trinta anos nesse segmento, tece articulação com o IFPE enquanto instituição acadêmico-científica federal, visando à transformação social dessas comunidades? A parceria é produtiva?
- 3- Como você compreende a inserção do Curso Superior em Agroecologia, no IFPE-*Campus* Barreiros, ele contribui para o desenvolvimento da região?
- 4- O Centro Sabiá e o IFPE oportunizam espaço para discutir junto com as comunidades assentadas e com outras representações sociais questões que afetam diretamente o desenvolvimento dos agricultores familiares assentados, fazendo proposições articuladas com o conhecimento científico e o saber popular das comunidades?
- 5- Diante do contexto sócio-histórico-cultural do território da Mata Sul de Pernambuco, quais os maiores desafios para fomentar a agroecologia e formar agroecólogo?
- 6- A ONG Centro Sabiá tem contratado agroecólogo do IFPE? Como tem sido as experiências com esses egressos, eles trouxeram ideias inovadoras para as comunidades, elas foram acatadas pela ONG?

Quadro 17 - Questões norteadoras para entrevista dos Agricultores familiares não egressos

- 1-Você vê a agroecologia como uma perspectiva positiva para o desenvolvimento dos assentamentos da Mata Sul de Pernambuco? Comente.
- 2-Como a assessoria técnica prestada pelos agroecólogos/estudantes do IFPE ou os projetos de extensão têm contribuído para o desenvolvimento e organização da sua produção agroecológica?
- 3-Como é a sua relação com os assistentes técnicos?
- 4-Todos os agricultores daqui do assentamento desenvolvem a agricultura familiar de base agroecológica?
- 5-Como você vê o monocultivo na Mata Sul de Pernambuco? Até que ponto ele afeta na produção agroecológica e no desenvolvimento socioeconômico da região?
- 6-Como se dá a comercialização da produção daqui do assentamento? Quais as maiores dificuldades no atual cenário?
- 7- O que é ser um agricultor familiar assentado no território da Mata Sul de Pernambuco? Como você se identifica?
- 8-Ainda existem discursos que caracterizam o termo 'assentados' de maneiras diferentes, às vezes, até mesmo preconceituosos, como: 'invasores', 'sem-terra'; entre outros. Como você se sente diante desses comentários?

6.2.3 Diário de Campo

Outro procedimento de coleta utilizado foi o diário de campo para as impressões pessoais da pesquisadora. Os registros do diário de campo dessa pesquisa é fruto de observações pessoais das muitas idas e vindas às comunidades e contemplam as impressões que não estão diretamente nas análises, mas que auxiliaram a compreensão de certas atitudes dos colaboradores. É um recurso útil para o trabalho do pesquisador que auxilia na reflexão do desenvolvimento da investigação e coopera para ativar a memória sobre alguns aspectos que podem passar despercebidos.

6.3 Colaboradores da pesquisa: onde estão inseridos, quem são e o que fazem e por que participaram do estudo

Nesta subseção, apresentamos o perfil dos participantes da pesquisa. Trazemos características contextuais relevantes dos colaboradores, tais como gênero, idade, etnia, naturalidade, atividades profissionais desempenhadas, dentre outras. Os participantes da pesquisa são egressos e docentes do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia, membros da ONG Centro Sabiá e agricultores familiares não egressos dos municípios de Barreiros, Tamandaré e Rio Formoso, situados na Mata Sul-PE. Os agentes sociais colaboradores e o universo da pesquisa foram assim distribuídos:

- Sete (07) assentamentos rurais e uma comunidade rural quilombola.

Quadro 18 - Relação dos assentamentos

Assentamentos/comunidade rural

Município

Bom Jardim	Barreiros
Baeté	Barreiros
Jundiá	Tamandaré
Saué Grande	Tamandaré
Saezinho	Tamandaré
Mato Grosso	Rio Formoso
Amaraji	Rio Formoso
Engenho Siqueira –Comunidade Quilombola	Rio Formoso

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Quanto aos colaboradores da pesquisa, contamos com a participação de:

- Dez (10) egressos do CST em Agroecologia, concluintes de anos distintos, oriundos dos municípios de Barreiros, Tamandaré e Rio Formoso;
- Cinco (05) docentes do Colegiado do CST em Agroecologia do *Campus* Barreiros;
- Dois (02) membros da ONG Centro Sabiá;
- Onze (11) agricultores familiares não egressos do CST em Agroecologia oriundos de assentamentos e comunidades rurais.

6.3.1 Critérios de escolha dos colaboradores

É importante mencionar os critérios da escolha dos agentes sociais colaboradores da pesquisa. Os participantes foram selecionados conforme a proposta do trabalho, objetivos, abordagem metodológica, além da profissão exercida, da experiência com a temática abordada e do local onde exercem as suas atividades cotidianas. A heterogeneidade é uma das características da seleção dos nossos colaboradores, tendo em vista que os agentes sociais da pesquisa apresentam características distintas, tais quais: profissão, escolaridade, faixa etária, gêneros, nível social etc. Faremos uma breve justificativa acerca dos critérios de seleção.

1- Docentes do colegiado do CST em Agroecologia - A escolha desse grupo se justifica não apenas pelo fato da sua inserção profissional no CST em Agroecologia em sala de aula no *Campus*, mas também por estenderem as suas atividades acadêmicas para além dos muros do *Campus*. Isso porque parte desses docentes desenvolvem projetos de pesquisa e extensão nos assentamentos e comunidades rurais. Assim, partimos do pressuposto de que eles conhecem a realidade socioterritorial de onde está lotado profissionalmente. Dessa forma, por meio do discurso provenientes desse grupo, pudemos identificar sua concepção acerca do discurso da agroecologia e os desafios para essa formação no contexto da Mata Sul-PE.

2- Egressos do CST em Agroecologia - A escolha desse grupo se justifica pelo fato de terem concluído o CST em Agroecologia. Outro critério é que parte desses agentes são oriundos de assentamentos rurais e terem conhecimento dos problemas sociais que os afetam e que ainda precisam lutar e resistir para que a Agroecologia, enquanto prática social, consolide-se nesse território. Ademais, alguns desses colaboradores já desenvolvem práticas agroecológicas em suas comunidades e outros prestam assessoria técnica como agroecólogos em assentamentos. Outro fator determinante é que eles são os principais informantes acerca da contribuição do Curso para a inserção profissional e para a mobilização socioeconômica da região. Outrossim, as manifestações discursivas desses egressos poderiam sinalizar lacunas das práticas discursivas do curso e trazer novas proposições para o colegiado no intuito de desenvolver projetos inovadores e integradores entre o *Campus* e o campo rural local para atenuar as desigualdades sociais em seu entorno.

3- ONG Centro Sabiá - Trouxemos a ONG Centro Sabiá como colaboradora para a nossa pesquisa por ela ter sido a pioneira na luta em favor da agricultura alternativa. Conforme mencionamos no capítulo IV desta Tese, o discurso crítico, acerca da Revolução Verde, do excesso de fertilizantes químicos foi disseminado pelas ONGs e outros movimentos sociais. O Centro Sabiá vem atuando na Mata Sul-PE há trinta anos com assistência técnica e discutindo as diversas pautas da Agroecologia. Por essas razões, o discurso desses atores foi fundamental para apontar propostas interventivas nas comunidades rurais em parceria com o IFPE-*Campus* Barreiros, especificamente com o colegiado do CST em Agroecologia. Assim, partimos do pressuposto de que esses fatores seriam relevantes para evidenciar a necessidade de mediação do IFPE junto a outros órgãos para melhor atender à comunidade rural, em especial, aos agricultores(as) dos assentamentos e à inserção profissional dos jovens egressos nesta região.

4- Agricultores familiares não egressos - A escolha desse grupo para ser participante da pesquisa se justifica pelo fato de eles estarem evidenciados na implementação da proposta do curso como público-alvo a ser beneficiado com a assessoria e tecnologia agroecológica advinda dos egressos do curso. Nessa perspectiva, o curso visa à integração dos conhecimentos científicos aos saberes populares para promover um novo modelo de agricultura socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável (Cf. PPC, 2015). Ademais, alguns desses assentamentos servem de espaço para aulas práticas do referido curso, bem como para o desenvolvimento de projetos de extensão.

É oportuno destacar que há uma relação entre a comunidade e o *Campus*, por meio dos projetos de extensão, bem como nas aulas de campo. Acreditamos que os discursos desses atores

sociais acerca dos questionamentos propostos nesta pesquisa sugerem uma construção de novas políticas de intervenção social advindas do IFPE, em parceria com outras instituições sociais, para impulsionar o desenvolvimento dessas comunidades. Outro fator importante é a cooperação para a visibilidade dessas vozes que ainda sofrem as consequências de um modelo fundiário capitalista que pouco valoriza a sua produção agrícola.

6.3.2 Como chegamos aos colaboradores da pesquisa

Após termos estabelecidos os critérios de seleção do grupo, foi necessário definir nomes dos entrevistados. Para isso, contamos com a colaboração da secretária e do Coordenador do CST em Agroecologia que, gentilmente, sugeriram alguns nomes e contatos de egressos e da ONG. A partir dessa etapa, entramos em contato com alguns egressos. Vale salientar que alguns dos indicados também foram egressos da pesquisadora, isso também facilitou o contato.

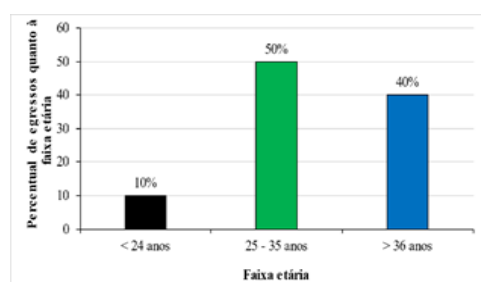
De posse dos nomes dos egressos, conseguimos, por meio deles, elencar os agricultores familiares não egressos. A próxima etapa foi cair em campo, realizando contatos telefônicos com os selecionados para perguntar se aceitariam participar da pesquisa e se poderiam receber a pesquisadora presencialmente para explicar a proposta. À proporção que iam aceitando, fomos agendando o nosso primeiro encontro “*in loco*”, sempre respeitando a disponibilidade dos colaboradores. Tivemos vários encontros, visto que os instrumentos de geração e coleta de dados foram distintos e realizados em etapas diferentes.

6.4. Perfil dos participantes

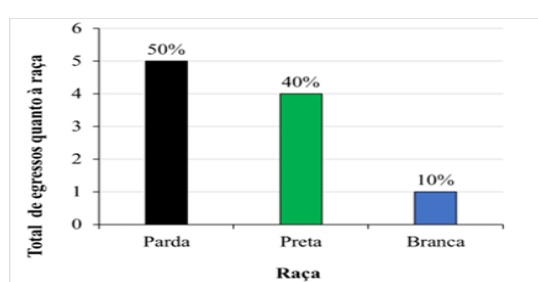
Os dados referentes a quem são, o que fazem e o que pensam os agentes sociais colaboradores do nosso estudo estão marcados internamente em seus discursos expressos nas entrevistas e questionários. Nos questionários, intentamos destacar os perfis dos colaboradores.

6.4.1 Perfil egressos

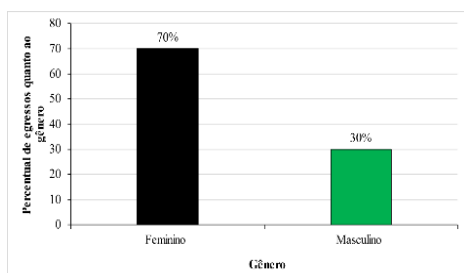
1- Quanto à faixa etária.



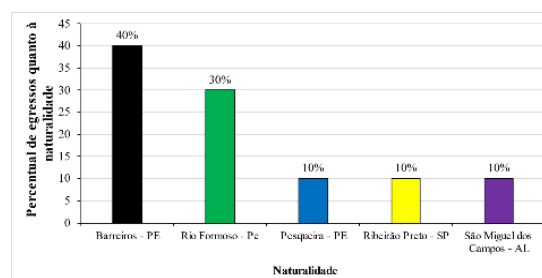
2- Quanto à raça.



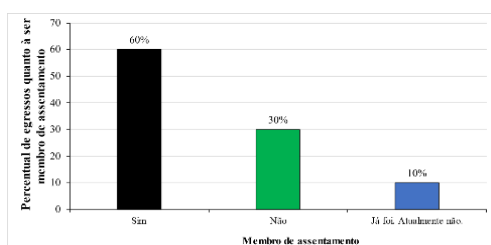
3- Quanto ao gênero.



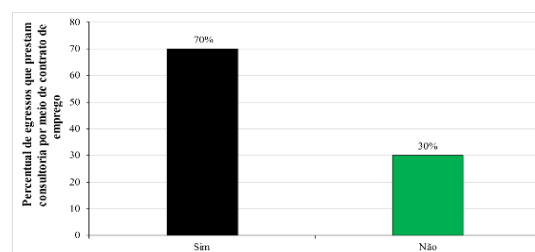
4- Quanto à naturalidade.



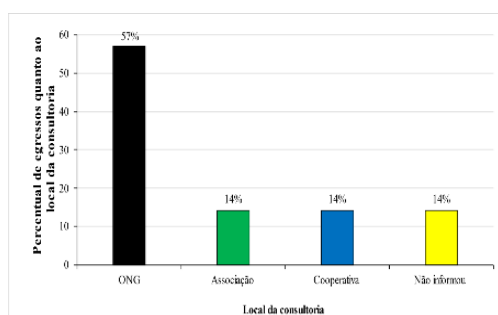
5- Membros de assentamentos.



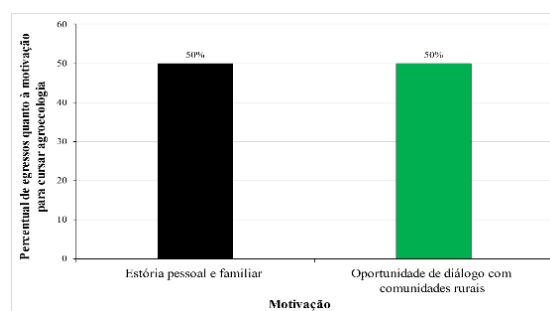
6- Prestam a assessoria técnica.



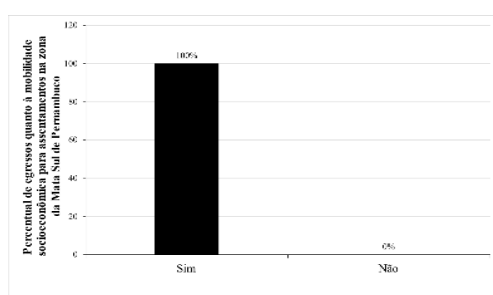
7-Instituição pela qual presta assessoria.



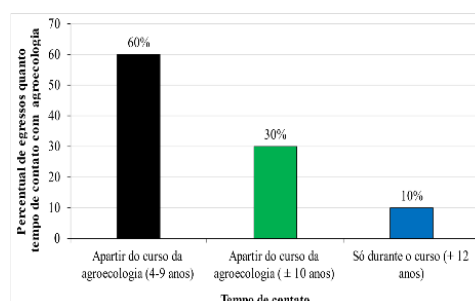
8-Motivação para realização do curso.



9- Agroecologia como meio de mobilidade.



10- Tempo de contato com a Agroecologia.



De acordo com o gráfico, no que se refere à idade, dentre os 10 egressos pesquisados, 50% deles têm entre 25 e 35 anos e 40% têm mais de 36 anos e o menor percentual está entre os jovens de menos de 24 anos, apenas 10% dos cursistas. Esses dados sinalizam que o curso, por ser de natureza agrícola e rural, atrai mais os adultos. Esses percentuais reiteram dados revelados pelo IBGE (2017) quanto à faixa etária de agricultores familiares no campo e se observou que a maior concentração é superior aos 55 anos. Ademais, é importante mencionar

que os 50% dos que têm acima dos 25-30 anos, que concluíram o curso, estão na faixa de idade voltada ao mercado de trabalho e na fase de busca de estabilidade profissional.

Para a identificação quanto à raça, foram dadas aos egressos as opções de cor, de acordo com as categorias utilizadas pelo IBGE. Assim, 50% deles dizem ser pardos, 40% se autoidentificam pretos e 10% se autodeclararam brancos. Desse total, percebemos que a maioria dos egressos pode ser considerada pretos, visto que na soma de pretos e pardos, tem-se 90%. Esses dados são um importante sinalizador para que o IFPE-*Campus* Barreiros, enquanto agenciador do curso CST em Agroecologia, para que tenha um olhar mais específico, construindo e desenvolvendo projetos que envolvam as políticas de cotas e fortaleça os diálogos críticos acerca da decolonialidade para entender as constituições de gênero social. Vale ressaltar que há, na política do IFPE, as cotas direcionadas à raça.

No que tange ao gênero dos colaboradores, 70% são do gênero feminino e apenas 30% do gênero masculino. Esses dados são bastante positivos, pois demonstram que as mulheres estão tentando romper, por meio da formação profissional, o patriarcalismo, pois a dominação do homem sobre a mulher ainda é muito presente neste território. No entanto, há disparidade entre os gêneros, quando se referem ao comando dos estabelecimentos de agriculturas familiares no Nordeste, 75% são administrados pelos homens (IBGE, 2017).

Outro ponto que investigamos foi em relação à naturalidade, visando identificar se os egressos conheciam a realidade socioterritorial de onde fica lotado o *Campus*. Nesse quesito, 70% dos egressos são naturais da região e isso indica que os egressos têm familiaridade com as questões que afetam o território. Ainda investigamos se os colaboradores egressos têm ligação com os assentamentos rurais. Nesse item, 60% são membros de assentamentos, um índice bastante significativo para o CST em Agroecologia, pois esse percentual revela um desafio de demanda para o curso.

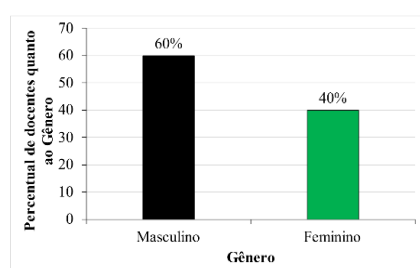
Perguntamos aos egressos se estavam atuando em campo com assessoria técnica em Agroecologia: 70% responderam que estão atuando, 57% declararam estar com contrato por meio de ONG, 14% em associações, 14% em cooperativas e 14% não informaram. Inicialmente, este índice de 70% nos pareceu bastante positivo para a inserção dos egressos na região, mas este percentual não se consolidou por muito tempo. Vale ressaltar que ainda durante as nossas entrevistas, duas egressas que estavam realizando projetos de base agroecológica em oito (08) assentamentos tiveram seus contratos reincididos e, por falta de oportunidade na região, migraram para outra região do país. Esse é um dado que merece atenção, visto que uma das propostas do CST em Agroecologia é o desenvolvimento local.

Quanto à questão em relação à motivação para cursar Agroecologia, as respostas ficaram divididas: 50% por causa do histórico familiar e 50% como oportunidade de diálogo com as comunidades rurais. Esses índices são bem representativos, indicam, de certa maneira, quem são os estudantes que buscam formação em Agroecologia. Esses dados confirmam, de certo modo, as identidades dos egressos, tanto a identidade pessoal quanto a social (Fairclough, 2003). visto que, ao responder sobre a motivação do curso, os egressos apontam as influências de práticas sociais pessoais, como também a inclinação da identidade social, demonstrando engajamento com questões sociais.

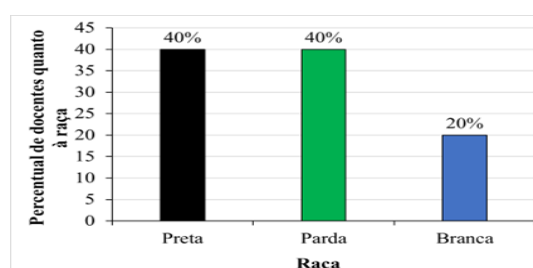
Questionamos os egressos com uma indagação que pensamos ser bastante relevante no que diz respeito à formação da Agroecologia e desta como prática social como recurso de transformação social para o território da Mata Sul-PE. Nesse quesito, 100% responderam que acreditam que a Agroecologia é um meio de mobilidade social. Por fim, em relação há quanto tempo os egressos têm familiaridade com a Agroecologia, observamos que todos só vieram conhecer a temática a partir do curso: 60% por volta 4-9 anos, 30% há mais ou menos 10 anos e 10% há mais de 12 anos. Esses índices revelam que os egressos, ao adentrar no curso, não tinham conhecimento acerca desse paradigma. Vale ressaltar que, alguns, como revelaram nas entrevistas, já praticam algumas alternativas mais sustentáveis, porém, cientificamente, não sabiam que se tratava de práticas agroecológicas.

6.4.2 Perfil dos docentes

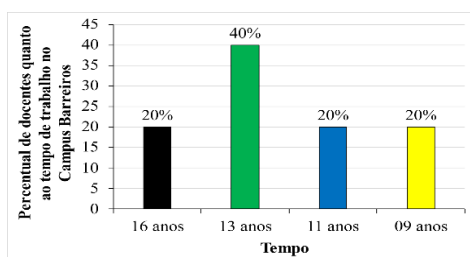
1- Quanto ao gênero.



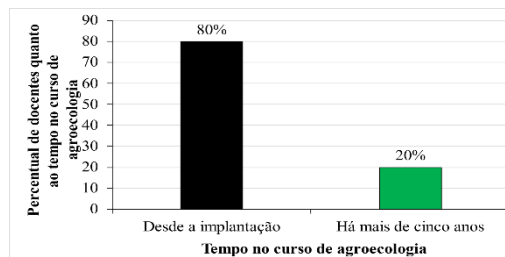
2- Quanto à raça.



3- Tempo de atuação no *Campus*.

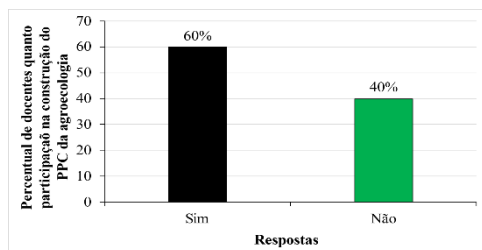


4- Tempo de atuação no CST em Agroecologia.

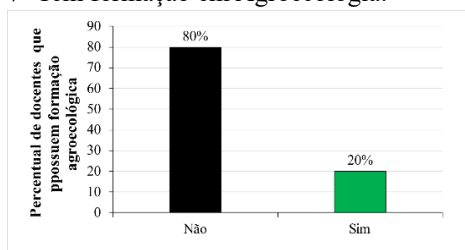


5- Participação na construção do PPC.

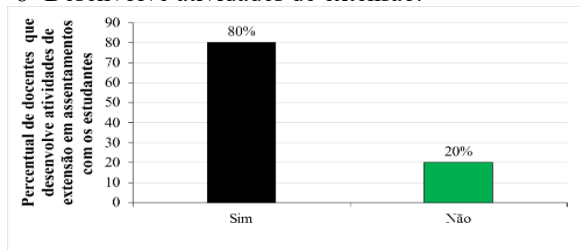
6- O PPC atende as peculiaridades do público-alvo do curso.



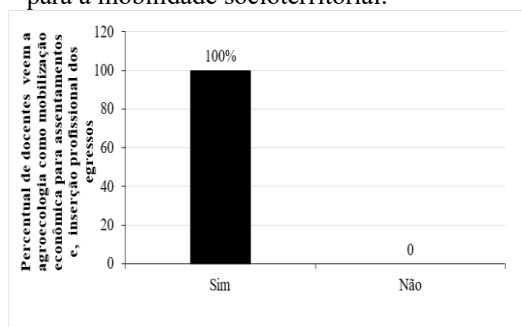
7- Tem formação em Agroecologia.



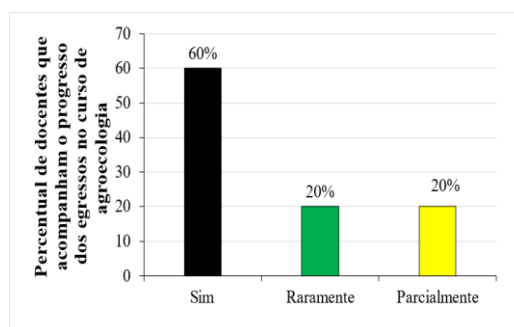
8- Desenvolve atividades de extensão.



9- Entende a Agroecologia como recurso para a mobilidade socioterritorial.



10- Acompanha o progresso dos egressos.



Os índices trazidos pelos docentes no requisito gênero reiteram a existência de desigualdades de gênero no mercado de trabalho. Em um universo de cinco docentes pesquisados, temos 60% homens e 40% mulheres, o que evidencia que a representatividade feminina, nos espaços formais de trabalho, ainda é inferior em relação à classe masculina. Se compararmos estes índices com as respostas dos egressos, nesse mesmo quesito, **no item 6.4.1**, vemos que as mulheres são maioria na busca de formação profissionalizante. Mesmo com tais números, as mulheres ainda continuam lutando para ocupar o mercado formal de trabalho, principalmente em um contexto sócio-histórico e cultural marcado pela patriarcalismo.

Quanto à raça, a maioria dos docentes se autoidentificam como pretos e pardos: 40% afirmam ser pardos, 40% se autodeclararam pretos e apenas 20% se declaram brancos. Esses índices nos levam a afirmar que parte dos docentes do colegiado do CST em Agroecologia é considerada na categoria preto, tendo a soma de pardos e pretos equivalentes a 80%. Questionamos os docentes acerca do tempo da atuação no *Campus*, pois, inicialmente, consideramos esta indagação importante para se ter uma dimensão do conhecimento que estes poderiam ter acerca do território no qual o *Campus* está lotado. Os índices evidenciam que o

tempo em que a maioria está no *Campus* é equivalente aproximadamente ao tempo de implantação do CST em Agroecologia, isto é, 13 anos.

Comparando o tempo de existência do curso e da atuação dos docentes, o gráfico revela que 60% dos docentes estão atuando no *Campus* desde a criação do curso, como podemos observar nos números a seguir: 40% - 13 anos; 20% - 16 anos, 20% - 11 anos; 20% - 09 anos. Assim, partimos do pressuposto de que esses números demonstram que os docentes possuem um conhecimento significativo das necessidades da região. Perguntamos ainda aos docentes sobre quanto tempo atuam no CST em Agroecologia: 80% nos responderam que desenvolvem docência no curso desde a implantação e 20% está atuando no curso há mais de cinco anos.

Quanto à participação desses docentes na construção do PPC do CST em Agroecologia, 60% responderam que participaram da elaboração deste documento que norteia o desenvolvimento das ações pedagógicas curriculares do curso. Ainda acerca do PPC, questionamos se este corresponde às particularidades dos cursistas, em especial, aos oriundos dos assentamentos e comunidades rurais. Neste quesito, os índices revelam que a maioria dos docentes, isto é, 80% avaliam que há necessidade de reformulação deste documento (destacamos que desde a primeira versão, o PPC foi reformulado duas vezes) e 20% entendem que o atual modelo atende parcialmente.

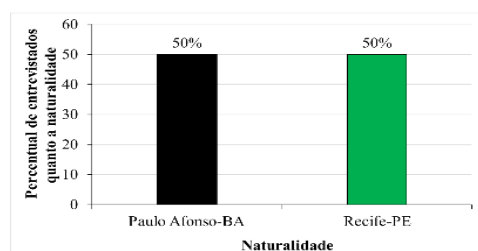
Outro aspecto investigado foi se os docentes têm formação superior em Agroecologia, visto que esta é uma formação profissional, relativamente recente. Os dados revelam que 80% dos docentes que ministram aulas no CST em Agroecologia não possuem formação na área, apenas 20% afirmam ter formação específica. Deduzimos que este dado, certamente, foi um dos desafios iniciais na elaboração deste curso.

A extensão é um dos tripés da formação profissionalizante proposta pelo IFPE e uma das práticas profissionais do curso. Assim, questionamos se os docentes desenvolvem esta atividade nas comunidades rurais e obtivemos resposta positiva, conforme o gráfico nos mostra: 80% dos docentes atuam em projetos de extensão, número considerável. Destacamos que é necessário investigar como estas atividades vêm contribuindo para as comunidades e se seu fluxo é contínuo. Perguntamos aos docentes se eles veem a Agroecologia como possibilidade de transformação social no contexto da Mata Sul -PE, a resposta foi unânime: 100% entendem que esta pode ser um caminho para a mudança do atual cenário. Quando comparamos esta resposta fechada com a entrevista na análise do *corpus* no capítulo VII da Tese, **no item 7.1**, notamos que, para isso, há uma série de desafios.

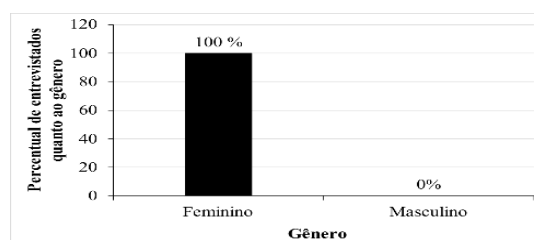
E, por último, não menos importante, questionamos se os docentes têm acompanhado seus egressos. Essa pergunta foi pensada no intuito de identificar se há uma política de acompanhamento dos egressos do CST em Agroecologia, visto que o *Campus* está lotado em uma área em que se encontra grande quantidade de assentamentos e esse acompanhamento poderia ser uma forma de indicar os agroecólogos para uma eventual contratação de assessoria. Nesse quesito, os dados nos revelaram que 60% acompanham os egressos, ao passo que 20% dizem que acompanham parcialmente e 20% acompanham raramente. De modo geral, esses traços característicos dos docentes nos sinalizaram quem são esses profissionais e qual o nível de engajamento social com o curso e com as comunidades locais.

6.4.3 Perfil da ONG Centro Sabiá

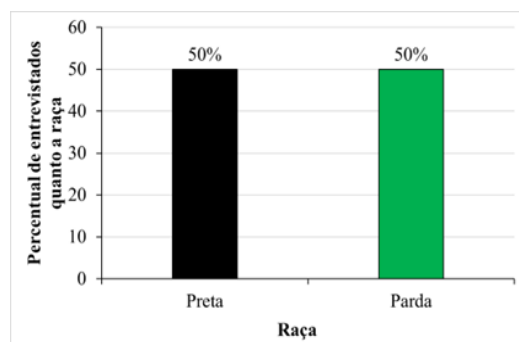
1- Quanto à naturalidade.



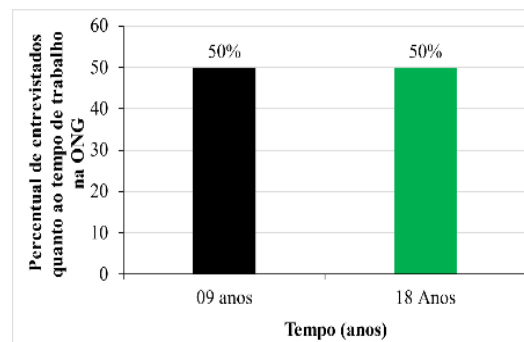
2- Quanto ao gênero.



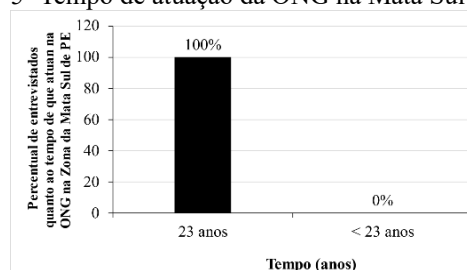
3- Quanto à raça.



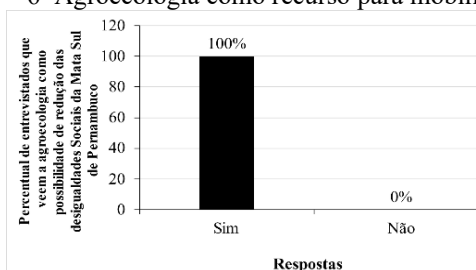
4- Tempo de atuação na ONG



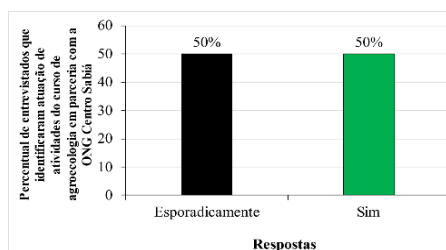
5- Tempo de atuação da ONG na Mata Sul-PE.



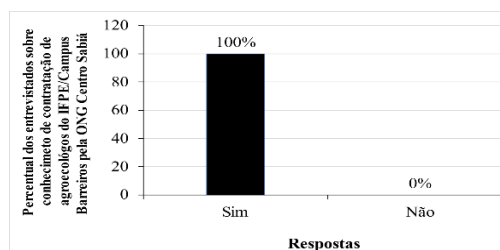
6- Agroecologia como recurso para mobilidade social.



7-Há atuação do IFPE com a ONG.



8- A ONG contrata egressos do CST em Agroecologia.



No questionário realizado com a ONG Centro Sabiá, o nosso interesse, inicialmente, era identificar como é composta a ONG, seu tempo de atuação na Mata Sul-PE, o tipo de parceria que o IFPE e a ONG vêm desenvolvendo a partir do discurso da Agroecologia. Desse modo, ao perguntar acerca da naturalidade dos entrevistados da ONG, 50% são naturais de Recife-PE e 50% de Paulo Afonso-BA. Quanto ao gênero, 100% dos entrevistados é mulher. Esse índice é importante, no contexto da Agroecologia, pois uma das pautas defendidas pela ANA (Articulação Nacional da Agroecologia) é que, sem feminismo, não há Agroecologia.

No quesito referente à raça, 50% se autodeclararam como parda e 50% branca. Ressaltamos que, nesta categoria, foram pesquisados apenas dois membros da ONG, ambas são coordenadoras pedagógicas. Quanto ao tempo de atuação na ONG, 50% atuam na ONG há 09 anos e 50% atuam há 18 anos. Com esses índices, inferimos que as agentes sociais possuem um conhecimento acerca das questões sociais do território.

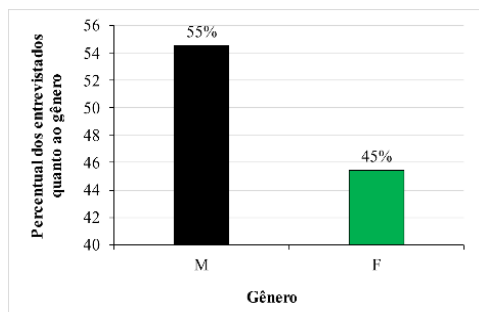
Outro dado que consideramos significativo é o fato de a ONG estar atuando há mais de duas décadas na Mata Sul-PE. As colaboradoras afirmaram que a ONG está instalada neste território há 23 anos e isso significa que a ONG já estava presente neste território no período em que a usina UCB estava em decadência e quando os ex-assalariados da usina iniciaram o movimento pela terra como garantia de seus direitos. Ao questionar os membros da ONG acerca da concepção da Agroecologia como recurso para a mobilização deste território, 100% responderam que veem a Agroecologia como elemento de transformação socioeconômico do atual contexto socioterritorial.

Quanto ao reconhecimento da atuação do trabalho desenvolvido pelo IFPE – *Campus Barreiros* em parceria com a ONG Centro Sabiá, observamos, nas respostas das colaboradoras, certa divergência. Essa é devido a 50% afirmarem que esporadicamente identificam atividade conjunta entre estas instituições e 50% afirmam que sim, sempre há essa parceria entre as instituições. Outra questão que nos interessava era identificar se a ONG, enquanto instituição que presta assessoria a agricultores familiares de assentamentos rurais, tem contratado egressos

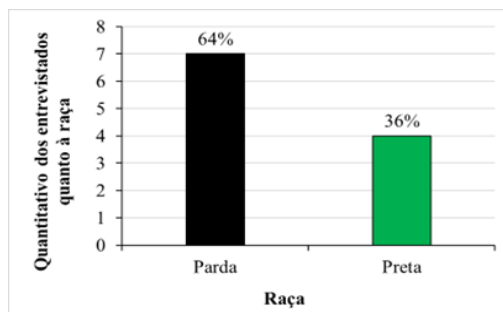
do CST em Agroecologia. Nesse quesito, as colaboradoras, em unanimidade, responderam que a ONG tem firmado sim contrato com agroecólogos concluintes do IFPE-*Campus* Barreiros.

6.4.4 Perfil dos agricultores familiares não egressos

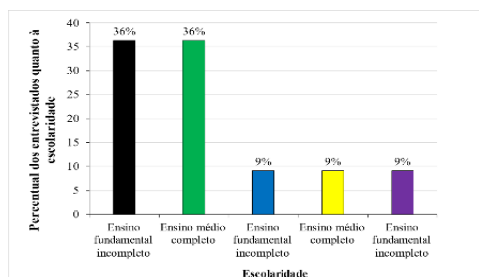
1- Quanto ao gênero.



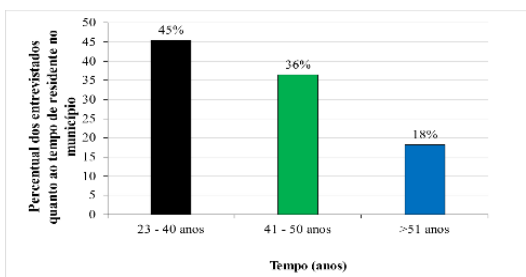
2- Quanto à raça.



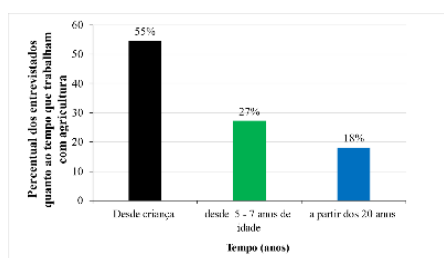
3- Quanto à escolaridade.



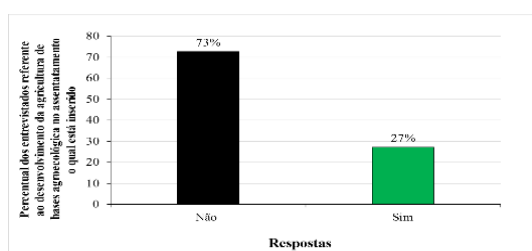
4- Tempo de residência no município.



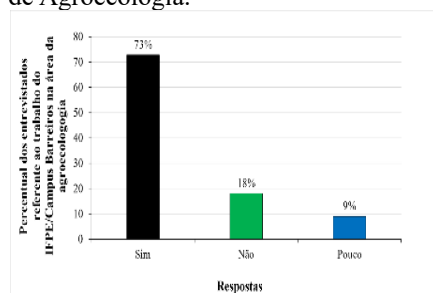
5- Tempo de contato com a agricultura.



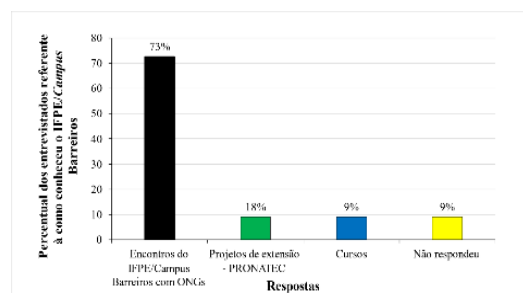
6- Desenvolve atividades de base agroecológica.



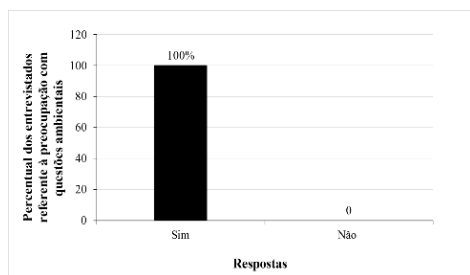
7- Conhece o trabalho do IFPE na área de Agroecologia.



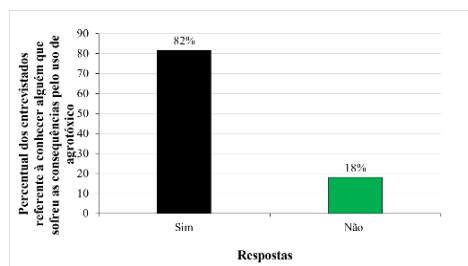
8- Como conheceu o IFPE *Campus* Barreiros.



9- Preocupação com questões ambientais.



10- Conhece alguém vítima do uso de agrotóxico.



Aos agricultores familiares não egressos, questionamos acerca do gênero para, inicialmente, termos uma noção dos trabalhadores que estão em atividade no campo rural nesse território. De acordo com o gráfico, constatamos que as atividades rurais ainda são comandadas pela classe masculina, os índices mostram que 55% são do gênero masculino e 45% do gênero feminino. Esses índices reiteram dados trazidos pelo IBGE (2017), pois revelam que 75% dos estabelecimentos de agriculturas familiares no Nordeste são administrados pelo gênero masculino.

No que tange à raça, podemos observar que a maioria dos agricultores familiares desta região se autodeclararam pretos (64% pardo e 36% preto). Esses índices demonstram que há uma grande proporção de agricultores familiares de cor/raça preta e parda no território da Mata Sul-PE. Vale ressaltar que os pretos detêm menores proporções de estabelecimentos agropecuários e de hectares de terras. Isso está comprovado nos dados trazidos pelo Censo Agropecuário realizado pelo IBGE (2017), no qual consta que os pretos controlam apenas 28,3% (99.494.655 ha) e os brancos controlam 59,4% (208.785.743 ha). A área média dos estabelecimentos agropecuários dos negros é de 38,1 hectares, enquanto a área média dos estabelecimentos dos brancos é mais do que o dobro, 91,5 hectares.

No requisito nível de escolaridade, é notável um alto índice de agricultores que têm baixo nível de escolaridade: 36% responderam ter o Ensino Fundamental incompleto e 9% ter o Ensino Fundamental completo. Somando estes números, temos um percentual de 45% de agricultores rurais com baixa formação escolar. Esse é um fator extremamente preocupante que pode dificultar o desenvolvimento da população, no concernente à assimilação de novas tecnologias, de compreensão dos editais para concorrer às políticas públicas da agricultura familiar. Por outro lado, isso reforça a necessidade de assessoria técnica para essa população. A questão da escolaridade merece atenção, pois dados do censo agropecuário de 2017 revelaram que 23,03% dos agricultores declararam não saber ler e escrever, representando um alto índice de analfabetismo no campo rural.

Questionamos também os agricultores acerca do tempo em que eles residem neste território, a fim de identificar se eles têm conhecimento dos entraves e das lutas ocorridas nessa região pelo acesso à terra. Pelos índices, observamos que os agricultores colaboradores da pesquisa estão nesse território há bastante tempo: 45% residem cerca 23-40 anos, 36% há 41-50 anos e 18%, há 51 anos. Isso sinaliza que esses agentes sociais participaram da luta histórica da formação dos assentamentos rurais da região. Ao perguntar sobre o tempo de contato que os agricultores têm com a agricultura, observamos que a maioria, isto é 50%, afirmaram que tiveram o contato com esta atividade desde criança, 27% disseram que tiveram contato a partir dos cinco anos idade. Somando estes números, vimos que 77% estão mantendo esse contato desde a infância. Assim, se levarmos em consideração o tempo em que estes colaboradores estão em seus assentamentos, podemos dizer que eles se consolidaram no campo rural.

No entanto, ao questionarmos se eles desenvolviam/desenvolvem atividades de base agroecológica, obtivemos um índice que nos inquietou, pois 73% afirmaram não desenvolver atividades agrícolas nos ditames da Agroecologia em seus assentamentos. Isso sinaliza que a prática da monocultura ainda é muito presente e sobrepõe a outro tipo de atividade agrícola nessa região. Nesse quesito, apenas 27% responderam que praticam agricultura de base agroecológica. Esse ponto merece bastante atenção para nós do IFPE-*Campus* Barreiros, enquanto ofertante do CST em Agroecologia, inserido neste território.

Questionamos também se estes agricultores familiares conheciam o trabalho do CST em Agroecologia do IFPE-*Campus* Barreiros. Nesse quesito, 73% responderam que conhecem. Ainda perguntamos como eles chegaram a conhecer o *Campus* Barreiros, 73% responderam que conheceram a partir de encontros em parceria entre o IFPE-*Campus* Barreiros e ONG Centro Sabiá. Observamos, nesse item, a importância da integração das diferentes instituições para disseminar as atividades e o conhecimento acerca da Agroecologia em suas diferentes dimensões para as comunidades rurais. Outro ponto que merece destaque é a continuidade dos cursos de formação advindos das políticas governamentais, como, por exemplo, o PRONATEC, pois 18% disseram que foi por meio deste programa que tiveram o conhecimento das atividades de base agroecológicas que o *Campus* vem desenvolvendo.

Abordamos ainda outra questão pertinente para o nosso tema de pesquisa dentro do contexto e do universo pesquisado, acerca da questão ambiental, perguntamos se os colaboradores têm preocupação com o meio ambiente e, de forma unânime, responderam que sim. Ao nosso ver, essa resposta nos pareceu um pouco contraditória com a resposta do item 6,

deste questionário. Como pesquisadores, não afastamos a possibilidade dessa resposta, de certa forma, ter sido induzida pela formulação da pergunta que fizemos.

Por fim, perguntamos se eles tinham conhecimento de agricultores que adoeceram pelo uso ou contato com agrotóxico. A motivação desta pergunta se deu porque estes agentes estão imersos em uma região em que convive com alto índice de uso de agrotóxico, não só a aplicação no solo, como também a pulverização área. Nessa questão, 82% responderam que conhecem pessoas que foram vítimas do uso excessivo de agrotóxico em suas atividades laborais.

Esses dados, obtidos pelo questionário, são importantes para compreender a conjuntura social, as práticas particulares e o conjunto de ações desses agentes sociais. Por meio desses dados, entendemos que aspectos socioculturais são constitutivos do ser, das identidades, das representações e das ideologias. A identidade é objeto da interação entre o indivíduo e a sociedade e que o sujeito tem sua essência interior; no entanto, é a partir da relação com diversos mundos culturais que sua identidade se estabelece (Hall, 2006). Os questionários nos possibilitaram, inicialmente, conhecer os perfis dos colaboradores. Ressaltamos que estes perfis serão retomados durante as análises das entrevistas, pois as análises e a compreensão dos dados perpassam por essas características.

Os dados gerados pelos questionários são também associados aos dados das entrevistas, de modo que, as informações discursivas dos questionários, são acrescidas, confirmadas ou contrapostas às discussões objetivas apresentadas no próximo capítulo.

Na próxima seção, trazemos os processos de análise e interpretação dos dados gerados.

6.5 *Corpus* da pesquisa

O *corpus* da pesquisa foi proveniente dos discursos construídos a partir do questionário e das entrevistas semiestruturadas aplicados aos docentes do colegiado do curso, aos egressos, à ONG Centro Sabiá e aos agricultores familiares não egressos. Esse *corpus* nos deu subsídios para responder às perguntas da pesquisa, bem como da hipótese levantada.

6.5.1 Procedimentos de análise e interpretação dos dados

A sistematização, a análise e a discussão dos dados ocorreram a partir da abordagem qualitativa e etnográfica, associadas à ACD e às metafunções interpessoal e ideacional da LSF. Esses procedimentos foram pertinentes para a análise do nosso objeto de estudo, uma vez que contribuiu para compreensão, descrição e interpretação do fenômeno social estudado.

Quanto à análise dos dados coletados nos questionários, estes foram representados em gráficos, evidenciando características do contexto específico, conforme discutiremos na seção anterior. Cada gráfico foi descrito de acordo com as questões constituídas no questionário, visando facilitar a leitura e a compreensão dos dados gerados. No percurso da análise das entrevistas, houve a necessidade de fazermos a comparação entre os dados do questionário com os discursos construídos nas entrevistas, o que possibilitou obter outras informações relevantes.

As categorias de análise que utilizamos emergiram, conforme as leituras e as releituras do *corpus*. Após as transcrições das gravações⁴⁴ (que somaram 28h de gravação e aproximadamente dois meses de transcrição), o primeiro procedimento foi imprimir e encadernar os textos transcritos (que resultou em 160 páginas) para a realização de leituras minuciosas. Em um segundo momento, por meio de leituras e releituras assíduas do texto, pois o “corpus precisa ser exaustivamente lido e relido” (Cirne; Efken; Barros, 2022, p. 30), destacamos os excertos que consideramos fundamentais para atender aos nossos objetivos e às questões de pesquisa.

O outro momento foi destacar os trechos/recortes selecionados das entrevistas que correspondiam aos nossos objetivos. Vale mencionar que os recortes destacados não foram meramente retirados do texto em sua amplitude, como um simples fragmento, mas sim, com uma carga semântica contextual que revelava as expectativas da pesquisa, visto que, na ACD, “é necessário que os recortes selecionados para a análise não sejam constituídos de enunciados isolados, mas de trechos significativos em seu conjunto” (Vieira, Resende, 2016, p. 92).

Assim, selecionados os recortes, buscamos identificar quais as categorias linguístico-discursivas nos davam subsídios para a análise do discurso dos colaboradores. Após esse processo de compreensão social do fenômeno, de seus diversos contextos e do acesso aos discursos dos agentes sociais, partimos para a construção das categorias linguístico-discursivas.

Desse modo, embasados na perspectiva da ACD e da LSF, foram definidas as seguintes categorias: interdiscursividade, intertextualidade, transitividade, nominalizações, modalidade, avaliação, seleção lexical, representação social e identidade social (Fairclough, 2003), as duas últimas correspondem, respectivamente, à metafunção interpessoal e a ideacional (Halliday e Mathiessen, 2004, 2014), conforme descritos **na seção 5.8.2** no capítulo V desta Tese. Na

⁴⁴ As gravações dos docentes computaram 8h; dos egressos 10h; da ONG 2h e dos agricultores não familiares 8h. As transcrições feitas manualmente com o auxílio do editor do Word levaram cerca de dois (02) meses, pois foi necessário refazer a leitura e ouvir diversas vezes, visto que o editor apenas traduzia o áudio, a pesquisadora precisou pontuar todo o texto. Contabilizando um número de 160 páginas transcritas.

próxima seção, discorreremos acerca do universo da pesquisa, isto é, dos espaços físicos nos quais desenvolvemos a nossa coleta de dados.

6.6 Universo da pesquisa: *Campus*, assentamentos rurais e ONG Centro Sabiá

6.6.1 O *Campus* Barreiros

O nosso estudo teve como campo de pesquisa o IFPE-*Campus* Barreiros, especificamente, oito (08) assentamentos rurais e uma ONG. A opção pelo IFPE *Campus* Barreiros deve-se ao fato de a pesquisadora atuar como docente nesse espaço e, por isso, o desejo em pesquisar acerca da contribuição dessa Instituição para o desenvolvimento da região local. O IFPE- *Campus* Barreiros, antiga Escola Agrotécnica Federal, localizado na Mata Sul-PE, é uma Instituição centenária nessa região, tem como missão promover a formação integral, atender à comunidade no tripé ensino, pesquisa e extensão. O *Campus* Barreiros é um dos maiores e mais antigos do IFPE, iniciou sua história em 1924, na cidade de Tamandaré-PE. Naquele ano, o então presidente Artur Bernardes criou, via decreto nº 16.105 de 21/07, o Patronato Agrícola Dr. João Antônio Coimbra na Vila Tamandaré, localizada no município pernambucano de Rio Formoso.

Dez anos após a inauguração, passou a se chamar Aprendizado Agrícola João Coimbra, onde oferecia o curso de Iniciação Agrícola, que conferia ao estudante a formação de capataz rural. Em 1941, o Aprendizado Agrícola foi transferido de Tamandaré para a Fazenda Sapé, no município de Barreiros. Com o Decreto nº 22.506, de 22/01/1947, a Instituição passou à denominação de Escola Agrícola João Coimbra, passando a ofertar também o curso de Mestria Agrícola. Três anos mais tarde, uma nova mudança: a instituição passa a se chamar Escola Agrotécnica João Coimbra, somando aos cursos já oferecidos o de Técnico Agrícola. Os estudantes eram formados nas modalidades de agricultura, horticultura, zootecnia, práticas veterinárias, indústrias agrícolas, laticínios e mecânica agrícola.

Mais um Decreto de nº 53.558, de 13/02/1964, modificou, pela quinta vez, o nome da Instituição, passando a se chamar Colégio Agrícola João Coimbra, com os cursos Ginásial Agrícola e Técnico Agrícola. Só em 1967, os concluintes na Instituição passaram a ser denominados de técnicos agrícolas e, a partir de 1968, as Instituições de Ensino agrícola passam a ser subordinadas ao Ministério da Educação. Em 1979, foi estabelecida a denominação Escola Agrotécnica Federal de Barreiros (EAFB), pelo Decreto nº 83.935, de 04/09/1979. A Instituição foi transformada em autarquia federal em 1993, ficando vinculada à então Secretaria do Ensino

Médio e Tecnológico (SEMTEC). Posteriormente, a SEMTEC passou a se chamar Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

A mudança mais recente aconteceu em dezembro de 2008, com a Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui os Institutos Federais espalhados por todo o país. Estes institutos atendem à demanda por educação profissional e tecnológica. Atualmente, o *Campus* está localizado em Barreiros, a Instituição tem um papel fundamental no desenvolvimento da região, visto que este território, conforme abordamos no capítulo 2 desta Tese, apresenta um quadro de baixa produtividade, tecnologias e nível de informação insuficientes, condições desvantajosas de comercialização, utilização inadequada de recursos naturais, entre outros pontos que impedem o desenvolvimento da agricultura familiar da região.

Como o *Campus* está situado em uma região com alto número de assentamentos de reforma agrária, busca atender uma demanda na área de Recursos Naturais, principalmente em relação à agricultura familiar. O *Campus* oferece, hoje, cursos de diferentes eixos tecnológicos: Recursos Naturais; Produção Alimentícia; Turismo, Hospitalidade e Lazer; Produção Cultural e Design; Informação e Comunicação; Química e Educação. O *Campus* oferta, atualmente, os seguintes: Técnico em Agropecuária e Técnico em Alimentos, ambos integrados ao Ensino Médio; Técnico em Hospedagem e Técnico em Instrumento Musical, na modalidade subsequente; as Qualificações Profissionais (PROEJA), em Operador de Computador, em Auxiliar Técnico em Agropecuária, em Agricultor Familiar e em Operador de Processamento de Frutas e Hortaliças. E, desde 2011, oferece dois cursos superiores, que foram recém-avaliados e reconhecidos pelo MEC: Licenciatura em Química e Tecnologia em Agroecologia.

Figura 16 – IFPE - *Campus* Barreiros.



6.6.2 Os assentamentos rurais

A constituição dos assentamentos rurais da reforma agrária – conjunto de unidades agrícolas denominadas de parcelas ou lotes – na Mata Sul/PE eclodiu como forma de resistência

por parte dos trabalhadores das usinas de cana-de-açúcar que vieram à falência, conforme abordamos no **capítulo 2** desta Tese. Esse movimento de resistência e reivindicação teve a década de 1990 como uma fase de maior implantação dessas unidades, que se instalaram nas áreas de produção da cana-de-açúcar, que estavam em crise econômica. Esses trabalhadores tiveram o apoio dos movimentos sociais: MST, FETAPE e CPT. A partir de lutas e acampamentos, emergiram os assentamentos rurais nas antigas terras da UCB e Santo André, com novos agentes sociais, isto é, os acampados (ex-assalariados das usinas), constituindo, assim, um novo espaço geográfico e social: os assentamentos rurais da política da reforma agrária que se deu por meio de um processo histórico, distribuído ao longo das últimas décadas do século passado.

Os assentamentos - núcleos de povoamento de trabalhadores rurais - bases para o nosso estudo, estão situados nos municípios de Barreiros, Tamandaré e Rio Formoso. Foram oito (08) comunidades visitadas por nós em momentos distintos: primeiro momento - apresentação da pesquisadora e da proposta da pesquisa; segundo - a aplicação do questionário e terceiro - realização das entrevistas. O município de Barreiros conta com 16 assentamentos, conforme dados da Secretaria de Agricultura do município, estes assentamentos vivem da agricultura de subsistência como também da produção da cana-de-açúcar. O município de Tamandaré conta com 11(onze) assentamentos, nos quais estão assentadas cerca de 738 famílias de trabalhadores rurais, que vivem da plantação de fruticultura e hortaliças, criação de animais de pequeno e grande porte, como aves e bovinos, pesca artesanal, da produção da cana-de-açúcar e da mão de obra dessa cultura (INCRA, 2022).

O município de Rio Formoso conta com 5 (cinco) assentamentos, contendo, em média, 350 famílias assentadas e uma comunidade quilombola (Engenho Siqueira), que fica localizada na zona rural de Rio Formoso e foi a primeira a ser reconhecida como quilombola na região da Zona da Mata Sul-PE, pela Fundação Cultural Palmares, em 2005. A comunidade Engenho Siqueira desenvolve a pluriatividade, isto é, sobrevive de práticas agrícolas diversificadas, da pesca artesanal, e não há espaço para a produção de cana-de-açúcar nesta comunidade, como declara um dos entrevistados *“aqui todos trabalham com agricultura familiar, a cana-de-açúcar na nossa comunidade não existe mais.”*

Alguns dessas comunidades vêm se desenvolvendo socioambientalmente e economicamente, como é o caso do Engenho Siqueira. Mesmo avançando e tendo consciência do fazer agricultura de forma sustentável, um dos agricultores desta comunidade afirmou que *“não há prosperidade das comunidades rurais sem assistência e acompanhamento das*

instituições para fomentar e orientar a produção. “Temos que lutar por mais assistência técnica, pela ocupação do nosso espaço, como expresso em “O governo devia mandar era bolsa verde para o agricultor... a gente tem que lutar por mais investimentos para a agricultura familiar.”

Em sua maioria, os assentamentos, nos quais estivemos imersos no período da pesquisa, ainda não conseguiram romper com a produção e o cultivo da cana-de-açúcar, como também continuam atuando como trabalhadores no corte da cana. Há agricultores familiares que conseguiram fazer a transição para agriculturas mais sustentáveis, a organizar uma associação, estruturar uma feira com produtos de base agroecológica, como é o caso do assentamento Jundiá, que leva seus produtos toda semana para a feira em Tamandaré. No entanto, há muitos outros assentamentos que não conseguem desenvolver essas atividades. Há algumas justificativas advindas dos entrevistados para essa realidade, como, por exemplo, continuam desenvolvendo a monocultura da cana-de-açúcar, devido aos benefícios, como a facilidade de produção, a colheita trimestral e a garantia de venda aos engenhos próximos, mesmo que a renda seja pequena.

Por outro lado, outros agricultores afirmam que seus lotes não oferecem condições topográficas adequadas para plantio de outras culturas, faltam-lhes irrigação, pois há lotes que não têm água suficiente, como declara um dos entrevistados, *“Professora, tem parcelas que não têm água dentro, como é que o INCRA corta um assentamento e bota parcelas sem ter água, como se produz sem água. Vai ser preciso que o agricultor cave um poço e coloque uma caixa d’água e faça um sistema de irrigação, como fazer isso sem recurso financeiro”*. Sob essa perspectiva, passamos a entender que há uma série de fatores nesses assentamentos que impedem o desenvolvimento socioambiental e econômico, pois, os beneficiários da RA não tiveram a liberdade de escolher os seus lotes, pois é o que lhes foram concedidos.

Há, também, outro entrave para a produção que é o acesso às áreas de produção, principalmente no inverno, onde os produtos se perdem, porque não tem como o transporte chegar até o setor de produção. Isso reitera a necessidade de formação profissional, assistência técnica e políticas públicas efetivas para auxiliar essas comunidades na busca de alternativas para mudar esse quadro deficitário que leva os agricultores a continuarem subordinados ao empresariado rural.

Figura 17 - acesso ao Assentamento Mato Grosso. **Figura 18** - acesso ao Assentamento Saué Grande.



Figura 19 - acesso ao assentamento Sauezinho.



Figura 20 - produtos da Comunidade Siqueira.



Figura 21 - Visita dos pesquisadores nos assentamentos Baeté e Jundiá.



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora.

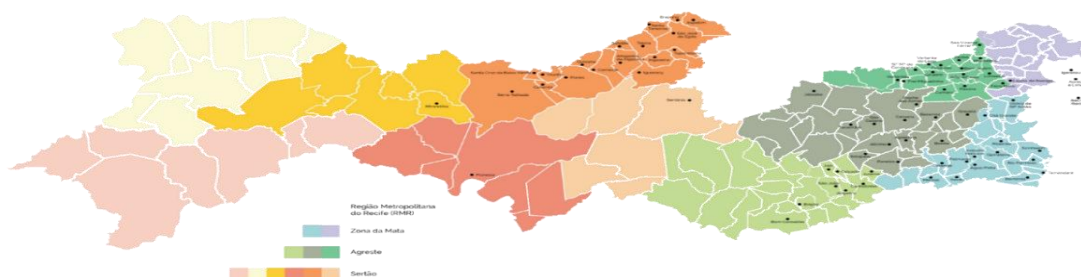
6.6.3 ONG Centro Sabiá

O Centro Sabiá nasce dentro de uma outra ONG que se chamava Centro Josué de Castro. Eles trabalhavam juntos com a questão da segurança alimentar, do direito à cidade, da pesca artesanal e o Sabiá tinha um grupo de trabalho que era sobre as tecnologias alternativas e fazia parte de uma rede nacional chamada rede PTA (Rede de Projetos de Tecnologias Alternativas). O Centro Sabiá é uma ONG que vem atuando em Pernambuco há mais de trinta anos, prestando assessoria aos assentamentos rurais e à Comunidade Quilombola Siqueira. A ONG Centro Sabiá, com sede no Recife-PE, foi fundada em julho de 1993, para promover a agricultura familiar e combater desigualdades sociais. A organização atua de forma técnico-ecológica e educacional, sem finalidade econômica, trabalha nos princípios da Agroecologia, desenvolvendo e multiplicando a Agricultura Agroflorestral, também conhecida como

Agrofloresta ou Sistemas Agroflorestais. Juridicamente, é uma associação civil de direito privado, sem finalidade econômica, de natureza técnico-ecológica e educacional.

Sua missão é interagir com os diversos setores da sociedade civil, desenvolvendo ações inovadoras na agricultura familiar, a ONG trabalha na perspectiva de que a sociedade viva em harmonia com a natureza, seja autônoma e participativa na construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável. A ONG desenvolve atividades com base em diversos eixos temáticos: Agrofloresta; Agricultura Urbana e Periurbana (AUP); Agroecologia e Direitos Humanos, Incidência Política. Ela tem uma ampla atuação no Estado, conforme ilustrado no mapa abaixo.

Figura 22 - Mapa atuação da ONG Centro Sabiá no Estado-PE.



Fonte: centrosabia.org.br/o-sabia.

O Centro Sabiá foi pioneiro na Mata Sul-PE, no desenvolvimento de projetos na área de Agroecologia junto aos assentamentos rurais e na organização das feiras agroecológicas neste território. Um dos principais canais de comercialização de produtos agroecológicos, advindos dos agricultores familiares para o desenvolvimento socioeconômico dessa população, são as feiras agroecológicas e as tradicionais, e outro meio é através de políticas públicas como o PNAE e o PAA. A ONG tem sido importante para orientar os agricultores a participarem de eventos e de editais públicos. Esta entidade, em parceria com IFPE *Campus* Barreiros, em particular, com o CST em Agroecologia, vem desenvolvendo encontro territorial alinhado com a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica de Pernambuco (Lei Nº 17.158), estabelecida em 2021. Os encontros vêm sendo realizados para discutir junto com os agricultores familiares e gestores municipais pontos para a elaboração do plano municipal de Agroecologia. Apesar de a Lei ter sido estabelecida desde 2021, a Comissão Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica para a elaboração do Plano Estadual não foi constituída. Isso significa que os municípios não possuem um plano municipal para a Agroecologia.

No capítulo a seguir, apresentaremos as análises linguístico-discursivas das entrevistas dos atores sociais colaboradores da pesquisa.

CAPÍTULO 7

ANÁLISE DO *CORPUS*: O DISCURSO DOS ATORES SOCIAIS COLABORADORES DA PESQUISA

[...] as preocupações teóricas do analista determinam não apenas quais dados são selecionados para análise, mas também como eles são percebidos. (Chouliaraki e Fairclough, 1999).

Neste capítulo, analisamos a materialização do discurso dos colaboradores da pesquisa, a partir dos dados gerados, coletados e transcritos. Este capítulo está dividido em blocos que contemplam os objetivos da pesquisa, com foco na contribuição do CST em Agroecologia do *Campus* Barreiros para a Mata Sul-PE. Vale destacar que essas seções estão, de certa forma, imbricadas, elas dialogam entre si, revelam resistências, lutas, persistência na continuidade de modelo de produção agrícola, dificuldades para romper com a monocultura, mudanças de vida, dentre outros.

No primeiro bloco, analisamos a concepção acerca da Agroecologia como prática social trazida pelos colaboradores da pesquisa. No segundo bloco, o foco foi analisar, no discurso dos colaboradores, quais as possibilidades de contribuição do CST em Agroecologia na formação dos egressos e das comunidades e assentamentos rurais da Mata Sul-PE. No terceiro bloco, analisamos como as escolhas lexicais, mobilizadas no discurso dos egressos e dos docentes, revelam as representações sociais e identitárias dos egressos a partir da formação profissional em Agroecologia. No quarto bloco, investigamos se o discurso dos docentes estimula questionamento das estruturas históricas de dominação advindas da monocultura. No último e quinto bloco, buscamos identificar no discurso dos egressos uma rede intertextual com as propostas do curso que estimula a mobilidade social, práticas de agriculturas mais sustentáveis e autoemancipação dos agricultores familiares da Mata Sul-PE.

Vale destacar que cada bloco de análise corresponde também à pergunta motivadora da entrevista, que está relacionada aos objetivos propostos. Para evitar a reprodução de trechos muito extensos do discurso dos colaboradores e não esgotar o leitor, nos exemplos que fundamentam os fenômenos analisados, utilizamos o símbolo [...] para indicar a supressão de parte do trecho dos textos que compõem o *corpus*.

7.1 Construção discursiva da compreensão de Agroecologia como prática social

Neste bloco, analisamos a concepção de Agroecologia como prática social advinda dos discursos dos atores sociais – colaboradores da pesquisa – a partir dos conhecimentos acadêmicos e empíricos, vivências, crenças e saberes desses atores sociais no contexto da Mata Sul-PE. Nosso intento é analisar como eles compreendem a Agroecologia como prática social que busca construir outras bases ideológicas do uso da terra e como um movimento social que se contrapõe à hegemonia do agronegócio.

Desse modo, para discutir a concepção de Agroecologia como prática social, elencamos excertos das transcrições das entrevistas e, sistematizados os dados, fizemos a análise linguístico-discursiva pautada no aporte teórico apresentado no Capítulo 5 desta Tese: Análise Crítica Discurso e na Linguística Sistêmico-Funcional. Diante dos objetivos trabalhados na Tese, as categorias escolhidas para análise do *corpus* são: sistema léxico-gramatical, transitividade com ênfase nos processos, modalidade deôntica e epistêmica, intertextualidade, interdiscursividade, pressuposição, avaliação, nominalização, hegemonia, representação de eventos e atores sociais e identidade social. Essas categorias são importantes para analisar diferentes modos de como os discursos estruturam o mundo diferentemente (Fairclough, 2003).

Em cada bloco de análise, inserimos as perguntas motivadoras e trouxemos os discursos dos colaboradores da pesquisa. Nomeamos os participantes da categoria docentes como D1, D2, D3, D4 e D5. A categoria - representante da ONG - classificamos como Sabiá 1 e Sabiá 2. Já a categoria egresso, é nomeada de E1 a E10. Os agricultores familiares não egressos são classificados de AF1 a AF11.

O primeiro bloco de análise partiu da seguinte pergunta: *Você vê a Agroecologia como uma perspectiva positiva para o desenvolvimento dos assentamentos da Mata Sul de Pernambuco? Comente.*

Quadro 19 - Concepção dos docentes acerca da Agroecologia como prática social

D1	<i>“Eu vejo a Agroecologia como caminho, até pelo perfil, pelas quantidades de assentamentos que há aqui na região, a gente já está despertando algumas preocupações para essa mudança do gado, porque a gente vê assim, essa quantidade de pessoas que está no campo e que pode a qualquer momento está sendo expulsa. Então é... o nosso foco é sim, esse pequeno agricultor familiar, então se houver uma mudança do perfil da região, isso acaba comprometendo curso né... Agroecologia é uma possibilidade para crescimento e desenvolvimento da região. Principalmente para o desenvolvimento e empoderamento das mulheres né, que envolve a questão de gênero, a gente vê as mulheres tão empoderadas quando está trabalhando na Agroecologia... é uma</i>

	<i>coisa que é muito bom né, essa mudança... que a gente vê muito isso nas comunidades rurais, do machismo, do homem né mandar ali.”</i>
D2	<i>“Na verdade, na verdade, a gente começa entender que não é só uma alternativa, mas um caminho mais adequado para a condição que a gente tem, quando a gente pensa do ponto de vista de formação de profissional, a gente tem um tecnólogo com formação de três anos, uma formação mais rápida e uma formação mais focada para aplicação das informações daquilo que é aprendido na academia e com uma visão, querendo ou não, muito humanística, especificamente, da realidade da Mata Sul. Isso não é uma discussão só minha, mas também dos demais colegas, de entender a realidade da Mata Sul, de entender o contexto canavieiro, de entender a formação dos assentamentos, de quem está ali dentro dos assentamentos que não só temos agricultores e agricultoras, mas também ex-cortadores de cana, gente que não era da agricultura, isso aí grosso modo serviria e serve para uma formação e uma mudança muito mais dinâmica na Mata Sul...”</i>
D3	<i>“Sim, a Agroecologia... trabalha vários aspectos, e aqui a gente tem uma região muito rica, o problema é conseguir sair dessa mentalidade da cana de açúcar, uma cultura de séculos que ainda está tão arraigada nessa região, uma dominação não só econômica, como cultural. A Agroecologia para as mulheres é empoderadora, elas chegam aqui sem falar nada da sua casa, mas depois por meio de conversa com outras colegas, começam a partilhar os seus problemas e dividem as dificuldades da vida, de ter a independência financeira. Vem mais mulheres dos assentamentos do que homens, aí vem essa questão do empoderamento de querer sair, querer estudar e aprender, elas relatam alguns embates para conquistar esse espaço.”</i>
D4	<i>“Totalmente, simplesmente pelas dimensões que ela abrange cultural, ambiental, social, política, ecológica, quero deixar claro que principalmente pela dimensão política de transformação, a política e social. Eu digo sempre que a dimensão ecológica, a econômica a gente pode organizar, mas a base disso é a política e social, política não partidária... A Agroecologia enquanto ciência transdisciplinar que busca valorizar o saber local...organizar o ecossistema é a única opção, não estou puxando saco, a única visão acadêmica que vejo, estou assumindo risco, Agronomia sozinha não faz isso, veterinária sozinha não faz isso... A Agroecologia como ciência permite esse diálogo, [...] talvez há vinte anos, eu não entenderia dessa forma, tenho 15 anos de vivência rural, poucas vezes me relacionei com outros departamentos, só para ver as caixinhas como são dentro da Universidade, tudo muito segmentado...A base da Agroecologia é a social, a filosofia, não é a Agronomia, quero deixar claro que minha área é a Agronomia. Em se tratando deste curso no contexto da Mata Sul, ele se encaixa por vários motivos, destaco, aqui, que esse território é extremamente rural, não há indústrias. Na Mata Sul, você escolhe para onde olhar ou para o canavial ou para as praias, o emprego que essa região gera é uma empregabilidade subserviente, que não permite crescimento ao empregado. Como prova disso, temos um dos piores IDH, 0,522, que se assemelha aos países mais pobres da África. Então é importante formação que contribua para a autonomia dessa população.”</i>
D5	<i>“Sim, eu vejo a Agroecologia como uma perspectiva muito boa, no sentido que o perfil dos assentamentos da Mata Sul-PE...é um perfil de agricultor envolvido na monocultura, e os policultivos dão muito mais liberdade de ter uma fonte de</i>

<i>renda...né, vai dar uma oportunidade de renda, as necessidades atuantes da nossa sociedade né, por alimentos de qualidade se encaixa perfeitamente com a proposta da Agroecologia.”</i>

7.1.1 Análise discursiva da compreensão de Agroecologia como prática social na concepção dos docentes a partir do contexto sociocultural e histórico da Mata Sul de Pernambuco

A constituição do desenvolvimento da Mata Sul-PE é marcada por uma trajetória de dominação nos aspectos de produção agrícola e cultural. Isso gerou uma precariedade social ainda pujante, no atual contexto do território, causando instabilidade, subserviência, desemprego, êxodo rural e invisibilidade dos agentes sociais mais vulneráveis inseridos nesse contexto. Essas questões estão evidenciadas no discurso dos docentes, emergem tanto como argumento para reforçar a importância de uma formação profissional que atenda às especificidades do território no qual o *Campus* está inserido e surge também como um discurso de denúncia acerca de problemas sociais estruturais que se prolongam por séculos.

Ressaltamos, aqui, que entendemos discurso, nos termos de Fairclough (2003), como uma forma de representar aspectos do mundo e que tem efeito sobre a sociedade, podendo transformar ou reproduzir as estruturas sociais. Sendo a linguagem o recurso indispensável para essa ação. É com base na dialética linguagem e sociedade que Fairclough ([1992], 2016) elucida que a constituição discursiva de uma sociedade decorre da sua prática social - ações que são realizadas cotidianamente ao conduzir a vida social - que está arraigada às estruturas sociais e não a um jogo livre de ideias na mente dos indivíduos. Fundamentado nessa concepção faircloughiana, tratamos o tema da Agroecologia como prática social por entender que a prática social se configura como força social de resistência, ação e transformação das relações de poder no âmbito das interações sociais.

Como pontuamos nos **capítulos III e IV** desta Tese, a Agroecologia perpassa o muro da Academia, ela tem uma vasta representação no mundo social. No entanto, a sua efetivação, como ciência, movimento e prática ainda é uma luta árdua no território da Mata Sul-PE por uma série de questões sociopolíticas, entre elas: a predominância da monocultura, a falta de organização social nesse território e a ausência de apoio de gestores municipais. Esses problemas sociais ressoam nos discursos dos atores sociais – colaboradores da pesquisa.

Os docentes, colaboradores da pesquisa, defendem a importância da inserção da Agroecologia como ciência em uma perspectiva promissora, como um modelo de produção mais adequado e necessário para superar as imposições do setor da monocultura e contribuir

para o desenvolvimento do território a partir da sua condição socioeconômica e cultural. Como podemos observar nos excertos abaixo:

-D1: *“Eu vejo a Agroecologia como caminho, até pelo perfil, pelas quantidades de assentamentos que há aqui na região[...]Agroecologia é uma possibilidade para crescimento e desenvolvimento da região...”*

Nessa sequência discursiva, percebemos que o D1 constrói a sua argumentação acerca da compreensão da Agroecologia a partir do processo mental perceptivo “**vejo**”, tipo de oração que, na perspectiva da LSF, está relacionado à experiência de mundo de nossa consciência. Essa escolha léxico-gramatical evidencia que D1 como experienciador do processo “**vejo**” faz uma associação de Agroecologia enquanto ciência e sua importância para o desenvolvimento de um território constituído por vários assentamentos rurais. Outro aspecto que vale destacar é a escolha do operador “**até**” para enfatizar as especificidades históricas e de poder. Como agente experienciador dessa realidade, D1 assume um posicionamento de quem conhece o contexto social dos assentamentos e os problemas que os afetam. A partir dessa visão da realidade construída pelo discurso do D1, observamos que há o entendimento de que a Agroecologia é viável para mudança social dos assentamentos rurais.

Os discursos dos docentes acerca do entendimento de Agroecologia para a região encontram similaridades, como podemos observar no discurso de D2, no excerto a seguir, com a representação discursiva de D1. (*“Na verdade, na verdade, a gente começa entender que Agroecologia não é só uma alternativa, mas um caminho mais adequado para a condição que a gente tem...”* - D2) Observamos que o discurso de D2 é introduzido pela expressão adverbial modalizadora “**na verdade, na verdade**” para intensificar a sua construção discursiva e o seu engajamento enquanto agente social. A modalização é um recurso interpessoal utilizado pelos falantes para assumir uma posição no discurso (Fuzer; Cabral, 2014). O D2 constrói a sua concepção de Agroecologia, por meio do processo mental cognitivo “**entender**”, para externalizar o seu pensamento crítico a partir de sua experiência e convívio no território.

É importante destacar, nesse excerto, a escolha lexical do termo coletivo “**a gente**” utilizado por D2, no qual ele se inclui como um ator social que também convive com a condição sócio-histórica e cultural do território. Ele se insere enquanto participante da prática social e discursiva e revela que tem conhecimento do que precisa ser transformado nesse território.

O contexto sócio-histórico e as lutas do território são questionados de forma implícita na fala de D2, quando menciona “*...a condição que a gente tem...”*, o processo relacional identificativo é um marcador de que há aspectos sociais nesse território, que carecem de intervenção, por meio de uma formação profissional e orientação para a produção agrícola nos

moldes que possibilitem desenvolvimento e mudança social da região dominada pela monocultura.

Isso demonstra o seu envolvimento como agente social que reconhece a necessidade de ação coletiva para alterar o quadro social das comunidades rurais. Na argumentação do D2, a Agroecologia, enquanto ciência, adequa-se às diversas realidades que contempla a vivência do referido docente e que também resvala para o papel da IES como formadora de profissionais. Essa visão de coletividade no discurso de D2 é importante ser ressaltada, pois nem sempre as universidades possuem um olhar plural para as questões sociais em seu entorno.

Na categoria representação social, evocamos Fairclough (2003), que discorre sobre o uso recorrente da primeira pessoa do plural ou da coletividade (“a gente”, “nós do grupo”, etc.) nos discursos. Na concepção do linguista, esse recurso discursivo é denominado de personalização sintética, a qual busca uma relação simétrica entre o autor do texto e os demais agentes envolvidos na ação. Nesse sentido, Fairclough (2003) argumenta que isso evidencia democratização do discurso e reduz controle de poder. A ideia de coletividade, de ação conjunta, de mudança de pensamento individualizado, está totalmente coerente com os princípios da Agroecologia, conforme dissertamos no **capítulo IV** dessa Tese.

Apesar da Agroecologia ser uma área de conhecimento que engloba diversas dimensões, visando ao desenvolvimento das populações rurais e da preservação dos recursos naturais, os entraves para o avanço desse modelo de agricultura mais sustentável, no território da Mata Sul-PE, ainda são persistentes, tanto como ciência, como prática. Nesse contexto, percebemos a força do discurso hegemônico do Agronegócio. Essa é uma preocupação externalizada no discurso de D3 no excerto abaixo:

*-D3 “A agroecologia é uma perspectiva para o desenvolvimento, trabalha vários aspectos...o problema é conseguir sair dessa **mentalidade** da cana de açúcar, uma cultura de **séculos** que ainda está tão **arraigada** nessa região, uma **dominação** não só econômica, como cultural”.*

Nessa sequência discursiva, D3 inicia o seu discurso por meio de uma oração constituída pelo processo relacional identificativo “**é**”, para caracterizar a Agroecologia, como “**uma perspectiva para o desenvolvimento**”. D3, ao utilizar esse atributo, compreende a Agroecologia como um recurso positivo para a região e reforça essa compreensão fazendo uso do processo material transformativo “**trabalhar**” se referindo à pluridimensionalidade da Agroecologia. Paralelo a essa concepção positiva, acerca do paradigma da Agroecologia, D3 assevera aspectos hegemônicos advindos das raízes de um problema social que impacta negativamente o desenvolvimento da Agroecologia na região: a monocultura canavieira. Essa marcada por uma

relação assimétrica de poder que, além de coibir a inserção de novas práticas de produção agrícola e novas relações sociais, coloniza, também, como assegura o D3, a mentalidade cultural da população, impondo economicamente uma única possibilidade de produção.

São percebidos, através da pressuposição no discurso do ator social D3, os problemas sociais do presente vinculados a um discurso e uma prática social do nosso passado histórico que, ideologicamente, continua manipulando a população (“*uma cultura de séculos que ainda está tão arraigada nessa região*”). Tal manifestação discursiva ressoa nas afirmações de Fairclough ([1992], 2016), que os não ditos podem ser acionados por marcadores linguísticos no interior do texto que estão presentes no advérbio “*ainda*”.

O posicionamento de D3, apesar de usar os processos na terceira pessoa do singular, de forma impessoal, ele não se exime de fazer crítica social a partir de suas práticas discursivas. D3 não se afasta dos problemas seculares advindos da cultura canavieira da Mata Sul-PE, enfatizando os problemas sociais de resistência às novas formas de perceber o uso da terra. Portando-se como um cidadão crítico diante da história local, percebendo os entraves em suas múltiplas facetas (*uma dominação não só econômica, como cultural*”), tal dominação se efetiva por meio da colonialidade do saber discutida nas partes iniciais da tese, advinda de uma constituição sociopolítico e cultural impositiva.

Na sequência dos discursos dos docentes, observamos, no excerto abaixo, que a construção discursiva desse ator social pontua questões de naturezas diversas para justificar a importância da Agroecologia no território da Mata Sul-PE.

-D4: “... O curso de Agroecologia no contexto da Mata Sul, ele se encaixa, na região por vários motivos, destaco, aqui, que esse território é extremamente rural, não há indústrias. Na Mata Sul, você escolhe para onde olhar ou para o canavial ou para as praias, o emprego que essa região gera é uma empregabilidade subserviente, que não permite crescimento ao empregado. Como prova disso, temos um dos piores IDH, 0,599 que se assemelha aos países mais pobres da África. Então é importante formação que contribua para a autonomia dessa população.”

Ao observar a articulação do discurso de D4, percebe-se que o verbo encaixar é usado para enfatizar que a Agroecologia cabe perfeitamente nesse território da Mata Sul-PE. Neste trecho, D4 afirma, por meio do processo relacional identificativo “ser”, que o território (“é extremamente rural, não há indústrias”) e utiliza a modalidade epistêmica, por meio do advérbio “*extremamente*”, tendo como base o seu conhecimento, informações locais para caracterizar economicamente esse espaço. Para reforçar seu posicionamento acerca das condições socioeconômicas desse território, D4 aponta que só há duas paisagens para serem

vistas nesse espaço geográfico: (“Na Mata Sul, você escolhe para onde olhar ou para o canavial ou para as praias”). Podemos depreender que essa representação discursiva do docente traz uma forte crítica social a um modelo de desenvolvimento econômico concentrador, hegemônico e escasso de oportunidades aos que não detêm recursos econômicos. Quanto à escolha lexical do pronome “*você*”, podemos inferir que foi utilizada pelo docente de forma genérica, não se referindo a um interlocutor específico, mas como um pronome coloquial que se refere às experiências cotidianas (Fairclough, 2003).

A opção pelo uso do conectivo alternativo “*ou*” evidencia que a visão crítica do discurso de D4 direciona para o entendimento de que só há dois mundos visíveis e possíveis no território. Isso remete a um passado histórico que se faz presente nas práticas sociais dessa região, nas quais predomina a concentração de terras e a exploração da mão de obra e, conseqüentemente, um atraso de desenvolvimento e a manutenção do poder de um grupo em detrimento do outro (“*Como prova disso, temos um dos piores IDH, 0,599 que se assemelha aos países mais pobres da África*”). D4 aponta que a superação dos desafios históricos da região e o pleno exercício de cidadania só podem se concretizar a partir de um investimento na educação (“*Então é importante formação que contribua para a autonomia dessa população*”).

A retomada histórica no discurso de D4 é uma denúncia de que os assentamentos rurais são invisíveis, não estão incluídos na distribuição de renda justa do território, o que impede o desenvolvimento das populações minorizadas. Isso está expresso na fala de D4, ao argumentar que, “*o emprego que essa região gera é uma empregabilidade subserviente, que não permite crescimento ao empregado*”. Observamos que, no discurso de D4, não há uma referência direta aos agentes sociais causadores das desigualdades sociais. Ele faz uso do recurso da nominalização ao mencionar “*o emprego que essa região gera é subserviente*”, não há nessa fala um agente claramente definido como responsável pela ação - o agente é substituído pelo processo. No contexto das afirmações de D4, há o uso da generalização com o objetivo de ocultar a ação do agente, percebemos que o sujeito responsável pela geração do “subemprego” é omitido.

Na concepção de D4, uma forma de alterar esse quadro social e promover outros projetos possíveis é apostar no projeto transformador promovido pela Agroecologia para alavancar tanto o nível econômico como educacional dessa população, pois, conforme afirma Fairclough (2003), as estruturas sociais não são estáticas, elas podem ser desestabilizadas, os agentes sociais afetados pela estrutura social podem, por meio da linguagem em suas práticas sociais e críticas, reverter práticas de opressão.

Na concepção dos docentes, a Agroecologia é capaz de transformar a realidade desse território, de elevar a renda e produzir alimentos de qualidade, apesar dos entraves sociais, como expressa o D5 no excerto abaixo:

-D5 “...eu vejo a Agroecologia como uma perspectiva muito boa, no sentido que o perfil dos assentamentos da Mata Sul-PE... é de agricultor envolvido na monocultura, e os policultivos dão muito mais liberdade de ter uma fonte de renda não só de uma cultura...né... tendo em vista as necessidades atuantes da nossa sociedade né, por alimentos de qualidade se encaixa perfeitamente com a proposta da Agroecologia.

O discurso de D5 é introduzido pelo processo mental perceptivo “**vejo**”, por meio do qual o docente se posiciona acerca da inserção da Agroecologia no território, usando uma avaliação explícita positiva demonstrando a importância do curso de Agroecologia na região. Isso se evidencia a partir do advérbio de intensidade “**muito**”, seguido do atributo “**boa**”, intensificando a sua visão como acadêmico sobre um paradigma científico que pode ser um recurso de transformação não só cultural como econômico para uma região, na qual os agricultores convivem com uma cultura que tolhe o direito de produzir e comercializar.

Percebemos que é recorrente, nos discursos dos docentes, a alusão ao perfil dos assentamentos, constituídos por agricultores que ainda convivem com a cultura canavieira, esse é um dos principais argumentos para investir na Agroecologia no território. Isso revela o posicionamento crítico dos docentes face à persistência da monocultura que tende a determinar o meio de produção agrícola na região. Sobe esse viés, D5 defende que os policultivos, no território da Mata Sul-PE, são um meio de transformar a vida dos agricultores que vêm sendo submissos a um modelo de agricultura que não lhes proporciona autonomia suficiente para a produção agrícola de subsistência e para a renda desses agricultores (“os policultivos dão muito mais liberdade de ter uma fonte de renda não só de uma cultura...”).

Na concepção de D5, a Agroecologia se “**encaixa**” na região e é capaz de atender às necessidades de produção de alimentos, da insegurança alimentar, problema emergente no atual cenário brasileiro (“...tendo em vista as necessidades atuantes da nossa sociedade né, por alimentos de qualidade se encaixa perfeitamente com a proposta da Agroecologia”). No entanto, a mudança dessa realidade no território da Mata Sul-PE depende não só da consolidação do Curso de Agroecologia, mas de uma série de questões, dentre elas: a efetivação das políticas públicas para a agricultura familiar, o respeito à diversidade das populações do campo, aos ecossistemas e desconcentração de terras. O respeito a esses fatores são fundamentais para que o agricultor produza, alimente sua família e venda o excedente para

garantir a sua renda. Tal transformação contribuiria, de maneira relevante, para alterar o quadro de insegurança alimentar no qual o Brasil se encontra, conforme pontuamos no **capítulo III** desta Tese.

Há, também, na representação discursiva dos docentes, o argumento de que a Agroecologia é um paradigma científico-metodológico que tem um diferencial das demais áreas da ciência, uma vez que a Agroecologia tem um caráter transdisciplinar, abrange diversas áreas e dialoga com diferentes saberes, conforme mencionamos **no capítulo III e IV** desta Tese. Isso está expresso no excerto abaixo:

D4- “A Agroecologia enquanto ciência transdisciplinar que busca valorizar o saber local...organizar o ecossistema, é a única opção para o desenvolvimento dos assentamentos rurais desse território, não estou puxando saco, é a única visão acadêmica que vejo... Agronomia sozinha não faz isso, veterinária sozinha não faz isso... A Agroecologia como ciência agrega, permite esse diálogo... simplesmente pelas dimensões que ela abrange cultural, ambiental, social, política, ecológica”.

Observamos que D4 introduz a sua resposta se referindo à Agroecologia por meio de uma seleção lexical de nível linguístico técnico-formal que identifica o seu grau de conhecimento científico com a temática abordada. A escolha linguística de D4, neste excerto, reitera que, linguisticamente, a forma como um ator social representa o mundo revela o modo como ele se identifica em relação com o que/quem ele interage (Fairclough, 2003). O D4 opta pelo processo relacional identificativo “*ser*” e do atributo “*única*” para aclarar que a Agroecologia (“*é a única opção... única visão acadêmica*”) capaz de articular o saber acadêmico com os saberes locais, na perspectiva de superar os malefícios causados pelas estruturas econômicas globalizadas e oligopolizadas e orientar estratégias de desenvolvimento rural mais sustentáveis para a vida das atuais e das futuras gerações, conforme defendem Caporal e Costabeber (2002).

O docente utiliza o processo relacional “*estou*” seguido da expressão conotativa “*puxando saco*”, por meio da qual ele reforça que a representação que ele faz da Agroecologia não é para agradar ou defender a área na qual está desempenhando a sua profissão, mas pelo fato de conhecê-la por meio de sua experiência acadêmica, enquanto docente do curso de Agroecologia e da sua formação enquanto agrônomo. Outro recurso linguístico que reitera o argumento de D4 é o uso da polaridade *negativa em*: “*Agronomia sozinha não faz isso, veterinária sozinha não faz isso...*” essa construção discursiva sustenta a sua argumentação e

revela a alta afinidade com a temática e comprometimento com a prática de mudança social que pode emergir com a consolidação da prática discursiva proveniente da Agroecologia.

Percebemos que é recorrente a ênfase à importância da Agroecologia como paradigma científico não só no âmbito de produção de agriculturas mais sustentáveis, mas como na formação profissional que tem um viés mais humanístico e dialógico com os diferentes saberes, para atender uma região que tem um número considerável de beneficiários da reforma agrária, oriundos de uma prática agrícola que, outrora, proibia o policultivo para a subsistência. Essa concepção está presente no excerto abaixo:

D2- *“Quando a gente pensa do ponto de vista de formação de profissional, a gente tem... uma formação mais rápida e mais focada para aplicação das informações daquilo que é aprendido na academia e com uma visão... muito humanística, especificamente, da realidade da Mata Sul. Isso não é uma discussão só minha, mas também dos demais colegas, de entender a realidade o contexto canavieiro, a formação dos assentamentos, de entender quem está ali dentro dos assentamentos que não só temos agricultores e agricultoras, mas também ex-cortadores de cana, gente que não era da agricultura, isso a grosso modo serviria e serve para uma formação e uma mudança muito mais dinâmica na Mata.”*

Nessa fala de D3, observamos, inicialmente, que ele se inclui como ator social por meio da personalização pela escolha linguística do coletivo “*a gente*”, tal posição demonstra a postura ativa e o engajamento de D2 como agente social, na expectativa de uma formação profissional que altere o cenário de uma comunidade marcada por relações desiguais de poder. A ativação do ator social no discurso se dá quando ele é representado como força ativa e dinâmica em uma determinada atividade (van Leeuwen, 1997), isto é, quando os atores participam ativamente do processo em questão. O D2 se incluindo como ator social utiliza o processo mental “*pensa*” (*Quando a gente pensa do ponto de vista de formação de profissional, a gente tem... uma formação mais rápida e mais focada...*) para aclarar que a Agroecologia, como prática social, no âmbito acadêmico, tem uma visão e formação acadêmica mais abrangente e com vistas à aplicabilidade dos conhecimentos empíricos e acadêmicos de forma mais prática e ágil para atender uma região marcada pelo imperialismo da expansão do capitalismo rural.

Essa representação está explícita tanto na concepção ideológica de D2 quanto na concepção dos demais docentes do colegiado do curso, conforme afirma D2 ao usar o termo “*a gente*”. Há, nesse discurso, um argumento de defesa em prol da agência - a universidade - como poder hegemônico de reverter um cenário social de desigualdades e de submissão. D2 utiliza um processo de categorização, do tipo de inclusão, no qual os envolvidos na ação são atuantes

e comprometidos com a ação, conforme argumentado por ele em (*"Isso não é uma discussão só minha, mas também dos demais colegas, de entender a realidade da Mata Sul"*). Há uma pressuposição marcada pelo processo mental “**entender**” de que, para que haja a operacionalização dessa formação, faz-se necessário que todos os envolvidos com a causa conheçam o contexto desse território e os agentes que residem nele, como afirma D2 (“... *entender quem está ali dentro dos assentamentos que não só temos agricultores e agricultoras, mas também ex-cortadores de cana, gente que não era da agricultura*”).

Em uma análise interdiscursiva, percebe-se que D2, por meio do significado representacional, nomeia os agentes sociais que vivem nos assentamentos como “**agricultores(as)**” e “**ex-cortadores (as) de cana**”, essa última representação tem, no contexto da região, uma conotação de trabalho subserviente, diferente da representação “**de agricultor**”, pois este pode ser compreendido como um ator social que cultiva e produz para sua autonomia. Nesse sentido, nas representações de atores sociais, como argumenta Van Leeuwen (1997), há uma forte força política de representação, pois, no discurso, as ações dos atores sociais nem sempre refletem a sua prática, conforme representadas linguisticamente no discurso.

Desse modo, D2 se refere à necessidade de a Instituição de Ensino entender, conhecer uma nova categoria de ator social que emergiu após o encerramento das usinas sucroalcooleiras, carecem de formação para lidar com uma nova conjuntura e prática social. A Academia precisa sair dos seus laboratórios físicos e conhecer a realidade das pessoas que constituem os assentamentos rurais, assim como diz D2, (*"Isso a grosso modo serviria e serve para uma formação e uma mudança muito mais dinâmica na Mata"*). Percebemos que D2, ao fazer uso dessa modalização “**serviria**”, sinaliza que o processo de formação em Agroecologia é necessário, mas ainda está em construção, precisa de intervenção, sem essa formação no contexto da Mata Sul, os agricultores rurais tendem a continuar com a mesma cultura de outrora.

Esse posicionamento do D2 evoca a concepção de práticas sociais, nos termos de Fairclough (2003), ao afirmar que as práticas sociais definem maneiras particulares de ação. Há também um pressuposto nos discursos dos docentes de que a população do entorno do *Campus* é, de certa forma, carente de novos conhecimentos para desenvolver as suas atividades agroecológicas *in loco*. O curso de Agroecologia é compreendido, na fala de D2, como um recurso de formação para atenuar as contradições do território, tal posicionamento está em consonância com o que está preconizado nos objetivos do PPC, apresentado no capítulo IV, é destinado, principalmente, aos agricultores familiares – por estes não conhecerem metodologias

viáveis para desenvolver práticas agrícolas mais sustentáveis, consequências da dominação que imperou há décadas e não lhes permitiu uma outra possibilidade de trabalho.

Esses agentes sociais precisam de formação e apoio para resistir, superar as adversidades do território e lutar pelo poder, como ato de transformação social, de ruptura da dominação injusta que lhes fora imposta. O aniquilamento do poder, como imposição, supõe, conforme aponta Bourdieu (1989), tomada de consciência do arbitrário, isto é, a descoberta da realidade objetiva e a desconstrução da crença inculcada entre os dominados. Historicamente, no território da Mata Sul-PE, não havia orientações para o policultivo, muito menos cuidado com o ecossistema, conforme discutimos no **capítulo II**, a partir de Furtado (1959), Stédile (2011), Holanda (1995). Constatamos que, nas construções discursivas dos docentes, há indícios da continuidade desse processo colonizador de dominação e de imposição da cadeia produtiva, isso tem relação, de certa, forma com o processo de colonialidade, como podemos ver no excerto abaixo:

D1 “...a gente já está despertando algumas preocupações para essa mudança do gado, porque a gente vê assim, essa quantidade de pessoas que está no campo e que pode a qualquer momento está sendo expulsa... o nosso foco é sim, esse pequeno agricultor familiar, então se houver uma mudança do perfil da região, isso acaba comprometendo o curso né.

Nesse excerto, o D1 usa o termo “*a gente*”, que denota ideia de coletividade, de inclusão (por categorização), no processo da ação; ele se representa enquanto profissional que se preocupa com a mudança social que venha prejudicar o andamento do curso e dos agricultores familiares. D1 se coloca na posição de ator social junto a outros atores da Academia para externalizar discursivamente um problema social que vem se agravando no território - a passagem da monocultura da cana-de-açúcar para bovinocultura, esta tão prejudicial quanto aquela para este território, quando se pensa no bem viver das populações rurais.

Percebemos que, na visão de D1, por meio do processo relacional “*está*” e pelo processo mental “*vê*”, esta mudança traz uma série de problemas sociais, dentre elas: a desterritorialização daqueles que, por meio de lutas conseguiram a terra, isso está expresso em (“... *pessoas que está no campo e que pode a qualquer momento está sendo expulsa... esse pequeno agricultor familiar...*”). No contexto de fala de D1, fica evidente que as pessoas que estão no campo são representados como agricultores familiares, os afetados pela iminência de serem expulsos de suas comunidades. Por outro lado, percebemos que não há representação dos atores responsáveis pela ação do processo material “*expulsa*”; dessa forma, D1 utilizou o recurso da nominalização, por meio da voz passiva, ocultando a identificação do agente social.

Na concepção de D1, se essa prática social de expulsão dos pequenos agricultores for ampliada, o curso sofrerá consequência com a ausência desses atores que são, na sua maioria, estudantes no Campus Barreiros - agência ofertante do curso. Essas ações são reflexos de que ainda há, nesse território, um discurso predominantemente hegemônico que dita qual modelo de produção deve ser majoritária. Há evidências, no discurso de D1, de que essa dominação no território desperta um sentimento de medo de extinção do curso e de que os assentamentos rurais podem ser extintos (“...o nosso foco é sim, esse pequeno agricultor familiar, então se houver uma mudança do perfil da região, isso acaba comprometendo o curso...”). Esse discurso reafirma, de certa forma, que práticas sociais semelhantes ao mandonismo ainda se reproduzem nesse território, região essa que parece estar sempre sob o controle do poder do empresariado rural.

Além de os agricultores familiares serem, de certa forma, excluídos do acesso a insumos tecnológicos e da inserção no mercado, por outro lado, como aponta os docentes, os pequenos agricultores familiares ainda estão correndo o risco de serem dizimados de suas terras, desterritorializados devido à expansão da monocultura na Mata Sul-PE. Quanto à ação truculenta de desterritorialização, o trabalho de Oliveira (2007) pontua que, no Brasil, os camponeses precisam lutar por duas frentes, uma para adentrar na terra, na condição de proprietários e, em outra frente, lutam para fixarem na terra como agricultor familiar.

Em meio a essa disputa, encontram-se os assentamentos rurais que, cada vez mais, estão sendo cercados por fazendas de produção em larga escala, comprometendo a sustentabilidade dessas comunidades (“...essas pessoas que está no campo e que pode a qualquer momento está sendo expulsa...”), impedindo o bem viver dos agricultores familiares e, consequentemente, afastando-os cada vez mais da sociedade mais ampla, obrigando-os a viver em locais onde as privações econômicas e sociais convergem com divisões sociais (Giddens, 2008).

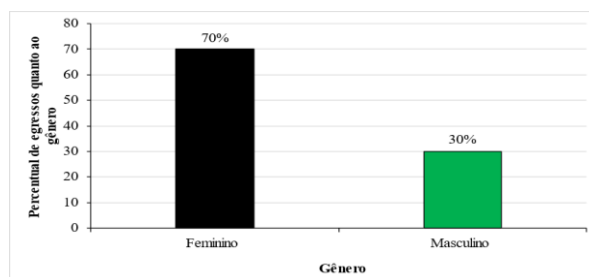
A Agroecologia também é compreendida, pelos docentes, como um recurso de emancipação e autonomia para a libertação das mulheres dentro de uma realidade territorial em que o machismo patriarcal está enraizado e onde muitas mulheres ainda não conseguem ter a liberdade para buscar uma formação profissional e se inserir no mundo do trabalho, seja ele formal ou informal. Nesse contexto, a classe feminina ainda se encontra em desvantagem, sendo necessária a mobilização das mulheres no enfrentamento de diversas questões de desigualdade que as impedem de assumir o seu papel social. Como expresso nos excertos abaixo:

- D1: “... Agroecologia é uma possibilidade principalmente para o desenvolvimento e empoderamento das mulheres né, que envolve a questão de gênero, a gente vê as mulheres tão empoderadas quando está trabalhando na Agroecologia...”
- D3- “A Agroecologia para as mulheres é empoderadora... Vem mais mulheres dos assentamentos do que homens, aí vem essa questão do empoderamento de querer sair, querer estudar e aprender. Elas chegam aqui sem falar nada da sua casa, mas depois por meio de conversa com outras colegas, começam a partilhar os seus problemas e dividem as dificuldades da vida, de ter a independência financeira... elas relatam alguns embates para conquistar esse espaço.”

Observamos que, nas falas trazidas por D1 e D3, há uma crença sustentada no texto de que a Agroecologia é um meio de melhorar as condições sociais das mulheres e de independência tanto no quesito econômico como de adentrar em novos espaços sociais (“Elas chegam aqui sem falar nada da sua casa, mas depois por meio de conversa com outras colegas, começam a partilhar os seus problemas e dividem as dificuldades da vida, de ter a independência financeira.”) Tanto no discurso de D1 como no de D3, percebemos que ambos têm a mesma visão acerca do poder transformador da Agroecologia como prática social na vida das mulheres agricultoras familiares desse território, como um sinalizador para a possibilidade de mudança de vida das mulheres agricultoras.

A Agroecologia é representada por D1 e D3 como um recurso de autoemancipação para as mulheres da Mata Sul-PE, a formação em Agroecologia tem a possibilidade de modificar as estruturas patriarcais e empoderar as mulheres camponesas a buscarem seus direitos e a se reconhecerem como parte importante da ação e da transformação. Como argumento para a representação da Agroecologia, sob essa ótica de liberdade feminina, D3, por meio do processo verbal “relatar” em “...elas relatam alguns embates para conquistar esse espaço.”, traz à tona trecho de fala de algumas mulheres discentes do curso, no qual elas constroem suas narrativas a partir de lutas para romper o patriarcalismo, como podemos observar ao utilizar a verbiagem “*embate*”, acompanhado do processo material “*conquistar*” e da circunstância “*esse espaço*”.

A fala de D3 (“Vem mais mulheres dos assentamentos do que homens...”) é reiterada com os resultados dos dados coletados no questionário que elaboramos no intento de identificar o perfil dos participantes da pesquisa. Na categoria egresso, os dados nos revelam que a maioria do público-alvo é mulher, conforme demonstra o gráfico abaixo.



Inferimos que a inserção feminina, no CST em Agroecologia, tem como incentivo os movimentos sociais que, como já mencionamos, surgem a partir de vários debates, envolvendo, principalmente, as mulheres agricultoras familiares, valorizando os seus saberes, impulsionando e incentivando a sua participação nas esferas públicas, conforme vimos no capítulo III, seção 2. No discurso de D3, há um implícito de que essas mulheres têm problemas em comum e utilizam o espaço acadêmico como um lugar, ousamos dizer, também de terapia, de troca, de partilhar as angústias, de mudança discursiva (*“elas chegam aqui sem falar nada da sua casa, mas depois por meio de conversa com outras colegas, começam a partilhar os seus problemas e dividem as dificuldades da vida”*).

Na concepção de D3, há um pressuposto, a partir dos processos materiais “*chegar*” e “*começar*” e do conectivo adversativo “*mas*”, que esse espaço, além de ser um lugar de partilha de saberes voltados para a Agroecologia enquanto ciência, movimento e prática, é também um ambiente de acolhimento e de despertar para a construção de discursos contra-hegemônicos, no que se refere à questão de gênero. Essa concepção de Agroecologia, como porta social para as mulheres, remete ao que bell hooks (2018) denomina de “confessionário”, ao se referir ao movimento feminista contemporâneo, ambiente que servia como ritual de cura, por meio do qual as mulheres adquiririam força para desafiar o poder patriarcal no trabalho e em casa.

Vale frisar que o discurso da Agroecologia, como prática social, caminha na direção de romper com as amarras de dominação socioeconômica, histórica e cultural, de intervir socialmente com estratégias discursivas, na tentativa de promover o desenvolvimento, de acordo com as necessidades das comunidades rurais a partir dos seus diversos contextos. Nessa perspectiva, o discurso desse paradigma deve ser entendido de fato como uma prática social descolonizadora, criando e fortalecendo metas contra ações de dominação colonialista e patriarcal.

Ainda no entendimento dos atores sociais docentes, entre todos os aspectos que dizem respeito às dimensões da Agroecologia, o mais importante, do ponto de vista ideológico de D4, é a dimensão da transformação social e política (*“Eu digo sempre que a dimensão ecológica, a econômica a gente pode organizar, mas a base para a transformação é a política e a social,*

política não partidária...”). D4 destaca as dimensões social e a política como as mais importantes, uma vez que essas dimensões exigem mudança pessoal e coletiva de todos os que estão engajados na luta em prol da equidade social e da ruptura das assimetrias sociais causadas pela dominação e exploração da população rural.

A Agroecologia, nessa perspectiva, tem um viés de superação dos limites impostos no território, proporciona aos agricultores oportunidade de assumir uma nova proposição de produção agrícola e identidade social, uma vez que identidade não é algo estanque, ela se constrói cotidianamente nas atividades reflexivas do agente social (Fairclough, 2003).

Quadro 20 - Percepção dos atores sociais integrantes da ONG acerca da compreensão de Agroecologia como prática social

Sabiá 1	<i>“Eu vejo a Agroecologia como um campo de possibilidades, entendendo que ela não é só mudança no uso da terra... no jeito de fazer agricultura, tem essa parte que é muito importante, principalmente, quando você olha a terra no contexto da Mata Sul, você vê o quanto é preciso mudar o uso da terra, nesse território, que é sair de uma monocultura pra partir pra uma agricultura diversificada, regenerativa do ponto de vista dos recursos ambientais...Então partindo desse contexto, acho que essa questão né, dessa mudança de fazer uma agricultura, ela já traz uma mudança bem concreta do ponto de vista de ser uma possibilidade de desenvolvimento, inclusão e tal. Mas é preciso que estes aspectos que a gente chama de inclusão, eles sejam efetivamente realizados inclusive dialogando com a concepção de Agroecologia como a ANA tem pautado, que é: sem feminismo não há Agroecologia, com o racismo não é Agroecologia...pra ter Agroecologia é importante que tenha uma juventude, que as juventudes estejam inseridas né; com LGBTfobia não é agroecologia, né.</i> <i>Então é ... não dá para ter Agroecologia, se as mulheres não estiverem envolvidas no processo e pra elas estarem envolvidas nesse processo, é preciso que haja liberdade... para produzir, para vender para se apropriar e pensar na riqueza e como é que essa riqueza produzida ela vai ser distribuída entre o conjunto das famílias e das necessidades familiares. É preciso que as mulheres saiam de uma situação de violência, porque não dá pra cuidar da natureza, das formiguinhas né, e a mulher tá apanhando, a mulher tá numa situação de violência... não dá para pensar em Agroecologia se você não envolve as populações tradicionais, sejam quilombolas... populações tradicionais que a gente tem no campo, não é só envolver é preciso que o modo de vida, o modo de agricultura, ele seja incorporado, porque a Agroecologia dialoga e é preciso respeitar, inclusive, para não impor essa coisa do termo Agroecologia né...</i> <i>Acredito que isso seja uma mudança, transformação, de inclusão é uma possibilidade, né, agora é um exercício diário e não é uma coisa dada, é uma construção que você vai contra o capital, contra a história de colonização, de Casa Grande e Senzala que tem na Mata Sul e que tem no Estado de Pernambuco e está enraizada na política estadual e local, que a gente continua com as famílias... se submetendo a isso, correndo atrás e se virando para sobreviver. É preciso também tratar a história da Agroecologia com o seu viés político para que as essas</i>

	<i>mudanças possam acontecer né, porque se não há uma mudança nas políticas, nos orçamentos das políticas públicas, a Agroecologia não consegue acontecer. E os técnicos no trabalho de assessoria tem que problematizar as questões sociais, fazer a crítica necessária sobre a realidade e suas consequências, isso de forma reflexiva e coletiva.”</i>
Sabiá 2	<i>“Eu vejo a Agroecologia muito mais como uma estratégia né, [...] de enfrentamento a esse modelo de desenvolvimento que a gente tem, na nossa sociedade, e aqui não é diferente, aqui no estado de Pernambuco e na Zona da Mata Sul, né. Que é um modelo baseado né, na exploração das pessoas, do próprio meio ambiente né. Então, acho que Agroecologia é essa estratégia que também se transforma numa prática, se não tem a prática, a estratégia não flui... ela tem essa parte da prática que é também de resgatar e valorizar o conhecimento e saberes dos agricultores e das agricultoras.</i> <i>É pautar num outro modelo de agricultura né [...] essa agricultura ao longo dos anos foi sendo modificada, entendida de outra forma... acho que a Agroecologia é esse processo, esse caminho, esse rio que ...que a gente estabelece uma outra relação com a natureza, [...] que tem o viés da produção de alimento, um viés da própria de geração de renda, porque sem renda as pessoas não conseguem né, ficar no campo é, mas tem sobretudo é... essa outra forma de se relacionar com a natureza com o meio ambiente, de partir de uma lógica de produção é que considera inclusive o próprio agricultor e agricultora como elemento dentro desse agroecossistema como a gente diz, da natureza. Vandana Shiva diz que é preciso acabar com as monoculturas da mente. Eu também acredito que a transição agroecológica começa no pensar, tem muito desse movimento decolonizador...quando olhamos na perspectiva de movimento social, ela também pauta muitas outras coisas como, por exemplo, a questão da gente se autoidentificar, se representar, enquanto negro, povo quilombola, indígena, porque, historicamente, esse povo do campo teve seu conhecimento dizimado, o saber foi meio se perdendo... Então a Agroecologia vem dizer, reafirmar para os camponeses que os seus saberes são válidos e podem se juntar com outros e se transformar em outros saberes. Então, a Agroecologia tem muito disso de decolonização.”</i>

7.1.2 Análise crítico-discursiva acerca da compreensão de Agroecologia como prática social na concepção da ONG Centro Sabiá

Os atores sociais da ONG Centro Sabiá utilizam do argumento inicial de que é necessário um olhar macro para que a Agroecologia se efetive como prática social em prol do desenvolvimento dos assentamentos da Mata Sul-PE. Nas palavras dos colaboradores representantes da ONG, não basta focar na questão da sustentabilidade da produção agrícola, eles entendem que não dá para pensar Agroecologia fora das lutas de classes, de gênero e de humanização.

Conforme expresso linguisticamente nos excertos abaixo:

- Sabiá 1 - “Eu vejo a Agroecologia como um campo de possibilidades muito grande, [...]ela não é só mudança no uso da terra... no jeito de fazer agricultura, tem essa parte que é muito importante, principalmente, quando você olha a terra no contexto da Mata Sul, você vê o quanto é preciso mudar o uso da terra, nesse território, que é sair de uma monocultura pra partir pra uma agricultura diversificada, regenerativa do ponto de vista dos recursos ambientais...Mas é preciso que estes aspectos que a gente chama de inclusão, eles sejam efetivamente realizados inclusive dialogando com essa concepção de Agroecologia como a ANA tem pautado: sem feminismo não há Agroecologia, com racismo não há Agroecologia...pra ter Agroecologia é importante que as juventudes estejam inseridas né; com LGBTfobia não é agroecologia, né.”

O discurso de Sabiá 1 é introduzido pelo processo mental “**vejo**” em primeira pessoa para externalizar, a partir de sua experiência e conhecimento do contexto da Mata Sul-PE, a sua concepção acerca de Agroecologia. O ator social definindo a Agroecologia como (“*um campo de possibilidades*”) de transformação da realidade, não só uma mudança no modo de produzir, de regenerar a terra, ele considera que este também é um ponto importante, visto que a terra, nesta região, é explorada sob a lógica da monocultura. Ele aponta este problema socioeconômico e ambiental, por meio do processo existencial “**tem**”, para evidenciar a existência de um cenário que precisa ser alterado. Sabiá 1 reforça o seu argumento fazendo uso de uma escolha lexical a partir dos advérbios “**principalmente**” e “**quando**”, acompanhados dos processos materiais “**olhar**” e “**partir**” e do processo mental “**sair**” (“...tem essa parte que é muito importante, principalmente, quando você olha a terra no contexto da Mata Sul... que é sair de uma monocultura pra partir pra uma agricultura diversificada...”).

No entanto, Sabiá 1 considera que é necessária uma mudança anterior à regeneração e à diversificação da produção: uma transformação de consciência, de comportamento humano. O ator social traz à discussão um chamamento, levanta uma pauta importante que precisa ser entendida e vivenciada por todos os que defendem a Agroecologia como prática social: a efetivação da inclusão social (“...mas é preciso que estes aspectos que a gente chama de inclusão, sejam efetivamente realizados inclusive dialogando com essa concepção de Agroecologia como a ANA tem pautado: sem feminismo não há Agroecologia, com racismo não há Agroecologia...com LGBTfobia não é agroecologia, né.”). Ele introduz a oração com um conectivo adversativo “**mas**”, acompanhado pela expressão modalizadora deôntica “**é preciso que**”, para afirmar que não há desenvolvimento sem envolvimento de todos os cidadãos, caso contrário, é apenas falácia. Observamos que Sabiá 1 se inclui como um agente social que também é responsável pela transformação, ao utilizar a expressão coletiva “**a gente**”, para expressar que não basta nomear as ações, mas praticá-las. Ele chama para si a responsabilidade desta mudança.

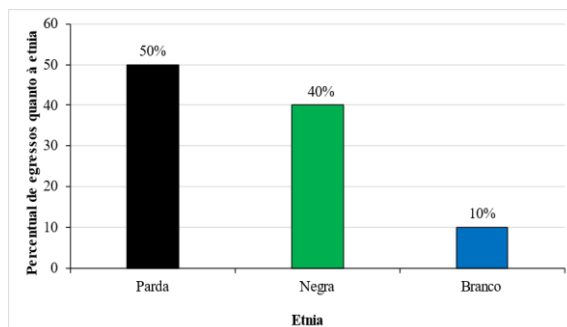
Ele traz o posicionamento de um agente social institucional incluído e nomeado - a ANA, ela é representada no discurso de Sabiá 1 como o agente que orienta e defende os meios para a efetivação da Agroecologia ("como a ANA tem pautado: sem feminismo não há Agroecologia, com racismo não há Agroecologia...com LGBTfobia não é agroecologia, né."). Há, nesse excerto de Sabiá 1, preocupação com ações humanas que impedem a efetivação da Agroecologia por não respeitar as diversidades étnico-raciais e de gênero.

O discurso de Sabiá 2 também destaca que a Agroecologia não é apenas uma estratégia para o desenvolvimento do território da Mata Sul-PE, no sentido de produção agrícola, ela engloba diversos aspectos sociais, resgata a dignidade, o respeito aos saberes populares e aos direitos de uma população que teve sua identidade dizimada há séculos. Isso está expresso no excerto a seguir:

- Sabiá 2 - *"... ela também pauta muitas outras coisas como, por exemplo, a questão da gente auto se identificar, se representar, enquanto negro, povo quilombola, indígena, porque, historicamente, esse povo do campo teve seu conhecimento dizimado, o saber foi meio se perdendo..."*

Nesse discurso, percebemos que Sabiá 2 utiliza o processo material "*pauta*" para explicar as contribuições que podem ser geradas pela Agroecologia, enquanto prática, movimento e ciência. O ator social, neste excerto, ao escolher o léxico "*a gente*" sente a necessidade de se incluir como agente que também teve seus direitos cerceados no decorrer da constituição da nossa História. A compreensão macro acerca do entendimento de Agroecologia trazida por Sabiá 1 e Sabiá 2 está em consonância com as proposições das pluriépistemologias, que foram base para a construção do ideário da Agroecologia enquanto paradigma científico. Dentre elas: o Ecofeminismo e a Epistemologia quilombola (conforme descritas no capítulo três desta Tese), que criticam, respectivamente, a dominação patriarcal nas relações entre gêneros e reconhecem as pessoas como parte integrante da natureza.

Nos discursos de Sabiá 1 e Sabiá 2, há denúncia de que são recorrentes práticas de exclusão social que atinge, de certa forma, as populações mais vulneráveis, as periféricas e as que são denominadas pretas. Abrimos um parêntese aqui para trazer um recorte do questionário feito com egressos entrevistados, nesta pesquisa, no qual há evidência de que, no universo da Mata Sul-PE, os atores de cor preta são maioria.



O gráfico revela que há um número expressivo de discentes que se considera preto e pardo, chegando a um universo de 90%. Esses dados reforçam a necessidade de o espaço acadêmico junto ao Estado enviaar forças para que as políticas destinadas a essa população sejam respeitadas e executadas para que esses atores sociais tenham seus espaços contemplados. Sob essa ótica, como defendem Sabiá 1 e Sabiá 2, a Agroecologia só pode, de fato, ser consolidada como uma prática social inclusiva quando todas as diferenças forem sanadas. Isso, porque, no Brasil, o racismo, nas mais diversas naturezas, ainda é pujante a ponto de desconsiderar as leis vigentes no país para as populações rurais, tanto no que diz respeito ao crédito rural, à comercialização de seus produtos, ao acesso à terra, entre outras dimensões sociais.

Desse modo, a Agroecologia não se consolidará enquanto persistir a manutenção da prática discursiva e social opressiva e excludente de uma elite contra a população pobre, mulheres, negros, povos originários, quilombolas, *LGBTQIAPN+*. Visto que a base epistemológica da Agroecologia é pluridimensional, agrega, respeita, difunde conhecimento aos agricultores e agricultoras, não dá para pensar Agroecologia fora dessas dimensões. A Agroecologia, nesses termos, é uma prática social que contribui para uma mudança discursiva e, conseqüentemente, essa relação promove a mudança social (Fairclough, 2003), constrói uma nova representação social face a uma realidade que foi e continua sendo imposta a uma população minorizada.

Na crítica discursiva de Sabiá 1, fica evidente que ainda é preciso lutar pelo que já está previsto em lei, pois o Art. 5º da Constituição Federal, inciso I, conforme mencionamos no **capítulo III, seção 1**, “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”. Percebemos que o contexto jurídico garante a todo o cidadão esse respaldo, desde a publicação da Carta Magna; no entanto, as práticas sociais mostram que mulheres, negros, povos originários, entre outras classes minorizadas ainda sofrem preconceitos, abusos e discriminações há anos.

Na concepção de Sabiá 1, a Agroecologia é compreendida como uma possibilidade de poder de transformação social no âmbito da Mata Sul-PE, conforme expresso no excerto abaixo:

-Sabiá 1- *“Acredito que seja uma mudança, transformação, de inclusão é uma possibilidade, né, agora é um exercício diário e não é uma coisa dada, é uma construção que você vai contra o capital, contra a história de colonização, de Casa Grande e Senzala que tem na Mata Sul ... e está enraizada na política estadual e local, que a gente continua com as famílias... se submetendo a isso, correndo atrás e se virando para sobreviver.”*)

A perspectiva de mudança externalizada por esse ator social está ancorada no processo mental “*acredito*”, no seu entendimento, a Agroecologia possibilita a construção de um novo cenário, mesmo dentro de um território marcado pela exploração do trabalho humano e dos recursos naturais, onde o domínio do poder de uma classe latifundiária ainda tenta determinar o modo de viver da população. A perspectiva de mudança de um cenário social é um dos objetivos da ACD, proposta por Fairclough ([1992], 2016), que deve ser observada no texto, na prática discursiva e na prática social.

Sabiá 1 utiliza, recorrentemente, o processo relacional identificativo “*ser*” (“...é uma possibilidade, né, agora é um exercício diário e não é uma coisa dada, é uma construção que você vai contra o capital...”), tal repetição tem o intento de reforçar que a Agroecologia pode transformar a realidade, romper com as estruturas sociais que persistem em dominar o território. Importante destacar que o ator social, gradativamente, elenca uma série de atributos a fim de aclarar que, para esta mudança ocorrer, é necessário enfrentamento ao modelo capitalista dominante na região, isso deve acontecer continuamente, é preciso uma mudança discursiva para a construção de uma nova prática social.

Recorrendo à voz de Gilberto Freyre, Sabiá 1 faz referência à obra *Casa-Grande e Senzala*, por meio do recurso da intertextualidade, para basilar o seu discurso contra-hegemônico e criticar uma estrutura que ainda se assemelha à época da colonização em que segregava socialmente a população (“...contra a história de colonização, de Casa Grande e Senzala que tem na Mata Sul... e está enraizada na política estadual e local, que a gente continua com as famílias... se submetendo a isso, correndo atrás e se virando para sobreviver.”). A evocação de uma voz pode ser feita simplesmente pela ressonância que ela faz a um discurso que seja reconhecidamente associada a essa voz, sinaliza o posicionamento do texto em lutas hegemônicas (Fairclough 1992, 2003).

Sabiá 1 faz uso da intertextualidade para assegurar que o problema social fora anteriormente discutido por outrem e que este problema é recorrente devido à concentração de um poder

causador de precariedade social que compromete o desenvolvimento e a sobrevivência digna das famílias nesse território. Nesse caso específico, o ator social se refere à obra *Casa-Grande e Senzala*, do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, para afirmar que, na Mata Sul-PE, a estrutura dominante dos grandes latifundiários e, por outro lado, a subserviência da população rural ainda é uma realidade. Há uma evidência no discurso de Sabiá 1 de que as ações ambientais insustentáveis estão institucionalizadas há gerações, nesse território, e foram inculcadas na mente do agricultor como a única forma correta e lucrativa.

Diante disso, Sabiá 1 argumenta que a Agroecologia só se tornará um recurso de transformação na condição socioeconômica desse território se, continuamente, houver uma postura e ação crítica frente às injustiças sociais. Percebemos similaridade no discurso de Sabiá 2 acerca da compreensão da Agroecologia como mudança transformacional para a população desse território, conforme o excerto abaixo:

- Sabiá 2 *“Vejo a Agroecologia muito mais como uma estratégia né... um processo estratégico... de enfrentamento a esse modelo de desenvolvimento que a gente tem, na nossa sociedade, e aqui não é diferente, aqui no estado de Pernambuco e na Zona da Mata Sul, né... um modelo baseado né, na exploração das pessoas, na exploração do próprio meio ambiente né.”*

O discurso de Sabiá 2, por meio do processo mental “*vejo*”, parte da premissa de que a Agroecologia se impõe como um contradiscurso ao modelo dominante de desenvolvimento agrícola existente na região, que explora todos os elementos constituintes do meio ambiente, inclusive o ser humano, uma vez que este não está desintegrado da natureza. Tal assertiva se assemelha às propostas do Paradigma Ecológico, o qual concebe o mundo como um todo integrado e não como uma coleção de partes dissociadas Capra (1997). Os argumentos apresentados tanto por Sabiá 1 quanto por Sabiá 2 aludem à emergência de romper a violência simbólica reproduzida pelo sistema capitalista e as práticas discriminatórias enraizadas nas relações de poder.

Nos termos de Bourdieu (1989), a violência simbólica é compreendida como um modo de coação que se apoia no reconhecimento de uma imposição determinada, seja econômica, social ou simbólica. Essa emergência de reduzir as violências reproduzidas no território é apresentada como necessária para garantir a afirmação da Agroecologia como prática social nesse espaço de disputa, que é diário e contínuo. Enquanto as imposições do poder do latifundiário predominarem nesse território, a violência simbólica persistirá.

Outro fator destacado no discurso de Sabiá 2 é a proposição de autonomia econômica que a Agroecologia proporciona para a sobrevivência dos agricultores e das agricultoras rurais,

isso se dá, conforme Sabiá 2, a partir da relação pessoal com a natureza (*“acho que a Agroecologia é esse processo ...que a gente estabelece uma outra relação com a natureza... tem um viés do produtivo, o viés da produção de alimento, um viés da própria geração de renda, porque sem renda as pessoas não conseguem né, ficar no campo é, mas tem sobretudo é... essa outra forma de se relacionar com a natureza com o meio ambiente né”*). O ator social, neste excerto, traduz a sua percepção acerca da Agroecologia, por meio do processo mental *“acho”*, partindo do domínio de conhecimento com a temática e utiliza o atributo *“processo”* para indicar que, por meio deste, estabelece-se relação com a natureza.

Sabiá 2 utiliza do processo relacional *“tem”* para indicar que a Agroecologia possui uma série de orientações, ele usa o termo *“viés”* repetidamente para enfatizar as diferentes possibilidades que a Agroecologia pode proporcionar. Ele evidencia que a Agroecologia tem um viés diversificado, isso não ocorre com a monocultura. Neste excerto, o entrevistado pontua a necessidade básica de o ser humano se fixar em um espaço físico e social e, conforme seu discurso, o que garante esse “estar-no-mundo” são as condições também de viés econômico-produtivo. O movimento recíproco homem/natureza, proporcionado pela Agroecologia, é representado linguisticamente de maneira particular na percepção de Sabiá 2, por meio da expressão conotativa, como podemos observar em: *“...a Agroecologia é... esse caminho, esse rio que ...que a gente estabelece uma outra relação com a natureza...”*). Vale destacar a inclusão do falante como ator do processo material *“estabelece”*, ele se sente envolvido nessa ação.

A Agroecologia, na ótica do Sabiá 1 e Sabiá 2, tem um viés político e é entendida como estratégia de luta, que requer engajamento da sociedade civil, dos assistentes técnicos para problematizar as questões sociais junto aos agricultores. Conforme exposto no excerto abaixo:

- Sabiá 1: *“É preciso também tratar a história da Agroecologia com o seu viés político para que essas mudanças possam acontecer né, porque se não há uma mudança nas políticas, nos orçamentos das políticas públicas, a Agroecologia não consegue acontecer. E os técnicos no trabalho de assessoria têm que problematizar as questões sociais, fazer a crítica necessária sobre a realidade e suas consequências, isso de forma reflexiva e coletiva”*.

O discurso desse ator social é introduzido tanto no primeiro período quanto no segundo por construções discursivas modalizadoras deônticas: *“É preciso também tratar...”, têm que problematizar as questões sociais...”*. O emprego de modalizadores, no texto, reflete o grau de envolvimento do ator social com o assunto em pauta, segundo Fairclough (2003) e Halliday (1994), a modalidade corresponde ao julgamento do falante quanto às probabilidades ou obrigações concernentes ao que ele(a) se refere no texto. Assim, no discurso de Sabiá 1, esses

modalizadores sinalizam o comprometimento e conhecimento que ele tem acerca da Agroecologia, reconhecendo-a como um projeto ainda em construção no território da Mata Sul. Sabiá 1 adverte para a força político-ideológica que tem a Agroecologia em suas diferentes dimensões e responsabilidade da assistência técnica em mobilizar e respeitar a diversidade de saberes.

Sabiá 1 também critica a dificuldade e morosidade, por parte do poder público, para o cumprimento das pautas de políticas públicas para a Agroecologia (*“...não há uma mudança nas políticas, nos orçamentos das políticas públicas, a Agroecologia não consegue acontecer”*). Conforme discorrido no **capítulo IV** desta Tese, a luta para que esse setor tivesse acesso às políticas públicas no Brasil só foi possível por meio de mobilização e enfrentamento da sociedade civil. O modalizador em (*“...os técnicos no trabalho...têm que problematizar as questões sociais...”*) sinaliza que é incoerente prestar assistência técnica aos agricultores familiares, na perspectiva da Agroecologia, sem que haja comunicação horizontal, com imposição dos assistentes técnicos e ocultamento do saber dos agricultores. O posicionamento de Sabiá 1 parte da premissa que deve haver o engajamento múltiplo dos diversos atores sociais, do contrário, estar-se-á cometendo aquilo que Freire (1983) denominou, ao criticar a extensão rural de “invasão cultural”, quando os extensionistas/assistentes técnicos não respeitam os valores, o conhecimento do trabalhador do campo, que, ao invés de libertá-lo, escraviza-o, não permite que se afirme como ator do seu fazer.

Desse modo, Sabiá 1 se posiciona criticamente contra a assessoria técnica embasada apenas no academicismo e no cientificismo cartesiano, modelos em que o extensionista é o detentor do saber e o agricultor é mero receptor desse conhecimento (Freire, 1983). Na concepção freiriana, os saberes dos trabalhadores rurais precisam ser considerados, a atividade da assistência deve ser embasada na comunicação horizontal, assim, é possível que o extensionista também se veja como agente de mudança, e os agricultores também se vejam com esse poder de mudança.

O discurso de Sabiá 2 em (*“Então a Agroecologia vem dizer, reafirmar para os camponeses que os seus saberes são válidos e podem se juntar com outros e se transformar em outros saberes. Então, a Agroecologia tem muito disso de decolonização”*) é construído em prol da defesa dos agricultores como forma de resistência pelo reconhecimento dos seus saberes agregados a outros saberes em diferentes espaços, seja acadêmico ou na sua própria comunidade. Esse discurso coaduna com o pensamento de Toledo (2016), ao argumentar que a Agroecologia é em si uma grande mudança na nossa relação com o conhecimento, requer que os agroecólogos não sejam apenas extensionistas, mas que eles se envolvam em um diálogo

intercultural, mostrando que a ciência acadêmica, associada aos conhecimentos empíricos, é capaz de transformar realidades sociais.

O discurso de sabiá 2, no excerto acima, remete a um período histórico em que os saberes, as necessidades da população minorizada foram negados, ou até mesmo dizimadas pelo colonialismo. A Agroecologia surge em prol dos agricultores para contribuir com o processo de transformação desses agentes, uma vez que ela possibilita a autonomia dos camponeses e as mudanças nas relações de poder. A Agroecologia, além de se pautar nas questões ambientais, proporciona a construção de identidades, de reconhecimento, pertencimento a um espaço cultural que, historicamente, foi-lhe negado.

Os discursos da ONG Centro Sabiá, representados por Sabiá 1 e Sabiá 2, pontuam que é preciso entender que a Agroecologia só se consolida na íntegra se cumprir os ditames da sustentabilidade social, ética, econômica, cultural e política, conforme propostos por Caporal e Costabeber (2004), perpassando o pensamento limitado à ciência de preservação da terra. A visão crítica materializada no discurso do Sabiá 1 e Sabiá 2, acerca da compreensão de Agroecologia como prática social, coaduna com os pressupostos da ACD em que o sujeito é portador de conhecimento e saberes e não o objeto de investigação como a ciência moderna cartesiana compreendia, conforme tratamos no **capítulo III** desta Tese.

Quadro 21 - Concepção dos egressos sobre Agroecologia como prática social na Mata Sul-PE

E1	<i>“Agroecologia é uma possibilidade de mobilização social, mas dentro do contexto de informação, orientação, investimento... Inclusive assim eu acredito que existe falta de incentivo do governo, o INCRA, o IPA né, pagar, contratar profissionais da Agroecologia para que eles possam trabalhar dando assistência aos agricultores familiares. É preciso ter órgãos públicos que mostrem aos pequenos produtores como se fazer SAFs (Sistemas Agroflorestais), eles não conhecem, não sabem fazer, diversificar a sua produção, é preciso orientação para colocar em prática e incentivá-los a se fixar no campo...Acho que tem que... a Agroecologia... não é dizer que essa prática é ruim, mas precisa unir, fazer uma coisa legal, minimizar né, os impactos, assim ... para isso tem que ter incentivo do governo, pagar profissionais da área para que ensinem essas práticas e possam levar para o campo né, tanto para os grandes produtores como os para os assentamentos de reforma agrária. Tem todas essas possibilidades, eu acho que Agroecologia cabe em todo lugar e tem que se caber, ela tem que se fazer.”</i>
E2	<i>“Vejo a Agroecologia como possibilidade de desenvolvimento, agora... isso depende muito da... vontade política, né, porque o centro Sabiá está realizando uns encontros lá no IF... para mobilizar os prefeitos. Que até eu tive uma fala lá e disse que seria importante que o próprio Instituto também se mobilizasse, né para mostrar a importância desse curso para a região e até para os prefeitos que têm uma visão indiferente pra essas questões, porque uma região dominada pela cana, quando o pessoal acha que isso aí é a riqueza onde isso aí é escravidão. Eu nunca</i>

	<i>vi um parceleiro desse aqui tirar uma safra de cana-de-açúcar e fazer 12 feiras do lucro. Precisa de mobilização por parte do poder público, né, as políticas públicas. Quando eu conheci a Agroecologia, eu disse oxe, que negócio diferente, todo mundo se ajudando, porque você entende que não é eu, não está se tratando de mim, mas de nós, porque isso vai servir para as próximas gerações (pausa), isso vai ser um legado que vai ficar... É um trabalho de formiguinha, agora eu nunca desanimei, apesar das vezes ter muita decepção com o ser humano, mas ainda eu acredito nele.”</i>
E3	<i>“A Agroecologia é possível transformar a realidade social através das práticas, dos mutirões, dos intercâmbios, da própria movimentação que você faz e você vai trazer é... fazer, uma prática com um ou outro agricultor, o vizinho já chega, já olha. Isso tem uma capacidade muito interessante de mobilizar né, fora que também politicamente né, de coisas de inserção de participação em conselho, de fazer uma comissão e falar com a prefeitura né. Então tem muita força né, a Agroecologia. A Agroecologia é uma ciência, um movimento e uma prática que se propõe a uma mudança de paradigma de mudança social.”</i>
E4	<i>“A Agroecologia dá outro olhar... de certa forma, ela abre a mente, seu olhar transforma, ela envolve muitas coisas, não é só plantar, envolve também o social. Então eu acho que essa questão da mobilização socioeconômica para os assentamentos através da Agroecologia é... existe a possibilidade, só que eles têm que primeiro entender que as coisas só vão para frente se existir o cooperativismo, o associativismo, né, que eles individual pode até conseguir, mas vai demorar mais um pouco, um exemplo assim, para participar de políticas públicas, para participar de chamadas públicas, quando você está individual, tem certa dificuldade, mas quando você está como cooperativa, como associação, tem mais possibilidades de você chegar lá.”</i>
E5	<i>“Sim, a Agroecologia, na verdade, como ciência ela abrange vários caminhos possíveis desde a cadeia alimentar até...a Agroecologia é uma forma de vida, uma vida mais saudável, é uma ciência que defende alimentos livres de produtos químicos, um alimento mais natural, e também tem outro aspecto ela vai do socioambiental até o socioeconômico.”</i>
E6	<i>“Com certeza, totalmente, ela pode mobilizar e transformar, é... só está precisando de um ajuste porque é fundamental...porque assim a gente via muita a questão da produção orgânica, mas é diferente, há uma exigência de selo, isso dificilmente, nós de assentamentos temos condição para isso.”</i>
E7	<i>“A Agroecologia é uma possibilidade de desenvolvimento, por exemplo, o pessoal tem uma cultura da cana de açúcar, e a própria cana de açúcar, pode entrar no contexto da Agroecologia, como? Agregando valores aos novos produtos, quando se entrega aos usineiros, o lucro é dele. O produtor pode fazer um melaço, o caldo de cana, a rapadura, valorizar o seu produto e o que é mais importante ainda é que Agroecologia ela tem um papel importante de trazer uma perspectiva de desenvolvimento social, solidário com a cultura dos agricultores a diversificação de produtos, por exemplo, a agricultura familiar tem que ser pensada nesse sentido, a venda, a produção e o consumo é... alimenta a própria família e agrega valores, aí também vem os jovens, a mulher, a mulher ali pode pegar um produto daquele, fazer um doce, uma compota, beneficiar, agregar valor e vender.”</i>
	<i>“Creio que a Agroecologia é um caminho, acredito que estamos no comecinho, entendeu? Mas sabendo trabalhar, sabendo divulgar, sabendo fazer, com certeza, ela é uma porta, porque assim, até porque acredito que o mundo está evoluindo para você ter uma melhor qualidade de vida e se você conhece como fazer, dizer,</i>

E8	<i>“você sabe fazer por que não fazer? E outra coisa, eu acredito assim se você desenvolve em uma comunidade uma horta agroecológica, se você consegue tirar dali digamos, eu não falo nem em relação ao comércio, que você geralmente você tem uma horta pequena você comercializa o excedente, mas que você muda sua qualidade de vida.”</i>
E9	<i>“Veja só, a Agroecologia aqui, no nosso município, em nossa região da mata sul, ela vem ficando cada vez mais forte, só que como a gente sabe, ainda tem um grande dilema que é a monocultura que predomina e ainda está enraizado na vida das pessoas. Muitos já sabem o que é agroecologia... muita gente pratica agroecologia, mas não sabe que se dá esse nome, agroecologia, aí tem isso também. Então quando a gente chega no assentamento e vai falando das práticas agroecológicas é... as pessoas não sabem que se trata da Agroecologia. Mas é... creio que esse contexto da monocultura, aqui na nossa região, ele pode mudar por incentivos que já vem tendo, com projetos fortalecendo a agricultura familiar e a agroecologia, só que ninguém faz nada sozinho, e isso tem a demanda de técnico é muito pouco para a quantidade de agricultores, aí isso é um grande dilema ainda pra a Agroecologia não ser disseminada nessa região da gente, mas creio que tem potencial sim só tem a crescer.”</i>
E10	<i>“Vejo a Agroecologia como um campo de estratégia, um renascer. Quero muito que a Agroecologia invada todas as associações, as cooperativas, quero que ela exploda (Bem enfática).”</i>

7.1.3 Análise crítico-discursiva acerca da compreensão de Agroecologia como prática social na concepção dos egressos

A concepção dos egressos, acerca do entendimento de Agroecologia, parte de uma análise sociopolítica, científica e econômica, tendo como pano de fundo as suas experiências no campo rural e no *Campus* universitário, que estão inseridos em uma região “dominada pela cana-de-açúcar. Com base no conhecimento e nas atividades do cotidiano, esses atores sociais entendem a Agroecologia como possibilidade para o desenvolvimento socioeconômico da região, apesar de todas as limitações impostas pelo modelo dominante da monocultura e da ausência de políticas públicas. Conforme veremos nos excertos a seguir.

Há, nos discursos dos egressos, uma compreensão positiva acerca da Agroecologia como um recurso para a prosperidade do território. No entanto, os discursos apresentam argumentos defendendo que essa transformação só será possível a partir de cooperativismo, associativismo, participação do poder público para que as políticas destinadas à Agroecologia sejam eficazes, visto que sozinhos os agricultores familiares não conseguirão desenvolver as práticas agroecológicas. Eles carecem de “informação, orientação e investimento” do Estado para possibilitar condições de trabalho ao tecnólogo em Agroecologia, para a atuação nas comunidades rurais, conforme expressam o E1 no excerto abaixo:

-E1: *“Agroecologia é uma possibilidade de mobilização social, mas dentro do contexto de informação, orientação, investimento... Inclusive assim eu acredito que existe falta de incentivo do governo, o INCRA, o IPA né, pagar, contratar profissionais da Agroecologia para que eles possam trabalhar dando assistência aos agricultores familiares...eles não conhecem, não sabem fazer, diversificar a sua produção... é preciso orientação para colocar em prática e incentivá-los a se fixar no campo...”*

Nesse excerto, o ator social, por meio do processo relacional “*ser*”, classifica a Agroecologia como “*uma possibilidade de mobilização social*” para o território da Mata Sul-PE. Ao mesmo tempo, E1, utilizando o conectivo adversativo “*mas*”, defende que essa mudança precisa de investimentos para a formação dos agricultores, visto que, conforme o seu julgamento, eles são carentes de orientação, de meios que instruem a aplicabilidade das metodologias e tecnologias sociais de base agroecológica em sua produção. Percebemos que, no discurso do E1, há várias necessidades para que os agricultores familiares consigam “se fixar no campo”, e desenvolver a Agroecologia, ou seja, esta ação está condicionada à efetivação de uma série de ações políticas para que haja mudança socioeconômica no cenário da Mata Sul.

Isso está pressuposto no modalizador “*inclusive*” acompanhado do processo mental “*acredito*”, que antecede a oração projetada “*que existe falta de incentivo do governo, o INCRA, o IPA né, pagar, contratar profissionais da Agroecologia...*”. Dentre as necessidades elencadas pelo E1, como prioridades para os agricultores, constatamos que essas já foram reconhecidas como direito pelo Estado, estão previstas no Art. 5º da Lei nº 11.326/2006, conforme mencionamos no capítulo IV desta Tese. O E1, embasado em seus conhecimentos acadêmicos, posiciona-se ideologicamente apontando que há deficiência do Estado na efetivação das Leis destinadas aos agricultores familiares e inclui em seu discurso os agentes sociais/instituições responsáveis pelas ações políticas de apoio aos agricultores e por essa defasagem, entre eles: o INCRA e o IPA. Isso revela, de certo modo, que E1 tem uma maturidade na compreensão da política e reconhece quais são as ações do Estado em relação aos grupos minorizados.

O discurso de E1 ressoa na fala do E2, conforme o excerto abaixo:

- E2 *“Vejo a Agroecologia como possibilidade de desenvolvimento, agora.....depende muito da... vontade política, né, porque o centro Sabiá está realizando uns encontros lá no IF... para mobilizar os prefeitos, que até eu tive uma fala lá e disse que seria importante que o próprio IFPE também se mobilizasse, né para mostrar a importância desse curso para a região e até para os prefeitos que têm uma visão indiferente pra essas questões, porque uma região dominada pela cana, quando o pessoal acha que isso aí é a riqueza onde isso aí é escravidão. Eu nunca vi um parceleiro desse aqui tirar uma safra de Cana-de-açúcar e conseguir fazer 12 feiras...”*

E2 introduz seu discurso fazendo uso do processo mental “*veja*”, para externalizar a sua compreensão acerca de Agroecologia na região, para ela, é uma possibilidade de crescimento. Arelado a essa concepção, ela continua sua fala de forma incisiva, utilizando o modalizador “*agora*”, destacando que a mudança social do território está atrelada à capacidade do Estado enviar esforços junto à Instituição de Ensino e ONG, para a alteração do cenário da Mata Sul-PE, no que se refere ao seu desenvolvimento no aspecto de mudança na cultura de produção agrícola.

Nesse discurso, E2 traz um chamamento, um apelo para que o IFPE, enquanto agenciador do curso de Agroecologia, tenha mais articulação com os agentes, principalmente com aqueles que não valorizam as pautas da Agroecologia, (“... *Que até eu tive uma fala lá e disse que seria importante que o próprio IFPE também se mobilizasse, né para mostrar a importância desse curso para a região e até para os prefeitos que têm uma visão indiferente pra essas questões...*”). Importante destacar que E2 se inclui como agente social que luta em prol da mudança da região a partir da Agroecologia. As suas escolhas lexicais revelam o seu grau de representação, enquanto egressa e agricultora, reforça seu local de fala, de envolvimento e preocupação com as questões sociais (“...*até eu tive uma fala lá e disse...*’), o modalizador “*até*”, usado pelo E2, revela implicitamente que o falante não esperava que ele tivesse a oportunidade de externalizar a sua visão crítica naquele evento discursivo.

E2, nesse discurso, acredita que a prática discursiva da Instituição, enquanto agenciador do curso, pode modificar a prática discursiva dos agentes políticos, nesse caso, os prefeitos da região e, conseqüentemente, acarretar mudança social. Esse questionamento de E1 coaduna com o pensamento de Fairclough ([1992], 2016), ao defender que um evento discursivo pode contribuir para transformar as relações hegemônicas tradicionais. Os discursos do E1 e E2 são crítico-reflexivos ao analisar a relação Estado-sociedade-mudança social. Revelam que o Estado, de certa forma, ignora os direitos da classe minorizada, pressionada por forças de poder às convenções de um modelo agrícola manipulador, deixando de promover, conforme determina a lei, as ações que beneficiariam os agricultores a se desprenderem de uma prática de produção escravizante que mantém a hegemonia no território.

Inferimos, a partir da construção discursiva de E1 e E2, que a inoperância do Estado com o setor da agricultura familiar enfraquece esse setor, impossibilita a consolidação de nova categoria social nesse espaço, ao passo que favorece a manutenção do setor da monocultura e as suas relações de poder. A presença da polaridade negativa utilizada por E1, seguida dos processos mentais “*conhecer*”, “*saber*” e do processo material “*diversificar*” em: (“*eles não*

conhecem, não sabem fazer, diversificar a sua produção...”) reforça a opinião do egresso em relação à temática abordada no contexto analisado e vivenciado por ele. A escolha desse tipo de processo nos leva a entender que essa ausência de habilidade, por agentes sociais, no meio rural, contribui para aumentar a desigualdade social, ao desemprego e a mão-de-obra desqualificada de uma parcela da população, ficando cada vez mais à mercê do empresariado rural.

Conforme argumenta o E2 (“...o pessoal deixa ser levado por essa cultura pensando que é riqueza, mas é escravidão. Eu nunca vi um parceleiro desse aqui tirar uma safra de cana-de-açúcar e conseguir fazer 12 feiras”).

Na concepção do egresso, essa subordinação é um dos fatores que impede a disseminação da Agroecologia no território da Mata Sul-PE, no qual o agricultor ainda é coagido pelo discurso ideológico colonizador da monocultura, que inculca a mente do trabalhador rural a ideia de que o cultivo da cana-de-açúcar é rentável. O E2, com base na sua experiência de mundo da vida, elucida que o lucro anual dos trabalhadores, que não conseguiram se desprender da lógica prevalecente do domínio do patriarcado da monocultura, não é suficiente para garantir a alimentação da família. O discurso revela que a sobrevivência desses parceleiros é algo inconsistente, consequência de uma prática de produção tão cruel a ponto de não garantir a dignidade humana, a alimentação básica.

No excerto acima, E2 se refere aos trabalhadores da cultura da cana-de-açúcar de forma generalizada, utilizando o termo “*o pessoal*”, não os nomeia quanto as suas atribuições profissionais, pois eles são representados como agentes passivos, pacientes (“...o pessoal deixa ser levado por essa cultura”), como se eles fossem culpados por tal subordinação. Observamos que, no discurso de E2, não há referência direta ao agente social responsável por sujeitar os trabalhadores à prática de exploração da monocultura. O agente social foi excluído, representado por meio do substantivo abstrato “*cultura*”, como referencial da ação, deixando, assim, lacunas para levantar algumas questões: Quem está impondo essa cultura e por quê? Quando a gente social está no modo passivo o seu assujeitamento é acentuado, sendo afetados pela ação de outros (Fairclough, 2003).

A exclusão do agente social, no discurso, pode ser utilizada como um recurso em função de um suposto conhecimento prévio do leitor; por outro lado, a exclusão pode decorrer por interesses e finalidades específicas do falante. Desse modo, tomando como referência o contexto sociopolítico de E2 – assentamento rural da Mata Sul-PE – é possível inferir que ele fez uso da exclusão, por entender que se trata de uma crítica a um grupo específico já conhecido no seu universo de construção discursiva. Assim, não haveria necessidade de nomeá-lo, ou por

questões relacionadas a poder, ocultou os responsáveis pela dominação da monocultura no território.

Outrossim, E2 utiliza recursos no discurso para intervir socialmente aplicando seu conhecimento de práticas de linguagem, como parte de estratégias para provocar a mudança social (“...eu tive uma fala lá e disse que seria importante que o próprio Instituto também se mobilizasse, né para mostrar a importância desse curso para a região e até para os prefeitos que têm uma visão indiferente pra essas questões, porque uma região dominada pela cana, quando o pessoal acha que isso aí é a riqueza onde isso aí é escravidão. Isso se dá por meio da reflexividade, pois as práticas, no entendimento de Chouliaraki e Fairclough (1999), ancorados em Bourdieu (1977), incluem um elemento reflexivo. Nesses termos, “conhecimentos aplicados reflexivamente sobre uma prática são conhecimentos posicionados, conhecimentos gerados a partir de posições particulares dentro de uma prática ou fora dela” (Chouliaraki e Fairclough, 1999, p. 26).

Desse modo, inferimos que o discurso de E2 não é apenas uma observação superficial da realidade, mas resultado de conhecimento oriundo de uma prática social. Nesse sentido, vem reafirmar que ainda existe uma colonialidade na apropriação da natureza que sustenta a lógica prevalecente da acumulação capitalista, mantém em funcionamento o sistema-mundo colonial-moderno e continua inculcando ideais nos territórios da Mata Sul-PE, fazendo com que o discurso hegemônico, acerca da produção agrícola, consolide-se como o único e mais adequado para o território.

A continuidade da monocultura na região, conforme o egresso, não é um coeficiente positivo para a inclusão, progresso dos assentamentos, pois essa é uma prática que, para se manter, utiliza-se de extensas áreas de terra, de degradação do solo e de uma prática que é um problema estrutural, a mão de obra barata ou até mesmo análoga ao trabalho escravo, conforme descrita no capítulo III desta Tese. Essa tem sido ainda uma dura realidade no país, e pelo contexto histórico da Mata Sul-PE, a população dessa região ainda é vítima dessa degradante e violenta prática de exploração de trabalho. A cidade de Xexéu, localizada na Mata Sul-PE, aparece no segundo lugar, como município infrator de direitos humanos no referente ao trabalho análogo à escravidão, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 11 – Número de registro por infração por trabalho escravo.



Disponível em: <https://www.novacana.com/noticias/escravos-contemporaneos-cana-aumento-caso>. Acesso em 16 de março de 2024.

Vale ressaltar que esses dados se referem, especificamente, ao trabalho escravo no setor canavieiro. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) resgatou, durante o ano de 2023, um total de 3.190 trabalhadores da situação de trabalho análogo à escravidão no Brasil, segundo esses dados, os setores com maior número de infração foram o de cafeicultura com 302 resgates, em segundo lugar, o setor canavieiro com 258. Esses dados revelados pelo MTE são resultados de uma ação realizada por meio de denúncias, não significa que esse quadro horrendo tenha se erradicado no país.

O E2 refere-se ao setor de monocultura como entrave para a Agroecologia, opta pela utilização do recurso linguístico paradoxo *“riqueza/escravidão”*, parte do conhecimento de que a desigualdade no campo rural é fruto da estrutura capitalista que precisa da população mais pobre para se perpetuar, acumular bens e se manter como modelo dominante. Conforme já referenciamos na escrita desta Tese, a partir de uma conjuntura histórica, os projetos sociopolíticos para o campo rural brasileiro sempre estiveram sob o domínio de discursos hegemônicos, marcados pela dimensão econômica em detrimento da população desprovida de recursos financeiros. Como forma de contestar esse discurso e prática social manipuladora no campo, surge a Agroecologia e tenta envolver a população rural na luta por mudança no modelo de produção e na participação das discussões políticas.

Essa tentativa de mudança ocorre, como pontua o E3, por meio de práticas, mutirões e intercâmbio desenvolvidos por agentes sociais, como forma de dar credibilidade à Agroecologia, enquanto movimento e prática, uma vez que há muitos agricultores que, devido à forte inserção da monocultura na região, duvidam do modelo de produção agrícola proveniente da Agroecologia. Isso está evidenciado discursivamente neste excerto (*“A Agroecologia é possível transformar a realidade social através das práticas, dos mutirões, dos intercâmbios, da própria movimentação que você faz e você vai trazer é... fazer uma prática com um ou outro agricultor, o vizinho já chega, já olha... Então... A Agroecologia é uma ciência, um movimento e uma prática que se propõe a uma mudança social.”* - E3).

O E3 compreende que a Agroecologia tem um potencial transformador, ele introduz a sua concepção, por meio da expressão modalizadora “*é possível*”, constituída pelo processo relacional “*ser*” seguida da justificativa de como tornar a Agroecologia nesse processo de mudança social. Nessa sequência discursiva, E3 aborda, como ponto importante, a participação de diversos atores sociais para executar e disseminar as práticas agroecológicas para que sejam visualizadas e credibilizadas por outros atores. Para reforçar esta ação, E3 utiliza o processo material “*faz*”, “*trazer*”, “*chega*”, tipo de processo que indica fazer e acontecer mudança. Percebemos que E3 também se inclui nesse processo de transformação ao usar o pronome “*você*”.

Na perspectiva da Agroecologia como prática social, o princípio de participação é aspecto primordial, é necessário, como defendem Sevilla e Guzman (2005), considerar a matriz comunitária em que os atores sociais estão inseridos. Esse princípio vai além dos agroecossistemas, requer a participação e a interação dos atores nas ações sociais coletivas, como nos mutirões - práticas de economia solidária, de cooperação, de sociabilidade e solidariedade. O discurso de E4, no excerto abaixo, reitera o papel social que a Agroecologia desempenha no processo de mudança, no cenário social, mas, para isso, é necessário, conforme analisa o egresso, organização social.

-E4: “A Agroecologia dá outro olhar... de certa forma, ela abre a mente, transforma, ela envolve muitas coisas, não é só plantar, envolve também o social... eu acho que essa questão da mobilização socioeconômica para os assentamentos através da Agroecologia é... existe a possibilidade, só que eles têm que primeiro entender que as coisas só vão para frente se existir o cooperativismo, o associativismo, né, que eles individual pode até conseguir, mas vai demorar mais um pouco ...”

O egresso introduz o seu entendimento sobre Agroecologia afirmando, por meio do processo material “*dar*” e dos processos materiais “*abrir*” e “*transformar*”, que esse paradigma muda o comportamento humano que leva à mudança social e, conseqüentemente, contribui para a transformação socioeconômica dos assentamentos da Mata Sul-PE. O E4, utilizando o processo mental “*acho*”, entende que há possibilidade de mobilização social oriunda da Agroecologia.

No entanto, fundamentado na percepção que o E4 tem da ausência de política de organização social nos assentamentos rurais, ele faz o julgamento de que os agricultores familiares, inseridos nos assentamentos, não conseguem ascender socialmente sozinhos, há lacunas, faltam-lhes associativismo e cooperativismo. Dois aspectos organizacionais

importantes para o desenvolvimento socioeconômico e emancipação das comunidades que, na concepção de E4, os agricultores familiares precisam compreender essa necessidade de se se organizarem socialmente, o egresso evidencia isso por meio da modalidade deôntica “*tem que*” (“... *eles têm que ...entender que as coisas só vão para frente se existir o cooperativismo, o associativismo...*”). Podemos inferir que essa lacuna existente, nos assentamentos, nos aspectos de organização social, é reflexo de uma constituição histórica desse território que não proporcionava o engajamento dos pequenos agricultores em decisões e organização política e socioeconômica.

Dando continuidade às análises dos discursos dos egressos, percebemos que o E5 retoma, de certo modo, aspectos mencionados nos discursos anteriores ao se referir à Agroecologia também como paradigma pluridimensional.

-E5: “Sim, a Agroecologia, na verdade, como ciência ela abrange vários caminhos possíveis desde a cadeia alimentar até...a Agroecologia é uma forma de vida, uma vida mais saudável, é uma ciência que defende alimentos livres de produtos químicos, um alimento mais natural, e também tem outro aspecto ela vai do socioambiental até o socioeconômico.

A introdução da fala de E5, por meio do adjunto adverbial modal de polaridade “*sim*”, demonstra a sua posição assumida diante da questão motivadora desse bloco. O ator social compreende a Agroecologia como um caminho possível para o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos da Mata Sul-PE. O egresso justifica o seu posicionamento utilizando termos do campo acadêmico, com ênfase na definição de Agroecologia como ciência (“...*como ciência ela abrange vários caminhos possíveis desde a cadeia alimentar... é uma ciência que defende alimentos livres de produtos químicos...*”). Isso demonstra o seu grau de engajamento e conhecimento com a área de estudo. Ele classifica a Agroecologia, por meio do processo relacional “*ser*”, como uma opção, relacionando-a à qualidade devida com mais saúde.

Há, nesse discurso, uma denúncia, uma crítica subentendida ao modo de produção do agronegócio, este que não tem preocupação com o excesso de agrotóxico na produção agrícola. O posicionamento crítico do E5 nos remete a Gliessman (2018), ao argumentar que a Agroecologia é orientada por ações, pois confronta estruturas econômicas e políticas do atual sistema alimentar através de estruturas sociais e ações políticas alternativas. Isso nos faz entender que cada *discurso possui* um contradiscurso – Agroecologia como sinônimo de saúde *versus* agronegócio como acumulação de bens.

O discurso do E6, no excerto abaixo, segue na mesma sequência de pensamento dos egressos anteriores quando se refere à Agroecologia como um meio de transformação para as

comunidades de assentamentos rurais. (*“Com certeza, totalmente, ela pode mobilizar e transformar... só está precisando de um ajuste porque... assim a gente via muita a questão da produção orgânica, mas é diferente, há uma exigência de selo, isso dificilmente, nós de assentamentos temos condição para isso”* - E6).

O egresso, por meio da escolha lexical dos adjuntos adverbiais modais *“com certeza”* e *“totalmente”* e dos processos materiais *“mobilizar”* e *“transformar”*, reafirma o potencial da Agroecologia para mudar a realidade dos agentes sociais dos assentamentos da Mata Sul-PE. No entanto, E6 usa, na segunda oração, o advérbio modal *“só”*, seguido do processo material *“está precisando”*, seguido da meta *“ajuste”*, para ressaltar em seu discurso uma questão que preocupa os agricultores familiares – o acesso ao selo de certificação dos produtos de base agroecológica. Conforme E6, essa é uma exigência que está totalmente fora do alcance dos pequenos agricultores familiares, também está fora do seu alcance, pois ele está incluso nessa representação, isso está expresso no uso do pronome *“nós”*.

O discurso de E5 traz para o debate essa preocupação que não é apenas dele, mas de todos do assentamento, no qual ele está inserido, visto que, para se ter acesso à certificação, o agricultor precisa pagar um valor elevado pelo serviço prestado pelos órgãos certificadores que realizam auditorias para atestar a qualidade da produção de um estabelecimento. Esse custo termina pondo entraves para o pequeno produtor, isso acaba dificultando e inviabilizando a comercialização da produção agroecológica e, conseqüentemente, exclui esses agentes sociais do mercado formal de venda, submetendo-os a vender na informalidade, perdendo a oportunidade de agregar o devido valor na sua mercadoria.

Esse fator é apontado por E6 como um coeficiente que impede que a região tenha melhor desenvolvimento, falta maior comprometimento do Estado para com os pequenos agricultores, nesse quesito de proporcionar recursos por meio das leis e programas já existentes de fomento ao pequeno agricultor, para que esses agentes possam agregar valores dignos a sua mercadoria e escoar da melhor forma.

É possível identificar, na fala dos egressos, que eles representam discursivamente o mundo real, seu cotidiano, as suas vivências; mas, ao mesmo tempo, eles visam a um outro mundo possível, no contexto de mudança social, ao argumentar que a Agroecologia é uma possibilidade de mudança, isso mostra que a realidade que se tem na região não é a mais desejada. Nesse sentido, Fairclough (2003) elucida que discursos representam as coisas como são e têm sido, mas discursos também são projetivos, representam mundos possíveis, como deveriam ou poderiam ser. Podemos evidenciar esse aspecto está no excerto abaixo:

-E7 “A Agroecologia é uma possibilidade de desenvolvimento, por exemplo, o pessoal tem uma cultura da cana-de-açúcar, ela pode entrar no contexto da Agroecologia. Como? Agregando valores aos novos produtos, quando se entrega aos usineiros, o lucro é dele... O produtor pode fazer um melaço, o caldo de cana, a rapadura, valorizar o seu produto ... a Agroecologia ela tem um papel importante de trazer uma perspectiva de desenvolvimento social, solidário...por exemplo, a agricultura familiar tem que ser pensada nesse sentido: a venda, a produção e o consumo é... alimenta a própria família e agrega valores, aí também vem os jovens, a mulher, a mulher ali pode pegar um produto daquele fazer um doce, uma compota, beneficiar, agregar valor e vender ”

O discurso do E7, construído a partir do processo relacional “*ser*” e baseado na sua experiência cotidiana, revela que a mudança socioeconômica das comunidades rurais pode acontecer por meio da Agroecologia, mesmo em concomitância com a monocultura da cana-de-açúcar. Para que isso ocorra, conforme o julgamento do egresso, existem fatores condicionantes: investimento e orientação técnica para essas comunidades otimizarem a sua produção e conseguir emancipação econômica (“...a própria cana-de-açúcar, pode entrar no contexto da Agroecologia. Como? Agregando valores aos novos produtos, quando se entrega aos usineiros, o lucro é dele.. O produtor pode fazer um melaço, o caldo de cana, a rapadura, valorizar o seu produto.”).

O discurso do E7, fundamentado no conhecimento de Agroecologia como ciência, movimento e prática social, projeta uma possível realidade para esse território sem a exploração do usineiro, visto que este é representado pelo egresso como um agente social que não atribui o valor justo à produção do agricultor (“...quando se entrega aos usineiros, o lucro é dele...”). O egresso, utilizando o processo relacional possessivo “*tem*”, reitera a importância da Agroecologia para o desenvolvimento socioeconômico dos agricultores familiares em uma perspectiva solidária, de crescimento mútuo, inclusivo, em que todos da comunidade possam colaborar com as atividades de produção e comercialização. Desse modo, o egresso assume um posicionamento de um forte engajamento social em defesa da agricultura familiar, ao utilizar a modalidade deôntica “tem que ser pensada nesse sentido”, para afirmar que este modo de produção deve ser entendido em sua totalidade.

Esse entendimento parte da perspectiva de Agroecologia como integração de pesquisas, ação e mudanças que possibilita sustentabilidade para todas as partes do sistema alimentar: ecológica, econômica e social (Gliessman, 2018). Adotamos aqui o termo produção de base agroecológica, conforme descrita na PNAPO (2012), que a define como produção que busca

otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social.

A Agroecologia é comparada pelo E8, no excerto abaixo, como uma “**porta**” para uma mudança de melhor qualidade de vida, o que nos leva a inferir que o egresso compreende Agroecologia a partir da dimensão social e ecológica (*“Creio que a Agroecologia é um caminho, acredito que estamos no comecinho, entendeu? Mas sabendo trabalhar, sabendo divulgar, sabendo fazer, com certeza, ela é uma porta, até porque acredito que o mundo está evoluindo para você ter uma melhor qualidade de vida.”*).

A construção discursiva argumentativa do egresso é inicialmente balizada nos processos mentais “**creio**” e “**acredito**” e no processo relacional “**é**” para expressar o seu posicionamento como egresso sobre a Agroecologia. Percebemos, em seu discurso, que ele compreende como um meio de transformação social, mas tem um pressuposto de que ainda não foi consolidada na região, isso fica evidenciado na oração “**estamos no comecinho, entendeu?**” Ao mesmo tempo em que argumenta, por meio de uma série de processo material “**trabalhar**”, “**divulgar**”, “**fazer**” e do advérbio modal “**com certeza**”, que a Agroecologia é uma porta para a transformação dessa região dentro das condições pressupostas pelos processos em destaque.

No discurso apresentado pelo E9, no excerto a seguir, percebemos que ela compreende a Agroecologia como um modo de produção que vem se fortalecendo, diferente do que pensa E8.

E9- Veja só, a Agroecologia aqui, em nossa região... vem ficando cada vez mais forte, só que... ainda tem um grande dilema que é a monocultura que predomina e ainda está enraizado na vida das pessoas. Mas é... creio que esse contexto da monocultura... pode mudar por incentivos...com projetos fortalecendo a agricultura familiar e a agroecologia, só que ninguém faz nada sozinho, e isso tem a demanda de técnico é muito pouco para a quantidade de agricultores, aí isso é um grande dilema ainda pra Agroecologia ser disseminada nessa região[...]muita gente pratica agroecologia, mas não sabe que se dá esse nome [...]

Inicialmente, o egresso, por meio do processo mental “**veja**”, acompanhado do termo “**só**”, faz um convite ao interlocutor para pensar acerca da temática e participar, de certa forma, do discurso em construção. O entendimento do egresso acerca da Agroecologia é que este paradigma está se fortalecendo no território, mas a cultura da monocultura ainda é um entrave na Mata Sul-PE. O E9 enfatiza que esta cultura é predominante na mente dos agentes desta região. Essa realidade, conforme o egresso, pode ser alterada com fomento a projetos destinados à produção agroecológica e à orientação técnica. No entanto, para isso, faz-se necessário engajamento do Estado e das Instituições de Ensino, visto que não há mudança discursiva e mudança de prática social sem a participação de agentes sociais, pois, sozinhos, os agricultores

não conseguem mobilizar e contestar as estruturas que os manipulam (*“ninguém faz nada sozinho, e isso tem a demanda de técnico é muito pouco para a quantidade de agricultores...”*).

Como reforço a esse argumento, E9 relata, com base no trabalho desenvolvido como agroecólogo nos assentamentos, que os agricultores desconhecem a denominação Agroecologia e, conseqüentemente, as políticas públicas destinadas a esse modo de produção. Podemos inferir, pelo contexto sócio-histórica da região, que esse desconhecimento está atrelado à falta de incentivo e à pouca valorização às práticas agroecológicas, uma vez que a monocultura tem maior peso econômico. Na concepção do E9, falta a esses agricultores assessoria técnica, informação para que eles consigam sair da dependência da monocultura.

No recorte da fala de E10, percebemos que há um forte desejo, no sentido da expansão da Agroecologia (*“Vejo a Agroecologia como um campo de estratégia, um renascer. Quero muito que a Agroecologia invada todas as associações, as cooperativas, quero que ela exploda”* (Bem enfática)).

O E10 utiliza o processo mental “*vejo*” para externalizar a sua percepção do paradigma da Agroecologia, o qual é compreendida como campo capaz de desenvolver técnicas, métodos para a mudança social. Essa compreensão tem um teor mais voltado para a linguagem acadêmica, isso revela a assimilação da prática discursiva oriunda do curso. Mas podemos observar que o egresso traz também, no seu discurso, uma concepção de Agroecologia em uma linguagem mais próxima da realidade daqueles que veem a Agroecologia como uma esperança, são ávidos por transformação o cenário agrícola da região (*“...Agroecologia como um renascer”*).

Em uma análise interdiscursiva, podemos observar, por meio da repetição do processo “*quero*”, do modalizador adverbial “*muito*” e do processo material “*exploda*”, o quanto o egresso aspira à inserção da Agroecologia nos assentamentos rurais (*Quero muito que a Agroecologia invada todas as associações, as cooperativas, quero que ela exploda* (Bem enfática)). Isso deixa um subentendido que a atual realidade socioeconômica não condiz com as necessidades da população rural. É importante salientar que as escolhas dos processos não se dão aleatoriamente, mas são determinados por fatores sociais, culturais, ideológicos ou políticos (Fairclough, ([1992], 2016).

Nesse contexto de análise, os egressos partem da compreensão de que, para haver mudança de transição de um modelo convencional de produção agrícola para o modelo agroecológico, é preciso formação política, científica, incentivo do Estado e mobilização entre os agricultores. Desse modo, entendemos que a transição agroecológica envolve transformação

sociopolítica e cultural, principalmente a mudança de pensamento, pois, como elucida Vandana Shiva (2003), em seu livro *“Monoculturas da Mente”*, o processo de homogeneização ocorre na forma de produzir, pensar e recriar a realidade, uma vez que as monoculturas ocupam primeiro a mente e depois são transferidas para o solo. As monoculturas geram modelos de produção que destroem a diversidade e legitimam a destruição como progresso, crescimento e melhoria, fazem a diversidade desaparecer da percepção e, consequentemente, do mundo.

A crítica apontada pelos egressos caminha na perspectiva de Agroecologia como prática social que envolve diferentes agentes e políticas públicas para romper os efeitos negativos da prática do monocultivo. Na concepção dos egressos, a Agroecologia é compreendida tanto como prática social como ciência. Eles identificam-na como um caminho de os agricultores, com base nos seus saberes e no conhecimento científico, agregar valor à sua produção, desenvolvendo práticas de processamento e beneficiamento, auxiliando-os na renda da família e na valorização dos produtos da agricultura familiar.

Do ponto de vista técnico-científico, os egressos entendem que a Agroecologia é um campo de estratégia, esse paradigma propõe desenvolvimento de metodologias junto aos agricultores familiares para potencializar a produção e para preservar o ecossistema que vai além da regeneração da terra. A ciência agroecológica inclui toda a natureza, inclusive leva em consideração os agentes sociais, o agricultor e a agricultora independente de gênero.

Isso coaduna com o argumento de Caporal *et al.* (2011), ao defender que o diferencial da Agroecologia, como ciência, é adoção de enfoques pedagógicos construtivistas e de comunicação horizontal como orientação básica por entender que estratégias de desenvolvimento de agriculturas sustentáveis devem partir de uma problematização sobre o mundo real e em cujo processo os atores envolvidos possam encontrar-se em condições de igualdade para o diálogo.

Quadro 22 - Concepção dos agricultores familiares não egressos acerca da Agroecologia como prática social

AF1	<i>“Vejo como uma forma de produzir mais com menos agrotóxico, fortalecer a maior produtividade, com menos índices de adubo químico. Seria uma ótima opção que todos os agricultores seguissem o modelo agroecológico.”</i>
AF2	<i>“Eu acredito na Agroecologia, na agricultura familiar, acredito mesmo. Eu acho que é o caminho mais certo, porque não adianta a gente viver numa terra dessa... eu digo, meu Deus, o povo do Sertão é lá, no seco, e a gente depende dele aqui pra comprar, feijão, arroz, pra tudo, se a gente tem uma terra fértil boa, e nada disso a gente tem. Pronto, eu pranto o feijão, quando eu colho dois saco de feijão, se eu brincar eu não como, porque os vizinhos compram. Mas é... nenhum bota na cabeça que se todos prantassem nós tinha o que comer sem comprar... Mas a</i>

	<i>agroecologia é o caminho né para ter fartura na mesa e encher a barriga dos outros também.”</i>
AF3	<i>“É sim, porque o alimento é mais saudável, é mais gostoso, tudo é mais diferente do que o que vem da CEASA, a da gente é mais fraquinha, mas na feira, tem muita gente que prefere a nossa mercadoria. O cheiro do nosso produto é diferente.”</i>
AF4	<i>“Eu vejo assim, a Agroecologia é um trabalho que... é muito bom, porque a gente estamos vivendo num tempo difícil que tudo é sobre veneno, e...o pouco que eu conheço sobre Agroecologia foi através do Sabiá... A gente mora nessa região que é de cana-de-açúcar, tudo é com agrotóxico, e a gente não tinha conhecimento, mas depois que tive conhecimento, eu vi que é uma grande necessidade, principalmente para os assentamento, para estar desenvolvendo porque é uma alimentação saudável...A gente ainda tem dificuldade, é que temos poucos conhecimentos sobre a prática agroecológica, não temos apoio de assistência técnica, de pessoas que possa é... mudar até a nossa forma de ver, a visão das pessoas, porque muita gente não acredita na Agroecologia. Mas eu tive até através da ONG Centro Sabiá, vi em alguns assentamentos, agricultores que trabalha com Agroecologia e vi muitas alternativas deles usarem é... e o trabalho ser muito interessante, eu tento ainda fazer, mas não trabalho totalmente na Agroecologia.</i>
AF5	<i>“Sim. É porque veja só, antes a gente chegava pra trabalhar, era muito mais difícil né, hoje nós trabalha praticamente 90% na sombra, já tem um grande benefício, por causa do reflorestamento, segundo porque tudo que nós produz hoje é orgânico, não 100%, mas 90% a gente trabalha na base do orgânico. Então no melhoramento de alimentação, da saúde em tudo isso, a Agroecologia influi.”</i>
AF6	<i>“Ela é muito positiva, agora a diferença é que o agricultor daqui ainda não se acostumou a trabalhar pra si próprio, porque tem uma forma muito simples, na cana ... quando era no sábado, você ia buscar o dinheiro, ou você mesmo ia fazer a feira, ou dava o dinheiro pra mulher fazer a feira. Hoje é diferente, você mesmo tem que plantar, tem que colher, tem que vender pra poder fazer a feira. Então até hoje muitos não se acostumaram ainda, aqui eu fui um dos primeiros a ser convidado pela ONG Sabiá pra entrar nessa luta e quase todo ele aqui foi convidado, mas... a gente chama pra fazer um reflorestamento, aí, eles dizem que não vão plantar pé de pau, nem comer pé de pau...mas, muitos não acreditam.”</i>
AF7	<i>“Com certeza, oxe! A agroecologia está em primeiro lugar, é a vida, né. Sem ela a gente não consegue viver, não consegue respirar... A Agroecologia que eu vejo e que eu pratico é uma coisa assim, muito, muito importante não só na minha vida, mas no planeta porque a gente cuida da água, da nascente, a gente cuida da mata que é uma coisa superimportante né. A gente cuida da nossa saúde, sem limites né, tudo isso aí é a agroecologia, é vida. Mas a gente ainda vê a falta de interesse por parte dos gestores municipais, eu participei de um evento em um dos municípios, estava tendo uma roda de conversa com agricultores familiares e alguns jovens, aí o gestor municipal chegou lá, entrou por um lado e saiu do outro sem dá uma palavra, isso me entristeceu, ele não ficou entre nós, não dá valor ao nosso trabalho.”</i>
AF8	<i>“Eu acho que é muito importante, porque nessa outra área, né, da cana de açúcar, a gente já trabalhou muito né, já sabe do que se trata e não é essas coisas que a gente pensava né, então eu acho que o caminho é por aí. Na cana de açúcar, a gente trabalha muito, a gente trabalha, o lucro fica mais para os outros do que pra gente.”</i>

AF9	<i>“Sim, é um caminho positivo, porque ela favorece o meio ambiente, o solo, a economia, pra quem vende os produtos.”</i>
AF10	<i>“Sim. É uma coisa muito interessante, o debate nosso sempre vem falando isso e algumas pessoas já têm consciência do que está vivendo né, a gente hoje discute muito apesar de não ter muito conhecimento, é muito importante, isso aí muda muito até o sistema até da nossa vida, hoje a Agroecologia como ela tem avançado, apesar de a gente já ter participado de alguns cursos, a gente estamos vendo mudança, mas a gente espera melhorar a cada dia, mas para isso também é necessário mais informação e formação pra gente colocar em prática”</i>
AF11	<i>“Aqui no meu assentamento, acho muito difícil isso acontecer. Penso que é um sonho a ser realizado, vejo como um caminho, mas a longo prazo. Pretendo que as pessoas olhem o que faço, não olhar com inveja, mas que olhe e diga assim: “Ah, ela está fazendo porque eu não posso”. Porque elas têm assim, como posso dizer? “É a faca e o queijo na mão pra isso acontecer, basta eles quererem ter força de vontade e pensar diferente. Aqui são 66 parceiros, mas só tem minha mãe e eu que estamos desenvolvendo práticas agroecológicas.”</i>

7.1.4 Análise crítico-discursiva acerca da Agroecologia como prática social na concepção dos agricultores familiares não egressos

O entendimento acerca de Agroecologia, na concepção desses atores sociais, é produzido a partir das condições materiais do contexto sociocultural e ambiental no qual eles convivem, trabalham e lutam para existir e resistir. O nascedouro da construção discursiva, acerca da compreensão da Agroecologia, flui do seu fazer cotidiano, da sua prática; esse aspecto, para a ACD, é fundamental, pois Chouliaraki e Fairclough (1999) defendem que a vida social é o objeto de estudo da ciência social crítica.

Entendemos, aqui, vida social como o espaço das atividades humanas. Nesse contexto, os discursos dos agricultores familiares são provenientes de um mundo muito concreto, reflete com propriedade as condições reais de vida num espaço físico, geográfico, social e cultural em que enfrentam várias adversidades oriundas de um processo histórico-cultural para permanecer nesse território. O discurso, com base no arcabouço da ACD, é compreendido como uma dimensão da prática social; assim, para analisá-lo, o analista precisa considerar a sua relação com as dimensões não discursivas (crenças, valores, desejos, mundo material, instituições), essas darão suporte para compreender as diversas intenções, pretensões, assimetrias subjacentes no discurso.

Vale ressaltar, conforme já descrevemos nos capítulos I e V dessa Tese, que os atores sociais – agricultores familiares colaboradores da pesquisa - são beneficiários da reforma agrária, perpassaram por lutas para a aquisição da sua propriedade, após falência das usinas de cana-de-açúcar na região. Os agricultores familiares entendem Agroecologia em uma

perspectiva prática de produção de alimentos de forma orgânica, livres de agrotóxico. Conforme o excerto: (*“Agroecologia é uma forma de produzir mais com menos agrotóxico”*)-AF1)

Na concepção desse agricultor, a Agroecologia está associada ao modo de produção, ele utiliza o processo relacional “*ser*” e o processo material para representar o seu entendimento acerca da Agroecologia. Percebemos que a sua construção discursiva advém de sua vivência no campo rural, ele demonstra conhecer a diferença existente entre os modelos de produção agroecológica e o modelo do agronegócio, isso está pressuposto em (*“...produzir mais com menos agrotóxico”*). Nessa fala, o ator social, por meio do jogo linguístico “*mais com menos*”, demonstra que ele entende que uma das perspectivas da Agroecologia é a biodiversidade, o policultivo, produção diversificada sem o uso de agrotóxico, ao contrário das *commodities*. No Brasil, a maior quantidade de agrotóxico é utilizada em *commodities*, o índice percentual aplicado na cultura da cana-de-açúcar é de 12%, conforme demonstra **o gráfico 9 no capítulo III** dessa Tese.

A Agroecologia é compreendida como um meio para alimentar a família e os que estão inseridos na comunidade, inferimos que o agricultor familiar entende esse modelo como um novo modo de produção que tem um viés mais solidário, conforme expresso no excerto a seguir (*“A agroecologia é o caminho né, para ter fartura na mesa e encher a barriga dos outros”*.- AF2). Observamos que o AF2, utilizando o processo relacional “*ser*”, denomina a Agroecologia como oportunidade de garantir a segurança alimentar, isso está expresso semanticamente no substantivo “*fartura*”.

Nessa fala, é importante ressaltar o uso da polaridade negativa “*né*”, o que dá a ideia de que o falante chama o interlocutor a concordar com o seu argumento ou a pensar junto com ele acerca do assunto em pauta, vale salientar que este assunto, no contexto brasileiro, é uma das questões sociais que muito tem preocupado a população pela disparidade de pessoas sobrevivendo na situação de insegurança alimentar, conforme dados mencionados no **capítulo III** desta Tese.

Outro recurso que tem uma significação muito relevante é o uso do processo material “*encher*”, seguido da meta “*a barriga dos outros*”. Há, nesse discurso, um subentendido de que, na concepção do ator social, a Agroecologia, enquanto modo de produção, é quem de fato produz para alimentar a comunidade interna. No discurso de AF3, observamos que a sua compreensão de Agroecologia parte de um posicionamento mais subjetivo, de valorização do produto de base agroecológica. (*“É sim, porque o alimento é mais saudável, é mais gostoso, tudo é mais diferente do que o que vem da CEASA... O cheiro do nosso produto é diferente.”*).

O uso do processo relacional “ser” e a sequência dos atributos “*saudável*”, “*gostoso*”, “*diferente*” revelam o grau de valorização que o agricultor familiar atribui à sua produção agroecológica em relação à produção convencional. O AF4 revela em seu discurso as dificuldades existentes em seu assentamento que impedem o desenvolvimento de práticas agroecológicas, podemos observar isso no excerto abaixo:

-AF4: “*Eu vejo que a Agroecologia é um trabalho que... é muito bom, porque a gente estamos vivendo num tempo difícil que tudo é sobre veneno, e...o pouco que eu conheço sobre Agroecologia foi através da ONG Sabiá, que veio aqui com uns projetos... A gente mora nessa região que é de cana-de-açúcar, tudo é com agrotóxico, e a gente não tinha conhecimento, mas depois que tive conhecimento, eu vi que é uma grande necessidade, principalmente para os assentamento, para estar desenvolvendo porque é uma alimentação saudável[...]A gente ainda tem dificuldade...temos poucos conhecimentos, não temos apoio de assistência técnica, de pessoas que possa é... mudar até a nossa forma de ver, a visão das pessoas, porque muita gente não acredita na Agroecologia.*”

Nesse discurso, observamos que o agricultor utiliza o processo mental “*vejo*”, o processo relacional “ser” e o advérbio modal “*muito bom*”, para expressar a compreensão que ele tem acerca da Agroecologia, entendendo-a como um modo de trabalho agrícola pertinente à realidade do seu assentamento, para uma produção mais saudável, visto que é um espaço em que o uso agrotóxico é muito recorrente (“*A gente mora nessa região que é de cana de açúcar, tudo é com agrotóxico...*”).

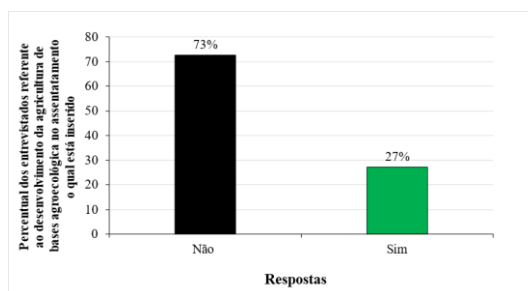
Nesse excerto, o AF4 revela a ausência da atuação do Estado e de Instituições que os orientem, deem formação para aplicar metodologias de base agroecológica, pois eles são desprovidos de conhecimento nessa área (“*a gente ainda tem dificuldade, é que temos poucos conhecimentos sobre a prática agroecológica, não temos apoio de assistência técnica, de pessoas que possa é... mudar até a nossa forma de ver, a visão das pessoas, porque muita gente não acredita na Agroecologia*”). O pouco que eles conhecem sobre Agroecologia foi proporcionado por ONG, quando, quem deveria estar executando essa formação seria uma Instituição de Ensino, por meio de cursos de extensão e, principalmente, o Estado.

Nesse segmento discursivo, percebemos um apelo pela efetivação das políticas públicas, pois o que o ator social está reivindicando para a sua comunidade já está previsto em lei, conforme mencionamos no **capítulo IV** desta Tese. Podemos, assim, dizer que é um grito pelo óbvio, pelas conquistas advindas de lutas sociais que, por causa do descaso dos governantes com as políticas de assistência a grupos minorizados, estes precisam resistir e provocar as autoridades políticas.

Desse modo, afetados pela ausência das políticas públicas encontram, na prática social, reforço no poder da linguagem materializado no discurso como recurso de denúncia e contestação, uma vez que discursos são atravessados por efeitos de poder que podem romper com barreiras de dominação e construir novas relações de poder que favoreçam àqueles que estão sendo injustamente afetados. Nesse sentido, Fairclough ([1996], 2016) elucida que o discurso é o uso social da linguagem, trata-se de um modo como as pessoas agem sobre a realidade e seu contexto social.

Retomando a fala de AF4, “*porque muita gente não acredita na Agroecologia*”, esse descrédito pode estar associado à manutenção da ideologia do discurso da agricultura industrial, conforme já mencionamos de convencer o agricultor a acreditar ‘ilusoriamente’ que esta é a forma correta de se produzir. Bem como, é um fator limitante que precisa ser levado em consideração pelas Instituições de Ensino ofertante de cursos nessa área e pelos órgãos públicos para tentar reverter essa imposição ideológica, esse poder de persuasão do empresariado rural.

O argumento apresentado pelo AF4 de que muitos agricultores não desenvolvem a Agroecologia por falta de conhecimento e de assistência técnica encontra reforço nos dados do gráfico abaixo, extraídos do questionário aplicado com esses agricultores familiares. Esses dados podem ser um indicador de que esses atores sociais são carentes de conhecimento e formação nessa área.



No excerto abaixo, podemos perceber que o AF5 conceitua Agroecologia como uma prática social menos agressiva, tanto para preservar a vida humana, o meio ambiente e para o desenvolvimento das atividades laborais no cotidiano do agricultor familiar.

-AF5: “*Sim, é uma possibilidade de desenvolvimento...porque veja só, antes a gente chegava pra trabalhar, era muito mais difícil né, hoje nós trabalha praticamente 90% na sombra, já tem um grande benefício, por causa do reflorestamento, segundo porque tudo que nós produz hoje é orgânico, não 100%, mas 90% a gente trabalha na base do orgânico. Então no melhoramento de alimentação, da saúde em tudo isso, a Agroecologia influi.*”

Esse discurso revela o fazer agroecológico, no cotidiano do AF5, que já fez praticamente a transição para o modo de produção de agriculturas mais sustentáveis. Ele inicia a sua fala

fazendo uso da polaridade afirmativa “*sim*”, em seguida caracteriza, por meio do processo relacional “*ser*”, a Agroecologia como um meio possível para o desenvolvimento socioeconômico e argumenta a sua concepção fazendo uma comparação com os dois momentos de trabalho.

O AF5 menciona que a prática de trabalho, nos moldes da Agroecologia, possibilita mais conforto (“...veja só, antes a gente chegava pra trabalhar, era muito mais difícil né, hoje nós trabalha praticamente 90% na sombra, já tem um grande benefício, por causa do reflorestamento; segundo porque tudo que nós produz hoje é orgânico, não 100%, mas 90% a gente trabalha na base do orgânico”). Nesse segmento, o ator social utiliza-se de um modalizador temporal “*antes*”, para se referir a um determinado período, apesar de não o especificar, fica subentendido, pelo contexto sócio-histórico, que o falante está remetendo o seu discurso ao período em que trabalhava como cortador de cana. Podemos pressupor, em seu discurso, que ele denuncia as míseras condições de trabalho ofertadas pelo setor canavieiro.

O discurso de AF5 revela uma mudança discursiva e social na forma de entender os dois formatos de trabalho e cultivo da terra no campo rural do contexto da Mata Sul-PE. Desse modo, podemos afirmar, com base nos termos da ACD, que as transformações da prática discursiva levaram à transformação da prática social, pois, como defende Fairclough ([1992], 2016), uma é mediadora da outra.

No próximo recorte, AF6 também compreende a Agroecologia como possibilidade de desenvolvimento dos assentamentos rurais, apesar de relatar que há resistência por parte de alguns agricultores.

-AF6: “Ela é muito positiva...a diferença é que o agricultor daqui ainda não se acostumou a trabalhar pra si próprio... na cana era mais simples ... quando era no sábado, você ia buscar o dinheiro e ia fazer a feira[...] Hoje é diferente, você mesmo tem que plantar, tem que colher, tem que vender pra poder fazer a feira...aqui eu fui um dos primeiros a ser convidado pela ONG Sabiá pra entrar nessa luta [...]e quase todo ele aqui foi convidado, mas... a gente chama pra fazer um reflorestamento, aí, eles dizem que não vão plantar pé de pau, nem comer pé de pau...mas, muitos não acreditam na Agroecologia.”

Fica evidente que esse ator social compreende a inserção da Agroecologia como um meio para o desenvolvimento da região, isso está expresso com a escolha do processo relacional “*ser*” e do adverbial modal “*muito*”, seguido do atributo “*positiva*”. No entanto, AF6 aponta que muitos agricultores não se adaptaram a essa prática, por ela exigir dedicação e trabalho pessoal. Nesse processo, o trabalhador é responsável por todas as etapas do manejo do solo até a venda do excedente, diferente da cultura da cana-de-açúcar, como argumenta o AF6 (“...ao final da

semana, o trabalhador recebia o ordenado semanal”), as pessoas, nessa região, não aprenderam a trabalhar para si; ter a sua independência e ser “patrão de si mesmo”.

Isso revela que a cultura da cana-de-açúcar não possibilitava/possibilita ao agricultor ter iniciativa própria, ter alternativas para sobreviver de forma diferente daquela cultura. Levando em consideração as condições político-culturais, é possível afirmar que eles permanecem nessa cultura não porque querem, ou agem conscientemente, mas por imposição de um modelo capitalista.

Diante da manutenção da monocultura, muitos agricultores resistem em fazer a transição para a prática agroecológica, desacreditam dessa prática, chegam a dizer, como revela AF6, que (*“não vão plantar pé de pau, nem comer pé de pau”*). Isso denuncia, de certa maneira, que falta a presença de órgãos do Estado, de Instituição de Ensino de forma mais efetiva para desenvolver projetos de pesquisa e/ou extensão nessas comunidades para que esses agricultores/trabalhadores rurais conheçam metodologias alternativas e adaptem ao seu sistema de produção a fim de desmistificar certos preconceitos com a produção agroecológica.

Esse posicionamento contra práticas agroecológicas não é algo de construção discursiva própria dos agricultores, mas uma repetição e circulação do discurso do empresariado rural para a manutenção da hegemonia no território. Nesse sentido, Bourdieu (1998) argumenta que a força do discurso dominante reside no que se ouve dizer por toda parte, o dia inteiro. Esse discurso fatalista se perpetua e passa a ser disseminado como única alternativa para determinado grupo. Essas amarras do capitalismo naturalizam as condições precárias de trabalho, de pobreza e das desigualdades sociais e segregação entre grupos sociais.

Na sequência de análise, a fala do AF7 destaca que a Agroecologia, como prática social, é prioridade, é indispensável para a sobrevivência do planeta.

-AF7: “A agroecologia está em primeiro lugar, é a vida, né. Sem ela a gente não consegue viver, não consegue respirar... A Agroecologia que eu vejo e que eu pratico é uma coisa assim[...]porque a gente cuida da água, da nascente, a gente cuida da mata [...] mas a gente ainda vê a falta de interesse por parte dos gestores municipais, eu participei de um evento em um dos municípios, estava tendo uma roda de conversa com agricultores familiares e alguns jovens, aí o gestor municipal chegou lá, entrou por um lado e saiu do outro sem dá uma palavra, isso me entristeceu, ele não ficou entre nós.”

O discurso do AF7 demonstra um posicionamento de alto engajamento em defesa da temática. Ele escolhe o processo relacional “*ser*” e “*estar*” para, de forma muito incisiva, classificar a Agroecologia como “*vida*”, reforçando o seu argumento por meio do processo

material “*viver*”, “*conseguir*” e “*respirar*” que, de acordo com o seu julgamento ideológico, não há vida fora da Agroecologia. Vale destacar que ela defende, especificamente, a Agroecologia que ela vivencia em seu assentamento, mas esta ação causa impacto na vida do planeta, conforme a percepção desse ator social (“*A Agroecologia que eu vejo e que eu pratico é uma coisa assim, muito, muito importante ...*”).

Os elementos que evidenciam essa interpretação são os processos mental “*vejo*” e o material “*pratico*”, ainda com o reforço do advérbio modalizador “*muito*” e do pronome na primeira pessoa. A escolha dos pronomes tem uma importância na análise do discurso, pois eles indicam como os atores representam ou constroem a realidade (Fairclough, 2003). Em uma análise interdiscursiva, podemos inferir que AF7 parte de uma discussão que exige mudança no modo de a sociedade se relacionar com a natureza, esse posicionamento coaduna com o pensamento do paradigma da racionalidade ambiental proposto por Leff (2006), para quem esse tipo de racionalidade propõe uma ideia de convivência pacífica entre os povos e, consequentemente, com a natureza.

Na percepção de AF7, além da resistência da mudança do pensamento dos agricultores para o novo paradigma de produção, há, por outro lado, falta de interesse, de apoio, desrespeito e descaso do governo local para com os agricultores familiares (“...a gente *ainda vê a falta de interesse por parte dos gestores municipais[...]* *estava tendo uma roda de conversa com agricultores familiares e alguns jovens, aí o gestor municipal chegou lá, entrou por um lado e saiu do outro sem dá uma palavra, isso me entristeceu, ele não ficou entre nós...*”). O discurso do AF7 é de indignação ao comportamento de um ator social a quem compete planejar junto à comunidade melhores condições de vida. Podemos interpretar essa postura como violenta, inconveniente, de desprezo à comunidade carente, face à sua identidade social como administrador de um município.

O uso do processo mental “*entristeceu*” tem uma carga muito significativa se levarmos em consideração o contexto histórico marcado por luta de direitos trabalhistas, de acesso à terra, de libertação da monocultura. Talvez, se fosse em outro contexto social, esse comportamento de distanciamento da representação política para com os agricultores familiares não tivesse causado tanta indignação, fosse apenas ignorado, uma vez que as lutas sociais têm traços distintos e específicos, conforme o seu contexto.

Dando sequência às análises, identificamos, no discurso de AF8, um entendimento que a Agroecologia é um meio de se ter autonomia na produção agrícola, uma vez que sobreviver da cana-de-açúcar beneficia o patrão em detrimento dos trabalhadores. (“*Agroecologia é muito*

importante, porque nessa outra área, né, da cana-de-açúcar, a gente já trabalhou muito né, já sabe do que se trata e não é essas coisas que a gente pensava né... a gente trabalha muito, o lucro fica mais para os outros do que pra gente.”). Na concepção de AF8, existe no trabalho da monocultura uma relação de poder econômico que tem como base a mão de obra barata, resquício da cultura eurocêntrica colonial, institucionalizada há gerações (*“a gente trabalha muito, o lucro fica mais para os outros do que pra gente.”*).

Nessa construção discursiva, o AF8 assume uma posição crítica a esse modelo de trabalho, reconhece a dominação e, assim, constrói um discurso contra-hegemônico, alegando, por meio dos processos mentais *“saber”* e *“pensar”* e da modalidade negativa, que é insustentável continuar produzindo no segmento da monocultura (*“... nessa outra área, né, da cana-de-açúcar, a gente já trabalhou muito né, já sabe do que se trata e não é essas coisas que a gente pensava né”*). Desse modo, entendemos que a crítica, por meio do discurso, é capaz de desestabilizar e descolonizar práticas sociais e crenças que oprimem a sociedade, a partir de uma postura engajada com questões relacionadas a poder e à justiça na vida social (Fairclough, 2003).

No discurso de AF9, há um entendimento de Agroecologia como uma maneira de beneficiar o meio ambiente, o desenvolvimento econômico do agricultor familiar é um discurso que traz traços de conceitos acadêmico e conhecimento popular (*“Sim, é um caminho positivo, porque ela favorece o meio ambiente, o solo, a economia, pra quem vende os produtos.”*).

A concepção de Agroecologia, do AF10, assemelha-se ao discurso do AF4, ambos revelam a falta de conhecimento da comunidade para inserir a Agroecologia como modo de produção e reconhecem a importância desse modelo para reverter os danos causados pela monocultura.

AF10: *Sim. É uma coisa muito interessante, o debate nosso sempre vem falando isso e algumas pessoas já têm consciência do que está vivendo né, a gente hoje discute muito apesar de não ter muito conhecimento, é muito importante, isso aí muda muito até o sistema até da nossa vida... a gente espera melhorar a cada dia, mas para isso também é necessário mais informação e formação pra gente colocar em prática.*

Evidenciamos, no discurso de AF10, o uso repetitivo do recurso linguístico *“muito”*, reiteração que revela avaliação de atitudes de apreciação de interesse positivo do assunto em tela, a Agroecologia, como um instrumento de transformação para a comunidade do ator social. O AF10 inclui, na sua construção discursiva, toda a sua comunidade, por meio dos pronomes *“nosso”* e da expressão de coletividade *“a gente”*, que ativa os atores a se mobilizarem. Há, nesse discurso, assim como no discurso do AF4, um pressuposto apelo da presença da

Universidade nessas comunidades. Esse apelo nos leva a pensar como a Universidade está exercendo seu papel social e seu relacionamento com grupos sociais, movimentos e lutas se inserindo no mundo da vida, e cedendo às pressões contemporâneas que vinculam as universidades cada vez mais estreitamente ao sistema econômico (Chouliaraki e Fairclough, 1999).

Desse modo, inferimos que, além de problemas de caráter político que travam a consolidação da Agroecologia como prática social nesse território, falta também aos agricultores, conhecimento, informação para praticar este modelo de produção, que não deixam de ser questões atreladas à falta de comprometimento político. Concluindo esse bloco de análise com o discurso de AF11, percebemos que esse ator social tem uma compreensão positiva acerca da Agroecologia como perspectiva de mudança da realidade do território (*“Penso que é um sonho a ser realizado, vejo como um caminho, mas a longo prazo. Aqui são 66 parceiros, mas só tem minha mãe e eu que estamos desenvolvendo práticas agroecológicas.”*). Evidenciamos que o AF11 utiliza o atributo “*sonho*” para identificar a Agroecologia no atual contexto em que o agricultor está inserido como uma possibilidade futura. Isso é justificado, ao longo do seu discurso, por um dado que chama bastante atenção, ao mencionar que, em um assentamento com 66 famílias assentadas, só duas mulheres desenvolvem atividades agroecológicas. Esses dados nos levam a pensar o que está faltando nessa comunidade, quais são as formas de trabalho das demais famílias.

Diante do exposto, constatamos que a construção discursiva dos agricultores familiares, acerca da compreensão de Agroecologia como prática social no território da Mata Sul-PE, parte do entendimento de que a Agroecologia é uma alternativa para melhorar a condição socioambiental, para ter fartura para a família e para ter liberdade no modo de produzir. Entretanto, paralelo a essas possibilidades de mudança, há um modelo de produção hegemônico que ainda impera, no território, que domina não só o espaço físico, como também o pensamento de muitos trabalhadores rurais que se submetem às ordens dessa estrutura social. No discurso dos agricultores familiares, há marcas linguísticas que revelam que pessoas detentoras de mais poder não se mobilizam para que os agricultores rurais possam ter ascensão social, assim, quem detém mais poder acaba sendo mais favorecido em detrimento de outros. Isso aponta que há existência de uma luta diária, contradições sociopolíticas e disputas nesses espaços sociais que precisam serem rompidas.

Quadro 23 - Síntese da análise do bloco temático 1

Concepção de Agroecologia como prática social			
Docentes	Egressos	ONG Centro Sabiá	Agricultores não egressos
Compreendem Agroecologia como Paradigma científico voltado para formação profissional, equilíbrio e desenvolvimento sustentável. Ciência de formação holística e inclusiva. Possibilita a migração da monocultura para o policultivo, visa à autonomia do agricultor familiar.	Entendem a Agroecologia como prática social viável para mobilização socioeconômico das comunidades rurais, numa perspectiva solidária e de crescimento mútuo. Necessita da ação efetiva do poder do Estado, dos gestores municipais e de Instituições de Ensino para se consolidar como prática social.	Definem a Agroecologia como campo de estratégia para a mudança social. Apontam a iminente necessidade de respeito às diversidades étnico-raciais, ao saber tradicional e às questões de gênero para a consolidação dessa prática. Defendem que as ações humanas, devem ser críticas frente às injustiças sociais.	Veem a Agroecologia como o modo mais certo de usar a terra , de garantir o sustento, de ter fartura na mesa , de produzir alimento mais saudável, com menos agrotóxico. Um trabalho que oferece mais conforto por causa do reflorestamento. Prática que proporciona o agricultor ser dono da sua produção.

De modo geral, os colaboradores apresentam concepção acerca da Agroecologia com certa similaridade, mas há, também, distanciamento e argumentos distintos com foco específico e outros mais generalizados, isso, porque, os colaboradores não se encontram na mesma posição sociocultural. Os discursos dos docentes se convergem em uma concepção mais voltada para o fazer acadêmico. Já os discursos da ONG imprimem uma conotação de cunho social e político. Os discursos dos agricultores não egressos convergem com os discursos dos egressos, principalmente, no argumento de que é preciso mais informações, assistências técnicas e projetos para romper com a cultura da monocultura e transitar para a agricultura mais sustentável. Podemos, assim, concluir que a Agroecologia não é um agente social, mas um fenômeno que depende da luta, da ação e do engajamento de atores sociais para o processo de mudança na relação sociedade-natureza.

Quadro 24 - Repertórios linguísticos utilizados pelos atores sociais para expressar a sua concepção de Agroecologia

Docentes	ONG	Egressos	Agricultores familiares-não egressos
Possibilidade Monocultura Agricultor familiar	Campo de possibilidades Estratégia	Possibilidade de mobilização social Contratação de	Agrotóxico/veneno Adubo químico Crença/descrença na

Sustentabilidade	enfrentamento	profissionais	Agroecologia
Perfil da região	Monocultura	Informação	Alimento saudável
Crescimento	Agricultura	Investimento	Cana-de-açúcar
Desenvolvimento	regenerativa	Ausência de incentivo do	Terra fértil/boa
Machismo	Inclusão	Estado	plântio/colheita
Formação profissional e	Feminismo	Chamadas públicas	Fartura na mesa
acadêmica	Racismo	Políticas públicas	Barriga cheia
Aplicabilidade de	violência	Transformação	Produtividade
informações	Mudança	Mutirões/intercâmbios	Pouco conheci-
Formação humanística	Transformação	Trabalho de formiguinha	mento
Dominação econômica e	Colonização	Campo de estratégia	Dificuldade
cultural	Assessoria	Assentamentos	Falta de assistência
multidisciplinaridade	Conhecimento	Monocultura	Luta
Empoderamento	Viés produtivo	Agregar valores	Trabalho na sombra
Embates	Agroecossistema	Desenvolvimento	Conforto
Dimensões	Políticas públicas	Comercialização	Orgânico
Ecossistema	Exercício diário	Movimento e prática	ONG
Empregabilidade sub-	Decolonização	Possibilidade de	Reflorestamento
serviente	Respeito	desenvolvimento	Pé de pau
Autonomia	Identidade	Cooperativismo	Vida
Feminismo	Movimento social	Associativismo	Planeta
Policultivos	Autoidentidade	Vida saudável	Falta de interesse dos
Saber popular	Autorrepresentação		gestores
Ciência			Lucro/economia
IDH			Solo
			Sonho
			Renascer

Fonte: Elaborado pela autora.

Discursos nomeiam ou lexicalizam o mundo de modos particulares e os traços mais óbvios de distinção de um discurso para outro parecem ser os traços de vocabulário (Fairclough, 2003). Ainda segundo o linguista, a representação de um mesmo evento discursivo, na ótica da ACD, pode ser traduzida de maneira distinta, não só por meio do vocabulário, mas pela relação semântica, por suposições e por traços gramaticais. Apoiados nessas pontuações da ACD, evidenciamos que as representações realizadas acerca da Agroecologia, pelos atores sociais colaboradores da nossa pesquisa, são expressas por escolha lexical distinta.

Tais escolhas, na produção do texto, traduzem as atividades desenvolvidas e o contexto sociocultural em que esses atores estão inseridos, bem como as suas identidades e representações sociais. Isso é muito evidente ao observarmos a seleção vocabular elencada pelas quatro categorias de atores sociais entrevistados, a escolha linguística reflete o contexto social e suas necessidades. Posto isso, o quadro acima, por si, só não representa a realidade social, como também não revela relações de poder, tema tão caro à ACD. Tendo em vista que já fizemos, anterior ao quadro, uma análise social dos discursos, identificando questões de caráter histórico, político e socioeconômico, esta seleção vocabular (quadro 5), a partir das questões já investigadas, sinaliza que a linguagem é construída, conforme as nossas

representações, identidades sociais e graus de conhecimento, seja ele empírico ou acadêmico-científico.

7.2 Análise linguístico-discursiva da função social e das possibilidades de contribuição do CST em Agroecologia na formação dos egressos e no desenvolvimento dos assentamentos rurais

Neste segundo bloco de análise, focalizamos, nos discursos dos colaboradores, as possíveis contribuições advindas da formação superior em Tecnologia em Agroecologia para a mudança na vida dos egressos e das famílias agricultoras familiares das comunidades assentadas da Mata Sul-PE, no que se refere a melhores condições sociais de acesso à renda, à inserção dos egressos no mercado de trabalho e ao combate à prática da monocultura como orientação predominante de produção agrícola e de trabalho subalterno neste território. Dedicamo-nos, assim, nesta sessão, ao objetivo geral: Investigar criticamente, no “chão das comunidades”, se o discurso agroecológico do ensino Superior de Tecnologia em Agroecologia do IFPE-Campus Barreiros tem se transformado uma prática social relevante para a formação profissional e para o desenvolvimento social e sustentável dos assentamentos da Mata Sul-PE.

Temos como pergunta motivadora: *O IFPE-Campus Barreiros, como ofertante do curso superior de Agroecologia para estudantes oriundos de assentamentos e comunidades rurais, tem contribuído para o desenvolvimento e mobilidade social dos assentamentos e das comunidades rurais?*

Quadro 25 - O que revelam os docentes acerca da contribuição do curso

D1	<i>“Então... a partir do momento que a gente forma esses estudantes... não vou falar todos, porque há estudante que acaba é... tendo outros direcionamentos, mas o estudante que volta para o campo, que tem um vínculo com o campo, ou que se identificou com o curso, ele passa para a comunidade o que ele aprendeu aqui na academia... a gente conversa com o estudante que tem que haver organização...através de associações ou cooperativa então, ele vai para a comunidade levando esse aprendizado... a gente já vê isso a partir das próprias feiras agroecológicas, já tem um nível de organização...”</i>
D2	<i>“...porque a Agroecologia não é uma ciência nova, mas a sua aplicabilidade é... relativamente nova, a gente efetivamente veio falar em Agroecologia há doze, quinze anos, aí acaba demandando de certa forma a iniciativa do empreendedorismo, nós temos só em Barreiros cerca de 3.000 pessoas assentadas que precisam ser atendidas, essas pessoas estão sendo atendidas por uma pessoa do IPA e meia pessoa da ONG Sabiá que roda todo o território. Então uma parte da questão é que a gente precisa motivar os estudantes para ter essa iniciativa empreendedora, eu digo para eles, se cada um pegar 5 famílias para assessorar, eles podem fazer um diferencial nas</i>

	<i>comunidades e na vida deles... Mas para isso é preciso que os estudantes sejam incentivados por nós que fazemos o curso, precisamos focar mais nesse aspecto.</i>
D3	<i>“A gente pode contribuir muito, não só com a formação formal, mas com cursos de extensão, na época do PRONATEC facilitou muito, porque tinha recurso para os estudantes, as comunidades vinham pra cá, ou os professores iam para a comunidade... A gente vem contribuindo por meio de palestras, de visitação ao Campus, estamos sempre abertos para mostrar aos adolescentes esse mundo rural do nosso Campus, uma vez que tudo que é do rural ainda é renegado, não há uma valorização. Mas para melhor contribuir, é preciso mais apoio da reitoria, pró-reitoria de extensão. O Campus Barreiros é o único Campus que tem o curso de Agroecologia, mas numa sediou o Seminário de Agroecologia que já está na quinta edição.</i>
D4	<i>“Era interessante nesse curso ter líder sindical, secretários municipais, ter filho de líder de movimentos aqui dentro, de atores sociais de diversos movimentos, comunidades rurais, isso nos daria condições de fazer correlações e contribuir mais com as comunidades. Eu não enxergo isso aqui, principalmente nesse universo rural. O curso precisa por meio de projeto de extensão incentivar os agricultores a terem sua renda, porque o agricultor que não levanta a mão para dizer que vive da própria renda com orgulho, de ajuda do governo e, se vive de auxílio é porque não sabe produzir, se não sabe produzir é porque não tem assistência técnica, se não tem assistência é porque o Estado está ausente.”</i>
D5	<i>“Além da formação formal dos nossos estudantes no Campus, contribuimos com as comunidades por meio dos projetos de extensão, mas tendo em vista, a conjuntura política dos últimos anos, não conseguimos fazer isso com maior intensidade in loco para suprir as necessidades desse território tão complexo”.</i>

7.2.1 Análise acerca da contribuição do CST em Agroecologia na concepção dos docentes

Os discursos dos docentes acerca da contribuição social do CST em Agroecologia serão analisados a partir do significado representacional e identificacional do discurso e das metafunções interpessoal e ideacional, com ênfase nas categorias: escolha lexical, processos, modalidade, avaliação, interdiscursividade, representação de eventos e de atores sociais. Os docentes sinalizam que o curso/Instituição tem contribuído parcialmente para o desenvolvimento do território da Mata Sul-PE, ao mesmo tempo apontam questões sociopolíticas que interferem na eficácia dos resultados das atividades acadêmicas para atenuar as desigualdades sociais que assolam as comunidades deste território. Isso pode ser analisado nas seqüências discursivas abaixo:

D1- *“...a partir do momento que a gente forma esses estudantes... não vou falar todos[...], mas o estudante que tem um vínculo com o campo, ou que se identificou com o curso, ele passa esse conhecimento para o campo o que ele aprendeu aqui na academia... a gente conversa com*

o estudante que tem que haver organização através de associações ou cooperativa então[...] a gente já vê isso a partir das próprias feiras agroecológicas, já tem um nível de organização...

Evidenciamos, no discurso de D1, a voz de agência expressa pela expressão coletiva “**a gente**”, no qual o docente se assume como agente no processo formativo e insere os outros docentes na ação (“... *a gente forma esses estudantes...*”). Para descrever a ação desenvolvida pelo corpo docente, D1 utiliza o processo material “**forma**”, no qual o docente é o ator e os estudantes são a meta. Há, nessa construção discursiva, um pressuposto de que os estudantes não são agentes na construção do conhecimento. Outro destaque na fala de D1 é o fato de ele classificar os perfis dos estudantes, os que não seguem a profissão e os que permanecem na área, estes são os que, na percepção do docente, têm a identidade de jovem rural, que se identificam com as atividades do campo.

Observamos que, no discurso do docente, há evidência de que a prática discursiva do curso está, de certa forma, modificando a prática social dos discentes e das comunidades, ao afirmar (“... *a gente já vê isso a partir das próprias feiras agroecológicas, já tem um nível de organização...*”). Essa organização, conforme a avaliação do docente, é resultado da formação acadêmica na construção de uma nova organização e mudança social das comunidades que atuam nas feiras agroecológicas. As mudanças sociais acontecem à medida em que os atores sociais combinam convenções discursivas, códigos e elementos de maneira nova em eventos discursivos inovadores e desarticulam ordens do discurso existentes e rearticulam novas ordens e novas hegemonias discursivas (Fairclough [1992], 2016).

O D1 utiliza o forte grau de modulação em (“...*a gente conversa com o estudante que tem que haver organização...*”), revelando, por meio de avaliação implícita, que é impossível as comunidades rurais assentadas se desenvolverem socioeconomicamente sem organização social. O docente sinaliza, por meio da modalidade deôntica, a necessidade de se trazer para o espaço acadêmico esta discussão. Visto que essa é uma maneira de a Universidade contribuir para a formação não só acadêmica, mas para as comunidades locais, conforme está previsto no PPC (2015), “formar profissionais com uma base ampla de conhecimentos científicos e tecnológicos na Área de Agroecologia, com capacidade de manter, criar, estimular e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, oferecendo alternativas que dinamizem os arranjos produtivos locais da agricultura familiar”.

-D2: “... *a gente efetivamente veio falar em Agroecologia há doze, quinze anos, aí acaba demandando de certa forma a iniciativa do empreendedorismo, nós temos em Barreiros cerca de 3.000 pessoas assentadas que precisam ser atendidas, essas pessoas estão sendo atendidas*

apenas por um técnico do IPA e meio técnico da ONG Sabiá. Então [...] a gente precisa motivar os estudantes para ter iniciativa empreendedora [...], eles podem fazer um diferencial nas comunidades e na vida deles... para isso é preciso que os estudantes sejam incentivados por nós que fazemos o curso, precisamos focar mais nesse aspecto.”

Nessa sequência discursiva, percebemos que o ator social sinaliza, por meio de escolha lexical **“a gente”**; **“empreendedorismo”**; **“3.000 pessoas assentadas”**, **“apenas um técnico”** e **“meio técnico”**, uma preocupação e uma crítica em relação às limitações de contratação dos egressos para a orientação aos beneficiários da reforma agrária e para tentar reduzir a carência de assistência técnica aos beneficiários da reforma agrária. Ao usar o termo **“meio técnico”**. Neste contexto, o docente usa o recurso da ironia para criticar a falta de investimento do Estado para a assistência técnica e extensão rural, a ironia conforme Fairclough ([1992], 2016), expressa um tipo de atitude negativa, ou um sarcasmo sobre o enunciado.

Vale destacar a preocupação do docente para que todos os envolvidos, no processo da formação acadêmica, incentivem os estudantes para o empreendedorismo, isso fica evidenciado pelo uso do pronome **“nós”** (*“...nós temos...precisamos focar mais nesse aspecto.”*), que representa e inclui todos os atores sociais, os quais constituem o colegiado do curso. O D2 também recorre à modalidade deôntica **“precisamos focar”**, expressando a necessidade do seu comprometimento, dos demais docentes e da Instituição com a formação acadêmica e com a vida profissional dos egressos e do desenvolvimento da população local. Estas comunidades que, no discurso do D2, são representadas como atores sociais desprovidas de condições financeiras para desenvolver a agricultura familiar, são dependentes da ação do Estado para a mudança social, revela o poder do Estado para a transformação ou manutenção da proletarianização passiva, reforça a função de legitimação do poder do Estado e, consequentemente, de seus dirigentes.

Em sequência, analisamos, no discurso do D3, o entendimento de que a formação profissional deve ir além dos muros da Universidade. Ele destaca a dualidade: formação acadêmica de produção de conhecimento científico e a aplicabilidade no campo rural, saindo do *Campus* para o campo, por meio de projeto de extensão, com vistas a atender às comunidades rurais (*“...A gente pode contribuir muito, não só com a formação formal, mas com cursos de extensão...”*). O D3 também se inclui como um agente dessa formação, por meio da expressão **“a gente”** e da modalidade epistêmica **“pode contribuir”**. Ele dá ênfase à extensão universitária como contribuição para as comunidades rurais e para reiterar a importância desta ação. Ademais, o D3 faz referência a um programa de bolsa governamental - o PRONATEC - instituído pela Presidenta Dilma, em 2011, ofertando cursos de qualificação a pessoas em

vulnerabilidade social e trabalhadores de diferentes perfis. (*“...na época do PRONATEC facilitou muito, porque tinha recurso para os estudantes, as comunidades vinham pra cá, ou os professores iam para a comunidade...”*). O discurso de D3 reforça a necessidade de o Estado atuar junto às Instituições de Ensino e estas se fazerem presentes nas comunidades rurais, principalmente na Mata Sul-PE.

Este território é um campo de disputa, de forças e luta para o agricultor familiar se firmar como tal, usando, aqui, campo, nos termos de Bourdieu (1989), para quem campo pode ser considerado tanto um ‘campo de forças’, pois constrange os agentes nele inseridos, quanto um ‘campo de lutas’, no qual os agentes atuam conforme suas posições, mantendo ou modificando sua estrutura (Bourdieu, 1989). O D3 destaca que o IFPE-Barreiros é acessível à população, para essa afirmação faz uso do processo relacional “*estamos*”, na primeira pessoa do plural, evidenciando que ele também é instituição enquanto docente deste curso (*“... estamos sempre abertos...”*). O uso da primeira pessoa do plural inclui a agência como um identificador de envolvimento do agente social nas ações desenvolvidas pelo *Campus*.

Uma das contribuições do curso, conforme o D3, é tentar romper com uma imagem negativa que se faz do mundo rural, ao dizer: (*“... estamos sempre abertos para mostrar aos adolescentes esse mundo rural do nosso Campus, uma vez que tudo que é do rural ainda é renegado, não há uma valorização...”*). O D3 reforça que há uma imagem negativa acerca do mundo rural, o desprezo a este universo. Observamos que, apesar de reiterar que existe o preconceito com o rural, o D3, em seu discurso, não inclui/aponta agentes sociais humanos como responsável pela desvalorização do universo rural, nesse caso o agente social é suprimido (Fairclough, 2003).

Essa classificação, que inferioriza os grupos sociais, os quais vivem no meio rural, é resquício da hegemonia do eurocentrismo, conforme aduz Quijano (2009, p. 111), nas sociedades, nas quais “a colonização implicou a destruição da estrutura societal, a população colonizada foi despojada dos seus saberes intelectuais e dos seus meios de expressão... reduzidas à condição de indivíduos rurais e iletrados”. Essa fala do D3 nos faz pensar acerca das diversas práticas de exploração e segregação sobre o trabalho rural encadeadas nas ordens do discurso, causando divisão social e exclusão.

Nessa esteira discursiva, de acordo com as linhas abissais de Santos (2010), constituídas pela visão classista e elitista, subestima quem mora no meio rural como atrasado/a, como lugar sem futuro, sem cultura, conseqüentemente, as pessoas que vivem no campo foram performatizadas, juntamente com seus corpos, como “do outro lado da linha”, ignorantes,

pobres, caipiras e excluídos/as em oposição às dicotomias binárias de evoluído, civilizado e desenvolvidos. Há outro aspecto relevante na fala de D3, no excerto: “...para o curso melhor contribuir, é preciso mais apoio da reitoria e pró-reitoria de extensão, o Campus Barreiros é o único Campus do IFPE que tem o curso de Agroecologia, mas nunca sediou o Seminário de Agroecologia que já está na sétima edição...”.

O docente, ao mesmo tempo em que faz uma crítica ao fato da não inclusão do *Campus* para sediar evento da área da Agroecologia, faz um apelo para que a instância superior – A Reitoria – tenha um olhar para a agência ofertante do CST em Agroecologia para poder expandir, divulgar e dar mais visibilidade ao curso e, consequentemente, aos estudantes e às comunidades rurais assistidas por este curso. Essa interpretação é possível, por meio da escolha lexical do docente, como por exemplo, “*é preciso*”, “*único*”, “*nunca*”, “*já*”, “*sétima edição*”. Interessante destacar que a palavra “*única*” demonstra exclusividade, singularidade, promove algum tipo de mudança dentro do contexto do IFPE em relação aos demais cursos e na discussão ambiental.

Na perspectiva da ACD, podemos inferir que esse discurso pressupõe que alguns *Campi* são mais visíveis do que outros, dentro da estrutura política do IFPE. Nesse sentido, este é um discurso relativo de expressão avaliativa (Fairclough, 2003). O posicionamento agentivo do D3, na perspectiva da ACD, pode contribuir para desvelar mecanismos de dominação, poder existente nas ordens do discurso das Instituições de Ensino.

Dando sequência às análises discursivas dos docentes, observamos, na fala de D4, no excerto a seguir, uma atitude avaliativa por meio da modalidade epistêmica, utilizando a expressão modal (“*Era interessante nesse curso ter...*”), que apresenta um grau de julgamento do falante acerca do evento social analisado. “*Era interessante nesse curso ter líder sindical, secretários municipais, ter filho de líder de movimentos aqui dentro, de atores sociais de diversos movimentos, comunidades rurais, isso nos daria condições de fazer correlações e contribuir mais com as comunidades. Eu não enxergo isso aqui, principalmente, nesse universo rural*”.

O docente sinaliza a ausência desses membros no contexto em que o curso está situado, entende a importância da inclusão de atores sociais de diversas representatividades para planejar e atender às necessidades reais das comunidades por meio de um trabalho coletivo e integrativo. Esse pensar crítico do docente, sob a ótica da ACD, é necessário, uma vez que a Universidade é agência formadora não só de profissões, mas de agentes sociais humanos e solidários, precisa, na prática, repensar sua função social para a construção de uma sociedade mais humanista e

estar aberta para a inserção dos movimentos sociais para construir condições de mobilização social para os minorizados. Sob esse viés discursivo, Souza (2007) trata de “democracia de alta intensidade”, propondo a inserção dos movimentos populares como alternativa de luta contra as diferentes formas de opressão.

Desse modo, quanto maior for a integração dessas instituições, mais participação e visibilidade terão os grupos menos privilegiados para lutar contra a competição das classes elitistas. Visto que as suas vidas não são estáticas, os conhecimentos não são limitados, há possibilidades de transformação social, como aduz Fairclough (2003), as pessoas constantemente transformam sua vida social, o que dizem ou escrevem, por meio de reivindicação e questionamento da legitimidade das ações que são tomadas, dos procedimentos que existem nas organizações.

Nas palavras do D4, para o *Campus* contribuir com o desenvolvimento da formação profissional e das comunidades rurais dentro do contexto do território da Mata Sul-PE, competindo com a monocultura, é preciso se fortalecer junto às diversas representação de instituições sociais. Na concepção do D4, falta esta integração entre as entidades, ele reitera isso por meio do processo mental perceptivo “*enxergo*” e da sentença avaliativa negativa (“*Eu não enxergo isso aqui, principalmente, nesse universo rural.*”) e reforça, por meio do modalizador adverbial “*principalmente*” e da circunstância adverbial “*aqui, nesse universo rural*”, fazendo uma referência anafórica à Instituição de Ensino. O docente usa a categoria da avaliação, através da modalidade, este recurso, segundo Halliday (2014), refere-se ao julgamento que o falante faz às probabilidades ou às obrigações condizentes sobre o que ele discorre. A avaliação do D4 parte de uma percepção do que seria desejável para o curso ter mais eficiência em seus resultados, ele sinaliza que a Instituição deve ser mais comprometida com os problemas sociais do seu entorno.

Ainda sobre a avaliação do curso, sob a ótica de D4, há destaque para a necessidade de o curso fomentar os agricultores a terem sua própria renda, a otimizar a sua produção agrícola; para isso, conforme o D4, é necessário desenvolver projetos de extensão que atendam às necessidades dessa população, conforme expresso em: (“*O curso precisa por meio de projeto de extensão incentivar os agricultores a terem sua renda, porque o agricultor que não levanta a mão para dizer que vive da própria renda com orgulho, é porque vive de ajuda do governo e, se vive de auxílio é porque não sabe produzir; se não sabe produzir é porque não tem assistência técnica, se não tem assistência é porque o Estado está ausente.*”).

O docente constrói esse argumento utilizando a modalização deôntica por meio do processo verbal “*precisa...incentivar*”, reforçando a necessidade de comprometimento que a instituição deve ter com a mudança social, através das práticas sociais e discursivas previstas nas diretrizes estabelecidas no PPC. Observamos que o docente personifica o substantivo curso como ator social, atribuindo-lhe ação humana, ocultando a identificação de agentes sociais responsáveis pela ação do processo material “*incentivar*”. Outro fator que merece destaque, nesta análise sociolinguística, é o fato de o D4 representar o curso como ator ativo apto a exercer uma ação, isso demonstra que, quando os agentes sociais estão na forma ativa, sua capacidade de ação, de fazer as coisas acontecerem, de controlar os outros é acentuada. Já os agricultores são representados pelo docente, por meio da passivação, da sujeição àquilo que lhes oferecem. Nesse sentido, quando os sujeitos estão na forma passiva, o que é acentuado é o seu assujeitamento ao processo, sendo afetados pelas ações dos outros (Fairclough, 2003).

Esse assujeitamento não é algo determinado e desejado pelos agricultores, é, no entanto, consequências da omissão do Estado, pois, nas palavras do docente, o agricultor não produz, não vive dignamente da sua renda, porque o Estado não investe em assistência técnica (... “*se não sabe produzir é porque não tem assistência técnica, se não tem assistência é porque o Estado está ausente*”). O docente apresenta este estado de passivação do sujeito usando a gradação um dos elementos da categoria da avaliação, (... “*porque o agricultor que não levanta a mão para dizer que vive da própria renda com orgulho, é porque vive de ajuda do governo e, se vive de auxílio é porque não sabe produzir, se não sabe produzir é porque não tem assistência técnica, se não tem assistência é porque o Estado está ausente*”).

Quanto à categoria significado de palavras, percebemos que a representação dos agricultores é construída pelo docente por escolhas lexicais que denotam uma carga ideológica de negatividade, demarcada por uma sequência gradativa das sentenças que vai anulando a sua capacidade de produzir e criar, tornando-os, de certa forma, agentes dependentes e não ativos (... “*não levanta a mão para dizer que vive da própria renda com orgulho...não sabe produzir, se não sabe produzir...*”) não tem assistência técnica...”). Assim, observa-se que, em um contexto social em que não se tem e nem se participa de certas nuances, outras lhe são privadas, como o não investimento em assistência técnica e, se não são beneficiários, não são visíveis diante das políticas públicas garantidas por lei, como é o caso do PNATER, conforme previsto na Lei Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, mencionada no **capítulo IV** desta Tese.

Na argumentação do docente, há um subentendido de uma crítica, no sentido de que se o Estado concede auxílio para essa população é como se já estivesse cumprindo a sua função

social e essa população ficando submisso à mercê do Estado social e fadado ao fracasso sem lutar e resistir contra as imposições. Uma das formas de essa realidade ser revertida é como defende o docente a participação ativa das Instituições de Ensino e movimentos sociais para incentivá-los a sair deste assujeitamento. Os discursos dos docentes, acerca da concepção da contribuição do curso na formação profissional e desenvolvimento social para a região, convergem-se, como podemos observar no discurso de D5, no excerto abaixo, com a representação discursiva de D4. Ambos destacam a importância dos projetos de extensão como viabilidade para expandir o conhecimento, o contato da universidade e exercer a sua função social com as comunidades rurais. Conforme sinaliza D5 no excerto abaixo:

-D5: *“Além da formação formal dos nossos estudantes no Campus, contribuímos com as comunidades por meio dos projetos de extensão, mas tendo em vista, a conjuntura política dos últimos anos, não conseguimos fazer isso com maior intensidade in loco para suprir as necessidades desse território tão complexo.”*

O docente, por meio do processo material “**contribuímos**”, na primeira pessoa do plural, sinaliza coletividade, incluindo-se na ação, demonstrando o seu envolvimento no processo formativo. Destacando que a universidade está preocupada com uma formação além do *Campus*, mas também pensando nos que estão no campo. No entanto, nessa ação, conforme aponta o docente, utilizando a oração adversativa introduzida pelo conectivo “**mas**”, há algumas limitações de cunho político que impedem a ação da universidade com maior frequência (... *“mas tendo em vista, a conjuntura política dos últimos anos, não conseguimos fazer isso com maior intensidade in loco para suprir as necessidades desse território tão complexo.”*). O docente está fazendo alusão ao período político negacionista e de restrição de políticas públicas, destinadas à agricultura familiar e aos cortes de verbas para a educação por parte do governo, entre os anos 2018 a 2022, conforme mencionamos no capítulo IV desta Tese, dentre elas: O desmonte das políticas de apoio à agricultura familiar que reduziram os estímulos à produção de alimentos diversificados e saudáveis voltados à agricultura familiar.

Frente a essas dificuldades, alguns produtores que sobreviveram no campo foram pressionados a migrarem para o modelo do agronegócio de *commodities* de exportação (ANA, 2022). Ainda, no discurso de D5, ele enfatiza uma questão sobre a qual já vimos discutindo ao longo da Tese, também apontado por outros colaboradores, o fato de o território da Mata Sul-PE ser marcado por fatores socioeconômicos e sócio-históricos “... **tão complexo...**” que envolvem relações de poder e têm sido palco de lutas e resistência de grande parte dessa população que ainda lida com questões fundiárias e com a predominância da monocultura.

Observamos, portanto, que os discursos dos docentes sinalizam que o CST em Agroecologia é um instrumento que problematiza e questiona os problemas socioculturais e ambientais da região. No entanto, percebemos que a prática discursiva e a prática social da Instituição, enquanto ofertante, precisam ser bastante discutidas entre a comunidade acadêmica e a comunidade externa, para que o curso seja efetivamente um instrumento de transformação nesse território complexo e competitivo e para que o poder colonial ainda presente seja desestabilizado.

Quadro 26 - O que pensa a ONG Centro Sabiá acerca da contribuição do CST em Agroecologia para a Mata Sul-PE

Sabiá 1	<i>Eu acho que o curso de Agroecologia sempre vai ser importante para a formação dessas comunidades, mas eu penso que é preciso pensar na possibilidade de ampliar a inserção das pessoas que trabalham, como por exemplo, os filhos de agricultores...seria importante, talvez a pedagogia de alternância. É preciso também pensar em políticas de empregabilidade dessa juventude, desses estudantes, a demanda é muito grande.</i>
Sabiá 2	<i>“Eu acho que é um curso superimportante para a região, mas ao mesmo tempo, eu vejo que tem muito desafio assim até mesmo pelo público que o curso se dispõe a trabalhar... a gente sabe que tem estudante que para acessar essa escola, precisa de ter garantido a hospedagem, a alimentação. Então eu acho que é um curso extremamente estratégico para essa luta, mas que ainda não consegue assim brilhar os olhos né, de ter muitos alunos...Acho que isso também tem relação com o próprio desafio do meio rural né, a sociedade não quer preparar as pessoas para elas terem autonomia, para terem o seu agroecossistema, a sua plantação para fazer o que quiser, na hora que quiser, que é isso, né a vida do agricultor, mas a nossa sociedade diz que tem que se formar, ser engenheiro para trabalhar em uma grande empresa, tudo bem se isso acontecer, mas não é só isso.”</i>

7.2.2 Análise linguístico- discursiva acerca do entendimento da ONG Centro Sabiá em relação à contribuição do CST em Agroecologia para a Mata Sul-PE

Tomando como base a atuação e a experiência da ONG Centro Sabiá, no contexto da Mata Sul-PE, com o trabalho de assistência técnica aos assentamentos rurais desta região, há (30) trinta anos, investigamos esta instituição acerca da representação que ela tem em relação ao CST em Agroecologia do *Campus* Barreiros. Sabiá 1 analisa a contribuição do curso fazendo uso do processo mental “*acho*”, revela o que ele, como ator social, pensa a respeito do curso

(“... Eu acho que o curso de Agroecologia sempre vai ser importante para a formação dessas comunidades...”). Observamos, pelas escolhas lexicais, que Sabiá1 considera o curso como uma ferramenta positiva para a região, ao mesmo tempo em que também, por meio do processo mental “*penso*” e pela oração adversativa “*mas*”, (“... *mas eu penso que é preciso pensar na possibilidade de ampliar a inserção das pessoas que trabalham, como por exemplo, os filhos de agricultores... seria importante, talvez a pedagogia de alternância*”) sinaliza a necessidade da agência ofertante do curso ter um olhar mais atento e abrangente para os atores sociais das comunidades rurais.

Conforme Sabiá 1, os agricultores precisam ser inseridos na Academia, bem como a Academia deve se fazer presente nas comunidades rurais. Para isso, sabiá 1 sugere a prática da pedagogia de alternância⁴⁵. Ao fazer esta sugestão, ele utiliza o processo relacional “*seria*” seguido do modalizador adverbial “*talvez*”, o que indica uma probabilidade de maior articulação do agenciador do curso com as comunidades rurais para formar esses jovens e para a troca de conhecimentos entre o saber acadêmico e saber das comunidades, uma vez que a Agroecologia, como prática, não se constrói apenas nos laboratórios acadêmicos, conforme discurremos no **capítulo IV** desta Tese.

Podemos, assim, inferir que os dizeres de Sabiá1 estão alicerçados a partir do conhecimento do contexto social do território, visto que, nessa região, muitos agricultores não conseguem se descolar de suas comunidades diariamente, tanto por questões financeiras, como por razões de trabalho no campo rural, que requer dedicação do trabalhador “*in loco*”. O contexto, na construção do discurso, é um recurso que influencia o que o falante vai dizer e como dizer, as dimensões contextuais podem delimitar as intenções discursivas do falante, como também podem permitir entender o contexto em que o discurso foi produzido (Fuzer e Cabral, 2014).

Há, no discurso de Sabiá1, o pressuposto de uma crítica em relação à atual formatação do modelo do curso; na concepção desse ator social, o curso não atende às particularidades dos jovens do meio rural, há um estreitamento entre os dois campos, a Academia e o campo rural. Outro fator que Sabiá1 destaca é a questão de a agência ofertante do curso, como o agente ativo

⁴⁵ É uma realidade histórica no Brasil com potencial para atender demandas educacionais de parcelas significativas. Trata-se de um modo de organização do processo de formação, cujos princípios abarcam instrumentos pedagógicos e metodológicos que integram conhecimento prático, conhecimento científico, diversidade de epistemologias e territorialidades dos sujeitos no âmbito da escola, da universidade e de outras instituições educacionais. A metodologia de aulas se alterna entre Universidade e comunidades rurais (<http://portal.mec.gov.br/>)

de um processo de formação profissional, do qual vários outros agentes sociais dependem, tem de se mobilizar de maneira mais intensa para criar oportunidades de emprego para os egressos (*“É preciso também pensar em políticas de empregabilidade dessa juventude, desses estudantes, a demanda é muito grande.”*).

Sabiá 1, ao usar mais uma vez o modalizador deôntico em *“...**é preciso pensar**”*, ele atribui ao IFPE a incumbência e a obrigação dessa agência articular meios para prover a empregabilidade dessa juventude que, neste excerto, está na condição de agente passivo dependente da Instituição de Ensino. Entretanto, vale frisar que o *Campus* tem o papel social de formação e de formalizar parcerias com empresas e órgãos públicos para articular estágios, mas não tem a responsabilidade direta da empregabilidade.

No excerto a seguir, a visão de Sabiá 2, acerca da contribuição do curso, converge com o discurso de Sabiá 1, ambos entendem e reconhecem a importância da formação profissional da Agroecologia no contexto da Mata Sul-PE. Assim como no excerto de Sabiá 1, aparece também no discurso de Sabiá 2 o uso do processo mental *“**acho**”*, revelando sua percepção (*“Eu acho que é um curso superimportante para a região...”*). O processo *“acho”*, acompanhado pela expressão adverbial modalizadora de intensidade *“**superimportante**”*, reforça, linguisticamente, o posicionamento do falante. Sabiá 2 faz uso de escolhas linguísticas pelas quais avalia que o modo como curso vem atuando não é o mais desejável para o contexto da Mata Sul-PE. Isso fica explícito em *“ao mesmo tempo, eu vejo que tem muito desafio assim até mesmo pelo público que o curso se dispõe a trabalhar... a gente sabe que tem estudante que para acessar essa escola, precisa de ter garantido a hospedagem, a alimentação...”*).

O ator social sinaliza, por meio do processo mental *“**vejo**”*, que o IFPE, enquanto ofertante do curso, precisa vencer alguns desafios de ordem político-governamental, para que o curso consiga atender seu público-alvo, o estudante oriundo da zona rural, representado por Sabiá 2 como atores sociais que necessitam de política assistencial para o ingresso e a permanência na universidade (*“...tem estudante que para acessar essa escola, precisa de ter garantido a hospedagem, a alimentação...”*). Nessa fala, Sabiá 2 chama a atenção para a existência de política assistencial, como algo indispensável para reduzir as desigualdades sociais, principalmente, em se tratando de uma região em que o índice de IDH é um dos mais baixos do Estado, conforme mencionado na introdução desta Tese. Esse é um problema social, visto que os agentes sociais não têm as devidas condições de permanecerem na Academia com a falta de políticas públicas que garantam a continuidade da sua formação e, a sociedade, de

certa forma, termina culpabilizando o jovem por não estar estudando, muitas vezes, classificando-os como desinteressados.

O posicionamento de Sabiá 2, de certa forma, demonstra indignação com a falta de incentivo do Estado para a inovação agroecológica e, conseqüentemente, para transformação social da vida dos que trabalham no campo rural. Nesse sentido, Molina (2011) defende que a Agroecologia precisa incorporar a dimensão política, haja vista que as relações de poder, que são políticas, permeiam o conjunto das relações sociais e ambientais. Reiteramos que é de responsabilidade do Estado agir para a efetivação das políticas públicas.

O discurso de Sabiá 2, apesar de apontar explicitamente elementos que não se fazem presentes na estrutura do curso, e que, por vez, termina enfraquecendo o trabalho desenvolvido pela instituição. Assim, Sabiá 2 reforça a importância do curso (*“Acho que é um curso extremamente estratégico para essa luta, mas que ainda não consegue assim brilhar os olhos né, de ter muitos alunos...Acho que isso também tem relação com o próprio desafio do meio rural né, a sociedade não quer preparar as pessoas para elas terem autonomia [...] para terem sua plantação para fazer o que quiser[...] a nossa sociedade diz em que tem que se formar...”*).

O colaborador, Sabiá 2, reitera a sua percepção afirmando que o curso é um meio de reduzir as anomalias da região, usando escolhas linguísticas que têm uma carga bastante significativa para sustentar seu posicionamento, bem como para intensificar a importância da existência do curso, entre elas: o processo relacional “é” e o atributo “**extremamente estratégico para essa luta...**”, o advérbio modalizador “**extremamente**” é um operador argumentativo para fortalecer a avaliação do falante. Apesar de sua avaliação ser positiva, Sabiá 2 aduz que esse curso (*“ não consegue assim brilhar os olhos né, de ter muitos alunos...”*), sua argumentação vem fundamentada em um aspecto social que perpetua há séculos, o fato de que as sociedades, o capitalismo, o patriarcalismo rural é quem, na sua maioria, dita as regras, fazem as escolhas e as classificações sobre o que você deve ser, onde você deve atuar, quais as profissões que você deve seguir.

Isso está pressuposto na fala de Sabiá 2 (*“acho que isso tem relação com o próprio desafio do meio rural né, a sociedade não quer preparar as pessoas para elas terem autonomia[...] a nossa sociedade diz que tem que se formar, ser engenheiro para trabalhar em uma grande empresa...”*).

Nesse excerto, inferimos que o ator social faz alusão ao desafio que ainda há para o jovem e o adulto do meio rural estudar, não só pelas questões econômicas, como citadas anteriormente, mas à questão de dominação e manipulação do empresariado rural, do machismo

quando se trata, principalmente, das mulheres. Sabiá 2 aciona um questionamento acerca de uma postura cultural tradicional da dominação da sociedade ao argumentar que (*“...a sociedade não quer preparar as pessoas para elas terem autonomia...”*). Sabiá 2 utiliza o processo mental *“quer preparar”*, precedido do advérbio de negação *“não”*, para expressar o desinteresse da sociedade em não investir na formação das pessoas, em particular, as do campo rural, para manter o controle sobre elas. Há, nesse excerto, uma contestação explícita de que o controle coercitivo da sociedade patriarcal faz proliferar as diferenças entre as pessoas, criam diferentes classificações identitárias e segregam as pessoas.

Como analista crítico do discurso, entendemos que a função da linguagem, por meio da construção do discurso de contestação, tem o objetivo de mobilizar recursos para requerer mudança social, conforme afirmam Chouliaraki e Fairclough (1999). Concluimos que a ONG Centro Sabiá entende a necessidade da existência da formação em Agroecologia para os atores sociais do campo rural da Mata Sul-PE, diante de uma postura crítica, política e ideológica identifica fragilidades no modo de operacionalização do curso no atual contexto.

Quadro 27 - O que dizem os egressos acerca da contribuição do curso

E1	<i>“Com certeza, eu posso dizer por experiência própria, há alguns colegas que tiveram muito sucesso, fizeram mestrado, se inseriram em ONGs, outro passou no concurso do IFAL como agroecólogo. Há um colega que se não tivesse sido este curso, ele estaria cortando cana... esse curso tem que existir, precisa. Mas eu acho que deveria ter mais divulgação para atrair mais estudantes[...] O curso muda a vida da gente e a gente muda a vida de outras tantas comunidades...tem que haver assim mais conexão do Campus com as comunidades carentes para amenizar as desigualdades.”</i>
E2	<i>“Esse curso pra mim foi uma superação é...eu sempre tinha muita vontade de me formar, mas devido eu ter marido preconceituoso, eu não botava nem a cabeça na porta. Conheci o Campus Barreiros em 2011 através do PRONATEC num evento da ONG Sabiá, na palestra do professor de Avicultura para agricultores...depois ele veio aqui no meu assentamento vê a estrutura, eu entrei no curso de avicultura e levei até outros agricultores daqui...Conheci outros professores e um deles perguntou: “Por que você não <u>faz o Curso de Agroecologia para unir as duas coisas teoria e prática?</u>” [...] Aí prestei o vestibular, mas foi muito desafio, era pra matar um leão por dia para chegar lá às 7h, saía daqui às 5h30min. Mas Deus é bom todo tempo, venci (fala bem emocionada, trêmula e lágrimas nos olhos). E até os preconceitos que sofri...tinha homem machista aqui no assentamento que dizia: “Pra que uma velha estudando”? ... eu disse vou mostrar a ele que velha faz diferença... até dentro do ônibus do IFPE aqueles boyzinho do colégio pensava que era faxineira, e dizia: “Essa mulher tá na faxina, é?” Eu fazia de conta que não tava ouvindo. Mas valeu à pena, porque eu sempre acreditei que o</i>

	<i>conhecimento liberta. Mas acho que o IFPE precisa estar mais presente nas comunidades onde tem um vínculo com algum aluno, né.”</i>
E3	<i>“Para mim, o curso foi muito importante me colocou em contato com diversos atores e atrizes que trabalham com Agroecologia aqui no território...Mas sinto falta dos movimentos sociais lá dentro presente... mas aí eu depois, vi que isso é um problema do contexto da Mata Sul-PE. Aqui, os movimentos sociais não têm tanta força por diversos motivos, m deles, eu acho que a questão da religião evangélica tirar muito o pessoal da luta, ensina a aceitar tudo... principalmente, quando as pautas são mais progressistas temos esses obstáculos. Acho que o CST em Agroecologia né, pode contribuir mais realizando cursos na prática, orientando as famílias agricultoras, porque isso abre espaço para novos estudantes. Às vezes, as pessoas dizem: “Ah, tem o CST em Agroecologia aqui em Barreiros”? A região toda deveria saber que existe esse curso[...] O Campus precisa também dar condições para o estudante da zona rural passar a semana lá, muitos não têm condições de ir e voltar todo dia. Ofertar estrutura para receber os agricultores para divulgar tecnologias sociais, também ir às comunidades para aplicar novas tecnologias.”</i>
E4	<i>“Creio que esse curso, de certa forma, criou oportunidades para os jovens que têm uma realidade tipo - eu vou terminar o ensino médio e vou cortar cana - não tem outra opção, então quando se oferta um curso desse e vai nas comunidades, dá um choque de realidade e mostra pra elas o que o curso tem a ofertar. Isso vai despertar uma curiosidade, o jovem vai entender que poderá voltar para a comunidade e pôr em prática...porque esse pessoal de zona rural vive muito ali num mundo fechado. O IFPE com o seu papel social deve ofertar oficinas de produção de mudas às famílias dos estudantes, porque é mais difícil a família vir ao Campus, é preciso ir até o campo e mostrar o que é Agroecologia.”</i>
E5	<i>“Contribui bastante. Quando eu concluí o curso, eu mudei completamente a minha vida, eu saí de cortador de cana pra entrar no mercado formal de trabalho, saí de um patamar social para outro [...] Quando eu era estudante, fiz alguns projetos de extensão só com mulheres num assentamento, porque querendo ou não a nossa cultura ainda vê a mulher muito dependente do homem... e com os projetos elas tiveram, de certa forma, mais liberdade, independência para plantar, consumir e vender para comprar as coisas pessoais como um sapato, uma roupa, etc... Havia trocas de saberes nesse projeto, havia um respeito. Penso que o IFPE precisa sair mais para divulgar o curso com práticas junto aos assentamentos e suas realidades.”</i>
E6	<i>“Assim eu acho que o Campus ainda deixa a desejar, ele tem potencial para mais... É necessário maior atuação do IFPE nos assentamentos, nas comunidades rurais, para fortalecer o curso porque não existe divulgação concreta com professores dentro das comunidades rurais e quilombolas. Eles vêm, mas vêm com poucas aulas, aquelas coisas rápidas, assim, que são é ... uma colherzinha de chá e deixa muito a desejar. Eu acho que ele tem potencial para fazer mais, tá entendendo, pra entrar com uma visão diferente, de modernizar o curso dentro das áreas rurais, a gente fica muito dentro de sala de aula. As comunidades rurais é o laboratório maior para o curso, o meu SAF (Sistema Agroflorestral) mesmo foi feito com todos os professores na minha parcela, foi maravilhoso, foi um mutirão, foi a</i>

	<i>coisa mais linda, tenho tudo registrado, mas com o tempo é... a gente fica sem assistência técnica, que, na minha opinião deveria vir do IFPE.”</i>
E7	<i>“O curso consegue mobilizar, contribuir, mas precisa fazer mais é... o Campus Barreiros é muito importante para a agricultura familiar, para as comunidades rurais, até porque eu sou o que sou hoje por causa do Campus Barreiros, porque quando eu entrei como técnico agrícola no Ensino Médio e saí formado, cidadão, a gente é... sai formado para vida também. Quando fui fazer CST em Agroecologia, já tinha uma bagagem né, aquilo mudou a minha vida. Mas o Campus ainda precisa ser mais próximo das comunidades, desenvolver tecnologia, irrigação, energia elétrica, pequenos implementos que não sejam degradantes ao solo, mas que sejam eficientes. Isso incentiva os pequenos agricultores a permanecerem em suas comunidades, elas esperam e anseiam mais do Campus”.</i>
E8	<i>“Eu acredito que o curso está muito restrito, não está sendo divulgado, eu não falo só em relação a divulgar em época de inscrição não. Eu falo assim para as comunidades saberem que nós temos um curso de Agroecologia. O IFPE tem que ir lá nos assentamentos, os professores junto com os alunos fazer projetos em diferentes assentamentos e compartilhar as experiências para conhecer as necessidades das comunidades. Infelizmente, eu não vejo os estudantes saírem do Campus para ir a uma comunidade, só uma vez, fomos a um assentamento de um colega que já estava no curso. Então acho que não se pode restringir ao Campus. É preciso sair da zona de conforto e semear uma sementinha nesses assentamentos. Estou há doze anos no assentamento, mas a única vez que o IFPE foi ao meu assentamento foi com a minha turma, não estou falando de uma realidade externa, estou falando de dentro do meu assentamento a partir de três campos de visão: como egressa do curso, como filha de agricultores e como moradora de assentamento. Então eu vejo estas deficiências.”</i>
E9	<i>“Tem uma coisa muito interessante nessa questão do IFPE com as comunidades é que quando eu estudava lá, eu fui bolsista de extensão, e daí a gente atuou na comunidade quilombola de Rio Formoso onde eu trabalhei por muito tempo, na questão do derramamento de petróleo no litoral sul e daí o quilombo também entrou porque lá tem as marisqueiras. A gente fez um projeto por um ano, é conscientizando, falando sobre as consequências que ele trazia para as comunidades e escutando o relato dos moradores. O olhar do pessoal da comunidade é... muda quando tem uma instituição que olha para a comunidade, principalmente, nestes projetos de pesquisa, porque é onde se intercala o estudante com o pessoal da comunidade, eles ficam visíveis, são lembrados, e o conhecimento deles também, a gente vai com o científico, mas de forma bem didática, onde escuta mais eles do que leva coisas para encher a cabeça deles.</i>
E10	<i>“Eu acho que ele contribui bastante, mas eu queria que ele abrangesse mais as áreas rurais [...]. É preciso expandir, divulgar principalmente nessas comunidades mais distantes e não ficar só na cidade. Eu faço um pedido como egressa que o IFPE vá até os campos rurais para divulgar o curso, motivar os jovens, conversar com os pais nas feiras agroecológicas, os filhos não estão na feira, mas os pais estão e podem motivar os filhos a buscarem o conhecimento na área da agricultura familiar. O IFPE poderia entrar em contato com as Secretarias municipais pra</i>

<i>fazer um tipo de parceria, para os egressos fazerem o seu estágio e mostrar suas habilidades [...] professora, tem muitos egressos aí que tá com todo o gás possível para mostrar o que aprendeu com os professores e os professores com a gente. Jamais o IFPE pode parar de ofertar um curso nessa área.”</i>

7.2.3 Análise linguístico-discursiva acerca do discurso dos egressos sobre a contribuição do curso para a inserção profissional e para o desenvolvimento do território da Mata Sul-PE

Com base no conhecimento dos egressos, tanto do mundo acadêmico quanto da realidade dos assentamentos rurais, buscamos, neste bloco, investigar se o CST em Agroecologia, com suas estratégias discursivas e metodológicas, tem alterado o modo de ser e de agir dos egressos e das famílias agricultoras das comunidades do entorno do agenciador do curso, frente às adversidades do contexto da Mata Sul-PE. Nos termos da ACD, as sociedades alteram sua forma de ser e agir, à medida que busca novas estratégias de conhecimento, visto que, ao tomar consciência da dominação, o sujeito tenta superá-la, lutando contra as desvantagens sociais às quais são submetidas, como consequência das explorações históricas e das relações de dominação que ainda imperam.

Na perspectiva da ACD e da LSF, é nos textos escritos ou oralizados que esses problemas sociais revelam as práticas causadoras das desigualdades sociais em que se situam seus produtores. Nessa esteira discursiva, Fairclough ([1992], 2016) pontua que a nossa capacidade de identificar a natureza da prática social permite-nos explicar seus efeitos sobre a prática social. As sequências discursivas dos egressos, neste bloco, conduzir-nos-ão à análise com ênfase nas categorias: escolha lexical, processos, modalidade, interdiscursividade e avaliação, que nos ajudarão a compreender, tanto no plano microsocial como no macrosocial, mudanças ou manutenção do quadro social dos egressos e das comunidades. Como veremos nos excertos abaixo:

-E1: *“Com certeza, eu posso dizer por experiência própria, há alguns colegas que tiveram muito sucesso, fizeram mestrado, se inseriram em ONGs, outro passou no concurso do IFAL como agroecólogo. Há um colega que se não tivesse sido este curso estava cortando cana... esse curso tem que existir, precisa [...] O curso muda a vida da gente e a gente muda a vida de outras tantas comunidades...tem que haver assim mais conexão do Campus com as comunidades carentes para amenizar as desigualdades.”*

Podemos perceber, na fala de E1, fatores relevantes para a existência do curso neste território, tanto para a formação profissional quanto para a transformação de outras vidas dessa

região, como expresso em: (*“Com certeza, eu posso dizer por experiência própria, há alguns colegas que tiveram muito sucesso, fizeram mestrado, se inseriram em ONGs, outro passou no concurso do IFAL como agroecólogo.”*). Ao introduzir o enunciado com o advérbio modalizador *“com certeza”*, fazendo uso da modalidade como troca de conhecimento acerca do que discorre, para Fairclough (2003), esse tipo de categoria está relacionado com julgamentos e representação que o falante atribui à realidade sobre a qual ele está se posicionando. No caso de E1, o seu julgamento advém de uma experiência da qual ele vivenciou, ele se inclui como um ator social ativo, isso está explícito na escolha do processo verbal *“posso dizer”*, precedido do pronome *“eu”* dizente), na primeira pessoa do singular, e da verbiagem *“por experiência própria”*, recurso linguístico que dá credibilidade ao seu argumento avaliativo.

O E1 traz outros elementos argumentativos para intensificar a representação que ele faz do curso, ao mencionar os avanços acadêmicos e profissionais de alguns colegas da sua época (*“...tiveram muito sucesso, fizeram mestrado, se inseriram em ONGs, outro passou no concurso como agroecólogo.”*). E1 revela um resultado positivo, fruto dessa formação acadêmica, que transformou significativamente a vida de um jovem cuja profissão anterior era cortador de cana (*“Há um colega que se não tivesse sido este curso estava cortando cana...” esse curso tem que existir, precisa”*). Essas ações de movência reveladas linguisticamente pelo egresso mostram que o CST em Agroecologia tem sido um recurso de enfrentamento às formas de desigualdade social e tem possibilitado o surgimento de novas práticas e representações sociais nesse território. As representações entram e moldam processos sociais e práticas (Fairclough, 2003), contribuem para sustentar, bem como para transformar, as relações de poder e dominação; nesse caso, ocorreram práticas de mudança social para os egressos.

Nessa perspectiva, o E1 reforça a importância desse curso continuar formando profissionais na área, (*“...esse curso tem que existir, precisa... o curso muda a vida da gente e a gente muda a vida de outras tantas comunidades”*), a escolha do uso da modalidade deôntica *“tem que existir”* denota forte obrigação e necessidade da existência desta formação para possibilitar oportunidades para a formação profissional e mudança social.

Apesar das menções positivas em relação ao curso como elemento transformador, o E1 ao avaliar a contribuição deste para com as comunidades rurais, pontua que a relação que o Campus, enquanto agência, mantém com as comunidades não é satisfatória (*“...tem que haver assim mais conexão do Campus com as comunidades carentes para amenizar as desigualdades”*). A presença da modalidade deôntica, na expressão modalizadora *“tem que haver”*, seguida da circunstância adverbial de lugar *“com as comunidades carentes para*

amenizar as desigualdades”, revela que há lacunas entre o *Campus* e o campo rural, espaço este que a agência ofertante do curso se propõe a intermediar, por meio de atividades e projetos para atenuar os problemas socioeconômicos e ambientais existentes nesse território. Quanto ao sistema de transitividade, ao usar o processo material “*amenizar*”, o egresso expressa o anseio de mudança social e de rompimento de paradigma, principalmente, em se tratando do persistente modelo de produção na região.

Nesse sentido, a avaliação do egresso demonstra que o atual vínculo do IFPE-*Campus* Barreiros com as comunidades rurais não é o desejável. Essa análise do E1 é um registro social que possibilita identificar que as práticas discursivas da Instituição, como agente promotora inserida neste contexto regional, onde permeiam uma substancial desigualdade de poder e questões de cunho socioambientais, requer da Instituição ações concretas junto às comunidades. Em outras palavras, o discurso da agência formativa, como prática social, deve ter um olhar direcionado às práticas sociais das famílias agricultoras, posicionar-se contra as opressões a que esses atores estão expostos, desenvolver e mediar metodologias alternativas para proporcionar transformações sociais.

Nas sociedades contemporâneas, o processo de mediação é um importante aspecto de transformação social (Fairclough, 2003), pode alterar ordens do discurso, proporcionando emancipação e novas possibilidades. Na fala do E2, também podemos observar atitudes avaliativas de apreciação ao se referir às contribuições do curso para a sua formação (“... *Esse curso pra mim foi uma superação...eu sempre tinha muita vontade de me formar, mas devido eu ter... marido preconceituoso, eu não botava nem a cabeça na porta ...*”).

No discurso de E2, há, inicialmente, avaliação significativa dos efeitos do curso para a vida da egressa, essas significações podem ser desveladas pelas escolhas linguístico-discursivas (“... *Esse curso pra mim foi uma superação...eu sempre tinha muita vontade de me formar, mas devido eu ter... marido preconceituoso, eu não botava nem a cabeça na porta*” ...). Por meio do processo relacional “*foi*” acompanhado do atributo “*superação*”, o uso do advérbio modalizador de tempo “*sempre*” e o processo relacional “*tinha*”, seguido do advérbio modal de intensidade “*muita*” e da verbiagem “*vontade de me formar*”, na segunda oração, revelam forte evidência de apreciação a essa formação profissional, como um meio de ultrapassar fronteiras, isto é, de vencer obstáculos que impediam E2 concretizar a sua formação acadêmica.

Vale destacar que o atributo “*superação*”, nesse discurso, tem uma carga semântica de libertação das amarras da dominação patriarcal, reitera a mudança de um estágio de vida para outro. E2, implicitamente, denota que rompeu com condições que lhes foram impostas em um

tempo anterior ao início da formação acadêmica, ao mencionar “*mas devido eu ter... marido preconceituoso, eu não botava nem a cabeça na porta*”, a egressa aciona os discursos da ordem de assédio moral às mulheres, principalmente as mais vulneráveis, como no caso da nossa Tese, as mulheres do campo rural, que ficam mais submissas aos homens por questão cultural. Esse fator, no discurso de E2, é apontado como um grande entrave que a impedia adquirir novos conhecimentos, ter acesso a outros espaços sociais e à nova identidade.

A egressa, por meio da categoria interdiscursividade, traz à tona a questão do patriarcalismo, do machismo que ainda vem impedindo que as mulheres tenham a sua independência financeira e sua formação profissional. No caso da egressa, ela se emancipou da “escravidão”, do machismo desenfreado, da opressão, da violência contra a mulher, perpetrada em toda a sociedade. A partir do momento em que ela teve contato com o *Campus*, ela se munuiu de novos saberes e passa a ter postura multiplicadora desse saber, estabelecendo relação de ser agente de transformação, por meio do saber, que lhes deu condições de poder de articulação de novas práticas sociais, tornando-a cada vez mais ativa e emancipada, nos termos de Freire (2018).

O E2 assume o papel de líder da comunidade, de incentivadora, como podemos observar neste excerto: “*Eu conheci o Campus em 2011 através do PRONATEC num evento da ONG Sabiá, na palestra do professor de Avicultura[...]depois ele veio aqui no meu assentamento vê a estrutura, eu entrei no curso de avicultura e levei até outros agricultores daqui...*”. A egressa, ao utilizar o processo material “*entrei*”, na primeira pessoa do singular, aponta para a subjetivação e o seu envolvimento, posiciona-se como agente ativa que tem o poder de liderança, de lutar por mudança, deixa implícito o desejo de ver o desenvolvimento da comunidade, podemos inferir isso em sua fala (“*levei até outros agricultores daqui...*”). Ela demonstra sua postura agentiva, ao utilizar o processo material “*leve*”, nesse trecho, o sujeito elíptico (eu/a egressa) é o agente da ação; na LSF, a elipse ocorre como uma forma de fazer a coesão do texto e manter a estrutura semântica (Halliday, 2014). Ao usar o advérbio modal de inclusão “*até*” e o advérbio de lugar “*daqui*” reitera o seu comprometimento com o seu assentamento rural no sentido de mobilização social.

Nestes trechos a seguir, analisamos que a egressa ampliou o seu contato com o IFPE a partir desse envolvimento da Instituição com a sua comunidade, o que foi fundamental para a conclusão do curso superior, (“*Conheci outros professores e um deles perguntou: “Por que você não faz o Curso de Agroecologia para unir as duas coisas teoria e prática?” Aí prestei o vestibular, mas foi muito desafio, era pra matar um leão por dia para chegar lá às 7 horas,*

saía daqui às 5h30min., Mas Deus é bom todo tempo, venci (fala bem emocionada, trêmula e lágrimas nos olhos).

A egressa revela que a relação social que manteve com os professores, no decorrer do curso do PRONATEC, levou-a a fazer o curso superior. Retomando a fala de um dos professores, por meio da categoria da intertextualidade, do discurso direto relatado (Fairclough, 2003) (“*Por que você não faz o Curso de Agroecologia para unir as duas coisas teoria e prática?*”), ela não só retoma a fala do professor, mas também evidencia, nesse discurso, que já tinha o conhecimento da Agroecologia como uma prática social, compartilhada com os agricultores familiares do seu assentamento, tal pressuposto está inserido no processo material “*unir*”, fazendo correlação entre teoria e prática.

Há, na fala da egressa, revelações muito fortes que sinalizam a dificuldade para a mulher do campo rural buscar a sua formação acadêmica, romper com paradigmas que persistem na sociedade, tanto na questão relacionada às condições financeiras quanto às questões histórico-sociais. Há um lema, no Brasil, de que a educação é para todos, mas, na prática, essa não é uma realidade concreta, argumento isso como pesquisadora que vivenciou *in loco* as dificuldades de mobilidade social, cultural e econômica, bem como está expressa na fala da egressa neste excerto: “*... foi muito desafio, era pra matar um leão por dia para chegar lá às 7 horas, saía daqui às 5h30min. Mas Deus é bom todo tempo, venci (fala bem emocionada, trêmula e lágrimas nos olhos) até os preconceitos que sofri (chorando)...tinha homem machista aqui no assentamento que dizia: “Pra que uma velha estudando”? ... eu disse vou mostrar a ele que velha faz diferença... até dentro do ônibus do IFPE aqueles boyzinho do colégio pensava que era faxineira, e dizia: “Essa mulher tá na faxina, é?” Mas valeu à pena, porque só o conhecimento que a gente tem, né e eu sempre acreditei que o conhecimento liberta.”.*

Essa fala da egressa revela uma série de desafios que foi superada por ela para alcançar o seu tão almejado desejo de ter uma formação superior. Para expressar essas dificuldades, enfrentadas e superadas, ela traz, para a sua fala, um ditado popular (“*era pra matar um leão por dia...*”). Ela revela que a luta diária, apesar de intensa, não a fez desistir, aciona a categoria da interdiscursividade, trazendo, para a sua fala, o discurso de cunho religioso, demonstrando que a sua crença foi a base que a ajudou a perpassar as barreiras (“*Mas Deus é bom todo tempo, venci*” (fala bem emocionada, voz trêmula e lágrimas nos olhos) ... até os preconceitos que sofri, tinha homem machista aqui no assentamento que dizia: “Pra que uma velha estudando”? ... eu disse vou mostrar a ele que velha faz diferença... até dentro do ônibus do IFPE aqueles

boyzinho do colégio pensava que era faxineira, e dizia: “Essa mulher tá na faxina, é?” Mas valeu à pena, porque eu sempre acreditei que o conhecimento liberta”).

No geral, essa fala tem uma forte carga significativa de coragem, de força de vontade, de desafiar as práticas estruturais hegemônicas, presentes no território, que inferiorizam a competência das mulheres e as categorizam, conforme as convenções da patriarcalismo. Convém ressaltar que o trabalho de desmistificar e desnaturalizar essas práticas hegemônicas é denso, uma vez que as convenções, geralmente, atuam para (re)produzir efeitos estáveis e naturais. Desse modo, para ultrapassar dominações hegemônicas, é preciso que o agente social aja com muito esforço prático e resistência em prol da mudança, pois, “a eficácia da resistência e da realização de mudança dependem de as pessoas desenvolverem uma consciência crítica sobre a dominação e suas modalidades, ao invés de apenas experimentá-las” (Fairclough, 1989, p. 4).

Identificamos, no discurso da E2, o esforço para reagir a essas práticas hegemônicas (“*Pra que uma velha estudando”? ... Eu disse vou mostrar a ele que velha faz diferença.*”). É importante destacar que a egressa demonstra contestação ao preconceito advindo de ações que revelam etarismo e machismo e, por meio da sua formação acadêmica, busca ampliar o modo de pensar, de agir e ressignificar as suas práticas sociais em seu assentamento diante essas adversidades. A egressa expressa, linguisticamente, que a alteração desse cenário é possível por meio do conhecimento, entendendo este como uma ação contra-hegemônica. Isso nos remete a Bourdieu (2008), ao argumentar que, quem fala nunca é a palavra, o discurso, mas toda a pessoa social, visto que a eficácia de um discurso, seu poder de convicção depende da autoridade daquele que o pronuncia.

Nesse sentido, quando a egressa enuncia (“... vou mostrar a ele que velha faz diferença”), ela faz referência à autoridade social que ela passaria a ter como agroecóloga, por meio do conhecimento construído em concomitância com o que ela já possuía, o que lhe daria mais segurança ao questionamento de discursos ideológicos e ao enfrentamento das questões sociais que impedem o desenvolvimento de seu assentamento. O discurso da egressa denota que a certificação acadêmica lhe daria mais poder de se incluir socialmente e de lutar com mais autonomia para discutir questões relacionadas à Agroecologia. Nesse sentido, Bourdieu (2008) defende que o poder simbólico da linguagem determina a posição social do indivíduo, o que denota o quanto a língua é essencial no processo de inclusão da pessoa na sociedade.

É importante destacar que, durante a nossa entrevista, tivemos momentos fortes, em que a egressa não consegue conter a emoção ao relembrar as dificuldades do cotidiano, trazendo

para a fala choros, lágrimas e entonação triste, elementos semióticos constituintes da prática social (Chouliaraki e Fairclough, 1999); pudemos, assim, acessar o discurso por meio de outras semioses “paraverbais”, que revelaram sentimentos provenientes do fluxo de pensamento da egressa ao enumerar as diversas formas de opressão. Na representação discursiva de determinado aspecto da realidade, o chorar é também um elemento discursivo, visto que ele evoca vivências do ator social. Na abordagem da ACD, quaisquer aspectos semióticos dos eventos comunicativos são significativos para a análise do discurso.

Como pesquisadora, no decorrer da coleta e das transcrições, deparei-me com relatos dessa natureza, o que nos deixa transtornados e preocupados, enquanto profissionais da educação, devemos envidar esforços para atenuar questões desse tipo. Não há como fazer pesquisa social sem que se observe essas questões perpetradas nas sociedades. Essa relação entre pesquisa e o fazer social, conforme Chouliaraki e Fairclough (1999), faz a vida social ser o objeto de estudo da Ciência Social Crítica, na qual se situa a ADC, é, pois, na vida social, que emergem práticas que podem atenuar as desigualdades como para mantê-las.

Entendemos que a formação acadêmica, para essa egressa, representou resistência, força e capacidade de reagir contra as opressões sociais, ao patriarcalismo, ao etarismo, às dificuldades econômicas, ressignificando suas práticas, trazendo-lhe um bem maior que a fez reconhecer que tudo “valeu a pena...” - o conhecimento – que, em suas palavras “... *só o conhecimento que a gente tem, né, e eu sempre acreditei que o conhecimento liberta.*”. Isso lhes possibilitou entender e conviver, no contexto em que está inserida, com diversos atos segregadores; tendo o conhecimento, a egressa defende que é possível superar, mas não aceitar as imposições. Enquanto analista crítico do discurso, não podemos pensar que agentes sociais admitam atos de dominação excludentes, visto que a ACD acredita no poder transformador dos agentes sociais, por meio da linguagem, como um dos elementos da prática social. O discurso da egressa é de luta e de resiliência, esse tipo de discurso emerge na conformação de novos modos de identificações e de relações sociais dissidentes das práticas e das representações hegemônicas.

A E2 faz apreciação positiva acerca da importância do curso para a sua formação, mas aponta que compete à universidade maior participação no campo rural. Como podemos observar em (“*Mas acho que o IFPE precisa estar mais presente nas comunidades onde tem um vínculo com algum aluno...*”). Nessa fala, a egressa utiliza o processo mental “*acho*”, empregado aqui no sentido de compreender, entender, para externalizar a sua avaliação acerca da atuação do *Campus* nas comunidades. A E2 recorre à modalidade deôntica “*precisa estar*”

sinalizando a necessidade de maior comprometimento da Universidade em particular com “...as comunidades onde têm um vínculo com algum aluno”; há nesse trecho, uma suposição moral trazendo a compreensão da egressa do que é desejável (Fairclough, 2003).

A egressa parte do entendimento de que a presença do *Campus*, nas comunidades rurais em que há estudantes inseridos no curso, pode fortalecer ambas as agências, tanto a comunidade rural representada pelo estudante, quanto a Instituição de Ensino como ofertante do curso. Nessa troca, haveria, portanto, a possibilidade de aproximação desses universos e, conseqüentemente, de movência socioeconômica nos termos da construção de saberes e da produção agroecológica. Podemos dizer que estes sentidos supostos pelo discurso da egressa são de significância ideológica, nos termos de Fairclough (2003), visto que, para este linguista, textos podem ser entendidos como desempenhando um trabalho ideológico ao supor que uma realidade é mais aceitável que outra.

Dando sequência às análises dos discursos dos egressos, observamos que o E3 também traz traços linguísticos de apreciação acerca da avaliação do curso (“...o curso *foi muito importante me colocou em contato com diversos atores que trabalham com Agroecologia aqui no território...*”). Nesta fala, fica evidente que o curso foi um importante recurso para abrir horizontes para o egresso, isso está expresso no processo relacional “*foi*” e no atributo “*importante*”, precedido do intensificador “*muito*”. Alterando o sentido de “*importante*”, ele expressa a avaliação do curso, por meio do advérbio de intensidade, o que dá mais ênfase à apreciação positiva do curso.

Observamos, no discurso do E3, que o curso é representado como um agente ativo, ao dizer (“...*me colocou em contato com diversos atores que trabalham com Agroecologia aqui no território...*”), atribui ao curso a ação de ter apresentado ao egresso atores sociais do ramo da Agroecologia, isso está explícito no uso do processo material “*colocou*”, na terceira pessoa do singular, precedido do pronome “*me*”. Nesse sentido, o egresso dá mais destaque à representação do evento social (o curso) do que as ações realizadas pelo egresso. O foco, neste caso, está na ação do curso, ao passo que o egresso é o agente passivo, conforme Fairclough (2003), ao se fazer representação de agentes sociais ou eventos um número de escolhas deve ser feito; dentre elas, a noção de ativo ou passivo, tais escolhas não são aleatórias, visto que, segundo Fairclough (2003), as escolhas têm um significado social.

Na fala do E3, o curso, apesar de possibilitar novas oportunidades para o egresso, tem, por outro lado, demonstrado algumas restrições, no que diz respeito à inserção de movimentos sociais no âmbito da instituição, enquanto agência ofertante do curso, como expresso no excerto

a seguir: “... sinto falta dos movimentos sociais lá dentro presente no Campus... mas depois, vi que isso é um problema do contexto da Mata Sul-PE. Aqui, os movimentos sociais não têm tanta força por diversos motivos. Um deles, eu acho que a questão da religião evangélica tirar muito o pessoal da luta, ensina a aceitar tudo... principalmente, quando as pautas são mais progressistas temos esses obstáculos.”.

Ao mesmo tempo em que o E3 aponta essa limitação visível nos espaços do *Campus*, ele argumenta que isso não é uma questão de omissão do *Campus*. Ele entende que é uma questão estrutural de um poder colonizador existente no contexto da Mata Sul-PE, que impede as pessoas buscarem a formação profissional para a sua emancipação. Percebemos que as escolhas lexicais “**depois**”, modalizador temporal, “**vi**”, o processo mental no pretérito e o modalizador adverbial de lugar “**aqui**” são marcadores que estabelecem noção de tempo e de espaço construídos no texto (Fairclough, 2003). Estes recursos interpretativos nos levam a entender que, anterior à conclusão feita pelo egresso de que, no “*contexto da Mata Sul-PE, os movimentos sociais não têm tanta força por diversos motivos*”, ele experienciou esta realidade como estudante e como egresso *in loco*.

É importante destacar que o egresso não está apagando ou anulando a força que tem os movimentos sociais neste território, isso está explícito no trecho (“... não têm tanta força por diversos motivos.”), o termo intensificador “**tanta**” modifica de forma negativa o sentido do atributo “**força**”, dando ideia de enfraquecimento. Essa modificação negativa, conforme o egresso, é consequência de diversos motivos, sendo um deles, segundo o egresso, a interferência da religião protestante, (“... a questão da religião evangélica tira muito o pessoal da luta, ensina a aceitar tudo...”). Para defender o seu argumento, ele recorre à categoria da interdiscursividade, trazendo para a discussão uma reflexão crítica advinda da intervenção da ordem do discurso religioso, em particular do protestantismo, que, na concepção do egresso, esta religião tem o poder de interferir na (trans)formação social.

Ao articular estes discursos, o E3 nos faz pensar, dentro da abordagem da ACD, sobre o poder manipulador que é dado à linguagem por aqueles que a utilizam para controlar ações e comportamentos de atores sociais. Nesse sentido, é importante destacar o posicionamento de Fairclough (1989) sobre o poder no discurso, que se refere a restrições e a imposições. O discurso do egresso aponta para questão social que merece um olhar atento, isto é, o fato do poder manipulador, hegemônico da instituição religiosa, que pode interferir negativamente no processo de desenvolvimento social, intelectual, tirando a autonomia e levando os seus seguidores baixar a cabeça para questões que podem interferir negativamente em suas vidas,

isso está expresso em: (“...***questão da religião evangélica tira muito o pessoal da luta, ensina a aceitar tudo***”). Nessa esteira discursiva, remetemos a Foucault (1997), que assegura que o poder se encontra em todas as relações sociais, de maneira flutuante, não apenas em instituições, dispensando o uso de força para fabricar indivíduos, de acordo com as necessidades do poder, por meio de práticas discursivas que são institucionalizadas.

Desse modo, o poder imposto pela instituição religiosa impede, de certa forma, que a Instituição de Ensino envolva os atores sociais nos eventos que propõem abordar questões de natureza emergenciais, tão comuns neste território. Ao desvelarmos estas questões no discurso do egresso, desvelamos também a estrutura social, valores, e padrões culturais a ele atrelados (Halliday, 2004). Em se tratando da formação em Agroecologia, não se pode omitir questões estruturais como feminismo, diversidades de gêneros, violência contra a mulher, patriarcalismo, dentre tantas outras, pois, como pontua Caporal (2002), a Agroecologia é uma ciência que abrange diversas dimensões. Na concepção do egresso, a religião tem sido um entrave para discussão e tomadas de decisões (“... **principalmente, quando as pautas são mais progressistas temos esses obstáculos**.”), esta fala reforça o construto discursivo acerca da subserviência, da inculcação ideológica, no sentido de assujeitamento, de o sujeito não pensar por si só. Mas isso não impede que o IFPE-Campus Barreiros, como agência ofertante do curso de Agroecologia neste território, traga à tona estas questões que impedem o desenvolvimento das pautas do curso.

Na avaliação do E3, acerca da contribuição do curso, ele pontua uma série de ações que o Campus deveria realizar que, ao seu modo, ainda está ausente, entre eles: (“... ***pode contribuir mais realizando cursos na prática, orientando as famílias agricultoras,...isso abre espaço para novos estudantes...a região toda deveria saber que existe esse curso...***”). Ao mesmo tempo em que o egresso entende que o curso pode orientar as comunidades rurais, ofertando cursos práticos para as comunidades rurais para atrair novos estudantes, ele está deixando subentendido que a divulgação do curso não é a desejável, isso é reiterado em (“...***a região toda deveria saber que existe esse curso...***”). Ele utiliza a modalidade deôntica “***deveria saber***” para indicar o grau de necessidade dessa divulgação do curso.

Outro aspecto apontado pelo E3 é a necessidade de o Campus proporcionar condições para o acesso e a permanência dos estudantes da zona rural e estender suas práticas até as comunidades rurais, (“***O Campus precisa também dar condições para o estudante da zona rural para passar a semana lá, muitos não têm condições de ir e voltar todo dia...***”). O discurso de E3 nos faz refletir que a educação não é prioridade, se ela não se materializar na prática por

meio de orçamentos e de condições concretas para este segmento e que dê condições para os menos favorecidos se inserirem nos espaços acadêmicos. O E3 sugere que outra ação seria (“... ***também ir às comunidades para aplicar novas tecnologias***”). É preciso, portanto, a presença dos profissionais presentes nos espaços rurais para o debate acerca de suas necessidades de conhecimento, levando-os a pensar nas múltiplas abordagens de orientação para produção agroecológica e para os cuidados com o agroecossistema.

Ao analisar a fala de mais um egresso, observamos, no discurso do E4, uma inclinação positiva da existência do curso como um meio de perspectivas para os jovens das comunidades rurais deste território, que têm suas particularidades socioeconômicas, como vimos discutindo ao longo desta Tese. Assim, ele avalia (“*Creio que esse curso... criou oportunidades para os jovens que têm uma realidade tipo - eu vou terminar o ensino médio e vou cortar cana, não tem outra opção - então quando se oferta um curso desse e vai nas comunidades...o jovem vai entender que poderá voltar para a comunidade e pôr em prática...porque esse pessoal de zona rural vive muito ali num mundo fechado.*”).

Quanto à transitividade, o E4 faz uso do processo mental “***creio***”, revelando o que o falante pensa a partir da sua experiência (Fuzer e Cabral, 2014), esse processo revela o crédito que ela dá ao curso, e argumenta, por meio do processo material “***criou***”, atribuindo ao curso a ação de oportunizar aos jovens rurais possibilidade e perspectivas de mudança de vida, principalmente, aos que não conseguem enxergar outros universos além da hegemonia da monocultura na região. E4 expressa esse sentimento dos jovens, por meio de um relato direto, isto é, da intertextualidade, ao repetir uma suposta conversa com jovens rurais, (“...*eu vou terminar o ensino médio e vou cortar cana, não tem outra opção...*”), o E4 traz um relato que é recorrente nesse universo rural, um sentimento pessimista em relação às possíveis mudanças sociais da região.

Nesse sentido, identificamos, no discurso do E4, que o curso é representado como um agente ativo e mobilizador que pode promover ações e criar possibilidades para alterar este pensamento, despertar o desejo de transformação e ressignificar o modo de ser e de agir nas comunidades rurais. Porém, não basta a Instituição de Ensino ser a ofertante do curso e desenvolver suas práticas apenas no *Campus* acadêmico, é preciso ação, sair do *Campus* para o campo, isso é um questionamento recorrente nas falas dos colaboradores desta pesquisa (“... *quando se oferta um curso desse e vai nas comunidades, o jovem vai entender que poderá voltar para a comunidade e pôr em prática...*”). Desse modo, entendemos que tem que haver esse elo, caso contrário, o papel da universidade é mercantilizador, isto é, formar para atender ao

mercado de trabalho, ao sistema capitalista. A fala do egresso exprime a ideia de que, para que o curso faça sentido e tenha efeito causal para os jovens rurais, a Universidade deve ir além do processo da educação formal, isto é, socializar os conhecimentos acadêmicos *in loco* com a juventude rural.

No entanto, para melhor contribuir de forma concreta para com o desenvolvimento destas comunidades, (*“O IFPE com o seu papel social deve ofertar oficinas às famílias dos estudantes, porque é mais difícil a família vir ao Campus, é preciso ir até o campo e mostrar o que é Agroecologia, conhecer a realidade dos assentamentos.”*). O egresso faz uso da modalidade epistêmica *“deve ofertar”*, da modalidade deôntica *“é preciso ir”*, do processo relacional *“é”* e do processo material *“mostrar”* para reforçar a necessidade de um maior comprometimento do *Campus* com as comunidades rurais, por meio de ações práticas e viáveis contínuas para o desenvolvimento da produção dos agricultores. Essas proposições, na concepção do egresso, poderiam trazer mudanças significativas para estas comunidades que enfrentam uma série de dificuldades de movência. Há, portanto, um pressuposto de que, da forma como o curso vem atuando, não tem surtido o efeito desejado para a transformação social e para a emancipação dessas comunidades, visto que a educação faz sentido em uma comunidade quando os atores sociais conseguem identificar suas potencialidades para enfrentar as dificuldades e criar possibilidades para superá-las.

Desse modo, ao estabelecer relação entre educação com emancipação do agente social, recorremos aos pressupostos de Freire, que defende que a raiz da educação baseia-se no fato de que o homem é um ser na busca constante de evolução, ele capta uma realidade, fazendo-a objeto de seus conhecimentos. Nesse sentido, Freire (1979, p. 31) aduz “Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade, e procurar soluções. Assim pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio.” A formação profissional, nos termos de Freire, com o qual corroboramos, não consiste em moldar o agente social, pois este tem capacidade de ressignificar, de recriar para transformar a realidade a que lhe é imposta, não é um ser bruto.

Para tal, compete ao processo formativo (educacional) desenvolver atividades que contribuam para a construção de uma visão crítica e de um agir para a transformação social que emerge desta criticidade. Estes pressupostos estão em consonância com a abordagem da ACD, nesta esteira discursiva, Fairclough ([1992], 2016) aclara que, havendo alteração na mudança discursiva, pode, conseqüentemente, provocar uma mudança social, transformando determinadas práticas sociais de uma sociedade.

Dando sequência às análises, observamos como o E5 avalia essa formação: *“Contribui bastante. Quando eu concluí o curso, eu mudei completamente a minha vida, eu saí de cortador de cana pra entrar no mercado formal de trabalho, saí de um patamar social para outro [...]”*.

No discurso do E5, fica evidente a avaliação positiva do curso, concebe como instrumento de transformação para a sua formação acadêmica, isso é perceptível em sua fala ao usar o intensificador bastante em: *“Contribui bastante”*, modificando o processo *“contribui”*, para dar ênfase ao resultado obtido por meio do curso. A apreciação emitida pelo discurso do E5 revela que as atividades propostas pelo curso, o saber acadêmico associado ao saber tradicional possibilitou romper com padrões de vida subalternas às quais o egresso estava imposto por não ter outra opção - cortador de cana - condição de trabalho ainda persistente neste território. Essa interpretação se deu com base nas suas escolhas lexicais que traduzem a sua condição social em: (*“Quando eu concluí o curso, eu mudei completamente a minha vida, eu saí de cortador de cana pra entrar no mercado formal de trabalho, saí de um patamar social para outro”* [...]).

O E5, ao fazer uso do modalizador temporal, (*“...quando eu concluí o curso, mudei completamente a minha vida...”*), sinaliza que houve um “antes e um depois”, este depois se refere ao tempo *“agora”*, esses modalizadores temporais representam divisões e espaços temporais (Fairclough, 2003), mostrando as possibilidades de mudanças sociais concretas que se sucederam por meio da formação acadêmica. Esse procedimento de mudança social e discursiva pode ser identificado, linguisticamente, pelos processos *“concluí”*, *“mudei”*, *“saí”*, no tempo passado, por meio dos quais o E5 faz um paralelo acerca das atividades do antes e do agora *“... eu saí de cortador de cana pra entrar no mercado formal de trabalho, saí de um patamar social para outro...”*. Esse discurso revela o poder de transformação que os agentes têm em alterar as estruturas sociais, isso coaduna com as concepções de Fairclough (2003) sobre a postura dos/as atores/as sociais em agentes capazes de agir no social e em suas próprias decisões de vida, negando o sujeito assujeitado de Althusser (1979).

Ao mesmo tempo em que, no discurso em tela, o E5 demonstra o seu progresso profissional e ascensão social, ele traz à tona também uma denúncia social quanto ao modo de trabalho informal na região, pressupostamente, o egresso desvela que a atividade do corte de cana é um meio de trabalho em que os trabalhadores não têm os seus direitos trabalhistas, visto que é uma atividade informal e vale ressaltar que é um trabalho muito comum na região. Nesse discurso, o E5 faz uso da linguagem não só para revelar o que o curso representou para si, mas também traz traços de identidades, ao apontar quem era o agente social anterior ao curso e quem

é ele agora, isso reitera o que aclara Hall (2000), as identidades são inacabadas e múltiplas, podemos assim dizer que elas são construídas por intervenções de diversas práticas discursivas.

O E5 utiliza do recurso da gradação crescente para ressaltar a contribuição que os novos saberes lhes proporcionaram, “Quando eu concluí o curso, eu mudei completamente a minha vida, eu saí de cortador de cana pra entrar no mercado formal de trabalho...”, essas falas representam a consciência e o posicionamento crítico sobre a passagem de dois momentos sociais e históricos de lutas e enfrentamentos às estruturas sociais estabelecidas na realidade do egresso. Observamos que o E5 se posiciona como ator social ativo, envolve-se em práticas sociais que contestam as condicionantes sociais e ideologias dominantes, gerando, assim, novos significados para as comunidades, em particular, para as mulheres, isso pode ser evidenciado ao assumir a voz no discurso pelo uso do pronome pessoal em primeira pessoa do singular – “**eu**” – (“Quando eu era estudante, fiz alguns projetos de extensão só com mulheres num assentamento, porque querendo ou não a nossa cultura ainda vê a mulher muito dependente do homem...”). Isso marca o engajamento, a agência do egresso, enquanto estudante oriundo de uma comunidade rural que compreende essa realidade marcada por um poder patriarcal machista, que ainda insiste em sua manutenção, mas o egresso acredita no poder de transformação dessas imposições.

Nesse sentido, “o poder está nas mãos dos agentes sociais que são investidos desse poder num contexto particular” (Magalhães, Martins e Resende, 2017, p. 78), mas, como reitera as autoras, é possível aos agentes sociais posicionarem-se em sentidos contrários, pensar que essas ordens podem ser modificadas. Essa modificação, conforme o E5, foi possível acontecer na prática social entre as mulheres, ele destaca a importância do respeito mútuo nas trocas de saberes e emancipação dessas agentes sociais (“...com os projetos elas tiveram... mais liberdade, independência para plantar, consumir e vender para comprar as coisas pessoais... Havia trocas de saberes nesse projeto, havia um respeito.”).

O egresso traz para a discussão a necessidade de a Universidade dar continuidade a projetos dessa natureza, incluindo, principalmente, as mulheres, visto que essas ainda são (“...muito dependente do homem...”). Assim, percebemos que o egresso, além de trazer as representações significativas do curso para a vida dele, também faz uso da interdiscursividade, isto é, transita pelo discurso de identidades de gênero para propor meios de romper com certos paradigmas existentes na sociedade. Tendo em vista que a nossa análise está embasada na ACD, podemos, assim, reiterar o poder constitutivo que tem a linguagem como agente transformador da realidade social, e a sua relação dialética entre linguagem e sociedade, na formação

discursiva, em que tanto os discursos constroem a estrutura, como as modificam (Fairclough, 2016), em conformidade com os contextos sociais e culturais.

Vale ressaltar que o E5 faz uma representação avaliativa positiva acerca do curso, mas, assim como outros egressos, ele percebe a necessidade de o curso estender as suas práticas aos assentamentos rurais para difundir a existência do curso e contribuir para o desenvolvimento de metodologias nas comunidades, isso está expresso por meio do uso da modalidade deôntica em (“Penso que o IFPE precisa sair mais para divulgar o curso com práticas junto aos assentamentos.”).

Trazemos, na sequência, o discurso do E6 que, inicialmente, argumenta que há pouco engajamento social do *Campus* com os assentamentos rurais, como podemos observar no excerto abaixo:

-E6 “...eu acho que o Campus ainda deixa a desejar...tem potencial pra muito mais. É necessário maior atuação e divulgação nos assentamentos...não existe divulgação concreta com professores dentro das comunidades rurais e quilombolas, eles vêm, mas vêm com poucas aulas, aquelas coisas rápidas, assim, que são é ... uma colherzinha de chá... a gente fica muito dentro de sala de aula. As comunidades rurais é o laboratório maior para o curso. O meu SAF mesmo foi feito com todos os professores na minha parcela, foi maravilhoso, foi um mutirão, foi a coisa mais linda... mas com o tempo é... a gente fica sem assistência técnica, que, na minha opinião deveria vir do IFPE.”.

O egresso faz uso do processo mental “*acho*”, na primeira pessoa, incluindo-se como agente ativo, demonstrando o seu envolvimento acerca do que discorre, na sua compreensão, as práticas discursivas do curso estão muito restritas à sala de aula e distantes das comunidades rurais. De acordo com o discurso do E6, isso é negativo para a manutenção do curso e para o desenvolvimento das comunidades, como está expresso em: “... o *Campus* ainda deixa a desejar...”). Assim, o E6, ao usar o marcador linguístico “*ainda*”, seguido do processo “*deixa a desejar*”, parte de um pressuposto de que as ações desenvolvidas pelo curso não são o ideal, o insuficiente. Desse modo, ele avalia que o *Campus* precisa atuar de forma mais intensa nas comunidades rurais, a sua atual participação não consegue corresponder às reais necessidades das comunidades e dos estudantes no âmbito do desenvolvimento da Agroecologia. Essa interpretação é assimilada com base na categoria da pressuposição, por meio do marcador “*ainda*”, isto é, por proposições tomadas pelo produtor do texto como já estabelecidas ou dadas (Fairclough, 2003).

É possível inferir que, na fala de E6, o curso dá mais destaque à prática dentro da Academia, o que implica menos contato com as comunidades rurais, espaços de grande

relevância para a formação em Agroecologia, visto que, (*“As comunidades rurais é o laboratório maior para o curso...”*). Tal assertiva nos leva a identificar que o E6 apreendeu qual o objetivo primário do curso no território em que está inserido e quais suas necessidades. Desse modo, o E6 traz uma crítica a esse distanciamento, ao mesmo tempo em que reforça a importância da contribuição do trabalho mútuo entre *Campus* e campo, o que possibilita aproximação entre ambos os espaços.

O egresso tenta mostrar que esta é uma forma de sanar possíveis fissuras entre Universidade e comunidades rurais, construindo coletivamente soluções para reduzir obstáculos e alargar o debate acerca do tema da Agroecologia, tema tão caro para esta região. Veremos esta avaliação no trecho a seguir, no qual o E6 traz como exemplo uma prática realizada pelo curso para além dos muros do *Campus*, que foi muito positiva em sua representação avaliativa, a saber: a construção do SAF, (*“O meu SAF mesmo foi feito com todos os professores na minha parcela, foi maravilhoso, foi um mutirão, foi a coisa mais linda!”*) (*tom de alegria*). Vale destacar que, na abordagem da ACD, a entonação é relevante para analisar o grau de envolvimento do agente social (Fairclough, 2003).

A apreciação do trabalho desenvolvido pelo curso, neste trabalho coletivo, é revelada explicitamente por meio da transitividade com o uso do processo relacional “*foi*” expresso repetidamente e por uma série de atributos “*maravilhoso*”, “*mutirão*”, “*linda*”. A representação de um aspecto do mundo, conforme Fairclough (2003), pode incluir avaliação explícita ou implícita; nesse caso, o E6 faz avaliação explícita e direta – “*maravilhosa*”, “*lindo*”, - sendo parte significativa daquilo que o evento significou e apresentando marcas subjetivas pelos adjetivos de juízo de valor (Fairclough, 2003).

Nesse excerto, a egressa faz uso da avaliação explícita para indicar que a participação concreta do curso é possível se envolver todos os professores e comunidades, de forma contínua, isso seria o desejável para o desenvolvimento das populações rurais que pretendem trabalhar com Agroecologia. Desse modo, a egressa sinaliza que o *Campus* deve repensar sua metodologia de forma que beneficie ambas as partes: Instituição de Ensino e comunidades rurais. Ainda, na concepção do E6, é dever e tarefa do *Campus* ofertar serviço de assistência técnica continuada (*“...a gente fica sem assistência técnica, que, na minha opinião deveria vir do IFPE”*); no entanto, como pesquisadora e docente do *Campus*, acho pertinente esclarecer que este é uma que compete ao Estado, conforme mencionamos no **capítulo IV** desta Tese, não estou aqui defendendo a ausência do *Campus* nos assentamentos rurais, uma vez que O IFPE cumpre o papel de formação acadêmica e extensão universitária.

Entendemos, portanto, que o E6 faz tal afirmativa, porque o Estado é muito ausente das comunidades rurais e não lhes prestam a devida assistência técnica, omitindo um dever que é da sua competência e responsabilidade. Trazemos, na sequência, o discurso do E7, no qual podemos observar escolhas lexicais feitas por meio do uso dos processos materiais *“consegue mobilizar”* e *“contribuir”*, que explicitamente atribuem uma avaliação positiva acerca da contribuição do curso, indicado que este proporciona movência no território (*“O curso consegue mobilizar, contribuir.. é muito importante para a agricultura familiar, para as comunidades rurais..., mas precisa fazer mais...”*).

Nessa fala, observamos que a avaliação do E7 converge com as falas dos egressos anteriores, pois avalia que o curso, enquanto recurso de transformação social, ainda deixa lacunas, isso está explícito no conectivo adversativo *“mas”* e no uso da modalidade deôntica *“precisa fazer”*, seguidos do intensificador *“mais”*. Os recursos linguísticos utilizados nesse discurso revelam que o curso, no contexto social em que ele está inserido, não está atendendo às necessidades da região de forma desejável. O E7 se posiciona revelando um grau de engajamento e conhecimento acerca do que discorre, essa interpretação se dá por meio de uma suposição-ponte (Fairclough, 2003), que permite uma conexão semântica coerente entre a primeira e a segunda oração.

O E7 parte de uma concepção de formação não só acadêmica, mas de formação cidadã, integral do ser humano, em uma concepção omnilateral⁴⁶, isto é, uma formação que leva todas as dimensões que constituem as particularidades do ser humano. Esse tipo de formação proporciona possíveis condições para o desenvolvimento humano na disputa de um novo projeto societário, contra-hegemônico, visa à evolução social do ser humano, como expresso em: (*“...eu sou o que sou hoje por causa do Campus Barreiros, porque eu entrei como técnico agrícola no Ensino Médio e saí formado, cidadão, a gente é... saí formado para vida também. Quando fui fazer o CST em Agroecologia, já tinha uma bagagem né, aquilo mudou a minha vida.”*).

Observamos que o E7 destaca a importância do *Campus*, a partir da sua atual identidade, fazendo um paralelo entre o tempo - o antes e o agora, por meio de advérbio temporal *“hoje”*, *“quando”*, *“já”*, expressando mudanças significativas na sua formação humana e profissional, que constituiu a sua atual identidade: cidadão e profissional *“...saí formado, cidadão...”*. O E7

⁴⁶ omnilateral - “uma concepção de educação ou formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico” (Frigotto, 2012, p. 265).

revela que o *Campus*/curso contribuiu significativamente para a transformação da vida dele, (*“aquilo mudou a minha vida”*), as escolhas lexicais revelam explicitamente que o curso teve efeitos causais favoráveis para a mudança social do egresso.

No entanto, na concepção do E7, o *Campus*, enquanto agente ativo e mantenedor de recursos humanos e tecnológicos, deve estar a serviço das comunidades rurais com mais frequência (*“... precisa ser mais próximo das comunidades...”*). O E7 usa a modalidade deôntica para aclarar a necessidade de o *Campus* desenvolver atividades inovadoras e sustentáveis que incentivem os pequenos agricultores a produzirem e preservar seus agroecossistemas e, conseqüentemente, atingir melhores condições de vida e superar os conflitos e as dificuldades de lidar com Agroecologia no contexto social da Mata Sul-PE (*“Mas o Campus ainda precisa ser mais próximo das comunidades, desenvolver tecnologia, irrigação, energia elétrica, pequenos implementos que não sejam degradantes ao solo, mas que sejam eficientes, isso incentiva os pequenos agricultores a permanecerem em suas comunidades, as comunidades esperam e anseiam mais do Campus.”*).

Está explícito, no discurso de E7, que a agência ofertante do curso, por meio de recursos tecnológicos dos quais ele disponibiliza, deve proporcionar junto às famílias agricultoras novas metodologias para *aquelas* se firmarem no campo, unindo o conhecimento científico acerca da Agroecologia como ciência advindo da Academia, com as múltiplas formas de conhecimento construídos pelas comunidades camponesas em sua prática social histórica. É importante destacar a postura do E7, revelando sua consciência política, crítico socioambiental, ao propor mecanismos de modernização para a eficácia do trabalho dos pequenos agricultores.

O E7 traz uma crítica ao fato de que os implementos tecnológicos podem ser eficientes para a produção, mas, se não forem bem utilizados, não contribuem positivamente para a sustentabilidade ambiental, isso está exposto em (*“... tecnologia, irrigação, energia elétrica, pequenos implementos **que não sejam degradantes ao solo, mas que sejam eficientes...**”*), ao usar o processo relacional “*ser*”, antecedido do advérbio de negação “*não*”, e o atributo “*degradantes*”, o egresso demonstra que detém conhecimento científico e prático e capital linguístico para tal argumento. Nesse discurso, o egresso faz uma alusão crítica aos grandes empreendimentos agrícolas - ao agronegócio - que, em sua maioria, não se preocupam com a preservação e regeneração do solo, mas apenas com a eficiência da tecnologia, o retorno imediato e com o levado índice de produção.

É possível observar que o E7, ao fazer estas escolhas lexicais, recorre à interdiscursividade que, nos termos de Fairclough (2003, p. 42), consiste em um tipo de relação

externa ao texto, entre dados presentes e outros ausentes, que demandam escolhas, “o que é dito em um texto o é sempre em relação ao não-dito”. O egresso traz elementos da ordem do discurso da economia, da indústria de produção agrícola, ao termo “*degradantes*”, no texto, atribui-se uma conotação semântica negativa, relacionando-o ao mau uso da tecnologia quando não cuida da proteção do solo. Estes mecanismos como meios de o curso ampliar sua interação com as comunidades, conforme o E7 pode fortalecer o processo produtivo agroecológico e, sobretudo, a emancipação dessas comunidades contra as amarras do modelo implantado pela dominação-hegemonia do modo de produção capitalista.

No excerto a seguir, analisamos a fala da E8 que, inicialmente, faz uso do processo mental “*acredito*”, tipo de processo que tanto revela a percepção visual quanto a sua compreensão do que está sendo avaliado (Halliday, 2014). A E8 se inclui no discurso como agente ativo na primeira pessoa, revelando que, na sua concepção, a atuação do curso está limitado aos muros do *Campus*, não conhecendo, assim, as necessidades dos assentamentos rurais inseridos no entorno da Universidade, como podemos observar no excerto abaixo:

-E8: “*Eu acredito que o curso está muito restrito ao Campus, não está sendo divulgado[...]. Eu falo assim para as comunidades saberem que nós temos um curso de Agroecologia. O Campus tem que ir nos diferentes assentamentos [...]eu não vejo os estudantes saírem do Campus para ir a uma comunidade, só uma vez, fomos a um assentamento de um colega...Estou há doze anos no assentamento, a única vez que o IFPE foi ao meu assentamento foi com a minha turma, não estou falando de uma realidade externa, estou falando de dentro do meu assentamento a partir de três campos de visão: como egressa, como filha de agricultor e como moradora do assentamento, então eu vejo estas deficiências.*”

O discurso da E8 é questionador, reivindicador, crítico e traz à tona, por meio de escolhas lexicais, traços que revelam tanto a prática social da egressa quanto a do *Campus*. A egressa questiona a necessidade de mobilização deste, da presença de professores e estudantes, nos diversos assentamentos rurais, para as comunidades ficarem informadas acerca da existência de um curso superior, gratuito na área de produção agroecológica, como também para o *Campus* conhecer o que essas comunidades estão produzindo, quais suas necessidades dentro da área da Agroecologia e como o curso pode contribuir para o desenvolvimento delas.

Observamos que, no discurso de E8, há um número de sentenças negativas que são utilizadas não para questionar a qualidade do curso, mas, de certa maneira, revela negativamente a pouca atuação deste para além dos muros do *Campus* (“*O curso não está sendo divulgado, eu não falo só em relação a divulgar em época de inscrição não. Eu falo assim para as comunidades saberem que nós temos um curso de Agroecologia*”). Na concepção da E8, o

curso está sendo representado como um agente passivo “... *não está sendo divulgado*”, o egresso atribui, de forma implícita, a ausência da ação aos professores e estudantes, agentes ativos incluídos na representação e responsável pela falta de divulgação do curso. Nesse caso, os agentes sociais não são nomeados, são classificados conforme as suas categorias (Fairclough, 2003).

Ao afirmar que o curso deveria ser mais divulgado, a E8 emprega alto grau de modulação (“*O Campus tem que ir aos diferentes assentamentos...*”), expressando a necessidade de maior engajamento social do *Campus* nos assentamentos. Seu posicionamento demonstra comprometimento social, podemos observar isso por meio de recursos linguísticos selecionados na produção do seu texto (“...*nos diferentes assentamentos... para conhecer as necessidades das comunidades...*”), ao usar o adjetivo “*diferentes*”, os substantivos “*assentamentos*” e “*comunidades*” também pluralizados, a egressa sinaliza o desejo de ver o crescimento desses espaços rurais não só do assentamento em que ele está inserido.

Esse comprometimento confirma a formação de uma identidade social autocrítica, bem como postura de alteridade em relação à emancipação social das classes minorizadas. No discurso de E8, é evidente o sentimento de empatia, alteridade e anseio por melhores condições de vida para as famílias agricultoras familiares, essa é uma postura importante, visto que a constituição humana se dá na/pela relação com o outro (Bakhtin, 2003). Pela tessitura discursiva da egressa, há uma compreensão de que o egresso entende que a Instituição de Ensino é uma possível mediadora para a transformação e equidade social.

Observamos que a escolha lexical do adjunto de comentário “*infelizmente*”, do processo mental “*vejo*” em uma sentença negativa e o processo material “*sair*”, seguido do advérbio modal de lugar “*daqui*”, em (“...*infelizmente eu não vejo os estudantes saírem daqui para ir a uma comunidade, só uma vez, fomos a um assentamento de um colega que já estava no curso.*”) sinaliza que a movência do curso na contribuição da alteração do atual cenário social dos assentamentos ainda é mínima, como relatado pelo E8 (“...*só uma vez, fomos a um assentamento de um colega que já estava no curso...*”).

Na compreensão de egressa, é preciso que o *Campus* mantenha uma atuação mais abrangente, execute práticas nos assentamentos semestralmente, a fim de que a Instituição de Ensino, junto às comunidades, envide esforços para que as políticas públicas destinadas a essa população sejam fortalecidas e exercidas e os direitos da população rural sejam respeitados. Nesses termos, remetemos a Fairclough (2003), ao argumentar que as entidades sociais têm

sido constituídas por meio dos processos sociais, podendo assim fortalecer os discursos para a mudança social.

No excerto a seguir, observamos que a E8 se posiciona com bastante autonomia e poder de fala para defender os argumentos apresentados por ela nesse questionamento, fazendo uso de elementos linguísticos discursivos que fortalecem a sua concepção, (*“Estou há doze anos no assentamento, mas a única vez que o IFPE foi ao meu assentamento foi com a minha turma, não estou falando de uma realidade externa, estou falando de dentro do meu assentamento a partir de três campos de visão: como egressa do curso, como filha de agricultora e como moradora do assentamento, então eu vejo estas deficiências.”*). Vale aqui destacar alguns elementos linguísticos que são bastante relevantes para compreender a postura crítica da egressa: o processo relacional *“estou há”* seguido da expressão modal temporal *“doze anos”*, o advérbio modal de lugar *“no assentamento”* e o adjetivo *“única”*. Essas escolhas têm um significado social (Fairclough, 2003), no que diz respeito à avaliação do curso na concepção da egressa.

Nessa tessitura discursiva, ela revela o tempo em que convive nesse espaço, traz este dado para demonstrar insatisfação em relação à ausência de projetos oriundos do *Campus* em seu assentamento durante todo esse tempo. Ao emitir essa avaliação, a egressa demonstra potencial responsivo com posições agentivas de autocríticas, ressalta que está apresentando essa crítica a partir do espaço que ela ocupa e com base no que ela é, isto é, na sua identidade, como está expresso em (*“não estou falando de uma realidade externa, estou falando de dentro do meu assentamento...”*), o paralelismo *“não estou falando...” “...estou falando...”* reforça a autoridade de seu argumento. A fala da egressa revela postura de agência diante de sua vida e da sua historicidade, ao afirmar que a sua visão crítica, acerca do curso, advém de *“três campos de visão: como egressa do curso, como filha de agricultora e como moradora do assentamento”*.

Podemos inferir que, ao elencar as suas diferentes identidades, a egressa pretende dar legitimidade ao seu discurso como cidadã que luta pela equidade social e contesta ações que não contribuem para ascensão social das comunidades mais vulneráveis. Há um chamamento no discurso da E8 para que a Universidade, com seu poder agenciador de ofertar educação, atue também na prática social das comunidades, caso contrário, como a universidade pode ser um instrumento de mudança social?

O E9 faz uma avaliação do curso com um olhar voltado para o papel social do *Campus*, tendo como base o relato de uma experiência como bolsista de extensão em uma comunidade quilombola, como podemos observar no excerto abaixo:

-E9: “*Eu fui bolsista de extensão, atuei na comunidade quilombola de Rio Formoso, trabalhei por muito tempo na questão do derramamento de petróleo no litoral. A gente fez um projeto sobre as consequências para as comunidades e escutando o relato dos moradores de lá. O olhar do pessoal da comunidade é... muda quando tem uma instituição que olha para a comunidade, principalmente, nestes projetos de pesquisa, porque é onde se intercala o estudante com o pessoal da comunidade, eles ficam visíveis, são lembrados, e o conhecimento deles também. A gente vai com o científico, mas de forma bem didática, onde a gente escuta mais eles do que leva coisas para encher a cabeça deles.*”

O egresso, ao mencionar (“...eles ficam visíveis, são lembrados, e o conhecimento deles também, a gente vai com o científico, mas de forma bem didática, onde a gente escuta mais eles do que leva coisas para encher a cabeça deles”), avalia a atividade desenvolvida pelo curso e sua contribuição para a comunidade, insere-se nesse processo, assumindo uma atitude agentiva, isso fica evidenciado pelo uso do termo “*a gente*”, seguido do processo material “*vai*”, “*a gente vai com o científico, mas de forma bem didática...*”. O egresso, linguisticamente, está representado também como instituição social, assumindo uma posição performativa da linguagem como forma de ação (Fairclough, [1992], 2016), sinalizando uma posição agenciadora de ação institucional.

Há um entendimento no discurso do E9 de que é necessária a presença perene da Academia, com práticas acadêmicas que articulem propostas de intervenção nas comunidades rurais, respeitando as particularidades e os saberes ancestrais para que essa população, seus conhecimentos, suas diversidades, seu letramento cultural sejam visibilizados, credibilizados perante a sociedade que ainda a exclui e a silencia. Essa interpretação pode ser compreendida a partir das escolhas lexicais feitas pelo falante, pois, com base na LSF hallidayana, entendemos que as escolhas feitas com base nas necessidades do falante e do contexto em que ele está inserido, em um dado momento, revelam significados reais de fala e não apenas as estruturas gramaticais. Assim, em (“*O olhar do pessoal da comunidade é... muda quando tem uma instituição que olha para a comunidade...*”), esses elementos linguísticos têm uma forte carga de significado social, reveladores de anseio da comunidade por assistência e reconhecimento da sua existência e resistência.

O relato do E9 traz, para a discussão, um fator bastante relevante dentro da epistemologia do paradigma da Agroecologia, que reconhece que não há preponderância de

uma forma de conhecimento sobre outra. Desse modo, pelo discurso do E9, acessamos a linguagem e, para além dela, percebemos que o egresso aborda que a escuta, a valorização dos diferentes saberes, oriundos da população quilombola, dos povos originários são indispensáveis no projeto de formação em Agroecologia, pois favorece a participação e a troca de experiência. Assim, o exercício da escuta coletiva é um meio de dar relevância à experiência sem privilegiar as vozes, contribui para a criação de uma consciência comunitária da diversidade das nossas experiências (hooks, 2017).

No discurso do E9, a comunidade é representada e incluída em sua fala como atores sociais detentores de saberes, há um reconhecimento, por parte do egresso, de que esses atores são construtores de conhecimentos. Vale destacar a forma gramatical utilizada pelo egresso para a representação dos agentes sociais incluídos no discurso, utilizou o pronome pessoal na terceira pessoa “eles”, “... *eles ficam visíveis...*”, esta é uma das formas sugeridas por Van Leeuwen (1996) para a inclusão e representação social. A fala do egresso demonstra valorização das práticas discursivas e identitárias dos agentes sociais da comunidade quilombola, ao dizer que não (“...*leva coisas para encher a cabeça deles...*”), isso também pressupõe o posicionamento crítico e contestador do egresso a práticas sociais manipuladoras e monológicas que tendem a inculcar e impor informações dadas como prontas e acabadas, restringindo os agentes sociais a participarem ativamente dos eventos sociais.

O egresso permite esse pressuposto pela carga semântica do processo material “*leva*” e “*encher*”; nesse discurso, ambos os processos foram utilizados fazendo alusão a uma conotação negativa, visto que nas relações sociais contemporâneas, não são raras as situações em que discursos são produzidos estrategicamente como meio de conformar a realidade social em favor de quem os produz, legitimando ações que fortaleçam grupos hegemônicos (Fairclough, [1992], 2016).

Enquanto analista críticos do discurso, é possível fazer essa análise, porque a ACD possibilita diversas formas de leitura da realidade, por meio da linguagem - discurso - e dá condições de desvelar as opressões, ideologias e dominações presentes nos discursos, visto que a linguagem é repleta de valores nas relações de poder e discurso. Percebemos, portanto, que o E9 se posicionou como agente crítico, ao avaliar a contribuição do curso, deixando-nos entender que a ação do *Campus* foi positiva, principalmente, no aspecto de estender projetos de extensão para as comunidades, ponto bastante apontado como necessário pelos demais egressos.

Apresentamos, a seguir, o discurso do E10, revelando apreciação avaliativa de que o curso é um instrumento positivo na contribuição da mobilização social no território, em (“*Eu*

acho que ele contribui bastante...”), o egresso faz uso do processo mental “**acho**” para revelar a sua percepção acerca do curso e, por meio do processo material “**contribui**” – fica evidente a avaliação positiva da formação acadêmica, para reforçar essa menção, E10 utiliza o intensificador “**bastante**” modificando a ação do processo. Apesar desta inclinação positiva, o egresso, embasado no conhecimento prático da vivência no mundo rural, desvela, em seu discurso, assim como os demais colaboradores egressos desta pesquisa, a necessidade do *Campus*/curso ter mais interação com os atores sociais das comunidades rurais a fim de contribuir no enfrentamento da crise socioeconômica e ambiental, despertando visão reflexiva e questionadora acerca dos benefícios da prática agroecológica (“...é preciso que ele alcance mais as áreas rurais, traga grupo de estudantes e professores para divulgar o curso na minha comunidade”).

É notável, nessa fala do egresso, a postura de comprometimento com o seu território, o desejo de compartilhar os saberes com o seu território, de ver o desenvolvimento socioterritorial engajado na luta a partir de práticas agricultáveis mais sustentáveis; nesse sentido, as contribuições da ordem do saber pressupõem relações de poder e resistência (Foucault, 2013). O discurso do E10 propõe que o *Campus* desenvolva ações integradoras e participativas para inserir as comunidades rurais no processo formativo para constituir uma comunidade mais consolidada e emancipada socialmente, como podemos observar neste excerto:

-E10: “*É preciso divulgar, principalmente, nessas comunidades rurais mais distantes e não ficar só ali na cidade. Eu faço este apelo como egressa, o IFPE deve motivar os jovens, conversar com os pais nas feiras agroecológicas para incentivar os filhos a buscar o conhecimento na área da agricultura familiar.*”

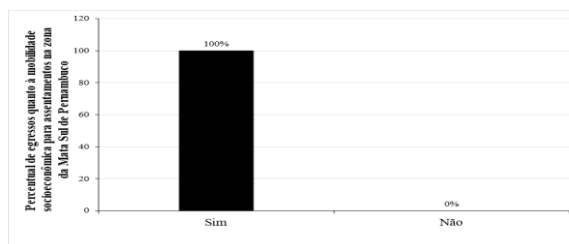
É importante destacar a postura de engajamento da egressa, ao mencionar “**eu faço este apelo como egressa...**”, a sua voz tem uma forte representatividade nesse contexto discursivo como egressa e como jovem do campo que conhece as duas realidades, inclui-se como agente ativa nessa representatividade (Fairclough, 2003), nessa ação de reivindicação. A egressa atribui ao IFPE-*Campus* Barreiros o papel incentivador de atrair os jovens, isso fica evidente por meio da modulação deôntica “**deve motivar**” ... “**deve conversar...**”. É importante ressaltar que a egressa entende que a função da universidade é estar presente nos espaços sociais em que há atores que trabalham com Agroecologia e que necessitam de conhecimento para consolidar essa prática social. Isso nos leva a pensar na politicidade da educação, nos termos de Freire (2018), na atuação da educação de maneira crítica e transformadora em prol de grupos minorizados

para superar as desigualdades sociais e se firmarem como agentes transformadores das amarras de dominação.

A avaliação crítico-discursiva da egressa, acerca da contribuição do curso, também traz outros elementos que, na sua concepção, são da competência do *Campus*, oportunizar meios para que o egresso se insira profissionalmente no mundo do trabalho (“O IFPE poderia entrar em contato com as Secretarias municipais pra fazer um tipo de parceria, para os egressos fazerem o seu estágio lá e mostrar seus conhecimentos. Tem muitos egressos, professora, com todo o gás para mostrar o que aprendeu.”). As escolhas lexicais que constituem esse discurso demonstram que o egresso vê o *Campus* como instituição social que tem o poder de integração com outras instituições, nos termos de Fairclough (2003), esse discurso representa mundos possíveis, ou seja, para o egresso, há essa possibilidade de inserção do profissional nesses espaços para pôr em prática os seus conhecimentos. Há um recurso linguístico de interpessoalidade nesse trecho relevante – o vocativo – o egresso convida a pesquisadora a participar e refletir junto no processo discursivo (“*Tem muitos egressos, professora, com todo o gás para mostrar o que aprendeu.*”).

Apesar de o egresso identificar que o curso ainda mantém certo distanciamento das comunidades rurais, ele destaca a importância e a necessidade da existência desse curso na área da Agroecologia para a região, ao afirmar (“*Jamais o IFPE pode parar de ofertar um curso nessa área*”). O advérbio modal temporal “*jamais*” sinaliza a ênfase atribuído à importância da continuidade dessa formação profissional, bem como o a modalidade deôntica “*pode parar de ofertar*” também reforça a concepção do egresso sobre o que o curso representa para ele.

Os dados gerados na entrevista dos egressos, neste bloco, revelam que o curso tem contribuído para a formação dos estudantes, tem lhes proporcionado mudança social, elevou a autoestima, contribuiu para o processo de empoderamento de egressos e egressas. Essa revelação também está explícita quantitativamente nos dados gerados no questionário, ao indagar sobre a contribuição do curso para a mobilização socioeconômica da região, no qual 100% de um percentual de dez egressos respondeu favorável à pergunta. Conforme demonstra o gráfico abaixo.



No entanto, podemos observar que, nas entrevistas, os egressos, de forma unânime, revelam que há um distanciamento significativamente visível do curso, isto é, do *Campus*, das suas práticas discursivas e sociais com as comunidades rurais, sinalizando que o curso precisa conhecer, de forma prática, por meio de inserção de projetos a realidade dos assentamentos rurais. Nesse sentido, sugerem propostas possíveis e concretas para o curso exercer sua função e missão social junto às comunidades. Essas concepções podem fomentar debates, questionamentos para o *Campus* Barreiros, como agência ofertante do CST em Agroecologia, reordenar as suas práticas discursivas no contexto da Mata Sul-PE para alterar as assimetrias sociais nessa região.

Portanto, o curso, como instrumento político-pedagógico que aborda um tema extremamente importante acerca do desenvolvimento socioeconômico e ambiental para a emancipação social de classes minorizadas, precisa urgentemente amplificar criticamente a forma como é apresentada esta temática. Desse modo, é mister envolver os agentes sociais dos territórios rurais nos projetos de extensão, nos cursos de formação, pois o processo educacional nesta área específica - Agroecologia - deve ser compreendido como parte integrante dessas comunidades, e não como uma instituição afastada dessa territorialidade.

Quadro 28 - O que dizem os agricultores familiares não-egressos acerca da contribuição do CST em Agroecologia.

AF1	<i>A estudante (agroecóloga) que estava dando assistência aqui no município, ela fez um trabalho muito bom, trouxe tecnologias interessantes, apesar de vir poucas vezes... O IFPE poderia contribuir mais com visitas técnicas, aula de campo, reunindo os agricultores da comunidade para troca de experiência e partilhando novas técnicas com os produtores.</i>
AF2	<i>Tem sido muito importante, porque antes... aqui a gente não tinha esse povo (agroecólogo), eu não sabia prantar coentro, pra mim se eu botasse muita semente, oxe! eu ia ter muito coentro (risos), mas não era assim. Eu prantava alface, botava um pé aqui, um ali, pra mim ia dar. Eu aprendi a prantar coentro e alface com os técnico, então pra mim foi ótimo, um aprendizado que eu não tinha, eu sabia prantar alguma coisa, mas essa agricultura assim a familiar pra dá boa, pra eu vender, pra eu sustentar minha família, eu não tinha esse entendimento... a gente precisa desse conhecimento sempre e não uma vez por ano, porque muita coisa a gente tem pra aprender.</i>
AF3	<i>É muito importante, é... contribui muito... Seria bom que ele é... oferecesse mais curso.</i>
	<i>Assim...já contribuiu mais, na época dos curso do PRONATEC, quando fomos incentivado a fazer aqui no assentamento, uma cooperativa . Mas aí, depois</i>

AF4	<i>pararam e a gente não tem mais essa assistência do IFPE... Eu acho que o IFPE poderia contribuir melhor com as comunidades, fazendo assim, um tipo de parceria entre o agricultor. Ele tem uma grande estrutura de conhecimento, professores que são doutor na tecnologia, tem condição de chegar ao agricultor, porque assim pra o agricultor chegar ao IFPE, primeiro o IFPE tem que vir ao agricultor, trazendo projetos... acho que falta mais é a presença do IFPE nos assentamento.</i>
AF5	<i>Tem contribuído pouco, a técnica (agroecóloga) teve uma passagem rápida aqui...muitas instituição vêm pra cá só pensando no lado dela, pra o agricultor deixa muito pouco. Ela passou aqui de dois a três meses, mas o contrato dela se encerrou, teve projeto pra algum assentamento; outro não... O IFPE pode contribuir trazendo um pouco de experiência, de tecnologia... porque hoje trabalho de enxada está ficando escasso, se você não tentar acompanhar o tempo, você vai ficar lá atrás.</i>
AF6	<i>A contribuição é boa, porque o camarada aprende muitas coisa que no passado não via e o camarada que vem pra cá também aprende, porque não só aprende no lápis, mas aprende na prática... também porque contrata uma equipe três, quatro mês, aí tem aquele que tem vontade de fazer uma benfeitoria melhor, mas o tempo não dá...então precisa de mais tempo nos projeto. Também porque coloca um só técnico para vários assentamento em diferentes município. E a gente ainda dá graças a Deus porque tem essa pequena representação porque quem era pra fazer, não faz.</i>
AF7	<i>Sim, tem contribuído com encontros em parceria com a ONG Sabiá, tenho ido há vários encontros lá, contribui com as visitas técnicas aqui no assentamento. Eu acho que ele não deve parar, porque é muito importante ele aqui na região trazendo novos projetos, novos cursos para aqueles que deseja, porque tem muitos aí que não se importa com...o futuro.</i>
AF8	<i>É...não sei nem dizer porque eu não conheço o curso, aí não dá pra eu falar...porque assim, a gente aqui é... eu nunca pensei em entrar nessa área de Agroecologia. Esse pessoal (a agroecóloga do curso) veio aqui e a gente foi pegando aquele conhecimento e vai se aperfeiçoando né, gostando e aí vai evoluindo, mas aí eu já vi que dá certo, tô gostando né, da Agroecologia.</i>
AF9	<i>O curso de Agroecologia não tem contribuído com o assentamento. O IFPE trouxe uns cursos pra cá na época do PRONATEC. A gente tá vendo agora junto ao curso de Agroecologia, um projeto de extensão pra minha comunidade, voltada pras mulheres, com capacitação em horticultura e processamento de alimentos. Porque as mulheres querem muito alguma coisa pra elas se movimentar.</i>
AF10	<i>Antes tinha maior contribuição e hoje a gente até tem duas estudantes de lá fazendo o curso de Agroecologia, a gente pensava assim agora com aluno daqui lá no curso, ia ter mais a presença do IFPE aqui. Tenho conversado com alguns professores, inclusive com o gestor, mas tenho fé em Deus que a gente vai retomar essas coisas, pra ajudar, né. Eu penso muito nas famílias do assentamento, eu não tenho ganância, pra mim, é trabalhar em equipe, a união</i>

	<i>faz a força, né. O IFPE é uma instituição é uma riqueza pro município, lá tem todos os maquinários, toda a equipe, professor e, a gente fica sem um apoio. É preciso ter uma ligação maior do IFPE com campo rural.</i>
AF11	<i>Tem contribuído bastante porque a técnica (agroecóloga) esse tempo que passou aqui tirou bastante dúvida, coisas que a gente não conhecia, ensinando porque a gente pensava que num lugar a gente só podia plantar uma coisa, e agora que sei que eu posso plantar várias coisas num só espaço.</i>

7.2.4 Análise linguístico-discursiva acerca do discurso dos agricultores familiares não egressos sobre a contribuição do curso para o desenvolvimento do território da Mata Sul-PE

Neste bloco, trazemos o discurso dos agricultores familiares não egressos do CST em Agroecologia, moradores de assentamentos rurais que, de certa forma, mantêm relação com o *Campus* através de visitas técnicas, visto que os assentamentos rurais são laboratórios para o CST em Agroecologia, como também para a execução de projetos de extensão ou de assistência técnica prestada pelos egressos. Para a análise linguístico-discursiva, elencamos as categorias modalidade, avaliação, interdiscursividade, representação social, escolhas lexicais, processos e poder, sendo essas as mais utilizadas pelos colaboradores neste bloco.

Pelos discursos dos agricultores, observamos que a relação entre o *Campus* e campo rural (assentamentos) ainda é muito limitada, causando, nas comunidades, anseios por mais conhecimentos, oferta de cursos e projetos na área da agricultura familiar. Ao longo da entrevista, percebemos que os discursos acionados se convergem em alguns aspectos e divergem em outros, visto que “discursos lexicalizam o mundo de modos particulares” (Fairclough, 2003, p. 129), como veremos nos excertos a seguir: (“*A estudante (agroecóloga) que estava dando assistência aqui no município, ela fez um trabalho muito bom, trouxe tecnologias interessantes, apesar de vir poucas vezes[...] O IFPE poderia contribuir mais com visitas técnicas, aula de campo, reunindo os agricultores da comunidade para troca de experiência e partilhando novas técnicas com os produtores*”- AF1).

No discurso do AF1, há evidência de apreciação positiva da contribuição do trabalho desenvolvido pela egressa do IFPE no assentamento dele (“...ela fez um trabalho muito bom, trouxe tecnologias interessantes, apesar de vir poucas vezes...”), o uso do processo material “*fez*”, que indica mudança no fluxo de eventos (Fuzer e Cabral, 2014), acrescido do intensificador “*muito*” e da circunstância “*bom*” sinaliza que as práticas realizadas pelo agroecólogo surtiu efeito nas práticas sociais dos agricultores, mesmo como menciona o AF1,

estando presente “*poucas vezes*” no assentamento, o fato de sua participação ter sido rápida levou o agricultor a externalizar o seu sentimento de que há necessidade de mais interação do *Campus* com os agricultores familiares.

Por meio da modalidade deôntica, categoria que demonstra a relação entre o falante/escritor e as representações de mundo que ele realiza (Fairclough, 2003), o AF1 faz uma declaração avaliativa de juízo de valor reavaliando o trabalho do *Campus* e sugerindo mais comprometimento deste com as comunidades, apontando o que seria desejável entre a relação do *Campus* com a comunidade, como exposto em (“...poderia contribuir mais com visitas técnicas, aula de campo, reunindo os agricultores da comunidade para troca de experiência e partilhando novas técnicas com os produtores.”). É possível entrever no discurso do AF1 uma postura social comprometida com a comunidade dele, ao expressar o desejo de a instituição está mais atuante, desenvolvendo coletivamente práticas “***trocas de experiência e partilhando novas técnica***” para fortalecer a produção e, conseqüentemente, a subsistência da comunidade.

Na sequência, apresentamos a análise do discurso do AF2, no qual ele relata suas experiências com a agricultura antes da inserção do conhecimento da Agroecologia e do agroecólogo no seu assentamento, demonstrando que a sua produção não era tão rentável, revela que, apesar de ter o seu conhecimento tradicional, não sabia explorar a área de produção em sua totalidade (“...eu não sabia prantar coentro, pra mim se eu botasse muita semente, oxe! eu ia ter muito coentro (risos), mas não era assim. Eu prantava alface, botava um pé aqui, um ali, pra mim ia dar...”). Pelo uso da negativa “**não**”, seguido do processo mental “**sabia**”, da ordem de conhecer, ter consciência como algo se realiza (Halliday, 2014). O AF2 deixa pressuposto, em seu discurso, que sempre realizou práticas agrícolas inadequadamente, compreendidas como certo por falta de orientação técnica, ou melhor, era o único jeito de plantar, algo natural.

Durante esta conversa com o AF2, observamos e destacamos o uso de recursos semiotizados da linguagem, elementos que traduzem sentimentos pessoais, como crenças e risos, valores estes que não podem ser interpretados de modo quantitativamente. Nossa análise embasada no aporte teórico da ACD, possibilitou-me, enquanto pesquisadora identificar indícios da maneira como o ator social enunciou seus discursos inseridos em um dado contexto e, a partir dele, construir a sua realidade. Nos termos da ACD, há diversos elementos para além da linguagem que devem ser considerados ao analisar a relação entre as práticas sociais e o discurso, visto que o discurso além de ser uma forma de prática social, é também considerado um elemento semiótico de práticas sociais (Fairclough, 2003).

Observamos que agricultor recorre a expressões linguísticas para revelar a sua crença acerca do modo como plantava, expressando isso por meio da interjeição “*oxe*” (“... *pra mim se eu botasse muita semente, oxe! eu ia ter muito coentro (risos)*”) e do elemento semiótico (*risos*). Podemos inferir que esses elementos traduzem de um lado espanto ao descobrir uma nova prática social (*oxe!*) e o riso suaviza a forma de revelar o resultado negativo que a prática anterior provocava, não por culpa do agricultor, mas de um modelo de agricultura existente que não proporciona conhecimento para essa população. Pelas escolhas lexicais na construção discursiva do AF2, observamos que, para descrever a sua prática de plantio, ele desvela o significado de que a vida dele, como agricultor, sempre foi sem orientação técnica. Levando em consideração o contexto social em que está inserido, podemos inferir, por meio das diversas possibilidades de leitura permitida pela linguagem (discurso), que não houve/há maiores interesses nesse tipo de orientação para a produção de outras culturas no território da Mata Sul-PE.

Isso é reiterado na fala seguinte (“*Eu aprendi a prantar coentro e alface com os técnico, então pra mim foi ótimo, um aprendizado que eu não tinha, eu sabia prantar alguma coisa, mas essa agricultura assim a familiar pra dá boa, pra eu vender, pra eu sustentar minha família, eu não tinha esse entendimento...*”). Os processos “*aprendi*”, “*plantar*”, “*vender*” e “*sustentar*” revelam que a prática discursiva do curso, por meio da assistência técnica, desenvolveu novas práticas discursivas e sociais no modo de produzir e entender as práticas de agriculturas mais sustentáveis.

Esses recursos linguísticos reiteram e justificam a avaliação positiva que o agricultor atribui ao trabalho desenvolvido pelo agroecólogo, usando o atributo “*ótimo*” para categorizar o aprendizado que obteve e a transformação que este lhe causou como agricultor familiar e gerou novos sentidos a sua prática cotidiana. Ele usa a categoria da avaliação que, nos termos de Fairclough (2003), é moldada por estilos, diz respeito a apreciações do falante/escritor.

O AF2 emite, em sua fala, um juízo de valor em atitudes de afeto revelado pelo sentimento de satisfação “*Eu aprendi*”, “*foi ótimo*”, posiciona-se como agente ativa, falando das mudanças em sua vida e da sua participação no processo de construção. Essa concepção de mudança está explícita em sua fala com o uso da escolha linguístico-discursiva do negativo “*não*”, mais o processo relacional “*tinha*” – “*não tinha*” seguido do identificador “*esse entendimento*” –, entrevem-se, assim, a atual posição do agricultor no presente.

Trazemos, a seguir, o discurso de mais um agricultor familiar que, de forma bastante sucinta e não menos significativa do que os discursos dos demais colaboradores, faz presunção

valorativa acerca do curso, pois, como aclara Fairclough ([1992], 2016, p. 106), “qualquer tipo de aspecto textual é potencialmente significativo de análise do discurso”, visto que textos têm efeitos causais, isto é, produzem mudanças (Fairclough, 2003), acrescentaríamos, ainda, textos também sugerem mudanças, é, pois nos eventos discursivos que as mudanças ocorrem. Sob essa esteira discursiva, podemos observar que o AF3 traz, em seu discurso, recursos linguísticos que denotam a sua concepção sobre a importância do *Campus* por meio do CST em Agroecologia para as comunidades rurais (“*É muito importante.... contribui muito... Seria bom que ele... oferecesse mais curso.*”). Ao usar o processo relacional “*é*” acrescido do intensificador “*muito*”, do atributo importante e do processo material “*contribui*” está representando o *Campus* como um agente social ativo em sua comunidade, levando, assim, a entender que o curso é um instrumento que contribui para a mudança social.

Apesar de o agricultor avaliar positivamente a colaboração do curso, ele desvela, em sua fala, que a comunidade é carente de mais cursos e mais orientações na área da agricultura e assim entende que (“*Seria bom que ele... oferecesse mais curso.*”). Ao usar a modalidade deôntica “*Seria bom*”, o agricultor revela o que seria desejável para a comunidade e atribui ao *Campus* o poder de realizar o que eles necessitam que seria a oferta de mais cursos. Esse discurso do AF3 implica inferir que poderia ocorrer melhorias na sua comunidade se novos cursos fossem oferecidos pelo *Campus*. Desse modo, o AF3 se apresenta socialmente como agente ativo nesse discurso, tendo consciência das necessidades do seu entorno e para a mudança social, expressa o desejo de desenvolvimento, de construção de novos saberes para agir de modos diferentes com mais criticidade, saber e poder.

Dando continuidade às análises, veremos que o AF4, em sua fala, demonstra um certo grau de insatisfação, sinalizando que a atuação do *Campus* no seu assentamento está a desejar, conforme veremos no excerto abaixo:

-AF4: *Já contribuiu mais na época do curso do PRONATEC, quando fomos incentivado a fazer aqui no assentamento, uma cooperativa. Mas aí, depois pararam e a gente não tem mais essa assistência do IFPE... Eu acho que o IFPE poderia contribuir melhor com as comunidades, fazendo assim, um tipo de parceria entre o agricultor, ele tem uma grande estrutura de conhecimento, professores que são doutor na tecnologia, tem condição de chegar ao agricultor, porque assim pra o agricultor chegar ao IFPE, primeiro o IFPE tem que vir ao agricultor, trazendo projetos... acho que falta mais é a presença do IFPE nos assentamento.”*

Inicialmente, o agricultor aciona o modalizador temporal já seguido do processo material no passado, para traduzir a sua concepção a respeito da atuação do *Campus* no seu assentamento e, de forma explícita, o AF4 revela que, no tempo passado, o *Campus*

desempenhou atividades exitosas, mas foi por meio do PRONATEC, programa governamental, quando este expirou, o *Campus* ficou ausente desta comunidade. O AF4 expressa a satisfação de ter participado das atividades que contemplavam os assentamentos rurais, pois envolvia a comunidade com projetos que visavam a participação coletiva da comunidade, com projetos em comum (... *“fomos incentivado a fazer aqui no assentamento, uma cooperativa...”*). No entanto, não houve continuidade deste projeto, o que implica não transformação social desses assentamentos que necessitam de um compromisso político da universidade com a sociedade que os envolve (Souza Santos, 2007).

Através da análise da transitividade, podemos identificar, na fala de AF4, que o poder do *Campus*, como agência, é posto em destaque, o agricultor enfatiza a importância, a centralidade do *Campus* no assentamento, representado como o agente ativo dos processos materiais *“contribuiu”, “pararam”, “poderia contribuir”, “fazendo”, “trazendo”*, estes processos selecionados pelo agricultor sinalizam que a ação está sob o poder da agência - o *Campus* - que, na avaliação do AF4, tem capacidade de proporcionar formação, assistência técnica e transformar socialmente os assentamentos, no que diz respeito ao desenvolvimento de práticas de produção agroecológica.

Essa representação naturaliza a existência do *Campus* e, sobretudo, legitima seu modo de organizar projetos a serem seguidos pela comunidade, reduzindo, assim, de certa forma, o poder de intervenção social dos agricultores familiares, isso pode ser observado nos recursos linguísticos em (*“...tem condição de chegar ao agricultor, porque assim pra o agricultor chegar ao IFPE, primeiro o IFPE tem que vir ao agricultor, trazendo projetos...”*). Nessa fala, o agricultor deixa explícito, por meio do processo relacional *“tem”*, que o *Campus*, com a sua estrutura física e com seus recursos humanos, tem o potencial de se aproximar dos assentamentos, vindo até os agricultores. Na compreensão do AF4, isso compete ao *Campus*, é obrigação dele, enquanto instituição, firmar o contato com os agricultores para abrir o canal de diálogo, isso é expresso por meio da modalidade deôntica (*“... o IFPE tem que vir...”*). Para o AF4, essa mobilização do *Campus* aproximaria mais os assentamentos rurais da Academia.

Considerando ainda a representação dos atores sociais, proposta por Van Leeuwen (1998), outros agentes além da Instituição de Ensino são classificados de forma específica (Fairclough, 2003) no discurso, como: professores, doutores e agricultores. Os professores nominados no texto de doutores são incluídos no discurso como atores sociais ativos, aqueles que assumem a ação e que têm o poder do conhecimento científico para atuar e promover a mudança discursiva e, conseqüentemente, alterar as práticas sociais dos agricultores que, na

concepção do AF4, são posicionados como agentes passivos que esperam pela presença do *Campus* como agente ativo responsável pela mobilização social (“... *professores que são doutor na tecnologia, tem condição de chegar ao agricultor...*”). Segundo Van Leeuwen (2001), o modo como os atores sociais são representados pode redistribuir papéis e organizar relações entre os participantes do evento social.

Na sequência, trazemos a fala do AF5, que encontra eco na fala do AF4, ao avaliar que o *Campus*, como agência do CST em Agroecologia, tem proporcionado pouca contribuição para o desenvolvimento das práticas agroecológicas em seu assentamento. Como está expresso no excerto a seguir: (“*Tem contribuído pouco, a técnica (agroecóloga) teve uma passagem rápida aqui... teve projeto pra algum assentamento; outro não, muitas instituição vêm pra cá só pensando no lado dela, pra o agricultor deixa muito pouco. O IFPE pode contribuir trazendo um pouco de experiência, de tecnologia... porque hoje trabalho de enxada está ficando escasso, se você não tentar acompanhar o tempo, você vai ficar lá atrás.*”).

Os efeitos de sentido que ecoam do discurso do AF5 apontam que a contribuição do *Campus*, por meio do CST em Agroecologia em seu território, não é a desejável, na perspectiva do desenvolvimento dos assentamentos rurais, das suas práticas agroecológicas, na luta por uma cultura que ainda é pouco valorizada e reconhecida, bem como para a melhoria dos índices da equidade social neste território. Nesse excerto, o AF5 faz avaliação explícita ao afirmar (“...***tem contribuído pouco...***”), apresentando marcas subjetivas de juízo de valor (Fairclough, 2003), usando o modalizador adverbial de intensidade “***pouco***”. O agricultor reforça que o trabalho de assistência técnica, que chega ao assentamento, não surte o efeito esperado pela comunidade, como expresso em (“...*a técnica (agroecóloga) teve uma passagem rápida aqui... teve projeto pra algum assentamento; outro não...*”).

Com essa avaliação, é possível afirmar que está implícito, neste discurso, que o *Campus*, enquanto Instituição cuja função social é reduzir as desigualdades sociais, precisa intervir junto a outros órgãos públicos na busca por subsídios e apoio para ações comprometidas com projetos de extensão e formação acadêmica, que tenham aplicabilidade concreta e que sejam perenes nos assentamentos em uma relação dialética *Campus* e campo. O AF5 emite um julgamento crítico sobre as ações das Universidades, nos assentamentos rurais, faz uma crítica contundente em relação às instituições sociais que visitam os assentamentos rurais, visando mais aos seus próprios interesses e ignoram as reais necessidades dos atores sociais que sobrevivem nessas comunidades.

Nesse discurso, inferimos que o AF5 desvela que as práticas discursivas desenvolvidas por essas instituições não contribuem efetivamente para as práticas sociais dos agricultores, não possibilitam mobilização social (“... *muitas instituição vêm pra cá só pensando no lado dela, pra o agricultor deixa muito pouco...*”). Esse posicionamento crítico-avaliativo do AF5 revela o seu engajamento social com a sua comunidade e demonstra a sua capacidade crítica, contestadora e reflexiva frente às desigualdades e às práticas hegemônicas das instituições sociais em tirar proveito de classes minorizadas. Pelo discurso do AF5, podemos, conforme o objetivo proposto pela ACD, analisar e revelar o papel que o discurso opera na reprodução da dominação que grupos sociais privilegiados exercem na sociedade, criando e reproduzindo desigualdades sociais. Neste caso, como analista crítico, devemos repensar a real função social e o comprometimento das universidades ao recorrer a um assentamento rural para as suas aulas práticas.

É muito evidente, no discurso do AF5, que os assentamentos servem de “laboratório” para as universidades trazerem seus estudantes para as “aulas de campo”, ocupam o agricultor por horas no seu espaço de trabalho, mas, em sua maioria, não desenvolvem tecnologias sociais “*in loco*” para auxiliar o trabalho do homem e da mulher do campo rural. Como meio de fortalecer a contribuição e interação entre o *Campus* e o campo de mudança nas práticas sociais, o AF5 propõe (“*O IFPE pode contribuir trazendo um pouco de experiência, de tecnologia... porque hoje trabalho de enxada está ficando escasso, se você não tentar acompanhar o tempo, você vai ficar lá atrás*”).

Essa é uma sugestão extremamente pertinente, visto que a Agroecologia precisa avançar e precisa existir, mas, para isso, é necessário, conforme argumenta o AF5, trocas de experiências exitosas na área e da inserção de implementos tecnológicos, caso contrário, o Agronegócio continuará dominando cada vez mais e desmotivando os pequenos agricultores familiares. Outro fator para que as Instituições de Ensino envidem esforços para dar assistência e trazer inovações para a execução das atividades dos agricultores familiares é o fato de que essa população, conforme o IBGE (2017), apresenta faixa etária superior aos 55 anos, padrão diferente da agricultura não familiar que registrou maior presença de produtores nas faixas de até 55 anos. Assim, o discurso do AF5 revela que as Instituições de Ensino ainda têm muito para se fazer, para contribuir com as comunidades rurais que anseiam por novas metodologias e mecanismos com propósitos emancipatórios.

Na sequência, trazemos a avaliação do curso, na concepção do AF6, observamos que há similaridade entre o seu discurso e do AF2, ambos fazem avaliação positiva da contribuição das

atividades desenvolvidas pelos egressos/agroecólogos em seus assentamentos. Conforme podemos observar no excerto a seguir:

-AF6- *“A contribuição é boa, porque o camarada aprende muitas coisa que no passado não via e o camarada que vem pra cá também aprende, porque não só aprende no lápis, mas aprende na prática... Mas o trabalho não é melhor porque contrata uma equipe apenas por três, quatro mês, aí tem aquele que tem vontade de fazer uma benfeitoria melhor, mas o tempo não dá... Também porque coloca um só técnico para vários assentamento em diferentes município. E a gente ainda dá graças a Deus porque tem essa pequena representação porque quem era pra fazer, não faz.”*

A apreciação positiva, emitida pelo AF6, representa a sua opinião e identificação com o tema abordado em termos de valores, como no trecho (*“A contribuição é boa”*), o processo relacional *“é”* seguido do atributo *“boa”* revelam explicitamente juízo de valor (Fairclough, 2003). Ao avaliar essa atividade como algo desejado para o assentamento, o AF6 permite-nos inferir o argumento de que práticas dessa natureza abrem possibilidades para a troca de novos conhecimentos, por meio de teoria e prática, não havendo assim saber mais ou saber menos, há saberes diferentes (Freire, 2018), nas palavras do AF6, os conhecimentos junto ao agroecólogo são construídos mutuamente.

Isso reitera que a Agroecologia parte de um conjunto de conhecimentos sistematizados, baseados em técnicas e saberes dos povos originários e camponeses, Enrique Leff (2002). Não é possível, pois, a assistência técnica nessa área sem a valorização e o reconhecimento da prática dos camponeses. Nesses termos, o AF6 argumenta (*“... porque o camarada aprende muitas coisa que no passado não via e o camarada que vem pra cá também aprende, porque não só aprende no lápis, mas aprende na prática...”*). Essa postura discursiva aponta que o AF6, ao fazer a correlação do tempo presente com o passado (*“...aprende muitas coisa que no passado não via...”*), tem um conhecimento do contexto sócio-histórico e cultural no qual está inserido, permitindo vir à tona reflexão e experiências negativas de um passado histórico opressor que, apesar de não ter sido totalmente rompido, hoje se tem mais um pouco de flexibilidade. Essa postura discursiva nos remete a Fairclough (2003), ao defender que a vida social é reflexiva, isto é, agimos e interagimos dentro de uma rede de práticas sociais que podem ser alteradas com o tempo.

Na abordagem da ACD, é importante observar que o elemento tempo é construído nos textos, este elemento é na concepção de Fairclough (2003) constructo social. Mesmo afirmando, em seu discurso, que as práticas desenvolvidas pelo agroecólogo, em seu assentamento rural, tenha trazido novas tecnologias, o AF6 deixa entrever que essa inserção ainda não é a

satisfatória para a mudança do modelo desejável de produção agroecológica no seu território. No discurso do AF6, há um entendimento que, para descolonizar a cultura hegemônica da monocultura como o único meio de produção na região, a assistência técnica recebida não é o suficiente para uma região que sofre com a colonialidade, processo histórico-cultural que está arraigado há séculos (Sousa Santos, 2010); para transformar esse processo, é necessário engajamento social das instituições e da agência da população afetada.

O discurso do AF6 evidencia que, para tal mudança, seria necessário, como está implícito, um maior período de duração dos projetos e ampliação do número de profissionais agroécólogos, pois ele aponta que o trabalho não flui melhor (*“porque contrata uma equipe apenas por três, quatro mês, aí tem aquele que tem vontade de fazer uma benfeitoria melhor, mas o tempo não dá... coloca um só técnico para vários assentamento em diferentes município.”*). Vale ressaltar que ele apresenta uma consciência crítico-discursiva com base no entendimento de Agroecologia como uma prática social que não pode ter seus projetos interrompidos, visto que isso prejudica o desenvolvimento das comunidades e das práticas de agriculturas mais sustentáveis.

Por fim, ele sinaliza com um certo tom de conformação, de passividade diante da situação em que está posto, considera que mesmo tendo uma parcela mínima de contribuição de assistência técnica, diz que ele e os agricultores do seu assentamento (*“...a gente”*) agradecem a Deus. Nessa construção, o AF6 utiliza a interdiscursividade (Fairclough [1996], 2016, 2003), traços do discurso religioso revelando um sentimento de gratidão (*“... a gente ainda dá graças a Deus porque tem essa pequena representação porque quem era pra fazer, não faz.”*). Podemos observar que, ao mesmo tempo em que traz um tom de conformação, traz também elementos linguísticos semanticamente carregado de crítica expresso em *“...quem era pra fazer não faz”*, percebemos que o AF6 utiliza o processo material **“faz”**, mas oculta o ator, não está explícita a responsabilidade de qual ator para a realização de assistência técnica contínua no assentamento.

No entanto, levando em consideração o contexto socioterritorial de assentamentos da reforma agrária e na posição de beneficiário desta política, pressupõe, portanto, que o AF6 se refere à ausência de instituições sociais governamentais que cerceiam os direitos dos agricultores familiares. Não muito diferente da concepção do AF6, o AF7 também exprime um discurso de reconhecimento positivo acerca da contribuição do *Campus* para a sua comunidade rural expresso no excerto a seguir: (*“Sim, tem contribuído com encontros em parceria com a ONG Sabiá, tenho ido há vários encontros lá, contribui com as visitas técnicas aqui no*

assentamento. Eu acho que ele não deve parar, porque é muito importante ele aqui na região trazendo novos projetos, novos cursos para aqueles que deseja, porque tem muitos aí que não se importa com... o futuro.” - AF7).

Pela tessitura discursiva do AF7, inferimos que ele compreende o *Campus* como instituição social que tem sido aberta a parcerias com outras instituições não governamentais em prol da emancipação dos agricultores familiares rurais, da participação política dessa população na luta por equidade de direitos. Isso nos revela que o AF7 tem uma compreensão de que essa função social de agenciamento da universidade é extremamente necessária para a ascensão dos agricultores familiares do seu território. Essa inferência é constatada pelas escolhas linguísticas do AF7 em (“...*tem contribuído com encontros em parceria com a ONG Sabiá... tenho ido há vários encontros lá, contribui com as visitas técnicas aqui no assentamento.*”).

Por meio da transitividade, percebemos que o processo material “*contribuir*”, empregado duas vezes no texto tempo presente, dá ênfase às diversas ações do *Campus* voltadas para os agricultores familiares. Observamos que o AF7 se inclui também no discurso por meio da inclusão por ativação (Van Leeuwen, 1996), nesse processo em busca de transformação social e consolidação da Agroecologia como prática social, assumindo agência, usando a primeira pessoa do singular (“... *tenho ido há vários encontros lá...*”), representando-se socialmente como agente ativo (Fairclough, 2003), comprometido com as discussões referentes aos interesses da sua comunidade e com o futuro sustentável. Pensar na sustentabilidade é, conforme está previsto no relatório *Nosso Futuro Comum*, orientar as atuais gerações fazerem o uso consciente dos recursos naturais para satisfazer as suas necessidades sem, no entanto, comprometer a capacidade de gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades (Brundtland, 1991).

O AF7 revela que há interação entre *Campus* e campo, isso está explícito no uso dos advérbios “*lá*” e “*cá*”, dando ideia de movência entre os espaços rural e acadêmico, este deve ser o compromisso social do *Campus*, enquanto agenciador do CST em Agroecologia, pois o conhecimento popular, na concepção de Caporal (2009), é o ponto de largada e não o ponto de chegada de um processo e transição agroecológica.

Reiterando a representação social que tem o CST em Agroecologia, no contexto da Mata Sul/PE, o AF7 reverbera a necessidade da continuidade e da presença do curso nas comunidades como instrumento de inovação, principalmente, para aqueles que anseiam por conhecimento, como está expresso em: (“*Eu acho que ele não deve parar, porque é muito importante ele aqui*

*na região trazendo novos projetos, novos cursos para aqueles que deseja...”). O AF7, como experienciador dos eventos sociais promovidos pelo curso e pelo próprio assentamento e como agente ativo, com seu pensamento crítico de luta por transformação social, acredita que a existência do curso na sua comunidade é extremamente necessária, assim, por meio da modalidade deôntica pontua, (“... o curso não **deve parar**” e ainda acrescenta “...para aqueles que deseja, porque tem muitos aí que não se importa com o futuro.”).*

Nesse trecho, ao mencionar (“tem muitos aí que não se importa com o futuro”), ele constrói uma oração em uma perspectiva representacional (Fairclough, 2003), apontando que há agentes ativos nas atividades de agriculturas mais sustentáveis e, por outro lado, há aqueles classificados como resistentes a um modelo de produção agrícola convencional. Esses efeitos de sentido são possíveis, nesse texto, tanto pelos recursos linguísticos quanto pelos aspectos socioterritoriais em que estes agentes estão inseridos.

Dando continuidade às análises, apresentamos, a seguir, a fala do AF8, que nos permite identificar que a divulgação do CST em Agroecologia ainda não atingiu determinados assentamentos, assim como já fora abordado na fala dos egressos.

-AF8: “Não sei nem dizer porque eu não conheço o curso, porque assim, a gente aqui é... eu nunca pensei em entrar nessa área de Agroecologia. Esse pessoal (a técnica- agroecóloga do curso) veio aqui, fui pegando aquele conhecimento me aperfeiçoando né, vai gostando e aí vai evoluindo, mas aí eu já vi que dá certo, tô gostando né, da agroecologia.”

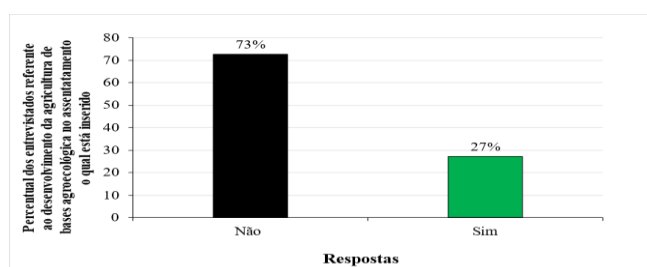
Pela fala do agricultor, ao iniciar o seu discurso com uma sentença negativa, revelando não ser capaz de falar acerca da contribuição do curso por não o conhecer (“**Não sei nem dizer porque eu não conheço o curso...**”), levou-me a refletir, enquanto pesquisadora, docente do curso e analista crítica do discurso, como o *Campus* vem desenvolvendo seu papel social a partir da justificativa da sua implantação, como previsto no PPC. O curso foi pensado para atender a uma população local carente de formação na área de produção agrícola diversificada, diferente do modelo da monocultura que colonizou por um longo tempo esta população. Com base nesta realidade, pretende-se que o CST em Agroecologia do IFPE/*Campus* Barreiros venha a contribuir diretamente com a missão de promover a formação de profissionais cidadãos empreendedores, aptos a valorizar as referências das culturas locais e a contribuir para o desenvolvimento regional e ambiental (PPC, 2015).

O AF8, em seu discurso, traz uma justificativa de que não conhece o curso, porque não havia pensado antes em desenvolver atividades agroecológicas, (“...porque assim, a **gente aqui é... eu nunca pensei em entrar nessa área de Agroecologia.**”). Essa fala do agricultor surge

como se ele devesse uma explicação ao fato de não conhecer o curso, naturalizando a não divulgação do trabalho que o curso desenvolve, como se o agricultor fosse o culpado pela condição de não ter pensado em desenvolver atividade nessa área, mas será que este fato não está atribuído à ausência do *Campus* neste assentamento?

Quanto aos recursos linguísticos utilizados na construção deste trecho, percebemos que o AF8 inicia a justificativa incluindo no discurso todos os demais agricultores do assentamento, usando o termo “*a gente*” e o termo circunstancial de lugar “*aqui*”, mas, em seguida, ele usa “*eu*”, na primeira pessoa do singular, como experienciador do processo mental “*pensei*”, excluindo os demais agricultores. Isso se deve ao fato de que, em sua comunidade, ele é o único que está no processo de transição agroecológica, os demais ainda estão totalmente inclinados à produção da cana-de- açúcar. Inclusive, como pesquisadora, essa realidade me deixou muito impactada, pois grande parte dos beneficiários da reforma agrária usam as terras de seus lotes, exclusivamente com a monocultura, vive à mercê dos usineiros, ignorando a função social da terra, conforme reza o Art. 186 da Constituição Federal.

Essa realidade ainda existente nos assentamentos rurais da Mata Sul-PE e, expressa no discurso do AF8, pode nos ajudar a entender os números do gráfico abaixo revelados no questionário, ao perguntar aos agricultores: Você desenvolve agricultura de base agroecológica? 73% de um universo de 11(onze) agricultores responderam não realizar, apenas 27% praticam atividades agrícolas de modo mais sustentável.



No caso do AF8, ele consegue entender a prática discursiva da Agroecologia, por meio do discurso de assistência técnica desenvolvida pela agroecóloga, como também consegue modificar a sua prática social no modo de usar a terra no seu cotidiano, como revelado em (“*A técnica- agroecóloga do curso veio aqui, fui pegando aquele conhecimento me aperfeiçoando... evoluindo...vi que dá certo, tô gostando da Agroecologia.*”). Há, nesse discurso, representação da agroecóloga como agente ativo responsável pela ação de mudança, expresso pelo processo

material “**veio**”, seguido do advérbio “**aquí**”, dando ideia de movência da técnica, trazendo conhecimentos novos.

Nessa relação dialética de ensino-aprendizagem, o AF8 se coloca na situação de aprendiz ativo, como está expresso nos processos materiais “**pegando**”, “**aperfeiçoando**”, “**gostando**”, “**evoluindo**...” no gerúndio que indica uma ação em curso, de modo que o agricultor visualize o processo, e não apenas o resultado. O AF8 conclui a sua fala com um discurso diferente da introdução deste excerto, ele emite uma declaração avaliativa positiva acerca do que ele pensa acerca da Agroecologia (“... aí eu já **vi** que dá certo, **tô gostando da Agroecologia.**”). Essa nova visão é resultado da participação mútua no processo, entre o conhecimento da agroecóloga e do agricultor, isso resultou em uma significativa mudança no modo de ser, agir e representar do AF8.

De acordo com Fairclough ([1992], 2016), a relação entre discurso e prática se dá de modo dialético e contribui para a virada discursiva, para a modificação da prática social em um movimento de ir e vir, que tem como elemento o discurso. Trazemos, na sequência, a voz do AF9, na qual é possível identificar manifestação de sentido valorativo negativo quanto à atuação do curso no campo.

-AF9 - “*O curso de Agroecologia não tem contribuído com o assentamento. O IFPE trouxe uns cursos pra cá na época do PRONATEC. A gente tá vendo agora junto ao curso de Agroecologia, um projeto de extensão pra minha comunidade, voltada pras mulheres, com capacitação em horticultura e processamento de alimentos. Porque as mulheres querem muito alguma coisa pra elas se movimentar*”.

Na tessitura discursiva do AF9, é possível acessar a percepção e representação do curso, por meio da categoria avaliação, em uma sentença negativa, revelando que não há desenvolvimento de ações provenientes do curso no assentamento rural deste agricultor (“**O curso de agroecologia não tem contribuído com o assentamento**”). Por meio do processo material “**contribuído**”, precedido do advérbio modal de negação “**não**”, o AF9 nos permite entrever que o *Campus* representado pelo substantivo curso, entendido como evento social não está, conforme o agricultor, contribuindo com atividades *in loco* para a mudança social da sua comunidade. O agricultor destaca que a contribuição que houve no assentamento foi por meio do PRONATEC, mas não pelo curso de Agroecologia, que tem uma visão de produção agrícola mais sustentável e incentiva os pequenos agricultores a terem a sua própria renda e preservar o agroecossistema.

Sob o olhar da Agroecologia, como prática social emancipatória e crítica, o AF9 em uma postura de engajamento, demarca participação agentiva dentro do seu território junto com os

demais atores sociais da sua comunidade. Dessa forma, revelando que, para suprir as necessidades e os anseios, especificamente das mulheres, estão articulando junto ao curso ações que contribuam para a mobilização socioeconômica das mulheres da sua comunidade rural (*“A gente tá vendo agora junto ao curso, um projeto de extensão pra minha comunidade, voltada pras mulheres...Porque as mulheres querem muito alguma coisa pra elas se movimentar.”*). Em *“A gente tá vendo agora junto ao curso...”*), está explícita a inclusão do AF9 *“a gente”*, no processo *“tá vendo”*, usado no gerúndio, indicando uma ação em articulação e diálogo com o *Campus*. Neste discurso, observa-se que o curso é representado como um ator social constituído por inclusão e ativação, inserido como importante instrumento de desenvolvimento para a elaboração e execução de projeto de extensão para assentamentos. Sobre a inclusão e ativação do curso, como um ator social, há implicação de atribuição da agência com habilidade humana de realizar a ação.

O discurso do AF9 revela o desejo de transformação social na vida das mulheres agricultoras rurais, é um discurso de engajamento e responsabilidade social que visa à inserção dessas atrizes sociais que ainda são vistas com indiferença perante o gênero social masculino, que, muitas vezes, impedem-nas de terem sua autonomia financeira e sua formação técnico-profissionalizante. As escolhas lexicais do AF9 fazem, de certa maneira, um apelo para que a instituição volte o seu olhar para esta população e desenvolva projetos de extensão universitário dentro desses espaços rurais que apresentam condições naturais para o melhoramento e beneficiamento de alimentos, como especificado pelo AF9 (*“...um projeto de extensão pra minha comunidade, voltado pras mulheres... Porque as mulheres querem muito alguma coisa pra elas se movimentar”*).

Ademais, essas ações fomentariam a ruptura do pensamento colonial da monocultura nessa região e construiriam novos discursos, visto que as pessoas podem aprender novos discursos e usá-los por certas razões (Fairclough, 2003), podendo moldar e remoldar o que elas (re)produzem. Essa mudança discursiva e social, na vida das mulheres da sua comunidade, pode se concretizar, conforme o pensamento do AF9 com a inserção desses projetos, pois as mulheres vislumbram outras realidades, como emite o AF9 (*“...as mulheres querem muito alguma coisa pra elas se movimentar”*), podendo, assim, conceder-lhes novas experiências de empoderamento, de conhecimento e de mobilização para atuarem como agentes sociais engajadas, respeitadas e partícipes das questões político-sociais do seu território.

O excerto apresentado, a seguir, traz a fala do AF10, que também emite a sua percepção, pensamento e anseio por uma maior interação entre o *Campus* e o campo rural, como veremos abaixo:

-AF10: “*Antes tinha maior contribuição e hoje a gente até tem duas estudantes de lá fazendo o curso de Agroecologia, a gente pensava assim que agora com aluno daqui lá no curso, ia ter mais a presença do IFPE aqui. Tenho conversado com alguns professores, inclusive com o gestor, mas tenho fé em Deus que a gente vai retomar essas coisas, pra ajudar, né, eu penso muito nas famílias do assentamento, eu não tenho ganância, pra mim, é trabalhar em equipe. O IFPE é uma instituição, é uma riqueza pro município, lá tem todos os maquinários, toda a equipe, professor e, a gente fica aqui sem um apoio. É preciso ter uma ligação maior do IFPE com campo rural.*”

Nesse excerto, há um discurso carregado de expectativas de ações que o *Campus* pode trazer para contribuir com o desenvolvimento do assentamento do AF10, pois, conforme a fala desse agricultor, no contexto atual, não há esta contribuição. Isso está explicitamente posto em (“*Antes tinha maior contribuição...*”), este texto expõe que o *Campus* já teve atuação mais desejável do que atualmente. O curso não tem mantido uma relação de proximidade com a comunidade, isso está evidenciado nos recursos linguísticos “*hoje*”, “*ia ter mais a presença...*”, utilizados pelo falante que traz uma carga semântica bastante significativa para entender o contexto de situação e o contexto de fala do enunciador (Halliday, 2014), que revela um propósito social, como analisamos em (“...hoje a gente até tem duas estudantes daqui fazendo o curso de Agroecologia, a gente pensava...que ia ter mais a presença do IFPE aqui.”).

O agricultor revela que a ausência do *Campus*, no seu território, parece uma contradição, visto que, em dado momento em que há estudante deste assentamento fazendo o CST em Agroecologia, o *Campus* não tem estado presente, contribuindo com projetos de extensão, como fez outrora expressa. Essa interpretação advém de termos circunstanciais de tempo e lugar “*antes*”, “*agora*”, “*daqui*”, “*lá*”, elementos linguísticos que expressam movimento entre as diferentes temporalidades que se relacionam com a alteração do espaço-temporal (Fairclough, 2003), como está expresso nos processos “*tinha*”, “*tem*”, “*fazendo*”, “*ia ter*”, respectivamente, no pretérito, no presente, no gerúndio e no futuro do pretérito. O tempo verbal desses processos expressa uma expectativa entre passado e presente, ao exprimir o desejo da atuação do *Campus* na comunidade. Desse modo, o anseio por mudanças sociais continua sendo uma luta constante dessa comunidade.

AF10 inclui a voz dele à voz da comunidade como agentes sociais ativos (“...a gente pensava...”), dando a entender que toda a comunidade vislumbra uma melhor atuação do

Campus, principalmente, neste momento em que há representação do seu assentamento dentro do curso. No entanto, o processo mental “**pensava**”, que traduz percepções das experiências vividas, revela, nesse discurso, que a expectativa do enunciador não se validou. O AF10 construiu discursivamente uma representação da ação do *Campus* de como este agiria diante de uma nova circunstância, essa construção discursiva nos remete ao pensamento de Fairclough (2003), que aclara que discursos incluem representações de como as coisas são e de como as coisas poderiam ou deveriam ser.

Percebemos, ainda no discurso do AF10, um posicionamento crítico e contestador de um agente social que luta com resistência em busca da transformação social do seu território, mesmo frente às adversidades; nesses termos, corroboramos com Fairclough (1995, p. 36), ao argumentar que criticar é “tornar visível a interligação das coisas”, assumindo uma posição política e contestadora. As escolhas léxico-gramaticais, no trecho a seguir, representam a postura ativa do AF10 (“...*tenho conversado com alguns professores, inclusive com o gestor, mas tenho fé em Deus que a gente vai retomar essas coisas, eu penso muito nas famílias do assentamento...*”). Este discurso nos permite analisar a representação social e identitária do AF10, seu modo de ser, agir e representar fica evidente no discurso, revelando ser um agente articulador que age em prol da coletividade, “**tenho conversado**”, isso mostra que ele mantém o diálogo com o *Campus*. É importante destacar a ênfase que o AF10 dá ao gestor, usando o advérbio “**inclusive**”, expressando a ideia de que o gestor, como representação máxima da instituição, está investido de poder, nesse contexto particular, de gerir o *Campus* e, provavelmente, tem mais probabilidade de responder com mais autonomia e eficiência às reivindicações advindas da comunidade.

O AF10 demonstra resistência em se manter lutando por uma causa que ele considera justa e necessária para a sua comunidade, ele não espera alcançar apenas, por meio do discurso sociopolítico, mas acredita em uma força espiritual, trazendo, em sua fala, o interdiscurso religioso pelas escolhas lexicais e semânticas, (“... **mas tenho fé em Deus que a gente vai retomar...**”), para marcar a sua crença na mudança que poderá acontecer no seu assentamento. Ele demonstra forte engajamento, comprometimento com os agentes sociais do assentamento em que está inserido, seu pensamento de mudança social está voltado para bem comum da comunidade (“... **eu penso muito nas famílias do assentamento...**”).

Essa postura é condizente com o paradigma da Agroecologia como prática social, que propõe uma relação harmoniosa entre os seres, o bem-viver, como defende Acosta (2016), é preciso viver uma ética de suficiência para todos os indivíduos do grupo e não apenas para o

indivíduo, lutando pela garantia da participação efetiva das múltiplas populações, especialmente as minorizadas, uma luta fundamentada sobre os princípios da solidariedade. Essa reflexão nos remete ao pensamento de Giddens (1991), ao defender que a luta por equidade deve levar em consideração a política da vida, pois, conforme o autor, a solidariedade, para com as aflições dos oprimidos, é integral a todas as formas de política emancipatória, no entanto, alcançar as metas depende da ação interventiva dos privilegiados.

O AF10 reconhece e identifica o potencial do IFPE para desenvolver atividades práticas em prol das comunidades em seu entorno, como expresso em (*“o IFPE é uma instituição, é uma riqueza pro município, lá tem todos os maquinários, toda a equipe, professor e, a gente fica aqui sem um apoio. É preciso ter uma ligação maior do IFPE com campo rural”*). Na concepção do AF10, apesar de o *Campus* ter todos esses recursos, eles estão distantes do acesso da população dos assentamentos rurais. Essa fala tem uma forte carga semântica, pois, a partir dessas escolhas léxico-gramatical, identificamos pontos de maior e menor relevância entre os espaços geográficos *“lá”* e *“aqui”*, (*“lá tem todos os maquinários, toda a equipe, professor e, a gente fica **aqui sem um apoio.**”*). Fica implícito, também, um tom de apelo para que a instituição retome os projetos de extensão nesta comunidade, visto que o CST em Agroecologia deve ter um olhar mais específico para os agricultores familiares. Neste sentido, Altieri (2004) aclara que o cerne da Agroecologia deve estar nos agricultores com poucos recursos, isto é, naqueles que têm o menor acesso aos insumos tecnológicos e poucas relações com o mercado.

Finalizando este bloco de fala dos agricultores familiares em relação à percepção da contribuição e do comprometimento do CST em Agroecologia para com os assentamentos rurais, trazemos a voz do AF11 que, por meio da categoria avaliação, declara explicitamente a positivamente do trabalho do agroecólogo em seu assentamento, conforme expresso no excerto (*“Tem contribuído bastante, porque a agroecóloga durante esse tempo que passou aqui tirou bastante dúvida, coisas que a gente não conhecia, porque a gente pensava que nesse lugar a gente só podia plantar uma coisa, e agora sei que eu posso plantar várias coisas num só espaço.”*). Há, neste trecho, elementos sociolinguísticos que nos permitem desvelar discurso que tende a constituir uma ideologia reprodutiva na mente dos agentes sociais deste território. Discurso construído por práticas colonizadoras ideológicas que, como abordamos no capítulo II desta Tese, impunham o modo de produzir de acordo com o tipo de comercialização requerida pelos monocultores (Holanda, 1995).

Neste território, *locus* da nossa pesquisa, há resquícios de práticas que insistem em ocultar, filtrar e impedir outras formas dos agentes sociais entenderem, produzirem, construir

a realidade a partir de novos saberes e ressignificarem as práticas sociais. As ideologias, conforme Fairclough (2003, p. 218), “investem discursos em todas as suas dimensões, sendo os processos ideológicos representações de aspectos do mundo que podem ser apresentados para estabelecer e manter relações de poder, de dominação e de exploração”. Na fala do AF11, é possível perceber essas questões a partir do momento em que ele avalia como positiva a contribuição das atividades desenvolvidas pela agroecóloga, justificando que essas outras práticas foram significativas por descobrir que há novas possibilidades de plantar, de produzir culturas diversificadas no mesmo espaço geográfico. As escolhas léxico-gramaticais do AF11 são bastante significativas para entender a mudança discursiva deste agricultor, pois estes elementos traduzem um despertar, uma descoberta, ou ainda ousamos dizer, emancipação das relações de poder que vêm controlando ou influenciando o modelo de produção agrícola na região.

O processo mental “*pensava*”, precedido do termo “*a gente*” e acrescido do advérbio circunstancial “*nesse lugar*”, (“... *a gente pensava que nesse lugar...*”) permite-nos inferir que o agricultor e a sua comunidade desenvolviam(desenvolvem) prática agrícola condicionada por uma ideologia que foi implantada nesse território. Essa interpretação também encontra eco em (“... *a gente só podia plantar uma coisa...*”), o advérbio “*só*” reforça a ideia de que essa população desenvolve práticas agrícolas de modo restrito, não por querer, por pensamento próprio, mas por causa de um modelo convencional que lhe foi imposto.

Podemos ainda inferir que quando o AF11 diz “*a gente pensava*”, o processo “*pensar*” não indica ação ativa no contexto de fala em que o AF11 está inserido, pois, até então, conforme ele traduz, não tinha ocorrido mudança, inovação nas práticas agrícolas da comunidade, os agricultores continuavam na posição de atores passivos, seguindo uma crença difundida por interesse do empresariado rural. Desse modo, pressupomos que a mudança foi possível com a intervenção da assistência técnica da agroecóloga, houve uma relação ensino-aprendizagem transformacional, isso pode ser identificado em: (“...*agora sei que eu posso plantar várias coisas num só espaço.*”). O elemento linguístico “*agora*” marca uma delimitação temporal no discurso do agricultor, assinala interações que levaram a novos estilos entre a sua prática social anterior ao acesso às novas metodologias aplicadas no assentamento que foram transformacionais. O AF11 modificou o seu modo de plantar, sua relação com a terra e ampliou o seu universo com novos saberes que lhe proporcionou explorar o seu lote de terra com mais autonomia e conhecimento.

Essa transformação também está explícita na escolha do processo mental cognitivo “*sei*”, da ordem de conhecer, que revela consciência de saber como algo deve ser executado, o AF11 materializa, em seu discurso, novo entendimento no direcionamento dado às práticas agrícolas. Assim, inferimos, portanto, que a prática discursiva da agroecóloga contribuiu para a constituição de uma nova identidade, um novo agente social que passa a agir de modo agentivo dentro dos novos tempos-espacos. Isso reafirma o que pressupõe a abordagem ACD, que aduz que as práticas discursivas devem ultrapassar os limites da formação técnica, visto que um dos aspectos mais importantes no processo de formação são as interações, ações que possibilitem criticidade e contestação para transformar estruturas dominantes. Nesse sentido, Fairclough (2003) aclara que o processo de “mudança do sujeito” pode ser por meio da inculcação de novos discursos, que tanto podem ser assimilados e postos em prática por algum motivo, ou podem se manter distante deles, no caso do AF11, houve uma assimilação positiva do novo discurso, entendendo a existência de novas possibilidades para ressignificar a sua atual realidade, enquanto agricultor familiar.

Os discursos dos agricultores familiares apontam que o trabalho desenvolvido pelo *Campus* tem contribuído parcialmente com os seus assentamentos e com a mudança de pensamento e das práticas de produção agrícola, isso está mais visível nas falas do AF1, AF2, AF6, AF7 e AF8. Alguns desses atores sociais conseguem traduzir transformação na forma de ser e de agir, a partir do contato direto com projetos de extensão e assistência técnica advindos de egressos do CST em Agroecologia. Em se tratando de um curso voltado para a formação do agricultor familiar, o *Campus* deve mediar ações que visem ao bem-viver, nos termos trazidos por Acosta (2016), envolvendo todos os atores sociais nas práticas discursivas do curso, tais quais: projeto de extensão, visitas, oficinas, entre outros, visando, assim, transformações socioeconômicas, culturais e ambientais, conforme as dimensões da Agroecologia.

Convém, portanto, mencionar Fairclough ([1992], 2016), ao argumentar que, para se viver nesse universo tão complexo, os agentes sociais precisam mais que simplesmente serem levados, carecem de recursos para examinar sua posição na sociedade e esses recursos incluem, como se observa nessa Tese, a necessidade de uma consciência crítica de linguagem, debates emancipatórios e contra-hegemônicos para que os atores sociais reconheçam, de forma orgânica, a sua existência, suas forças e capacidades de reagir e ressignificar suas práticas sociais contra as opressões sociais de práticas colonizadoras que se mantêm neste território.

Quadro 29 – Síntese da análise do bloco temático 2.

Contribuição do CST para os assentamentos rurais da Mata Sul-PE			
Docentes	ONG Centro Sabiá	Egressos	Agricultores não egressos
Argumentam que o curso vem contribuindo para a transformação social deste território, mas há algumas limitações , devido a uma série de questões internas e externas que impedem um melhor desempenho e integração do curso com as comunidades rurais . Necessita de ações conjuntas da Universidade com a comunidade externa, e de maior apoio da instância máxima - a Reitoria para dar maior visibilidade ao curso e motivar os estudantes para o empreendedorismo .	Posiciona-se criticamente ao atual modelo curricular . Aponta que ele não consegue atender às particularidades dos atores sociais dos assentamentos rurais . Não atrai os jovens do campo. Falta política assistencial para garantir o ingresso e permanência dos agentes oriundos dos assentamentos rurais .	Entendem que o curso contribui para ascensão social e para superar as assimetrias de gênero . Mas há muitas fragilidades para melhor atuação dentre elas: Ausência de movimentos e líderes sociais no curso; falta de divulgação do curso nas comunidades rurais ; restringe-se à sala de aula; é preciso levar aos assentamentos novas tecnologia ; ampliar parcerias para abrir portas para os egressos .	Compreendem que o curso vem contribuindo com práticas de manejo e cultivo , disseminadas pelos egressos na assessoria técnica , mas a contribuição ainda é muito escassa . Os agricultores alegam que o IFPE, atualmente, vem contribuindo minimamente nos assentamentos . Apontam que não conseguem, em sua maioria, visualizar a contribuição do curso nas comunidades . Os discursos trazem muitas expectativas na esperança de o curso desenvolver futuros projetos para o desenvolvimento dos assentamentos .

Os discursos nos revelam que o modo de concepção dos colaboradores da pesquisa, acerca da temática *contribuição do curso*, são, por vezes, dissidentes. Os docentes concebem, inicialmente, como um instrumento de transformação social, ao mesmo tempo em que reconhecem a necessidade de incentivar os discentes para empreendedorismo e envidar maior engajamento com as comunidades. A ONG traz um olhar mais voltado para a organização político-pedagógica, identificando as causas que levam o curso a não contribuir com o desenvolvimento dos assentamentos. Já os egressos entendem que o curso conseguiu/consegue transformar condições sociais de vida, mas são bem enfáticos ao apontarem a ausência do *Campus* no campo rural e a sua limitação voltada à sala de aula. Quanto à concepção dos agricultores familiares não egressos, é bastante recorrente, em seus discursos, o argumento de que o curso tem sido bastante ausente nos assentamentos.

7.3 Análise discursiva das identidades dos egressos a partir de suas vozes e das vozes dos docentes

*“...sou uma mulher negra que conseguiu estudar, crescer,
Nada foi fácil, eu passei um ano em barraca de lona...
Mas eu não mudaria nada.” (Egressa)*

A categoria analítica que agora trataremos - *identidades pessoais e sociais* visa identificar os efeitos da formação educacional do CST em Agroecologia na (re)construção das identidades sociais dos egressos, a partir da formação profissional, revelada pela voz dos egressos e dos docentes. Ressaltamos que utilizamos o termo “voz”, nos moldes de Fairclough (2003), compreendida com modo/estilos, significando os modos de ser/identidades.

Ao agirmos discursivamente, construímos representações acerca de aspectos do mundo, das outras pessoas, e de nós mesmos, ao mesmo tempo em que estamos nos constituindo como sujeitos, construindo nossas identidades (Fairclough, 2001, 2003). Neste bloco, a nossa análise deu ênfase ao modo como os egressos se veem identitariamente, por meio do discurso, e como os docentes os veem enquanto atores sociais, partícipes de uma prática social específica.

Desse modo, analisamos, por meio das escolhas léxico-gramaticais, de que forma as representações que circulam no mundo social sobre aspectos socioeconômico, histórico, cultural ambiental do território da Mata Sul-PE interferem ou influenciam o modo como os egressos se identificam e como os docentes identificam-nos no processo da formação profissional. Para isso, partimos do seguinte questionamento para os egressos: *Como você se identifica enquanto profissional da Agroecologia na Mata Sul-PE?* E para os docentes: *Como você descreve o estudante do CST em Agroecologia, principalmente os provenientes de comunidades rurais?*

Dedicamo-nos, assim, ao segundo objetivo específico: **analisar como as escolhas lexicais, mobilizadas no discurso dos egressos e dos docentes, revelam as representações sociais e identitárias dos egressos a partir da formação profissional em Agroecologia.**

Neste bloco, tomamos como base o significado identificacional (Fairclough, 2003), que está relacionada à metafunção interpessoal da linguagem (Halliday, 2004, 2014). Para a análise textual das construções discursivas de identificação, Fairclough (2003) elucida que se deve se ater a traços linguísticos que permitem localizar determinados estilos, dentre eles: advérbios de intensidade, vocabulário que carregam mensagens sobre identidades sociais particulares, processos e avaliação - categorias que contribuem para compreendermos como as pessoas (des)constroem discursivamente identidades sociais.

Quadro 30 - Construção identitária dos egressos

E1	<i>“Sou filha de assentados da reforma agrária, sou uma mulher negra que conseguiu estudar, crescer, e realizar um monte de sonhos que eu queria. Sou a primeira Tecnóloga em Agroecologia de Pernambuco a tirar o CREA, sou profissional das ciências agrárias, quero cuidar da terra, produzir[...] sou apaixonada pela Agroecologia... tudo o que eu conquistei profissionalmente foi por meio dela. Eu tenho muito orgulho da mulher e da profissional que me tornei. Nada foi fácil, eu passei um ano em barraca de lona para conseguir a construção da casa, mesmo depois que consegui a terra. Mas eu não mudaria nada.”</i>
E2	<i>“Primeiramente eu sou a imagem e semelhança do Senhor (gargalhada de satisfação), tenho herança de pais agricultor; é uma coisa que eu me identifico, gosto de fazer, me sinto realizada... As pessoas me reconhecem assim com o que eu faço, como uma referência em Agroecologia, né, mas eu não me acho muito isso, tem muita gente boa por aí, mas eu gosto... de ser um diferencial e tudo o que eu aprendi eu gosto de repassar; eu gosto de fazer com que as pessoas enxergue que isso pode ser uma forma de vida e você pode mudar.”</i>
E3	<i>“Sou um agroecólogo, mestre, um articulador para quebrar certos paradigmas.”</i>
E4	<i>“Sou neta e filha de agricultores, agroecóloga com uma mente aberta para os problemas socioambientais.”</i>
E5	<i>“Sou um profissional da educação que saiu de cortador de cana pra ingressar no mercado formal de trabalho, saí de um patamar social para outro após a conclusão do curso Superior de Tecnologia em Agroecologia.”</i>
E6	<i>“Eu ainda quero me sentir muito emponderada na área de Agroecologia, porque ainda sou iniciante nesse novo campo, mas é uma coisa que eu acho maravilhosa.”</i>
E7	<i>“A gente não pode esquecer as nossas raízes, sempre me apresento como agricultor, sou técnico agrícola, sou formado em Agroecologia, quando falo dessas minhas formações, já me veem com outros olhos, veem como pessoa que realmente entende do contexto, daquilo que é a terra, do que é agricultura familiar. Sou assistente técnico em agricultura familiar... me vejo como defensor das causas da agricultura familiar, luto para que os governantes tenham um olhar para o desenvolvimento da agricultura...”</i>
E8	<i>“Eu sou filha de agricultores, moro dentro de uma parcela, só que digamos assim, se fôssemos melhores representados lá, tivesse associação que realmente funcionasse, que eu pudesse expor o que eu sei, que eu pudesse contribuir de alguma forma, eu me sentiria mais acolhida...”</i>
E9	<i>“Sou de base familiar de agricultores rurais, uma jovem forte, tenho minha mãe como a maior motivação, ela foi a essência de eu ter entrado e ter concluído porque na família não tinha ninguém que tinha concluído um curso superior.”</i>
E10	<i>“Sou agroecóloga, estudei no IFPE-Campus Barreiros, sou quilombola, filha de agricultores [...]. Tenho uma família que me ensinou a viver na terra, a cuidar dela e ter uma qualidade de vida melhor, a se autossustentar. A partir do momento que eu recebi o meu diploma de Agroecóloga, eu me sinto uma doutora (com um grande sorriso) na Agroecologia. Eu sou empoderada na Agroecologia”.</i>

7.3.1 Análise das construções identitárias a partir dos discursos dos egressos

Pelas construções discursivas dos egressos, verificamos que a constituição identitária deles se dá na sobreposição da realidade social, histórica e cultural, nas quais elas foram constituídas em suas práticas sociais, uma vez que as identidades se constituem nas relações sociais mediadas pela linguagem como parte das práticas sociais. Conforme veremos nas sequências discursivas abaixo:

- E1: *“Sou filha de assentados da reforma agrária, sou uma mulher negra [...]Sou a primeira Tecnóloga em Agroecologia de Pernambuco a tirar o CREA, sou profissional das ciências agrárias... Sou apaixonada pela Agroecologia... tudo o que eu conquistei profissionalmente foi por meio dela. [...] Nada foi fácil, eu passei um ano em barraca de lona para conseguir a construção da casa, mesmo depois que consegui a terra. Mas eu não mudaria nada.”*

O discurso da E1, materializado no presente temporal, é formulado com base no processo relacional “*sou*” repetidas vezes, apresenta a egressa como protagonista da sua própria história, mas sem se distanciar das suas raízes, do seu contexto sociocultural. Esse é o primeiro elemento identificador que ela traz em sua fala para defini-la (*“Sou filha de assentados da reforma agrária...”*). Há, nesse trecho, recursos linguísticos que apontam sentimentos de pertença, indicam sua relação com as raízes identitárias. Entendemos, pois, que as identidades estão sempre relacionadas aos contextos, que são diversos, e a formação das identidades formadas a partir desses contextos poderão contribuir para (re)construir novas identidades e objetivos de vida. Nesse sentido, retomamos Hall (2000, p. 112), para quem “as identidades são pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós.”

Percebemos, ao longo da fala da E1, que estes elementos identificadores iniciais, a partir do processo relacional “*sou*” e do atributo “*filha de assentados da reforma agrária*”, são introdutórios para desencadear quais são seus ideais e para revelar as mudanças que vêm ocorrendo em sua trajetória de vida ao longo dos anos. Podemos observar, no trecho a seguir, que as escolhas léxico-gramaticais, como elucida Halliday (1994), utilizadas por um usuário da língua carregam traços de suas próprias identidades, que podem estar perceptíveis ou não na superfície textual, dada a sua necessidade de representar a si próprio ou ao “outro”. Nesse caso, as escolhas linguísticas feitas pela egressa representam a si mesma. Como podemos observar em: *“sou uma mulher negra que conseguiu estudar, crescer, e realizar um monte de sonhos... Sou a primeira Tecnóloga em Agroecologia de Pernambuco a tirar o CREA (bem enfática), sou*

profissional das ciências agrárias, quero cuidar da terra, produzir... Sou apaixonada pela Agroecologia... tudo o que eu conquistei profissionalmente foi por meio dela. Eu tenho muito orgulho da mulher e da profissional que me tornei.”

Os atributos utilizados por ela são representações identitárias construídas para afirmar com muita altivez quem ela é e como se sente diante de uma sociedade que ainda segrega o ser humano por cor, raça e classe social. Esses atributos emergem linguisticamente por meio de gradação que revelam as conquistas do ator social frente essas adversidades. Pelo uso dos pronomes pessoais “*eu*”, “*me*”, ela revela postura de agência diante de sua vida, de suas lutas, “*...eu conquistei*”, “*...me tornei*”, reconhece que isso advém de um processo gradativo.

A egressa, na posição de mulher, negra, assentada da reforma agrária consegue fazer um curso superior e se destacar como a primeira tecnóloga em Agroecologia do estado a tirar a Certidão Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), revela resiliência, determinação e superação. Ela se posiciona, discursivamente, como sujeito de sua própria história e demonstra ter conhecimento crítico-social das limitações que são impostas neste território e que podem ser rompidos. No trecho (“... *sou profissional das ciências agrárias, quero cuidar da terra, produzir...*”), ao se identificar como profissional da área agrária, ela não se assume só como uma agroecóloga, permite-nos inferir que a egressa se identifica como um ser social agente que, conhecendo a realidade do seu contexto socioterritorial, quer lutar para mudar o atual cenário.

Desse modo, a egressa faz alusão à terra como recurso inerente à sua identidade e emite implicitamente crítica à falta de cuidado com a terra no contexto social da monocultura, expressa o desejo de preservar a terra que tem sido exaurida, degradada, com o uso da monocultura, com o excesso de agrotóxicos, de desmatamento, carecendo, assim, de técnicas, de novas culturas agrícolas que a regenere. A egressa, ao revelar seu desejo de produzir e de zelo pela terra, está demonstrando o seu engajamento e responsabilidade, dimensões estas que são trazidas pela Agroecologia, como a ética com a nossa casa comum e o nosso comprometimento com o socioambiental.

Nesse sentido, Fairclough (2003) afirma que as pessoas se identificam como cidadãos na sociedade contemporânea, segundo o nível de envolvimento com questões de ordem social materializado no discurso. Assim, evidenciamos, em seu discurso, marcas de identidades social, pessoal, profissional, constituídas no imbricamento do que El acredita ser e representar para a sociedade, esta que, por vezes, impõe, classifica e identifica os atores sociais, conforme os seus interesses. Vale ressaltar que identidades se constroem continuamente, ao longo do processo

formativo do ser humano, das suas crenças e das suas lutas. Ao construir uma identidade, o agente social define quem ele é, quais suas crenças, valores e quais os objetivos que ele quer alcançar, evidenciamos estes aspectos na fala da egressa. Ainda vale destacar a fala da E1 materializada no último período (“... *eu passei um ano em barraca de lona para conseguir a construção da casa, mesmo depois que consegui a terra...*”). Esse discurso nos faz pensar que, no Brasil, para se conquistar um direito que já é garantido por lei, o ator social precisa se humilhar, é necessário passar um longo tempo por situações degradantes de sobrevivência e de risco.

Apesar de E1 identificar que esse foi um período difícil, ela reforça a sua resistência na luta, ao introduzir o último período do enunciado, com a conjunção adversativa “*mas*”, seguida pelo processo material “*mudaria*” e do advérbio de negação “*nada*”. Nesse caso, o ponto alto é a associação estratégica entre protesto de um Movimento Social, conhecido nacionalmente pela capacidade de luta por reforma agrária (MST) com o Estado. Nessa esteira discursiva, a egressa revela que não há arrependimento desta ação, isso é a marca da resistência e resiliência que há nos movimentos sociais para romper com a hegemonia de grupos dominantes e criar outras possibilidades de lutas contra-hegemônicas, pois, como aclara Fairclough ([1992], 2016), uma rearticulação discursiva pode materializar um novo projeto hegemônico para a construção de uma nova agenda sociopolítica.

No excerto a seguir, veremos como outra egressa – a E2 - externaliza suas identidades a partir de suas experiências, lutas e da formação acadêmica.

-E2: “Primeiramente, eu sou a imagem e semelhança do Senhor. Eu sou filha de agricultor. Quando meus pais se separaram, eu fui empurrada para morar com minha mãe, meu pai dizia que mulher tem que ficar com a mãe...perdi todo vínculo com o sítio, mas anos depois, eu tive essa oportunidade de chegar aqui no assentamento. A agroecologia é uma coisa que eu me identifico, gosto de fazer, me sinto realizada... As pessoas me reconhecem assim... como uma referência em Agroecologia, né, mas eu não me acho muito isso, tem muita gente boa por aí. Eu gosto... de ser um diferencial, tudo o que eu aprendi eu gosto de repassar, eu gosto de fazer com que as pessoas enxergue que a Agroecologia pode ser uma forma de vida.”

O discurso da egressa revela a presença de outros discursos, ao emitir suas representações sobre a sua identidade. A E2 aciona diferentes discursos, recorrendo à categoria da interdiscursividade (Fairclough, 2003), na qual se encontram várias articulações, ordens de discursos diversos em um mesmo texto, demonstrando como ela se representa e representa outros agentes que foram base para a constituição da sua identidade, por meio de aspectos ideológicos, discursivos e identitários. Inicialmente, a egressa aciona o discurso religioso, revelando a sua

identidade religiosa como cristã, enfatizando que a sua identidade primeira é ser imagem e semelhança de Deus (*“Primeiramente, eu sou a imagem e semelhança do Senhor”*), *nesse trecho, há também a intertextualidade* manifestada (Fairclough, 2003), consiste na presença de elementos de outros textos, outras vozes, no caso desse texto da egressa, ela traz termos bíblicos, livro do Gênesis.

Além do discurso religioso, a egressa aciona o discurso patriarcal, ao fazer uma narrativa da sua vida, de histórias que aconteceram ainda quando criança para chegar às configurações identitárias em que se encontra hoje, no desempenho das atividades agroecológicas. A marca do discurso patriarcal, do machismo está pressuposto em (*“Quando meus pais se separaram, eu fui empurrada para morar com minha mãe, meu pai dizia que mulher tem que ficar com a mãe...”*). O uso da modalidade deôntica *“tem que”* indica posturas de obrigação, comprometimento, atitudes e julgamentos (Fairclough, 2003). No caso da fala da egressa, a modalidade deôntica revela forte obrigação imposta pelo discurso patriarcal, indica o autoritarismo de quem está com o poder de ordenar os agentes a ele subordinados.

Nesses termos, trazemos o pensamento de hooks (2004), ao argumentar que o patriarcado é um sistema político-social que insiste na ideologia da superioridade e dominância dos “homens” sobre tudo e todos que são considerados inferiores e frágeis, especialmente às mulheres, dando-lhes o direito de dominar estes “fracos” e mantê-lo sob o domínio por meio de várias formas de violência e terrorismo psicológico. Assim, a (re)construção das identidades, sejam elas pessoal, profissional ou social, está sempre vinculada a outros discursos, isto é, o processo de identificação envolve efeitos constitutivos do discurso, ele deve ser visto como um processo dialético no qual discursos são inculcados em identidades (Fairclough, 2003).

A E2 revela suas identificações pelas vivências e experiências na zona rural, no trabalho, na família, suas constituições de gênero social, bem como desvela suas representações sobre o curso e suas implicações discursivas e identitárias. A E2 traz, também, em seu discurso, um traço identitário de um agente humilde que reconhece as habilidades e competências de outros agentes sociais, pois, apesar de outras pessoas identificarem-na como uma agroecóloga de referência, ela não se considera assim (*“As pessoas me reconhecem assim... como uma referência em Agroecologia, “mas eu não me acho muito isso, tem muita gente boa por aí...”*).

A construção das identidades é resultante de uma relação dialética, como observamos neste excerto, há um eu que se vê e se reconhece por suas atividades exercidas e por sua personalidade e há outro(s) agente(s) que constrói(em) uma identidade acerca do que pensa do outro agente. Isso nos reafirma que as identidades são relacionais, isto é, quem uma pessoa é

constitui uma questão de como uma pessoa se relaciona com o mundo e com outras pessoas, ou seja, as identidades são relacionais, construídas nas práticas sociais na interação, e são influenciadas pelos discursos, na sua relação dialética (Fairclough, 2003).

A E2 expressa a sua identidade dando ênfase à satisfação em desenvolver as suas atividades com base no que aprendeu a partir da Agroecologia, de ser multiplicadora desse aprendizado. Essa identidade tanto é pessoal quanto profissional, como podemos observar em: (*“Eu gosto... de ser um diferencial, tudo o que eu aprendi eu gosto de repassar, eu gosto de fazer com que as pessoas enxergue que a Agroecologia pode ser uma forma de vida.”*). Isso é evidenciado com o uso do processo mental **“gosto”**, acompanhado do processo material **“repassar”** e **“fazer”**. Assim, a identidade de E2 é construída a partir da sua prática social, das suas experiências profissionais e impressões pessoais.

Na sequência, analisamos como o E3 se autorrepresenta a partir da sua formação profissional, percebemos que ele se identifica como agente social, demonstra ter consciência do papel social de um agroecólogo (*“Sou um agroecólogo, sou mestre, sou um articulador para quebrar certos paradigmas.”*). Assume a identidade discursiva de agência pelo uso linguístico do pronome pessoal em primeira pessoa, sinalizando o que ele faz, visto que as pessoas se identificam conforme o que elas fazem (Fairclough, 2003). O E3 foca, especificamente, na sua identidade profissional, no agente que ele se tornou após a formação acadêmica. O E3 demonstra compreender que essa formação lhes dá condições de lutar pela ruptura de paradigmas que interferem ou causam prejuízo ao desenvolvimento socioambiental. Com isso, ele revela que o agroecólogo é um agente que assume propósitos sociais visando à mudança.

No próximo excerto, é possível observar que a E4, a partir das suas escolhas lexicais, define a sua identidade desde as raízes familiares e culturais até o momento atual (*“Sou neta e filha de agricultores; sou agroecóloga com uma mente aberta para os problemas socioambientais.”*). Nesse processo de identificação, a marca da diferenciação da egressa está ligada a *“ser”* e *“não ser”*, é uma questão dialética discursiva no sentido de que outras profissionais não são tão comprometidas com as questões socioambientais como a Agroecologia.

A E4 se identifica como um agente ativo pertencente a uma categoria profissional engajada com questão ambiental, quando diz (*“...com uma mente aberta para os problemas socioambientais”*). Ela faz uso da expressão vocabular **“mente aberta”**, sinalizando diferença entre demais identificações profissionais, julga a capacidade de envolvimento de outras

categorias na questão ambiental. Isso nos remete a Hall (2006), para quem as identidades são caracterizadas pela diferença, são permeadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes identidades.

Em sequência, trazemos o discurso do E5: “*Sou um profissional da educação que saiu de cortador de cana-de-açúcar pra ingressar no mercado formal de trabalho, saí de um patamar social para outro, após a conclusão do CST em Agroecologia.*” O discurso do E5 revela a sua identidade a partir de dois polos extremos: **de cortador de cana**, trabalho informal, onde, por vezes, o trabalhador tem seus direitos negligenciados, para **profissional da educação** (“*Sou um profissional da educação que saiu de cortador de cana pra ingressar no mercado formal de trabalho*”). Por meio das escolhas léxico-gramaticais, o egresso revela dois momentos distintos para expressar sua identidade, um tempo anterior ao curso e o tempo posterior, como divisores para a construção de uma nova identidade.

Os processos materiais “*saiu*”, “*ingressar*” sinalizam a ordem do “*fazer*” de um determinado tempo e o estabelecimento de um novo tempo, a ruptura com ação passada e uma (re)construção do “eu”, marcado pelo tempo atual da enunciação do egresso, indicando processo de identificação. A esse respeito, Hall (2006) pontua que as identidades não são circunscritas, não são estáveis, mas são dinâmicas, constroem-se e reconstroem-se constantemente, nos processos sócio-históricos e culturais.

O E5 revela que houve uma significativa mudança de vida, afirma que, após a conclusão do curso, sua vida foi modificada, ficando subentendido que, antes do curso, ele tinha outras representações e identificações, outros modos de agir e de ser. As suas escolhas semântico-discursivas foram motivadas por aspectos do contexto situacional e pelo contexto de cultura (Halliday e Matthiessen, 2014), vivenciados antes e depois do curso (“... *saí de um patamar social para outro...*”).

O E5 reconhece as possibilidades da formação profissional para a mudança social e para a construção de uma nova identidade. Nesse sentido, a identidade pode ser compreendida como modo que o agente social entende sua relação com o mundo, como essa relação é estruturada no tempo e no espaço. No discurso de E5, percebemos que a sua atual identidade é resultante de luta contra uma estrutura social que, de certa forma, oprime e naturaliza identidade social, posicionando-o e categorizando-o involuntariamente. A esse respeito, Fairclough (2003), fundamentado em Archer (2000), argumenta que pessoas são posicionadas involuntariamente como agentes primários por causa do que são ao nascer, sobre o que inicialmente não têm escolha – camponês ou nobre, classe operária ou classe média, macho ou fêmea. Entretanto,

como defendem estes teóricos, na sociedade contemporânea, os agentes sociais têm a possibilidade de transformarem suas posições e seus limites sociais.

A identificação do agente social é formada e transformada continuamente, conforme as experiências e o contexto social, podemos constatar isso no discurso da E6, que argumenta que ainda não se identifica uma empoderada agroecóloga. Sua identidade está em construção, incompleta, pois a identidade depende do que está por vir (*“Eu ainda quero me sentir muito emponderada na área de Agroecologia, porque ainda sou iniciante nesse novo campo, mas é uma coisa que eu acho maravilhosa.”*). As escolhas linguísticas *“ainda”*, *“quero”*, *“me sentir”*, *“sou”*, *“iniciante”* revelam que a sua identidade como profissional na área da Agroecologia está em construção. Elas expressam também consciência de sua capacidade de evolução, a consciência é uma condição para os processos sociais de identificação no discurso (Fairclough, 2003).

A E6, ao expressar a sua formação identitária, centra-se na formação profissional, identificando-a como um campo de conhecimento positivo, sobre o qual ela deseja potencializar o aprendizado para se identificar como uma profissional *“empoderada”*. Em se tratando, de uma egressa, mulher, esse atributo *“empoderada”* tem uma carga semântica político-social muito significativo no contexto em que a egressa está inserida, isso é sinônimo de emancipação, de rompimento com amarras do patriarcalismo. O desenvolvimento da identidade pessoal ou social inclui papéis sociais diversos (Fairclough, 2003), visto que a constituição do agente social perpassa por distintas fases. Podemos identificar essas condições heterogêneas no discurso do E7, ao definir a sua identidade social e pessoal no excerto abaixo:

-E7: *“A gente não pode esquecer as nossas raízes, sempre me apresento como agricultor. Sou técnico agrícola, sou formado em Agroecologia, quando falo dessas minhas formações, já me veem com outros olhos, veem como pessoa que realmente entende do contexto, daquilo que é a terra, do que é agricultura familiar. Sou assistente técnico em agricultura familiar... me vejo como defensor das causas da agricultura familiar, luto para que os governantes tenham um olhar para o desenvolvimento da agricultura...”*

Percebemos que o E7 elenca uma série de papéis sociais por ele exercido, iniciando da sua base identitária - *agricultor* – identidade esta que, na concepção do egresso, expressa pela modalidade deôntica *“não se pode esquecer”*. Isso pressupõe que as raízes fortalecem novas identidades. O E7 se autoidentifica por meio do processo relacional *“sou”* como técnico agrícola, agroecólogo, assistente técnico em agricultura familiar e, como um lutador para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Pela mobilização das escolhas léxico-gramaticais, observamos que o E7 entende que a identidade profissional dá mais credibilidade ao discurso, isto é, as pessoas confiam nas suas práticas sociais por causa do conhecimento construído ao longo da formação (*“quando falo dessas minhas formações, já me veem com outros olhos, veem que aquela pessoa realmente entende do contexto, daquilo que é a terra, do que é agricultura familiar...”*). Isso revela que o E7 compreende que a formação profissional exige do agente social engajamento e comprometimento com o coletivo para que a mudança social seja concretizada.

No processo da construção linguístico-discursiva dos egressos acerca da identidade, ao longo desta análise, percebemos que o ponto de partida de representatividade, em sua maioria, é a base de onde eles vieram, isto é, suas origens. Como observamos no excerto a seguir:

-E8: *“Eu sou filha de agricultores, moro dentro de uma parcela, só que digamos assim, se fôssemos melhores representados lá, tivesse associação que realmente funcionasse, que eu pudesse expor o que eu sei, que eu pudesse contribuir de alguma forma, eu me sentiria mais acolhida...”*.

A egressa se expressa, linguisticamente, afirmando não só a sua identidade de origem de assentamento rural como também a sua permanência nesse território. Sua inclinação profissional nos permite inferir o desejo que a egressa manifesta em contribuir com o desenvolvimento da comunidade a partir do conhecimento adquirido. Por outro lado, as suas escolhas semântico-discursivas, em *“se fôssemos melhores representados lá”*, revelam que a ausência de líderes comprometidos com a comunidade impede a construção de novas identidades engajadas com propósitos sociais em prol da coletividade, isto é, da parcela/assentamento onde vive a egressa. A egressa destaca que a falta de organização social no território é um entrave para fortalecer a comunidade e, para ela, enquanto egressa, firmar-se identitariamente como agroecóloga na prática. A E7 não se sente *“acolhida”*, para a realização de práticas sociais que beneficiem a comunidade local.

Há, nesse discurso da egressa, um certo tom de crítica às associações comunitárias que priorizam uns e excluem outros (*“... se tivesse associação que realmente funcionasse...”*). Podemos, assim, afirmar que a egressa traz para o discurso um argumento de julgamento acerca do desempenho inoperante da associação existente na sua comunidade. Nesse sentido, convém destacar que o processo da construção da identidade resulta da relação entre o social e o individual, o proposto e o construído, esta construção acontece em contextos de tensão e de poder (Chouliaraki e Fairclough (1999)). O desenvolvimento de identidade vai se constituindo a partir de papéis interacionais estabelecidos pelos grupos sociais, é nessa multiplicidade de

ações que os agentes sociais buscam incessantemente a sua identidade e representação como atores sociais.

Em sequência, observamos que a construção identitária da E9 também é introduzida a partir da sua trajetória pessoal. *“Sou de base familiar de agricultores rurais, uma jovem forte, tenho minha mãe como a maior motivação, ela foi a essência de eu ter entrado e ter concluído porque na família não tinha ninguém que tinha concluído um curso superior.”* A egressa se identifica por meio do uso dos atributos: **“agricultora”** e **“jovem forte”**. Outra mobilização linguística usada pela egressa para embasar a sua identidade pessoal e profissional foi trazer para o discurso a figura de sua mãe, a representatividade feminina como motivação para concluir a sua formação profissional (*“... tenho minha mãe como a maior motivação, ela foi a essência de eu ter entrado e ter concluído...”*).

Há, também, uma ação reflexiva no discurso da E9 para reforçar a importância da identidade profissional, isto é, dessa realização para a história da família, visto que, como ela argumenta, (*“... porque na família não tinha ninguém que tinha concluído um curso superior.”*). Isso revela o anseio de ressignificar a história da família e por ascensão e transformação social de um passado histórico. As identidades emergem nas constantes lutas por melhores condições de vida, em busca de romper as desigualdades e injustiças a que estamos vulneráveis. A respeito disso, retomamos Hall (2002), ao elucidar que é em um suposto e autêntico passado que procuramos validar as identidades, esse passado é ressignificado quando trazidos para o presente se considerarmos que diferentes contextos sociais ou diferentes formações discursivas fazem com que nos envolvamos em diferentes significados sociais.

Analisamos, a seguir, como a E10 descreve linguisticamente a sua construção identitária. *“Sou agroecóloga, sou quilombola, sou filha de agricultores [...]. Tenho uma família que me ensinou a viver na terra, a cuidar dela e ter uma qualidade de vida melhor, a me autossustentar. A partir do momento em que eu recebi o meu diploma de Agroecóloga, eu me sinto uma doutora (com um grande sorriso) empoderada na Agroecologia.”*

A egressa faz uso do processo relacional **“sou”**, no tempo presente, repetidas vezes, seguido de uma série de atributos **“agroecóloga”**, **“quilombola”**, **“filha de agricultores”**, e ainda usa o processo mental **“sinto”**, acrescido do atributo **“doutora na Agroecologia”**, **“empoderada”**. Esses atributos constituem as diferentes identidades da egressa, marcam linguisticamente o estilo do ator social. A escolha semântico-discursiva da egressa revela que as características por ela elencadas perpassam pelo referencial profissional, histórico-cultural e familiar. Isso indica que diferentes fatores influenciaram a construção das suas identidades.

Tendo em vista que as identidades são inacabadas, flexíveis e que o contexto influencia na construção identitária, (Hall, 2002), defende que o sujeito assume diferentes identidades, em distintos momentos, em busca de um ‘eu’ coerente.

A esse respeito, arriscamos dizer que esse outro ‘eu’ que o agente social busca está associado às suas ideologias, às suas crenças, às suas experiências pessoais com outras pessoas e ao seu engajamento prático com o mundo que, como elucida Fairclough (2003), inicia ainda quando os agentes são crianças. Assim, o discurso de identificação da E10 está relacionado à sua realidade cotidiana, isso está pressuposto na construção discursiva (“*Tenho uma família que me ensinou a viver na terra, a cuidar dela e ter uma qualidade de vida melhor, a se autossustentar.*”). Nessa construção, o uso do processo relacional “**tenho**” e dos processos materiais “**ensinou**”, “**cuidar**”, pela egressa, revela que o que ela se tornou como agente social é reflexo de um aprendizado que ela obteve no seu cotidiano.

O discurso traz elementos linguísticos que expressam o engajamento socioambiental de uma agente social comprometido com o zelo pela terra, como recurso para autossustentação e o comprometimento de permanecer com responsabilidade social no seu território (“... *viver na terra, a cuidar dela e ter uma qualidade de vida melhor, a se autossustentar.*”). Desse modo, levando em consideração o contexto em que a ingressa está inserida, a forma como ela se identifica com as suas autoatribuições se diferencia de outros agentes do mesmo território que não agem com tamanho engajamento social. Isso significa que as identidades se constituem na semelhança e na diferença, são plurais e flexíveis (Hall, 2006).

No discurso de E10, há, portanto, envolvimento em uma corrente ideológica e discursiva que defende os recursos ambientais, ela se posiciona, enfaticamente, com uma nova identidade “**agroecóloga empoderada**”, sente-se como se fosse uma “**doutora**” na área. Essa ênfase demonstra o quanto ela incorporou, internalizou o aprendizado e o desejo de pô-lo em prática, isso fica muito evidente no discurso pelas escolhas lexicais. Assim, o modo como alguém fala, como escreve, como se move (Fairclough, 2003) é uma questão de incorporação.

Observamos, portanto, que os atributos usados pelos egressos revelam que, enquanto agroecólogos, agricultores familiares e beneficiários da reforma agrária, eles constroem suas identificações/representações não de forma individual, isto é, ao se identificarem, eles estão em disputa com outros atores sociais que têm características opostas.

Quadro 31 - Identidade e representação social dos egressos do CST na concepção dos docentes

D1	<i>“Eu vejo assim... muitas vezes, eles não trazem o que ele é, porque ele não se vê daquele jeito [...] também tem outra questão do preconceito com o mundo rural...”</i>

	<i>como tem a questão dos assentamentos aqui, na região, cria-se certo estereótipo para essas pessoas. Infelizmente ainda tem essa questão de poder, de pensar que o mundo urbano é superior ao rural.”</i>
D2	<i>“Parte desse estudante tem uma ligação direta com o meio rural, outra parte é um pouco mais urbana [...] estamos numa região onde a atividade rural é muito forte, mas também tem a questão do preconceito, mesmo a gente conversando, demonstrando que o curso é importante, que o meio rural tem a sua importância, muitos desses estudantes só vão dizer que são ligados ao meio rural no decorrer do curso [...]alguns deles vêm com a perspectiva de voltar para o campo, principalmente, aqueles que deixam claro desde o início de que é do meio rural, que tem desejo de mudança, de incrementar, de incentivar de melhorar a própria comunidade, e outros vêm na perspectiva de por ser um Curso Superior e vai me dar outras possibilidades.”</i>
D3	<i>“Tem alguns que vêm com a bagagem deles, e isso é muito interessante esse intertexto, essa conversa, porque não é só eles que aprendem, a gente também aprende muito com o que eles trazem da comunidade... Alguns vêm com algumas limitações. E eles falam que é muito difícil mudar o pensamento para a Agroecologia, a gente ouve muito isso das estudantes mulheres, algumas dizem que o marido diz que não é para trabalhar com Agroecologia, ele quer plantar cana- de- açúcar.”</i>
D4	<i>“Nesses doze anos, nós tivemos alguns estudantes com perfil um pouco mais rural, mas nesse tempo todo a gente não vê perspectiva de empreendedor rural da maioria, mas há perspectiva. Só que eles não têm esse olhar para ter uma vida melhor. Mas também vale a pena destacar que temos estudantes, principalmente, mulheres que precisaram quebrar paradigmas de permissão para estudar, ou ela viria estudar ou o marido partiria. E essas egressas se firmaram como agroecólogas nas suas comunidades.”</i>
D5	<i>“São pessoas muito interessadas em uma formação superior que se enquadre com a sua realidade e que lhes traga perspectiva de crescimento, mas também qualidade de vida. Grande parte desses estudantes querem continuar na zona rural, mas a zona rural não lhe traz é...as perspectivas de crescimento né, que um curso superior, no caso Agroecologia, pode lhe trazer, não somente como uma pessoa que vai trabalhar na assistência técnica orientando outros agricultores, mas penso que uma grande parte deles, há aquele interesse de desenvolver a sua parcela, as terras do pai, da mãe. Eu sinto muito o interesse no sentido que esse filho de agricultor, ou o perfil de estudante da zona rural, eles sempre querem aprender mais, buscar mais, interessados em diversificar as culturas (hortaliças, fruteiras).”</i>

7.3.2 Análise das construções identitárias dos egressos a partir dos discursos dos docentes

Nesta seção, buscamos analisar, nos discursos dos docentes, elementos constitutivos acerca da identidade dos egressos/estudantes na concepção dos docentes do CST em Agroecologia. Nosso intento é trazer para a análise do discurso a visão que os docentes têm

acerca de quem é o estudante do curso, principalmente, dos que são oriundos dos assentamentos rurais. Assim, trazemos a seguir os excertos dos docentes:

D1: *“Eu vejo assim[...] eles não trazem o que ele é, porque ele não se vê daquele jeito, [...]Também tem outra questão do preconceito com o mundo rural, infelizmente ainda tem essa questão de poder, de pensar que o mundo urbano é superior ao rural.”*

Neste discurso, o docente, explicitamente, por meio do processo mental “**vejo**”, revela a sua visão crítica acerca do ocultamento identitário e da representatividade social dos universitários (“...**eles não trazem o que ele é, porque ele não se vê daquele jeito...**”). Nas palavras do docente, o estudante, apesar de ser de origem rural, não se identifica como tal, omite as suas raízes por “**não se vê daquele jeito...**”. Depreendemos que essa expressão linguística está associada ao estereótipo que foi (re)produzido no imaginário da sociedade brasileira acerca do homem da zona rural, que categoriza os agentes sociais do campo rural como pessoas rudes, peões, matuto, boias-frias, dentre outros. Os estereótipos existem onde há grandes desigualdades de poder (Hall, 2016) e onde há, consequentemente, consolidação de um grupo em detrimento do outro. A esteriotipagem categoriza as pessoas segundo uma norma e define os excluídos como um outro ser que não se enquadra em determinado mundo social.

Desse modo, podemos inferir que o estudante, ao não revelar a sua identidade como jovem rural, ele está, de certa forma, protestando, silenciosamente, contra os estereótipos preconceituosos a ele atribuídos. Isso também fica evidente no discurso do D1, ao argumentar (“...*tem outra questão do preconceito com o mundo rural, infelizmente ainda tem essa questão de poder, de pensar que o mundo urbano é superior ao rural.*”), há, na concepção do docente polaridade entre dois mundos: o rural e o urbano que segregam as pessoas a ponto de omitirem suas descendências.

A escolha léxico-gramatical, utilizada pela docente, traduz semanticamente ações colonizadoras mantidas por uma sociedade que faz uso do poder não para reduzir as desigualdades, mas para mantê-las e enfraquecer grupos minorizados como agentes inferiores. No entendimento do docente, fica subentendido que esses fatores contribuem para os estudantes ofuscarem as suas identidades perante os colegas e os docentes. Ficou evidenciado, no discurso de D1, a ausência da representação social do estudante, o docente apenas apontou fatores que impedem a autoidentidade dos estudantes, deixando, assim, a sua representação social subentendida pelo contexto sócio-histórico.

A crítica formulada, no discurso do D1, acerca do preconceito como entrave para a identificação social dos estudantes, também está presente na construção discursiva do D2, como podemos observar no excerto abaixo:

D2: “Parte desse estudante tem uma ligação direta com o meio rural e outra parte urbana [...] apesar de estarmos numa região onde a atividade rural é muito forte, tem a questão do preconceito,[...]muitos desses estudantes só vão dizer que são ligados ao meio rural no decorrer do curso [...] alguns deles vêm com a perspectiva de voltar para o campo, principalmente, os que deixam claro desde o início de que é do meio rural, que tem desejo de mudança, de melhorar a própria comunidade, e outros vêm na perspectiva de fazer um Curso Superior e ter outras possibilidades.”

Neste discurso, depreendemos alguns fatores relevantes sobre a identidade social dos estudantes. A partir da seleção vocabular do D2, é possível identificar quem é o estudante do CST em Agroecologia; inicialmente, ele descreve o estudante como agentes sociais rurais e urbanos (“... *estudante tem uma ligação direta com o meio rural e ... urbana* “). No entanto, o docente revela que a identificação e a representação social não são expressas pelo estudante de forma espontânea, leva certo tempo após a inserção dos estudantes no curso para eles revelarem quem são, de onde vêm e o que fazem. Isso está expresso em (“...*muitos desses estudantes só vão dizer que são ligados ao meio rural no decorrer do curso ...*”); nessa fala do D2, é possível depreender que os cursistas, oriundos do campo rural, sentem-se mais confortáveis para assumir a sua identidade social a partir de discussões acadêmicas e nas quais eles se sentem contemplados, isto é, quando a comunidade rural é incluída nas práticas discursivas e sociais do curso.

Essa compreensão se dá por meio da suposição-ponte, que permite uma conexão semântica coerente entre as sentenças do texto (Fairclough, 2003), essa suposição está inserida no modalizador adverbial “*só*” e “*no decorrer do curso*”, sinalizando o envolvimento do estudante no discurso acadêmico. Assim, analisamos que as representações sociais e identitárias dos estudantes rurais são reveladas a partir da articulação entre outros discursos com o seu próprio discurso. Esse entrelaçamento é uma condição necessária para os agentes sociais, nesse caso, os estudantes rurais construírem novos modos de se verem intersubjetivamente e de valorizarem as suas identidades e suas raízes.

Desse modo, podemos entender essa inserção do estudante, nas práticas discursivas acadêmicas, como um progresso para reduzir a distância entre a vida prática das comunidades rurais da Mata Sul-PE que trabalham com a agricultura familiar e a Academia. Essa deve ser a função das Universidades: ampliar o diálogo e reduzir as desigualdades sociais e raciais

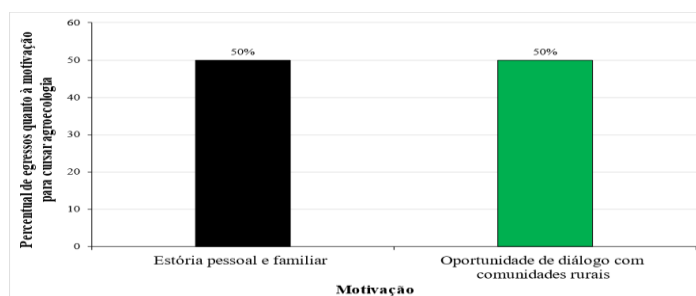
advindas do preconceito e das segregações, marcas do processo histórico-cultural da colonialidade. Observamos que o D2, assim como o D1, usa o argumento de que o preconceito com a população rural na região é um dos problemas que desencorajam os estudantes a expressar a sua identidade social e pessoal (“... *apesar de estarmos numa região onde a atividade rural é muito forte, mas tem a questão do preconceito...*”). Discursos fundados no preconceito e na segregação sociais, entrelaçados nas ordens de discursos sobre o trabalho rural, funcionam como mecanismos de controle, constroem e reproduzem comportamentos, padrões e estilos, afetando o modo de agir de ser dos agentes sociais (Fairclough, 2003).

Vale mencionar que atitude preconceituosa com a população rural não se estende a todos os agentes que residem e trabalham no campo rural, mas, em particular, aos pequenos agricultores que desenvolvem atividades agrícolas que, na concepção ideológica do Agronegócio, não se “incluem” nesse modelo hegemônico de produção (conforme discutimos no **capítulo III** desta Tese). Isso tem sido um desafio para a construção da igualdade social e para a valorização do trabalho, da formação e da permanência dos jovens no território rural. Isso nos faz pensar acerca do modo de exploração e subalternidade que as pessoas do campo rural são tratadas. Assim, enquanto Instituição de Ensino, ofertante de um curso voltado para o meio rural, devemos desenvolver debates e atividades no intento de romper com discursos que inferiorizam os agentes do meio rural e motivem-nos a continuar nos seus territórios, desenvolvendo suas atividades e assumindo suas identidades sociais.

Nessa perspectiva, observamos que na fala do D2, ele revela que parte dos estudantes do CST em Agroecologia têm uma inclinação social para permanecer e desenvolver a sua comunidade, a partir do novo aprendizado e da aplicabilidade das novas tecnologias, visando à melhoria, ao progresso e à transformação social (“...*alguns vêm com a perspectiva de voltar para o campo, principalmente, os que deixam claro desde o início de que é do meio rural, que têm desejo de mudança, de melhorar a própria comunidade...*”). São agentes sociais que demonstram resistência e vontade de se manter desenvolvendo a sua comunidade; por outro lado, há outros que demonstram que estão fazendo o curso para garantir outras possibilidades de vida, ocupar novos espaços sociais (“...*outros vêm na perspectiva de fazer um Curso Superior e ter outras possibilidades.*”).

Podemos comparar essa análise da pretensão dos estudantes para a realização do curso com os dados obtidos **no item 8** do questionário, ao indagá-los acerca da motivação do curso, nos quais percebemos maior inclinação para o histórico familiar e para dialogar com as

comunidades rurais, isso demonstrou que a maioria dos estudantes têm uma visão voltada para a mudança social advinda da formação profissional.



Em sequência, analisamos como D3 revela as impressões acerca das representações dos estudantes do CST em Agroecologia. Ele inicia o seu discurso a partir de uma seleção vocabular que revela o reconhecimento do saber empírico, do conhecimento trazido pelo estudante oriundo das comunidades rurais (*“Há alguns que vêm com a bagagem deles [...] é muito interessante esse intertexto [...] a gente...aprende muito com o que eles trazem da comunidade...”*). Esse discurso expressa que o estudante difunde as técnicas agrícolas tradicionais que a comunidade desenvolve e isso é incorporado aos conhecimentos científicos desenvolvidos pela Academia.

O desenvolvimento de metodologias agroecológicas, na Academia, dá-se por meio dessa fusão: saber popular e saber acadêmico, conforme abordamos **no item 2.4** do capítulo III desta Tese. O docente entende a importância dessa interação para o fortalecimento do aprendizado (*“... é muito interessante esse intertexto...”*). Essa valorização do saber das comunidades motiva os agentes sociais rurais a continuarem buscando a mudança social, melhoramento dos seus assentamentos e a enfrentarem as adversidades do território, sentindo-se mais empoderados.

Essa representação social dos estudantes como agentes dotados de conhecimentos popular advindos do seu território não é atribuída a todos os cursistas no discurso do docente. O D3 identifica que alguns chegam à Academia com um conhecimento mais restrito, isto é, apresentam certa dificuldade na aprendizagem e pouco conhecimento na área de formação (*“... Alguns vêm com algumas limitações...”*). Em se tratando do território em que eles estão inseridos, essa limitação pode estar relacionada ao tempo em que esses estudantes estiveram ausentes do ambiente escolar e por não terem contato com a agricultura de base agroecológica, conforme dados expressos no item 10 do questionário dos egressos, no qual revela que 60% dos egressos só passaram a ter contato com a Agroecologia a partir do curso.

O D3 traz para a discussão um ponto importante revelado pelos estudantes, em particular, pelas mulheres. Conforme expresso no discurso do D3, essas agentes sociais sentem dificuldade na construção de uma nova identidade social, isto é, de fazer a transição da monocultura – deixar de ser produtor de cana-de-açúcar para ser agricultor familiar de base agroecológica, como expresso em (“...*é muito difícil mudar o pensamento para a Agroecologia, a gente ouve muito isso das estudantes mulheres, algumas dizem que o marido diz que não é para trabalhar com Agroecologia, ele quer que plante cana- de- açúcar*”).

Isso revela que o machismo ainda persiste nesse território, querendo impor às mulheres os que elas devem fazer, isto é, elas não podem ter suas próprias escolhas. Essa imposição impede que a mulher se reconheça uma agente social de direitos, visto que a representação de hierarquia patriarcal persiste nas relações como parte da ordem simbólica histórica e cultural. Diante dessa realidade expressa na fala do docente, depreendemos que as estudantes mulheres estão sendo resistentes e desafiadoras ao buscar a formação profissional nesta área, tentando romper com o patriarcalismo e com a monocultura que as querem dominar.

Essas estudantes, por meio de atitudes contestadoras, estão construindo um desenvolvimento identitário diferente das identidades que as impuseram. Nesses termos, retomamos a Fairclough ([1992], 2016, p. 127), ao argumentar que, “a posição contraditória dos indivíduos nos eventos discursivos e os dilemas que disso resultam originam-se em contradições estruturais nas relações de gênero [...]”. A iniciativa das mulheres enfrentarem o discurso contraditório dos maridos é uma resposta contra a subalternidade e a submissão às imposições advindas do gênero masculino, que sempre quis ser superior às mulheres, uma forma de questionar os discursos conservadores e hegemônicos.

A seguir, observamos que o D4 expressa a sua visão acerca das identidades dos estudantes de modo semelhante ao D2. O D4 pontua que boa parte dos estudantes é de identidade rural, mas, por meio das suas escolhas léxico-gramaticais, remete certa crítica à postura passiva dos estudantes, de quem ele esperaria mais engajamento na construção de meios inovadores para transformar a comunidade rurais desses agentes (“...*temos alguns estudantes com perfil um pouco mais rural, mas[...] a gente não vê perspectiva de empreendedor rural da maioria [...] eles não têm esse olhar para ter uma vida melhor*”).

Ao usar o processo mental “*vê*”, o D4 faz uma avaliação dos estudantes, com base nas suas práticas discursivas na Academia, como também a partir do contexto socioeconômico em que o estudante está inserido. Conforme a avaliação do docente, falta aos estudantes “*esse olhar para ter uma vida melhor*”, o atributo “*melhor*”, nesse discurso, é um marcador textual

avaliativo que denuncia que a realidade social dos estudantes não é a mais desejável (Fairclough, 2003). A avaliação, como categoria linguístico-analítica, não só expressa a representação de um texto sobre determinado fenômeno, ela também contribui para consolidar uma maneira particular de entender determinada realidade e sua organização social, visto que a realidade é expressa pela linguagem e moldada por ela.

Nesse discurso, o docente argumenta que a mudança do cenário social deve partir de uma vontade e perspectiva particular de transformação e, conseqüentemente, da ação do sujeito diante da compreensão da sua realidade social. Depreendemos que o D4 esperaria que estes estudantes, oriundos do meio rural, manifestassem ampla vontade de empreender para transformar a realidade social da sua comunidade e fortalecê-la a fim de romper com amarras da colonialidade que estão arraigadas nesse território.

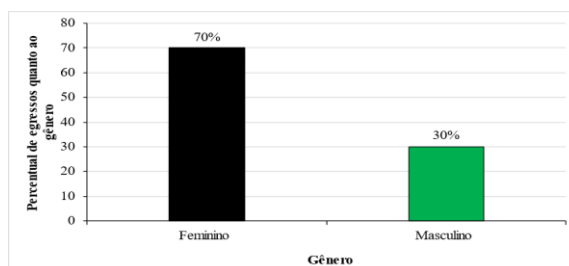
Essa ausência de uma identidade mais empreendedora, criativa e agentiva pode ser reflexo da situação sócio-histórico e cultural que constituiu este território. Uma constituição que não motivou os agentes sociais locais a lutarem por sua independência e por uma melhoria de vida. Na concepção do D4, essa formação acadêmica é uma possibilidade de ressignificar a realidade social em que os estudantes estão inseridos e constituir novas identidades. Apesar dessa representação social dos estudantes ser, de certa forma, a não esperada pelo docente, ele traz em seu discurso uma concepção bastante significativa de mudança acerca da identidade social de outros estudantes, principalmente das mulheres (*“Mas também vale à pena destacar que **temos estudantes, principalmente, mulheres que precisaram quebrar paradigmas de permissão para estudar. Elas tiveram de dizer para o marido que ou ela viria estudar ou o marido partiria de casa. E essas egressas se firmaram como agroecólogas nas suas comunidades.**”*).

Nesse discurso, o D4 traz para a discussão uma questão bastante importante no contexto de gênero, principalmente, quando se trata de mulheres do campo rural da Mata Sul-PE, região marcada pelo coronelismo e pelo patriarcalismo. O docente revela o encorajamento dessas estudantes para a construção de novas identidades e para conseguir a sua emancipação. Elas foram fortes, incisivas e determinadas para buscar a sua formação acadêmica e se firmar como agroecóloga (*“... elas **tiveram de dizer para o marido que, ou ela viria estudar, ou o marido partiria de casa.**”*). Esse trecho denuncia que as mulheres camponesas/rurais ainda sofrem opressões, proibições e vivem, de certa forma, subordinadas aos seus maridos, ao ponto de impedir o acesso delas às instituições de ensino.

É importante destacar que, a partir do momento em que elas tomam consciência da dominação e restrição, decidem desconstruir, romper com (pré)conceitos ideológicos a respeito do ser mulher, agricultora, doméstica, elas constroem novos discursos, diferentes posturas identitárias e reconhecem a possibilidade de alterar as assimetrias causadas pelas estruturas sociais. Os agentes sociais, apesar de serem influenciados pela estrutura social, podem atuar em pequenas fissuras (Chouliaraki e Fairclough, 1999) e, por meio delas, serem capazes de causar mudanças significativas disseminadas pelo discurso desencadeando críticas e mudanças sociais.

Vale destacar o papel da linguagem nesse processo, pois ela é um recurso capaz de ser utilizado para contestar e superar as relações de dominação (Vieira e Resende, 2016). No discurso do docente, a linguagem utilizada para abordar as atitudes das estudantes têm um papel de revelar ações de movência de um novo modo de agir e de se identificar, visto que as identidades são mutáveis (Hall, 2006). Percebemos, pela construção linguístico-semântico, que essa movência de identidade perpassou conflitos e tensões, representadas linguisticamente no discurso relatado do D4 pelo uso dos processos “*viria estudar*” e “*partiria*” e do conectivo alternativo de exclusão “*ou*”. As estudantes, conforme aponta o docente, colocaram o marido em “xeque-mate” para poder ter a liberdade de estudar; nessa circunstância, elas, como mulheres, não teriam nada a perder, tendo em vista que o objetivo delas era buscar a sua autonomia profissional e romper com os elos de opressão do machismo (“...*ou ela viria estudar, ou o marido partiria de casa.*”).

O discurso trazido pelo D4, como porta-voz das estudantes mulheres, revela a importância do papel do discurso na mudança social. Depreendemos que as estudantes encontram/encontraram, no discurso do CST em Agroecologia, suporte para a construção de novas identidades tanto pessoal, profissional como social (“...*se firmaram como agroecólogas nas suas comunidades.*”), para desenvolver ações transformadoras para suas comunidades e lutar pela agenda dos direitos femininos no campo rural. Essas abordagens discursivas, acerca do empenho das estudantes mulheres na inserção do CST em Agroecologia, também foram reveladas no questionário realizado com os egressos, revelando que a maioria dos egressos entrevistados são do gênero feminino.



Trazemos, a seguir, a concepção do D5 acerca das identidades dos estudantes. Na visão do D5, os estudantes têm uma forte inclinação e desejo por uma formação com a qual ele se identifique como agente oriundo do campo rural e que lhe traga inovação para a sua comunidade (“...*muito interessados em uma formação superior que se enquadre com a sua realidade e que lhes traga perspectiva de crescimento e qualidade de vida ...*”). As escolhas lexicais do docente apontam os estudantes com postura agentiva, de engajamento e ávido por conhecimento para a construção de uma nova proposta de vida, essa interpretação está expressa por meio do modalizador adverbial “**muito**”, intensificando o atributo “**interessados**”, e pela construção da sentença (“... ***lhes traga perspectiva de crescimento e qualidade de vida***”).

Podemos identificar traços linguísticos que marcam certo distanciamento na forma como D4 e D5 revelam as representações discursivas, identitárias e ideológicas acerca dos estudantes. Nessa esteira discursiva, retomamos Fairclough (2003), ao pontuar que as relações entre discursos diferentes são elementos das relações entre agentes diferentes – eles podem complementar-se ou competir entre si. Analisamos que D4 não consegue visualizar, de modo geral, este interesse de mudança social manifestada pelos estudantes, enquanto o D5 revela que os estudantes demonstram interesse e vontade de desenvolvimento do seu assentamento. Como expresso linguisticamente em (“... *“parte dos estudantes querem continuar na zona rural [...] tem interesse de desenvolver a sua parcela, as terras da família. Eu vejo muito o interesse no sentido que esse filho de agricultor sempre quer aprender mais, são interessados em diversificar as culturas - hortaliças, fruteiras”*”).

Nesse excerto, o D5 utiliza a categoria avaliação moldada por estilos (Fairclough (2003), por meio da qual o docente materializa afirmações avaliativas explícitas acerca das identidades dos discentes (“... *eu vejo muito o interesse [...] ele sempre quer aprender mais...*”). Assim, o D5 identifica os estudantes como agentes partícipes do processo de aprendizagem, em busca de romper com paradigmas hegemônicos de produção agrícola nas comunidades rurais dos estudantes. Analisamos, portanto, no discurso dos docentes, que eles só conseguem identificar as identidades dos estudantes após certo tempo de convivência, há um certo ocultamento das identidades deles; de modo geral, os estudantes são agentes sociais oriundos do meio rural, filhos de agricultores e membros de assentamentos.

Quadro 32 - Síntese da análise do bloco temático 3

Identidades dos egressos a partir de suas próprias vozes	Identidades dos egressos a partir das vozes dos docentes

Identificamos que a construção das identidades dos egressos é resultante de uma relação dialética, entre o conhecimento e a prática social oriunda de sua história **individual** e da vida **social**. Eles constroem a sua identidade profissional sem perder o elo com as identidades pessoais e culturais. As identidades são construídas em um **contexto de tensão e poder**.

Os egressos, em sua maioria, **revelam** discursivamente que **o curso lhes possibilitou a (re)construção de nova identidade, não só profissional como pessoal e social. Suas marcas identitárias são de resiliência, conquistas e lutas por mudança pessoal e socioterritorial.**

Constatamos que os docentes demonstram **dificuldades em identificar os perfis identitários dos estudantes, assim que estes ingressam no curso.** Pontuam fatores socioculturais que **desencorajam os estudantes a revelarem suas identidades pessoais e sociais, por serem oriundos do meio rural**, ainda são estereotipados com certo menosprezo. Os estudantes se sentem mais **encorajados para assumir as suas identidades** a partir de **discussões acadêmicas que contemplam a realidade deles.** Os docentes destacam que as estudantes mulheres conseguem construir uma nova identidade se firmando como **agroecólogas**, são identificadas como **fortes, incisivas na construção de novas posturas identitárias, alterando as assimetrias causadas pelas estruturas patriarcais.** Conforme os docentes, faltam, aos discentes, posturas e vontade empreendedora para ressignificar a sua realidade social e constituir novas identidades.

Há docentes que identificam os estudantes como agentes sociais dedicados e ávidos por conhecimento para ampliar o desenvolvimento da sua comunidade rural. Percebemos certa divergência no discurso dos docentes.

A construção de identidade do egresso do CST em Agroecologia faz parte de uma luta hegemônica que está relacionada à articulação, desarticulação e rearticulação de hegemonias no território da Mata Sul-PE. Desse modo, a partir das análises das identidades dos egressos, é possível afirmar que a identidade não é definida apenas por uma concepção, a sua construção está associada às relações de poder e a situações particulares. Constatamos que, no discurso dos docentes, é recorrente a concepção de que os estudantes apresentam atitude de mudança, de fazer com que a realidade das estruturas sociais se modifique (Fairclough, 2003). No entanto, observamos, também, que há, nos discursos dos docentes, evidências de que muitos ocultam as suas identidades sociais por causa de uma sociedade que ainda trata com indiferença e preconceito a população rural, como uma cultura menor, inferior, isso traz como consequência a desmotivação e a falta de perspectiva de mudança de vida para muitos jovens do meio rural.

7.4 Análise de redes intertextuais nos discursos dos egressos a partir das dimensões da Agroecologia

Nesta seção, analisamos se os egressos, em seus discursos, acionam a intertextualidade, em suas construções discursivas, fazendo referência às distintas dimensões contidas na Agroecologia em seu tripé: ciência, movimento e prática. Focamos na análise das relações intertextuais realizadas pelos egressos a fim de identificar a que textos outros eles recorrem para construir a representação do conhecimento construído acerca da Agroecologia e a da sua aplicabilidade. Visto que a linguagem é constituída essencialmente pelo fenômeno social da interação verbal, da articulação entre textos, ou seja, de fragmentos de outras vozes, caracterizada como intertextualidade, recurso que pode ser trazido para a construção discursiva de forma explícita ou implícita, conforme abordamos no **item 5.9.3** do capítulo V desta Tese.

Identificamos, nos discursos dos egressos, presença da categoria intertextualidade como recurso para as suas argumentações e percepções a partir da formação profissional em Agroecologia. Tomemos a acepção de intertextualidade trazida por Fairclough ([1992], 2016), no sentido de que a intertextualidade se refere a uma gama de possibilidades, podendo ser utilizada por meio de elementos de outros textos, como podem também ser incorporados sem atribuição alguma, ficando, assim, pressuposta (Fairclough, 2003). Dedicamo-nos, assim, ao terceiro objetivo específico da Tese: **Identificar, no discurso dos egressos, redes intertextuais que estabelecem relações com as dimensões da Agroecologia.**

Quadro 33 - Relações intertextuais nos discursos dos egressos a partir das dimensões da Agroecologia.

E1	<i>“Quando eu conheci a Agroecologia... eu percebi que era disso que a minha região precisava, porque foi uma região que antes era só de cana de açúcar, solo muito castigado com adubo químico o ano todo né, já não se produzia nada, devido ao solo está muito ácido...Mas precisa da eficácia das políticas públicas da Agroecologia para nos fortalecer, porque nós não somos valorizados. Fora do Brasil, há países em que é muito valorizado, mas no Brasil, os agricultores familiares não são valorizados e tem que começar a valorizar, porque as questões ambientais são muito importantes e emergentes.”</i>
E2	<i>“Depois que você conhece o que é Agroecologia, você muda, hoje sou outra, porque isso aí, eu costumo dizer que Agroecologia é evangelho, tem de entrar na mente e no coração. Porque aí quando um conhecimento entra no seu coração, você não perde, aquilo ali faz toda a diferença na sua vida. Porque foi um caminho que você escolheu, foi uma opção, é um modo de viver. Aí tem gente aqui no assentamento que diz; “mas os técnicos foram embora, estamos sem assistência”,</i>

	<i>porque muitos daqui voltaram para a cana-de-açúcar e para o veneno porque não tem quem fiscalize, por causa desse impacto político presidencial que teve no país em 2017, essa política do governo de fechar tudo, mudar tudo.”</i>
E3	<i>“Foram muitas provocações, dentro da universidade quando eu fazia Engenharia Florestal e as provocações políticas mesmo de modo, de mudança de vida, através da agrofloresta né, que aí você preservando, você consegue também gerar alimento né, gerar lucro, você coloca um... consegue participar né, e contribuir para uma melhor condição né, em diversos aspectos da família. A família depois disso, de diversos processos, ela conseguindo vender, já consegue passar pra outros níveis de qualidade de vida, de entendimento, de participação política. Então isso me motivou para depois aplicar nas comunidades.”</i>
E4	<i>“[...] eu aprendi que a Agroecologia não é só planta, envolve muitas coisas, né, envolve o social, o ser humano né, é uma cadeia, então o curso faz você pensar que tudo isso está integrado. A agroecologia é o cuidado com o todo. [...] passa a ter um novo modo de vida né, totalmente outra, passa a ter uma alimentação saudável, a questão também de pensamento coletivo, né.”</i>
E5	<i>“A Agroecologia, na verdade, como ciência abrange vários caminhos possíveis desde a cadeia alimentar até... uma vida mais saudável, é uma ciência que defende alimentos livres de produtos químicos, um alimento mais natural, e também tem outro aspecto ela vai do socioambiental até o socioeconômico.”</i>
E6	<i>“Eu tento aplicar as metodologias de base agroecológica, mas no meu assentamento é muito difícil de interagir, as pessoas são muito ligadas ainda à cana-de-açúcar, e elas são muito assim é... eu diria que é a questão da pobreza, da fome, eles necessitam de comer de imediato. Então elas não têm tempo para esperar pela Agroecologia, para essas coisas a longo prazo, tá entendendo. Aqui no assentamento, vejo muito abandono de plantações nos lotes e a manutenção do cultivo da cana-de-açúcar. Outra questão é que elas sempre me questionam: “Se a gente plantar outro tipo de agricultura, vai vender a quem?”</i>
E7	<i>“O curso mudou o jeito de eu ver a terra, ver a agricultura, os recursos naturais, porque eu como técnico agrícola, não tinha essa visão porque é uma formação em que predomina o agronegócio, visa uma agricultura convencional, a aplicação da herbicida... Com a Agroecologia a gente ver a natureza com outros olhos, entende que preservando os recursos naturais, tem condições de cultivar mais produtos, ter fartura agregado à saúde, tanto do solo, das pessoas que vão consumir os produtos e, principalmente de quem trabalha com ela. A Agroecologia tem um papel importante de trazer uma perspectiva de desenvolvimento social, solidário com a cultura dos agricultores. A agricultura familiar tem que ser pensada nesse sentido, na venda, na produção e no consumo é... alimenta a própria família e agrega valores, aí também vem os jovens, a mulher que pode pegar uma cultura que produz e fazer um doce, uma compota, beneficiar, agregar valor e vender.”</i>

E8	<i>“Com a formação em Agroecologia, houve mudança de pensamento...de princípios, [...] eu via que meu pai não usava só formas corretas de cultivar, ele, às vezes, usava veneno e dizia que aquilo era preciso para acelerar o crescimento do produto e porque ele também não dava conta de capinar a lavoura sozinho. Eu consegui despertar e ver que isso é errado, entendeu?... ter outra visão, outra valorização do solo, do meio ambiente, do lugar onde a gente vive. Passei a respeitá-lo de forma mais consciente...entendendo que a gente não deve só sugar, mas a gente tem que repor, regenerar para as próximas gerações.”</i>
E9	<i>“A maioria ainda tem muita resistência para deixar de usar o agrotóxico, quando a gente chega lá, eles dizem: “Ah, mas eu uso só no mato”. Só que tem o vento que pode levar para a plantação dele, também contamina o solo[...] aí ele diz: “Ah, mas o vento não leva não”! Por outro lado, também tem a resistência à monocultura, tipo: Eles dizem: “Ah, só planto macaxeira, ou só planto um tipo de hortaliça...” Então a gente vai lá para mostrar que a Agroecologia não é a monocultura, não é isso, mas claro que não é mostrando de uma forma impositiva”.</i>
E10	<i>“A Agroecologia muda a qualidade de vida...quando eu falo em Agroecologia, eu viso um campo de estratégia, um renascer...você tenta buscar, aprender e ensinar. Aqui, na comunidade, até as crianças buscam também aprender, quando elas veem algumas práticas agroecológicas elas perguntam: “Está fazendo o que?” Aqui na escola da comunidade quando eu chego lá, as crianças me chamam de doutora das plantinhas, se tem uma plantinha doente, elas dizem: “Chama a tia doutora das plantinhas”. Eles assimilaram que eu cuido das plantas.”</i>

No discurso de E1, é possível identificar que ele recorre a outros discursos para fundamentar a sua construção discursiva acerca do que significou inicialmente a Agroecologia para a sua região e as necessidades para que essa prática social resista. No excerto: (*“Quando eu conheci a Agroecologia... eu percebi que era disso que a minha região precisava, porque foi uma região que antes era só de cana-de-açúcar, solo muito castigado com adubo químico o ano todo né, já não se produzia nada, devido ao solo está muito ácido”*). O E1 incorpora, em seu discurso, elementos discursivos provenientes de distintas áreas do conhecimento e da própria Agroecologia; ao afirmar (*“...devido ao solo está muito ácido...”*), fica pressuposto que esse argumento está fundamentado em um conhecimento científico de determinada área específica, por exemplo, na componente Manejo Agroecológico de Solos que consta no PPC. Há esse diálogo para indicar que esse novo paradigma científico fornece técnicas capazes de regenerar o solo, essa relação intertextual é feita implicitamente.

É possível observar que também há intertextualidade não-atribuída (Fairclough, 2003) em: (*“..., mas precisa da eficácia das políticas públicas da Agroecologia para nos fortalecer, porque nós não somos valorizados. Fora do Brasil, há países em que é muito valorizado, mas*

no Brasil, os agricultores familiares não são valorizados e tem que começar a valorizar, porque as questões ambientais são muito importantes e emergentes.”). Há, neste excerto, uma sequência de negação seguida de asserção positiva, a negação implica que a asserção está em outro âmbito (Fairclough, 2003); isto é, que, anterior a este texto do E1, alguém, não mencionado no texto, já expôs que as políticas de incentivo à Agroecologia não estão sendo operacionalizadas satisfatoriamente, ou que os agricultores familiares da região não estão tendo acesso a estas políticas e, conseqüentemente, não são visibilizados.

Essa interpretação requer que o leitor tenha um conhecimento prévio do que se trata essa política, visto que o E1 utiliza a intertextualidade manifesta (Fairclough, 2003), isto é, não cita diretamente elementos dessa política. Isso está sendo expresso pelo E1 para reforçar que a Agroecologia é o meio mais viável para devolver à região condições para plantar e cuidar da terra. Ainda nesse excerto, o E1 faz intertexto também com outra área de conhecimento a das Ciências Ambientais para destacar a importância de valorizar os agricultores familiares, fazendo uso da modalidade deôntica, “...**tem que começar a valorizar...**” visto que esses agentes sociais, na concepção do E1, são essenciais para preservar o ambiente, que vem sofrendo ações humanas devastadoras.

Observamos, portanto, que o E1 dialoga com diferentes vozes interdiscursivas acerca de temáticas que estão relacionadas às dimensões da Agroecologia, mas estas vozes não são citadas no texto, são recontextualizadas pelo representante do discurso (Fairclough, 2003). É importante destacar que o E1, ao fazer essas conexões intertextuais, sinaliza um engajamento e um posicionamento em prol de lutas por mudanças sociais.

Dando sequência às análises, apresentamos um excerto do discurso de E2, no qual ela aciona outros textos para expor sua visão crítica do processo transformacional da Agroecologia no seu cotidiano. (“[...] *costumo dizer que Agroecologia e evangelho têm de entrar na mente e no coração...aí quando um conhecimento entra no seu coração... você não esquece, faz toda a diferença na sua vida. É um caminho que você escolheu[...]. Aí tem gente aqui no assentamento que diz; “mas os técnicos foram embora do nosso assentamento, estamos sem assistência”, porque muitos daqui voltaram para a cana-de-açúcar e para o veneno porque não tem quem fiscalize, por causa desse impacto político presidencial que teve no país em 2017, essa política do governo de fechar tudo, mudar tudo*”).

Nesse discurso, observamos que, além da voz da D2, aparecem outras vozes, algumas delas ocorrem por meio do discurso direto que corresponde à intertextualidade manifesta (Fairclough [1992], 2016) e outras pela pressuposição, não está especificamente atribuída a

outras vozes. A egressa, ao revelar a transformação que a Agroecologia lhe proporcionou, aciona o discurso religioso, faz alusão aos ensinamentos trazidos pela bíblia/evangelho (“costumo dizer que Agroecologia e evangelho, têm de entrar na mente e no coração. Porque aí quando um conhecimento entra no seu coração... você não esquece, faz toda a diferença na sua vida.”). Por meio desses dois segmentos: “*evangelho*” e “*Agroecologia*”, a egressa constrói um paralelo entre essas duas vertentes de conhecimento: o científico e o religioso, ambos, na concepção da egressa, são transformadores, quando, de fato, são postos em prática.

Assim, para a egressa, a Agroecologia é um “modo de vida, uma escolha”, um mandamento a ser seguido, ou regras que devem ser respeitadas e não quebradas, visto que tanto o discurso religioso quanto o discurso agroecológico orientam como se deve proceder para que se alcance êxito. Essa é uma interpretação possível, tendo em vista que esses distintos discursos se aproximam em suas proposições, tais quais: o respeito, a ética, o zelo para com a casa comum e a solidariedade.

Para expressar que alguns agricultores romperam com as regras e as orientações propostas pela Agroecologia como prática social, a egressa traz à lume a intertextualidade por meio do discurso direto introduzido pelo verbo dicendi dizer “**tem gente aqui no assentamento que diz: “mas os técnicos foram embora do nosso assentamento, estamos sem assistência”**”, a egressa intercala o discurso de outrem com a voz dela justificando: “*muitos daqui voltaram para a cana-de-açúcar e para o veneno porque não têm quem fiscalize, por causa desse impacto político presidencial que teve no país em 2017, essa política do governo de fechar tudo, mudar tudo.*”).

Podemos depreender que, nesse trecho, a egressa se opõe à decisão dos agricultores que, na concepção dela, retrocederam as suas práticas agroecológicas, voltando para a prática convencional, ficando subordinado à monocultura, porque não tinha mais acompanhamento técnico de fiscalização. Vale destacar a causa apontada pela egressa que fez os agricultores voltarem para a cana-de-açúcar (“*porque não tem quem fiscalize, por causa desse impacto político presidencial que teve no país em 2017*), essa política do governo de fechar tudo, mudar tudo”). A egressa faz referência a um período em que o governo ao invés de tentar reduzir as desigualdades sociais as intensificou, provocou efeito reverso no comportamento dos agentes sociais da comunidade na qual a egressa está inserida.

Nesses termos, retomamos e corroboramos com Fairclough (2003), ao elucidar que a intertextualidade é inevitavelmente seletiva em relação ao que está incluído nos eventos e textos representados e o que está excluído. Sendo a intertextualidade um recurso linguístico

materializada por meio da língua, esta, na qualidade de estrutura social abstrata, define certas potencialidades e exclui outras. No caso do discurso da egressa, ela opta por trazer à tona uma época política ao invés de outra, porque esse ponto relatado é uma declaração potencialmente significativa para repensar as atitudes políticas que causam danos às classes minorizadas. Observamos que a egressa aciona um outro discurso por meio da intertextualidade constitutiva (Fairclough [1992], 2016), o discurso político, de uma época específica, que, conforme a egressa, essa política foi prejudicial para a agricultura familiar. Essa mobilização discursiva desperta no leitor ativação para revisitar de que política especificamente a egressa está se referindo, visto que ela não evidencia nomes dos agentes sociais, mas o contexto sociopolítico implica o reconhecimento das ações políticas deste período.

No discurso a seguir, o E3 relata o que o motivou a cursar o CST em Agroecologia, para tal, ele articula discurso proveniente de período anterior à sua inserção no curso, relatando seu envolvimento e engajamento político enquanto agente em um outro evento social, como expresso em (*“O que me motivou foi muitas provocações dentro da universidade quando eu fazia Engenharia Florestal na UFRPE e as provocações políticas mesmo de mudança de vida, através da agrofloresta...”*). Depreendemos, por meio do processo relacional *“foi”*, do material *fazia*, ambos no pretérito, seguidos do atributo *provocações* e do advérbio na *UFRPE*, que o egresso extraiu contribuições desses discursos anteriores compartilhados em outra Universidade para aplicar tanto em suas reflexões acadêmicas no CST em Agroecologia quanto para aplicar nas comunidades (*“Então isso me motivou para depois aplicar nas comunidades.”*).

Nesse sentido, é possível inferir que a prática social posterior a estas provocações estimuladas em outro evento social está presumivelmente baseada no que outros agentes sociais construíram em outro momento e não apenas na assertiva apresentada pelo docente em seu discurso. Por vezes, podemos compreender esse fato como um movimento de apropriação e transformação (Fairclough, 2003). Desse modo, há uma recontextualização discursiva, apropriação de elementos de uma prática social para a constituição de uma outra, pondo a primeira no contexto da última (Bernstein, 1990, Chouliaraki e Fairclough, 1999).

Esse movimento articulatório pode ser observado em (*“... você preservando, você consegue também gerar alimento né, consegue lucrar e contribuir para uma melhor condição em diversos aspectos da família. Ela depois de diversos processos, consegue vender, já consegue passar pra outros níveis de qualidade de vida, de entendimento e de participação política.”*). Nesse excerto, o egresso avalia novas possibilidades de mudança social das famílias

ao se engajarem nas práticas sociais da agrofloresta. Por meio do processo material “*consegue*”, repetidas vezes no texto, ele enfatiza a contribuição positiva que a aplicação dessa prática pode trazer para as famílias de comunidades rurais em diversas dimensões propostas pela Agroecologia: a ambiental, a social, a econômica e a política.

Desse modo, é possível entender que “a relação intertextual é mediadora de relações sociais” (Magalhães, Mantis e Resende, 2017, p. 112), a intertextualidade constitutiva, acionada pelo E3, foi um recurso utilizado para ele revelar a compreensão do discurso construído anteriormente em outro evento social, como aporte para o desenvolvimento de práticas sociais capazes de transformação socioeconômico e ambiental de comunidades rurais. Uma prática social pode ser representada de diferentes formas por meio da articulação de vários discursos. A esse respeito, observamos como o E4 dialoga com outros discursos, interdiscursivamente, construindo uma significação na direção do texto (Magalhães, Martins e Resende, 2017), para expor as suas impressões acerca da prática agroecológica após a formação superior. Conforme expresso no excerto abaixo:

-E4: [...] “*eu aprendi que a Agroecologia não é só planta, envolve muitas coisas, né, animais, envolve o social, o ser humano né, é uma cadeia, então o curso faz você pensar que tudo isso está integrado. A agroecologia é o cuidado com o todo. [...] passa a ter um novo modo de vida..., passa a ter uma alimentação saudável, a questão também de pensamento coletivo, né.*”

Depreendemos que a sequência de asserções apresentada pelo E4 evidencia que a construção discursiva desse texto transita por outras vozes que, apesar de não estarem nomeadas na materialidade do texto, há recursos linguísticos que conduzem o leitor a inferir a proveniência do texto fonte. Como podemos identificar em (“Eu aprendi que *a Agroecologia não é só planta, envolve muitas coisas, o animal, o social, o ser humano né, é uma cadeia, então o curso faz você pensar que tudo isso está integrado.*”). As escolhas léxico-gramaticais, elencadas pelo E4, revelam que a compreensão que ele tem, até o momento da entrevista sobre as dimensões da Agroecologia, foi obtida nas interações sociodiscursivas construídas durante o curso (“Eu ***aprendi*** que a Agroecologia... ***é uma cadeia***, então o ***curso faz você pensar*** que tudo isso ***está integrado.***”).

É possível inferir que o seu discurso faz intertexto com discursos de autores, por exemplo, Caporal (2002), que classificam a Agroecologia como uma ciência complexa que traz consigo abordagens teóricas e metodológicas que consideram de forma holística diferentes dimensões que se entrecruzam, são indissociáveis, conforme abordamos **no item 3.4.1** no capítulo III desta Tese. Desse modo, o E4 demonstrou ter construído seu conhecimento em

Agroecologia por meio de discursos distintos que caminham para um propósito social coletivo visando à sustentabilidade no sentido macro, isto é, envolvendo todo o ecossistema, como ele expressa de forma resumida e objetiva em (“...**tudo isso está integrado**. *A agroecologia é o cuidado com o todo. [...] passa a ter um novo modo de vida né, totalmente outra, passa a ter uma alimentação saudável, a questão também de pensamento coletivo, né.*”). Revela o seu conceito fundamentado, implicitamente, em discursos outrem que foram aportes para a sua formação crítico-acadêmica.

Na sequência, trazemos o discurso do E5 (“*A Agroecologia, na verdade, como ciência ela abrange vários caminhos possíveis desde a cadeia alimentar até...é uma ciência que defende alimentos livres de produtos químicos, alimento mais natural, e também tem outro aspecto ela vai do socioambiental até o socioeconômico*”). É possível notar que o E5 constrói a compreensão de Agroecologia a partir de outras discussões abordadas e, provavelmente debatidas, no decorrer da sua formação profissional, pois, para qualquer texto particular, há uma série de outras vozes potencialmente importantes (Fairclough, 2003), introduzidas no texto para fins específicos, conforme o propósito sociocomunicativo. No entanto, há textos em que essas vozes são facilmente identificáveis e outros são mais complexos, porque emergem de modo implícito e requer do leitor esforço e, de certa forma, domínio acerca do conteúdo no discurso representado.

Partindo dessa premissa, podemos inferir que o discurso do E5 apresenta traços intertextuais implícitos de discursos que antecederam o momento dessa construção discursiva apresentada neste excerto (“... *é uma ciência que defende alimentos livres de produtos químicos, um alimento mais natural, e também tem outro aspecto ela vai do socioambiental até o socioeconômico*”). Esse conceito também traz elementos das multidimensões apresentadas por Caporal e Costabeber (2004), destacando que a Agroecologia tem uma ampla abrangência, o egresso faz alusão ao social, econômico e ambiental. Isso sinaliza que o egresso introjetou os conhecimentos científicos e demonstra o seu engajamento social, trazendo, no seu discurso, o argumento de que a Agroecologia (“... *vai do socioambiental até o socioeconômico*”). Inferimos que, na concepção do egresso, essa prática proporciona transformação social.

No discurso a seguir, o E6 aclara as dificuldades para pôr em prática, em seu assentamento, os conhecimentos construídos no decorrer da sua formação.

-E6: “*Eu tento aplicar as metodologias de base agroecológica, mas no meu assentamento é muito difícil de interagir, as pessoas são muito ligadas ainda à cana-de-açúcar, muito assim é... eu diria que é a questão da pobreza, da fome, eles necessitam de comer de imediato. Então elas*

não têm tempo para esperar pela Agroecologia, tá entendendo?... vejo muito o abandono do policultivo e o cultivo da cana-de-açúcar. Outra questão é que elas sempre me questionam: “Se a gente plantar outro tipo de agricultura, vai vender a quem?”

Nessa sequência discursiva, observamos que o E6 tece seu argumento a partir de escolhas linguístico-discursivas baseadas em repertório de diferentes áreas, sinalizando os entraves que impedem a consolidação da Agroecologia, enquanto prática social, para romper com a monocultura e elevar a qualidade de vida do seu assentamento. Podemos identificar este entrecruzamento discursivo em (*“Eu tento aplicar as metodologias de base agroecológica, mas no meu assentamento é muito difícil de interagir, as pessoas são muito ligadas ainda à cana-de-açúcar, e elas são muito assim é... eu diria que é a questão da pobreza, da fome, eles necessitam de comer de imediato.”*). Nesse discurso, é possível identificar efeitos sociais das dificuldades de inserção das práticas agroecológicas, tais quais: a dominação da monocultura que determina o que o agricultor pode plantar, a fome e a pobreza (*“... as pessoas são muito ligadas ainda à cana-de-açúcar... eu diria que é a questão da pobreza, da fome...”*).

A constituição discursiva do egresso demonstra que o seu argumento ultrapassa as suas próprias palavras, isso, porque, ele se ancora, mesmo que implicitamente, em discursos provenientes de outras áreas para denunciar diferentes questões sociais, fazendo o uso da interdiscursividade (intertextualidade constitutiva), do entrecruzamento do discurso agroecológico com o discurso sociológico, histórico e o econômico. O egresso traz para o debate um questionamento emergente, o discurso do combate à fome. Há, nesse excerto, presença de fatores sociais muito fortes apontados pelo E6, fome e pobreza que ainda assolam a população brasileira, especificamente, os mais desfavorecidos, dentre eles a população rural, conforme dados revelados pelo IBGE (2023), que apontam que o cenário de insegurança alimentar grave foi mais expressivo nas áreas rurais do país. A proporção de domicílios particulares em insegurança alimentar moderada ou grave nessas regiões foi de 12,7%, contra 8,9% nas áreas urbanas.

Percebemos que a última sentença do primeiro período do discurso do E6 é bastante forte e significativa nesse sentido (*“... eles necessitam de comer de imediato, então elas não têm tempo para esperar pela Agroecologia, tá entendendo?”*), é uma necessidade comum a todos, não dá para programar, esperar para comer no futuro, a alimentação é condição essencial. Desse modo, o E6 chama o leitor para um entendimento melhor do porquê os agricultores fazem uso da prática da monocultura e não conseguem viver da Agroecologia. Para tal recepção dos

efeitos causais do discurso do E6, é necessário que o leitor/ouvinte conheça o contexto histórico do território em discussão, bem como conhecer o processo das práticas agroecológicas.

O E6 aciona, em seu discurso, as vozes dos agricultores, fazendo uso, assim, da intertextualidade manifesta, revela, por meio do discurso direto, o que dizem alguns agricultores acerca da sua resistência à transição para a Agroecologia, “... **elas sempre me questionam:**” (“*Se a gente plantar outro tipo de agricultura, vai vender a quem?*”). Nesse relato direto, o E6 traz à tona mais um problema social desafiante para quem desenvolve a agricultura de base agroecológica no território: o escoamento dos produtos, visto que competir com o empresariado da região é um desafio, necessita de organização social e uma política eficaz para a Agroecologia territorial.

Analizamos, a seguir, mais um excerto e as relações intertextuais que o egresso mobiliza para argumentar que a Agroecologia, apesar de todos os entraves, pode ser um recurso para a autoemancipação das comunidades, das mulheres e dos jovens do campo rural. Analizamos que o E7, após a formação acadêmica em Agroecologia, passou a entender e a valorizar os recursos naturais com atitudes mais comprometidas com as dimensões da Agroecologia. Como podemos observar em:

-E7: “*O curso mudou o jeito de eu ver a terra... como técnico agrícola, eu não tinha essa visão, é uma formação em que predomina o Agronegócio, visa uma agricultura convencional, aplicação de herbicida... causa degradação do solo... Com a Agroecologia a gente ver o solo com outros olhos, entende que preservando os recursos naturais, tem condições de cultivar mais produtos, ter fartura agregada à saúde, tanto do solo, dos consumidores e, principalmente, de quem trabalha com ela. A Agroecologia tem um papel importante de trazer uma perspectiva de desenvolvimento social, solidário, com a diversificação de produtos, por exemplo, a agricultura familiar tem que ser pensada na venda, na produção e no consumo. Ela alimenta a própria família e agrega valores, aí também vem os jovens, a mulher que pode pegar uma cultura que produz e fazer um doce, uma compota, agregar valor e vender o seu produto.*”

Nesse excerto, o egresso transita por discursos provenientes de áreas distintas, fazendo uso da intertextualidade constitutiva e do relato narrativo, apresentando, por meio das escolhas lexicais, apontando elementos constituintes das suas duas formações profissionais realizadas no *Campus Barreiros*: a formação em Técnico em Agropecuária e a formação superior em Agroecologia. O egresso elenca características divergentes entre essas duas propostas, mostrando o que há de positivo e negativo entre elas, como podemos observar em: (“*O curso mudou o jeito de eu ver a terra... como técnico agrícola, eu não tinha essa visão... é uma formação em que predomina o Agronegócio, visa uma agricultura convencional, permite a*

aplicação de herbicida... Com a Agroecologia a gente ... entende que preservando os recursos naturais, tem-se condições de cultivar mais produtos, ter fartura agregada à saúde...”).

Analizamos que há traços intertextuais nessa justificativa do E7, pois as informações trazidas pelo egresso ainda que implícitas, ecoam elementos provenientes do discurso de base científica distintas, com inter cruzamento do discurso na perspectiva do Agronegócio e do discurso do paradigma da Agroecologia. A intertextualidade é, como define Fairclough ([1992], 2016), a capacidade que os textos têm de serem cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser ou não delimitados explicitamente ou mesclados. Ao fazer esse paralelo, evidenciamos que o posicionamento relatado do E7, interdiscursivamente, durante a entrevista, advém de textos anteriores que foram basilares para a sua atual concepção do agir de modo mais coerente com a natureza.

Depreendemos desse discurso que o E7 deixa transparecer pontos de tensão entre os dois discursos acadêmicos, ao relatar dois textos diferentes, duas perspectivas em um discurso, há sempre possibilidade de haver uma tensão entre o está acontecendo no texto relatado (Fairclough, 2003) e a intenção do representante discurso relatado. Ambos os discursos, acionados pelo E7, são utilizados como argumentos para se pensar nas condições emergenciais de transição da agricultura convencional para a implantação de práticas de agricultura mais sustentáveis visando à preservação ambiental, socioeconômico e cultural, visto que Agroecologia parte do princípio do ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente aceito. Essas são matrizes essenciais para a efetivação da Agroecologia como recurso de transformação social.

O E7 destaca a participação de mulheres e jovens para que esses possam, além de produzir, beneficiar e agregar valores à sua produção, por meio da modalidade deôntica “*tem que ser*” em (“... a agricultura familiar *tem que ser* pensada na venda, na produção e no consumo”), o egresso demonstra que essa deve ser o real sentido da agricultura familiar de base agroecológica, diferente do discurso do Agronegócio que é mais voltado para exportação e não insere todos os atores sociais, principalmente, as mulheres. O discurso do E7, neste recorte, possibilita ao leitor, principalmente, àqueles que têm certo domínio dos conceitos da Agroecologia e das suas dimensões, identificar traços intertextuais advindos das dimensões socioeconômicas, culturais e políticas. Isso está pressuposto no argumento acerca da necessidade de valorizar conhecimentos produtivos, alimentares da comunidade local, respeitando a diversidade cultural, a inserção das mulheres e dos jovens.

Também é possível identificar essas relações intertextuais, a partir da defesa do E7 da agricultura familiar como fonte de promover redes de comercialização e distribuição de alimentos, contribuindo para a subsistência das famílias camponesas e para os mercados locais pautada em uma economia social e solidária. Na concepção do E7, essas ações visam melhorar e diversificar a renda dos agricultores, promovendo a participação dos agentes locais, novas estruturas de governança e, conseqüentemente, alterando as relações de poder. Essas condições elencadas pelo E7 são, na sua concepção, suficientes para que os agricultores familiares vivam com dignidade, com respeito na sua comunidade, sem que precisem deixá-la por falta de oportunidades. Visto que não se deve pensar em preservar o solo e desconsiderar o respeito pelo que há de mais essencial na natureza, o ser humano, privando-o de direitos fundamentais, pois a sociedade atual tem sofrido com a desigualdade e com o descaso.

No discurso a seguir, o E8 revela que a formação em Agroecologia modificou o seu modo de pensar a respeito do zelo e do cuidado com lugar onde vive. Conforme o E7, essa transformação é resultado tanto do saber acadêmico, bem como das práticas tradicionais agrícolas desenvolvidas por seu pai e observada pelo egresso, como expresso no excerto abaixo:

-E8: *“Com a formação em Agroecologia, houve mudança de pensamento...de princípios, de entender coisas [...] eu via que meu pai não usava só formas corretas de cultivar, às vezes, usava veneno e dizia que aquilo era preciso para acelerar o crescimento do produto e porque ele também não dava conta de capinar a lavoura sozinho. Eu consegui despertar e ver que isso é errado... a ter outra valorização do solo, do meio ambiente, do lugar onde a gente vive. Passei a respeitá-lo de forma mais consciente...entendendo que a gente não deve só sugar, tem que repor, regenerar para as próximas gerações.”*

O egresso, por meio da intertextualidade manifesta, do discurso indireto, relata que a sua maneira de enxergar o meio ambiente foi transformada, a partir de observação das técnicas aplicadas por seu pai (*“...eu via que meu pai não usava só formas corretas de cultivar, ele, às vezes, usava veneno e dizia que aquilo era preciso para acelerar o crescimento do produto e porque ele também não dava conta de capinar a lavoura sozinho.”*). O egresso constrói, a partir do discurso de outrem, um novo discurso, um novo modo de lidar com os recursos naturais, o que revela que o discurso relatado não é, na concepção do egresso, a forma coerente de preservar o meio ambiente, vai de encontro com princípios e valores do egresso a partir do conhecimento construído na sua formação profissional.

Podemos observar, no trecho a seguir, uma atitude ética do egresso (*“Eu consegui despertar e ver que isso é errado... a ter outra visão, outra valorização do solo, do meio ambiente, do lugar onde a gente vive.”*). O egresso emite um comportamento agentivo de quem

está engajado e preocupado socioambientalmente com a sustentabilidade, com a saúde planetária. Essa atitude nos remete a pensar no planeta como “*casa comum*”, tomamos essa expressão usada pelo Papa Francisco (2015) em sua *Carta Encíclica “Laudato si”*⁴⁷, um texto que parte do contexto ambiental para nos fazer lembrar que o planeta pertence a todos os seres e que devemos ter zelo por ele. O egresso, de certa forma, aciona essa outra voz, por meio da intertextualidade constitutiva, não atribuída a uma voz específica, mas o contexto de discussão permite o leitor fazer esta conexão. Esse posicionamento crítico, responsivo e de defesa ao meio ambiente na sua integridade também está presente em (“*Passei a respeitá-lo de forma mais consciente... a gente não deve só sugar, mas... tem que repor, regenerar para as próximas gerações.*”).

É notável que o egresso demonstra, em seu discurso, expressões linguísticas provenientes das práticas discursivas do curso ao mencionar (“*...a gente não deve só sugar, mas tem que repor, regenerar...*”). Neste contexto, os processos materiais “*repor*” e “*regenerar*”, estão voltados para o discurso técnico-científico. Vale ressaltar que os processos materiais correspondem àqueles relacionados a ações do mundo físico, responsáveis pela mudança no fluxo de eventos e que dependem de um ator para agir no processo de mudança (Halliday; Matthiessen, 2014). O E8 aponta que todos os que vivem e necessitam do meio ambiente devem ser responsáveis por cuidar da terra, isso está explícito com o uso da expressão “*a gente*”, incluindo-se e trazendo todos como agentes sociais responsáveis.

Em sequência, analisamos, no discurso de E9, traços intertextuais, ao trazer, para a discussão, algumas dificuldades enfrentadas no decorrer da assessoria técnica, no que diz respeito à resistência dos agricultores ao uso de fertilizantes químicos.

-E9: “*A maioria ainda tem muita resistência para deixar de usar o agrotóxico, quando a gente chega lá, eles dizem: “Ah, mas eu uso o veneno só no mato”. Só que tem o vento que pode levar para a plantação dele e contaminar o solo[...] aí eles dizem: “Ah, mas o vento não leva não”! Por outro lado, também tem a resistência à monocultura, tipo, eles dizem: “Ah, só planto macaxeira, ou só planto um tipo de hortaliça...” então a gente vai lá para mostrar que a Agroecologia não é a monocultura, não é isso, mas claro que não é mostrando de uma forma impositiva.*”

O egresso revela, por meio da categoria intertextualidade manifesta, do discurso direto

⁴⁷ A Encíclica do Papa Francisco faz menção ao cântico de São Francisco de Assis, em virtude de fazer uma analogia do planeta Terra como sendo nossa casa comum, que pode ser comparada ora a uma irmã, com quem partilhamos nossa vida, ora a uma mãe, que acolhe os filhos.

partir das vozes dos agricultores intercruzadas com a sua voz, que ainda perdura prática convencional no manejo de pragas e doenças por meio da aplicação de defensivos químicos (“A maioria ainda tem muita resistência para deixar de usar o agrotóxico...eles dizem: Ah, mas eu uso só no mato”. Só que tem o vento que pode levar para a plantação dele, também contamina o solo[...] aí ele diz: “Ah, mas o vento não leva não”!

Esse tipo de procedimento convencional de manejo vai de encontro às orientações éticas da Agroecologia que, enquanto ciência, visa apoiar ao processo de transição do modelo de agricultura convencional para estilos de agriculturas mais sustentáveis (Caporal, 2002). O egresso, ao questionar esse tipo de atividades, por meio de suas escolhas lexicais em, (“... o vento que pode levar para a plantação dele e contaminar o solo...”), demonstra conhecimento e comprometimento com a sua formação profissional. A modalidade epistêmica “**pode levar**” indica probabilidade de ação ofensiva e degradante para o solo, esse vocabulário está relacionado a áreas específicas do conhecimento em Agroecologia que primam preservação ambiental e pelo bem-estar humano.

Além da persistência do agrotóxico, ele traz o discurso direto relatado para revelar que a monocultura tem sido um entrave para a consolidação da Agroecologia nesse território, que é marcado por relações de profundas assimetrias. Os próprios agricultores confessam esta prática, enfatizando-a, usando o advérbio de exclusão “**só**” repetidas vezes (“...Ah, só planto macaxeira, ou só planto um tipo de hortaliça...”), essa prática não deve ser compreendida como agroecológica, visto que, como vimos discutindo, a Agroecologia fomenta o policultivo. O egresso assume o papel agentivo, por meio do termo coletivo “**a gente**”, inclui a Universidade e os demais colegas agroecólogos para indicar que tentam convencer os agricultores a não desenvolverem apenas um tipo de cultura (“Então a gente vai lá para mostrar que a Agroecologia não é a monocultura, mas claro que não é mostrando de uma forma impositiva.”).

Nesse trecho, depreendemos que o egresso, implicitamente, traz, para a sua fala, elementos discursivos das multidimensões da Agroecologia, como, por exemplo, a dimensão ética e cultural. Isso é evidenciado na sentença introduzida pelo conectivo adversativo “**mas**”, indicando que a orientação de mudança para o policultivo, para a não reprodução da prática hegemônica é feita de forma respeitosa e cautelosa, pois esses são princípios da Agroecologia. O E9 expressa que a relação dialética aprender e ensinar possibilita a troca de conhecimentos entre agricultores e destes com agroecólogos e pesquisadores de forma harmônica e equilibrada, respeitando a diversidade de saberes.

Finalizando esta seção, trazemos o discurso do E10 para analisar traços intertextuais no excerto: (*“A Agroecologia muda a qualidade de vida...quando eu falo em Agroecologia, eu viso um campo de estratégia, um renascer...você aprender e ensinar. Aqui, na comunidade, até as crianças buscam também aprender, quando elas veem algumas práticas agroecológicas elas perguntam: “Está fazendo o que?” Aqui na escola da comunidade quando eu chego lá, as crianças me chamam de doutora das plantinhas, se tem uma plantinha doente, elas dizem: “Chama a tia doutora das plantinhas”. Eles assimilaram que eu cuido das plantas”*).

O discurso da E10 parte da premissa de que a Agroecologia é transformadora de realidade (*“A Agroecologia muda a qualidade de vida...quando eu falo em Agroecologia, eu vejo um campo de estratégia, um renascer...você tenta aprender e ensinar.”*). A egressa nos permite entender que o conceito de Agroecologia, que ela detém, é proveniente de uma rede intertextual advinda de sua vivência na comunidade, como estudante e como profissional. Isso está discursivamente pressuposto pelo uso do processo mental *“vejo”* e nos processos materiais *“tenta aprender”* e *“ensinar”*, esses processos, respectivamente, indicam percepção de suas experiências e ações que provocam mudanças. Quanto à construção discursiva do conceito de Agroecologia trazido pela egressa, é possível identificar que seu discurso faz intertexto com discurso anterior ao seu atual argumento. Essa relação intertextual está suposta e não atribuída diretamente (Fairclough, 2003) ao autor do texto fonte.

Na fala da egressa, podemos inferir que, ao afirmar que ela visa a Agroecologia como *“estratégia”*, ela faz uso de um termo usualmente empregado no conceito científico de Agroecologia como paradigma que dispõe de estratégias, metodologias para orientar as ações dos agricultores familiares, comumente apresentado por Caporal (2002), para quem a Agroecologia é compreendida como uma ciência, conjunto de conhecimento, que orienta práticas agricultáveis mais sustentáveis. Além da intertextualidade pressuposta, há evidências de vozes de outrem por meio do uso da intertextualidade manifesta do relato direto.

Isso está presente no discurso da egressa, ao relatar que as crianças da comunidade na qual a egressa está inserida a conhecem como aquela que cuida das plantas (*“...se tem uma plantinha doente, elas dizem”: “Chama a tia doutora das plantinhas”*). Por meio do verbo dicendi *“dizer”*, a egressa articula a sua voz à voz das crianças, o intercruzamento dessas vozes revela representações diferentes no contexto situacional de quem relata o discurso e de quem fala. Visto que essas vozes representam atores sociais com papéis sociais e condições de intervenção diferentes, essas diferenças não são só no âmbito textual, mas em eventos sociais particulares (Fairclough, 2003).

Quadro 34 - Síntese da análise do bloco temático 4

Relações intertextuais nos discursos dos egressos
Neste bloco, ao analisar as relações intertextuais no discurso dos egressos, identificamos que, no decorrer das entrevistas, ao se referirem à formação em Agroecologia e a sua atuação como agroecólogo no contexto da Mata Sul-PE, os egressos entrelaçaram outras vozes aos seus discursos . Constatamos que houve, com mais recorrência, a presença da intertextualidade constitutiva , ficando a intertextualidade manifesta menos evidente. Por meio da intertextualidade, os egressos demonstraram aspectos do conhecimento teórico e prático advindos do paradigma da Agroecologia, tanto como ciência, movimento e prática. Foram capazes de fazer intertexto com argumentos críticos a partir das diversas dimensões da Agroecologia.

7.5 Análise linguístico-discursiva da concepção dos docentes acerca das estruturas de dominação histórico-cultural na Mata Sul-PE

Neste último bloco, analisamos, nos discursos dos docentes, se estes, como formadores e mediadores no processo de formação profissional de estudantes de uma área que se opõe às convenções sociais do Agronegócio, da exploração da mão de obra, do uso degradantes dos recursos naturais, posicionam-se contra essa estrutura dominante, principalmente no território da Mata Sul-PE. Trouxemos, para a análise, só o discurso da categoria docentes, pois partimos da premissa de que os discursos desses atores sociais envolvidos diretamente nas práticas discursivas e sociais do CST em Agroecologia, como docentes e representantes do colegiado, têm particular relevância para compreender a função social do curso como instrumento questionador das estruturas sociais.

Entendemos, assim, que esses atores sociais têm o papel fundamental e a autonomia intelectual de usar seus conhecimentos para mobilizar debates e discussão junto aos seus estudantes e comunidade externa, acerca das questões sociais de raízes coloniais que são perenes no contexto socioterritorial em que o *Campus* está inserido. Analisar esses discursos foi importante para identificar se a Universidade está exercendo a sua responsabilidade social, atuando em prol da classe minorizada, inserindo-a nos debates e questionamentos sobre ações e políticas que oprimem e ignoram os seus direitos. Por outro lado, as construções discursivas dos docentes nos permitiram também refletir se a Universidade está priorizando apenas as habilidades e as competências exigidas pelas mudanças impostas pelo discurso do Novo Capitalismo, isto é, o modo pelo qual o discurso do gerenciamento tem colonizado instituições

públicas e organizações como as universidades” (Fairclough, [1992], 2016) a formarem profissionais, conforme as suas convenções e necessidades empresariais.

Fundamentados na crítica apresentada por Fairclough, entendemos que compete à Universidade problematizar certas demandas instituídas pelo mercado empresarial que visam apenas ao crescimento socioeconômico de uma parcela da população em detrimento de outra. O discurso da Universidade deve inspirar novas possibilidades para mudança e transformação social. Ademais, deve estar pautado nas agendas que defendem o reconhecimento e a consolidação dos direitos, da equidade, denunciando as injustiças sociais e intervindo na construção de uma nova sociedade.

Assim, com base nessas reflexões, dedicamo-nos ao quarto objetivo específico da Tese: **Analisar se o discurso dos docentes estimula questionamento das estruturas históricas de dominação advindas do Agronegócio.**

Os recortes discursivos desta seção partiram de questionamentos no decorrer da entrevista acerca das estruturas históricas provenientes da monocultura no território da Mata Sul-PE e suas interferências para a formação em Agroecologia e inserção do agroecólogo nesse campo de disputa. Para a análise linguístico-discursiva destes recortes, fizemos uso das categorias: modalidade, transitividade, avaliação, nominalização e representação.

Quadro 35 - Representações discursivas dos docentes acerca das estruturas históricas dominantes oriundas do Agronegócio na Mata Sul-PE

D1	<i>“A difusão da Agroecologia na Mata Sul tem sido um problema muito maior do que a própria inserção do egresso na região, porque diante de todo o contexto socioeconômico, os agricultores não têm condição de pagar assessoria técnica, ficam dependente de outras instituições, refêem da cana-de-açúcar [...]outro gargalo é a questão da comercialização, de venda desses produtos... é difícil competir com a agricultura convencional. Por outro lado, se a gente for para o Agronegócio né, já é comum ter os escritórios particulares de assistência técnica...isso porque eles têm facilidade de financiamentos.”</i>
D2	<i>“...esse trabalho do sistema canavieiro foi tão bem-feito a ponto de não deixar que as pessoas se organizassem de forma social adequada. Em sala de aula, também não conseguimos perceber esse pessoal trabalhando junto, ou tendo um propósito para trabalhar junto, mesmo tendo as mesmas necessidades[...]Nós temos diversos componentes curriculares que estão muito ligados com essas discussões acerca das estruturas sociais possibilitando provocações para os estudantes entenderem o contexto da região articulando a contextos de outras regiões, como os monocultivos e explorações... a gente através do CST em Agroecologia está começando a remar contra a monocultura na região.”</i>

D3	<i>“Nesse processo de monocultura e de bovinocultura, não tem inserção do agroecólogo, a prática do Agronegócio não valoriza o trabalho da Agroecologia [...] a gente tá lutando, é um riozinho contra uma onda gigante... mas quem sabe aí com as políticas públicas voltando, com este atual governo, pois tem que ter o incentivo maior de políticas públicas... tem que ter capital, tem que ter um incentivo para o pequeno agricultor.”</i>
D4	<i>“... Bem a gente vem discutindo essa questão de domínio na região, mas vou dar uma notícia: a cana-de-açúcar não vai desaparecer, o veneno não vai desaparecer, o gado não vai acabar. Agora a sua posição de consumidor pode mudar. Se o consumidor no futuro chegar e dizer eu não consumo mais veneno, o mercado vai ter que se adaptar. Não gosto de usar esse termo, mas o Agronegócio/a agricultura não familiar já entendeu isso, não deixou de usar veneno, mas está reduzindo, mas continua sendo a agricultura do veneno, porque os drones continuam distribuindo veneno.”</i>
D5	<i>“...acho que a gente está num momento de reconstrução e a Agroecologia, nesse sentido, traz essa discussão né, fazendo questionamento crítico e analisando esse perfil do agricultor enquanto funcionário de uma usina de açúcar, preso a esse passado e, agora tendo a liberdade de ser dono, proprietário de seu modo de produção, e não ficando engessado a uma única cultura, porque se a usina falir, ele fale junto com ela. Assim a gente quer quebrar um pouco dessa subsistência e pensar na existência completa do ser enquanto produtor, enquanto agroecólogo no campo.”</i>

Nos discursos dos docentes, podemos observar que eles se posicionam como agentes sociais críticos frente às questões sociais do território, como apresentamos nas análises a seguir. Inicialmente, o D1 aponta fatores que implicam a disseminação da Agroecologia no território da Mata Sul-PE (*“A difusão da Agroecologia na Mata Sul tem sido um problema muito maior do que a própria inserção do egresso na região, porque diante de todo o contexto socioeconômico, os agricultores não têm condição de pagar assessoria técnica, ficam dependente de outras instituições, refêm da cana-de-açúcar [...]”*). O D1 introduz o seu discurso fazendo uso da categoria avaliação, expondo a sua visão crítica por meio de declaração de juízo de valor (Fairclough, 2003). Ele argumenta que o sistema liderado pela monocultura impossibilita a ascensão socioeconômica dos pequenos agricultores, não lhes proporciona condições de contratação de assessoria técnica.

Isso, na concepção do D1, é um entrave para (*“A difusão da Agroecologia na Mata Sul ...”*) o que tem sido conforme o docente (*“...um problema muito maior do que a própria inserção do egresso na região...”*), ficando, assim, subentendido no discurso do docente, por meio de pressuposto, que o agroecólogo não está conseguindo se inserir como profissional na região, isso tem se tornado um problema na formação da Agroecologia. O D1 aponta que

anterior a este problema há outro superior a este – a ausência da disseminação da Agroecologia no território, este último é, conforme o docente, um empecilho para a inserção do egresso como profissional, pois se a Agroecologia, como prática social, não é consolidada, não tem onde o agroecólogo atuar. Fica claro que o D1 problematiza este entrave, compreende-o como um fator negativo, mas não há no discurso do D1 o autor responsável por esse impedimento, fazendo uso da categoria linguística nominalização (Fairclough, 2003), converte o processo (verbo) “*difundir*” em substantivo, “*difusão*”, seguido de verbo na voz passiva “*tem sido*”, ocultando assim o responsável pela ação.

O docente argumenta que o contexto socioeconômico da região é um dos entraves que impede a consolidação da Agroecologia. Para os agricultores produzirem nos moldes das orientações da Agroecologia, eles precisam de fomento financeiro e de assessoria para acompanhar seus projetos, sozinhos, raramente, conseguem êxito, isso está expresso no discurso do D1 (“... *os agricultores não têm condição de pagar assessoria técnica, ficam...refêns da cana-de-açúcar...*”). Isso revela que, quem controla a economia do território é o Agronegócio, isto é, a cana-de-açúcar, contribuindo para os agricultores continuarem subordinados ao modelo hegemônico imperante na região, é quem controla a economia do território.

No discurso do D1, o termo “*refêns da cana-de-açúcar*” tem uma conotação bastante forte e significativa no contexto sócio-histórico da Mata Sul-PE, remete-nos ao processo colonizador, o que nos faz pensar que este não teve fim. Ao usar este termo, o docente, de certa forma, denuncia que o agente (agricultor), na sua passividade imposta, continua sendo colonizado, isto é, desenvolvendo práticas sociais impostas pelo colonizador (empresariado rural). Nesse discurso, depreendemos que o poder hegemônico do Agronegócio mantém determina, impõe e restringe as práticas sociais do trabalhador. Ao nos referirmos a poder, neste recorte discursivo, usamos poder nos termos de Fairclough (1989), para quem o poder no discurso refere-se à atuação de agentes sociais poderosos/dominadores, que controlam a ação dos demais agentes, principalmente, daqueles que estão em desvantagem no que se refere ao poder. Os desprovidos de recursos financeiros não conseguem desenvolver os seus projetos de agricultura familiar e difundir a Agroecologia.

Nesse sentido, o D1 traz uma crítica pontual, ao comparar as duas vertentes de produção agrícola (“*Por outro lado, se a gente for para o Agronegócio né, já é comum ter os escritórios particulares de assistência técnica...isso porque eles têm facilidade de financiamento.*”). Temos, então, no discurso de D1, dois polos antagônicos, ficam evidentes que esses dois

modelos de produção têm restrições para uns e facilidades para outros, conforme abordamos no capítulo III desta Tese. A monocultura continua disseminando a ideologia de que esse modelo de agricultura é a que dá retorno e tem venda certa, não tem dificuldade em escoar a produção. No entanto, quando se refere à comercialização oriunda dos agricultores familiares, estes não têm amplo mercado de venda.

Este é outro problema apresentado no discurso do D1, a dificuldade no escoamento da produção do agricultor familiar (“...*outro gargalo é a questão da venda desses produtos... é difícil competir com a agricultura convencional.*”). Ao final da sua fala, o D1 usa o processo material “*competir*”, que denota divisão social e econômica, que provoca cada vez mais o distanciamento entre o grande empresariado e o pequeno produtor rural. O D1 se posiciona contra essa estrutura social, mas não conseguimos identificar, em sua fala, sugestões para possíveis intervenções político-pedagógicas para tentar romper com estes grilhões da monocultura que persistem na Mata Sul-PE.

A seguir, observamos que o posicionamento discursivo do D2 aborda consequências implantadas a partir do sistema da monocultura instalado nesse território há séculos. Como podemos visualizar neste recorte (“...*esse trabalho do sistema canavieiro foi tão bem-feito a ponto de não deixar que as pessoas se organizassem de forma social adequada. Em sala de aula também não conseguimos perceber esse pessoal trabalhando juntos... mesmo tendo as mesmas necessidades...*”). O D2, como produtor do discurso, faz escolhas lexicais que revelam contestação, avaliação negativa acerca de práticas sociais provenientes da estrutura social instalada na Mata Sul-PE. Vale destacar que as escolhas lexicais não surgem aleatoriamente no discurso, visto que as palavras são políticas, pois o discurso é um dos elementos da prática social (Fairclough, 2003), é questionador de problemas que afetam agentes sociais.

O D2 Sinaliza, em seu discurso, que o sistema canavieiro impôs um modelo hegemônico em tamanha proporção que bloqueou os agentes sociais desse território a se organizarem socialmente e lutarem contra a essa estrutura dominante (“...*foi tão bem-feito a ponto de não deixar que as pessoas se organizassem de forma social adequada.*”). Nesse trecho, observamos que o D2 enfatiza o efeito negativo do sistema canavieiro. por meio do modalizador adverbial de intensidade “*tão*”. modificando a locução adjetiva “*bem-feito*”, expressão que, no discurso do D2, tem um certo tom de ironia, visto que o seu significado. nesse texto. tem uma conotação negativa acerca do efeito causado para determinado grupo. Os significados das palavras são questões que podem variar socialmente, são instáveis (Fairclough [1992], 2016). conforme o contexto em que elas estão sendo usadas.

O D2 argumenta que o efeito da dominação canavieira resultou em (“... *não deixar que as pessoas se organizassem de forma social adequada...*”). Isso implica formação de um grupo social subalterno às orientações e imposições de outrem, constitui uma sociedade passiva que não toma iniciativa em conjunto para buscar a sua emancipação. A monocultura intenta manter a população a sua mercê, mantendo, assim, a sua hegemonia. Conforme o docente, essa passividade também é perceptível durante as práticas sociais e discursivas por parte dos docentes, mesmo eles estando inseridos no mesmo contexto social de exploração, não se mobilizam (“*Em sala de aula também não conseguimos perceber esse pessoal trabalhando juntos... mesmo tendo as mesmas necessidades*”).

Diante desse contexto, o docente aclara que, como tentativa para reverter este cenário, o CST em Agroecologia, por meio de alguns componentes do PPC, problematiza essas questões sociais, visando à transformação social, expresso em: (“...*nós temos componentes curriculares que problematizam essas discussões...possibilitando provocações nos estudantes para que entendam o contexto da região articulando a contextos de outras regiões, como os monocultivos e explorações... a gente através do CST em Agroecologia está começando a remar contra a monocultura na região*”). Esse recorte traz um discurso com perspectivas potencializadoras de mudança, o docente se coloca como agente da ação junto ao colegiado do curso, tal interpretação está explícita no uso do pronome “*nós*” e pelo termo “*a gente*”, indicando o comprometimento do CST em Agroecologia em articular debates para intervir contra a hegemonia instalada pelo processo da monocultura.

O D2 traz a representação do curso como um evento social que está agindo contra a persistência da monocultura na região, expresso em: (“...*o CST em Agroecologia está começando a remar contra a monocultura na região*”). É importante destacar o sentido conotativo/metafórico do processo “remar”, nesse contexto discursivo, “remar” está empregado para indicar esforço, enfrentamento a um sistema dominador. O D2 chama atenção no sentido de que a consolidação da Agroecologia, como processo contra-hegemônico, dependerá do fortalecimento e da capacidade organizativa das próprias comunidades para desenvolver alternativas produtivas que permitam melhorar suas condições de vida e aproveitar seus recursos de forma sustentável (Leff, 2002). O discurso do docente nos faz entender que a prática discursiva do CST em Agroecologia é um modo de luta hegemônica que tenta romper as ordens do discurso existentes (Fairclough [1992], 2016), isto é, a hegemonia do Agronegócio nesse nosso contexto discursivo.

Nessa mesma esteira discursiva, analisamos, a seguir, o discurso do D3, que também traz avaliações e argumentos semelhantes aos discursos do D1 e D2 acerca dos efeitos causais da monocultura, conforme expresso em: (*“Nesse processo de monocultura, não há inserção do agroecólogo, a prática do agronegócio não valoriza o trabalho da Agroecologia [...] a gente tá lutando, é um riozinho contra uma onda gigante... mas quem sabe aí com as políticas públicas voltando, com este atual governo, pois tem que ter o incentivo maior de políticas públicas... tem que ter capital, tem que ter um incentivo para o pequeno agricultor.”*). O discurso do D3 apresenta, inicialmente, uma declaração avaliativa negativa, por meio do processo existencial “*há*”, tipo de oração que representa ou atesta a existência ou não de fenômenos (Halliday e Matthiessen, 2014), sua estrutura não contém um agente específico, é constituída por circunstância e pelo existente.

No discurso do D3, o processo existencial está revelando a inexistência do trabalho do agroecólogo nos espaços onde predominam a monocultura (*“...Nesse processo de monocultura, não há inserção do agroecólogo, a prática do agronegócio não valoriza o trabalho da Agroecologia ...”*). Há, nesse recorte, a presença do processo mental “*valorizar*” - tipo de processo que indica a percepção do agente sobre a realidade (Fuzer e Cabral, 2014) - acompanhado do advérbio negativo “*não*”, por meio do qual o D3 enfatiza que o modelo de produção do Agronegócio não reconhece a importância das práticas sociais fundamentadas no paradigma da Agroecologia. Essa avaliação, na ótica do D3, traz marcas intertextuais com as multidimensões que a Agroecologia apresenta como parâmetros a serem seguidos para que todo o ecossistema seja respeitado na sua íntegra.

O D3 aciona a linguagem metafórica para comparar as duas vertentes políticas de produção agrícola constituídas por diferentes perspectivas e propósitos sociais (conforme discutimos no capítulo III desta Tese). Isso fica evidenciado em (*“... a gente tá lutando, é um riozinho contra uma onda gigante...”*). Por meio do processo material “*lutando*” e do processo relacional “*é*”, respectivamente no gerúndio, indicando ação em curso, e, no presente, revela que as práticas sociais do curso vêm lutando para consolidar a Agroecologia como prática social nesse território, enfrentando uma política de produção agrícola gigantesca já instalada no território desde a colonização. Essa interpretação está subentendida tanto pelo contexto sócio-histórico como pelos elementos linguísticos presentes na relação metafórica em “*...um riozinho contra uma onda gigante...*”, nessa expressão, o docente alude “*riozinho*” à Agroecologia e “*onda gigante*” ao Agronegócio.

Vale destacar que o docente traz para o debate uma questão recorrente no percurso das nossas análises, trazidas também por outros colaboradores: acesso às políticas públicas para os agricultores familiares, sem as quais eles não conseguem avançar. O D3 reforça essa necessidade, por meio da modalidade deôntica *“tem que ter”*, deixando claro que isso é obrigação do Estado (*“...quem sabe aí com as políticas públicas voltando, com o atual governo...tem que ter um incentivo para o pequeno agricultor.”*). Nesse recorte, percebemos que o docente, implicitamente, faz alusão a períodos políticos em que tivemos governo que pouco fez para consolidar as políticas para a agricultura familiar, ao mesmo tempo deixa transparecer um discurso de esperança, visto que o atual governo tem uma agenda mais voltada para as questões sociais. Fica, portanto, evidenciado que, na concepção de D3, para que essas relações assimétricas de poder existentes na Mata Sul-PE sejam amenizadas, é necessário formação profissional e apoio governamental aos pequenos agricultores, criando, assim, outras relações de poder contra-hegemônico e agenciamento pela própria população minorizada, visando à transformação social.

Na sequência, analisamos o discurso do D4, que aclara que a monocultura é um modelo agentivo de produção que não acabará, mas poderá modificar o modo de produção, causando menos danos à população. (*“... Bem a gente vem discutindo essa questão de domínio na região, mas vou dar uma notícia: a cana-de-açúcar não vai desaparecer, o veneno não vai desaparecer, o gado não vai acabar. Mas a sua posição de consumidor pode mudar. Se o consumidor no futuro chegar e dizer eu não consumo mais veneno, o mercado vai ter que se adaptar”*). Nesse discurso, fica implícito que as estruturas sociais são organizadas pelo ser humano e, por meio dele, ela também pode e deve ser modificada, ao se perceber que o domínio assimétrico das relações de poder vem se tornando práticas sociais causadoras de danos prejudiciais à humanidade. Podemos observar que as escolhas lexicais do D4 têm o propósito comunicativo de, inicialmente, criar uma expectativa no leitor/ouvinte, ao usar o processo material *“vou dar”*, seguido do escopo-processo *“uma notícia”* (*“...vou dar uma notícia: a cana-de-açúcar... o veneno não vai desaparecer, o gado não vai acabar...”*).

Depreendemos que o D4 problematiza as questões sociais enraizadas no território da Mata Sul-PE, ampliando essa discussão para um contexto mais abrangente, uma vez que o que ele traz, nesse texto, é um chamamento para que a sociedade afetada pelo domínio de um modelo de produção agrícola que causa mal à saúde, que explora a mão de obra, do capitalismo avançado, que desrespeita os agroecossistemas, seja alterado pela própria população. Isso está expresso através das suas escolhas linguísticas em (*“..., mas sua posição de consumidor pode*

mudar. Se o consumidor no futuro chegar e dizer eu não consumo mais veneno, o mercado vai ter que se adaptar”). Nesse contexto discursivo, retomamos (Halliday, 2014), ao argumentar que, a partir das escolhas linguísticas, os falantes produzem significados e se posicionam ideologicamente diante das questões sociais, uma vez que a língua tem um sistema potencial de significados, que podem levar à mudança social.

Os argumentos do D4 seguem a lógica de que essa estrutura dominante não é fixa, ela pode ser modificada, pois ela existe porque a sociedade a sustenta, a partir do momento em que o consumidor reverter este cenário, elencando o que quer consumir e como dever ser produzido a matéria-prima, pode ser que ocorra uma transformação na constituição do modelo do Agronegócio. Para tal, os agentes sociais precisam resistir às práticas hegemônicas, contestar e agir coletivamente pela mudança social, pois é no ser humano que reside o potencial de transformar as estruturas sociais fundadas na exploração, na desigualdade e na opressão.

Isso implica envolvimento e organização dos agentes sociais com o apoio de instituições e movimentos sociais, a partir de debates perenes acerca desses problemas, pois, sabemos que, no Brasil, o Agronegócio tem uma forte organização e apoio político (conforme discorremos no capítulo III desta Tese). Fundamentados na ótica da ACD, ressaltamos que estruturas sociais e agência humana não se reduzem uma à outra, mas são interdependentes, a ponto que as estruturas tanto são condição como resultado da agência humana, ao mesmo tempo as reproduz e as transforma [...] as estruturas com as quais um ator social lida hoje foram conformadas em ações anteriores de atores sociais que o antecederam (Vieira e Resende, 2016).

Ainda nessa esteira crítico-discursiva, o D4 elucida que é possível identificar que, devido a pressões e exigências dos consumidores, já houve certa mudança na redução do agrotóxico (*“...o agronegócio já entendeu isso, mas não deixou de usar veneno, mas está reduzindo, mas continua sendo a agricultura do veneno, porque os drones continuam distribuindo veneno”*). O docente questiona que, apesar de o modelo produtivo do Agronegócio já ter compreendido que a sociedade está mudando seu hábito alimentar, (*“... ele ainda continua sendo a agricultura do veneno, porque os drones continuam distribuindo veneno”*). Nesse contexto histórico-social, quem mais sofre com essa pulverização de agrotóxico são os pequenos agricultores, uma vez que eles têm as suas pequenas plantações próximas ao canavial, outrossim, acabam inalando a substância química.

Finalizando este bloco, analisamos o discurso do D5, a partir do excerto a seguir:

- D5: *“...acho que a gente está num momento de reconstrução e a Agroecologia, nesse sentido, traz essa discussão né, fazendo questionamento crítico e analisando esse perfil do agricultor enquanto funcionário de uma usina de açúcar, preso a esse passado e, agora tendo a liberdade*

de ser dono, proprietário de seu modo de produção, e não ficando engessado a uma única cultura, porque se a usina falir, ele fale junto com ela. Assim a gente quer quebrar um pouco dessa subsistência e sim, e pensar na existência completa do ser enquanto produtor, enquanto agroecólogo no campo.”

Identificamos que o D5 faz uma análise positiva acerca do paradigma da Agroecologia, no combate aos grilhões da dominação histórica da monocultura no território da Mata Sul-PE, é possível observar que ele faz uma síntese do processo colonizador que marcou a vida dessa população. Com base na avaliação do D5, a linguagem do paradigma da Agroecologia está sendo usada a favor de um novo grupo social, de uma nova identidade, visando à emancipação dessa população que era/é subalterno à cultura da monocultura. Essa avaliação está expressa nos recursos linguísticos utilizados pelo D5 em (“...*acho que a gente está num momento de reconstrução... e a Agroecologia...ela traz essa discussão fazendo questionamento crítico e analisando esse perfil do agricultor enquanto funcionário de uma usina de açúcar, preso a esse passado e, agora tendo a liberdade de ser dono, proprietário de seu modo de produção*”).

Esse recorte traz uma série de elementos linguísticos que tem uma carga semântica bastante significativa em relação à representação que o D5 tem acerca das questões socioterritoriais e das identidades dos agentes sociais que residem nessa região. Por meio do processo mental “*acho*”, o D5 revela as suas experiências e percepção de mundo, como também o modo de o compreender (Halliday e Matthiessen, 2014), acreditando na mudança social a partir do CST em Agroecologia. É importante destacar que essa análise discursiva não é pessoal, apesar de o processo está na primeira pessoa do singular. Visto que, em seguida, o D5 usa o termo “*a gente*”, inserindo-se no discurso como um ser agentivo, mas não sozinho, ele envolve os que fazem parte do CST em Agroecologia, revelando o engajamento social do grupo.

O D5 entende que o discurso da Agroecologia, no território da Mata Sul-PE, está em um momento de renovação, de transformação e mobilização social “*reconstrução*”, provocando o questionamento crítico e possibilitando mudança no “*perfil do agricultor*” desse território (“...*acho que a gente está num momento de reconstrução...*”). O docente expressa que o agricultor familiar está passando de um patamar profissional marcado pela subserviência do trabalho do sistema canavieiro para viver e produzir “livremente”, tendo (“...*a liberdade de ser dono, proprietário de seu modo de produção*”). Podemos, assim, depreender que o discurso da Agroecologia apresenta um movimento inverso ao modelo da monocultura.

Há, no discurso do D5, uma representação da Agroecologia como evento social que tem um grande potencial para resgatar a dignidade do agricultor, para incentivar a lutar a favor dos seus direitos, a sair de uma condição de subordinação e exclusão socioeconômica. Isso está

implícito linguisticamente em (“... Assim a gente quer quebrar um pouco dessa subalternidade e pensar na existência completa do ser enquanto produtor e agroecólogo no campo”). Mais uma vez observamos o engajamento social do docente se envolvendo na ação e inserindo o curso como agente responsável na luta pela equidade social - por meio do termo “*a gente*” - em defesa da transformação e emancipação social dessa população que vive no campo e que ainda não é respeitada integralmente enquanto produtor rural/agroecólogo (“...e pensar na *existência completa do ser enquanto produtor e agroecólogo no campo*”). O ponto central aqui é a questão do reconhecimento do valor de cada indivíduo, da dignidade e do respeito, na concepção do D5, o CST em Agroecologia vem discutindo nesse caminhar, acreditando que é possível que os agentes sociais do campo rural tenham seus direitos e dignidade humana.

Ao analisar os discursos dos docentes, nesta seção, notamos que eles apresentaram potencial agenciador (Fairclough, 2003), como agentes críticos acerca das estruturas de dominação da monocultura ainda perene na Mata Sul-PE.

Quadro 36 - Síntese da análise do bloco temático 5

A voz dos docentes acerca das estruturas de dominação histórico-cultural na Mata Sul-PE
Neste bloco, identificamos, nos discursos dos docentes, posicionamento crítico em relação à estrutura dominante do modelo de agricultura hegemônico na Mata Sul-PE e suas consequências para o desenvolvimento dos agricultores familiares. Seus discursos sinalizaram que estes atores sociais vêm problematizando questões de dominação com os estudantes. O espaço acadêmico tem sido, conforme os docentes, relevante para apontar caminhos no intento de romper as amarras da dominação histórica. Por vezes, alguns docentes pontuaram que é necessário que as políticas públicas destinadas ao segmento da agricultura familiar sejam eficazes, cheguem ao alcance desses agentes sociais, do contrário, o Agronegócio continuará impondo o seu modelo de produção. No geral, os discursos dos docentes fazem uma síntese do processo colonizador que marcou a vida socioeconômica dessa população e questionam que o atual modelo de produção hegemônico na Mata Sul-PE condiciona mais o potencial dos agentes sociais do que os incentiva para a transformação social. Por fim, evidenciamos que, na concepção dos docentes, para amenizar os efeitos das relações assimétricas de poder neste território é necessário luta perene e organização social, pois esse sistema hegemônico tem um grande poderio e a população minorizada sozinha não detém de informação suficiente para contestar e lutar pela transformação social.

No próximo tópico, apresentamos as considerações e conclusões, no intuito de fazer um desfecho acerca da discussão traçada neste caminhar da escrita e análise, tendo a convicção de que a amplitude e a complexidade dessa temática não se esgotam nesta pesquisa. Esperamos que outras possibilidades de análise e de complementariedade possam emergir desta pesquisa para tecer novas significações dos discursos desses atores sociais e novas propostas de

intervenção social para a mudança do cenário aqui discutido, tendo a Agroecologia como paradigma contra-hegemônico e caminho para a emancipação da população rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa trajetória de descrição social, econômica, política, cultural, educacional e ambiental e do processo etnográfico que marca a identidade do percurso desta Tese, concluímos que os discursos dos colaboradores da pesquisa apontam uma série de desafios que impedem a efetiva consolidação da Agroecologia como prática social e a formação profissional do agroecólogo no território da Mata Sul-PE. Nossas análises críticas e interpretativistas foram apoiadas na etnografia e na materialidade textual, destacando a representação dos discursos e sua dimensão como prática social, com intuito de expressar denúncias, críticas e questionamentos em busca de transformação social.

As análises evidenciam como os colaboradores desta pesquisa (egressos, docentes, ONG Centro Sabiá e agricultores não familiares) representam a Agroecologia e como eles manifestam suas identidades como agroecólogos e suas leituras sociais e políticas do território no qual existem e resistem. Após a análise dos discursos dos docentes acerca do entendimento da Agroecologia como alternativa para desenvolvimento socioeconômico e autonomia profissional dos egressos no território da Mata Sul-PE, concluímos que esses atores compreendem a Agroecologia como ferramenta adequada para a transformação social da região.

Constatamos, ainda, que os docentes avaliam criticamente o modelo do atual desenvolvimento na região, caracterizado por uma concentração de poder econômico e social, que reflete a hegemonia histórica da monocultura e a exclusão de agricultor do modelo rentável de trabalho. Os docentes entendem que há, no território, uma forma de "colonização" que limita as possibilidades de mudança mental e social da população rural. Os docentes trazem para a discussão obstáculos para desenvolvimento da Agroecologia como prática social, dentre eles, a imposição da monocultura como modelo único, a falta de infraestrutura e ausência da efetivação de políticas públicas adequadas.

Acerca da contribuição do curso para a região, concluímos que, de forma geral, os docentes reconhecem a sua relevância como instrumento de mudança e descolonização de discursos e práticas que vêm contribuindo para a transformação social das comunidades rurais. O curso tem contribuído, principalmente, para a emancipação das mulheres (conforme vimos no discurso de D5 no capítulo 7, **item 5.7** desta Tese, bem como nos dados revelados no gráfico 1 do **item 6.2.1**, capítulo 6) e para a formação acadêmica na região. Apesar desse avanço, os docentes revelam que há necessidade de ações conjuntas entre Academia, comunidades e

instituições, para superar os desafios e ampliar o debate para romper com os grilhões da dominação patriarcal. Os docentes trazem críticas à própria estrutura do IFPE, argumentam que há falta de visibilidade e apoio institucional advinda da própria Reitoria, é perceptível a exclusão do *Campus* em eventos locais significativos acerca da Agroecologia, apesar de ser o único *Campus* que oferta este curso no âmbito dos dezessete *Campi* e isso demonstra a concentração do poder institucional.

Em relação ao discurso da ONG Centro Sabiá, concluímos que os membros dessa instituição defendem que só há consolidação da Agroecologia como alternativa para o desenvolvimento da região se houver integração desta com as questões e com as lutas sociais e políticas. Os discursos da ONG Sabiá apontam que não haverá transformação social sem o enfrentamento ao modelo imposto pela lógica do capital e da colonização predominante na região, que ocasionam práticas opressivas à população rural. Para isso, eles destacam que é necessário ação coletiva e engajamento de diversos atores sociais, visto que a Agroecologia é uma estratégia de luta que busca provocar mudanças estruturais nas políticas públicas.

Quanto à concepção acerca da contribuição do Curso para o desenvolvimento da Mata Sul-PE, concluímos que a ONG considera que esta foi uma estratégia fundamental na luta contra as desigualdades na Mata Sul-PE e na valorização do conhecimento agroecológico e do agricultor familiar. Os discursos da ONG apontam, também, uma visão crítica acerca das limitações e dos desafios na execução do curso, como, por exemplo, as limitações na acessibilidade os estudantes (auxílio financeiro para a permanência do estudante no curso), pois o modelo atual do curso não atende plenamente às necessidades dos jovens do meio rural.

Outro aspecto é a falta de empregabilidade para os egressos, a ONG Sabiá chama a responsabilidade da instituição na criação de mecanismos para integrar os egressos ao mercado de trabalho. A ONG expressa a necessidade de o IFPE articular parcerias e fomentar políticas para garantir empregos aos egressos, pois o patriarcalismo e o controle do empresariado rural - colonialidade do poder e do ser - neste território, são vistos como obstáculos à transformação social tão almejada.

Em relação à concepção dos egressos acerca da Agroecologia, como alternativa para a mudança social do território da Mata Sul-PE e para inserção profissional, concluímos que os egressos entendem a Agroecologia como uma prática de transformação social e ambiental, especialmente no contexto histórico de domínio da monocultura da cana-de-açúcar. Eles concebem a Agroecologia como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento sustentável, para autonomia e diversidade produtiva, para os agricultores familiares e uma solução viável

para as especificidades da região. Outro ponto destacado pelos egressos é que a Agroecologia tenta unir os saberes populares com o conhecimento acadêmico. Assim como os docentes e a ONG Sabiá, os egressos também trazem, em seus discursos, alguns dos muitos desafios e obstáculos que há para a consolidação da Agroecologia como prática social na Mata Sul-PE: a resistência ao novo modelo agroecológico, à falta de infraestrutura e de políticas públicas consistentes, destacando o período de 2017 a 2022 como o que mais afetou negativamente a agricultura familiar, e à concentração fundiária.

Em suma, os egressos compreendem Agroecologia como uma prática que proporciona autonomia ao agricultor familiar, como forma de fortalecer a identidade, a emancipação econômica e a dignidade das populações rurais, estabelecendo uma relação equilibrada com o meio ambiente. Os egressos acreditam também na transformação social da realidade sócio-histórica da Mata Sul-PE, mas, para isso, eles afirmam ser necessário ter assessoria técnica e um efetivo engajamento da sociedade civil, incluindo a participação de agricultores, além de uma atuação ativa das Universidades nas comunidades para conectar a teoria com a prática.

Quanto à contribuição do curso, os egressos consideram o curso como um poderoso recurso de transformação para os estudantes, principalmente, aqueles das comunidades rurais que veem poucas opções de futuro. Os egressos percebem que o curso faz parte de uma política educacional capaz de romper com condição social anterior ao ingresso no curso, viabilizando que eles atinjam outro patamar social com conquistas da emancipação e do empoderamento. Os egressos destacam a importância do impacto da autonomia profissional, especialmente para as mulheres rurais que enfrentam outros entraves além do educacional, como outras opressões advindas do sistema patriarcal. Os egressos destacam, de forma crítica, que a Universidade deve promover mais projetos de extensão direcionados aos assentamentos rurais e ao público feminino, frequentemente relegado a uma posição de dependência.

Conforme os egressos, a intervenção e a presença do *Campus* Barreiros, nas comunidades rurais e quilombolas, são muito limitadas, pois eles veem o campo como “laboratório maior” para a formação em Agroecologia e o curso tem carga horária excessiva em sala de aula. Outro ponto destacado por eles é que a presença não é contínua, são esporádicas e não sistemáticas, impedindo o atendimento às necessidades reais das comunidades. As reais necessidades mencionadas pelos egressos incluem desenvolvimento de metodologias alternativas e de tecnologias sustentáveis e inovadoras, como irrigação e pequenos implementos agrícolas, no sentido de ajudar os pequenos agricultores a melhorarem suas condições de

trabalho. O olhar crítico dos egressos reflete o comprometimento com o desenvolvimento socioterritorial e põe o egresso como um agente ativo no processo de transformação do seu território, com um forte engajamento político e social.

A referência ao papel do IFPE- *Campus* Barreiros, como agente motivador da juventude, é central nos discursos dos egressos, geralmente por meio da modalidade deontica “deve motivar” e “deve divulgar” (conforme transcrição no capítulo 7, **item 7.2.3**), mostrando um posicionamento de cobrança ativa à instituição para que ela reforce suas atividades pertinentes e, com isso, consiga provocar impacto social. Esses atores sociais também sugerem a criação de parcerias institucionais para facilitar a inserção deles no mercado de trabalho, reforçando sua visão de que o IFPE - Barreiros tem o poder de integrar as comunidades e expandir as oportunidades profissionais que ainda são muito escassas e travadas. Não há uma clara valorização do tecnólogo em Agroecologia.

Quanto aos discursos dos agricultores familiares não egressos acerca do entendimento de Agroecologia, concluímos que esses atores sociais revelaram diferentes concepções sobre Agroecologia, destacando as possibilidades, desafios e percepções individuais e coletivas sobre esse modelo de produção. Alguns associam Agroecologia à produção de alimentos mais saudáveis, além de considerarem a redução ou eliminação do uso de agrotóxicos como um benefício ambiental e econômico para a sustentabilidade. Para outros, Agroecologia representa fartura e segurança alimentar para suas famílias e comunidades. Os discursos sugerem que esse modelo é percebido como uma forma solidária de produzir alimentos suficientes para suprir as necessidades básicas locais.

Nos discursos desses atores sociais, há elementos linguísticos que evidenciaram a falta de apoio técnico e político como entrave para a adoção de práticas agroecológicas, além do desinteresse, por parte dos gestores municipais locais, em promover o desenvolvimento rural sustentável. Os agricultores expressam que há resistência cultural entre os agricultores, por vezes, influenciados pela hegemonia do modelo de monocultura e pela lógica capitalista, visto como um legado econômico e social difícil de superar. Há outros agricultores que apontam a Agroecologia como um caminho para a autonomia, rompendo com a dependência econômica de modelos de produção baseados na exploração da mão de obra e na concentração de lucros para os empresários rurais.

Percebemos que, enquanto alguns agricultores veem a agroecologia como um “sonho” de transformação a ser alcançado a longo prazo, outros enfatizam a necessidade urgente de políticas públicas para a promoção de mudanças estruturais e conscientização em suas

comunidades. Essas perspectivas indicam que a Agroecologia na Mata Sul-PE é compreendida não só como uma alternativa técnico-científica, mas também como um movimento de resistência e transformação sociopolítica.

O IFPE- *Campus* Barreiros é concebido, no discurso dos agricultores, como um potencial parceiro na luta pela transformação das práticas agrícolas. Alguns agricultores revelam que, antes de conhecer as práticas agroecológicas, o manejo agrícola era feito inadequadamente, acreditavam que as possibilidades agrícolas em seu assentamento eram restritas à monocultura. Essa mudança é vista como um processo de emancipação, de transformação do agricultor, agindo com maior autonomia, transcendendo os limites impostos pela sociedade estruturante, isto é, promovendo o rompimento com as ordens do discurso (Fairclough, 2003), para se posicionar como um novo agente social.

Identificamos, no discurso dos agricultores, um sentimento de valorização, reconhecimento e esperança de que o IFPE *Campus* Barreiros pode auxiliá-los a desenvolver suas atividades agrícolas, a lidar com a terra de forma mais sustentável e a obter autonomia socioeconômica. No entanto, este discurso não é unânime entre os colaboradores, visto que alguns apontam críticas em relação ao distanciamento entre a Instituição e as comunidades rurais. Argumentam que o curso de Agroecologia ainda não tem alcançado totalmente seu público-alvo, e os objetivos do curso não foram plenamente atingidos, isso encontra eco no discurso da ONG Centro Sabiá. Desse modo, entendemos que, na concepção dos agricultores, a Universidade tem um papel crucial na mediação de ações que promovam mudanças socioeconômicas, culturais e ambientais.

Os discursos analisados demonstraram que, ao mesmo tempo em que os agricultores reconhecem os benefícios do CST em Agroecologia, apontam também insatisfações, principalmente no que tange à falta de continuidade dos projetos de extensão e adequação às necessidades das comunidades rurais. Os agricultores sugerem a oferta de cursos para a comunidade, desenvolvimento de tecnologias inovadoras, visto que, como argumentam alguns agricultores, o trabalhador rural está envelhecendo e precisa de inovações que os ajudem a desenvolver suas práticas agrícolas.

Os diferentes discursos dos egressos, nesta investigação, revelaram como esses atores sociais se representam, identificam-se diante da formação profissional e do contexto socioterritorial e como são identificados e representados pelos docentes. Os discursos dos egressos nos levaram a concluir que suas identidades têm como base suas raízes familiares e a luta pela terra, marcadas por símbolos de resistência e determinação, evidenciando uma

trajetória de superação contra as adversidades. Eles refletem uma identidade híbrida, que integra dimensões pessoais e profissionais de suas trajetórias, acionam também o interdiscursivo para construção das identidades. Os discursos dão ênfase à identidade profissional que busca quebrar paradigmas e contribuir para a mudança social. Eles destacam a identidade de "agricultor" como um atributo fundamental em sua autoimagem, relacionado às suas origens e à luta pela agricultura familiar. Os discursos dos egressos refletem uma construção identitária complexa, que está intrinsecamente ligada às relações de poder, às condições socioeconômicas de seus territórios e à busca por ascensão.

Os discursos dos colaboradores, de modo geral, permitiram identificar que o CST em Agroecologia, apesar de suas limitações, guiado pela proposta de formação profissional – PPC, vem contribuindo parcialmente para o fortalecimento e a construção de novas identidades sociais e transformação social que estão envoltas no cenário socioterritorial da Mata Sul-PE. Percebemos, no conjunto dos resultados, a existência da imposição de um *modus* de produção que lucra e explora exorbitantemente a mão de obra dos trabalhadores rurais fruto de uma hegemonia da monocultura.

É fundamental mencionar a importância do papel da Universidade para o desenvolvimento socioeconômico de assentamentos rurais na Mata Sul-PE, pois ficou evidenciado o poder de transformação da educação e a importância da articulação e diálogo entre o *Campus* e o campo como caminho para reduzir os impactos ambientais e amenizar a fome no país. O protagonismo, na luta contra a hegemonia do Agronegócio, sem dúvida, exige mobilização de toda a sociedade, incluindo a Universidade.

Como percepção oriunda dos resultados da pesquisa, ficou evidenciada a necessidade do avanço em parcerias com outras instituições do IFPE-*Campus* Barreiros, a fim de promover a inserção dos egressos/ agroecólogos no mercado de trabalho. Essa demanda foi um dos pontos altos e uma das preocupações mais evidenciadas pelos grupos que atuam diretamente no dia a dia dos agricultores rurais. A sobrevivência, o ganhar o pão, o garantir uma relativa estabilidade profissional e o respeito às diversidades e autonomia foram a tônica das reivindicações dos egressos, da ONG e dos agricultores familiares.

Na posição de membro da comunidade dos docentes do IFPE - *Campus* Barreiros, posso afirmar que o percurso da pesquisa, bem como os resultados dela obtidos, direcionaram-me a uma reflexão crítica acerca da minha prática profissional em relação à linguagem, às práticas sociais que nos atravessam e suas tantas possibilidades de análise, de intervenção e de mudança social. Desse modo, entendemos que compete à Universidade desenvolver seu papel social de

ser um espaço de luta e de resistência às imposições estruturais que sustentam atitudes coloniais elitistas, que categorizam os agentes sociais, conforme suas condições socioculturais e econômicas.

Entendemos que essa pesquisa traz contribuições significativas, tanto para o campo dos estudos da linguagem, por se embasar em questões teóricas e metodológicas da ACD e da LSF, quanto para a difusão da formação profissional em Agroecologia, com foco no desenvolvimento das comunidades rurais. Acreditamos que a pesquisa contribuirá para o IFPE - *Campus Barreiros* repensar as suas práticas de ensino, pesquisa e extensão, ampliando-as, revisando-as e adequando-as para atender às necessidades dos agricultores familiares.

É importante frisar que essa pesquisa possibilita outras tantas pesquisas futuras, tanto no sentido de acompanhar a evolução das práticas formativas do IFPE-*Campus Barreiros*, no campo da Agroecologia, a partir dos indicadores apresentados ao longo desta Tese, como também outros questionamentos que podem ser suscitados por leitores da pesquisa relacionados aos diversos temas transversais mobilizados pela complexa relação com a terra historicamente presentes no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABA. Articulação Brasileira de Agroecologia. **Estatuto da Associação Brasileira de Agroecologia** 2015. <https://aba-agroecologia.org.br/> Acesso em: 28 jan. 2024.
- ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Trad. Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
- ACOSTA, María del Pilar Tobar; RESENDE, Viviane de Melo. Análise discursiva crítica de textos do jornal O Trecheiro. In: OTTONI, Maria Aparecida Resende; LIMA, Maria Cecília de (organizadoras). **Discursos, identidades e letramentos: abordagens da análise de discurso crítica**. São Paulo: Cortez, 2014.
- ALBUQUERQUE, Francisco José Batista; COELHO, Jorge Artur Peçanha de Miranda; VASCONCELOS, Tatiana Cristina. **Estudos de Psicologia**. 2004. <https://www.scielo.br/>, Acesso em: 28 ago. 2023.
- ALENTEJANO, Paulo. A hegemonia do agronegócio e a reconfiguração da luta pela terra e reforma agrária no Brasil. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “**Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência**”, n. 42, v.4, dezembro, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/> Acesso em: 3 dez. 2023.
- ALTHUSSER, L. **A favor de Marx**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3. ed. Tradução Joaquim José de Maura Ramos. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1980.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.
- ALTHUSSER, Louis. **Sobre a Reprodução**. Editora Vozes Petrópolis. Rio de Janeiro, 1999.
- ALTIERI, Miguel A. Agroecology: A new research and development paradigm for world agriculture. Agriculture, Ecosystems and Environment, **Elsevier Science Publishers B.V.**, Amsterdam - v. 27, p. 37-46, 1989. Disponível em: <https://www.researchgate.net/> Acesso em: 20 nov. 2022.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4 ed. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5.ed. – Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.
- ALTIERI, Miguel; TOLEDO, V. M. La Revolución Agroecológica en América Latina, rescatar la naturaleza, asegurar la soberanía alimentaria y empoderar al campesino. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 3, p. 587-612, jul. 2011.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. – 3 ed. rev. Ampl. – São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA 2012.
- ALVES, Janicleide Martins de Moraes. **Memorial das Ligas Camponesas: preservação da memória e promoção dos direitos humanos**. Dissertação Mestrado – UFPB. 2014.
- ANA (Articulação Nacional de Agroecologia) – **O que é a ANA?** 2011. <https://agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/> Acesso em: 24 jul. 2024.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Estado, capital e industrialização do Nordeste**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

ANDRADE, Manuel Correia de. **História das usinas de açúcar de Pernambuco**. Recife, Editora: Massangana, 1989.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Trajetória do Brasil (de 1500 a 2000)**. São Paulo: Contexto, 2000.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. São Paulo: Cortez, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia de. Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco. **Dossiê Desenvolvimento Rural**. Estud. av. 15 (43) Dez. 2001. Disponível em <https://www.scielo.br/> Acesso em: 22 set. de 2022.

ANDRADE, Y. **Memórias barreirenses**. Editora: Y. B. de Andrade, 2007.

ANDRE, F. Porto-Gonçalves, Carlos. Walter. O desafio ambiental. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 182. **Ateliê Geográfico, Goiânia**, v. 3, n. 1, p. 166–170, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ateli/article/view/6261>. Acesso em: 9 jan. 2024.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Tradução de José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ARCHER, John, 2000 *apud* FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. Londres e Nova York: Routledge: 2003.

AZEREDO, Susana de. **Expressões anunciadoras de paráfrase em manuais acadêmicos de química: um estudo baseado em corpus**. Dissertação – Mestrado. 2007.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

AZEVEDO, Luís Filipe; NETTO, T. Almeida. Agroecologia: o “caminho” para o desenvolvimento rural sustentável no processo de extensão rural. *In: Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*, Santa Maria, v.19, n. 3, set.- dez. p. 639- 645, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br>. Acesso em: 16 dez. 2022.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes Editora, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. The Problem of Speech Genres. *In: Speech Genres and Other Late Essays*. Caryl Emerson and Michael Holquist, Eds. Austin: University of Texas Press, 1986.

BALDEZ, Miguel Lanzellotti. **A luta pela terra urbana e questão democrática: promessas e desafios do estudo da cidade**. *In: Ribeiro, Luiz de Queiroz e CARDOSO, Adauto Lucio (org.)* Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

BARBALHO, Nelson. **O dicionário do açúcar**. Recife: Massangana, 1984.

BÁRBARA, Leila; MACEDO, Célia, Maria de Macedo. Linguística Sistêmico-Funcional para a análise do discurso um panorama introdutório. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 10, p. 89-107, 2009. Disponível em <https://periodicos.unb.br/> Acesso em: 15 out. 2022.

BARROS, Solange Maria de. Análise crítica do discurso, gramática sistêmico-funcional e realismo crítico: uma abordagem transdisciplinar. **Revista Ecos**, 9 ed, p. 245-254. junho, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/>. Acesso em: 27 ag. 2022.

BARROS, Solange Maria de. **Realismo crítico e emancipação humana - contribuições ontológicas e epistemológicas para os estudos críticos do discurso**. Campinas - SP, Pontes Editores. 2015.

BARROS, Solange Maria de. Bases filosóficas da análise crítica do discurso. *In.*: Batista Jr., José Ribamar et al.(orgs.) **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas** 1 ed. São Paulo: Parábola, 2018.

BASKAR, 1989 *apud* RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2021.

BASTOS, Pablo Nabarrete. **Hegemonia e engajamento em contexto de mediação e plataformação**. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, nov. 2022. <https://doi.org/10.18617/liinc.v18i2.6066>. Disponível em: <https://revista.ibict.br>. Acesso em: 13 mar. 2023.

BATISTA Jr., José Ribamar; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira. **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas** 1 ed. São Paulo: Parábola, 2018.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BELLO, Ruy de Ayres. **Breve História do Município de Barreiros**. Editora: de Pernambuco, 1984.

BEM, Arim Soares. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. **Educ. Soc., Campinas**, v. 27, n. 97, p. 1137-1157, set./dez. 2006. Disponível em www.cedes.unicamp.br Acesso em: 11 out. 2024.

BENSADON, L. S. **Tecendo projetos políticos: a trajetória da Articulação Nacional de Agroecologia**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRJ). Rio de Janeiro, 2016.

BERGAMASCO, S. M. P. **A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números**. Estudos Econômicos, v. 11, n. 31, p. 37-49, 1997.

BERNSTEIN, B., 1990 *apud* CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

BESSA, Décio; SATO, Denise Tamaê Borges. Categorias de análise. *In.*: Batista Jr., José Ribamar et al.(orgs.) **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas** 1 ed. São Paulo: Parábola, 2018.

BETTO, Frei. **Fidel e a religião**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BITTENCOURT, Thaís Ponciano. ROMANO, Jorge Osvaldo. CASTILHO, Ana Carolina Aguiar Simões. O discurso político do agronegócio. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 18, n.1, p. 186-207, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/63680>. Acesso em 11 out. 2024.

BOFF, Leonardo. **Cuidar da Terra, proteger a vida. Como evitar o fim do mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

BOSETTI, Cleber José. **Perspectivas de desenvolvimento rural em disputa no Brasil**. Florianópolis, SC, Tese -2013.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica Paula Montero. - São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, P. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 193-216, jan.–jul. 2011. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000100008-2011>. Acesso em 14 jun.2024.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. Trad. de Sérgio Micele; Mary Amazonas Leite de Barros; Afrânio Catani; Denice Barbara Catani; Paula Montero; José Carlos Durante. –2 ed., 1ª reimpressão. -São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BRANDÃO, Luiz Carlos Kopes. **A Colonização brasileira, do descobrimento ao Estatuto da Terra**. Universidade de Brasília. 2009.

BRANDÃO, N. A.; DIAS, E. F. A questão da ideologia em Antonio Gramsci. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 81–98, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/>. Acesso em: 29 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/> Acesso em: 10 out.2023.

BRASIL. **Decreto Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970** – Criação do Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária (Incra).

BRASIL. **DECRETO Nº 91.766, DE 10 DE OUTUBRO DE 1985** - Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

BRASIL. **DECRETO Nº 1.946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei Nº10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

BRASIL. **Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei 12.188 de 2010, Lei de ATER**. Brasília, 2010. Disponível em: Acesso: em 20 de abr. de 2024.

BRASIL. **DECRETO Nº 7.794, DE 20 DE AGOSTO DE 2012**. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Institui o novo código florestal brasileiro.

BRASIL. **PROJETO DE LEI N.º 3.710-A, de 2019.** Regulamentação da profissão do agroecólogo.

BRASIL. **Projeto Lei 1459/2022.** PL dos Agrotóxicos.

BRASIL. **Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.** <http://portal.mec.gov.br> - Acesso em: 23 out. de 2022.

BRASIL. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2022/>. Acesso em: 25 ago.2023.

BRASIL. PNAPO – **Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica** <https://www.gov.br/mda>. Acesso em: 26 mar. 2024.

BRUNDTLAND Gro Harlem. **Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento.** Nosso futuro comum. 2 ed. Editora Getúlio Vargas, Rio de Janeiro - 1991.

BRUNO, Regina. Bancada ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo. *In: Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas.* (Orgs.) Renato S. Maluf e Georges Flexor. E-papers Serviços Editoriais Ltda., Rio de Janeiro, 2017.

BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v.5, novembro 1995. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/> Acesso em: 13 set. 2024.

CABRAL, Alysson André Oliveira Cabral. Questão agrária no Brasil e o desafio da Reforma Agrária. *In: Anais do XII Congresso da Sober Nordeste, Itabaiana (SE)*, 2017.

CALDART, Roseli Salete. **Escolas do Campo e Agroecologia: uma agenda de trabalho com a vida e pela vida.** Veranópolis – RS- 2016. <https://www5.unioeste.br/> Acesso em: 26 jan. 2024.

CANDIDO, Antonio. O significado de Raízes do Brasil. *In: HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil.* 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: perspectivas para uma Nova Extensão Rural.** Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v. 1, n. 1, jan./mar. p. 16-33, 2000.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Análise Multidimensional da Sustentabilidade Uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.3, Jul/Set 2002.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A. e PAULUS, Gervásio. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável.** Brasília (DF), 2006. Disponível em: biblioteca.emater . Acesso em 29 jan. 2024.

CAPORAL, Francisco Roberto (org.); PAULUS, Gervásio; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade.** Brasília, DF, 2009a.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio.; PAULUS Gervásio. Extensão rural e **Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. Brasília, 2009b.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**– Brasília: 2009c.

CAPORAL, Francisco Roberto. AZEVEDO, Edisio Oliveira de. Princípios e Perspectivas da Agroecologia. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná**. Educação a Distância. 2011.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio.; PAULUS Gervásio. Agroecologia como matriz disciplinar para um novo paradigma de desenvolvimento rural. *In*: CAPORAL; AZEVEDO, Edizio (orgs). **Princípios e perspectivas da agroecologia**. 2011.

CAPORAL, Francisco Roberto; PETERSEN, Paulo. **Agroecologia e políticas públicas na América latina: o caso do Brasil**. *Agroecología* 6: 63-74, 2012. <https://revistas.um.es/agroecologia/article/> Acesso em 15 mar. 2024.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix. 1997.

CARLI, Gileno de. **O processo histórico da usina em Pernambuco**. Rio de Janeiro, Pongetti, 1992.

Carter, Miguel. **Combatendo a Desigualdade Social - o Mst e a Reforma Agrária no Brasil**. Editora UNESP, São Paulo, 2010.

CARVALHO, Ana Maria de; SIQUEIRA, José do Carmo Alves. Violências Reais e Simbólicas nos Conflitos Agrários Brasileiros e a Atuação Estatal. **Rev. NERA Presidente Prudente** v. 23, n. 55, pp. 111-137 Set.-Dez./2020. Disponível em: <https://www.revistafct.unesp.br>. Acesso em: 23 ago. 2023.

CARVALHO, Márcio Rodrigo Coêlho de. **Cidade afetiva – um estudo sobre as relações afetivas das pessoas com a cidade a partir de escritos memorialistas barreirenses**. Dissertação (UFPE), 2009.

CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. A noção de funções da linguagem: percurso teórico. **Signótica especial**, n. 2, p. 133-152, 2006. Disponível em: <https://www.researchgate.net> Acesso em: 25 jul. 2024.

CASTRO, P. A. **Controlar para quê? Uma análise etnográfica da interação entre professor e aluno**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2006.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. *In*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón. (Org.) **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo Del Hombre Editores; 2007.

CHAGAS, Afonso. M. A violência estrutural dos conflitos agrários no Brasil. *In*: **Comissão Pastoral da Terra - Conflitos no campo -no Brasil - 2021** / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. – Goiânia: CPT Nacional. 2022.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **Revista História Social**, n. 19, DOI 10.53000/hs.n19.315segundo semestre de 2010.

CHOULIARIKI, Lilie; FAIRCLOUCH, Norman. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edimburgo: Edinburg University Press, 1999.

CIRNE, Alexcina Oliveira. **Uma análise crítica do discurso da delação do grupo JBS nas ações cautelares do STF**. Tese (Doutorado) – UNICAP - Recife-PE, 2020.

CIRNE, Alexcina Oliveira; BARROS, Solange Maria de; EFKEN, Karl Heinz. Análise Crítica do Discurso e sua dimensão axiológica. *In.*: Cirne *et al.* (Orgs.) **Diálogos e Perspectivas da Análise Crítica do Discurso**. 1ed. - Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

Comissão Pastoral da Terra. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – **Acervo CPT Nacional Comissão Pastoral da Terra - Conflitos no campo -no Brasil - 2020** / – Goiânia: CPT Nacional. 2021.

Comissão Pastoral da Terra. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – **Acervo CPT Nacional Comissão Pastoral da Terra - Conflitos no campo -no Brasil - 2021** / – Goiânia: CPT Nacional. 2022.

Comissão Pastoral da Terra. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – **Acervo CPT Nacional Comissão Pastoral da Terra - Conflitos no campo -no Brasil - 2022** / – Goiânia: CPT Nacional. 2023.

Comissão Pastoral da Terra. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – **Acervo CPT Nacional Comissão Pastoral da Terra - Conflitos no campo -no Brasil - 2023** / – Goiânia: CPT Nacional. 2024.

COSTA, Marco Antonio. Estruturalismo. *In*: **Manual de Lingüística**. Mario Eduardo Martellota (Org.). São Paulo: contexto, 2008.

DE SALIS, Carmem Lúcia Gomes. Estatuto da Terra: Debates Políticos e as disputas pela Reforma Agrária no primeiro Governo Militar. **Revista Antíteses**, v. 7, n. 13, p. 493-516, jan./jun. 2014.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. **O que é a Filosofia?** Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. Editora 34. Rio de Janeiro: 1992.

DELGADO, Nelson Giordano. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. *In*: DELGADO, N. G. (Org.) **Brasil rural em debate: coletânea de artigos**. Brasília, DF: CONDRAF/NEAD, 2010.

DENZIN, N. K; LINCOLN, I. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS, Cledinaldo Aparecido; SIQUEIRA Marcus Vinicius Soares; VIEIRA, Viviane Cristina. **Por mais Análise do Discurso Crítica nos estudos organizacionais: novas contribuições para o modelo teórico-metodológico de Norman Fairclough**. XXIV SEMEAD - Seminários em Administração, nov. de 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/> Acesso em: 27 jun. 2023. DOI: 10.5433/1984-3356.2014v7n13p493.

DOWNES, 1984 *apud* NORMAN, Fairclough. **Discurso e mudança social**. 2 ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016 [1992].

EHLERS. Eduardo. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. Editora: Livros da Terra, 1996.

EMBRAPA. Empresa brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Marco Referencial em Agroecologia**. Brasília: Embrapa, 2006.

ENGELMAN, Sandra Andrea; FLORIANI, Nicolas. **Expansão da educação agroecológica formal no Brasil: construindo novas territorialidades nos últimos 17 anos**. *Terr@Plural*, Ponta Grossa, v.12, n.1, p. 22-40, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication>. Acesso em: 27 abr. 2024.

ENGELMANN, Sandra Andrea. **A territorialização da educação agroecológica profissionalizante: uma análise crítica das narrativas e discursos de alunos e professores do IFPR**. Tese (doutorado) 2020.

FAIRCLOUGH, Norman. **Critical and descriptive goals in discourse analysis**. *Journal of Pragmatics*, 739-763. doi:10.1016/0378-2166(85)90002-5 – 1985.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and Power**. Longman, New York, 1989.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. 2 ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016 [1992].

FAIRCLOUGH, Norman. **Critical Discourse analysis: the critical study of language**. Longman, London, 1995.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. Londres e Nova York: Routledge: 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. Critical Discourse Analysis as a method in social scientific research. Article in **Linha D'Água**, December 2012. DOI: 10.11606/issn.2236-4242.v25i2p307-329. Acesso em: 26 set. 2022.

FARIA, Andréa Alice da Cunha. **A educação que constrói a agroecologia no Brasil: trajetórias de um vínculo histórico**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Paraíba, 2017.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **A civilização do açúcar**. 1ª reimpressão. São Paulo, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação e Territorialização do MST no Brasil**. In: CARTER, Miguel. (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antonio Marcio. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford A. **Contested landscapes: territorial conflicts and the production of different ruralities in Brazil**. *Landscape Research*, v. 44, p. 1-16, 2019.

FERREIRA, Jeferson Saccol. **Educação superior de compromisso social: caminhos para o desenvolvimento regional**. Dissertação. Passo Fundo: UPF, 2008.

FILHO, José Luis Alcântara, José Luiz; FONTES, Rosa Maria Olivera. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada** – v.4, n.7 Jul-Dez 2009. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/> Acesso em 05 de out. de 2022.

FIORIN, José Luiz (org.) **Introdução à Lingüística**. Objetos Teóricos. v. 1, São Paulo: Contexto, 2003.

FIRMINO, Fabiana dos Santos. Dinâmica do Turismo na Zona Costeira Nordestina: Questões conflitantes do desenvolvimento turístico da Praia dos Carneiros (Tamandaré/PE) 2006 *apud* GOMES, Celso Cardoso. **Turismo e desenvolvimento local: desafios e possibilidades para o Município de Tamandaré-PE** / Celso Cardoso Gomes. Dissertação Mestrado. 2013.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975,1976)**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes: 1999.

FOWLER, Roger; HODGE, Robert; KRESS, Gunther; TREW, Tony. **Language and control**. Londres, Boston & Henley: Routledge & Kegan Paul, 1979.

FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica Laudato Si'. Sobre o cuidado da casa comum**. São Paulo: Paulinas, 2015.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 57 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. 7 ed. São Paulo: Global, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação omnilateral. *In*: Caldart, Roseli. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1998.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução sobre o desenvolvimento**. São Paulo: Nacional, Houais, 1989.

FUZER, Cristiane; Cabral, Sara Regina Scotta. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em Língua Portuguesa**. 1 ed. Campinas, São Paulo. Mercado de Letras, 2014.

GALINDO, Osmil (org.). Desemprego sazonal na atividade açucareira pernambucana: Zona da Mata e Região Metropolitana do Recife. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009.

GASKEL, George. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, Martin W; GASKEL, George. (Org.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Trad. Pedrinho A. Guareshi. Petrópolis: Vozes, 2005.

GASPAR, Lúcia. Usina Central Barreiros. Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 7 set. 2009. Disponível em: Acesso em: 14 mai. 2024.

GEE, James Paul. Discourse analysis: what makes it critical. *In*: ROGERS, Rebecca. **An introduction to critical discourse analysis in education**. Mahwah, London: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2004.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1ed, 13ª reimpr. LTC. Rio de Janeiro, 2008.

GERVASIO, Wagner; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; MORENO-CALLES, Ana Isabel; YAMASHITA, Oscar Mitsuo; ROCHA, Adriano Maltezo da. Sustentabilidade e bem viver segundo os agricultores familiares do Projeto de Desenvolvimento Sustentável São Paulo, na Amazônia norte mato-grossense, Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. 2022.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Trad. de Raul Fiker. – São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Em defesa da sociologia**. São Paulo: UNESP, 2001.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6 ed. Tradução de Alexandra Figueiredo, Ana Patrícia Duarte, Baltazar Catarina Lorga da Silva, Patrícia Matos Vasco Gil. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLIESSMAN, Stephen R. Agroecologia. **Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável**. Trad. Maria José Guazzelli. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecology: The Ecology of Sustainable Food Systems**. Third Edition (3rd ed.). CRC Press. <https://doi.org/10.1201/b17881>. 2014. Acesso em 23 ag. 2014.

GLIESSMAN, Stephen. **Defining Agroecology. Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 42, n. 6, p. 599–600, 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XX: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo**. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. v.16, n.47. p. 333-361, mar/ago. 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Participação Social nas Políticas Públicas: Formas de Organização**. (2015) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_BCURKJOtPo Acesso em: 02 mar. 2024.

GOMES, João Carlos Costa. **Pluralismo Metodológico en la Producción y Circulación del Conocimiento Agrario. Fundamentación Epistemológica y Aproximación Empírica a Casos del Sur de Brasil.** Tese doutorado, 1999.

GÓMEZ, Ángel Cañete; SILVA, Camila Maria dos Santos; Oliveira, Fábio Paulino de. *In: Análise de Discurso Crítica: Conceitos-chave.* (Orgs) Irineu, Lucineudo Machado (Org.) *et al.* 1 ed.– Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

GONÇALO, José Evaldo. **Reforma agrária como política social redistributiva.** Brasília: Editora Plano, 2001.

GONÇALVES-SEGUNDO, P.R. Discurso e prática social. *In:* BATISTA Jr., Ribamar Lopes, SATO, Denise Tamaê Borges, MELO, Iran Ferreira. **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas.** São Paulo: Parábola, 2018.

GOUVEIA, C. A. M. Texto e gramática: uma introdução à Linguística Sistémico-Funcional. Matraga - **Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Letras da UERJ.** 2009. www.e-publicacoes.uerj.br/matraga/article/view/27795. Acesso em 19 ago. 2024.

GRAMSCI, Antonio *apud* Fairclough, Norman. **Discurso e mudança social.** 2 ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016 [1992].

GRAMSCI, Antonio. **A Gramsci reader: selected writings 1916-1935.** *In:* D. Forgacs. (org.) London: Lawrence and Wishart, 1988.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** 2 ed. Trad. Carlos N. Coutinho. v. 1 - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História. Civilização Brasileira,** Rio de Janeiro, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

GRISA, Catia; KATO, Karina Yoshie Martins; FLEXOR, Georges Gérard; Zimmermann, Silvia Aparecida. Capacidades estatais para o desenvolvimento rural no Brasil: análise das políticas públicas para a agricultura familiar. **Revista: Sociedade e Cultura, Goiânia,** v. 20, n. 1, p. 13-38, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/> Acesso 27 mar. 2024.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GUZMÁN-CASADO, Gloria; MOLINA GONZÁLEZ, Manuel de; SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible.** Madrid: Mundi-Prensa, 2000.

HABERMAS, Jürgen. **The theory of communicative action. Reason and the rationalization of society.** v.1 Boston, Beacon Press, 1984.

HABERMAS, Jürgen. **Para a reconstrução do materialismo histórico.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Cultura e representação.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio Apicuri, 2016.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

HALLIDAY, Michael. **System and function in language**: Selected papers. London: Oxford University Press. 1976.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. **Language as a social semiotic: the social interpretation of language and meaning**. Londres: Edward Arnold, 1978.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. **El lenguaje como semiótica social: la interpretación del lenguaje y del significado**. Traducción de Jorge Ferreira Santana. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. An introduction to functional grammar. 1 ed. Londres: Arnold. 1985.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. **An introduction to functional grammar**. 2 ed. Londres: Arnold. 1994.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. **An Introduction to Functional Grammar**. Hodder Education, 3 ed. 2004.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. **Halliday's Introduction to Functional Grammar**. Revised by Christian M.I.M Mathiessen. Fourth Edition, 2014.

HARVEY, David. **Justice, nature and the geography of a difference**. London: Blackwell, 1996.

HECHT, Susanna. B. **Environment, development and politics: capital accumulation and the livestock sector in Eastern Amazonia**. World Development. v. 13, n. 6, p. 663-684, 1985.

HECHT, Suzana. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir Palmeira; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e Economia do Agronegócio no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – v. 25, nº 74, outubro, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 17 mar, 2024.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26 ed. 19ª reimpressão - São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

hooks bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. E-book.

hooks, bell. **The Will To Change - Men, Masculinity, and Love**. New York: Washington Square Press, 2004.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

INEP. **Dados institucionais**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/inicio>. Acesso em: 26 out. 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: 2017.

JACOB, Lucina, Buainain. **Agroecologia Universidade entre vozes e silenciamentos**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2016.

JAHNEL, Teresa Cabral. **As Leis de Terra no Brasil**. Boletim Paulista de Geografia. n. 65, p. 105-116, 1987.

JULIÃO, Francisco. **Cambão: A face oculta do Brasil**. Recife; Bagaço. 2ª tiragem. 2013.

JUNIOR, JOSÉ PLÁCIDO DA SILVA; MACHADO, MARIA RITA IVO DE MELO. **Assentamentos de reforma agrária na zona canavieira de Pernambuco: Monopolização das Usinas nos Territórios Camponeses**. 2009. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/> Acesso em: 5 dez.2023.

KATO, Rosa; HAMASAKI, Claudia Satie. Avaliação do Processo de Reforma Agrária na Zona da Mata de Pernambuco: sucessos e insucessos das experiências dos assentamentos. In.: **XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural-SOBER**, Londrina: 2008.

KRESS, Gunther. Critical Discourse Analysis. In: GRABE, W. (Org.). **Annual Review of Applied Linguistic**, v.11, p. 84-99, 1990.

Kress, Gunther,1990 *apud* MELO, Ferreira Iran. Histórico da análise de Discurso Crítica. In: **Análise de Discurso Crítica para linguista e não linguistas**. (Org) Jr. José Ribamar Lopes Batista; Sato, Tamaê Borges Tamaê; Melo Iran Ferreira. 1 ed. São Paulo Parábola 2018.

KUHN, Thomas Samuel. The trouble with the historical philosophy of science. In: KUHN, T. S. **The Road Since Structure: philosophical essays**, 1970-1993. Chicago: The University of Chicago Press, 2000.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. – 10 ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **The urban revolution**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

LEFF, Enrique. **Agroecologia e saber ambiental. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, jan.-mar. 2002a.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002b.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Tradução de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental. Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 6ª edição, Vozes. RJ: 2008.

LEFF, Enrique. **Racionalidad ambiental. La reapropiación social de la naturaleza**. 2 ed. México: Siglo XXI Editores, 2022.<https://books.google.com.br/> Acesso em: 10 fev. 2023.

LIGUORI, Guido; VOZA Pasquale. **Dicionário Gramsciano: 1926-1937**. Editora Bom Tempo. 2012.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política**. Editora Cortez, 2012. <https://books.google.com.br/> Acesso em 20 fev.2024.

LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

MACHADO, Rita Ivo de Melo. Os assentamentos de reforma agrária na zona da mata pernambucana – Brasil – e as relações horizontais e verticais com o setor canavieiro no século XXI. **Revista Geográfica de América Central Número Especial Costa Rica II Semestre 2011**. Disponível em <https://www.redalyc.org/> Acesso em: 14 dez. 2023.

MACHADO, Roberto. Introdução. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

MAGALHÃES, Izabel. **Eu e tu: a constituição do sujeito no discurso médico**. Thesaurus, Brasília, 2000.

MAGALHÃES, Izabel. **A Análise de Discurso Crítica**. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em 10 set. de 2021.

MAGALHÃES, Izabel. **Teoria crítica do discurso e do texto**. In: Linguagem em (Dis)curso - LemD, v. 4, 113-131, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/> Acesso em: 08 mar. 2024.

MAGALHÃES, Izabel; MARTINS, André Ricardo; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa**. 1ed. Brasília: Editora UNB, 2017.

MAKINO, Rogério. **Sociologia Rural: um guia introdutório**. [livro eletrônico] 1ed. Curitiba-PR, Editora Bagai, 2022. PDF. Disponível em www.editorabagai.com.br . Acesso em: 25 ago. 2023.

MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra**. Porto Alegre, 2003.

MARÉS, Carlos Frederico. A função social da terra. **O Estatuto da Terra no confronto do pensamento econômico: Roberto Campos versus Celso Furtado**. Porto Alegre: SAFabris, 2010.

MARQUES, Cristiano Pena Magalhães; LASCHEFSKI, Klemens Augustinus. Agroecologia como prática espacial insurgente ou como agroecologia débil: o uso do termo na produção científica no Brasil. **Revista NERA**, v. 25, n. 64, p. 72-102, set. - dez. 2022.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da Reforma Agrária: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha - GO**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: USP, 2000.

MARTIN, James Robert; ROSE, David, 2007 apud MORAIS. **A influência da linguística sistêmico-funcional de Michael Halliday na abordagem discursiva de Norman Fairclough** Tese doutorado. 2022.

MARTINET, A. **O que é a linguística funcional**. Alfa, v. 38, 1994.

MARTINS, Débora Sousa. **O discurso de resistência de egressas do Programa Mulheres Mil do Instituto Federal Goiano: uma análise de discurso crítica**. Tese (Doutorado). UNB - 2022.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.

- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**, 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
- MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária: O Impossível Diálogo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich, 1986 *apud* FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação** v. 14 n. 40 jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 13 set. 2023.
- MASON, Jennifer. **Qualitative Researching**. Second Edition. London, 2002.
- MATTEI, Lauro Francisco. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. **Revista: Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, 2012: 301-325. Disponível em: <https://revistaesa.com> Acesso em: 10 de mar. 2024.
- MATTHIESSEN, Christian Mathias Ingemar Martin; TERUYA, K.; BÁRBARA, Leila. **A Sistêmica através das Línguas**. Projeto de pesquisa. São Paulo. PUCSP. 2010.
- MATTOS, Carmen Lucia Guimarães de; CASTRO, Paula Almeida de. **Etnografia e educação: conceitos e usos**. Campina Grande, PB: EDUEPB, 2011.
- MEDEIROS Leonilde, HEREDITIA Beatriz; LEITE Sérgio; PALMEIRA Moacir; CINTRÃO Rosângela. **Impactos dos assentamentos um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura - IICA, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD; São Paulo: Unesp, 2004.
- MEDEIROS, Anamaria Melo. DUTRA, Rodrigo Gomes. Fortalecimento dos territórios camponeses em assentamentos da Zona da Mata Sul de Pernambuco. In **Book: Geografia no Século XXI** - v. 5, janeiro, 2019. DOI: 10.36229/978-85-7042-159-3.CAP.17 Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/> Acesso em: 21 jan. 2022.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE. 1989.
- MELLO, Paulo Freire. As impossibilidades da reforma agrária brasileira. **Revista da política agrícola**. Ano XXV – No 108 1 – jan./fev./mar. 2016. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/> Acesso em: 17 jul. 2022.
- MELO, Iran Ferreira de. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. Letra Magna - **Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**, v. 5, n. 11, p. 01-18, 2009.
- MELO, Iran. Análise Crítica do Discurso: modelo de análise linguística e intervenção social. **Revista Estudos Linguísticos**, v. 40, n. 3, p. 1335-1346, set./dez., 2011.
- MELO, Iran; BATISTA Jr., Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges. **Análise do discurso crítica para linguistas e não linguistas**. 1 ed. – São Paulo: Parábola 2018.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O patronato rural no Brasil recente**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

MENDONÇA, Maria Luísa. O Papel da Agricultura nas Relações Internacionais e a Construção do Conceito de Agronegócio. **Revista Contexto** - Rio de Janeiro, v. 37, no 2, maio/agosto 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 12 ago. 2024.

MEURER, José Luiz; BALOCCO, Anna Elizabeth. **A linguística sistêmico-funcional no Brasil: interfaces, agenda e desafios**. In: Anais do SILEL, v.1. EDUFU, 2009.

MOLINA, Manuel González de. Introducción a la Agroecología. **Cuadernos Técnicos SEAE**, 2011.

MOLINA, Manuel González de. **Political agroecology: Advancing the transition to sustainable food systems**. Nova Iorque: CRC Press, 2019.

MONTEIRO, Denis; LONDRES, Flavia. Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil In: **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável** (Orgs.) SAMBUICHI, Regina Helena Rosa *et al.* –Brasília: Ipea, 2017.

MORAIS, Anielle Aparecida Fernandes de. **A influência da linguística sistêmico-funcional de Michael Halliday na abordagem discursiva de Norman Fairclough**. Tese doutorado. 2022.

MORAIS, Clodomir Santos de. **História das Ligas Camponesas do Brasil**. Brasília: Edições IATTERMUND, 1997.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. RJ: DP&A, 2006.

MORIN, Edgar. **O problema epistemológico da complexidade**. Portugal: Publicações Europa-América, 1996.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Editora Meridional/Sulina. Porto Alegre 2005.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008a.

MORIN, Edgar. **O método 3: conhecimento do conhecimento**. Tradução Juremir Machado da Silva. 4 ed. Porto Alegre: Sulina, 2008b.

MORISAWA, Mitsue. **A História de luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOURA, Iracema Ferreira. Antecedentes e aspectos fundantes da agroecologia e da produção orgânica na agenda das políticas públicas no Brasil. In: **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. IPEA. 2017.

NETO, Silva Benedito; BASSO David. A ciência e o desenvolvimento sustentável: para além do positivismo e da pós-modernidade. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas v. 13, n. 2, p.315-329 jul.-dez. 2010.

NEVES, Maria Helena Moura. **Gramática na escola**. São Paulo: Contexto, 1997.

NEVES, Maria Helena Moura. Uma visão geral da gramática funcional. **Revista de Linguística, Alfa**, v. 1, São Paulo, 1994. Acesso em: 23 jul. 2024.

NEVES, Maria Helena Moura. **Que gramática estudar na escola? Norma e uso na Língua Portuguesa**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

NEVES, Maria Helena Moura. **Gramática Funcional: interação, discurso e texto**. 1ed., São Paulo: Contexto, 2022.

NORDER, Luiz Antonio; LAMINE, Claire; BELLON, Stéphane. Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias. *In*: BRANDENBURG, Alfio; BILLAUD, Jean-Paul; LAMINE, Claire (Orgs.). **Redes de agroecologia: experiências no Brasil e na França**. Curitiba: Kairós Edições, 2015.

NORGAARD, Richard B.; SIKOR, Thomas O. Metodología y práctica de la agroecología. *In*: ALTIERI, M. **Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável**. Montevideo: Editorial Nordan–Comunidad, 1999.

NORGAARD, Richard B.; SIKOR, Thomas, 2002 *apud* CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. Brasília: 2009.

NORGAARD, Richard. Traditional agricultural knowledge: past performance, future prospects, and institutional implications. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 66, n. 5, p. 875-878, 1984.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OTTO, Birke; BÖHM, Steffen. “The people” and resistance against international business: the case of the Bolivian “water war”. **Critical perspectives on international business**, v. 2, p. 299-320, 2006. Disponível em: <https://www.academia.edu/> Acesso em 23 mar. 2024.

OTTONI, Maria Aparecida Resende. **Discursos, identidades e letramentos**. São Paulo. Cortez, 2014.

OTTONI, Maria Aparecida Resende (org.). **Análise de Discurso Crítica: subsídios teóricos e metodológicos para pesquisa**. 1 ed. - Campinas, SP: Pontes Editores, E-book. 2022.

PACHECO, Clécia Simone Gonçalves Rosa; SOUZA, Vanderlei Carvalho. Agroecologia e desenvolvimento sustentável: por uma transição nas práticas agrícolas convencionais. **Revista: Agroecologia: produção e sustentabilidade em pesquisa** - ISBN 978-65-5360-262-5 - v. 3 - Ano 2023 - Editora Científica Digital – Disponível em: www.editoracientifica.com.br. Acesso em: 04 fev.2024

PACHECO, Eliezer. **15 anos dos Institutos Federais-História Política e Desafios**. Foz do Iguaçu, PR: Itaí. 2023.

PADUA, José Antônio. **Um sopro de destruição – Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

PAULINO, Jonatta S. **O campo científico e a agroecologia no Brasil: atores, discursos e políticas públicas**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande (PB), 2017.

PAULINO, Sousa Jonatta; GOMES, Ramonildes Alves. A institucionalização da agroecologia no Brasil: trajetórias acadêmicas e laços discursivos. *Revista Sociedade e Estado* – v.35, n.1, janeiro/abril 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 23 jan. 2024

PEREIRA, Anthony. **O declínio das Ligas Camponesas e a Ascensão dos Sindicatos: As organizações de trabalhadores rurais em Pernambuco na Segunda República**. Clio, Louisiana (EUA), v. 26, n. 2, p. 245-272, 2008.

PÉREZ, Martinez, Fabio Leonardo. **Questões sociocientíficas na prática docente: ideologia, autonomia e formação de professores**. São Paulo. Editora Unesp, 2012.

PERNAMBUCO. **Lei Nº 17.158 de 8 de janeiro de 2021**. Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica e estabelece as diretrizes para o Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Estado de Pernambuco. Disponível em: Acesso em 22 jan. 2021

PERRUSI, ARTUR. Sobre a noção de ideologia em Gramsci: análise e contraponto. **Estudos de Sociologia, Recife**. 2015, v. 2 n. 21. Disponível em <http://periodicos.ufpe.edu/articles>. Acesso em 29 jan. 2024.

PETERSEN, Paulo. Agricultura Sustentável: um desafio político. **Revista Ação Ambiental. Viçosa, UFV**, 2008.

PETERSEN, Paulo. **Recordes no agronegócio e aumento da fome no Brasil: como isso pode acontecer ao mesmo tempo?** Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2021/08/11>. Acesso em: 10 out. de 2022.

PETERSEN, Paulo; Almeida, Sílvia Gomes. **Rincões Transformadores: trajetórias e desafios do movimento agroecológico brasileiro: uma perspectiva a partir da Rede PTA**. Rio de Janeiro, 2006.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: QUIJANO, Aníbal e MENESES, Maria Paula (org). **Epistemologias do Sul**. Editora Almedina, Coimbra, 2009.

VIEIRA, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de Discurso (Para A) Crítica: O Texto Como Material de Pesquisa**. Campinas – SP: Pontes, 2016.

RAU, Virgínia. **Sesmarias medievais portuguesas**. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

REINACH, Mariana Homem de Mello; FABRIN, Guilherme Augusto. O potencial emancipatório da agroecologia em questão: Dos riscos de cooptação à construção da autonomia. **Revista Ambientes**. v. 2, n 2, 2020. DOI: <https://doi.org/10.48075/amb.v2i2.26584>. Acesso em: 23 jul. 2023.

REIS, Cristiane de Souza. **A função social da propriedade rural e o acesso à terra como respeito à dignidade da pessoa humana**. Âmbito Jurídico, Rio Grande, XI, n. 53, maio 2008.

RESENDE, Viviane de Melo; VIEIRA, Viviane. **Análise do discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006

RESENDE, Viviane de Melo – **O movimento nacional de meninos e meninas de rua, sua crise e o protagonismo juvenil**. Tese (doutorado) UNB -Brasília, 2008.

RESENDE, Viviane de Melo; VIEIRA, Viviane. **Análise de discurso crítica**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2021.

RESENDE, Viviane de Melo; REGIS, Jacqueline Fiuza da Silva (Orgs). **Outras perspectivas em análise de discurso crítica**. Campinas, SP. Pontes Editores, 2017.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: evolução e sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIHANI, S. **Implications of adopting a complexity framework for development**. *Progress in Development Studies*, v. 2, n. 2, 2002. <https://journals.sagepub.com/> Acesso em 25 fev. 2024.

ROGERS, Rebecca. **An introduction to critical discourse analysis in education**. Mahwah, London: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2004.

ROSA, Marcela Pereira; SVARTMAN Bernardo Parodi. **Agroecologia e políticas públicas: reflexões sobre um cenário em constantes disputas**. *Psicologia Política*, 18 (41), p. 18-41. 2018.

ROSA, Vanessa de Castro. Contribuições da Agroecologia para a construção de um novo direito agrário brasileiro. In: ANDRADE, Jaily Kerller Batista (Org.). **Estudos em Ciências Florestais e Agrárias**. Campina Grande: Licuri, 2023.

ROSSET, Petter; ALTIERI, Miguel. **Agroecología: Ciencia y Política**. 3 ed. Riobamba, EC: SOCLA, 2018.

SALES, Jean Rodrigues. **O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)**. Tese (doutorado). Campinas, 2005.

SALLES, Helena Kuerten de; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento. A Análise Crítica do Discurso como alternativa teórico-metodológica para os estudos organizacionais: um exemplo da análise do significado representacional. **Revista Organizações & Sociedade** - v. 26, n. 90, jul./set. 2019. Disponível em:| www.revistaoes.ufba.br. Acesso em: 24 set. 2024.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa. Avaliação da execução do plano nacional de agroecologia e produção orgânica 2013-2015. In: **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. IPEA. 2017.

SANTOS, Antônio Bispo (Nego Bispo). **Entrevista** <https://www.coletiva.org/dossie-emergencia-climatica-entrevista-com-antonio-bispo>. 2020. Acesso em: 5 fev. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Construindo as Epistemologias do Sul** - Antologia Essencial Volume I: para um pensamento alternativo de alternativas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v.78, 3-46. 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura Souza. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: **Santos, Boaventura Souza Santos, & M. P. Meneses (Orgs.), Epistemologias do Sul**. Editora Almedina. 2009.

SANTOS, Christiane Fernandes dos; SIQUEIRA, Elisabete Stradiotto; ARAÚJO, Iriane Teresa de Maia, ZILDENICE Matias Guedes. **A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar**. *Ambiente & Sociedade*, v. 17, p. 33-52, 2014.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. GEOgraphia, Rio de Janeiro, Ano 1. n. 1, p. 7-13, 1999.

SAUER, Sergio. Bourdieu no campo: habitus, representações e ‘di-visão’ na luta pela terra no Brasil. *Revista Estudos, sociedade e agricultura*, v. 30, n. 2, julho a dezembro de 2022.

SAUER, Sérgio. **Conflitos agrários no Brasil: a construção de identidade social contra a violência**, In: **BUAINAIN, Antonio (Ed.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, ed. 20, 1995.

SAYER, 2000 *apud* RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de Discurso (Para A) Crítica: O Texto Como Material de Pesquisa**. Campinas – SP: Pontes, 2016.

SCHMITZ, Arno Paulo; BITTENCOURT, Mauricio Vaz Lobo. O Estatuto da Terra no confronto do pensamento econômico: Roberto Campos versus Celso Furtado. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 3 (52), p. 577-609, dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 12 jul. 2022.

SEVILLA Guzmán Eduardo. **Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertario**. Plural editores, 2011.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. In: AQUINO, A.M.; ASSIS R.L. (Ed.) **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

SIGAUD, Lygia. Ocupações de terra, Estado e movimentos sociais no Brasil. *Cuadernos de Antropología Social*, n. 20, pp. 11-23 Universidad de Buenos Aires Buenos Aires, Argentina. 2004.

SIGAUD, Lygia. As condições de possibilidade das ocupações de terra. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 17, n.1, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 22 dez. 2023.

SILVA, Alberto Jones da. **A política fundiária do Regime militar: Legitimação privilegiada e grilagem especializada** (Do instituto de Sesmaria ao Estatuto da Terra). Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, 1997.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteiras agrícolas e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850**. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

SILVA, Marcio Antônio Both - Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população- **Dossiê: História Agrária Revista**

Brasileira. 35 (70), Jul-Dec, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br> Acesso em 13 set. 2022.

SILVA, Neto Benedito. Agroecologia, ciência e emancipação humana Agroecolgy, science and human emancipation. **Revista Brasileira de Agroecologia** v.8: 3-17 ISSN: 1980-9735. 2013.

SILVA, Valcilene Rodrigues da. **A complexidade da agroecologia no caminhar para agroecossistemas e sociedades sustentáveis: uma mirada desde o Semiárido de Pernambuco.** Tese Doutorado – 2021.

SMITH, Roberto. **Propriedade da terra e transição. Estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil.** 1 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

SOUSA, Romier da Paixão e MARTINS, Sergio Roberto. Construção do conhecimento agroecológico: desafios para a resistência científico-acadêmica no Brasil. *In*: COSTA GOMES, João Carlos e WILLIAM, Santos de Assis (Orgs.) **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais.** Brasília, DF: Embrapa. 2013.

SOUSA, Romier da Paixão. Agroecologia e educação do campo: desafios da institucionalização no Brasil. **Revista: Educ. Soc.,** Campinas, v. 38, nº. 140, p.631-648, jul.-set., 2017. Disponível em <https://www.scielo.br>. Acesso em 27 abr. 2024.

STÉDILE, João P., GORGEN, F. S. **A luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Scritta, 1993.

STÉDILE, João Pedro. **Questão Agrária no Brasil.** 11 ed. revisada e atualizada. São Paulo: Atual, 2011.

TENORIO, Igor. **Curso de Direito Agrário brasileiro.** São Paulo: Saraiva, 1984.

TERRA, Jorge. Relações étnico-raciais, experiências, Relatos e os impasses discursivos. Questões para Analistas do discurso – PPGCL UNICAP. **Conferência: os fenômenos raciais e a tomada de decisão** 2023. Disponível em <https://www.youtube.com/live/SQZmcMnDLIg?si=kWLV19-ybfLoM9Eo>

THOMPSON, Geoff. **Introducing functional grammar.** 2 ed. London: Hodder, 2004.

THOMPSON, John Brookshire. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.** 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

TOLEDO, Victor. **A agroecologia é uma revolução epistemológica.** Entrevista de Diana Queiroz. *Agriculturas*, v. 13, nº 1, pp. 42-45, 2016.

TRAJANO, Francine de Souza. **Educação para a emancipação? uma análise crítica dos discursos sobre educação emancipadora no âmbito do Instituto Federal de Santa Catarina à luz do pensamento adorniano.** (Dissertação de Mestrado), 2020.

TROVATTO, Cássio Murilo Moreira; BIANCHINI,Valter; SOUZA, Cláudia; MEDAETS Jean Pierre; RUANO Onaur. A construção da política nacional de agroecologia e produção orgânica: um olhar sobre a gestão do primeiro plano nacional de agroecologia e produção orgânica. *In*: **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável.** IPEA. 2017.

TUZZO, Simone Antoniaci; BRAGA, Claudomilson Fernandes. **Revista Pesquisa Qualitativa.** São Paulo (SP), v. 4, n.5, p. 140-158, ago. 2016.

- VAN DER PLOEG, Jan D. The drivers of change: the role of peasants in the creation of an agro-ecological agriculture. **Agroecología Política**, v. 6, pp. 47-54, 2011.
- VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discurso e poder**. 2 ed. 4ª impressão. São Paulo: Contexto, 2018.
- VAN LEEUWEN, Theo. A representação dos atores sociais. In: PEDRO, Emília Ribeiro. (Org.) **Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional** Lisboa: Caminho, 1997.
- VAN LEEUWEN, Theo. **Discourse and Practice – new tools for critical discourse analysis**. New York: Oxford University Press, 2008.
- VENTURA, Carolina Siqueira Muniz; LIMA-LOPES, Rodrigo Esteves. **O Tema: caracterização e realização em português**. DIRECT Papers, v. 47, São Paulo, 2002.
- VIEIRA, Josenia Antunes. As abordagens críticas e não-críticas em análises do discurso. In: SILVA, D. E. G.; VIEIRA, J.A. **Análise do discurso: percursos teóricos e metodológicos**. Brasília: UNB, 2002.
- VIEIRA, Josenia Antunes; MACEDO, Denise Silva. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. In: Batista Jr., José Ribamar et al. (Orgs.) **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. 1ed. São Paulo: Parábola, 2018.
- VIEIRA, Viviane; RESENDE, Viviane Maria de. **Análise do discurso (para a) crítica: O texto como material de pesquisa**. 2 ed. v. 1. Campinas – São Paulo, Pontes Editores, 2016.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: **XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, Caxambu/MG. Anais. Caxambu/ MG. 1996.
- WEID, Jean Marc Von der. Propostas agroecológicas para o novo governo Lula. **Outras Palavras**. 2022. Disponível em <https://outraspalavras.net/> Acesso em: 03 abr. 2024.
- WEZEL, Alexander; BELLON, Doré; FRANCIS C; VALLOD David. **Agroecology as a science, a movement and a practice**. A review. *Agronomy for Sustainable Development*, v. 29, p. 503–515, 2009.
- WEZEL, Alexander; CASAGRANDE Marion; CELETTE Florian; Vian Jean-François FERRER, Aurélie Ferrer; PEIGNÉ Joséphine. Agroecological practices for sustainable agriculture. A review. **Development Official journal of the Institut National de la Recherche Agronomique (INRA)** ISSN 1774-0746 v. 34 n.1 Agron. Sustain. Dev. (2014) 34:1-20 DOI 10.1007/s13593-013-0180-7. Disponível em: <https://www.researchgate.net/> Acesso em: 15 jan. 2024.
- WODAK, Ruth. What CDA is about – a summary of its history, important concepts and its developments. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (Orgs.) **Methods of critical discourse analysis**. London; Thousand Oaks; New Delhi: Sage Publications, 2001.
- WODAK, Ruth. **Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos**. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, v. 4, n.esp, p. 223-243, 2004.

Apêndice A

I – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: DO CAMPO PARA O CAMPUS: INTERAÇÃO ENTRE O SABER POPULAR E O SABER ACADÊMICO - UMA ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DA INSERÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA DO IFPE-CAMPUS

Pesquisador: Karl Heinz Efken

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 68435423.0.0000.5206

Instituição Proponente: Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP/PE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.083.113

Apresentação do Projeto:

O objeto de estudo é o impacto do Curso superior de Tecnologia em Agroecologia do IFPE- Campus Barreiros nos assentamentos rurais da Mata Sul de Pernambuco, parte da problemática de que as comunidades lutam e resistem com a questão da monocultura, resquício da colonização e do patriarcalismo. Investigar-se-á o discurso da Agroecologia enquanto enfoque científico aliado aos conhecimentos populares dos agricultores familiares assentados e da inserção dos egressos como agroecólogos tem se tornado uma prática social para o desenvolvimento de comunidades ainda minorizadas. Fundamenta-se na abordagem transdisciplinar da ACD e nos estudos da linguagem da LSF, dentre outros teóricos. Abordaremos temas referentes a discursos sobre questões fundiárias, o contexto sócio-histórico dos assentamentos da região, a trajetória da Agroecologia e suas políticas públicas, a educação formal e informal da agroecologia, a institucionalização da Agroecologia como enfoque científico. O estudo caracteriza-se como uma pesquisa social com foco nas questões socioeconômicas, histórico-culturais e ambientais dos assentamentos rurais locais. Ancoraremos nossa investigação na abordagem qualitativa, pesquisa de campo exploratória, de cunho etnográfico. O universo da pesquisa será o IFPE-Campus Barreiros, assentamentos dos municípios de Barreiros, Rio Formoso e Tamandaré. A escolha desses espaços se justifica por serem locais onde as atividades do curso acontecem, uma vez que

Endereço: Rua do Príncipe, nº 526 - Bloco G4 - 6º Andar - Sala 609
Bairro: Boa Vista **CEP:** 50.050-900
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2119-4041 **Fax:** (81)2119-4004 **E-mail:** cep@unicap.br



Continuação do Parecer: 6.083.113

a agroecologia se dá por meios de redes

discursivas de diferentes espaços e atores sociais. Os colaboradores da pesquisa serão: 15 (quinze) assentados residentes em assentamentos dos municípios acima mencionados, usamos, aqui, o termo assentados no sentido de beneficiários de uma política pública de assentamentos rurais, agricultores que lutam e resistem para cultivar a terra e garantir a sua autonomia face às diversidades da região. Selecionaremos 05 (cinco) assentamentos com três membros de cada um, entre eles mulheres e homens para que possamos ter representações diferentes. Elencaremos 10 egressos do curso; 4 docentes do colegiado e um representante da ONG Centro Sabiá. Para selecionar e entrar em contato com os participantes da pesquisa, contaremos com a colaboração do Coordenador e da Secretária do curso. Por meio dos egressos e do representante do Centro Sabiá, obteremos a indicação dos agricultores familiares assentados. Pretendemos desenvolver o estudo, inicialmente, com esses 30 participantes. Após apreciação do projeto pelo CEP, entraremos em contato com os colaboradores, aqui mencionados, “in loco”, para apresentar a proposta do projeto, em seguida, convidaremos a colaborar com a produção da pesquisa. Esclareceremos para eles que a participação deles será muito importante para o processo da pesquisa, de forma espontânea. Cuidadosamente e respeitosamente, pediremos permissão para gravar as suas falas, garantindo-lhes que serão de uso exclusivo da pesquisadora, que serão transcritas analisadas conforme os objetivos do estudo. Buscaremos a maior imparcialidade possível, para não coagir nenhum dos informantes a responderem aquilo que não acharem conveniente. Os instrumentos de coleta serão questionário fechado e entrevistas semidiretivas, gravações em áudio. Esses instrumentos buscam atender aos objetivos e às perguntas de pesquisa. O questionário permitirá aproximação da pesquisadora com os participantes já que este será um momento de conhecer o perfil dos colaboradores. O questionário e as entrevistas acontecerão no lugar de fala dos participantes. Quanto aos horários e número de encontros para a coleta de dados serão definidos conforme disponibilidade dos colaboradores. Os dados coletados no questionário serão demonstrados em quadros para fazer um levantamento do perfil socioeconômico dos participantes. As gravações das entrevistas serão descritas minuciosamente e analisadas à luz da ACD e da LSF para a descrição, interpretação e explicação das práticas sociais.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Investigar criticamente, no “chão das comunidades”, se o discurso agroecológico do ensino

Endereço: Rua do Príncipe, nº 526 - Bloco G4 - 6º Andar - Sala 609

Bairro: Boa Vista

CEP: 50.050-900

UF: PE

Município: RECIFE

Telefone: (81)2119-4041

Fax: (81)2119-4004

E-mail: cep@unicap.br



Continuação do Parecer: 6.083.113

Superior de Tecnologia em Agroecologia do IFPE-Campus Barreiros tornou-se uma prática social relevante para a formação profissional e para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável dos assentamentos da Mata Sul de Pernambuco.

Objetivo Secundário:

- 1- Identificar no discurso dos egressos como a associação dos saberes acadêmicos e dos saberes populares reverberam nas práticas socioculturais de suas comunidades ou em comunidades assistidas.
- 2- Investigar no discurso dos docentes se as práticas discursivas do curso abrem espaço para o questionamento das estruturas históricas de dominação provocando mobilidade social, autoemancipação e inclusão social das pessoas assentadas e de comunidades rurais.
- 3- Analisar as estratégias linguístico-ideológicas mobilizadas a partir das vozes dos egressos para construção de suas representações sociais e identitárias.
- 4- Identificar no discurso dos assentados as práticas sociais oriundas do PPC de substituição de insumos industriais por insumos ecológicos e a adoção de uma proposta de desenvolvimento sustentável.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Consideramos que não haverá grandes riscos para a realização dessa pesquisa, estimamos que os riscos serão de nível médio, uma vez que os participantes já fazem parte da convivência com a pesquisadora e com o IFPE-Campus Barreiros. Todavia pode ser que cause constrangimento aos participantes, no sentido de que alguns questionamentos podem deixá-los tímidos, inseguros, causar certo desconforto, crise emocional. Poderão não se sentir à vontade por pensar que as suas respostas afetarão a Instituição de Ensino, ou outra entidade social, ou ainda revelar algo muito particular da sua formação acadêmica ou pessoal. Outro fator é o excesso de tempo na realização das entrevistas que poderá causar incômodo e inquietação aos participantes, nesse sentido, procuraremos não esgotar o tempo do participante, reagendando os encontros para a coleta com um tempo menor. Portanto, caso ocorra um desses riscos, contornaremos por meio do diálogo, garantindo-lhes a total discrição dos dados coletados e que os seus nomes civis, suas vozes e imagens não serão reveladas, informando-lhes que utilizaremos recursos como códigos ou pseudônimos a fim de preservar suas reais identidades. Se porventura, os desconfortos persistirem, remarcaremos o diálogo para um outro momento, ou outro local, sempre respeitando

Endereço: Rua do Príncipe, nº 526 - Bloco G4 - 6º Andar - Sala 609

Bairro: Boa Vista

CEP: 50.050-900

UF: PE

Município: RECIFE

Telefone: (81)2119-4041

Fax: (81)2119-4004

E-mail: cep@unicap.br



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
PERNAMBUCO - UNICAP



Continuação do Parecer: 6.083.113

as condições físicas e emocionais para que a nossa entrevista flua com leveza e confiança. Em relação ao fator tempo, respeitaremos a disponibilidade dos participantes e faremos as entrevistas.

Benefícios:

Entendemos que esta pesquisa poderá trazer alguns benefícios aos participantes membros de assentamentos, tais quais: visibilidade às atividades desenvolvidas por eles em seus respectivos assentamentos, desafios enfrentados no seu cotidiano, bem como a possibilidade de outras intervenções em assessoria técnica mediadas pelo IFPE-Campus Barreiros. Para os egressos, a pesquisa poderá beneficiá-los no sentido de tornar público a necessidade e a importância do trabalho deles nos assentamentos e, conseqüentemente, pressionar a contratação desses profissionais por órgãos públicos ou ONG's em parceria com o IFPE. Quanto à Instituição ofertante do curso, esta pesquisa permitirá uma análise positiva e/ou negativa da contribuição do curso para a mobilização social da região local, podendo assim fazer uma releitura do curso. Ademais os discursos desses participantes serão evidenciados em publicação científica potencializando a importância da ciência agroecológica como recurso essencial para superar as propostas hegemônicas do agronegócio e para a emancipação dos agricultores familiares assentados da Zona da Mata Sul de Pernambuco.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Os três itens anteriores foram registrados conforme descritos pelo pesquisador na Plataforma Brasil.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Em conformidade com a apresentação obrigatória dos Termos.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP UNICAP acompanha o parecer do avaliador (a) aprovando o protocolo de pesquisa. Lembramos o envio dos relatórios PARCIAL e FINAL da pesquisa por meio de "Notificação". Favor consultar o Manual de Usuário PESQUISADOR, disponível na Plataforma Brasil <http://>

Endereço: Rua do Príncipe, nº 526 - Bloco G4 - 6º Andar - Sala 609

Bairro: Boa Vista

CEP: 50.050-900

UF: PE

Município: RECIFE

Telefone: (81)2119-4041

Fax: (81)2119-4004

E-mail: cep@unicap.br



Continuação do Parecer: 6.083.113

//plataformabrasil.saude.gov.br/visao/publico/indexPublico.jsf que orienta sobre a emissão dos referidos relatórios, entre outros assuntos.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES BÁSICAS_DO_PROJETO_2097874.pdf	04/05/2023 15:00:37		Aceito
Outros	Novo_roteiro_questionarios_e_entrevistas.docx	04/05/2023 14:52:44	MARINEIDE CAVALCANTI ARRUDA	Aceito
Outros	Novo_carta_anuencia_ONG.pdf	04/05/2023 14:50:25	MARINEIDE CAVALCANTI ARRUDA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	novo_projeto_recomendacoes.docx	04/05/2023 14:30:43	MARINEIDE CAVALCANTI ARRUDA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_novo_recomendacoes_solicitadas.docx	04/05/2023 14:18:37	MARINEIDE CAVALCANTI ARRUDA	Aceito
Outros	Novo_declaracao_sessao_qualificacao_projeto_tese.docx	02/04/2023 00:09:17	MARINEIDE CAVALCANTI ARRUDA	Aceito
Outros	curriculo_lattes_assistente_da_pesquisa_novo.pdf	31/03/2023 22:53:27	MARINEIDE CAVALCANTI ARRUDA	Aceito
Outros	curriculo_coorientadora_novo.pdf	31/03/2023 22:52:14	MARINEIDE CAVALCANTI ARRUDA	Aceito
Outros	curriculo_pesquisador_responsavel_novo.pdf	31/03/2023 19:34:18	MARINEIDE CAVALCANTI ARRUDA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_novo.docx	31/03/2023 19:22:55	MARINEIDE CAVALCANTI ARRUDA	Aceito
Outros	curriculo_lattes_assistente_da_pesquisa.pdf	09/03/2023 21:25:53	Karl Heinz Efken	Aceito
Outros	curriculo_coorientadora.pdf	09/03/2023 21:23:51	Karl Heinz Efken	Aceito
Outros	Termo_de_anuencia_reitor.pdf	09/03/2023 11:35:04	MARINEIDE CAVALCANTI ARRUDA	Aceito

Endereço: Rua do Príncipe, nº 526 - Bloco G4 - 6º Andar - Sala 609

Bairro: Boa Vista

CEP: 50.050-900

UF: PE

Município: RECIFE

Telefone: (81)2119-4041

Fax: (81)2119-4004

E-mail: cep@unicap.br



Continuação do Parecer: 6.083.113

Orçamento	orcamento.docx	09/03/2023 11:34:20	MARINEIDE CAVALCANTI ARRUDA	Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	09/03/2023 11:33:53	MARINEIDE CAVALCANTI ARRUDA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DETALHADO.docx	09/03/2023 11:33:15	MARINEIDE CAVALCANTI ARRUDA	Aceito
Outros	Termo_de_Compromisso_e_Confideci alidade.docx	09/03/2023 11:08:01	MARINEIDE CAVALCANTI ARRUDA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	09/03/2023 10:51:18	MARINEIDE CAVALCANTI ARRUDA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RECIFE, 26 de Maio de 2023

Assinado por:

**Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo
(Coordenador(a))**

APÊNDICE B II - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos colaboradores da pesquisa

Prezado(a) Senhor(a),

Estamos realizando uma pesquisa sobre as contribuições do Curso Superior de Agroecologia do IFPE-*Campus* Barreiros para o desenvolvimento das comunidades assentadas da Mata Sul de Pernambuco, com a finalidade de produzir uma Tese de Doutorado com o resultado da análise dos dados coletados por meio de entrevistas e de questionários. O objetivo deste estudo é investigar criticamente, no “chão das comunidades”, se o discurso agroecológico do ensino Superior de Tecnologia em Agroecologia do IFPE-*Campus* Barreiros tornou-se (é) uma prática social relevante para a formação profissional e para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável dos assentamentos da Mata Sul de Pernambuco.

Você está sendo convidado(a) a participar deste estudo exatamente por ser egresso(a), docente deste curso, por ser membro de assentamentos da Mata Sul de Pernambuco ou representante da ONG Centro Sabiá. Ressaltamos que sua participação não é obrigatória, a qualquer momento, caso você não se sinta confortável, poderá desistir de participar do estudo e retirar seu consentimento, sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a Instituição.

Inicialmente, faremos um pequeno questionário para conhecê-lo(a), ouvir um pouco a sua história de luta e resistência nesse território acerca da Agroecologia. Em um segundo momento, faremos uma entrevista para investigar melhor a interação do IFPE-*Campus* Barreiros com as comunidades e sua trajetória com as atividades agroecológicas. Ressaltamos que as entrevistas serão gravadas, transcritas e registradas, em seguida, junto com o professor orientador, vamos nos debruçar sobre nossos estudos para a produção da Tese, de artigos científicos e participação em congressos.

Nesse sentido, o(a) senhor(a) precisa ficar informado(a) de que os questionários e as entrevistas serão realizados “*in loco*”, isto é, na sua comunidade, no seu espaço de trabalho. Esclarecemos, também, que, durante sua participação no nosso trabalho, como forma de coleta de informações, os nossos encontros serão gravados. Portanto, para resguardar sua identidade, utilizaremos pseudônimos ou códigos. Antes de você decidir se deseja participar de livre e espontânea vontade, você deverá ler e compreender o conteúdo. Após a leitura, você será solicitado(a) a assinar o documento e, em seguida, receberá uma cópia devidamente assinada. Ao assinar, fique à vontade para fazer as perguntas que desejar, caso não tenha entendido. A pesquisadora estará à disposição para tirar quaisquer dúvidas agora e no decorrer de toda a

pesquisa. Sua participação, nesta pesquisa, consistirá em responder a um questionário fechado e a uma entrevista semiestruturada. O material coletado será utilizado apenas pela pesquisadora e pelo orientador para fins específicos do estudo dos dados da pesquisa.

Este estudo não implicará risco à sua saúde nem à sua imagem. Caso este estudo venha causar constrangimento, desconforto, insegurança, timidez, crise emocional por resgatar algum aspecto da vossa memória afetiva, você poderá ficar à vontade para responder ou não. Procuraremos minimizar o máximo possível tais desconfortos, criando um ambiente de confiança, sensibilidade e de liberdade para o nosso diálogo acerca da temática investigada. Se, porventura, os desconfortos persistirem, remarcaremos o diálogo para um outro momento, ou outro local, sempre respeitando as suas condições físicas e emocionais para que a nossa entrevista flua com leveza e confiança.

Sua participação, nesta pesquisa, poderá dar mais visibilidade às propostas do curso em prol do desenvolvimento profissional, identitário e da mobilidade social dos assentamentos e comunidades rurais, bem como apontar novas intervenções para ampliar a assessoria técnica mediada pelo IFPE/ *Campus* Barreiros, pelas ONGs e pelos órgãos públicos às comunidades rurais assentadas.

Ademais, os vossos discursos contribuirão para novas produções científicas, evidenciando a importância da ciência agroecológica como recurso essencial para superar as propostas hegemônicas do agronegócio e para dar visibilidade à agenda da Agroecologia - lutar por direitos em busca de um desenvolvimento rural mais humanizado. As informações obtidas através desta pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre a vossa participação.

A coleta dos dados não será divulgada com a vossa identificação social, como já mencionado, será de uso exclusivo da pesquisadora, os nomes e vozes dos participantes serão mantidos em sigilo. Ao concluir a pesquisa, após a defesa, daremos retorno do resultado da pesquisa aos colaboradores do estudo, para tal, pretendemos reunir os docentes, egressos, membros de assentamentos e representantes da ONG Sabiá no auditório central do IFPE- *Campus* Barreiros, para realizar uma palestra na qual apresentaremos o resultado da Tese, seus impactos e desafios sociais. Outra repercussão do retorno da pesquisa poderá ser uma reunião entre colegiado do curso e a pesquisadora a fim de elencar pontos acerca da proposta pedagógica do curso de Tecnologia em Agroecologia na Mata Sul de Pernambuco.

Entendemos que publicizar o resultado da pesquisa é extremamente importante, pois, assim, tornará público um trabalho que não é apenas da pesquisadora, mas desses atores sociais que colaborarão efetivamente com a execução do trabalho. Desse modo, pensamos que as

comunidades acadêmica, assentamentos e ONG podem refletir juntos sobre o resultado da pesquisa e propor sugestões práticas para os pontos relevantes (fragilidades e potencialidades) destacados no estudo. Esses pontos relevantes destacados serão trabalhados no *Campus*, através de atividades extensionistas (oficinas, palestras, feiras), que incluem, prioritariamente, esses grupos sociais que pertencem a essa pesquisa (egressos, docentes, agricultores familiares assentados e ONG), visando consolidar a proposta pedagógica formativa do curso e fortalecer as identidades sociais dos egressos e dos agricultores assentados não egressos com a intenção de fortalecer o discurso de práticas agroecológicas e sustentáveis.

Em conformidade com as orientações do Conselho Nacional de Saúde, indicamos, ainda, os benefícios potenciais que a realização da pesquisa tem a oferecer:

- Contribuição para o fortalecimento das discussões sobre a Agroecologia como meio de superar as desigualdades sociais em confronto com a cultura da monocultura na Mata Sul de Pernambuco;
- Reflexão sobre as práticas discursivas do Curso e, conseqüentemente, provocações a possíveis mudanças na dinâmica do curso;
- Produção e publicação de artigos, capítulos de livros, participações em eventos que potencializam a valorização dos saberes acadêmicos e populares de comunidades assentadas e os seus letramentos sociais agroecológicos.

Caso o/a senhor/a ainda tenha dúvidas ou necessite de mais esclarecimentos, pode nos contatar:

MARINEIDE CAVALCANTI ARRUDA
Fazenda Sape, 26, Bairro Zona Rural – Barreiros - PE
CEP: 55550-000 – Telefone: (81) 99981-9196 (Doutoranda)
email: marineide.2021800196@unicap.com.br

Também é possível procurar diretamente o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Pernambuco, à Rua do Príncipe, 526, Bairro Boa Vista – Recife (PE)
CEP: 50.050-900 – Telefone (81) 2119 4000.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente assinada e entregue a/o senhor/a.

Barreiros, ____ de _____ de 2023.

Pesquisadora Responsável:

Doutoranda

EU _____, após receber explicação sobre a pesquisa, como vou participar, seus respectivos objetivos e procedimentos, declaro que entendi os riscos e os benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar voluntariamente do estudo.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNICAP Localizado na Rua do Príncipe, Nº 526 - Bloco G4 - 6º andar - sala 609

Bairro: Boa Vista - CEP 50.050-900 UF: PE Município: RECIFE Telefone: (81)2119-4041 Fax(81) 2119-4004 email: cep@unicap.br

Assino o presente documento em duas vias de igual conteúdo, ficando uma via comigo.

Local: _____ Data: ____ / ____ / ____

Assinatura do colaborador

Assinatura do orientador da Pesquisa

Assinatura da coorientadora da Pesquisa

Assinatura da orientanda (doutoranda)

APÊNDICE C

III – Instrumento de coleta – Roteiro questionário

DOCENTES DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA

Nome _____ Naturalidade _____

1-Conforme a categoria usada pelo IBGE, quanto à cor da pele, você se considera?

Branco () Preto () Indígena () Pardo ()

2-Há quanto tempo você trabalha no *Campus* Barreiros? _____

3- Em qual(is) período(s) você leciona?

Nos três primeiros. () Nos três últimos () Em todos. ()

4- A sua residência anterior à inserção no *Campus* era () rural () urbana

5-Há quanto tempo você está ministrando aula no Curso de Agroecologia?

Há dez anos () Há cinco anos () Há dois anos () Há um ano ()

6- Você participou da construção do PPC?

Sim () Não () Participei indiretamente ()

7-Na sua visão, as propostas do PPC contemplam as particularidades do público-alvo do curso, em particular os oriundos de assentamento e de comunidades rurais?

Atende parcialmente. () Sim, pois foi planejado com o objetivo de atendê-los. ()
Precisa de uma nova reformulação. ()

8-Nos cinco anos, você tem desenvolvido projetos de extensão nos assentamentos junto aos estudantes da Agroecologia?

Sim, semestralmente ()

Não, tenho pouco afinidade com projetos de extensão ()

Já desenvolvi, mas atualmente não. ()

10- Você vê a agroecologia como uma possibilidade de mobilização socioeconômica para os assentamentos e para a inserção profissional dos egressos da Mata Sul de Pernambuco no atual contexto e para a inserção profissional dos egressos?

Sim () Não () Pouco provável ()

11-Você tem formação em Agroecologia? Não () Sim ()

12- Sua formação profissional tem correlação com a área de Agroecologia?

Sim () Não () Parcialmente ()

13-Você acompanha o progresso de seus egressos? Não () Sim ()

14- O IFPE, especificamente, o colegiado o colegiado do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia desenvolve atividades de base agroecológica junto à ONG Centro Sabiá?

Sim () Não () Eventualmente ()

QUESTIONÁRIO ONG

Nome _____ Naturalidade _____

1-Conforme a categoria usada pelo IBGE, quanto à cor da pele, você se considera?

Branco () Preto () Indígena () Pardo ()

2- Qual a sua função na ONG? _____

3- Há quanto tempo você atua na ONG ou atuou Centro Sabiá? _____

4- Há quanto tempo a ONG atua na Mata Sul de Pernambuco? _____

5- Você, enquanto representante da ONG Sabiá e conhecedor das questões sociais da Mata Sul referentes à monocultura ainda persistente, vê a Agroecologia como possibilidade de reduzir as desigualdades sociais nessa região?

Sim () Não ()

Pouco provável que essa desigualdade seja reduzida diante o contexto sociocultural. ()

6- A ONG Centro Sabiá é uma das pioneiras em defesa do discurso da Agroecologia como resistência ao Agronegócio. Vocês ainda encontram resistência por parte dos agricultores assentados na mudança para práticas agrícolas mais sustentáveis?

Sim () Não ()

7- O IFPE, especificamente, o colegiado o colegiado do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia desenvolve atividades de base agroecológica junto à ONG Centro Sabiá?

Sim () Não () Esporadicamente ()

8- A ONG Centro Sabiá tem contratado agroecólogo, egresso do IFPE-Barreiros para assessorar os agricultores familiares assentados na Mata Sul?

Sim () Não ()

QUESTIONÁRIO – EGRESSOS

Nome _____ Idade _____ Sexo () F () M Outro ()

Naturalidade _____

Residente em zona rural () zona urbana ()

1-Conforme a categoria usada pelo IBGE, quanto à cor da pele, você se considera?

Branco () Preto () Indígena () Pardo ()

2-Qual seu Estado civil?

Casada () Divorciada () União estável () Solteira () Outro ()

3- Em que ano/semestre você ingressou no curso? Ano _____ semestre _____

4-Você é membro de assentamento?

Sim () Não () Já fui, mas atualmente não ()

5-Há quanto tempo você terminou o curso de Agroecologia?

Há mais de cinco anos () Há dois anos () Há um ano () Há seis meses ()

6-Atualmente, você atua em:

Cooperativa/associação () Órgão governamental ou ONG's ()

Na sua propriedade () Está desempregado(a) ()

7-Há quanto tempo você tem contato com a agroecologia?

Há mais de cinco anos. () Há mais de 10 anos. () Desde criança.()

A partir do curso Superior de Tecnologia em Agroecologia do IFPE- Barreiros. ()

8-Você desenvolve alguma atividade agroecológica junto a agricultores, ou na sua comunidade?

Não tenho interesse na área. () Pretendo, mas ainda não tive a oportunidade. ()

Sim, no meu assentamento. ()

Sim. Presto assessoria técnica a agricultor familiar em assentamentos. ()

9-O que levou você a cursar o Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia?

A oportunidade do diálogo com comunidades rurais, assentamentos e movimentos sociais. ()

A sua história pessoal e a da sua família. ()

Visando à oportunidade de emprego. ()

Por ser o curso Superior mais próximo da sua comunidade. ()

10- Você como agroecólogo(a), vê a agroecologia como fomento e possibilidade de mobilidade socioeconômicas para os assentamentos da Mata Sul de Pernambuco no atual contexto?

Sim () Não () Pouco provável ()

11-Como egresso (a), você mantém contato com o IFPE-Campus Barreiros, particularmente com as atividades referentes ao curso de Agroecologia?

Frequentemente. () Não tenho mais contato. ()

Sim, sempre que sou convidado profiro palestras junto ao *Campus*. ()

Não, pois estou atuando em outra área de conhecimento. ()

Questionário Agricultores familiares não egressos

Nome _____ Idade _____ Sexo () F () M () outro

Assentamento _____ Município _____

naturalidade _____ Tem filhos? () Sim () Não

1-Conforme a categoria usada pelo IBGE, quanto à cor da pele, você se considera?

Branco () Preto () Indígena () Pardo ()

2- Escolaridade

Não Alfabetizado (). Ensino Fundamental incompleto ().

Ensino Fundamental completo (). () Ensino Médio completo ().

Ensino Médio Incompleto () Ensino Superior ()

3-Reside há quanto tempo no município?

Há quanto tempo trabalha com agricultura? _____

4-Você desenvolve práticas agroecológicas?() sim () não

5-Como você aprendeu práticas de produção agroecológica

Sozinho () Com seus antepassados ()

Através de assessoria técnica () A partir de cursos na área de agroecologia ()

6-Você conhece o trabalho realizado pelo IFPE-*Campus* Barreiros na área da Agroecologia?

Sim () Não () Tenho pouco conhecimento ()

7-Como você conheceu o trabalho desenvolvido pelo Curso de Agroecologia do IFPE-*Campus* Barreiros?

Por meio de projeto de extensão ().

Por meio de cursos de tecnologias sociais para os agricultores ().

Por meio de encontros de Agroecologia ofertado pelo IFPE-Barreiros junto a ONGs ou outra Instituição ().

8-Você se preocupa com as questões ambientais, com a degradação do solo, com a recuperação dos agroecossistemas?

Sim () Não () ()Tenho pouca preocupação com este assunto.

9-Você conhece alguém que sofreu consequências pessoais ou econômicas por causa do uso de insumos químicos na produção agrícola?

Sim () Não ()

10-Todos os agricultores desse território desenvolvem a agricultura familiar de base agroecológica?

Sim () Não () Não sei informar ()